



CONGRESSO NACIONAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 2

Da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 1, de 2023, para "destinada a investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de Janeiro de 2023, nas Sedes dos Três Poderes da República, em Brasília.".

PRESIDENTE: Deputado Arthur Oliveira Maia

RELATORA: Senadora Eliziane Gama

1º VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos do Val, Cid Gomes, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Eliziane Gama, Otto Alencar, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Ana Paula Lobato, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Augusta Brito, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Magno Malta, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte, Amanda Gentil, Duda Salabert, Gervásio Maia, Paulo Magalhães, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Roberto Duarte, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Filipe Barros, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Aliel Machado, Carlos Veras, Erika Hilton e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Parlamentares Paulo Paim, Delegado Éder Mauro, Rodrigo Cunha, Marcos Rogério, Delegado Caveira, Nelsinho Trad e Weverton, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Omar Aziz, Carlos Sampaio e Rodrigo Gambale. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva de Silvinei Vasques. Finalidade:** Depoimento de Silvinei Vasques. Oitiva do Silvinei Vasques, em atendimento ao requerimento 806/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberação de requerimentos. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2023** que : "Requer a disponibilização pelo Supremo Tribunal Federal de todos os documentos, processos e inquéritos decorrentes das investigações dos atos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023." **Autoria:** Deputado Eduardo Bolsonaro. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2023** que : "Requer documentos, em formato digital, ao Supremo Tribunal Federal - STF" **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2023** que : "Requer ao demandado ao Supremo Tribunal Federal (STF) a remessa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de cópia do inteiro teor dos inquéritos nº 4.917, 4.918, 4.919, 4.920, 4.921, 4.922, 4.923 e de todos os inquéritos, processos e procedimentos relacionados, inclusive os já arquivados, bem como de suas atualizações diárias, inerentes ao tema central desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), os atos de ação ou omissão ocorridos no último dia 8 de janeiro nas sedes dos Três Poderes, em Brasília." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 116 de 2023** que : "Requer o compartilhamento de informações, com reciprocidade, entre esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) e o Ministério Público Federal (MPF), recebendo e prestando toda e qualquer informação pública, reservada ou sigilosa, referentes ao objeto de investigação desta CPMI, em especial quanto aos processos, inquéritos e investigações que tramitam ou tramitaram no Supremo Tribunal Federal (STF), ou em instâncias inferiores, destinadas a apurar as responsabilidades civis e criminais referentes



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aos delitos cometidos nas manifestações de 8 de janeiro de 2023, em Brasília." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 163 de 2023** que : "Requer que o Supremo Tribunal Federal (STF) compartilhe as cópias integrais dos inquéritos 4920, 4921, 4922 e 4923, relacionados com os atos ocorridos no último dia 8 de janeiro, nas Sedes dos Três Poderes da República." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 292 de 2023** que : "Requer que o Supremo Tribunal Federal (STF) compartilhe as cópias integrais dos inquéritos 4920, 4921, 4922 e 4923, relacionados com os atos ocorridos no último dia 8 de janeiro, nas Sedes dos Três Poderes da República." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 475 de 2023** que : "Requer para fins de compartilhamento e análise probatória, a cópia do inteiro teor de documentos sob a responsabilidade do Supremo Tribunal Federal – STF." **Autoria:** Deputado Duarte. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 629 de 2023** que : "Requer que o Supremo Tribunal Federal (STF) compartilhe dados constantes de inquéritos relacionados ao financiamento de atos antidemocráticos." **Autoria:** Senadora Augusta Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 655 de 2023** que : "Requer que o Supremo Tribunal Federal (STF) compartilhe as cópias integrais dos inquéritos 4879, 4920, 4921, 4922 e 4923, relacionados com os atos ocorridos no último dia 8 de janeiro." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 770 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, Supremo Tribunal Federal, em meio eletrônico, informações para subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 801 de 2023** que : "Requer ao Supremo Tribunal Federal (STF) a remessa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de cópia do inteiro teor dos inquéritos nº 4.917, 4.918, 4.919, 4.920, 4.921, 4.922, 4.923 e de todos os inquéritos, processos e procedimentos relacionados, inclusive os já arquivados, bem como de suas atualizações diárias, inerentes ao tema central desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), os atos de ação ou omissão ocorridos no último dia 8 de janeiro nas sedes dos Três Poderes, em Brasília." **Autoria:** Senadora Damares Alves. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 946 de 2023** que : "Convoca, como testemunha, o Senhor Renato Martins Carrijo." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 938 de 2023** que : "Convoca o General Edson Gonçalves Dias para depoimento nesta comissão como testemunha." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 937 de 2023** que : "Convoca o General Gonçalves Dias para depor como testemunha nesta CPMI." **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 936 de 2023** que : "Convoca o General Marcos Gonçalves Dias para depoimento nesta CPMI." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 935 de 2023** que : "Convoca Marco Edson Gonçalves Dias, General e Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)." **Autoria:** Senador Sergio Moro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 948 de 2023** que : "Convoca, como testemunha, o General Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI)." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 945 de 2023** que : "Convoca o General Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Institucional da Presidência da República (GSI)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 982 de 2023** que : "Convoca Marco Edson Gonçalves Dias, General e Ex-Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 947 de 2023** que : "Convoca Saulo Moura da Cunha, ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)." **Autoria:** Deputado Pr. Marco Feliciano. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 944 de 2023** que : "Convoca Saulo Moura da Cunha, ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN)." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 939 de 2023** que : "Convoca o senhor Saulo Moura da Cunha, ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência, para depoimento nesta CPMI." **Autoria:** Deputado Delegado Ramagem. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 993 de 2023** que : "Convoca Saulo Moura da Cunha, ex-diretor-adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)" **Autoria:** Senador Magno Malta. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 974 de 2023** que : "Convoca Saulo Moura da Cunha, Ex-Diretor Adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin)." **Autoria:** Deputado Nikolas Ferreira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 983 de 2023** que : "Convoca o Coronel Jean Lawand Jr." **Autoria:** Deputado Rafael Brito. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 26 - REQUERIMENTO Nº 984 de 2023** que : "Convoca, como testemunha, Jean Lawand Junior, coronel do Exército Brasileiro, ex-subchefe do Estado-Maior do Exército e atual adjunto do adido do Exército junto à Representação Diplomática do Brasil nos Estados Unidos." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 27 - REQUERIMENTO Nº 986 de 2023** que : "Convoca Jean Lawand Júnior, Coronel do Exército Brasileiro." **Autoria:** Deputado Duarte. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO Nº 988 de 2023** que : "Convoca Jean Lawand Júnior, coronel do Exército Brasileiro." **Autoria:** Deputado Rogério Correia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 29 - REQUERIMENTO Nº 990 de 2023** que : "Convoca o Coronel Jean Lawland Junior." **Autoria:** Deputada Jandira Feghali. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 1021 de 2023** que : "Convoca o senhor o senhor Jean Lawand Júnior, Coronel de artilharia do Exército, para depoimento nesta CPMI." **Autoria:** Deputada Duda Salabert. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO Nº 1030 de 2023** que : "Convoca o Coronel Jean Lawand Junior para depoimento nesta CPMI." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos em 8 de janeiro de 2023 nas sedes dos três Poderes da República, em Brasília.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Silvinei Vasques, como testemunha, em atendimento ao Requerimento 806/2023, da CPMI, e à apreciação de requerimentos constantes da pauta.

Comunicado sobre a utilização de mídias.

Em atendimento aos diversos pedidos feitos nesta Comissão, esclareço que os Parlamentares poderão, durante o seu período para inquirições, fazer uso de vídeos, imagens e áudios a serem enviados à Secretaria da Comissão pessoalmente, pelos Parlamentares ou por meio de sua assessoria, com antecedência mínima de 30 minutos do horário agendado para o início do trabalho. As referenciadas transmissões compreenderão uma extensão do uso da palavra pelo Parlamentar, sendo que o tempo pelo qual durarem será deduzido do tempo de fala do Parlamentar. Ainda, tais transmissões serão feitas pelo Parlamentar sob a sua exclusiva responsabilidade pessoal, independentemente de dolo ou culpa, não se responsabilizando o Presidente, a secretária, a mídia institucional, a Comissão ou quaisquer dos demais membros por eventuais violações e repercussões delas decorrentes, inclusive se de conteúdo econômico.

O Parlamentar que optar por fazer uso da mídia durante qualquer reunião da CPMI assinará previamente termo de compromisso por meio do qual, relativamente a quaisquer transmissões que realizar durante os seus trabalhos na CPMI, assume integral responsabilidade pessoal pela transmissão, obrigando-o somente a encaminhar à Secretaria mídias que não representem qualquer violação à lei, compreendida em seu sentido mais amplo, incluindo, mas não se limitando, a direitos autorais, a hipótese de sigilo legal ou de segredo de justiça, a segredo de indústria, a direitos de propriedade intelectual ou industrial, a dados pessoais ou à honra e à imagem de terceiros.

Sem prejuízo da responsabilidade pessoal e exclusiva do Parlamentar, tendo sido possível a análise prévia das mídias, a Secretaria e a Presidência poderão, a seu exclusivo critério, impedir ou interromper a exibição de conteúdo que infringe a lei ou estas normas. Para esta reunião, os termos de compromisso já se encontram disponíveis na Secretaria, que poderá prestar as informações adicionais que forem necessárias para eventual transmissão de mídia nesta reunião.

Nós fizemos uma pauta em que consta o requerimento de convocação do Sr. General G. Dias e do ex-Chefe da Agência Brasileira de Inteligência, o Sr. Saulo – me falta aqui... Me lembre aqui o sobrenome dele.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saulo Moura da Cunha.

Pois bem, em entendimento aqui com a Relatora, com a Mesa da CPMI, e dentro desse critério que nós estabelecemos de perseguirmos uma rota temporal, cronológica, para o debate, para os trabalhos deste Colegiado, nós combinamos em comum acordo a aprovação, por entendimento, por acordo, do requerimento de convocação do Sr. G. Dias, do requerimento de convocação do Sr. Saulo Moura, e também, por acordo, a inclusão na data de hoje... Como é o nome do cidadão?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Jean Lawand.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por acordo, a inclusão extrapauta do requerimento de convocação do Sr. Jean Lawand, que foi apresentado por mais de um Parlamentar.

Então, eu gostaria de modificar a ordem e, para que nós não tenhamos aqui alguns que queiram sair antes do final do depoimento, de submeter inicialmente esses três requerimentos à votação. Nós aprovaríamos esse requerimento, e, em seguida, partiríamos para a oitiva da testemunha.

Todos estão de acordo com esse procedimento?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA) – Pela ordem, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, eu quero dizer o seguinte: eu vou conceder ações pela ordem apenas para tratar deste assunto. Na reunião passada, houve um abuso aqui de pessoas que tomaram a palavra para cada um fazer o seu discurso com...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Enorme!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É enorme, Senador Kajuru. O senhor está corretíssimo.

E a Mesa não vai tolerar esse tipo de posicionamento. Não vai! Não é possível que cada um já tenha o seu tempo para se manifestar a respeito da sua posição política, mas queira a cada momento se valer de que está fazendo uma questão de ordem para tratar de outros assuntos. Então, eu quero dizer que a Presidência interromperá. Eu lamento fazer isso. Lamento. Acho uma coisa muito deselegante.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas a Presidência vai interromper qualquer um que esteja utilizando a palavra que não seja objetivamente para fazer uma questão de ordem.

Então, tem aqui quatro pessoas inscritas na questão de ordem. Inicialmente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CID GOMES (PDT - CE) – Presidente, para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (PDT - CE. Pela ordem.) – É só um esclarecimento.

V. Exa. fez referência à cronologia e faz referência à aprovação de requerimentos. Eu queria só que ficasse claro para esta Comissão que o convite, a convocação, o que for, de qualquer pessoa que venha a ser aprovado obedecerá necessariamente à cronologia. Isso quer dizer que, neste primeiro momento, nós estamos focados, a Relatora está focada nos fatos que antecedem ao 8 de janeiro, e que esses requerimentos que digam respeito ao 8 de janeiro e ao pós-8 de janeiro só serão ouvidos aqui ao seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – As pessoas convocadas...

O SR. CID GOMES (PDT - CE) – As pessoas convocadas só serão ouvidas aqui ao seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Cid Gomes está corretíssimo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso é fruto de um entendimento nosso. Nós, inclusive, podemos considerar que a última sessão antes do recesso é no dia 12 de julho. Até lá, nós só ouviremos depoentes que estejam envolvidos em acontecimentos pré-8 de janeiro. Isso é um procedimento para que a gente dê tranquilidade a todos para saber como é o andamento das coisas.

Então, com a palavra, para uma questão de ordem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, na verdade, não é nem questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – É só a questão também de reafirmar o acordo que nós pactuamos hoje.

Primeiramente, sobre a questão das questões de ordem, é muito importante que cada Parlamentar, ao buscar a questão de ordem, faça referência ao artigo regimental. Eu acho que isso dá mais tranquilidade em relação a não sair do foco principal das questões de ordem.

Reafirmando – o Cid acabou de colocar –, nós temos uma questão cronológica que nós aprovamos aqui no plano de trabalho. Então, essa questão cronológica de fato tem que ser levada em consideração, e foi o que nós reafirmamos hoje, não é? Ou seja, a gente aprova os requerimentos, mas a gente segue uma ordem cronológica pactuada, construída em um calendário pela Mesa, conduzida pelo Presidente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Comissão, que tem a prerrogativa de pautar, mas ouvindo os demais membros aqui da Mesa Diretora da CPMI. Eu acho que esse é um entendimento importante para o bom andamento dos trabalhos.

A inclusão, Presidente, que é bom colocar, para além do Lawand, também a gente já fazer a aprovação do perito, do outro perito, que é o Renato Carrijo, que eu pedi pro senhor incluir, está na pauta, porque ele estará na sessão de quinta-feira, juntamente com o delegado que também já solicitei, já foi aprovado o seu requerimento, mas apenas a expedição de documentos pra que ele possa estar aqui na sessão de quinta-feira.

Sobre os demais requerimentos que fazem a arguição, e que a gente precisa, na verdade, fazer referência à Súmula Vinculante 14, que foi a nossa grande defesa aqui, ou seja, as diligências que ainda estão em curso não podem ser prejudicadas. Isso não é uma decisão nossa, isso é uma decisão legal já que nós já temos realmente decisões proferidas nesta linha, mas não serão todos os requerimentos, até porque alguns desses requerimentos aqui são muito amplos, então eles acabam, inclusive, não delimitando aqui e não trazendo o foco, que, aliás, é uma das características próprias da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar pra questão de ordem, eu quero esclarecer. A Relatora está correta. Houve aqui uma confusão na hora de convocar o perito que desarmou a bomba que foi encontrada no aeroporto de Brasília, porque, na verdade, a convocação foi feita para um outro perito, que foi a pessoa que revisou o laudo, o Sr. Valdir Pires, que, muito generosamente e com muito cuidado, mandou um ofício para esta CPM dizendo que ele estava à disposição para vir aqui prestar o seu depoimento, mas que ele não havia feito o laudo, que ele havia apenas, na condição de perito que ele é, revisado o laudo. Então nós acrescentamos também, com o requerimento da Relatora, solicitando a oitiva do perito que de fato fez o laudo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É o Sr. Renato Carrijo. Esse, sim, é o policial que, de fato, fez o laudo em relação à bomba.

Então, antes da votação, vou passar, para uma questão de ordem, à Deputada Jandira Feghali, pedindo para que as pessoas comecem sempre indicando qual é o artigo regimental que baseia sua questão de ordem.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Não, Presidente. Eu ia só pedir um esclarecimento da cronologia, mas já está claro, então não é uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A palavra... *(Pausa.)*

Perfeito.

Com a palavra, o Deputado Aluisio Mendes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALUISIO MENDES (REPUBLICANOS - MA. Pela ordem.) – Também me senti atendido pela cronologia. Era o dado que eu ia perguntar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Júlio Pereira em seguida.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, é mais no sentido de encaminhar o requerimento no momento oportuno da votação, da convocação ou do convite de membros governistas. Eu não sei se o momento é agora ou se se aguarda. V. Exa. é quem define? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

Senhores...

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de dar prosseguimento a essa – a essa... Não, vou botar logo os requerimentos em votação para que a gente já supere essa etapa.

Eu... Havia aqui uma solicitação de alguns Parlamentares, com razão, em relação aos requerimentos que solicitam a quebra, o compartilhamento do sigilo de processos que estão tramitando no Supremo Tribunal Federal e que estão sob sigilo de Justiça. Nós estamos pedindo o compartilhamento destas informações. É o que vamos votar agora.

Eu tive uma audiência com o Ministro Presidente deste inquérito, o Ministro Alexandre de Moraes. O Ministro ponderou, a meu ver, com inteira razão, que ele poderia fazer esse compartilhamento de processos que não tenham diligências em andamento, o que é perfeitamente compreensível. Se se compartilha um processo que vai realizar uma diligência secreta amanhã ou depois de amanhã, obviamente que perde a razão de ser essa diligência. Então eu concordei com o Ministro e ele me informou que acredita que, daquele dia que estive com ele – dentro do prazo, a partir daquele dia –, em 45 dias, todos os processos, todos os inquéritos já teriam essas diligências cumpridas e, consequentemente, ele teria encerrado esses inquéritos e haverá o compartilhamento de todos os... todas as informações que nos interessam.

A Relatora me chamou a atenção para um fato muito importante, que diz respeito a esse assunto, que trata da Súmula 14 do Supremo Tribunal Federal, que diz exatamente isto: a Súmula 14 informa que nós não podemos fazer o compartilhamento de inquéritos, de assuntos sigilosos que estejam sob segredo de Justiça, que estão com diligências pendentes. Então nós estamos acatando e incluindo a observância dessa Súmula 14 nesses requerimentos que vamos aprovar agora.

Além do mais, foi levantado aqui que alguns requerimentos que foram apresentados, solicitando a quebra, o compartilhamento de assuntos sigilosos, são muito genéricos. Então, antes de começar essa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação, eu solicitei que o Deputado Ramagem, junto com o Deputado Rubens Pereira Júnior, junto com o Secretário aqui da Comissão excluíssem esses requerimentos que têm esse caráter genérico, para que aprovássemos apenas aqueles que dizem respeito ao que nos interessa.

Então, eu vou colocar em votação primeiro os requerimentos de informação, observada a Súmula 14 do Supremo Tribunal Federal, excluindo-se os Requerimentos nºs 110, 163, 192, 629 e 655, já colocando para todos, claramente, que participaram desse acordo e observaram esses requerimentos o Deputado Ramagem e o Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, é o contrário. Esses são os requerimentos a serem aprovados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – V. Exa. me permite, como autor do requerimento... *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpem-me. A Secretaria da Mesa me corrige aqui. Na verdade, me deram a informação errada. Eles entenderam que era para excluir, mas é o contrário.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Esse são os que serão votados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós estamos aprovando...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós estamos aprovando, com a observância da Súmula 14, do Supremo Tribunal Federal, aprovando os Requerimentos 110, 163, 292, 629 e 655.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Só um registro antes da votação...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Só um registro rápido antes da votação.

Primeiro, é para dizer que de fato houve esse acordo com o Deputado Delegado Ramagem, tanto pela base do Governo quanto pela base da Oposição, desses requerimentos, respeitada a Súmula 14. Mas eu queria fazer um registro, Sr. Presidente, por que nós não ampliamos ainda mais os requerimentos? Porque nós temos membros da CPI que são investigados. Se eventualmente houver essa substituição dos membros investigados da CPI, nós votaríamos até para ampliar o objeto da cópia do acesso a essas informações. Não sendo possível, nós limitaríamos, o nosso entendimento e o nosso acordo, apenas aqueles requerimentos que têm o número do inquérito. Tem requerimento de autoria



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Deputado Marco Feliciano, do Delegado Ragem, da Senadora Damares, de vários membros da Comissão, mas o que nos restringiu no acesso às informações foi a presença de investigados na Comissão e apenas os requerimentos que indicam o inquérito de que está sendo especificamente requerida a cópia. Repito: se nós não tivéssemos requerimento, eu concordaria em pedir tudo. Havendo investigado, nós restringimos o acesso às informações. Mas, por isso, nós inclusive encaminhamos favorável a esses requerimentos em bloco, dos cinco ou seis requerimentos, para serem aprovados pela Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Ragem.

O SR. DELEGADO RAGEM (PL - RJ. Pela ordem.) – Uma questão de ordem: está havendo um desvirtuar da nossa Constituição da República. No art. 5º está muito claro o devido processo legal e a ampla defesa. Não é defesa de qualquer forma, é ampla defesa. Como está sendo suscitada a Súmula Vinculante 14, do STF, do que ela trata? Da ampla defesa. Ela trata de tudo que está no procedimento. Diligências já concluídas e encartadas, com possibilidade para a defesa. Então, antes de toda esta CPMI, antes de qualquer Parlamentar, os investigados que aqui estão deveriam ter acesso, antes de nós todos, a esses autos.

Então o que está acontecendo é um autoritarismo violando garantias e direitos fundamentais, que este Plenário poderia compor e trazer os autos. Então eu quero estender ao contrário, em razão dos investigados e qualquer defesa, que se tragam esses processos para apreciação, já que está havendo um cerceamento de defesa no Brasil. Onde já se viu uma democracia, um Estado democrático de direito, em que há uma previsão de ampla defesa, há uma súmula vinculante e não há acesso aos autos no STF?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Ragem, obviamente que a reivindicação de V. Exa. não pode ser dirigida a esta Mesa, porque não somos nós que definimos, dentro do Supremo Tribunal Federal, quais são aqueles inquéritos que estão ou não estão em segredo de justiça.

Então em votação os Requerimentos 163, 110, 292, 629 e 655.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos agora à questão dos convocados.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu tenho uma questão de ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Eu também tenho uma questão de ordem de outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Tudo ao seu tempo.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Eu também quero fazer questão de ordem.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, minha questão de ordem está baseada no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional e no art. 84 do Regimento do Senado Federal, relacionados à igualdade de participação entre os membros titulares e suplentes no âmbito do Congresso Nacional.

Considerando o princípio democrático que rege o sistema representativo, onde cada Parlamentar é eleito pelo povo para exercer o seu mandato com plena autonomia e responsabilidade, é fundamental garantir a igualdade de direitos e prerrogativas entre os titulares e suplentes nesta Comissão. Nesse sentido, eu solicito atenção aos seguintes pontos: assegura-se aos suplentes o mesmo direito de participação das atividades parlamentares, como a apresentação de proposições, debate de Comissões e Plenário e apresentação de questões de ordem. Os suplentes possuem acesso aos mesmos recursos e benefícios que os Parlamentares titulares e demais prerrogativas inerentes ao mandato.

Eu me sinto aqui, Sr. Presidente, não apenas eu, mas outros Deputados que são suplentes, como se fôssemos subparlamentares. Por exemplo, eu cheguei aqui quinze para as oito e, para fazer uma inscrição para poder falar, existem duas listas, uma lista de titulares e uma lista de Parlamentares, de suplentes, e eu vou ficar por último, como todos os demais. Então, em todas as Comissões e nas duas Casas o que acontece é que, quando os Parlamentares chegam e se escrevem, eles são chamados em ordem cronológica.

A minha questão de ordem, Sr. Presidente, é nesse sentido. Gostaria que V. Exa., se puder, analise. Eu vou ficar muito feliz com a sua resposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – Meu caro Deputado Marcos Feliciano, obviamente que esta Mesa tem todo o interesse de manter a igualdade de condições dos suplentes e dos titulares. Acontece que nós temos uma questão objetiva. Nós temos suplentes e titulares. Quando o titular está na Comissão, o suplente obviamente não pode, não está ali na Comissão podendo se utilizar daquela vaga naquele momento, porque, como diz o próprio nome, está na suplência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estabelecemos aqui, no começo dos trabalhos, um código de procedimentos em que estabelecemos que os suplentes, os titulares falarão – isso é uma praxe nesta Casa, e a gente sempre utilizou isso tanto na Câmara dos Deputados como no Senado da República, como em CPMIs, como também ajustamos que o tempo de fala, que foi um acordo feito aqui entre todos... Inclusive esse tratado de acordo de procedimento foi colocado aqui, exposto. Então, a Mesa, tenha certeza V. Exa., sobretudo no que diz respeito a um Parlamentar da sua qualidade, de que temos todo o interesse na participação de todos os membros, dos suplentes e titulares, mas, obviamente, que temos que primeiro ouvir os titulares e, em seguida, os suplentes.

Passamos agora à votação...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu já concedi a questão de ordem. Eu peço a V. Exa. que...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu posso dizer a V. Exa. que eu posso recorrer disso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obviamente que, se for questão constitucional...

Não é matéria constitucional, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Olha só: nunca foi aprovado esse procedimento. O senhor não levou aqui a questão, não pediu que fosse votada. Eu estou no meu quarto mandado, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu lhe concedi a questão de ordem e peço a V. Exa. a sua colaboração para que a gente possa prosseguir com o trabalho.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – V. Exa. está cortando a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É. Estou cortando, Deputado, porque eu disse a V. Exa. que eu não concederia...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – V. Exa. sempre foi elegante.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas eu sou, Deputado, e faço questão de ser...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Permita-me apenas refutar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas eu não posso abrir para V. Exa. uma fala quando eu acabei de dizer que não vou tolerar esse tipo de questão. V. Exa. não pode discutir com a Mesa. Eu tenho toda boa vontade com V. Exa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu só preciso explicar a V. Exa. algo que V. Exa. não ouviu.

Por exemplo, na questão de quando nós nos inscrevemos para falar, quem é que vai dizer se o titular está aqui e o suplente, não? Aconteceu isso na semana passada.

O que eu queria que V. Exa. fizesse é apenas isonomia e desse oportunidade aos Deputados suplentes de falar também.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Passamos agora à apreciação dos requerimentos de convocação.

Vamos votar.

Tem 12 requerimentos de convocação do Sr. Marco... Renato Martins Carrijo, que é perito convocado para esta quinta-feira; 19 convocações do General Marco Edson Gonçalves Dias. *(Pausa.)*

Perdão, perdão.

No item 12 está a convocação do Sr. Renato Martins Carrijo, perito convocado para a próxima quinta-feira.

Os itens 13 a 19 tratam, por diversos Deputados, da convocação do General Marco Edson Gonçalves Dias.

Os itens 20 a 24, da convocação do Sr. Saulo Moura da Cunha.

E, conforme foi colocado aqui, extrapauta, a convocação do Coronel Jean Lawand Júnior.

Então, estão em apreciação esses requerimentos.

Aqueles que forem a favor da aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovados.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para questão de ordem.) – Presidente, eu pediria a V. Exa... Eu vou estar fundamentando a questão de ordem no art. 131 do Regimento Comum do Congresso Nacional, concomitante com o art. 48 também do Regimento Comum.

Eu peço a V. Exa. que possa marcar o meu tempo, até para que eu não exceda na questão de ordem, que parece...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está marcando, Deputado. Está ali.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Vou tentar ser mais breve do que isso.

Apresento, com base nesses artigos, uma questão de ordem não apenas minha, mas já subscrita por 16 Parlamentares aqui da Comissão de Inquérito, da CPMI. Deputados e Senadores, Deputadas e Senadoras que queiram assinar, ainda podemos também acrescentar nessa lista. Mas já temos 16 Parlamentares que assinam essa questão de ordem.

Essa questão de ordem diz respeito à nossa solicitação de que seja retirado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e substituído pelo seu partido ou bloco o Senador Marcos do Val. E eu vou rapidamente explicar por que fizemos isso.

Eu já fiz também, em nome destes Parlamentares que eu aqui citei, 16 Parlamentares pelo menos, o mesmo em relação ao Deputado André Fernandes.

No caso do Senador Marcos do Val, no nosso entender, isso configura conflito de interesse direto, que inviabiliza a devida apuração dos fatos que são objeto de investigação pelo Congresso Nacional, podendo vir a impedir, inclusive, como já foi ressaltado aqui pelo Deputado Rubens Júnior, o compartilhamento de informações relevantes para a Comissão pelo STF.

Faço aqui um parêntese da leitura apenas para dizer que me parece óbvio. É difícil que o STF remeta para cá assuntos sigilosos que digam respeito ao que está sendo investigado pelo Senador Marcos do Val, porque ele é investigado, e nós vimos ações da Polícia Federal que solicitaram, no caso da Polícia Federal, inclusive a prisão do Senador Marcos do Val, que não foi aceita pelo Ministro Alexandre de Moraes. Mas, inclusive, a prisão foi aceita e nós tivemos a apreensão de celulares, tanto dentro do Congresso Nacional, quanto na própria casa do Parlamentar. Afinal de contas, o Parlamentar está sendo investigado justamente pelos mesmos fatos que serão objeto da investigação da Comissão. Eu faço aqui um adendo dizendo que, no caso do Senador Marcos do Val, Presidente, inclusive por obstrução de Justiça. É uma das questões alegadas pela Polícia Federal e pelo Supremo Tribunal Federal para fazer busca e apreensão que havia obstrução da Justiça por parte do Senador, que está sendo investigado. Não estou aqui fazendo juízo de valor se foi ou não, isso quem vai fazer é o Supremo Tribunal Federal ao julgar, mas me parece evidente que, se ele é investigado neste caso por obstrução de Justiça, como é que fica numa CPMI onde também poderá haver obstrução de Justiça, tendo acesso a documentos que, às vezes, seriam colocados para ele neste momento da investigação no Supremo Tribunal Federal.

Isso posto, Presidente, a declaração de seu impedimento pra compor a CPMI dos atos golpistas é medida, no nosso entender, que se impõe de imediato, considerando que já foi aprovado ademais o plano de trabalho. Do contrário, a própria legitimidade da CPMI será colocada em xeque, em franco



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prejuízo ao interesse público nacional na responsabilização dos autores dos atos criminosos e antidemocráticos perpetrados no dia 8 de janeiro de 2023.

É inaceitável e inviável mesmo que um Parlamentar que abertamente pregue a ruptura do Estado democrático de direito participe de uma Comissão que apura responsabilidades dos planejadores, financiadores, estimuladores e autores responsáveis pela tentativa de golpe no dia 8 de janeiro.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Como o art. 131 do Regimento Interno autoriza a apresentação da questão de ordem em qualquer fase da sessão, eu a faço aqui.

E aqui adendo, Presidente, para terminar, que nós queremos a substituição. Não há aqui nenhum impedimento político e ideológico das posições assumidas por qualquer um dos Parlamentares, que evidentemente têm aqui as suas representações partidárias, o seu direito que lhes foi conferido nas urnas, mas, se ele é investigado, não participa do processo de investigação. Então, trata-se de investigado e não da posição em relação ao conjunto pelas opiniões que tem.

E, por fim, digo a V. Exa. que a solicitação nossa, como já disse, não apenas minha, mas de vários Parlamentares colocados, é endereçada ao Presidente também do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, por ser ele o responsável pela indicação e pela nomeação dos Parlamentares.

É essa a questão de ordem que eu apresento a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, naturalmente V. Exa. sabe, como bom Parlamentar que é e conhecedor do Regimento Interno, que esta Presidência não tem autoridade, não tem competência para incluir ou excluir qualquer membro desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. V. Exa. já apresentou essa questão de ordem, e nós não conhecemos dessa questão de ordem por esse motivo. V. Exa. está, portanto, repetindo aquilo que já foi decidido pela Mesa e citou dois Parlamentares.

Eu vou dar, de acordo com o Regimento, cinco minutos para o Senador Marcos do Val, que foi citado, cinco minutos para o Deputado André Fernandes, que foi citado, não vou conhecer da questão de ordem de V. Exa. e, em seguida, partiremos para a oitiva do depoente.

Senador Marcos do Val, por cinco minutos.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES. Para explicação pessoal.) – Eu agradeço, Presidente.

Eu gostaria só de saber se poderia aumentar dois minutos, para sete minutinhos. Não, não é?

Bom, então vamos lá. Deixa eu só mostrar aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. tem cinco minutos, Deputado. Pode falar.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Bom, eu estou mostrando aqui que o Ministro...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, em relação apenas ao Senador Marcos do Val, tá bom?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu ouvi V. Exa. com todo o respeito. Eu peço a V. Exa. agora...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu não estou contradizendo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... para que a gente possa continuar, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu não estou contradizendo. V. Exa. pode dar a palavra. Eu estou apenas informando...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Tem que repor o tempo, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – O meu tempo, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu estou informando a V. Exa. que a questão de ordem que estou apresentando agora, em nome de todos os Parlamentares, neste caso aqui, não é em relação a André Fernandes. Este caso é apenas em relação ao Marcos do Val.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tudo bem. V. Exa. citou os dois.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

Senador Marcos do Val, por cinco minutos; depois, Deputado André Fernandes, por cinco minutos; e partiremos para a oitava da testemunha.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – E informo que vou recorrer, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – Presidente, só pra deixar claro pra todo mundo que o Ministro Flávio Dino sempre usou a polícia como política, e ele responde a uma denúncia no Maranhão por monitorar lideranças de oposição usando a polícia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui no Brasil, ele fez isso na reunião com o Presidente Lula. Saiu no *site* do Metrôpoles: "Sem citar [o nome de] do Val, Dino disse em reunião ministerial que PF faria uma nova operação".

Bom, eu tinha apresentado o vídeo dele na terça-feira. Coincidentemente, na quinta, a Polícia Federal fez isso.

E eu quero deixar claro que a Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal entrou em contato comigo, pedindo desculpas pela situação, porque eles estavam constrangidos.

Outra coisa: no documento que faz a denúncia, ele diz que eu faço parte de crime organizado. Crime organizado é de três pra cima. O documento não cita a minha conversa com o Ministro Alexandre de Moraes. Então, todo momento que eu conversei com o Daniel, eu imediatamente reportava pro Ministro Alexandre de Moraes. Aqui tem *prints* com a minha conversa com o Ministro Alexandre de Moraes, eu relatando qual foi a conversa com o Daniel, quais são as intenções... E, por incrível que pareça, nos autos é dito só o meu nome e o do Daniel, não é citado o nome do Ministro. Porque eu não iria a essa reunião se não fosse o Ministro ter me solicitado. Então, ele me solicitou, fui, e agora não foi enquadrado aqui dentro.

Eu quero só ler aqui uma mensagem que eu mandei logo quando eu saí, que diz o seguinte:

Boa noite, ministro!

Desculpe incomoda-lo no seu horário de descanso.

Acabei de pousar no meu estado, só retorno para Brasília, na próxima terça-feira.

Mas preciso adiantar uma parte do encontro que considero de alto grau de importância.

Quem está fazendo toda movimentação com objetivo de levá-lo a perda da função de ministro e até ser preso é o [...] [Daniel Silveira].

O [...] [Presidente da República] não está fazendo nenhum movimento neste sentido. O [...] [Daniel Silveira] que está tentando convencê-lo, dizendo ao [...] [Presidente da República] que eu conseguiria adquirir [...] peças fundamentais para que a missão fosse [...] [bem-sucedida].

E aí eu sigo falando.

Toda conversa foi na Granja e entrei junto com o [...] Daniel Silveira sem precisar me identificar.

Não sujaria o meu nome e a minha honra, compactuando com essa missão. Sou um democrata ferrenho e um admirador da sua coragem em prol do Brasil. Os detalhes de como seria a missão posso te passar pessoalmente.

E ele me responde marcando na terça-feira pela manhã.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, está aqui para todos que quiserem... Eu posso deixar aqui na Secretaria todas as falas, que, por incrível que pareça, não constam nos autos. Só mostram a minha conversa com o Daniel. Inacreditável!

Bom, outra questão: ele não acatou decisão da PGR. A PGR indeferiu tudo e ele não seguiu o que a PGR determinou. Ele está colocando várias entrevistas antagônicas, mas não no meu depoimento, em que, de fato, tem que ser dita a verdade, foi ali dita a verdade.

Eu estava usando antes o que a gente chama de técnica de persuasão; existe desde 1900 e foi usada na Segunda Guerra. Eu precisava... já com acesso ao relatório, que não está em segredo de justiça.

Ele também coloca aqui nos autos que eu publiquei um...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – ... documento sigiloso e que isso era um crime gravíssimo. Só que o documento, o próprio Ministro Alexandre de Moraes quebrou o sigilo dele no dia 5 de maio.

Então é tanta contradição, que deu pra ver que foi uma coisa feito rápido para que pegasse no meu aniversário. Porque cada ponto chega a ser grotesco, acho que nem um estagiário do Judiciário iria fazer algo tão esdrúxulo. Associação criminosa, eu e Daniel. Aí fala em "pessoas ainda não identificadas", ou seja, tinha que colocar aqui o Ministro.

Apreensão do celular do Senado: tem, além do aparelho, o *chip*, e isso está expondo todos os nossos Senadores. Conversas referentes ao trabalho, missões de inteligência, conversas sobre a CPMI... Resumindo, eles foram tentar achar o...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Senador, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – ... *pendrive* laranja, não encontraram nada e só levaram os *pendrives* antigos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – ... pra ver se tem alguma coisa nesse sentido.

Então, quero dizer que é claramente uma perseguição política. Não encontraram absolutamente nada e não vão encontrar absolutamente nada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – E quanto à gravidade de ter entrado no Senado é que a gente pede...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, eu peço que V. Exa. observe aqui o...

O SR. MARCOS DO VAL (PODEMOS - ES) – ... é que a gente pede muita cautela – só pra encerrar –, porque a gravidade não é nem ter feito isso comigo, é ter entrado no outro Poder. Isso que é grave.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Deputado André Fernandes.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente, ele não foi citado, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado, Sr. Presidente. É absurdo que...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Ele não foi citado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, isso é um desrespeito.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Meu Deus! Sr. Presidente, o Deputado Rogério...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. vai falar.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Isso é xenofobia.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu estou querendo falar, ele está...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Ele não foi citado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pastor, ele foi citado.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não foi!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele foi citado, Senador.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não foi.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Há um direcionamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O entendimento do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar a palavra ao Deputado André Fernandes por cinco minutos.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Ele não foi citado na questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi citado, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Foi citado. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi citado. Por favor, Deputado, cinco minutos.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E vamos, em seguida, partir para o início do nosso trabalho.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Minha solidariedade, que o Presidente está tentando conduzir de forma séria e tem gente atrapalhando. Então, é soberana a decisão de V. Exa. Parabéns e agradeço.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – E injusta.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para explicação pessoal.) – Sr. Presidente, eu não sei por que é que ainda se insiste nesse assunto, e eu até agradeço por ter sido citado, falando mais uma vez sobre suspeição, porque a gente é investigado, e não sei o quê e tal, tal, tal. Eu estou aqui, em mãos, está aqui, olha, com a ata da Secretaria-Geral da Mesa na época da CPI da Covid. Quando o TRF tentou derrubar a participação do Senador Renan na Comissão, na CPI, obviamente a Advocacia do Senado entrou em defesa, dizendo que não, que o Parlamentar tinha todo o direito de participar, por mais que fosse investigado. Aí eu tenho algumas falas aqui de alguns Parlamentares presentes, inclusive.

O Senador Rogério Correia falou, e eu tenho aqui, lá no terceiro parágrafo:

A terceira questão, Sr. Presidente, é que o Parlamentar não está aqui pela metade. Não existe nenhum Parlamentar aqui pela metade. Diga-me qual é o Parlamentar que está aqui com meias prerrogativas? E, se ele está aqui com total capacidade no exercício das prerrogativas que a Justiça Eleitoral lhe conferiu, ele pode exercer qualquer função, e ninguém - ninguém! - tem o direito de questionar as prerrogativas legislativas do exercício pleno da condição de Parlamentar. Isso é outro ato autoritário que nós não podemos admitir sob nenhuma hipótese.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem também a fala aqui do Líder do Governo, Randolfe Rodrigues. Ele fala:

O art. 58 da Constituição, §3º, rege o que são comissões parlamentares de inquérito. Se não precisasse ler o artigo, o nome já diz: é de inquérito. O que foi argumentado aqui para impedir a designação de algum Senador... E olhem, pasmem, eu ouvi aqui alguém argumentar que era para também impedir de participar da CPI. Aí já é mais grave: é impedir algum colega Senador do exercício do mandato.

Está acontecendo outra CPMI, a das *fake news*, lá naquela Comissão. Há vários Parlamentares, membros da Comissão, que são investigados, que estão objeto da investigação. Nem assim, ninguém arguiu impedimento para participar.

Para finalizar, também teve a fala da Senadora Eliziane Gama, hoje Relatora aqui desta Comissão. Ela disse: "E, ao mesmo tempo, Presidente, fica muito claro o temor do Governo Federal"

Pouco à frente ela fala:

Agora nós acabamos de ter essa decisão do TRF, ou seja, tenta-se criar, por exemplo, suspeição e impedimento, que são instrumentos próprios do Judiciário. Esta Comissão, como o próprio nome já diz, é de inquérito, não é de julgamento, e, por não ser de julgamento, a suspeição e o impedimento não podem ser levados em consideração, porque não constam no regimento do Legislativo brasileiro.

Então, eu parabenizo V. Exa.

Estou aqui para concordar com a fala de todos os outros Parlamentares, que, outrora, falaram na CPI da Covid, e eu refalo aqui nesta Comissão da CPMI de 8 de janeiro.

Obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Questão de ordem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – O Senador Renan nunca foi investigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Questão de ordem ao Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para questão de ordem.) – Com base nos arts. 131 do Regimento Comum e 84 do Regimento Interno, é só para que a gente... Eu quero fazer uma pergunta à mesa e dar uma sugestão de procedimentos, também, que já aconteceram em outras comissões parlamentares de inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A única coisa que diferencia um membro efetivo de um membro suplente é a questão do voto. Então, a interpretação que está sendo sugerida pela assessoria da mesa é equivocada e, das duas, uma, Presidente, eu queria perguntar: qual é o procedimento para recorrer disso, já que foi uma inovação? Isso não encontra amparo no Regimento Interno, nem foi colocada em votação a questão de suplentes e membros titulares.

E a sugestão que eu queria dar a V. Exa., como já foi aplicada em outras comissões, que eu acho que é um bom meio-termo, razoável... Como eu acredito que, em função da grande quantidade de membros integrantes desta Comissão, as perguntas serão feitas em bloco àqueles que vierem aqui prestar a sua oitiva – imagino que, a cada cinco Parlamentares para fazer as perguntas, depois o depoente responda as cinco em bloco –, que V. Exa. coloque em votação quatro membros titulares e um suplente a cada bloco de cinco, se essa for a dinâmica das oitivas aqui na Comissão.

Apenas isso, Presidente. Obrigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Flávio Bolsonaro, não é, de maneira nenhuma, interesse desta mesa colocar e impor condicionamentos que sejam exclusivamente da cabeça do Presidente.

Eu quero dizer que esse procedimento foi aquilo que prevaleceu e que vigeu durante a CPMI da Fake News. Entretanto, eu li aqui uma proposta de procedimento, mas se essa for a vontade do Plenário, eu posso, na próxima reunião, submeter esse procedimento à votação. E aí o Plenário decide, se primeiro fala o suplente, ou se todo mundo é igual. Não tem problema nenhum.

O Presidente não tem nenhum interesse de colocar um na frente do outro, de mudar o tempo de um em detrimento do outro, é apenas uma forma que nós já encontramos aqui, constituída. Mas, já que houve esse questionamento, por mais de um Parlamentar, eu me comprometo, na próxima reunião, antes de iniciarmos os depoimentos, a colocar em votação esse acordo de procedimento.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Presidente, só pra colaborar, por causa da nossa reunião da Mesa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) (Pela ordem.) – Senadora Soraya, só um minutinho. V. Exa. terá a palavra pela ordem.

Só para eu corroborar, na reunião que tivemos, da Mesa. Eu acho, e sempre foi assim, a importância do Parlamentar, em si, é como um time de futebol; você tem 11 no banco e 11 jogando. E os 11 que estão no banco só não jogam porque não são 22, mas devem ter o mesmo nível. E acho que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

suplente tem o mesmo nível. O titular não estando, ele tem o mesmo nível e o nível deve ser o nível do titular, até para não ficar...

Porque em alguns momentos eu me sinto assim, até no Plenário, que aqui tem Senador de segunda classe. É só ver aqui a Agência Senado, que tipo de notícia sai, quem que sai... É só ver a TV Senado para ver quem é que sai e quem não sai. Então, você tem de primeira classe e de segunda classe. Eu penso que, na CPI, as questões de CPI, as questões de oitiva, por exemplo, não é audiência pública em que você pergunta e fica esperando o cara responder, porque mais cinco ainda vão perguntar.

Eu acho que, na questão de oitiva, o Parlamentar tem cinco minutos ou dez minutos, que ele use o tempo dele fazendo um bate-bola com quem ele está inquirindo, porque, se ele esperar mais cinco perguntar, no final, o sujeito faz uma resposta genérica e fica por isso mesmo.

Então, por questão de economia e por questão, até, de dar seriedade para a resposta, eu acho que cada Parlamentar deve, dentro do seu tempo, fazer esse bate-bola com quem está sendo inquirido, porque é uma inquirição, não é uma audiência pública, é uma oitiva, e é pergunta e resposta.

Dentro do entendimento de V. Exa., que vem trazer uma solução, na próxima reunião nossa, em função até de mais reunião com a Mesa, que V. Exa. já marcou com nós quatro, que o suplente, realmente, tenha o mesmo nível daquele que é titular, na ausência do titular.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para corroborar aqui com o bom andamento das reuniões.

Eu sei que V. Exa. quer ser educado, quer manter a paz e a ordem aqui, mas o art. 14, que pode ser usado subsidiariamente... O art. 14 do Regimento Interno do Senado Federal pode ser usado subsidiariamente aqui. Mas quando um Parlamentar é citado, ele pode falar, por cinco minutos, quando a ele é atribuído ato ou fato. Então, não foi o caso...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Ou ofensa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Ou ofensa de qualquer natureza. Mas não é o caso do... Eu não vou nem citar o Deputado anterior, que foi... Porque, se a cada vez que nós citarmos um nome, sem atribuir nenhum ato, fato ou ofensa ao Parlamentar, nós tivermos que dar cinco minutos, nós não vamos andar nunca.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Então, tem que ser feito um juízo de valor, com todo respeito, por V. Exa., por todos vocês da Mesa: Sim, foi atribuído ato, fato ou ofensa a este Parlamentar, para dar a ele os cinco minutos.

Nós já perdemos mais de dez minutos, com todo o respeito.

Então, se for a cada vez que for citado, nunca isso aqui vai andar.

Muito obrigada pela atenção, mas é bom que a gente coloque...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Mesa agradece a colocação de V. Exa., mas só para tranquilizá-la, Senadora, esse dispositivo 14 também prevê que só podem ser dois Deputados por sessão.

Então, nesta sessão, por exemplo, já não há mais nenhuma possibilidade...

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... de alguém, sendo citado, que possa continuar... que possa, mais uma vez, ter cinco minutos para falar.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – O Senador Kajuru, com a palavra, por favor.

Pois não, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. Pela ordem.) – Querido Presidente, vou ser objetivo.

Me baseio, nesta sugestão, na opinião de alguns dos maiores jornalistas do Brasil, a maioria que trabalhou comigo em rede nacional, e queria aqui... Com todo o respeito às palavras do Deputado André – não discordo delas, e não é o caso do que ele falou, foi posteriormente à sua explanação –, eu penso que cada um aqui tem o direito de falar o que quiser, e a manifestação posterior à sua fala, penso eu que ela é desagradável quando houver aplauso, porque abre chance para amanhã haver vaia, e não será um ambiente legal a gente aqui ficar comemorando ou vaiando a opinião de cada companheiro. Quem vai nos julgar é a sociedade brasileira, e não um a um aqui. É o que eu penso e apenas, humildemente, faço essa sugestão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Kajuru, a Mesa corrobora inteiramente a vossa questão de ordem.

Eu também compreendo que, tanto as manifestações de aplausos, mas que também podem, evidentemente, ensejar, no lado oposto, a colocação de vaías, não deveriam ser objeto aqui da nossa CPI, não deveriam ser a prática, motivo pelo qual eu peço a todos que nos abstenhamos tanto dos aplausos quanto das vaías.

Passamos agora...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – Presidente, para eu comunicar a V. Exa. que eu vou recorrer da decisão de V. Exa. na questão de ordem.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Presidente Arthur...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Paulo Magalhães.

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente Arthur, eu folgo em vê-lo comandando com rara competência os destinos desta Comissão. Porém, durante sete mandatos, eu nunca vi numa reunião um Governo com maioria aquiescer tanto como eu estou vendo nesse momento.

Dessa forma, eu prefiro me retirar e, quando o Governo mudar de posição, eu vou voltar.

Nós temos que ir para o enfrentamento. Nós não podemos ficar aquiescendo em tudo, não, e acho que essa é uma posição da maioria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, naturalmente que isso não é uma questão de ordem. Eu recebo...

O SR. PAULO MAGALHÃES (PSD - BA) – Mas é uma colocação que eu faço, com todo o respeito e com a admiração que tenho por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu sei disso, Deputado. Nossa amizade não é de hoje.

Muito obrigado.

Passamos, agora, então, à oitiva do Sr. Silvinei Vasques, como testemunha, em atendimento ao Requerimento, aprovado por esta Comissão, nº 803, de 2023.

E eu solicito ao Sr. Silvinei Vasques que tome assento aqui na mesa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, antes de começar a nossa inquirição, fazer apenas uma pergunta aqui para os Srs. Deputados, já que há essa polêmica com relação ao acordo de procedimentos que foi sugerido pela Presidência.

Os senhores preferem que seja feita a fala de cada um dos Srs. Parlamentares e, depois, uma resposta em bloco do depoente? Ou os senhores preferem, como alguns aqui sugeriram, que seja feita uma inquirição em que o tempo de cada um dos Parlamentares possa ser usado parceladamente, para que pergunte algum assunto do seu interesse – ao depoente, o tempo fica parado; e, depois, ele prossegue?

Se não houver – espere aí, Deputado Rogério –, se houver acordo para essa sugestão, nós manteremos; não precisa ninguém falar. Se houver acordo para essa sugestão, isso será feito. Caso não tenha acordo, nós prosseguiremos no que está no acordo de procedimentos que a Mesa leu.

Então, pelo que eu estou vendo, não há acordo. Então, vamos prosseguir que é melhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Por uma questão de economia processual, vota...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito. Já está entendido!

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente... Eu sugiro colocar em votação, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós já colocamos que, na próxima reunião, nós colocaremos o acordo de procedimentos em votação. Nesta reunião, vamos manter aquilo que foi lido anteriormente e a que ninguém se manifestou com antecedência.

O acordo que foi feito... (*Pausa.*)

O que nós colocamos no acordo de procedimentos é que são blocos de três Parlamentares, dez minutos para cada Deputado titular, cinco minutos para cada Deputado suplente. Então, anteriormente, daremos o prazo para que o depoente exponha, por 20 minutos. Depois da fala, nós seguiremos a lista de inscrição.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, posso só fazer uma observação?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – À exceção da Relatora, não é? Nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Rapidamente, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É uma questão de ordem, Deputado?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Não, é só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Para quem, no seu tempo próprio de dez minutos, quiser fazer inquirição...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não foi acatado isso, Deputado.

Na próxima reunião, nós colocaremos essa possibilidade em votação e teremos tempo para debater.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Pela ordem.) – Presidente... Presidente, por favor.

Os autores do requerimento de convocação falam antes das inscrições falam antes das inscrições, não é isso? É isso que estava posto. Isso está posto. Está posto.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Os autores de requerimento poderão falar antes, de acordo com o que está no acordo de procedimentos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – A Relatora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Relatora será a primeira a falar. Obviamente será a primeira a falar sempre.

Então, passo agora a palavra...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

Pela ordem.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Só para registrar que nós do PSOL registraremos, registramos que, para inquirição e investigação, um por um é melhor, e vamos defender isso na próxima reunião.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa., na próxima reunião, coloca isso, Pastor.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Presidente, vamos à inquirição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sr. Presidente, rapidamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Girão.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Vamos à inquirição, porque é a forma de a CPMI...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu já coloquei que, na próxima reunião, nós vamos trazer de novo o debate sobre o termo de procedimentos. Agora nós não podemos interromper esta reunião para debater aquilo que já foi decidido.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Questão objetiva, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado Girão está com a palavra, Senador. Um instante.

Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela ordem.) – Exatamente pegando essa sua última fala, que o senhor acabou de colocar: não vamos debater o que já foi decidido. Na primeira reunião nossa aqui, nós decidimos, no aspecto de tempo... Foi isso que eu entendi; se eu estiver equivocado, por favor, deve estar nas notas taquigráficas aí... Mas foi compreendido por mim que o tempo dos titulares vai ser o mesmo tempo dos suplentes. Essa pergunta houve aqui no início, nós discutimos isso acho que na primeira ou na segunda reunião, e ficou decidido. Nem que seja menos tempo, mas eu acho importante que... Mesmo eu sendo titular, tá, Presidente? Mas é uma questão de justiça que haja aí um equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, nós lemos aqui um acordo de procedimentos. Apresentamos esse acordo de procedimentos, foi lido aqui na Mesa. Na hora em que foi lido, ninguém se manifestou. Não é razoável que agora, porquanto existam várias colocações, e divergentes, que nós interrompamos aqui o primeiro depoimento para abrirmos uma discussão que pode demorar três, quatro horas sobre termo de requerimento.

Então, nós vamos seguir aquilo que consta no termo de procedimento que foi lido, onde está que cada... Isso foi lido, Deputado. Está aí constando nas notas.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Não foi lido, não foi lido!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi lido! Foi publicado também no *site*.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Foi lido e foi publicado no *site*.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sr. Presidente, o encaminhamento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós seguiremos este roteiro: dez minutos para os titulares, cinco minutos para os suplentes, três minutos para os não membros. Entretanto, a Mesa já comunicou que, na próxima reunião, nós abriremos essa discussão. Se algum Parlamentar quiser tratar de outro tema, tudo bem; se não, eu pediria que nós avançássemos, Senador Rogério.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O depoente já está à mesa, Presidente. Por favor, vamos seguir.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu só quero, Presidente... Eu só quero pedir...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu estou no encaminhamento. O depoente já está à mesa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Eu só quero pedir... Eu só quero pedir que nós todos, Parlamentares, tenhamos o respeito à Mesa que conduz estes trabalhos. Esse tipo de questionamento, reincidente, é protelatório e desrespeitoso com a Mesa que dirige os trabalhos, porque todas essas questões foram postas na outra reunião, nas outras duas reuniões que ocorreram. Portanto, Presidente, eu peço que V. Exa. toque os trabalhos conforme o encaminhamento que V. Exa. determinou, porque é prerrogativa do Presidente conduzir os trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... e tem conduzido de forma muito...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado. Fico grato.

E vamos passar agora à oitiva da testemunha então.

V. Sa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sr. Silvane...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É só para saber quem são os autores...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código Processual Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Aos fatos que eu tiver conhecimento direi a verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A partir deste momento, V. Exa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos do artigo 203 do Código de Processo Penal.

Nesta oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor, intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Passo a palavra a V. Sa. para que faça o seu depoimento inicial, durante 20 minutos.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Bom dia a todos!

Um dia muito especial para estar aqui hoje: depois de oito meses, é a primeira oportunidade que tenho de poder trazer a verdade acerca dos fatos do período eleitoral e o pós-período eleitoral, em razão dos bloqueios nas rodovias federais. Então, agradeço muito, Sr. Presidente, o qual cumprimento, Deputado Arthur Maia; o Senador Cid Gomes, hoje substituído pelo Deputado Evair de Melo; o Senador Magno Malta, que é o Segundo-Presidente; e a Senadora Eliziane Gama, que é a Relatora desta Comissão. Cumprimento também todos os Senadores e Deputados Federais aqui presentes.

A gente queria, Presidente, ter feito uma apresentação. Não foi autorizada, não é? Então, a gente teve que se readequar para fazer uma fala rápida aqui nesses 20 minutos.

Nós temos aqui dois memoriais, que são mais de 300 laudas, que comprovam tudo o que eu vou afirmar aqui hoje e que será encaminhado oportunamente, se permitido, à Comissão pra juntada nos autos, onde a gente vai ter a possibilidade, pela primeira vez, de combater esta que foi a maior injustiça já realizada na história da Polícia Rodoviária Federal, que nos próximos dias completa 95 anos. Então, nós teremos essa oportunidade.

As informações aqui, nenhuma delas é de cunho pessoal; todas, dos bancos de dados da Polícia Rodoviária Federal, das instituições de segurança do Brasil.

Eu acho que hoje os nossos policiais rodoviários federais, que há tempo, há oito meses, têm estado muito tristes... Uma instituição soberana, uma instituição de Estado, uma instituição que nasceu para salvar vidas no Brasil, uma instituição que nos últimos anos se destacou. Nos últimos quatro anos, por exemplo – são dados internacionais –, somos a instituição que mais apreendeu droga no mundo. Apesar de termos apenas 2% do efetivo policial no Brasil, fomos a instituição que, nos últimos anos, mais combateu os crimes ambientais; a instituição que mais defendeu os direitos humanos, com a retirada de trabalhadores escravos em diversas regiões do Brasil; apreensão de arma; trabalho contra a pedofilia. No ano passado, fomos reconhecidos pela CGU como o órgão mais transparente do Brasil e, ainda em 2022, fomos reconhecidos pela Secretaria Digital do Governo Federal como o órgão com mais



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avanço tecnológico do Brasil em sua história. Então, é uma instituição que cuida das pessoas, que tem isso desde a sua formação. É uma instituição que... talvez, a que mais trabalhou na defesa do Susp, que é o novo Sistema de Segurança Pública, com mais de 350 convênios assinados com polícias estaduais e polícias, guardas municipais nos últimos anos.

Mas eu irei falar, a princípio... Eu tenho informações aqui é do dia da eleição, primeiro e segundo turno, e os fatos posteriores e, naturalmente, se tiver alguma coisa relacionada ao 8 de janeiro, também irei responder, mas, nessa data, 8 de janeiro, inclusive, eu já estava fora do cargo de Diretor-Geral e também já estava fora da instituição, porque eu me aposentei ainda no mês de dezembro.

Relacionada aos fatos, é uma breve, muito breve, afirmação que eu farei aqui, e estarei pronto depois pra provar todas as afirmações em razão desses documentos que estão aqui e as informações que estão na minha memória daquilo que eu tomei conhecimento.

Então, farei alguns tópicos aqui para facilitar o entendimento dos senhores.

O que se falou muito é que a PRF, no segundo turno da eleição, direcionou a sua fiscalização para o Nordeste brasileiro. Isso não é verdade, não é verdade porque o Nordeste brasileiro é o local em que nós temos nove estados, nove superintendências, temos a maior estrutura da PRF no Brasil, a maior quantidade de unidades da PRF. Nos estados do Nordeste também se encontra hoje lotado, há muito tempo, o maior efetivo da instituição. É no Nordeste brasileiro também que está a maior malha viária de rodovias federais do Brasil – está no Nordeste brasileiro. O Nordeste brasileiro também é onde a gente tem a maior quantidade de acidentes com vítimas, de todas as regiões do Brasil. É o Nordeste também que tem a segunda maior frota de ônibus do Brasil. Se a gente retirar a cidade de São Paulo da Região Sudeste, o Nordeste é a região que tem a maior frota de ônibus ou vans do Brasil. O Nordeste também é onde, infelizmente, nas últimas cinco eleições, foi feita a maior quantidade de prisões acerca de crimes eleitorais, nas cinco eleições.

É no Nordeste também que a gente tem o maior registro de apreensão de arma de fogo. E devemos lembrar que na última eleição foi proibido – não, é? – o trânsito e a aproximação de zonas eleitorais de pessoas armadas, mesmo aquelas que tinham porte – então a PRF tinha também essa obrigação – e lembrar que as polícias ostensivas trabalham com georreferenciamento e estatística.

Nós não somos uma polícia judiciária que tem algumas informações privilegiadas em razão da sua atividade. Então nós trabalhamos sempre em cima de georreferenciamento e em cima de estatística.

O outro questionamento é que nós tínhamos uma fiscalização excessiva no Nordeste. Então nós tivemos 694 pontos de fiscalização no dia 30 de outubro, que foi o segundo turno da eleição. E o Nordeste, assim, junto com o Norte foram os locais em que a polícia menos realizou fiscalização. Onde mais se fiscalizou foi no Sudeste; depois, no Sul, no Centro-Oeste, e o Nordeste, empatado com o Norte,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficou em quarta posição. Nós tivemos em média 25 locais de fiscalização por estado no Nordeste, no segundo turno.

Falou-se também que se encaminhou ao Nordeste brasileiro a maior quantidade de recursos para a operação. Seria natural que lá se encaminhasse a maior, porque, se tem o maior efetivo, é natural que, em número absoluto, quando você bota um percentual, você vai ter uma quantidade maior de pessoas a convocar, de viaturas para utilizar. Mas isso também não é verdade. O Nordeste ficou em terceiro lugar na média nacional do repasse de recursos.

Reitero que todos esses recursos estão dentro dos sistemas do Governo Federal, o que pode ser auditado. Em sua maioria, que está aqui, são fontes abertas.

Falou-se também que a quantidade de veículos naquela região foi a mais fiscalizada. Também não é verdade. Nós tivemos, em média, no Nordeste, 26,5 veículos fiscalizados – de 26 a 27 veículos fiscalizados – por ponto de fiscalização, tá? Então, o Nordeste ficou em quarta posição, juntamente com o Sul: 26 veículos fiscalizados por ponto.

Depois, afirmou-se na imprensa também que a PRF descumpriu a decisão do TSE. E aí é importante a gente esclarecer tudo o que ocorreu porque, infelizmente, uma pequena parte da mídia brasileira não difunde as informações por completo. Então nós demos.... temos duas situações: temos uma ADPF, de relatoria do Ministro Barroso, que autorizou todas as frotas municipais ou a serviço dos municípios e também ônibus de concessionárias, ônibus da área escolar, da saúde – que fossem autorizados – a fazer transporte de eleitores no dia da eleição.

Depois, os interessados na ADPF fizeram nova petição, e o Ministro Barroso estendeu a utilização desses bens públicos ou concessionários ou a serviço desse para extralimite municipal e extralimite estadual, ou seja, intermunicipal e interestadual.

Na véspera da eleição, por volta de 23h do dia 29 de outubro, o Ministro Alexandre de Moraes, na condição de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, nos encaminhou uma recomendação – vejam: às 23h do dia 29 de outubro – pra que a gente efetivamente desse cumprimento – não, é? – àquela decisão anterior, agora com uma abrangência um pouco maior.

Rapidamente, em apenas duas horas, a gente já encaminhou isso. Estão aqui os documentos, todos encaminhados para as autoridades do Brasil, todas as superintendências, em difusão, determinando o fiel cumprimento da decisão do Ministro Alexandre de Moraes e ratificando a decisão da ADPF relatada pelo Ministro Barroso. Então nós fizemos imediatamente. Não existe qualquer tipo de omissão por qualquer gestor da PRF em qualquer estado da Federação.

E mais: fomos à AGU, porque nenhum servidor do Poder Executivo pode cumprir qualquer decisão judicial sem um parecer da AGU. E a AGU disse, está aqui: "Continue a operação e cumpra a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decisão", ou seja, a polícia deveria continuar o seu trabalho de fiscalização de trânsito, o seu trabalho proibindo que armas, que também era uma decisão do STF, chegassem próximo das zonas eleitorais, fiscalizando também os crimes eleitorais. E foi isso que a instituição fez naquele domingo.

Então não existe, até o presente, qualquer registro – uma investigação da Polícia Rodoviária Federal, inclusive também sendo investigado pelo MPF e pela Polícia Federal –, o registro de qualquer cidadão brasileiro – qualquer cidadão brasileiro, apenas um – que deixou de votar no dia 30 por um trabalho de fiscalização da Polícia Rodoviária Federal – não existe, nos registros que são auditáveis da Polícia Rodoviária Federal.

E vale citar aqui que nenhum policial rodoviário federal pode fazer uma abordagem sem registrar. Vocês podem observar, quando passarem por uma viatura, por um policial, algum deles estará com o celular na mão; ele está registrando aquela abordagem. Então tudo está devidamente registrado.

Nenhum ônibus foi recolhido. Há de se destacar também, e o Ministro Barroso destaca isso na sua decisão, que os ônibus eram para eleitores. Não poderia haver qualquer tipo de diferenciação do candidato A ou do candidato B. O parecer da AGU também vai nesse encaminhamento. Então os nossos policiais estavam lá para garantir a segurança. E mais: neste dia não foi registrado no Brasil nenhum acidente com vítimas grave, com ônibus ou vans, em razão desse trabalho que a gente fez e conseguiu garantir o deslocamento dos cidadãos aos pontos de votação.

E mais: o segundo turno da eleição, pela primeira vez na história, foi o turno em que a gente teve o menor número de abstenção. Nos tribunais regionais eleitorais, com quem trabalhamos em conjunto no transporte e na segurança das urnas, na Justiça Eleitoral e no Ministério Público Eleitoral, em centenas de casos no Brasil em que fizemos a segurança de juízes e promotores eleitorais ameaçados, não existe nos TREs do Brasil nenhuma investigação em que fica demonstrado que a Polícia Rodoviária Federal descumpriu qualquer procedimento relacionado às decisões e qualquer outra norma dos colegiados dos tribunais – do tribunal eleitoral, o TSE, e dos TREs. Inclusive, a Polícia Rodoviária Federal foi homenageada por mais de dez tribunais regionais eleitorais após as eleições.

E aí a gente encontra várias matérias comprovando tudo que eu estou falando aqui. Inclusive, na semana passada, o MPF, lá no Pernambuco, arquivou mais um procedimento, porque não foi encontrado nada que desabonasse a conduta dos nossos policiais.

Mas como se iniciou toda essa situação? Eu explico aos senhores. A gente vinha trabalhando dentro da instituição, nós passávamos um momento difícil, um momento de descontentamento de parte do público da instituição, por quê? Primeiro, em 2019, foi aprovada a reforma da previdência, que trouxe muito prejuízo aos policiais civis da União, dos estados e dos municípios. Então, entre muitos policiais, já havia descontentamento muito grande.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, foi prometido que, no ano de 2019, a instituição receberia uma carreira melhorada, ou seja, um salário melhor, haveria um reconhecimento, uma organização, e o Ministério da Economia não aprovou. Isso criou um grau de descontentamento muito grande na instituição.

Além disso – nós chegamos a 13 mil policiais nos últimos quatro anos, foi a maior ingressa de policiais da história –, grande parte dos nossos policiais também eram eleitores do Presidente eleito, o Presidente Lula. Além disso, não há, é um crime impossível que não ocorreu e não tem como. Como nós falaríamos com 13 mil policiais no Brasil, explicando qual era a forma criminosa de operar, sem ter uma conversa por WhatsApp, Telegram, sem ter uma reunião com esses policiais em qualquer delegacia do Brasil, sem ter um *e-mail* enviado? Será que nenhum desses policiais... Há um número grande de policiais na Polícia Rodoviária Federal que são de ideologia progressista, de esquerda. Será que, desse grande efetivo que vai ter que trabalhar mais sete, oito anos em razão da reforma da previdência, nenhum participou ou viu no corredor alguma coisa? Não tem como fazer uma situação dessa e envolver 13 mil policiais lá em Xapuri, no Acre, em Tartarugalzinho, lá no Amapá, lá em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, sem ter uma simples conversa de corredor. Eu tenho certeza de que nossos policiais são honestos. Hoje, para passar num concurso da PRF, são mais de mil candidatos por vaga. E, na PRF ou em qualquer órgão federal, vocês podem ter certeza de que ninguém consegue fazer uma trama dessa sem juntarem provas, sem ter... Então, isso não existe. Isso não existiu. É fantasiosa.

Mas como que isso ocorreu? Está aqui. Nós temos aqui. O primeiro colega já foi à imprensa assumir em público que, na manhã do dia 30, entrou em grupos de Parlamentares dos partidos que apoiavam o candidato, à época, e agora Presidente Lula, entrou em grupos de policiais de um grupo que se denomina antifascistas, entrou em grupos da sua universidade, enfim, e começou a espalhar essas informações. Isso foi disseminado rapidamente com três matérias que se destacaram, e a gente foi investigar. Um era o Prefeito lá na Paraíba... (*Pausa.*)

... de Caeté... Desculpa, eu não lembro... Está aqui o nome da cidade: Cuité. Mentiu descaradamente e já foi processado. Até o nome dele ele mentiu. Inclusive, fez campanha política, o que é crime, no local em que os policiais ficaram por 39 minutos. E um dos veículos que estavam lá era do juiz da comarca que foi lá conversar com eles. Mentiu descaradamente esse cidadão.

O outro, uma senhora que estava dentro de um ônibus lá em Benevides. Está o registro aqui, não tem como burlar. O ônibus ficou parado por 14 minutos no local com o tacógrafo estragado, e a polícia ainda fez a escolta do ônibus até a área de votação. Ninguém deixou de votar.

Então, um dia muito... uma briga muito grande dos dois lados. E aí, eu, na condição... se fosse um Parlamentar de esquerda, recebo uma informação de um policial rodoviário federal – porque aí foi para os grupos, não é? –, eu também acreditaria. E a imprensa pegou e propagou. E quem é que conseguia naquele dia? A gente falava, falava, e a imprensa não queria saber. O momento estava muito quente, era um problema político, não era um problema de segurança pública.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que fizeram com a instituição... esses policiais, que são um grupo muito pequeno, são covardes, covardes, quebraram o juramento que fizeram, de defender as pessoas, defender os bens, defender a vida, defender o Brasil, a instituição. Se teve alguém que atuou nessa eleição para que tudo ocorresse bem, foi a Polícia Rodoviária Federal.

Tudo que eu estou falando para vocês aqui, eu tenho prova. E eu não vou colocar uma palavra a mais. Tudo aqui, a gente tem prova para demonstrar para vocês.

Por isso que eu digo que hoje é um dia especial. Há muito tempo eu estava com vontade de falar, mas vai falar como? A gente respondia os *e-mails* para a imprensa, não se publicava nada. Pelo contrário, queriam humilhar as pessoas, chamar uma instituição dessa aqui, honrada...

E vou falar mais. Em 184 pontos que a PRF fiscalizou lá no Nordeste, adivinhem, o menor índice de abstenção da história do Nordeste foi onde a PRF estava. Que coincidência! Enquanto que o Nordeste teve no segundo turno um nível de abstenção de menos de 0,32, nos 1.610 municípios, onde a PRF fiscalizou o índice de abstenção foi menor, 0,13. São dados do TSE.

A PRF... Mas aí: "Ah, mas a PRF trabalhou para prejudicar..."

(Soa a campainha.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Presidente, um minuto e eu consigo terminar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. SILVINEI VASQUES – A PRF atuou em locais específicos para prejudicar o candidato a Presidente, o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva? A PRF operou em 618 pontos no Brasil. Em 310, segundo dados agora de abril do TSE, venceu o Presidente Lula. Em 318, venceu o Presidente Bolsonaro. Então, a PRF atuou mais nos locais onde o Presidente Bolsonaro venceu, em 318, do que nos locais em que o Presidente Lula ganhou, com 310.

A PRF trabalhou para prender ônibus, principalmente no Nordeste? Não, isso não é verdade. De todos os veículos fiscalizados no Nordeste, apenas 3% foram os ônibus. Dos 1.754 municípios do Nordeste, a PRF recolheu, no dia, 5 ônibus. Um motorista sem carteira: tem como deixar ir embora uma situação dessa? Um ônibus sem para-choque: imagine um ônibus colidindo na traseira de um caminhão sem o para-choque, o que que ia acontecer? Um com o vidro quebrado e um ônibus que estava sem retrovisor: não há mínima condição de um policial liberar um veículo desse para... Inclusive, um deles estava vazio, nem estava levando eleitor. Era da empresa que limpava a rodovia lá. Não tinha condição. E o que fizeram os policiais? Deram as condições para o transbordo e todas as pessoas foram votar. Já falei que, infelizmente, nas quatro eleições, mais de 50% dos crimes eleitorais são no Nordeste, mais de 10 milhões, no Brasil, recolhidos. Acho que é um dado importante saber de quem era esse dinheiro. Mais de 10 milhões a PRF apreendeu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o finalzinho aqui já, Presidente. A PRF foi omissa no dia 31/10 e seguintes? Antes de o Ministro Alexandre de Moraes, na segunda-feira, tomar a decisão, que foi extremamente importante para a PRF, porque fez os outros órgãos federais, estaduais e municipais se mexerem...

(Soa a campainha.)

O SR. SILVINEI VASQUES – ... porque, nas prefeituras...

Trinta segundos, Presidente, se o senhor permitir. É muito importante essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Pode concluir. *(Fora do microfone.)* Então, fale em 30 segundos.

O SR. SILVINEI VASQUES – Os Prefeitos guardaram as máquinas e os caminhões do pessoal que tocava fogo na rodovia pra não ajudar a gente. Nos estados, todo mundo tirou o time. E o Ministro Alexandre de Moraes foi muito importante nas suas decisões, porque ele vinha, nos trazia, nós tínhamos contato direto, inclusive no domingo. Eu pedi audiência pra ir lá falar com ele, pra explicar o que estava acontecendo. É mentira o que a imprensa falou aí. Eu que fui lá. E o Ministro foi solidário com a instituição: "Façam o que é correto". E, às 17h, ele deu a entrevista e explicou o que tinha acontecido.

Então, antes da decisão dele de segunda, já é dia 1º de novembro, nós já tínhamos aplicado 900 multas no pessoal que estava trancando a rodovia, mais de 20 milhões, no total de 10 mil multas aplicadas. Todas as lideranças foram identificadas antes da decisão, com 24 horas.

(Soa a campainha.)

O SR. SILVINEI VASQUES – De 50 pessoas, 5 pessoas foram presas; 150 locais foram desinterditados, em 24 horas, num total de 1,3 mil. Na greve de 2018, quando o Presidente Temer fez uma GLO, foram 270 pontos; nós chegamos a 1,3 mil. E isso não existe na história mundial. Isto aqui é científico, está aqui, ó, um registro com 1,3 mil pontos.

Nessas 24 horas, solicitamos interdito proibitório para a AGU tomar as providências na Justiça Federal, convocamos, fechamos a Superintendência, a Academia Nacional, as nossas delegacias, colocamos todos os policiais nas estradas e conseguimos vencer aquela grande luta, muitas vezes sozinhos – muitas vezes sozinhos. Eu poderia ficar aqui, por três horas, falando, porque a gente tem muito ainda o que falar.

Obrigado Presidente.

Obrigado, Relatora, demais membros da Mesa, Srs. Senadores e Deputados Federais.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. voltará a falar a partir da inquirição dos Srs. Parlamentares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu registro que o depoente não impetrou *habeas corpus* e registro que ele está acompanhado pelos seus advogados, o Dr. Marcelo Rodrigues e o Dr. Eduardo Pedro Nostrani Simão.

Passando agora à fase dos inquirimentos, primeiro falará a Relatora e depois os autores dos depoimentos.

Olhem só, enquanto eu estava aqui no depoimento agora do depoente, o Senador Girão me trouxe aqui as notas taquigráficas em que, em uma conversa, nós de fato falamos que daríamos o tempo igual para titulares e suplentes. Como eu disse, da minha parte, não há nenhuma dificuldade – nenhuma dificuldade. Sendo assim, vamos manter dez minutos para os titulares e os mesmos dez minutos para os suplentes, mantendo, entretanto, a inscrição primeiro, a fala primeiro dos titulares e depois dos suplentes.

Com a palavra a Relatora, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas, Sr. Silvinei, eu inicio fazendo uma referência a uma fala, na verdade a uma palavra de um famoso professor de Harvard que traz o seguinte: "Hoje a democracia morre tijolo a tijolo".

O ponto fundamental desta CPMI é fazer o levantamento do que levou aos atos do dia 8 de janeiro, quando o Brasil e o mundo inteiro acompanharam, de forma estarecida, imagens que, num primeiro momento, se imaginou até que não fossem reais, dada a gravidade daquele momento.

E, aí, portanto, inicio dizendo que cada pequeno ato administrativo pretensamente revestido do interesse público, mas com a finalidade intrinsecamente desviada auxilia nessa busca incessante pelo resultado antidemocrático e antirrepublicano. Por isso nos importa muito saber, na inquirição marcada para o dia de hoje, algumas informações elementares sobre o papel da direção da Polícia Rodoviária Federal neste contexto, instituição imbuída, pela Constituição de 88, de uma atribuição muito clara: o patrulhamento ostensivo das rodovias federais. Trata-se de uma atribuição propositalmente limitada justamente porque, no Brasil, um país de dimensão continental com fronteiras terrestres colossais e baseado no modo rodoviário de transporte, é, de fato, complexa, ou seja, a aparente limitação decorre da complexidade da tarefa. Se assim não fosse, certamente haveria lacuna de eficiência no desempenho das tarefas constitucionalmente esperadas pela PRF. E, infelizmente, isso pode ter começado a ocorrer nos últimos anos. Por isso não importa tanto a esta Comissão conhecer atividades paralelas da PRF e menos ainda aquelas das quais se incubem de tarefas que são tipicamente de responsabilidade da polícia judiciária, como a Polícia Federal ou a Polícia Civil nos estados.

Se a instituição Polícia Rodoviária Federal coíbe o tráfico de drogas ou ato ilícito – e aí os meus cumprimentos por isso –, somos os primeiros a saudar a instituição e a fazer o elogio público aos policiais rodoviários federais que, em sua quase totalidade, são servidores honestos, íntegros e muito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eficientes. Contudo, isso não autoriza a direção da entidade a promover desvio de função na finalidade constitucionalmente atribuída à instituição.

Quero, inclusive, Presidente, já no início desta fala, pontuar aqui algumas questões que julgo que são pertinentes. Quando o depoente, na sua fala inicial, faz referência, por exemplo, à apreensão de drogas – e ele citou, que, na Região Nordeste, foram os números, são os números mais exorbitantes, e eu queria até que, depois, ele me trouxesse o dado, qual é a fonte que lhe assegura, de fato, esses números, porque a informação que eu tenho, e, aí, fonte do Ministério da Justiça, precisamente nos traz exatamente um dado diferente... Nós apontamos, por exemplo, São Paulo, Mato Grosso, Roraima, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Amazonas e Acre e, aí, até a 10ª posição, Estados que não são da Região Nordeste e pontuam a maior apreensão, sobretudo de cocaína, e, na sequência, já na 11ª posição, seguindo, Estados do Nordeste, como o exemplo de Sergipe e, inclusive, o Estado do Maranhão.

Seguindo, então, interessa-nos ainda saber da natureza das alterações ocorridas na Polícia Rodoviária Federal quanto às suas funções institucionais e à sua organização de fato, pois se espera que uma instituição constitucionalmente civil, como é da natureza de uma instituição policial não militar, sempre se porte como tal, sem nunca rumar à militarização ou ao nefasto alinhamento político-ideológico que demandaria tratamento substancialmente diverso. Do contrário, estaríamos diante de um perigosíssimo cenário de uma polícia fortemente armada, que atende tão somente ao governante de plantão, e não ao Estado brasileiro.

De modo detalhado, espero que consigamos esclarecer aspectos específicos sobre compras de armamento, como os chamados "caveirões", sobre a linha adotada em cursos de formação e treinamento, sobre a instituição de mecanismos de inteligência na Polícia Rodoviária Federal e sobre as atividades de investigação típicas e características da Polícia Federal como polícia judiciária. Todos esses pilares da investigação servirão para fincar nossa estrutura, para chegarmos ao que consideramos o ápice do papel da Polícia Rodoviária Federal nos eventos preparatórios ao fatídico cenário do 8 de janeiro, a atuação da corporação no segundo turno das eleições presidenciais de 2022 e todos os aspectos no mínimo curiosos a eles atinentes; e clarificar, em cada um desses processos, o papel de cada um dos atores, para identificar as responsabilidades e atribuir, em face delas, a expectativa das devidas penalizações administrativas, judiciais e também políticas.

Afinal, o povo brasileiro anseia por ver a sua democracia sólida, com a devida proteção dos direitos fundamentais. Anseia também pela ausência da impunidade, para garantimos que todos os reais responsáveis pelos atos de barbárie vistos em janeiro e em dezembro passados possam efetivamente ser punidos. Pretendemos entregar esse resultado à sociedade, sendo este um compromisso que assumimos ao aceitar a difícil, mas muito honrosa tarefa de relatar esta CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Seguimos então, Presidente, aqui, aos questionamentos iniciais. E aí sempre lembrando do compromisso de falar a verdade, já assegurado pelo próprio depoente e colocado pelo Presidente desta Comissão.

Início então, Sr. Silvinei. Gostaria que você me dissesse o seu nome completo e também a sua formação acadêmica.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – O meu nome é Silvinei Vasques. Eu sou graduado em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina; sou graduado em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina; sou graduado em Direito pela Universidade do Vale do Itajaí, de Santa Catarina; sou graduado em Segurança Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina; tenho sete pós-graduações e especializações, uma na área de Logística, em Segurança Pública, em Direito Criminal, em Estudos Superiores, em Transporte, e um MBA em Gestão Empresarial. Sou mestre em Administração na área de Gestão de Pessoas e concluí todos os créditos do doutorado em Direito na Universidade Católica da Argentina.

Na área de formação técnica, eu possuo todos os cursos que a Polícia Rodoviária Federal disponibilizou desde o início da minha carreira, com cursos destacados também nos Estados Unidos, na SWAT, em Los Angeles, em 1999, e também no Departamento de Estado americano, em ICE, nos crimes transfronteiriços no ano 2015, esses se destacam. Mas eu tenho mais de 20 cursos policiais e recebi, na minha carreira, mais de cem comendas de reconhecimento pelo trabalho que eu fiz nesses 29 anos de serviço público policial e seis anos no comércio.

Eu trabalhei 35 anos da minha vida, trabalho desde os 12 anos de idade com carteira assinada; fui comerciário até os 18 anos e depois entrei para as instituições policiais. (*Palmas.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O seu mestrado, a que o senhor fez referência... Faz referência ao mestrado feito na Espanha? O mestrado foi específico?

O SR. SILVINEI VASQUES – Na Espanha, fiz mestrado na Espanha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em qual área?

O SR. SILVINEI VASQUES – Na área de administração.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Esse mestrado recebeu um custo na ordem de R\$144 mil, custeado pela própria Polícia Rodoviária Federal?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, não. Paguei do meu bolso. Isso não existe. Isso é uma *fake news* que foi lançada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tem a informação, não consta a informação, o senhor não reafirma, então, que houve um custeio por parte da Polícia Rodoviária Federal? Nem desse curso da Espanha nem de nenhum outro curso?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu reafirmo para a senhora que o mestrado que fiz eu paguei com recurso próprio e que essa matéria é uma *fake news* de um mestrado que a Polícia Rodoviária Federal encaminhou vários colegas, mas eu não participei desse mestrado, infelizmente não deu tempo.

Se tivesse, eu iria, porque acho que mereço – trabalhei 30 anos. A gente já mandou para fazer mestrado no exterior mais de cem policiais, mestrado, doutorado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre a sua área de atuação especificamente, o senhor poderia me falar de uma forma mais resumida como se deu, de fato, a sua atuação? De uma forma mais breve – digamos assim –, a sua passagem por Santa Catarina, pelo Rio de Janeiro e, também, aqui em Brasília, e aí eu já faço o recorte especificamente à atuação na Polícia Rodoviária Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois não?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu não entendi a pergunta. A senhora quer que eu conte a minha história?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu gostaria que você... Não, não. Eu queria que você me falasse apenas das funções que você exerceu nos últimos cinco anos na Polícia Rodoviária Federal.

O SR. SILVINEI VASQUES – O.k.

Eu fui superintendente da Polícia Rodoviária Federal por cinco anos em Santa Catarina, na gestão da Presidente Dilma.

Gostaria até de destacar aqui, Relatora, que, só em dois momentos – em 95 anos da instituição, não se podia nomear por indicação política –, foi com a Presidente Dilma e com o Presidente Bolsonaro.

Nos demais períodos da instituição, só entra para ser chefe quem tem indicação política. Então, naquela oportunidade, por ser técnico, eu fui escolhido numa seleção e fui o superintendente por cinco anos. Depois fui... O cargo hoje se chama Diretor de Operações, aqui em Brasília, até 16.

Depois eu fui trabalhar na estrada – voltei para a estrada –, já tinha completado meu tempo de serviço e, em janeiro de 2019, a convite do então Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, eu fui convidado para assumir a Superintendência do Rio de Janeiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando cheguei lá no Rio de Janeiro, nunca votei no Rio de Janeiro, nunca tinha trabalhado por muitos períodos no Rio, nunca ocupei chefia lá, não conhecia ninguém do Rio de Janeiro, a gente começou a trabalhar, e trabalhar muito, lá no Rio de Janeiro, e nós chegamos aos menores índices de criminalidade da história em rodovias federais no Brasil e lá no Rio de Janeiro. Isso é um dado do Instituto de Segurança Pública, que é um órgão público do Estado do Rio de Janeiro.

Em razão do destaque do nosso trabalho e em razão da troca do Ministro da Justiça, o Ministro Anderson – o qual eu nunca tinha visto pessoalmente na história – procurou amigos e delegados da Polícia Federal para pegar informações de policiais que pudessem ser Diretor-Geral, tanto na Polícia Federal como pessoas em que ele tinha confiança na Polícia Rodoviária Federal, e indicaram o meu nome.

Então, fui convidado, no dia da Páscoa – era Páscoa de 2021 –, para assumir a Direção-Geral da PRF, quando eu já tinha, inclusive, tempo para me aposentar, mas a gente veio para cá para contribuir, trabalhar, e elevamos a PRF a números que ela nunca tinha conseguido na história. Nunca!

Para vocês terem uma ideia, nós somos a instituição policial mais seguida em redes sociais no mundo. Então isso é sinal de credibilidade da nossa instituição.

Nós levamos para a nossa Academia Nacional, Relatora, mais de 15 países.

Era uma disputa para ver quem conseguia vaga nos nossos cursos.

Nós contratamos, no ano passado, do Instituto Federal do Espírito Santo, 5 mil pós-graduações, para que os nossos policiais todos, já com nível superior, possam, agora sim, fazer a sua pós-graduação.

Enfim, nós fizemos investimento em todas as áreas, e a instituição firmou convênio com mais de 200 agências policiais e de segurança, ou de Receita, ou de vigilância sanitária, ou de meio ambiente, no Brasil, e a gente tinha uma dificuldade muito grande na gestão, que era conseguir atender todos os pedidos de parcerias e de trabalho em conjunto, com as demais agências do poder público brasileiro, em todos os níveis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre a sua atuação dentro da polícia, agora, já como Diretor da Polícia Rodoviária Federal, o então Ministro da Justiça, Anderson Torres, assegurou, por exemplo, em fala à Polícia Federal, que o senhor tinha realmente total autonomia funcional. O senhor assegura que o senhor tinha essa total autonomia, ou em algumas situações precisava de um endosso... enfim, de um endosso por parte do Ministro da Justiça?

O SR. SILVINEI VASQUES – Olha, eu assumi também com uma condição, que me foi garantida, que a equipe minha, quem formaria, quem escolheria, era o Diretor-Geral. Então, observem o currículo dos nossos superintendentes, dos nossos chefes de delegacias e dos outros gestores: altamente qualificados. Então eu tinha total autonomia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente só recorria ao Ministro quando eram fatos que extrapolavam, por exemplo, questões orçamentárias ou legais. Então, se a gente tinha que mudar uma legislação, tinha que falar com o Ministro, para ver se ele concordaria em encaminhar para a AGU esse procedimento. Ou, se a gente precisava de um orçamento maior, então dependeria de um projeto de lei para encaminhar para a Câmara e, naturalmente, aí é uma decisão que cabe ao Ministro. Então, nesses casos, a gente conversava com ele.

Mas a gente tinha, sim, na direção da polícia, nos assuntos que são da polícia, total autonomia.

Eu não sei se eu respondi à senhora, ou se é alguma vinculação à operação do dia 30?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, a pergunta, o senhor conseguiu me responder.

Ainda sobre a sua permanência, por exemplo, lá no Rio de Janeiro, no período que o senhor esteve lá. Nesse período, o senhor chegou a conhecer, ou até mesmo fora deste período, o senhor conheceu o Daniel Beck?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, esse senhor eu conheci aqui em Brasília, num evento de inauguração, em que a gente fez o aniversário da polícia, entregamos equipamentos, e ele me parece que é um dos sócios da empresa, e esteve no evento, como mais de 5 mil pessoas que foram prestigiar a PRF naquele dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode me dizer a data?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu vou ter que, de cabeça eu não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelo menos o mês ou o ano?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, é o aniversário da polícia, é junho ou julho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De qual ano?

O SR. SILVINEI VASQUES – De dois mil e... Eu não sei se foi 21 ou 22...

Eu teria que ver a... Eu não lembro a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas foi compreendendo o período em que o senhor estava à frente?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu era o Diretor-Geral. Só não sei dizer para a senhora, foi o aniversário da polícia, se foi no 21 ou no 22.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor... Temos a informação também de que a sua aposentadoria foi deferida em apenas três dias. Ao mesmo tempo, temos a informação de um volume



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

significativo de processos disciplinares abertos contra o senhor. O senhor pode me confirmar, acerca da existência desses processos?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não tenho ciência. Até acharia importante, porque a imprensa fica falando também essas *fake news*.

Eu desconheço, até o presente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tem nenhum processo administrativo...

O SR. SILVINEI VASQUES – Contra a minha pessoa, não fui notificado de nenhum processo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Presidente, só para saber se ele está na condição de investigado ou de testemunha, porque eu não estou entendendo...

Só para confirmar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Presidente, eu queria assegurar o meu direito de fazer as inquirições.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Flávio Bolsonaro, com todo o respeito, nós não podemos interferir na fala dos Srs. Parlamentares.

Então, a Senadora Eliziane, na condição de Relatora, está usando a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Duarte, eu não vou permitir nenhum aparte.

Por favor, prossiga, Dr. Silvinei.

Deputado, por favor.

O SR. SILVINEI VASQUES – Então, eu vou repetir. Posso repetir?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pode, sim.

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu não fui notificado, desde o dia em que me aposentei, acerca de nenhum processo que eu responda na PRF.

Eu fui exonerado do cargo no dia 21 de dezembro, requeri a minha aposentadoria. Diga-se de passagem, Senadora, já fazia quatro anos que eu poderia me aposentar. Então, eu já tinha toda a documentação do INSS.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fui comerciário. Sou filho de um caminhoneiro – que não tinha caminhão, era empregado – e de uma costureira. Tenho carteira assinada desde o dia 18 de outubro de 1987. Infelizmente, enquanto alguns amigos meus estavam usando drogas, porque eram viciados, eu fui trabalhar. Morei numa favela e cheguei aqui aonde cheguei. Não tenho vergonha do meu passado e trabalho desde os 12 anos de idade. Eu tenho 35 anos de contribuição.

E eu não ficaria na instituição, já estava com 47 anos, porque eu fiz um compromisso com os policiais por onde passei. Eu tenho mais de 42 *lives* gravadas. Quando eu fosse exonerado do cargo, eu ia embora, porque o novo diretor tem que ter liberdade para fazer o que quiser, e eu não queria ser um peso para ele.

E cheguei no maior cargo da instituição, com muito orgulho e com muita honra.

Não caberia eu voltar para a estrada agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, sobre a aposentadoria, especificamente, qual é o tempo de rito que se leva para se ter, por exemplo, resultado de uma aposentadoria, mesmo já com o tempo hábil disponibilizado para isso?

O SR. SILVINEI VASQUES – Acho que a nossa área de recursos humanos poderia responder melhor, mas pode ser um dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas é normal serem dois, três dias?

O SR. SILVINEI VASQUES – É muito rápido. O nosso sistema de pessoas da União é muito organizado há mais de 10 anos, 15 anos, muito organizado, já tem todas as informações. Se eu já tinha feito a averbação do tempo de INSS, por exemplo, isso é muito rápido. E eu já tinha feito tudo antes, preparei tudo. No dia em que eu quisesse ir embora, eu iria embora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, mais uma pergunta sobre os seus processos.

É bom lembrar que o senhor está aqui na condição de testemunha, e o senhor não pode mentir. Veja bem: nós temos, inclusive, uma acusação da própria Corregedoria-Geral da União, através do ex-Corregedor da PRF, o Wendel Benevides... Ele foi acusado, melhor dizendo, pela Corregedoria-Geral da União de esconder 23 denúncias contra o senhor.

O SR. SILVINEI VASQUES – Veja bem, o que fizeram com o Wendel é uma ilegalidade, ilegalidade vergonhosa que eu nunca tinha visto na história, vergonhosa.

O Wendel é um dos maiores profissionais de corregedoria do Brasil, requisitado para ajudar nos outros órgãos. Ele nunca escondeu nenhum processo. Todos os processos que tinham contra mim foram abertos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu vou reiterar aqui: desde o dia da minha aposentadoria, em dezembro, eu nunca fui notificado – e olhem que os colegas já estão há seis meses no cargo; vamos lembrar, eu saí da direção em dezembro – acerca de qualquer processo que eu esteja respondendo.

O que se fala na imprensa – este é o grande problema – não é verdade.

E mesmo os colegas que estão lá são profissionais, éticos, sérios. Jamais deixariam de fazer a sua obrigação.

Eu nunca fui notificado de nenhum processo administrativo pela PRF e muito menos pela...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E nunca teve o conhecimento da existência dos processos. O.k.

O que o senhor está dizendo é uma informação muito séria. O senhor está, simplesmente, dizendo que não tem informação acerca de nenhum processo administrativo contra a sua pessoa.

Ao mesmo tempo, tem claramente a informação da Corregedoria-Geral da União de que o Sr. Wendel poderia estar escondendo pelo menos 23 denúncias contra o senhor.

Esta CPI tem todas as condições e já, inclusive, estará encaminhando a solicitação do teor dessas informações pra contraditar com a sua fala.

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu acho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, que isso, de fato, fique bem claro. E, por tabela, nunca houve, então, a imposição do sigilo de cem anos sobre esses processos administrativos?

O SR. SILVINEI VASQUES – Vou reiterar pra senhora aqui: eu nunca fui notificado oficialmente, inclusive, em razão desse monte de matéria...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, veja: há uma diferença entre não ser notificado e ter conhecimento.

O SR. SILVINEI VASQUES – Mas o que seria tomar conhecimento dentro do...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor nunca foi notificado de nenhum processo disciplinar contra o senhor?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, com todo respeito, eu não posso acreditar em conversa de corredor e nem de parte da imprensa mentirosa. Quantos processos já movemos? Eu já movi 115



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos e tem 300 na fila. Mentira. A CGU e a Polícia Rodoviária Federal nunca me notificaram. Se existe o processo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não existe, então, processo de improbidade, processo administrativo contra o senhor?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, se existe o processo lá...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nem de improbidade, nem administrativo?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, espera aí. A senhora está falando administrativo?

Vamos lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu estou seguindo a mais um questionamento.

O SR. SILVINEI VASQUES – Então, vamos lá. Qual a pergunta?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Fiz as perguntas acerca do processo administrativo e sigo. Não tinha administrativo e também não tem de improbidade?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, vamos lá.

Qual o âmbito?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. SILVINEI VASQUES – Vamos lá.

No âmbito da Polícia Rodoviária Federal...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Administrativo.

O SR. SILVINEI VASQUES – ... administrativo, e da CGU, eu nunca fui notificado acerca de nenhum processo.

Se existe lá, Senadora, não posso dizer para a senhora que não tem, mas eu não fui notificado, entendeu? Pode ser que tenha. É isso que eu estou colocando para a senhora aqui. Se existe, os colegas estão trabalhando, e, em algum momento, eu vou ser notificado. Estou falando no âmbito administrativo.

Aí a senhora falou da improbidade e, provavelmente, a senhora está falando de um processo judicial que existe na Vara Cível do Estado do Rio de Janeiro acerca... O Procurador disse que eu usei as minhas redes sociais pessoais, que eu usei dentro da minha casa, com o meu aparelho celular, no meu horário de folga, como qualquer cidadão, assim como o atual Diretor-Geral da Polícia, vários



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superintendentes da PRF, a ex-Diretora, que agora tem um cargo aqui na Senatran, pedindo voto para o outro candidato. Tem algum problema? São cidadãos. Nós temos que parar de tratar policial diferente. São cidadãos, e eles não fizeram errado. E eu nunca cometi crime eleitoral com a minha rede social pessoal, e o Procurador da República entendeu que eu estava errado, entrou com a ação, e eu estou me defendendo. É isso. Não tem nada de mais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas existe, então, no âmbito do Rio de Janeiro, portanto, esse processo de improbidade, que o senhor assegura muito bem?

O SR. SILVINEI VASQUES – Existe um processo na área cível, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, no primeiro grau, acerca de uma denúncia do MPF sobre as minhas redes sociais. É isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Acerca do sigilo dos cem anos.

O SR. SILVINEI VASQUES – Nunca existiu isso, no âmbito da PRF, muito menos documento do Presidente Bolsonaro que decretasse sigilo em processos da PRF. Foi mais uma ação que a gente entrou de danos morais. Mentiroso o jornalista que escreveu isso; aliás, mais de um, né? Mentiroso. Não existe nada, no âmbito da PRF, de sigilo. Inclusive, os meus processos foram todos colocados aí na imprensa, copiados, e a imprensa só publicava o que interessava, não publicava o processo inteiro, e isso acaba trazendo uma ideia errada, não é? Então, não é verdade, Senadora, que foram decretados cem anos de sigilo. Isso nem no âmbito do Governo Federal, muito menos da PRF, nem mesmo da CGU na época. Isso não existe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Acerca das informações que foram solicitadas, Sr. Silvinei, de uma forma muito reiterada, inclusive pelos veículos de comunicação, inclusive há várias por parte desses veículos, de abertura de informações com base na Lei de Acesso à Informação, mas que acabou sendo, por exemplo, rejeitada. Essa rejeição, que vinha inclusive pelo através do então Ministro Anderson Torres, ocorreu especificamente pelo Anderson Torres? Houve, inclusive da sua parte, algum tipo de orientação pra que se desse, por exemplo, essa decisão em relação a esses veículos de imprensa? E, ao mesmo tempo, como se dava na verdade esse entendimento? Havia conversas prévias entre o senhor e o Anderson Torres em relação à resposta dessa solicitação de informações através da Lei de Acesso à Informação por parte dos veículos de imprensa no país?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, a gente recebe por dia aí dez, quinze pedidos de informação, de ouvidoria ou Lei de Acesso à Informação, no e-SIC. Enfim, todos eles.

O recurso acaba indo... Em nível nacional, não é? Se a gente pegar os estados, aí o número é gigante. Ele acaba indo pro Ministério da Justiça e outros vão pra CGU. Eu lhe garanto que todos os processos requeridos seguiram o trâmite da CGU. Qual é o trâmite da CGU? Que dados pessoais e que colocam em risco o policial... Por quê? Lá no Rio de Janeiro, por exemplo, o processo de um colega estava num grupo de narcoterroristas lá. Por quê? Porque algum advogado, alguém pediu, um cidadão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou até anonimamente – pode pedir, não é? – e foi encaminhado. Dali pra frente, a CGU teve um cuidado de retirar os dados pessoais pra que a pessoa... E pode ser isso, um fiscal de qualquer órgão, enfim, um professor pode ser ameaçado, porque ali tem dados pessoais. Então, todos os processos, inclusive os meus que são objeto de matéria, estão todos entregues na forma da lei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, qual era o seu nível, por exemplo, de relação e de envolvimento com o ex-Presidente Jair Bolsonaro? O senhor tinha proximidade pessoal, tinha encontros frequentes com o ex-Presidente?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não. O Presidente Bolsonaro... Eu nunca fui a nenhuma festa, por exemplo, da filha dele mais nova. Não sou padrinho, não sou parente. Eu nunca votei nele, porque o meu título de eleitor está em Florianópolis, sempre estive lá, não é? O que a gente tinha era uma relação muito profissional, e ele sempre com muito carinho com a instituição, não é? Por isso que tem várias fotos. Foi um dos questionamentos: "Ah, por que que o senhor tem foto com o Presidente da República lá na ação do Rio de Janeiro?" Porque foi o único que me deixou bater a foto. Nenhum outro presidente autorizou a gente bater foto. Como é que eu ia ter foto com outro presidente? Qual é o orgulho para o servidor público? Qual é o orgulho pra um policial? Quem é o presidente? É o maior comandante das polícias! Qualquer presidente. O atual também é, todos foram. Então, é um orgulho pra gente levar uma foto com o presidente, a gente se emociona. Só que, infelizmente, ele foi o único que dava essa autorização. Por isso que eu tinha foto com ele.

A relação com ele era muito profissional. Em algumas vezes ele me ligou. Ele saía pra ver como é que estava o serviço público, parava, falava com o caminhoneiro, o caminhoneiro reclamava: "Em tal ponto da rodovia tem acidente" ou "Em tal ponto da rodovia os caminhões estão sendo assaltados". O que ele dizia: "Vasques, procura resolver isso aí, dar uma atenção que esse pessoal está sofrendo muito na estrada". Na época da covid, ele pediu pra ajudar os caminhoneiros que estavam sem locais pra parar, não tinham um lugar pra tomar um banho, não tinham um lugar pra comer. A gente abriu todos os postos da polícia pro caminhoneiro tomar banho, pra receber uma comida, algumas igrejas ajudaram. Enfim, foram essas relações.

Eu não tenho nenhuma relação íntima com o Presidente da República e, quando falei com ele pessoalmente em algumas vezes que eu fui lá no palácio, foi pra pedir a reestruturação, foi pra pedir uma alteração da previdência, foi pra pedir um orçamento maior, que inclusive ele atendeu no último ano. Foram essas as conversas. A gente não tinha nada mais do que isso com o Presidente da República. E em algumas situações ele foi lá na PRF inaugurar postos, delegacias. Ele participava – e foi ao Rio de Janeiro –, e isso era um prestígio muito grande pra gente, porque nunca na história um presidente tinha entrado dentro de uma instalação da PRF.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor, inclusive... Acerca da sua relação com o ex-Presidente Bolsonaro, o senhor, inclusive, se tornou réu na Justiça Federal por prática de atos de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

improbidade, exatamente em razão desse uso indevido do cargo, desvio de finalidade, assim também como a utilização de símbolos de imagem da Polícia Rodoviária Federal com o objetivo de favorecer a candidatura à reeleição do Presidente Jair Bolsonaro. O que o senhor fala a respeito disso?

O SR. SILVINEI VASQUES – Se a senhora permitir, nós vamos juntar também esse processo lá do Rio de Janeiro com as nossas informações, e a senhora vai verificar que eu nunca utilizei do cargo para benefício político-eleitoral do Presidente. Se fosse assim, nós teríamos que afastar a metade dos servidores públicos aí daquela época e hoje também. Como citei aqui, posso citar dez autoridades hoje da PRF, dez autoridades...

E, inclusive, eu nunca – nunca, nunca! –, em nenhuma vez na história citei o nome do Presidente Lula. Nunca denegri a imagem dele, nunca falei nada, nunca postei nada contra ele. Nunca, porque, para um policial, ele é a autoridade, é o Presidente da República. E as fotos que eu tenho com o Presidente Bolsonaro são porque ele me permitiu tirar. Utilizei na minha hora de folga, e o cargo nunca foi... Postei na minha hora de folga. O cargo nunca foi usado em benefício meu e muito menos dele. E não seria eu também que ia mudar o resultado da eleição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor acha, então, que essa ação não tem fundamento?

O SR. SILVINEI VASQUES – Acho que não. Nem eu, nem os advogados aqui. Tem até má-fé essa ação aí. Nós já falamos isso lá na nossa defesa, que teve má-fé na ação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é a sua relação com o ex-Governador Witzel, o ex-Governador Wilson Witzel, do Rio de Janeiro?

O SR. SILVINEI VASQUES – Nenhuma. Nunca estive na casa dele.

Estive na sala dele uma vez, para me apresentar, porque se tu é Superintendente do Estado, tu tem que ir lá se apresentar. Quando eu assumi, em alguns dias ele já foi retirado do carro, e assumiu o então Governador – atual também – Cláudio Castro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor chegou a integrar o Conselho da Empresa de Obras Públicas do Rio de Janeiro?

O SR. SILVINEI VASQUES – Nunca. Ele tinha interesse de fazer a indicação, mas eu nunca assumi. Não tive interesse.

É a Emop, não é? É isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro.

O senhor nunca integrou esse conselho?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Não. Não cheguei a assumir. Ele me indicou, mas eu não cheguei a assumir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi ele próprio que lhe indicou, o ex-Governador?

O SR. SILVINEI VASQUES – É obrigado, é o Governador que indica, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor não assumiu por quê?

O SR. SILVINEI VASQUES – Porque eu não quis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor recusou, então, essa indicação.

O SR. SILVINEI VASQUES – É.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na sua gestão, tem um servidor, que é o Marcelo de Ávila; ele foi responsável pelo escritório de compras da Polícia Rodoviária Federal em Washington. Ele, em sua página pessoal, é apoiador do ex-Presidente, posta fotos, inclusive, uniformizado, enfim. Mas consta, por exemplo, do seu currículo, que ele não teria as condições técnicas suficientes para que pudesse, na verdade, ocupar esse escritório da Polícia Rodoviária Federal em Washington. Qual a qualificação profissional dele para o cargo?

O SR. SILVINEI VASQUES – Olha, ele fez grandes licitações na instituição; muitas, ele esteve à frente. Tem formação superior, que é obrigado para entrar na instituição. Ele não é o chefe do escritório lá – o escritório nem existe mais, o escritório foi extinto aí há um mês. E quem era o chefe da missão lá era um delegado federal, não era o... O Ávila não era o chefe do escritório.

Para trabalhar com licitação, basta ter conhecimento das normas em relação a licitação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nos Estados Unidos, ele precisa falar inglês.

O SR. SILVINEI VASQUES – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas ele não tinha conhecimento suficiente da língua. É o que consta, na verdade, no seu currículo.

O SR. SILVINEI VASQUES – Aí tem que ver...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Um erro não justifica o outro, Senador.

O SR. SILVINEI VASQUES – Tinha que ver, Senadora, quem passou...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – ... quem passou essa informação, porque ele foi aprovado nos procedimentos todos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, está aqui. Eu estou com o currículo dele. O currículo dele é público, e consta, na verdade, a limitação dele em relação à comunicação.

O SR. SILVINEI VASQUES – Para nós lá tem todos os certificados – chegou para a gente lá.

E não sou eu que indico: tem que passar no Ministério da Justiça, tem todo um trâmite no Ministério de Relações Exteriores, passa na AGU. Então, assim, é todo um trâmite muito burocrático para um colega trabalhar em qualquer órgão do Governo Federal fora do Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, nós temos... O senhor, na verdade, foi denunciado, lá no final dos anos 90, pelo Ministério Público Federal por participar de um esquema de cobrança de propina para empresas de guincho que atuavam nas BRs-101 e 280, em Santa Catarina. As informações... Consta, por exemplo, que as cobranças de propina chegavam a 40% do valor dos serviços. E ainda consta, por exemplo, a informação de que o senhor ameaçou dar um tiro na testa de uma das pessoas que o acusaram por deixar de pagar o valor da propina. Esses fatos ocorreram?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, por isso que é importante sempre ler as coisas, não é? A imprensa coloca lá o jargão, e o pessoal vai na onda, não é? Imprensa maldosa aí.

Vamos lá. Primeiro, eu estava investigando, porque eu era o chefe, um policial corrupto, que foi demitido por corrupção e depois recebeu uma nota de culpa, ou seja, foi demitido por duas vezes, condenado na Justiça. E começamos a investigar esse policial. Ele era um "propineiro". O que é que ele fez? Se viu apertado, foi à Polícia Federal e falou um monte de besteira lá. O que que fez a Polícia Federal? Quebrou o sigilo bancário de todos, inclusive o meu. O que é que diz o relatório da Polícia Federal? Silvinei Vasques não tem nada a ver com isso aqui, não existe nada contra ele – está lá no processo. O delegado federal assina embaixo. Aí, como é de costume da imprensa, como ocorreu agora, sempre que a gente vai se envolver em alguma coisa, sai uma notícia próxima, não é? Fizeram a denúncia minha e dos demais policiais três, quatro dias antes de eu assumir a Superintendência de Santa Catarina. O que é que fez o juiz federal? Sequer aceitou a denúncia. Não existe crime nenhum contra mim, só que isso aí ninguém publica. Os fofoqueiros de plantão que andaram destruindo a instituição também não levam a informação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por que é que o senhor não respondeu, por exemplo, ao *site Metrôpoles* quando ele fez a solicitação do teor, por exemplo, dessas informações...

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... através da Lei de Acesso à Informação, e o senhor se negou a dar essas informações?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu, primeiro, não tenho obrigação nenhuma de estar – eu, eu, pessoa – falando com repórter. Não tenho obrigação. Eu falo com aqueles que têm o princípio ético. Porque o que fala lá no Código de Ética dos Jornalistas? Você tem que checar, inclusive para replicar – está lá no art. 4º do Código de Ética dos Jornalistas. Não fazem. Então, eu não tenho obrigação nenhuma – eu, pessoa. E aí o *Metrópoles* tem acesso – viu, Senadora? – ao processo, é só solicitar. Então, vai se observar lá que a Polícia Federal me isentou. E essa mentira que eles colocam de que o processo foi prescrito... É mentira, porque prescreveu para os demais, porque eu... sequer o juiz aceitou, o juiz da 1ª Vara Criminal de Joinville, contra a minha pessoa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, ainda sobre a questão da informação da imprensa, a imprensa – e aí especificamente o caso que eu acabo de citar – faz uma solicitação através de um instrumento legal, que é a Lei de Acesso à Informação. O senhor pode até não ter obrigação de falar com o jornalista, mas o senhor tem a obrigação de dar a informação, que é o que prevê o dispositivo legal brasileiro. Então, aí fazer um juízo de valor se é "a", é "b", se é de direita ou é de esquerda, isso aí não compete, por exemplo, sobretudo a um agente público.

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, eu nem sei quando é que foi que a *Metrópoles* fez esse pedido. Se a senhora puder me dar a data... Mas como é que funciona o trâmite? Primeiro, pede pro órgão, depois tem o recurso e vai para CGU. A CGU não nega processo, a CGU só pede para tirar o nome das pessoas, o CPF. Vocês sabem o que acontece em estelionato, esse negócio todo. Então, ela pede só pra tirar alguns dados ali e entregar o relatório final. Eu não posso afirmar pra senhora acerca desse pedido, porque eu não tenho conhecimento, e não passam pelo Diretor-Geral os pedidos, de nada. O Diretor-Geral é uma figura política.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas me responda uma coisa: o senhor nunca negou informações quando o dispositivo vem pela Lei de Acesso à Informação?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu não posso negar. O Diretor-Geral não tem autoridade para isso, e a pessoa pode recorrer para a CGU. Lá na CGU, se o órgão não quer entregar... Por exemplo, nós já pedimos... Fizemos uma entrevista esses dias aí falando sobre o segundo turno. Há informações ali que batem totalmente ao contrário do que está no sistema da PRF aqui. O que é que a gente pediu? Cópia desse estudo – para a gente analisar e vir aqui preparado, porque eu sabia que um dia ia ser chamado, já estava aí vazando na imprensa – e quem fez aquela matéria.

O que é que falaram? Não pode, porque é sigiloso.

Depois, a senhora já me perguntou: "Ô, Vasques, cadê os teus processos? Quantos são?". Estão aqui os advogados. A PRF não fala; negou duas vezes. Vou ter que recorrer para CGU ou entrar na Justiça. Então, eu queria responder para a senhora "eu tenho um processo na PRF, ou sei lá quantos", mas eu não posso porque nem a PRF me diz, não quer me entregar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senadora, o procedimento, ele é muito... feito com muito cuidado. A CGU é muito... um órgão muito sério, com profissionais extremamente comprometidos. Eles acompanham tudo isso. Não existem essas informações. Eu não me lembro – tá? – desse pedido do *Metrópoles*.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Silvinei, ainda sobre a questão dos processos, consta, por exemplo, no âmbito da Justiça Federal de Santa Catarina uma outra ação penal, que trata inclusive de agressão física nas costas de um frentista. Enfim, que o senhor teria, na verdade, agredido este homem. O senhor também não fez isso? O senhor também vai negar que fez, que participou desse ato?

O SR. SILVINEI VASQUES – Isso não é em Santa Catarina, foi em Goiás...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, sim, foi em Goiás, mas a ação...

O SR. SILVINEI VASQUES – Deixa... deixa eu explicar para a senhora.

Foi em Goiás...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi em Goiás, especificamente na cidade de Cristalina.

O SR. SILVINEI VASQUES – Isso, Senadora.

Em Cristalina, fomos abastecer a viatura; um cidadão arrogante – inclusive o posto tinha um Parlamentar lá que tinha muita influência... Naquela época, os cargos na polícia também eram tudo indicado assim – não é? – cheios de problema. E aí, naturalmente, a gente foi perseguido.

A comissão, Senadora, a comissão de PAD me absolveu. Só que isso aí ninguém... ninguém declara – não é? –; a comissão. O inquérito policial da Polícia Federal foi arquivado. Então, no âmbito administrativo não teve punição. Por quê? Não é culpa minha. Eu fui... Eu fui absolvido pela comissão, e depois o processo foi prescrito.

O que é que ocorreu? Porque existe uma confusão aí na cabeça de todo mundo. O cidadão, assim como eu tenho feito, já fizemos em 114 ações, entrou com ação de danos morais. A AGU, por sua vez, que tem a obrigação, fez a defesa da União, mas nunca me chamou em qualquer instância para dar uma informação. Porque eu ia mostrar para eles que o atestado médico – não tinha auto de lesão corporal – era do dia anterior aos fatos; um atestado de um posto de saúde. Porque o registro que ele fez na Polícia Civil... Só se eu viajei por telepatia para chegar lá. Um processo todo montado. O juiz de primeiro grau não conseguiu ver isso, por quê? Porque a...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, acerca da sua defesa nos autos, não é o que eu quero saber. Eu quero saber se o senhor tem consciência, então, de que o senhor na verdade foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusado... Houve a abertura do processo, onde consta que o senhor teria agredido uma pessoa de uma forma, inclusive, muito terrível e brutal, por conta de ele ter apenas se negado a lavar uma viatura.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, na verdade, não é isso, não.

Ele não me deixou lavar a viatura.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor participou... Participou, não. O senhor foi ou não foi acusado?

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu quero uma resposta. Eu não vou ficar abrindo espaço aqui para fazer discursos, e muito menos simplesmente utilizar a CPI como um palco de verdades...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Me responda... Me responda...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campanha.*) – Senhores...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Deputado, deixa eu falar aqui uma coisa pra você.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campanha.*) – Srs. Deputados, Srs. Senadores...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Se acalmem. Eu gostaria que vocês se acalmassem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campanha.*) – Srs. Deputados...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele nem é da CPI. Ele nem é da CPI.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores... Delegado Éder Mauro, por favor. Deputado Éder Mauro...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado... Deputado... Deputado... Eu peço a calma de todos. Eu peço a calma de todos. O depoente tem todo o direito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Éder Mauro, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, por favor. O depoente tem todo o direito de dizer que já respondeu a pergunta e que está satisfeito com a resposta que ele deu. Depende do depoente.

Agora, a Relatora está fazendo o seu inquirimento, e depois, nesta audiência em outras tantas que teremos, os senhores também terão direito de fazer a inquirição que desejarem. Não cabe a esta Presidência fazer aqui o cerceamento da palavra de ninguém. Cada um usa o seu tempo da forma que quiser. A Relatora tem o tempo ilimitado; é assim que tem sido nas CPMLs todas. Os Deputados e Senadores, quando forem fazer o seu inquirimento, também poderão fazê-lo da forma que acharem melhor, desde que dentro do seu tempo. O depoente tem todo o direito de dizer que já respondeu, que não quer responder... Enfim, eu peço a todos que tenham essa compreensão.

Muito obrigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E nem ninguém interferir, não é?

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu só quero...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Deputado. Não vou dar a palavra para ninguém. Por favor, Deputado.

Não vou dar a palavra para ninguém.

Sra. Relatora, pode continuar com a sua fala.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Silvinei, vou... Para fechar acerca de mais esse processo contra o senhor, eu quero apenas a resposta do senhor de forma clara. O senhor tem consciência de que o senhor foi condenado pela Justiça Federal exatamente pelo ato em que consta que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor teria agredido um frentista pela negativa dele de lavar uma viatura sua, depois de o senhor ter feito esse pedido a ele?

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Deixa eu explicar para a senhora. Não é verdade essa afirmação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não foi condenado, Sr. Silvinei?

O SR. SILVINEI VASQUES – Deixa eu só explicar. Deixa eu explicar para a senhora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não. O senhor não foi condenado?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu não quero uma explicação aqui, eu não quero explicação do processo.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – A resposta é objetiva: é sim ou é não. Não é para fazer discurso.

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Delegado Éder... Delegado Éder...

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor foi...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ. *Fazendo soar a campanha.*) – Delegado Éder... Delegado Éder...

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Podemos?

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós não podemos continuar o nosso trabalho com este nível de acirramento e discussões fora da mesa. Eu quero dizer, eu quero deixar claro que a Relatora tem direito de fazer o questionamento dela. O depoente tem direito de responder ou não responder ou dizer que a resposta dele já foi suficiente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir a todos que tenham calma no plenário, porque nós não podemos continuar com esse clima.

Deputado Éder Mauro, eu vou pedir a compreensão de V. Exa. para que V. Exa., inscrito, fale no seu tempo devido, mas vamos respeitar o andamento dos trabalhos.

A Relatora pode fazer a pergunta que ela quiser, e o depoente pode responder ou não, e pode, inclusive, dizer: "A minha resposta já foi dada". Ponto.

Então, V. Exa., Sr. Silvinei, não precisa responder àquilo que você V. Exa. não deseja. Agora, eu não vou admitir que as pessoas fiquem gritando aqui no plenário dizendo o que o depoente deve fazer ou deixar de fazer. O depoente é maior, sabe o que está fazendo, está orientado por dois senhores advogados aqui na mesa, de sorte que ele tem toda a assistência necessária.

Nós não podemos continuar esta CPI com esse nível de balbúrdia no plenário. Vou fazer um apelo aos Srs. e às Sras. Parlamentares para que mantenhamos a ordem, por favor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Mas ele tem que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, mais uma vez, é bom a gente lembrar – e o senhor coloca muito bem – que esta aqui é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, onde o depoente que está aqui está na condição de testemunha, e, na condição de testemunha, ele não pode mentir. Ele pode simplesmente dizer que não vai falar ou coisa... Agora, mentir... Ele não pode mentir.

E eu quero refazer a pergunta, dando a oportunidade inclusive ao depoente para ele não mentir.

Consta uma ação penal na qual o senhor foi condenado de forma pecuniária a pagar inicialmente o valor de R\$52 mil – depois, houve uma atualização para mais de R\$71 mil –, uma ação onde ocorreu um fato específico em Goiás e que corre... Na verdade, correu na Justiça Federal, onde o senhor foi condenado, exatamente onde o caso específico era a agressão a um frentista que se negou a lavar uma viatura que o senhor solicitou. O senhor foi condenado ou não? O senhor recebeu essa condenação ou não? O senhor pagou ou não, através da ação de regresso da União, que pediu depois o retorno desse valor por conta de o senhor ser servidor público e inicialmente ter vindo o pagamento por parte da União? Isso ocorreu ou não, Sr. Silvinei?

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – O.k. Vamos lá.

Do processo administrativo disciplinar, eu fui absolvido pela Comissão, e ele foi depois arquivado por prescrição.

A senhora falou na Justiça Penal. Eu não tenho nenhuma condenação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na Justiça Federal.

O SR. SILVINEI VASQUES – Só um minutinho. Se eu puder falar, porque senão fica difícil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pode falar, pode falar.

O SR. SILVINEI VASQUES – Aí, não tenho condenação penal nesse caso, Senadora. Viu, Senadora? Não tenho condenação penal nesse caso.

O que tem aí? Veja bem. O cidadão entrou com uma ação contra a União pedindo R\$20 mil. A AGU nunca me chamou no processo. Ele usou documento lá falso e ganhou a ação da União – recebeu R\$20 mil. O que fez a União depois de 17 ou 18 anos?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A decisão se foi documento ou não falso não é o que consta. Eu quero saber exatamente da sua resposta.

O senhor está fazendo uma exposição interna, externa aqui acerca do processo. Eu estou lhe fazendo uma pergunta pontual, Sr. Silvinei.

O SR. SILVINEI VASQUES – É que o jeito que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, o senhor tem que responder à pergunta.

Não, Presidente, eu não vou aceitar as pessoas querendo tripudiar em cima da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora Eliziane, Senadora Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você tem que responder ao questionamento que eu fiz!

O SR. SILVINEI VASQUES – Estou respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora Eliziane... Senadora Eliziane, a senhora faz uma pergunta ao depoente, ele responde. Se a senhora não se sentir satisfeita com a pergunta, V. Exa. pode até repetir a pergunta. Agora, obviamente que a resposta do depoente é dele. E a senhora poderá, ao final da sua condição de Relatora, constar aquilo que a senhora julgar necessário.

Agora, vamos estabelecer aqui uma ordem: fala um e depois fala outro. Eu vou pedir para que o depoente não interrompa a Relatora, e nem a Relatora interrompa o depoente, para que a gente possa caminhar aqui em bom termo.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, a Senadora Eliziane Gama.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Há uma grande diferença...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, veja: eu estou fazendo uma pergunta, e nem estou pedindo para o depoente responda o que eu quero. Eu estou pedindo para ele não enrolar, eu estou pedindo para ele falar, para ele responder o que eu perguntei.

Agora, eu não vou permitir é que um depoente venha para cá e tente tripudiar sobre esta relatoria. Fiz uma pergunta de forma clara.

(Manifestação da plateia.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Respeite o depoente!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PL - PA) – Presidente, é isso que ainda é difícil...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E nem vou aceitar que Parlamentar nenhum aqui tente cercear a minha voz! Deputado, V. Exa. nem é integrante desta Comissão. Então, simplesmente se cale! Cale-se! Porque, neste momento, quem está falando aqui é a relatoria da Comissão, e eu não vou aceitar nem você e nem ninguém!

(Manifestação da plateia.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vá gritar em outro lugar! Aqui, não, Deputado! Vá gritar em outro lugar! Aqui, não! Respeite esta Comissão! Cale sua boca! Respeite esta Comissão! Cale a boca!

(Soa a campainha.)

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu não vou aceitar isso aqui na Comissão.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Art. 14...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Cale a boca você, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu peço, Deputada Eliziane...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa... Eu não vou me submeter a esse tipo de agressão aqui na Comissão!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada, tenha paciência...

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Os trabalhos estão suspensos pelo prazo de cinco minutos.

(Suspensa às 11 horas e 50 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 55 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Retomando aqui o trabalho da nossa CPI, eu quero dizer a todos que nós não podemos admitir esse nível de comportamento. Eu realmente não posso aceitar que haja interrupção por parte dos Deputados, dos Senadores às palavras que estão sendo feitas aqui na mesa.

Eu quero dizer ao depoente que V. Exa. tem todo o direito de responder ou não responder qualquer pergunta. V. Exa., inclusive, pode dizer que não quer responder porque entende V. Exa. que tal ou qual pergunta não está relacionada ao motivo da vossa convocação. É o direito que V. Exa. tem.

Agora, eu peço a todos que a gente mantenha a ordem. Nós não vamos conseguir avançar de maneira nenhuma com esse nível de confusão, com esse nível de desinteligência.

O SR. JORGE KAJURU (PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Vamos perder a credibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perde a credibilidade. O Senador Kajuru está falando com muita propriedade.

Eu peço a todos que mantenhamos a calma.

Vou repetir: o depoente tem todo o direito de, não querendo responder a sua pergunta, dizer que não vai fazê-lo. É um direito que ele tem. Isso não vai acarretar nenhum tipo de prejuízo para a sua fala.

Agora, a ordem tem que ser mantida. Eu faço um apelo a todos que mantenhamos a ordem.

Então, vamos retomar... Vamos retomar os trabalhos. Nós não queremos pedir a nenhum Deputado nem Senador que se retire deste ambiente por estar causando uma situação de balbúrdia, mas nós teremos, se continuar desse jeito, que fazer esse tipo de apelo. E eu tenho certeza de que isso não é bom nem pro Parlamentar, nem pra Presidência e muito menos pra CPML.

Então, passo a palavra a Relatora pra que conclua a sua inquirição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Muito bem, Presidente. Que nós possamos, de fato, ter pelo menos a tranquilidade de fazer essas oitivas.

Eu queria só lembrar que, quando a gente está em uma Comissão, aí sempre se fala: "Olhe, numa Comissão, numa CPI, você não pode mentir porque você, de fato, é passível de prisão". De fato, isso é verdade. Às vezes, até informações mentirosas são feitas na Comissão, mas você, numa primeira, leva, não pode ter um flagrante, porque, de uma forma imediata, nem sempre você está lá com a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentação. Isso não impede de que, *a posteriori*, você recorra à busca das informações e, portanto, você faça essa comprovação, contradita, constatação ou não, de fato, desse ato no caso de uma mentira.

Então, eu quero aqui colocar que, durante todo o depoimento em que nós viemos até o presente momento, quando fizemos algumas perguntas de informações – inclusive, já requisitamos pra que possam ser aprovadas neste plenário outras informações atinentes a esses pontos específicos –, nós já temos, de fato, cópias, inclusive, de decisão e de sentença que já são de conhecimento da Comissão, que é o caso em questão. E aí, então, eu vou mais uma vez fazer a mesma pergunta.

Nós temos, por exemplo, hoje, no âmbito da Justiça Federal, uma sentença fruto de uma ação de regresso da União, que foi condenada, que pagou, na verdade, um valor de aproximadamente R\$52 mil, de cerca de R\$ 52 mil, que depois foi reajustado pra R\$71 mil, fruto de uma condenação, em decorrência de uma condenação que a União teve pela posição do cargo que o Sr. Silvinei tinha no momento. Foi condenada onde? Na ação específica consta o quê? Consta mais uma vez que um frentista foi agredido pelo Sr. Silvinei porque se recusou a lavar uma viatura.

Eu pergunto mais uma vez para o senhor... Que a pergunta... Eu estou, inclusive, com a sentença em mão e eu pergunto ao senhor: o senhor foi... Houve ou não houve essa condenação? O senhor pagou ou o senhor não pagou esse valor de aproximadamente R\$71 mil, que foi exatamente o valor que a União teve que pagar em decorrência da sua condenação?

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Senadora, agora a pergunta foi melhor formulada. É que a senhora falou: " penal". Então, existe ação cível. Eu fui condenado em primeiro grau...

(Intervenções fora do microfone.)

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Duarte, tem uma pessoa falando, Deputado.

Deputado Éder Mauro, tem uma pessoa falando. Eu vou pedir ao Deputado Duarte e ao Deputado Éder Mauro que mantenham-se silentes para que a gente possa continuar, Deputado. V. Exa. não está com a palavra, o Deputado Éder Mauro não está com a palavra, e nós não vamos admitir esse tipo de balbúrdia aqui na Comissão, não vamos.

Por favor, Sr. Silvinei.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Senadora, foi a primeira vez que a senhora falou que era uma ação cível. Não é em razão da ação. É uma ação de reingresso da União contra mim...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Regresso.

O SR. SILVINEI VASQUES – ... em que a União já pagou R\$29 mil para um cidadão, e agora esse valor corrigido está em 70. Como eu nunca fui consultado no processo cível – a AGU o fez sem me consultar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – O senhor tem endereço fixo? Porque o senhor não é consultado de nada, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Deixe-o responder.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir a todos, eu vou pedir a todos, inclusive à Relatora, que a gente aguarde o depoente encerrar a sua pergunta para que prossigamos com a inquirição. É preciso ter método. Então, ele responde, ela pergunta e todos que estão na assistência ficam silentes para podermos ouvir o que está sendo dito aqui.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Então, Sra. Relatora e Sr. Presidente, eu fui condenado em primeiro grau na justiça cível – cível – de Santa Catarina e estou recorrendo ao TRF, como qualquer cidadão brasileiro, porque não concordo, porque foi fantasiosa aquela história lá, juntou documentos falsos, e eu farei meus recursos até o momento em que eu achar que eu tenho direito e que a minha consciência está tranquila. Então, é isso. Como qualquer cidadão brasileiro, a gente pode, tem direito ao recurso, e é isso que ocorreu.

Então, a condenação agora – a pergunta foi correta – é no primeiro grau em ação cível de regresso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu vou seguir para a pergunta seguinte, mas eu queria só deixar uma coisa: quando a gente fala, de uma forma enfática, para que o depoente dê, na verdade, a sua resposta, traga a sua informação, a gente – e eu coloquei isso, inclusive, anteriormente –, nós não podemos deixar aqui esse espaço para que os depoentes façam discursos, façam avaliação de juízo pessoal do assunto em questão. Aí não sou eu que estou dizendo. Nós temos, por exemplo, o Código de Processo Penal, no art. 213, que é claro: o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Aqui não é tribunal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... apreciações pessoais.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Questão de ordem, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Então, esta CPI, ela tem... Esta CPI tem autoridades, tem poderes próprios das autoridades judiciárias. Ou a gente faz valer a autonomia e o poder que esta Comissão tem ou ela não tem razão em ser.

Então, eu quero dizer aqui que não é querer ser petulante ou autoritária com ninguém, mas também não vou permitir que a nossa autoridade seja rechaçada ou seja colocada em segundo ou terceiro plano. Então, por favor, vamos seguir o rito normal, de fato, desta Comissão. Estou aqui para isso.

Vou, então, aqui seguir à outra pergunta, que é referente, por exemplo, aos carros blindados que foram adquiridos pela Polícia Rodoviária Federal. Recentemente, foi veiculado pela imprensa que o Ministério Público está conduzindo investigação acerca da compra de veículos blindados pela PRF. Nos últimos quatro anos, a Combat Armor, fornecedora desses veículos, recebeu dos cofres públicos federais um valor da ordem de R\$36 milhões, tendo sido entregues veículos em quatro estados e também no Distrito Federal, nos anos de 2020 e 2021. A empresa fez a apresentação de um dos veículos na sede da PRF em Santa Catarina, em 2022. O Sr. Anderson Torres... o senhor e também o Ministro Anderson Torres, o ex-Ministro, participaram da solenidade, chegando inclusive dentro de um carro blindado.

Há relatos de que há veículos parados na Superintendência da PRF do Rio de Janeiro. O senhor aparece como responsável pela aprovação de contratos com a Combat Armor no período em que era Superintendente Regional da PRF do Rio. Essa empresa tem sede nos Estados Unidos, pertence a Daniel Beck, que foi a pessoa sobre a qual lhe perguntei anteriormente, e ele inclusive esteve em Washington durante a invasão ao Congresso americano em janeiro de 2021. No Brasil, a Combat Armor é administrada pelo empresário Maurício Junot de Maria, que já atuava no setor de blindagem. Pelo que consta nos processos de licitação, foram 69 unidades, 19 "caveirões" e 51 dos chamados de "caveirinhas". A própria PRF diz que até 2018 não tinha blindado na frota.

E aí, portanto, diante desses relatos, eu quero fazer aqui alguns questionamentos.

O primeiro deles: eu queria que o senhor me respondesse qual a motivação jurídica e fática para que a Polícia Rodoviária Federal pudesse comprar os casos blindados, sobretudo aqueles nomeados de "caveirões". E, dentro dessa perspectiva, onde na verdade eles poderiam ser usados. E se de fato há... se é verdade a informação, que inclusive foi divulgada esta semana nos meios de comunicação, até com imagens, de que realmente os veículos estão parados no estacionamento do Rio de Janeiro, se a missão constitucional da Polícia Rodoviária Federal é o patrulhamento ostensivo de rodovias federais.

Eu queria que o senhor me respondesse primeiro essas três perguntas.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Senadora, primeiro, se estão parados, eu fico muito preocupado e triste, porque eu já saí do cargo faz seis meses, o colega que está lá é que deve responder. E fico mais triste ainda porque o Rio de Janeiro é um local que não está reconhecido como guerra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, a quantidade de policiais lá baleados, vitimados... São mais de 5 mil na Polícia Militar do Rio de Janeiro nos últimos 25 anos. Os índices são maiores que os da guerra do Iraque, por exemplo.

Se a gente entrar em *site* de qualquer outra polícia, inclusive de polícia judiciária, vocês vão verificar que eles possuem veículos blindados. Para que uma empresa de carro forte, que é quase um "caveirão", tem um veículo blindado? Para proteger o dinheiro. Para que, agora, tem carretas blindadas? Para proteger a carga. Será que o policial no Rio de Janeiro não pode ter um equipamento que proteja ele? Nós pegamos estudo na polícia que mais entende de blindado no mundo, que se chama Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. São os melhores e maiores operadores desse equipamento. A licitação é toda transparente, está à disposição em todos os *sites* de transparência do Brasil. Os equipamentos foram comprados e, se eu estivesse no cargo, eu compraria, faria uma nova licitação – que eu não sei quem iria ganhar, porque inclusive nessa licitação várias empresas ganharam, não foi só essa empresa, eram vários itens –, porque nós precisamos ter em cada região do Brasil. Por exemplo, Senadora, no dia 8 de janeiro, os "caveirões" da PRF foram usados aqui, na Esplanada. Teve uma servidora agora, de alto cargo aqui em Brasília, que foi ao Rio de Janeiro numa reunião, numa comunidade, começou uma troca de tiro violenta e o nosso caveirão foi lá e salvou essa senhora.

Então, o equipamento está à disposição. O que fala a lei do Susp? Temos que trabalhar sempre em parceria. Se um outro órgão precisa, a gente empresta, a gente vai lá acompanhar.

E mais, será que só tem bandido em favela? Tem muito bandido no asfalto. É por isso que a gente tem o veículo blindado. Então, se pode ter um blindado para cuidar de dinheiro num carro-forte, para cuidar de carga numa carreta, por que um policial no Rio de Janeiro não pode ter um blindado?

Aliás, faz uma semana que uma viatura da PRF, no Rio de Janeiro, foi fuzilada, e o colega provavelmente vai perder, se não perder a mão, perderá todos os dedos, e não morreu por pouco.

Então, eu acho que, se esses veículos estão lá e não estão sendo utilizados, é muito triste. Acho que, também, tem que conhecer o Rio de Janeiro para entender a necessidade dessa compra. Hoje, nenhum cidadão – não estou falando de viatura – consegue parar na 101, no Rio Manilha, na região do Jardim Catarina, ou no Salgueiro, porque vai morrer; não pode parar no Jardim América, na Dutra, porque vai ser assaltado; não pode parar na 040, no Gramacho, na Vai Quem Quer, porque vai ser assaltado; se parar na boca da favela, lá em Angra do Reis, na 101 sul, vai ser roubado.

Então, existe a necessidade de o nosso policial estar com esses equipamentos: um eventual roubo de carga, uma perseguição – tão mal fazem com nossos caminhoneiros –, para o policial poder ir atrás com segurança, trazer o caminhoneiro, trazer a carga, trazer a família e tantas outras coisas.

Então, existe a necessidade, e essas aquisições, Senadora, se dão com autorização do Exército Brasileiro. Por que quem define o que a polícia...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês chegaram a usar nas regiões fronteiriças?

O SR. SILVINEI VASQUES – Usamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só para ajudar.

O SR. SILVINEI VASQUES – Nós usamos agora nas desobstruções de rodovias. Nós o levamos lá para Sinop, lá no Mato Grosso, levamos para a região de Novo Progresso, lá no Pará, no sudoeste do Pará.

Esses equipamentos foram comprados para o Brasil todo, várias superintendências têm. O que aconteceu lá no Rio de Janeiro, realmente... Eu fico muito triste em saber que um equipamento tão importante, tão bom e tão útil para o Rio de Janeiro está lá parado, e os nossos policiais, infelizmente, só contando com Deus.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre a questão da compra, da aquisição desses veículos, em cima desse valor que nós acabamos de citar...

Aliás, já coloco aqui os dados da evolução patrimonial desta empresa, que é impressionante, é um *case* de sucesso brasileiro – aliás, não é nem brasileiro, porque nem é brasileira, apesar de ter aberto aqui no Brasil, até para poder obedecer aos critérios da legislação brasileira.

Mas, por exemplo, a empresa foi criada em 2019. O patrimônio desta empresa era de R\$1 milhão. Depois, o capital desta empresa subiu, em um ano, para R\$6,8 milhões. Depois, de setembro para outubro, ela já aparece com outro patrimônio da ordem de R\$13,4 milhões. Em 2022, o patrimônio vai para R\$20,9 milhões. Depois, em outubro, ela vai para R\$27,4 milhões.

Então, é impressionante como ela teve tanto sucesso em pouco espaço de tempo, aumentando em 2.000%, na verdade, o seu patrimônio. E nós temos a informação de que há laudos técnicos, e eu pergunto ao senhor: houve, na verdade, uma solicitação ou uma apresentação de laudos técnicos da assessoria jurídica em relação à contratação do objeto da licitação desses blindados?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, sobre a evolução patrimonial, é a empresa que tem que responder.

Eles ganharam licitação da Polícia Rodoviária Federal, da Polícia Federal, da Procuradoria-Geral da República, do Ministério Público do Trabalho, da Polícia Militar do Rio de Janeiro, da Justiça Federal do Paraná e de outros órgãos no Brasil.

Com relação aos laudos, a própria licitação, como é um veículo controlado, tem que passar pelos controles do Exército através do plano estratégico, tem que passar pela AGU.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para essa licitação, excepcionalmente, fizemos audiência pública. Então, assim, é uma licitação totalmente transparente.

E lá, a empresa tem que entregar todos os laudos que a ABNT exige. O ReTEx, por exemplo, do Exército, para a fabricação; o cadastro do veículo junto à Secretaria Nacional de Trânsito; o ReTEx da empresa que faz o aço, enfim, toda a documentação está juntada ao processo, e ele é público.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Houve ou não houve laudo?

Eu queria que o senhor respondesse à pergunta que eu fiz.

O SR. SILVINEI VASQUES – Mas laudo do quê? A senhora tem que me dizer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Laudo técnico da recomendação ou não de se ter acesso à aquisição desses blindados.

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu não estou conseguindo entender a pergunta da senhora. Tem que técnica a pergunta. Laudo do quê?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Um laudo técnico recomendando ou não a compra desses blindados para a Polícia Rodoviária Federal.

O SR. SILVINEI VASQUES – Qualquer processo licitatório, Senadora, é obrigado a passar na AGU. Se não tiver lá a justificativa, se não tiver lá todo o planejamento....

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, minha pergunta não é em relação à AGU ou a qualquer outro órgão.

Eu estou perguntando em relação à Polícia Rodoviária Federal.

Houve a emissão de algum laudo técnico, construído pela própria Polícia Rodoviária Federal, recomendando ou não recomendando a aquisição desses blindados?

O SR. SILVINEI VASQUES – Veja, todo o processo licitatório tem que ter um planejamento da compra. Talvez seja isso que a senhora esteja falando.

Existe uma área que faz esse procedimento e que disse, informou, a necessidade da aquisição dos equipamentos. Eu acho que é isso, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A informação que eu quero saber do senhor é apenas uma: o senhor não tem conhecimento se houve ou não um parecer emitindo a recomendação ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto isso por que, Sr. Silvinei? Porque tem uma informação, inclusive estamos também requisitando, de que houve, na verdade, um parecer técnico não recomendando a aquisição desses blindados. O senhor pode me afirmar se existiu ou não esse parecer técnico?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu não tenho conhecimento desse documento.

Não tenho conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tem conhecimento.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O Sr. Marcelo Ávila participou desse processo também de organização da contratação dos blindados?

O SR. SILVINEI VASQUES – Sim, ele participou da licitação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E qual foi o nível de participação dele?

O SR. SILVINEI VASQUES – É o pregoeiro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ele foi o pregoeiro da licitação?

O SR. SILVINEI VASQUES – Se não era o pregoeiro, era da equipe do plano de compras. Eu não lembro agora exato, mas participou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito boa a resposta.

O senhor também tem conhecimento de que a Combat Armor era uma empresa totalmente vinculada ao ex-Presidente americano Donald Trump? (*Risos.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu desconheço, Senadora.

O que eu sei é que a empresa cumpriu todos os requisitos. A licitação foi aprovada, auditada. Já saíram várias matérias e até hoje não encontraram nada errado lá nesse procedimento.

Agora os contatos da empresa, lá nos Estados Unidos, eu realmente não tenho esse nível de informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Depois que o senhor saiu da Polícia Rodoviária Federal, o senhor chegou a solicitar, a participar, como funcionário, como empregado, ou como integrante dessa empresa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu estou, desde o dia em que me aposentei, procurando emprego. Acho que meu currículo, aqui, foi apresentado, não é? Estive nessa empresa, estive em mais de dez empresas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E ninguém lhe dá emprego?

O SR. SILVINEI VASQUES – Estou à procura de emprego, estou à disposição, a gente pode enviar o currículo... (*Risos.*)

Ainda não consegui. Ainda não consegui, porque as que quiseram me dar emprego não atenderam às minhas expectativas, mas assim que eu tiver uma oportunidade, com certeza, eu vou trabalhar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então o senhor procurou esta empresa, pedindo emprego lá?

O SR. SILVINEI VASQUES – Várias empresas, inclusive essa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Inclusive essa.

Não há conflito de interesses. Uma empresa que ganha uma licitação de R\$36 milhões, quando o senhor era Presidente da PRF, e o senhor, na sequência, foi pedir emprego lá?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu estou aposentado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, um currículo, realmente, tão amplo, não ter emprego até o presente momento...

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vou...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu pediria a todos aqui que a gente evite a conversa paralela para que a Relatora possa concluir a sua inquirição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vou partir, Presidente, aqui tentando também concluir, até porque eu sei que meus colegas têm várias outras perguntas a fazer, mas vou aqui falar, especificamente, agora acerca do perfil da Polícia Rodoviária Federal. Mas, antes disso, o senhor teve dois antecessores à sua gestão: um deles foi – o senhor sabe o nome dos dois, né? – o Sr. Eduardo Aggio e também o Adriano Marcos Furtado. O senhor tem informação das razões que levaram à exoneração deles anteriormente?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu desconheço, porque, em todas elas, mudou o ministro, e aí é cargo de confiança, o ministro coloca quem ele confia, né?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só a título de recordação, o Sr. Adriano Marcos Furtado teve a sua exoneração logo após ele publicar, nas suas redes sociais, uma nota de pesar em relação à morte de um agente da Polícia Rodoviária Federal em decorrência de complicações da Covid, algo, aliás, muito lamentável, não é?

Nós tivemos – eu vou tentar reduzir aqui esse questionamento –, na verdade, algumas portarias que foram emitidas lá atrás em relação ao perfil da Polícia Rodoviária Federal, uma delas, inclusive, formulada pelo, hoje, nosso colega Senador Moro, então ex-Ministro Moro, que é a Portaria nº 42, que, entre as questões e os pontos específicos desenhados por essa portaria, a Polícia Rodoviária Federal passaria a atuar em operações conjuntas com outros órgãos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública, e, assim, a Polícia Rodoviária Federal poderá designar efetivo para integrar equipes de operação conjunta, prestar apoio logístico, atuar na segurança de equipes e do material empregado, ingressar nos locais alvos de mandado de busca e apreensão, enfim, praticar atos sempre de uma forma conjunta.

Eu queria que o senhor pudesse, na verdade, nos apontar, entre essas operações, sobretudo essas aí em que foi utilizado esse novo arsenal de armamento, que foi adquirido pela Polícia Rodoviária Federal junto com os blindados, qual dessas ações o senhor poderia destacar que foram trabalhadas em forma conjunta com a Polícia Militar, a Polícia Civil ou até mesmo a Polícia Federal?

O SR. SILVINEI VASQUES – Nós temos essa portaria, foi um dos grandes avanços da instituição e da segurança pública no Brasil. Essa portaria nada mais é do que uma ratificação da lei federal que cria o Susp (Sistema Único de Segurança Pública).

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato.

O SR. SILVINEI VASQUES – Há muito tempo, se falava em fazer segurança com integração, e essa portaria vem trazer a integração.

Nós assinamos mais de 300 – 300 – parcerias com municípios, estados, integração de sistemas, operações conjuntas no Brasil, no período em que estive à frente do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Dentro desse volume, na verdade, de equipamentos que foram comprados, Sr. Silvinei, nós, na verdade, vimos aqui que, por exemplo – o senhor destaca, e eu também destaco e eu acho muito importante, o volume de apreensão em relação a tráfico de drogas, em relação a esse trabalho que a Polícia Rodoviária Federal fez –, em relação a outros equipamentos que têm um impacto muito grande na vida das pessoas, porque têm a ver com a redução, por exemplo, de mortes, a gente percebeu que não houve, por exemplo, nenhum tipo de ação mais clara em relação a isso. Por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal adquiriu poucos bafômetros – ou etilômetros, que seria o nome mais técnico – no início de 2019, portanto... em 2019. Mas, por exemplo, agora, em 2022, mais uma vez nós tivemos apenas a aquisição de 67 etilômetros. Parece-me, de uma forma muito clara, um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relaxamento dessa missão precípua da Polícia Rodoviária Federal, que é o patrulhamento das rodovias federais. Por que não houve uma atenção voltada pra esse tipo de fiscalização e pra esse tipo de equipamento?

O SR. SILVINEI VASQUES – Foi uma das épocas em que a gente mais investiu em segurança viária na história da PRF. Então, nós inovamos, compramos as carretas do Cinema Rodoviário pra levar educação pras criança, pros nossos motoristas, educação de trânsito pra todo o Brasil. Compramos as carretas do Comando da Saúde; é um trabalho que a gente faz há quase 30 anos e levando 14 pontos de saúde pros nossos caminhoneiros, pras comunidades lindeiras à beira de rodovia. Compramos as *vans* pra fiscalização, compramos *scanner* de mão pra fiscalização, compramos etilômetros – desculpa – viaturas modernas, uniforme dos melhores, colete balístico, enfim, tudo que envolve a segurança viária, a proteção do policial, do cidadão, a gente fez nessa passagem. Eu desconheço qualquer tipo de equipamento que não tenha sido comprado ou que não tenha um processo autuado em encaminhamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tem, por exemplo, do ponto de vista mais de... Pelo menos de percentual, digamos assim. Eu não preciso que o senhor me dê o número exato, mas por exemplo, em relação ao volume de compra desse tipo de equipamento que é usado especificamente para o patrulhamento das rodovias, o controle do trânsito e automaticamente a redução de mortes no trânsito, porque realmente os números que nós temos aqui são números preocupantes: nós temos aí uma média de 5,3 mil óbitos anuais em rodovias federais, quer dizer, uma média, de fato, muito alta; e que não houve a redução durante a sua gestão. Do ponto de vista percentual, o senhor poderia nos dar pelo menos o que teve de volume de compra desses equipamentos que são usados para esse tipo de finalidade?

O SR. SILVINEI VASQUES – Vai me faltar informação de recurso, mas posso afirmar pra senhora que todos os pedidos que chegaram ao meu gabinete na área de segurança viária foram atendidos. Se o processo ainda não deu seguimento, às vezes é um equipamento importado, às vezes depende de uma autorização do Inmetro, mas a gente fez esse atendimento, fizemos o encaminhamento.

A PRF recebeu o prêmio da década da ONU de redução de acidentes. Nós saímos aí de mais de 10 mil mortes; estamos agora com 5 mil. E a gente investe em diversos cursos lá na nossa universidade em Florianópolis. Levamos profissionais lá tanto na área de pós-graduação como de capacitação em todas as áreas do conhecimento, inclusive de segurança viária. Pode ter certeza que a gente não cansou de incentivar essa área a se modernizar e melhorar. E a Polícia Rodoviária Federal é referência na parte de trânsito, segurança viária em toda a América do Sul. Inclusive policiais de outros países, da Espanha e de Portugal, têm participado conosco aqui de cursos, e nós também trocamos informações com eles.

Criamos aplicativos. É a primeira polícia que tem um aplicativo pra questão de acidente, pra comunicar, pra chamar o policial, pra questão do pânico na hora do acidente. Criamos também os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aplicativos pras romarias, que a gente tem muito lá no Nordeste e em São Paulo, o pessoal era atropelado nos acostamentos. Enfim, a gente procurou modernizar a área de segurança viária e botar os melhores bens e equipamentos pra sociedade brasileira nesse período.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 19... Perdão, no dia 14 de março de 2023, o jornal *O Globo* noticiou que a Agência Brasileira de Inteligência estava utilizando a ferramenta First Mile, que ela monitorava a localização de servidores e possíveis desafetos do Governo através de torres de telefonia móvel. Especificamente em relação à Polícia Rodoviária Federal, vocês também possuem essa ferramenta?

O SR. SILVINEI VASQUES – Qual é a data? A senhora pode...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 14 de março de 2023.

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu desconheço. Eu não conheço essa ferramenta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês não têm, por exemplo, hoje o programa espião que é conhecido como Pegasus?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, não. Eu acho que no Brasil...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês já chegaram.. Vocês não chegaram, na verdade, a utilizar?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu acho que ninguém tem no Brasil, Pegasus.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim. A informação que nós temos aqui é que, de uma forma naturalmente não oficial e extraoficial, possivelmente estariam sendo utilizados.

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu desconheço. Não sei.

Porque, a área de inteligência, ela é muito restrita e tem toda a questão de sigilo. Eu, por exemplo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na Polícia Rodoviária Federal, o senhor assegura que não?

O SR. SILVINEI VASQUES – Desconheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vou seguir agora aqui, Presidente, em relação aos fatos especificamente do dia 30 de outubro, que foi, portanto, o segundo turno das eleições.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É, aplaudam mesmo porque, de fato, as informações são absolutamente pertinentes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu, quando vim para esta CPMI, imaginava assim que se tinha uma pessoa que pudesse criar uma polêmica era o nobre Senador Kajuru. (*Risos.*)

E ele, justamente, é que tem sido aqui a régua da razão e do bom senso. Quero lhe agradecer – viu, Senador? – pela sua contribuição a esta Presidência. E foi justamente o Senador que solicitou a todos. Eu reitero esse pedido para que não, não nos manifestemos, nem pelas palmas, nem pelas vaias, para que a gente possa dar prosseguimento ao nosso trabalho.

Por favor, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei, houve recentemente uma divulgação muito ampla acerca de alguns integrantes da área militar brasileira, e eles receberam uma nomenclatura própria, e essa nomenclatura seria "kids pretos". O senhor tem conhecimento?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu nunca ouvi falar. Nem sei o que é.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor nunca ouvi falar. Mas o senhor já ouviu falar, por exemplo, no grupo de operações especiais do Exército?

O SR. SILVINEI VASQUES – Conheço. Eu fiz curso lá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, o senhor conhece, por exemplo, e tem contato com pessoas que já integraram esse grupo? E aí eu cito especificamente: o senhor tem contato, por exemplo, teve o contato ou, enfim, tem relação mais pessoal ou não mesmo com o Sr. Mauro Cid?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não tenho relação pessoal, nem parentesco, nem de amizade. Falei com ele duas vezes pedindo audiência com o Presidente e com o Ministro da Justiça, para tratar da reestruturação da nossa carreira. Somente isso. Mais nada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor, em algum momento, recebeu ou teve conhecimento de trocas e de entregas, por exemplo, de minutas com atos normativos que tratavam de intervenção das Forças Armadas no segundo turno das eleições?

O SR. SILVINEI VASQUES – Nunca recebi, nunca participei de reunião, e tive conhecimento pela imprensa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor publicou, no dia 29 de outubro, dia anterior ao domingo das eleições, no Instagram, uma mensagem na qual pedia voto para o então Presidente da República, que tentava a reeleição. A postagem foi apagada. Por que o senhor apagou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu postei a Bandeira do Brasil, não é? E aí, como começaram algumas críticas na imprensa, eu fui lá e apaguei. Mas era a minha rede social, num sábado em que eu estava de folga, com o meu celular e usando a minha internet.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor apagou pela pressão da imprensa ou porque o senhor percebeu que não seria algo correto da sua parte – sobretudo pelo posto que o senhor adotava e estava naturalmente conduzindo – fazer uma postagem dessa natureza?

O SR. SILVINEI VASQUES – Foi para evitar polêmica, mas, como já falei isto, Senadora, é normal lá na PRF. Posso falar para a senhora dez ocupantes do atual cargo agora que... Tem alguns, inclusive, que, além de postarem pedindo voto para algum candidato, ainda falam mal do outro. E eu nunca falei mal, nunca citei. E é normal, na PRF, os policiais terem um candidato, e na sua hora de folga, acham que são brasileiros e têm direito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor pode me dizer em que pé está, por exemplo, hoje – já que o senhor está, inclusive, acompanhado dos seus advogados – a ação do MPF que trata exatamente da improbidade por conta, dentre outras questões, também dessa postagem?

O SR. SILVINEI VASQUES – Nós apresentamos a defesa, e o Ministério Público Federal apresentou a réplica, e o processo é público.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Silvinei... Eu vou pegar aqui... Me dá aqui minha pasta, meu Deus.

Eu queria colocar agora especificamente sobre as ações que ocorreram para... Me dá aquela... Para eu ficar tão longe...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É. Disfarçando aqui para eu poder alcançar o microfone. Vejam só!

Primeiramente, eu queria conversar com o senhor sobre as reuniões que ocorreram ou, melhor dizendo, sobre o planejamento para as operações em relação ao primeiro e ao segundo turno. No dia 19 especificamente, nós tivemos...

Primeiramente, eu vou lhe fazer uma pergunta de forma mais pontual: o planejamento para o dia 30 de outubro, que foi o segundo dia, o segundo turno das eleições, quantas reuniões antecederam a ação voltada para aquele dia 30?

O SR. SILVINEI VASQUES – Talvez dezenas de reuniões.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Dezenas de reuniões?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Uma, com a minha presença e a de todos os chefes de polícia, porque a operação não era da PRF; a operação era do Ministério da Justiça, sob a coordenação da Secretaria de Operações Integradas, que é a Seopi, com a presença da polícia eleitoral brasileira, que é a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, que é a polícia ostensiva da União, as 27 polícias militares, as 27 polícias civis e os 27 TREs. A primeira reunião foi em junho de 2022.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No mês de outubro, quais as reuniões do mês de outubro?

O SR. SILVINEI VASQUES – No mês de outubro, a gente teve uma reunião com o Ministro Anderson e todo o comando e depois...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual foi o dia dessa reunião?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu não lembro, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No dia 19 de outubro, o senhor participou da reunião do dia 19 de outubro naturalmente.

O SR. SILVINEI VASQUES – Onde?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na sede da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. SILVINEI VASQUES – Ah, não. Aí é da PRF que a senhora está dizendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim, sim.

O SR. SILVINEI VASQUES – A gente teve a do Ministério da Justiça, com todas as autoridades. E aí a gente depois teve uma reunião do Conselho Superior de Polícia. É isso que a senhora está relatando, está falando, não é? Que saiu na imprensa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essa do dia 19.

O SR. SILVINEI VASQUES – Isso.

No dia 19, a gente teve uma reunião do Conselho Superior de Polícia. Lá estavam todos os superintendentes e todos os gestores de alto comando da instituição. Qual é o motivo? Nós estávamos tratando de um procedimento acerca de uma resolução, porque o Ministério da Economia mandou cortar o procedimento relacionado à educação física dos policiais. Em razão dessa reunião, a gente aproveitou e fez cinco informes. Um era a questão relacionada à passagem de serviço, ou seja, independentemente se ganhasse um Presidente ou outro, às vezes, mesmo que o Presidente Bolsonaro ganhasse, poderia trocar o Ministro da Justiça. Então, mandamos cuidar do patrimônio, mandamos cuidar de processo, de procedimento, deixar tudo organizado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falamos também acerca do vazamento de informações. Toda reunião do conselho, um colega pegava uma foto, colocava, criava um mal-estar gigante internamente na instituição. Em razão disso, nessa reunião, eu precisei dar uma chamada no pessoal e falei: "Ó, hoje ninguém entra com celular, porque semana passada fizemos uma reunião, fizeram uma foto e mandaram pro portal da *UOL*. Criou o maior problema interno dentro da instituição".

E falamos também, avisamos que tinha ocorrido uma reunião no Ministério da Justiça, que o Ministro Anderson faria uma coletiva – e o fez e deixou bem claro lá o que que ia acontecer – e, em seguida, o Diretor de Operações é que tratou. Eu não participei de nenhuma reunião mais com os superintendentes estaduais, depois com os chefes de operações estaduais, que são 27, e depois com os 150 chefes de delegacia pelo Brasil afora. Eles é que trataram, escolheram o local, como é que ia ser, procedimento, tudo com eles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O caso específico dessa reunião... Foi uma reunião inclusive física. Vocês, em outros momentos, faziam algumas reuniões mais híbridas, por exemplo, a presença física e a presença pela área virtual. Essa foi totalmente física e ela foi agendada no dia 18. É isso?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não lembro... Não, não, porque não tem como, tem que comprar passagem e tudo. A data do agendamento eu não lembro, porque tem todo um trâmite para fazer a reunião, não pode fazer assim de última hora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A informação que nós temos é que esse agendamento teria sido dia 14, quatro dias antes.

O SR. SILVINEI VASQUES – Pode ter sido. Eu não sei, eu não lembro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vieram, por exemplo, representação de todos os estados brasileiros?

O SR. SILVINEI VASQUES – Dos 27.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Dos 27 estados.

O SR. SILVINEI VASQUES – É.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nesse mesmo dia 19, vocês fizeram uma outra reunião no Alvorada? O senhor chegou a participar?

O SR. SILVINEI VASQUES – Nunca participei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, numa outra reunião no Alvorada, quando o senhor deu o sigilo, por exemplo, para esta reunião... E a pauta da reunião, pelo menos na ata que nós lemos, não parecia algo que demandasse, por exemplo, o nível de sigilo tão grande. Por exemplo, a entrada –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como você coloca – de não ter telefone, enfim. Esse critério todo seria voltado apenas para essa questão em relação a essas... ao critério normativo, por exemplo, de hora de transferência ou coisa parecida?

O SR. SILVINEI VASQUES – Na minha sala, por exemplo, ninguém entrava com celular, relógio que filma, nada. Isso é normal. Em qualquer órgão federal, alto comando, não pode entrar; em qualquer empresa privada. Então isso é algo normal. Várias reuniões já aconteceram de não poder entrar com o celular, quando o assunto é restrito e tal. Então isso é normal na instituição, em empresa privada, tudo. Então, já aconteceu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês usaram... Vocês usaram o equipamento de inteligência conhecido como Oscan ou outro nessa sala?

O SR. SILVINEI VASQUES – O nome dele eu não sei, mas quando a gente pede para não usar o telefone, a gente liga esse equipamento. Esse equipamento vai verificar se tem um outro tipo de gravação, de relógio, alguma coisa, e ele comunica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então vocês usam um sistema de inteligência dentro dessa sala de reunião, na sede da Polícia Rodoviária federal.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, ele é um equipamento que é utilizado para verificar se tem ondas de transmissão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ah, sempre bloqueia. Vocês sempre utilizam esse equipamento para bloquear essa transferência de mensagens.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, ele não bloqueia. Ele avisa se tem alguém fazendo gravação, está ligando, está falando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Isso é rotineiro? Vocês sempre usaram ou é mais de uso recente?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, todos os órgãos e empresas privadas usam. Isso é muito antigo. Esse equipamento deve ter uns dez anos já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi adquirido há dez anos pela Polícia Rodoviária Federal.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não lembro, mas coisa assim, bem antiga já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É... sobre o rito, por exemplo, no planejamento dessas ações, por que que vocês levantaram apenas a Região Nordeste brasileira?

O SR. SILVINEI VASQUES – Em qual? Qual levantamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na instalação, na implantação especificamente dessas operações. Havia, por exemplo, a primeira operação, que foi uma operação criada para o período do primeiro e do segundo turnos das eleições. Na sequência, vocês fizeram a apresentação da Operação Transporte Seguro, e nessas operações não havia, por exemplo, direcionamento para todos os estados brasileiros. Por que que vocês só definiram a Região Nordeste brasileira?

O SR. SILVINEI VASQUES – Toda operação no primeiro e segundo turnos foi nacional. Todas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A execução lá na frente; eu digo o planejamento.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não existe isso. Como é que eu vou executar, se eu não planejar?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, sim, mas no planejamento vocês não incluíram os outros estados brasileiros.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não. Primeiro turno e segundo turno; operação nacional. Essa operação específica, eu não conheço a ordem de missão; eu não assino. O Diretor de Operações tem que saber qual é a ordem de missão, quando é que foi... Eu não lembro dessa Operação Trânsito Seguro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. É... a minha pergunta para o senhor é muito clara: houve lá atrás, na ordem de serviço, um planejamento que houve... Aliás, ao longo do processo, até por conta de uma pressão de fiscalização da sociedade brasileira em vários outros momentos, houve uma série de alterações nessa ordem de serviço. E nas primeiras ordens de serviço, por exemplo, a ordem de serviço do dia 20... na Ordem de Serviço nº 121 só constava a Região Nordeste brasileira. Na Ordem de Serviço 160, perdão, só constavam as regiões... os estados da Região Nordeste brasileira. Só na última ordem de serviço para execução que vocês, na verdade, incluíram os outros estados brasileiros. Por que que vocês só estavam incluindo a Região Nordeste?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu desconheço essa operação. Quem poderia responder com facilidade é o atual... aliás, o diretor de operações da época, porque ele coordenava...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor não teve conhecimento dessas ordens de serviço?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, mas eu não assino ordem de serviço de operação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas essa ordem de serviço não foi debatida nessa reunião?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, a gente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Foi feita uma reunião para discutir as operações do primeiro e segundo turnos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, tem dia que tem 15, 20 operações por dia em delegacia; às vezes tem 30, 40. Isso não passa pelo Diretor-Geral.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não. Pelo amor de Deus, mas o senhor está sentado numa reunião para planejar as operações do primeiro e segundo turno do Brasil inteiro.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, isso aí não era operação do primeiro e segundo turno.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sim. Ordem de Serviço 121, que eu não vou ler detalhadamente, porque é um documento sigiloso, e a Ordem de Serviço 160.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, isso não é sigiloso. Nenhuma ordem de operação nossa é sigilosa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Estamos aqui então com todo o detalhamento. O senhor não incluiu os outros estados brasileiros.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, eu não. Quem assina isso aí é o Diretor de Operações...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não tem o conhecimento então disso na reunião?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não... Eu vou falar para a senhora: eu nem conheço essa operação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por que é que teve, por exemplo, uma alteração tão drástica de diárias? Na primeira ordem de serviço, a previsão orçamentária era algo em torno de R\$500 mil; depois, nas várias alterações que obtiveram, a partir de toda uma pressão nacional e debate nacional, foi aumentado, por exemplo, de R\$500 mil para R\$3 milhões em diárias; e, diga-se de passagem, desses estados a aplicação de diárias só teve na Região Nordeste brasileira. E tiveram outros estados... Vejam só: o volume total de diárias foi aplicado na Região Nordeste; e, em Minas Gerais, Goiânia e São Paulo, nós tivemos apenas R\$67,2 mil. Não há uma discrepância de uma prioridade tão grande na Região Nordeste brasileira?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, está havendo alguma confusão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não está, não. Aqui não tem confusão, aqui tem papel, tem documento.

O SR. SILVINEI VASQUES – Pois é. Não, mas aí eu posso dizer para a senhora: Operação Trânsito Livre eu não conheço, não participei de reunião e não sei onde é que aconteceu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – À Operação Transporte Seguro é que eu estou me referindo.

O SR. SILVINEI VASQUES – Da operação do primeiro e segundo turno eu tenho todas as informações aqui. Essa daí eu não posso falar para a senhora, porque eu não lembro e nem conheço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só para o senhor ter uma ideia, a média, por exemplo, do segundo turno da eleição foi de R\$1,303 milhão em um dia.

O SR. SILVINEI VASQUES (*Fora do microfone.*) – Um milhão?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De diárias. Um milhão, porque foram R\$3 milhões para os três dias de operação do segundo turno.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não é essa operação então.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E o que é mais grave: apenas para a Região Nordeste brasileira. Está aqui, Sr. Silvinei. Eu estou com a ordem de serviço em mão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu vou sugerir à senhora que... Está tendo alguma confusão. A senhora está falando de dois assuntos ao mesmo tempo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não estou falando em dois assuntos. Houve... Vejam bem, houve, na verdade, operações naquele momento. Houve lá atrás, de uma forma muito anterior, o planejamento para duas operações da Polícia Rodoviária Federal referentes ao processo eleitoral, que ocorreriam no primeiro e no segundo turno. Na sequência, houve a implantação de uma segunda operação e um planejamento que seria a Operação Transporte Seguro. Depois dessa apresentação desse planejamento, você designou todo o trabalho da operação para a Região Nordeste brasileira, em que foram citados apenas esses estados da Região Nordeste que estão todos aqui.

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na última rodada de mais um novo aditamento, na OS 160, que ocorreu já no dia 20 de outubro de 2022, houve a inclusão de três estados brasileiros a mais, para além dos estados da Região Nordeste, com a implantação de diárias, mas o valor... Não é a defesa da diária em si, ou seja, se você tem um volume maior de diárias, você tem automaticamente um volume maior de servidores para essa área. Por que é que a gente só ia ter problema na Região Nordeste brasileira? Por que é que só os estados do meu Nordeste tiveram uma atenção tão grande – do nosso Nordeste, então, para os nordestinos – uma atenção tão grande com tanto efetivo policial, em detrimento de outros estados brasileiros?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, a senhora vai verificar que não tem nenhuma assinatura minha aí. Eu desconheço a Operação Trânsito Livre. Se é para ônibus, alguma coisa, o colega deve ter as... Aí era interessante ele ser chamado aqui para dar a explicação ou pedir informação para a PRF.

Se a senhora quiser informação do primeiro e do segundo turno, eu participei das reuniões. Das demais operações, o Diretor-Geral não participa, porque a gente tem um calendário, é tudo organizado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tudo descentralizado, a gente confia nos nossos profissionais, e eles vão tocando, não é? Os resultados estavam aí. A instituição estava todo dia na mídia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Os Srs. Marcio Geraldo Lara Lima Júnior, Antônio Melo Júnior, Anderson Frazão Gomes Brandão, Djarlisson Henrique Moura; eles não são pessoas que estão sob a sua hierarquia?

O SR. SILVINEI VASQUES – Diretamente era o Djairlon, que era o Diretor de Operações; os outros, abaixo dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas, Sr. Silvinei, vamos lá. Nós estamos aqui diante de um planejamento de uma operação muito grande, e a informação que nós temos, inclusive, é a de que a definição específica dos lugares, que na praxe de operações é definida lá na ponta pelos superintendentes regionais, foi definida aqui no Comando Central. Nesse Comando Central, foi apresentado, inclusive, um rito de atuação pelo Brasil inteiro, e, nesse rito de atuação pelo Brasil inteiro, não constavam, por exemplo, outras regiões, mas apenas a Região Nordeste brasileira. Há uma clara suspeição sobre esse planejamento, que, como eu disse, consta aqui deste documento que está sob o poder da CPI.

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, eu vou sugerir à senhora, se me permitir, que faça pedido à PRF para ela explicar, porque essa Operação Trânsito Livre não passou lá pelo meu gabinete. *(Pausa.)*

Ah, Transporte Seguro, tá? Transporte Seguro.

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Transporte Seguro. Outra pergunta...

O SR. SILVINEI VASQUES – Transporte Seguro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

O SR. SILVINEI VASQUES – E sobre a operação do primeiro e do segundo turno, eu tenho todas as informações aqui para passar para a senhora, que eu acredito que não seja essa. Está havendo alguma confusão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre as reuniões... Na ata, por exemplo, dessa reunião do dia 19, consta apenas a assinatura dela no dia 10 de novembro. Por que é que demorou tanto tempo?

O SR. SILVINEI VASQUES – Nós temos um sistema que se chama SEI. Então, é colocada lá a ata, e, antes de assinar, todo mundo tem que ler para ver se concorda. Todo mundo assinou, se libera a assinatura. É assim que funciona o SEI. Então, isso demora às vezes, não é? Todo mundo cheio de trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É um rito normal? Todas as outras reuniões têm essa média de 20 dias de lapso temporal entre o dia da ata e o dia da...

O SR. SILVINEI VASQUES – Pode até ser mais, porque tem colega de quem a gente fica cobrando: "Assina, assina, assina", não é? Alguém, eu não. E aí ia lá e assinava.

Então, assim... Tem que fazer a ata. Todo mundo concorda com a ata? Beleza. Então, a gente a publica no SEI, e aí se autoriza quem pode assinar, porque não é aberto. Só pode assinar quem é autorizado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ainda sobre, por exemplo, a quantidade – só para o senhor ter uma ideia – de multas que foram lavradas aqui no período das eleições, que foi, por exemplo, nos sete dias que circundam o segundo turno das eleições. Você tem uma média geral em outras datas: 363, 348... São médias, por exemplo, em outros dias. No dia especificamente que vem para o segundo turno, você tem mil multas, você tem 702 multas, você tem 397 multas. Por que houve esse aumento tão exagerado de multas exatamente no período do segundo turno das eleições?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, a eleição foi dia 30, não é? A senhora está falando que é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que circundam, que circundam...

O SR. SILVINEI VASQUES – Aí, se alguém aplicou a multa, é o policial lá na estrada. Acho que a gente tem que pegar essa informação para saber por que ele aplicou. Se ele aplicou erroneamente, ele vai ter que responder. Um policial não pode fazer uma multa se o cidadão não estava errado; e, por outro lado, se ele não fizer, ele está prevaricando. É crime, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sobre a questão do volume dos veículos que foram apreendidos, por exemplo, o senhor citou, inclusive, um número aí que eu acho que o senhor fez um recorte de algum lugar. Mas nós temos aqui – vou pedir só para a minha assessora me passar aqui a tabela – que os números, por exemplo, apontam a quantidade de... *(Pausa.)* A quantidade, por exemplo, de veículos que foram apreendidos em todo o Brasil. Você vê uma concentração muito maior na Região Nordeste brasileira. Quando você, por exemplo, tem uma quantidade em outras regiões do Brasil com 80 ou com 50, você vê lá pra região brasileira em torno de 130.

Tem um outro quadro menor. Eu pediria só para a minha assessoria levantar o outro quadro que dá de forma mais sucinta para eu poder, de fato, lhe apresentar aqui esses números em relação a essas apreensões. Quer dizer, você teve um volume maior. E um detalhe: em ônibus... em transporte coletivo. Por que vocês se concentraram mais em relação aos transportes coletivos, e não aos carros de passeio?

O SR. SILVINEI VASQUES – Que dia?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No período das eleições...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Dia 30?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – onde, por exemplo, você sabe que a apreensão de drogas ou coisa parecida se dá muito mais em relação a carros de passeio, a carros menores, e não a transporte coletivo.

O SR. SILVINEI VASQUES – No dia da eleição, foram recolhidos cinco ônibus lá no Nordeste. Vou falar para a senhora aqui, só não posso falar a placa. Depois pode ser requisitado por uma questão de respeito ao cidadão. E os cinco veículos foram: um sem habilitação... Cinco ônibus no Nordeste todinho. Um sem habilitação, o outro sem para-choque, o outro envolvido em acidente, o outro com para-brisa quebrado e o outro sem espelho retrovisor.

No dia da eleição, no dia 30 de outubro de 2022, a Polícia Rodoviária Federal, nos nove estados do Nordeste, recolheu cinco ônibus. E mais: autorizou e ajudou todos os cidadãos a seguir viagem, fazendo baldeação, e todos conseguiram votar. E, quando se fala de ônibus, se está falando de micro-ônibus; pode ser uma van daquela com oito pessoas, dez.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu vou repetir aqui, mais uma vez, uma pergunta, Sr. Silvinei, acerca ainda da reunião do dia 19.

Na reunião do dia 19 de outubro, na sede da Polícia Rodoviária Federal, não houve, por exemplo, a apresentação, digamos, de um planejamento mais amplo para as duas operações, a Operação Eleições 2022 e a Operação Transporte Seguro, com o detalhamento, digamos assim, dessas regionais, dessas cidades, das ruas, do entorno onde, nas cidades da Região Nordeste, deveria haver uma atenção mais direcionada? O senhor assegura, categoricamente, que não houve um "privilégio", entre aspas, voltado para a Região Nordeste?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, no início aqui eu já apresentei, até fiz uma prévia, para deixar já mais esclarecido pra vocês.

Neste dia, nós fizemos um informe acerca da operação, que a gente tinha participado de uma reunião no Ministério da Justiça com os demais órgãos, lembrando que a operação era do Ministério da Justiça, pela Seopi, e que o Diretor de Operações, o Djairlon, faria essas reuniões. E assim foi feito. Não existe nada de mais nessa reunião aí, até porque o detalhamento foi feito depois.

Quem escolheu os locais, Senadora – porque é auditável; é auditável, a perícia pode auditar... Quem escolheu os locais para viatura ficar presente... Porque não existiu nenhuma barreira no Brasil, nenhum bloqueio, tecnicamente... Isso é mentira. Existiam viaturas em ronda, com dois ou três policiais no máximo. São coisas tecnicamente distintas. E quem escolheu, Senadora, os locais, foram os chefes de delegacias ou os chefes do serviço de operações. Isso é uma planilha Google que pode ser auditada por perícia, que vai verificar que não foi em Brasília que se escolheram os locais onde as viaturas ficariam.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ainda sobre planilha Google, como o senhor está dizendo aqui – aqui não é Google, aqui é Ministério da Justiça –, eu quero compatibilizar com os seus números. Nos meus números... O senhor diz o quê? Que apenas um ônibus foi retido?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Cinco ônibus foram retidos? Mas qual...

O SR. SILVINEI VASQUES – No dia 30...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é o seu parâmetro aí?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, não é parâmetro, não. São os dados oficiais...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é a sua fonte?

O SR. SILVINEI VASQUES – Polícia Rodoviária Federal, sistema Siger.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, mas essa data aqui...

(Interrupção do som.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O número que eu tenho do segundo turno das eleições é de 48 ônibus retidos na Região Nordeste; 8, no Centro-Oeste; 3, no Norte; 9, no Sudeste; 4, no Sul. E eu tenho aqui a fonte: Ministério da Justiça.

O SR. SILVINEI VASQUES – Perfeito. No dia da eleição, no dia 30, foram cinco ônibus.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No três dias do processo eleitoral, que é pra onde se...

O SR. SILVINEI VASQUES – Não sei. Não sei a quantidade. Eu tenho... Só trabalhei com o dia 30. Estão aqui os memoriais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, o senhor tem cinco só pro dia 30. Significa que, se o seu dado estiver certo, nós temos pelo menos aí 43 outras autuações nos dois outros dias.

O SR. SILVINEI VASQUES – Tem que checar. Não posso lhe informar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A sua fonte é?

O SR. SILVINEI VASQUES – Sistema Siger, Polícia Rodoviária Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pois é. Está havendo uma incompatibilidade aqui, e essa incongruência precisa ser sanada. Eu vou, inclusive, solicitar também no próprio órgão da Polícia Rodoviária Federal, na própria Polícia Federal e no Ministério da Justiça pra tentar dividir melhor cada um dos seus dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou deixar aqui, Presidente, pros meus colegas Parlamentares continuarem, de fato, com a inquirição, mas eu queria apenas ouvir, pra finalizar, do ex-Diretor da Polícia Rodoviária Federal sobre esse caso drástico que o Brasil inteiro acompanhou referente... o caso, especificamente, do senhor que foi colocado numa verdadeira – a gente pode afirmar assim – câmara de gás, ao ser colocado dentro de uma viatura e ser terrivelmente ali torturado, vindo à morte, o que trouxe, de fato, uma comoção nacional. E, para o caso específico dele, constava apenas a não utilização de um capacete durante o seu trajeto, ou seja, algo que é passível de punição, mas, aliás, nenhum outro ato é passível de punição pra o que ele de fato recebeu, ou seja, pra ele nós tivemos uma dureza muito grande em relação ao não uso de capacete, e a gente sabe que havia uma deliberação muito grande da Polícia Rodoviária Federal em relação a capacete, inclusive em momentos de manifestação, de motocicletas, coisa que a gente viu com muita frequência, integrantes do poder público, de forma muito clara, inclusive, sem nem usar capacete. Eu queria que o senhor me trouxesse até as informações de em que pé está esse processo de investigação.

O SR. SILVINEI VASQUES – Um caso terrível, muito triste, que foge de todos os nossos princípios. Nunca foi ensinado aquilo na nossa academia e em nenhum curso de formação. E todos os policiais rodoviários federais do Brasil, da ativa e aposentados, ficaram muito tristes.

No mesmo dia dos fatos, instauramos o procedimento na nossa Corregedoria, procuramos a Polícia Federal, que abriu inquérito policial, e o Ministério Público Federal, que também abriu o seu procedimento. Foram todos afastados do cargo e, neste momento, três estão presos. O andamento do processo administrativo disciplinar eu não posso lhe afirmar como está, porque já faz seis meses que eu saí do cargo e está sob a responsabilidade da atual gestão. Eles estão presos, já foram denunciados e agora estão aos cuidados da Justiça.

Naquela época, mandamos uma comissão para pedir desculpa a família e, ao mesmo tempo, recebemos também a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado Federal, presidida naquela oportunidade pelo Senador Humberto...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – De Pernambuco, não é? Humberto Costa, que esteve lá com um grupo de Senadores, e ele fez um levantamento de todos os órgãos, inclusive do que a PRF tinha feito, e trouxe esse levantamento aqui para o Senado Federal – e deve ter tudo aqui sido bem encaminhado também, os procedimentos, por este Senado. Mas o Senador foi até o local lá e conversou com a família, conversou com os superintendentes, enfim, com todos os envolvidos. Ele pode talvez, em algum momento, esclarecer melhor, e ele verificou inclusive que a gente adotou tudo aquilo que era legal para que a justiça fosse feita.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – E por que é que o senhor extinguiu o setor de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, a gente não extinguiu; a gente criou.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Recriou de que forma, então?

O SR. SILVINEI VASQUES – A gente criou... Tem as comissões estaduais; isso já estava, a portaria já era antiga. Nós intensificamos o serviço de direitos humanos quando a gente pegou de uma disciplina no nosso curso de formação e formamos todos os instrutores. Então, direitos humanos sempre foi muito levado a sério na nossa gestão. Fizemos um trabalho maravilhoso com a pedofilia, um trabalho muito forte de retirarmos crianças, em beira de rodovia, que eram abusadas, a questão do trabalho escravo. Essas comissões não estavam dentro do organograma da instituição, mas tinha uma caixinha lá no Ministério da Justiça em que a gente tinha essa unidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A Diretoria-Geral tinha um setor próprio de direitos humanos, a sua diretoria?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, tinha uma divisão, que ficava dentro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Especificamente de direitos humanos.

O SR. SILVINEI VASQUES – É, uma divisão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – De fato, agora para finalizar – para finalizar mesmo –: o senhor conhece, naturalmente, as granadas chamadas "bailarinas". Conhece? O senhor tem conhecimento desse tipo de dispositivo de granada ou não?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, não. Com esse nome, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Com este nome não?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tá, ou seja, a Polícia Rodoviária Federal não tem em seu conjunto, na verdade, de instrumentos esse tipo de granada?

O SR. SILVINEI VASQUES – Com esse nome eu desconheço. Se existe...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual é o nome que o senhor tem, então, de granada que vocês usam?

O SR. SILVINEI VASQUES – Ah, são mais de 15.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vocês usam granadas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Tem de luz e som, tem de gás, tem de vários procedimentos, tem explosiva, então tem que... Eu não sei dizer para a senhora quais... São vários. Essa área eu... não tenho formação na área de choque.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – GL-310. Vocês usam essa?

O SR. SILVINEI VASQUES – Pode ser que tenha lá. Não lembro. De cabeça não lembro. Tem que dar uma...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pode ser, mas você não tem certeza.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não. Era interessante...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que foi, aliás, uma das granadas próprias usadas – pra quem está querendo tanto informação do 8 de janeiro – no 8 de janeiro, ou seja, um tipo de armamento, de artefato, de instrumento próprio das Forças Armadas, e que, pela informação, não seria apenas próprio de uso das Forças Armadas, mas também da Polícia Rodoviária Federal. A minha equipe me orienta aqui, com informações, que o nome técnico deste tipo de granada é GL-310.

O SR. SILVINEI VASQUES – Senadora, pra adquirir, o Exército tem que autorizar. E eu não sei dizer para a senhora se especificamente esse modelo a gente tem lá. Não posso lhe afirmar aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado à Sra. Relatora.

Senhores, eu queria aqui acordar um procedimento. Existem... A Senadora Eliziane acabou de falar agora, existem mais 22 membros inscritos, mais 11 suplentes e mais a Deputada Julia Zanatta, que é a única não membro inscrita. Foi adotado na CPMI, na última, a das *fake news* – não sei se das *fake news* ou da Pandemia da Covid –, a suspensão dos trabalhos por uma hora, para que os Parlamentares e os funcionários pudessem almoçar e retornar para os depoimentos.

A minha proposta é que façamos essa suspensão dos trabalhos, porque todos aqui – funcionários, o próprio depoente, o advogado, todos os Deputados, Senadores – querem acompanhar e, ao mesmo tempo, não têm condição de permanecer aqui durante mais 12 horas, sei lá quanto tempo, sem ter direito a uma refeição.

Outra questão que eu quero colocar para todos: eu solicitei, eu pedi uma informação ao nobre Presidente Rodrigo Pacheco sobre a possibilidade de continuarmos aqui com o nosso trabalho, mesmo abrindo a Ordem do Dia do Senado. Não tive ainda uma resposta do Presidente, mas espero que seja uma resposta positiva, para que nós possamos avançar e concluir esse depoimento ainda hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu vou suspender a reunião neste momento, são 12h57. Às 13h57, retomaremos os nossos trabalhos. Às 13h57, retomaremos nossos trabalhos.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Sr. Presidente, nova proposta: para reduzir o tempo de quem vai inquirir de 10 minutos para 8 minutos para todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sobre isso a gente fala na volta e vê se há um acordo.

(Suspensa às 12 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Conforme eu havia concluído... Após uma hora que tínhamos de prazo para almoçar – e com três minutos de atraso até –, estamos reiniciando aqui o nosso trabalho.

Eu queria informar a todos que o Senador Rodrigo Pacheco me respondeu há pouco – e a Deputada Duda Salabert também me perguntou e eu já respondi a ela – e ele me disse que vai atrasar o máximo que ele puder a abertura da Ordem do Dia no Senado. Já abriu para o Pequeno Expediente, mas a Ordem do Dia vai atrasar para, justamente, a gente poder prosseguir. Ele não quer abrir o precedente de ter Ordem do Dia junto ao funcionamento da CPMI.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu já vou passar a palavra a V. Exa.

De sorte que eu queria perguntar aos Deputados e às Deputadas se haveria algum acordo para que todos pudessem falar, para que nós pudéssemos diminuir o tempo de fala, porque – vejam bem – nós temos aqui, neste momento, 22 Deputados efetivos, mais 11 Deputados suplentes, mais uma Deputada que não é membro. Então, nós temos 34 oradores inscritos.

Eu já mandei encerrar as inscrições, mas 34 – se forem dez minutos –, nós teremos 340 minutos, mais o tempo que o Dr. Silvinei vai usar para explicar.

A nossa ideia seria... Podemos fazer aqui, Dr. Silvinei, um acordo de fazermos aqui os blocos em que três Parlamentares falam e o senhor responde, pelo prazo de cinco minutos. Pode ser assim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pronto. Agora...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, é possível fazer um acordo, talvez, de a gente reduzir o tempo?

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Porque, se mantiver, vão ser seis horas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos centralizar a conversa. Pois não, Deputado Duarte.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, eu cheguei aqui pontualmente às 7h30 da manhã. Eu estava aqui nesta sala e me inscrevi, fui o primeiro a me inscrever.

Essa mudança de regras, durante o curso do processo, gera uma insegurança jurídica e um desequilíbrio nos trabalhos tremendo.

O combinado - só um momento, Sr. Presidente -, o combinado não sai caro.

Nós combinamos que a ordem seria a ordem de chegada e que falaríamos por dez minutos.

Então, eu discordo, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, rapidamente, só pra esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Porque me parece que há inúmeros precedentes já abertos nesta Casa de que, no momento em que é aberta a Ordem do Dia no Plenário, nós não podemos, exclusivamente, deliberar nada, mas podemos continuar a oitiva normal.

Eu fiz parte da CPMI das Fake News, por exemplo.

A Ordem do Dia acontecia e nós...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou, oportunamente, voltar a falar com o Senador Rodrigo Pacheco.

Agora, quero informar um procedimento que adotaremos aqui na Mesa, que é aquela história do "pau que dá em Chico, dá em Francisco", e eu penso que é a melhor forma que nós temos para que não haja interrupção de ninguém.

Se qualquer Deputado estiver falando e outro interromper, eu darei um minuto a mais para o Deputado que foi interrompido. Seja de um lado, seja de outro, está valendo essa regra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A qualquer Parlamentar que for interrompido, eu darei, imediatamente, mais um minuto para esse Parlamentar. É a forma que nós temos para coibir abusos e interrupções.

Pegaram aqui a...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, tem Deputado...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Presidente...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Sr. Presidente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então vamos passar logo...

Obviamente que o Deputado Rogério Correia já está propondo aqui uma forma de burlar a minha regra, porque ele vai interromper a Deputada Jandira, e a Deputada Jandira vai interrompê-lo mutuamente para terem aí vários minutos de acréscimo.

Mas, olha, a primeira oradora inscrita...

Os primeiros três oradores inscritos...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – Eu queria só saber de V. Exa. como vai ser a questão, porque como eu levantei uma questão de ordem, que V. Exa. havia indeferido, e depois...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós definimos que será tudo igual. Realmente, nós vamos valer, porque havia uma outra tratativa de que todos teriam o mesmo tempo.

Então, serão dez minutos para todo mundo.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. *Fora do microfone.*) – Menos titulares.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Agora, primeiro, serão os efetivos, depois os suplentes.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Um segundo questionamento.

O Deputado Duarte chegou às 7h30. Eu chequei às 7h45, e também me inscrevi, só que, como eu sou suplente, subparlamentar, eu vou ficar lá para o final mesmo? É isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Infelizmente, essa regra não foi mudada. A gente vai manter isso aqui, conforme...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Vamos mudar essa regra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Na próxima sessão, vamos tratar disso.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, só uma questão, antes do primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA) – Eu também quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada Amanda Gentil.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, se me permite antes?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado Rubens Pereira.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – V. Exa. vai chamar os nomes. Se, eventualmente, o Congressista não estiver, ele vai para o final da fila, ele perde a vez?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu acho que o razoável...

Aí vocês é que deliberam.

Final da fila. É final da fila.

Então, olha, existem aqui três Parlamentares que são os requerentes.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA. *Fora do microfone.*) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputada.

No microfone, por favor.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA. Pela ordem.) – Em relação ao tempo de pergunta que cada um vai ter, vão ser três perguntas, vai ser em bloco, três perguntas de dez minutos cada?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA) – Três Parlamentares. E a resposta vai ser em dez minutos também?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Em cinco minutos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. *Fora do microfone.*) – O senhor vai dar 30 minutos para eles ...

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA) – Vão ser 30 minutos para eles e ele vai ter que responder só em cinco?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vai responder muito objetivamente em cinco.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA) – Não, mas eu acredito que é um pouco desproporcional para que ele possa responder às perguntas dos Parlamentares que se encontram aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor acha que precisa de mais de cinco minutos para responder?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, a minha sugestão é de que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Cada Parlamentar teria dez e o senhor teria cinco para responder aos três. O senhor acha que é muito?

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente; Sr. Presidente, no início dos trabalhos foi combinado, foi acordado que seria uma inquirição, um interrogatório. Não tem como fazer...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, nesse caso, como ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Inquirição. Inquirição é outra coisa.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É, inquirição.

O SR. DUARTE (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, nós combinamos, no início dos trabalhos, que iria haver, que iria haver uma inquirição – é uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito –, que teríamos a oportunidade de fazer o questionamento; de imediato, ele responderia; na mesma hora, nós poderíamos complementar o questionamento. Agora está sendo modificado, e nós não concordamos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós colocamos que cada Parlamentar, no acordo de procedimento que nós fizemos aqui, que cada Parlamentar teria o seu tempo. Foram colocados aqui, por várias pessoas, na sessão de hoje, vários questionamentos em relação ao acordo de procedimento que esta Presidência leu. Então, nós colocamos que, na próxima reunião, o primeiro tema será discutirmos o acordo de procedimento. Entretanto, não é possível fazer isso agora, não é? Então, hoje, hoje, cada Parlamentar falará por dez minutos e o depoente vai responder.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA) – Presidente... Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós estamos achando que cinco minutos é pouco. Então, ele terá dez minutos também para responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

Quer falar, Deputada?

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA. Pela ordem.) – Eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA. Pela ordem.) – Porque, na verdade, eu estou falando aqui por todos os Deputados, tanto os titulares quanto os suplentes. A gente está aqui neste momento... Não é... Infelizmente a gente vai ter que, em algum momento, parar, porque vai ter Ordem do Dia do Senado. Então, vai acabar que nem todos os Deputados e Senadores que estão presentes vão conseguir falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputada.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não estou conseguindo ouvir a Deputada Amanda. Eu queria que fizessem silêncio para eu poder ouvi-la.

Pois não, Deputada.

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA) – Então, a gente vai acabar não conseguindo falar o que a gente quer e nem tendo a resposta que a gente quer. Então, eu não sei se isso é possível, mas, posteriormente, a gente... Como o senhor sugeriu nos inícios dos trabalhos, nas outras... em outros momentos...

Licença. Eu posso continuar falando?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. AMANDA GENTIL (PP - MA) – Em algum outro momento... Quando o senhor sugeriu que fosse, por exemplo, terça, quarta e quinta, se a gente pudesse continuar, de alguma forma, em outro dia – amanhã, por exemplo –, para que ninguém ficasse sem falar, para gente saber ou conseguir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, eu vou fazer amanhã, e já convoquei os membros do Governo e da Oposição, uma reunião da Mesa da CPMI com três Lideranças da Oposição e três Lideranças do Governo. E vamos tratar dessas questões procedimentais. Inclusive, o próprio acordo de funcionamento da CPMI eu pretendo discutir dentro desse fórum para que, quando chegue uma proposta, já seja mais ou menos acordada com o conjunto do Governo e da Oposição. Mas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje nós vamos seguir esse modelo que, inclusive, foi o que prevaleceu na CPMI da covid, que será a fala de cada um dos Parlamentares por dez minutos; depois, a resposta do depoente por dez minutos. Então, esse vai ser o modelo de hoje. E, na próxima reunião, nós definiremos com mais detalhes essa participação, como vai ser o procedimento aqui no nosso trabalho.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Presidente, só peço que V. Exa. veja essa questão da Ordem do Dia do Senado, porque já existem inúmeros precedentes. Inclusive, a CPI da Covid funcionava.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu falarei, Deputado. Eu falarei com o Presidente para ver se ele aquiesce da posição que ele teve.

Vamos continuar então. Vamos continuar então. Vamos iniciar então a fala, agora, dos Parlamentares. Primeiro, são os autores dos requerimentos, acertado que aquele que não estiver presente vai para o fim da fila e, depois, poderá ser chamado.

Com a palavra a Senadora Ana Paula Lobato, como autora do requerimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Quem está falando?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Senadora Eliziane.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe-me.

Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu queria só deixar aqui registrado, até mesmo pelo que ocorreu agora há pouco durante as oitivas: o depoente afirmou que não tinha informação sobre as ordens de serviços; então, eu estou protocolando, Presidente, aqui a convocação dos outros que integram, na verdade, a corporação da Polícia Rodoviária Federal e que assinaram, na verdade, o documento. Eu quero só citar aqui o nome deles: Sr. Djairlon Henrique Lima, o Sr. Marcio Geraldo Lara Camargos Junior, o Sr. Antônio Melo Júnior, também o Sr. Anderson Frazão Gomes Brandão, e o Sr. Luís Carlos Junior. Então só pra registro, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Senadora Ana Paula Lobato informa que está chegando. Aí eu pergunto ao Plenário de uma forma muito democrática: passamos pro próximo, e ela vai pro final da fila ou substituímos?

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, pelo que eu entendi, era final da fila. Ela está na fila os autores dos requerimentos. Então, vai para o final da fila dos autores dos requerimentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ela vai para o final da fila dos autores dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

Com a palavra, o segundo autor do requerimento, Senador Fabiano Contarato, pelo prazo de dez minutos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Quero assinalar que é o aniversariante de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, os parabéns! Em nome de toda a Mesa Diretora dos trabalhos, Senador, nossos parabéns! Em nome de toda a Comissão... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Fabiano, por dez minutos. Por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES. Para interperlar.) – Obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores. Eu queria aqui mais uma vez agradecer à condução desta Presidência e parabenizar a condução também da Relatora, minha querida Senadora Eliziane Gama, ao passo em que também agradeço o comparecimento da testemunha, Sr. Silvinei.

Mas, mais uma vez, eu quero aqui reforçar que o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, sob pena de incorrer no crime previsto no art. 242 do Código Penal Brasileiro, que é falso testemunho, cuja pena é de reclusão de dois a quatro anos e a ação penal é pública incondicionada.

Eu inicio a minha fala questionando ao depoente se um Diretor da Polícia Rodoviária Federal deve obediência à instituição, que é de Estado, ou ao Presidente da República. E essa pergunta é fundamentada em cima de uma postagem que o senhor fez no dia 29 de outubro, pedindo votos para o Presidente da República. Ora, e a argumentação que o depoente aqui fez, Sr. Presidente, de que ele estaria agindo em nome próprio, em nome particular, não procede, porque essa regra é para o cidadão comum, conforme determina o art. 5º, II, da Constituição Federal, que diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Mas um Diretor da Polícia Rodoviária Federal ali não age com o seu CPF, mesmo no sábado, mesmo no domingo ou feriado, porque, assim como o senhor é policial, eu também sou; nós temos por obrigação legal, sob pena de incorrer no crime de prevaricação, inclusive de atuar nos momentos de folga.

Então, o argumento de que a postagem que o senhor fez em pleno dia 29 de outubro, pedindo voto para o ex-Presidente Bolsonaro, ele não se sustenta e ele fere alguns princípios que eu quero esclarecer ao senhor, mesmo o senhor tendo esse currículo que o senhor aqui vem falar.

O primeiro princípio, depoente, é o princípio da legalidade, que está expresso no art. 37 da Constituição Federal. E também o princípio da moralidade. Achar razoável que um diretor-geral da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Polícia Rodoviária Federal poste uma foto pedindo votos para o ex-Presidente da República em suas redes sociais, isso não fere a moralidade? Isso não fere a legalidade? Isso não é ato de improbidade administrativa? Eu vou ler para o senhor o que vem a ser ato de improbidade administrativa: ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições. Isso não sou eu que estou lhe dizendo, isso está na Lei 8.429, de 1992. Esse é o império da lei. Essa é a razão de ser de um múnus público. Nós somos revestidos, o servidor público... E o senhor, ocupando um cargo de Diretor de uma instituição de Estado... Porque a instituição é de Estado, ela não é do governo de plantão. O senhor violou, sim, o princípio da moralidade. O senhor violou, sim, o princípio da legalidade.

A gente passa, Sr. Silvinei, pelas instituições, e a gente tem que ter orgulho de passar por elas. Eu, com todo respeito ao senhor – eu estou tratando o senhor com respeito na minha intervenção... Mas fazer a forma como o senhor atuou à frente da Polícia Rodoviária Federal?

E outra coisa: vir aqui falar "Ah, nós temos ali o maior número de apreensão de armas, de armas no Nordeste". Não é isso, não. E eu vou falar onde é que está escrito isso: está aqui, ó! Segundo o *Anuário de Segurança Pública*, mostra-se que só em Minas Gerais foram apreendidas oito vezes mais armas do que no Estado da Bahia, por exemplo. Foram mais de 26 mil armas, e eu estou falando com dados do *Anuário*. Então é uma informação totalmente contrária. Digo, até mais: a apreensão de arma foi maior em dois estados bolsonaristas no sul do país. Justificar isso?

Com todo o respeito, o senhor exercendo uma função de Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, como o senhor justifica – como que o senhor justifica –, na Ordem de Serviço 163, que destinou mais de R\$3,5 milhões para o pagamento de diárias, operação relacionada aos crimes eleitorais? Isso foge à razoabilidade. Isso não foi o comportamento adequado de um diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal. E vir aqui e o senhor justificar que o comportamento do senhor: ah, porque "a", "b" ou "c" o faça... Não se coloque, não espelhe o seu comportamento pela regra de ninguém. O senhor tem que cumprir os princípios que regem a administração pública, e esses princípios estão lá no art. 37: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.

Eu pergunto ao senhor: quantos autos de infração a Polícia Rodoviária Federal, por exemplo, lavrou pela infração descrita no art. 244 quando o ex-Presidente andava em motociata sem capacete? E que deveria ser feito de ofício. Onde estava o senhor quando ele fazia isso? Porque, para o pobre coitado que está aí, sem dinheiro, ganhando um salário mínimo ou desempregado – ou desempregado –, a polícia age de forma contundente. E não é dado ao senhor a mera faculdade de cumprir esse poder discricionário para "a" ou "b"; muito pelo contrário, a instituição é de Estado. Quem aqui não presenciou o ex-Presidente participando de motociata? Mas aqui eu não vejo nenhum Parlamentar bolsonarista, ninguém falando: "Ah, não..." Acha razoável esse tipo de comportamento?

Eu queria saber o seguinte: essas operações que foram feitas no Nordeste... Ela foi, sim, como bem disse a Senadora Eliziane Gama, com foco para impedir a ação de eleitores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: falar que o Supremo determinou a proibição do porte de arma, isso já existe no art. 141 do Código Eleitoral desde 1965 – desde 1965 –, tanto é que o Ministro Ricardo Lewandowski, quando foi consultado, falou: "Consulta conhecida e respondida positivamente para reafirmar a validade do art. 141 do Código Eleitoral: 'A força armada conservar-se-á a cem metros...'" Foi por isso que ele determinou a proibição, porque já era um imperativo legal, já era uma determinação constitucional, já era uma determinação expressa no Código Eleitoral.

Agora, o senhor postar fotos enquanto Diretor da Polícia Rodoviária Federal, participar de reuniões, promover ação deliberada no segundo turno, principalmente no Nordeste, vir aqui falar que o Nordeste foi a região com maior número de apreensão de armas, que não procede, não é verdade... E aqui eu mostro novamente o *Anuário* para os senhores.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Só para os senhores terem a ideia, eu dou aqui: Estado de Minas Gerais, 27.103 armas apreendidas; Bahia, 4.074...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Não importa. Não me interrompa. O senhor peça a sua questão de ordem e aguarde o seu tempo. Se você, na Câmara, não tem o respeito, nós aqui temos. Eu estou no meu tempo, e o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, Deputado...

V. Exa. tem um minuto a mais...

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... conforme eu avisei no começo desta reunião.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ao analisar as duas ordens de serviço da Polícia Rodoviária Federal para o primeiro e segundo turno, é possível verificar que houve um aumento de quase 700% de recurso para as diárias do primeiro turno para o segundo turno. O que motivou esse aumento tão expressivo de verba para atuação da PRF nos estados? Esse recurso saiu do Ministério da Justiça? Por qual motivo não houve o mesmo aporte financeiro para o primeiro turno? Qual documento embasou a decisão de destinar mais recursos para a Polícia Rodoviária Federal atuar no Norte e no Nordeste do país? São fatos, Sr. Valdinei, e contra fatos não há argumentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho esperança de que esta Comissão... Hoje o senhor está aqui como testemunha. Escute o que eu estou falando: hoje o senhor está aqui como testemunha, mas esta Comissão vai aprovar que o senhor concorreu, de qualquer forma, para o que ocorreu aqui no dia 8 e quem, de qualquer forma, concorre para esse crime, responde pelo mesmo crime – não sou eu que estou dizendo, é o art. 29 do Código Penal –, seja como autor, seja como coautor ou partícipe.

O senhor foi... aquiesceu. O senhor agiu de forma contundente, usando uma instituição de Estado. Eu acho que os policiais rodoviários federais têm vergonha de ter o senhor à frente, ter tido o senhor à frente da direção da instituição da Polícia Rodoviária Federal, porque o senhor não soube se portar como um diretor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado... Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (PT - ES) – O senhor não entendeu que a instituição é de Estado, e não de governo. O senhor violou o princípio da legalidade. O senhor violou o princípio da moralidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado.

Com a palavra o Deputado Rafael Brito, como autor do requerimento, pelo período de dez minutos.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só reiterando aqui para quem chegou atrasado: eu informei, no começo dessa segunda etapa aqui dos nossos trabalhos, que qualquer orador que for interrompido terá... fará jus a mais um minuto do seu tempo.

Então é bom que todos fiquem sabendo disso, para que não tenhamos que aumentar o tempo dos oradores que estão falando.

Por favor, Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente, Sra. Relatora, eu vou tentar abordar, Presidente, os meus questionamentos de uma outra forma, para que a gente não fique, Sr. Silvane, com as perguntas repetidas.

Eu queria... O senhor citou na sua apresentação inicial a seguinte frase, em aspas: "Só em dois momentos não houve indicação política nas Polícias Federais: no Governo Dilma e no Governo Bolsonaro". E aí, agora eu passo, volto a história para o dia 24 de abril 2020, no pronunciamento do então ex-Ministro da Justiça, hoje Senador Sergio Moro. E faço aspas do pronunciamento do ex-Ministro: "Ontem conversei com o Presidente e houve essa insistência do Presidente. Falei que seria



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma intervenção política e ele me respondeu: é isso mesmo. O Presidente me disse, mais uma vez, que queria uma pessoa de confiança pessoal dele, que ele pudesse ligar, que ele pudesse colher informações, relatórios de inteligência, seja diretor, seja superintendente, e [...] não é o papel da Polícia Federal [prestar esse tipo de informações]". Continua: "Percebendo que essa interferência política pode levar a relações impróprias do diretor-geral das polícias federais, é algo com que eu não posso concordar".

Esse foi o texto do Senador, hoje Senador, Sergio Moro, no momento do seu pronunciamento da saída de como Ministro da Justiça do Governo anterior. Passo agora às perguntas.

O ex-Ministro Sergio Moro, ao sair do Governo, informou interferência política do ex-Presidente Bolsonaro na Polícia Federal. Havia também esse tipo de interferência na Polícia Rodoviária Federal?

Segundo: na mesma data em que o ministro proferiu... Aí passo agora à questão do STF. Na mesma data em que o Ministro do STF proferiu uma decisão proibindo as operações da Polícia Rodoviária Federal, o senhor publicou em seu Instagram pedindo voto para o então Presidente Jair Bolsonaro. O senhor acha que seu viés político pode ter interferido na tomada de decisões?

Outra pergunta, a ordem de direcionar a maior parte das operações da Polícia Rodoviária Federal para o Nordeste, bem como mantê-las em funcionamento, desconsiderando claramente a decisão do TSE, partiu do então Ministro da Justiça Anderson Torres ou de alguma possível interferência na Polícia Rodoviária Federal por parte do nível hierárquico maior do poder público? O medo da derrota do Presidente Bolsonaro nas urnas pode ter tido algum impacto na alocação dessas operações?

Passo à próxima pergunta e trato agora neste momento, Sr. Silvinei, dos bloqueios nas rodovias após o resultado das eleições. Essa não foi a única decisão descumprida. Após a derrota do então Presidente Bolsonaro, manifestantes fecharam rodovias em manifestações antidemocráticas que rejeitavam o resultado das urnas e o sistema democrático federativo. O Ministro Alexandre de Moraes, no dia 31 de outubro, determinou a liberação das vias, o que foi acompanhado, por unanimidade, pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal. A atuação da Polícia Rodoviária Federal deixou a desejar e, em algumas regiões, torcidas organizadas tiveram mais sucesso em desarmar bloqueios. Qual foi o quantitativo de agentes direcionados para cumprir a ordem de desbloqueio nas rodovias atendendo à solicitação do STF?

Passo para a próxima pergunta. Em suas palavras, a Operação Eleições 2022, nas ações não conflitantes com a decisão proferida pelo TSE, do dia 30, sob pena de responsabilização criminal por desobediência e crime eleitoral, o senhor optou por manter as ações então consideradas não conflitantes. Nesse sentido, é importante que seja esclarecido para a sociedade qual foi o critério utilizado pelo senhor para classificar ações como não conflitantes da determinação do Presidente do TSE.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando para a próxima pergunta, se a operação de desbloqueio é muito mais complexa do que alegavam ser uma simples fiscalização de veículos no dia das eleições, por que é que o número de agentes escalados para o dia das eleições foi justamente maior do que o das ações de desbloqueio das rodovias? Outra pergunta: ao não orientar medidas mais enérgicas para a Polícia Rodoviária Federal desobstruir rodovias bloqueadas por atos de caráter golpista após as eleições, o senhor tinha ciência de que poderia estar cometendo um ato de prevaricação?

E aí, Presidente, eu termino as minhas perguntas, mas queria aproveitar só um pouquinho mais de meu tempo lembrando de algumas falas do Sr. Silvinei na apresentação que ele fez nos 20 minutos iniciais. Ele disse que o Nordeste tem maior estrutura e maior efetivo da Polícia Rodoviária Federal. Tanto essa estrutura quanto esse efetivo poderiam tranquilamente ser deslocados para outra região do país. O Nordeste tem a maior malha viária e, por isso, precisa de maior operação.

Na minha cabeça, a operação é sobre fluxo de veículos, de pessoas e de eleitores, não é por metro quadrado de malha viária. A Polícia Rodoviária Federal não estava fiscalizando o metro quadrado de asfalto. Ela estava ali para fiscalizar fluxo de eleitores no dia da eleição.

Outra afirmação: o Nordeste tem a segunda maior frota de ônibus e vans. Ora, se o Nordeste tem a segunda maior frota de ônibus e vans, como é que o Nordeste teve sozinho quase 50% das operações do segundo turno?

Outra afirmação: 26 veículos por ponto de fiscalização foram abordados em todo o país. Concorro que foram 26 veículos e inclusive acredito na afirmação do Sr. Silvinei, mas são 26 veículos vezes a quantidade de pontos. Se houve mais pontos no Nordeste, é óbvio que foram abordados muito mais carros naquela região onde o Presidente Lula, no primeiro turno, teve 66% dos votos válidos e o Presidente Bolsonaro teve algo próximo a 25%.

Presidente, eu concluo dizendo que respeito as posições do Sr. Silvinei, nas quais não sou obrigado a acreditar e com as quais não sou obrigado a concordar, mas um pedido que fica aqui, inclusive para os próximos que venham falar nesta CPI, é que a gente não permita que as pessoas esgarcem a nossa inteligência. É óbvio – óbvio – que algo estranho aconteceu. E essa é uma oportunidade para que as pessoas que vêm aqui expliquem se realmente algo estranho aconteceu.

Era isso o que eu queria colocar.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rafael Brito.

Com a palavra, agora, a Senadora Ana Paula Lobato.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA. Para interpelar.) – Boa tarde, boa tarde a todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente Arthur Maia, Sra. Relatora, eu vou diretamente aqui às perguntas para o Silvinei.

Durante o segundo turno das eleições presidenciais, a Polícia Rodoviária Federal realizou mais de 500 operações de fiscalização no transporte de eleitores em várias estradas do país. Ficou evidente que essas operações foram direcionadas para regiões onde as pesquisas eleitorais indicavam que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria uma ampla vantagem de votos.

Relatos de eleitores que foram impedidos de exercer seu direito de voto foram amplamente divulgados, levantando preocupações sobre a restrição dos direitos políticos e ameaçando a nossa democracia.

Na época, o senhor estava encarregado desse órgão e coordenou essas operações.

A Polícia Rodoviária Federal conduziu uma investigação interna sobre sua atuação naquele domingo, mas o então Corregedor-Geral, Wendel Benevides Matos, indicado pela gestão Bolsonaro, determinou o arquivamento parcial da apuração. No entanto, essa decisão de arquivamento foi anulada no mês de abril, logo após a exoneração de Matos do cargo. Foi constatado que a investigação apresentava lacunas técnicas importantes.

Tendo em vista isso, eu lhe faço a primeira pergunta: o que justifica a sua atuação naquele dia 30 de outubro, já que resta absolutamente comprovado que partiu do senhor a ordem para as operações direcionadas a municípios específicos do país?

Encaminho agora para a segunda pergunta.

O senhor, na condição de cidadão e servidor público, não se envergonha de ter participado de um conluio para atentar contra a democracia no Brasil? De quem partiu o comando para aquela ação ilegal e ousada de bloquear eleitores que estavam a caminho das urnas? Do ex-Presidente Bolsonaro ou do ex-Ministro Anderson Torres?

Terceira pergunta.

Ao lado dos acampamentos de manifestantes próximos aos quartéis, talvez o principal ponto de resistência ao resultado da eleição presidencial tenha sido os bloqueios nas estradas, no início de novembro. O senhor recebeu ordens para ser flexível e parcimonioso com os motoristas que bloqueavam as estradas? Se sim, de quem? Há diversos vídeos mostrando policiais rodoviários dizendo que não multariam os manifestantes. Qual foi o exato procedimento utilizado para desbloquear as rodovias?

Somente isso, Presidente.

Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Ana Paula.

Passamos agora a palavra ao Dr. Silvinei, pelo prazo de dez minutos, para que ele responda aos questionamentos apresentados. *(Pausa.)*

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Desculpe a demora, Presidente. É muita pergunta.

A gente inicia pelo Senador Contarato, que me questionou a quem eu sou subordinado. O organograma, o Diretor-Geral da PRF é subordinado ao Ministro da Justiça, mas, na verdade, ele deve a obediência ao povo brasileiro, porque é um servidor público.

Com relação às postagens, eu segui rigorosamente o parecer da AGU. E lá não existe nenhuma vedação. Portanto, a postagem foi feita com esse embasamento. E, depois, eu retirei, porque, isso... por a questão de mídia, e aí a gente não queria polêmica, e acabei retirando.

Quando o Senador falou ali da apreensão de armas pelo Anuário, eu não estava me referindo às armas de todas as instituições policiais. Eu falava aqui da PRF. E agora solicitei aqui a informação, assim que o senhor me fez a pergunta. E, corrigindo, o Nordeste é a segunda região do Brasil em que a PRF mais apreendeu droga em 2022. Não foi o primeiro, é o segundo. Mas continua sendo um local com grande número de apreensão de armas, tá? Então, o Nordeste, das cinco regiões, é a segunda em que a gente mais apreende arma.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Oi? Não, não. Foi arma que eu falei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Então, não, eu não falei de drogas. A Senadora citou aquela hora ali.... Pode pegar a gravação. Não falei drogas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. SILVINEI VASQUES – Desculpe, eu estava aqui falando... A Senadora Relatora falou isso, mas eu não falei nada...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, um instante, senhores. Eu estava aqui falando com a minha assessora, não vi. Mas vamos respeitar aqui a palavra do depoente, por favor.

Prossiga, Dr. Silvinei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Pela manhã, a Senadora falou em drogas, mas não evoluiu a pergunta e eu não respondi. Mas eu já tinha estado atento a essa afirmação.

Eu falei em armas e agora eu corrijo aqui que é, das cinco regiões, a segunda em quantidade, tá? Não estou falando em calibre, nada disso. Então, o Nordeste tem essa preocupação.

Com relação ainda ao Senador Contarato: Presidente da República sem capacete. Quando o Presidente da República faz deslocamento em qualquer tipo de veículo, qualquer Presidente da República, quem assume todo o controle, o comando, é lei federal, é o GSI. Então, inclusive, quem vai estar lá da PRF, que tipo de arma vai usar, que uniforme, quantas viaturas... A gente nem pode chegar perto do Presidente da República; só chega lá quem o GSI autoriza. Nós fomos questionados quanto a isso. Um local, na época, que falaram que era uma rodovia federal era no centro de uma cidade em Minas Gerais. O outro... A PRF estava lá, porque ela estava fazendo a escolta, mas ela não tinha como autuar lá. A outra era uma ponte que fazia a ligação do Estado do Acre com Rondônia, e ela nem sequer estava ainda liberada. Não tinha como autuar, porque tinha que lançar aquela rodovia no Sistema Nacional de Viação (SNV) do Dnit. Em todas, a gente afirmou que esse questionamento deveria ser feito ao GSI, que é quem cuida de tudo, desde o traje do Presidente até o veículo que ele vai usar, como é que ele vai se deslocar. E nenhum policial de qualquer instituição tem poder pra fazer algo. Quem manda lá é o comandante de área designado pelo GSI. E é assim que funciona. A gente não pode influenciar, fazer nada. Não tem conversa. Isso é com o GSI. Eles chegam lá e dizem: "Ó, é assim, assim, assim". E tem que acatar.

O senhor falou que tem uma diferença de 700% entre as verbas do primeiro turno e do segundo. Infelizmente, quem informou o senhor passou errado. No primeiro turno, a gente gastou 3,5 milhões e, no segundo turno, 3,6 milhões. Esse valor foi o mesmo valor destinado à Polícia Federal. Então, primeiro turno, 3,5 milhões; segundo turno, 3,6 milhões.

Depois o Deputado Rafael Brito...

Se eu esqueci alguma pergunta do senhor, Senador, por gentileza, me cobre aqui. Eu estava tentando anotar todas.

O Deputado Rafael Brito perguntou sobre a indicação política.

Deputado, a princípio, aqui na minha cabeça, eu estava me referindo à PRF. Se eu não citei PRF e falei "polícia da União", eu quero agora aqui, em público, dizer que eu errei. Eu falei da PRF. Eu acho que eu falei PRF, mas, se eu errei, eu estava falando da PRF, tá? Não me referi à Polícia Federal. Então, na PRF, eu posso garantir ao senhor que, no período em que eu estive lá, eu nunca recebi pedido de ninguém pra nomear aqui ou ali.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre a fala das autoridades à época, que o senhor citou, de uma autoridade, eu não posso fazer comentário, até porque era meu chefe. Então, não cabe a mim fazer nenhum tipo de comentário sobre a fala de terceiros, se o Presidente fez isso ou fez aquilo.

Depois o senhor... Ah, o senhor falou das interferências, e eu disse: olhe, eu estou afirmando pro senhor que não havia interferência na PRF, pelo menos na minha gestão. Eu nunca recebi pedido de ninguém. E, quando eu falei pra todos aqui pela manhã... Eu, assim, humildemente, sou um historiador lá na PRF – eu leio, conheço a história – e eu não lembro, em outro momento... Inclusive, na época da Presidente Dilma, não podia ser filiado nem a partido de esquerda, não entrava. Então, os únicos dois momentos na PRF em que não poderia entrar indicação política foi na Presidente Dilma e no Presidente Bolsonaro. Nos outros momentos, todos têm que ter uma indicação. Se não tiver, é porque os partidos do Governo não têm interesse no cargo. Atualmente, por exemplo, é algum colega que tenha um posicionamento próximo do Diretor-Geral.

Então, corrigindo ali, se eu não falei PRF, eu estava me referindo à PRF.

No meu entendimento, a minha postagem, pela baixíssima adesão que eu tenho, não influenciou, porque quem é de esquerda é de esquerda, quem me segue é de direita, já ia votar mesmo, não é? Então, assim, eu não vejo que tenha qualquer alteração, tanto é que eu fui lá e tirei. Eu sou um cara muito ético, nunca... Pode procurar, pode... Eu nunca fiz uma fala, qualquer tipo de postagem contra o atual Presidente Lula. Nunca, nunca, nunca, nunca, porque eu procuro respeitar as autoridades. Se estivesse na ativa, ele seria o meu comandante, o Presidente Lula, porque ele é o Presidente da República.

Aí o senhor falou sobre o esforço, que foi maior no Nordeste. Eu tenho aqui... Eu não sei se eu vou estar me prolongando muito, Presidente, mas eu tenho aqui... São mais de 200 laudas. Foram quase oito meses de estudo em que a gente ficou trabalhando muito. E eu posso mostrar, cientificamente, que tem mais de 40 combinações aqui, desde o número de eleitor, e aí de qualquer forma, mostrando para o senhor que não foi no Nordeste, proporcionalmente, que a gente teve o maior esforço legal da Polícia Rodoviária Federal. Se o senhor não tiver, eu posso pegar um por um aqui, se tiver tempo, e mostro todas as planilhas aqui que foram feitas. Todos os dados – não tem qualquer tipo de opinião – são retirados do sistema Siger da Polícia Rodoviária Federal.

E aí a gente já vai pedir autorização ao Sr. Presidente e à Relatora para que a gente possa juntar todos esses documentos. Se for concedida essa permissão, a gente quer encaminhar tudo para cá o mais breve possível. Isso vai ajudar a convicção dos senhores à frente.

O Deputado também que... Ah, tá, você já falou do esforço, e eu já respondi.

Aí o senhor falou sobre os bloqueios, não é? Foi a maior manifestação – a gente está tentando descobrir, não posso afirmar ainda –, mas talvez a maior manifestação de bloqueios em rodovias do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo. Foram 1,3 mil bloqueios. Foi muito rápido. Isso começou com um, dois, na madrugada; quando estava já pela manhã, a gente já tinha passado de 200. Então, naquela madrugada, inclusive aqui na saída do DF, em dois municípios do Goiás, a gente já tinha utilizado o nosso grupo de choque; às sete da manhã, a gente já tinha solicitado às 27 AGUs o interdito proibitório; a gente já tinha chamado todo o efetivo disponível – a gente estava saindo de uma grande operação.

Eu até tenho uma informação, mas eu fico... Não sei se eu posso falar, mas... Não vou citar o órgão, então, porque, talvez, eu esteja cometendo alguma irregularidade, mas, em todos os órgãos de inteligência – eu vou falar assim pra não... –, estava em seus relatórios que não havia qualquer posição de que, após o período eleitoral, haveria essa grande ebulição política, que as pessoas iriam para a rodovia.

Pode ser solicitado, Sra. Relatora, a todos os órgãos de inteligência, inclusive ao órgão central – eu não estou citando aqui o nome, porque eu não quero incorrer em nenhuma irregularidade, porque é sigilo –, e vocês vão verificar lá que está escrito: não existe qualquer tipo de risco no sentido de fechamento de rodovia.

Inclusive, apesar de ser uma eleição acirrada, a gente não teve problema na rodovia, nem esquerda, nem direita, ninguém estava fechando a rodovia, antes lá, desde 4 de julho, quando começou o período eleitoral. Então, realmente, os órgãos de segurança todos, os de inteligência e os militares, foram pegos de surpresa naquele momento.

(Soa a campainha.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Posso continuar?

E a gente procurou fazer o máximo possível. Foi muito difícil, porque era criança, era idosa, era alguém com trator, era caminhão, era índio lá no Mato Grosso, em outro lugar era garimpeiro, em outro lugar era... Enfim, misturava tudo; quase 5 mil pessoas lá com dois policiais para poder fazer a contenção.

Eu não estou defendendo... Eu não estou defendendo os colegas aqui por aquelas falas, que foram três e que, inclusive, são objetos de apuração na PRF; estavam apurando, eu não sei qual foi o fim da situação. Mas, assim, é difícil chegarem dois colegas na frente de 5 mil pessoas, algumas alteradas, e dizer: "Ó, vocês vão ter que sair". Como é que faz? E pode ter certeza de que aqueles três policiais tiveram um histórico muito bonito na instituição. Infelizmente, falaram mal, e aí ficou muito ruim. E o que a gente usou foi, principalmente, o princípio da reserva possível, era o que a gente tinha.

E o Ministro Alexandre de Moraes foi quem nos ajudou, porque ele ficou dando decisão todo dia, mandando as polícias militares, os Governadores, Ministério Público, todo mundo nos ajudar. Os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeitos lá no interior, sabe o que eles faziam? Pegavam as máquinas, os tratores, guardavam tudo e não as deixavam para limpar a rodovia. A gente foi ficando numa situação difícil.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dr. Silvinei, eu pediria ao senhor que... Eu sei que nós Parlamentares estamos mais acostumados com essa questão de regular o tempo, mas é que, como nós combinamos dez minutos para as respostas, eu vou pedir que o senhor conclua, e, na próxima fala, o senhor se atenha aos dez minutos, porque tem muitos oradores inscritos.

O SR. SILVINEI VASQUES – Ah, eu peço desculpas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, eu entendo perfeitamente.

O SR. SILVINEI VASQUES – Desculpe. Faltou a Senadora Ana Paula.

Senadora...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Ele foi interrompido.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não. Ele vai ter o tempo dele pra concluir.

Pois não.

O SR. SILVINEI VASQUES – A senhora falou sobre a questão das pessoas que deixaram de votar, não é? Eu posso afirmar para a senhora que, até o presente, nós não temos conhecimento de qualquer cidadão brasileiro que deixou de votar por algum ato que a Polícia Rodoviária Federal tenha feito. Inclusive, aqueles três vídeos são objeto de estudo não só meu, como também da Corregedoria da PRF, e vai ser da Polícia Federal nos próximos dias – estão aqui. Aquele Prefeito, que a gente já processou – ele até cometeu crime eleitoral naquele dia lá –, ele mentiu. A viatura ficou 39 minutos lá – isso que eu estou falando é auditável –; mentiu o nome dele, inclusive; não tinha nem ônibus parado. Inclusive, nesses 39 minutos, estive lá presente o juiz eleitoral da cidade, ou a juíza. Enquanto ele falava, passaram três carros atrás: "Está sendo tudo parado, uma barreira, dois policiais". E os policiais, inclusive, aí saíram dali, foram para outro ponto, que era o que estava no que a gente chama de Cartão Programa. Então...

Naquele lá de Benevides, no Pará, também. A menina falou: aquele ônibus ficou parado 15 minutos; o ônibus estava cheio de irregularidades; os policiais escoltaram o ônibus até as urnas. Infelizmente, o dia era um dia muito quente, as pessoas estavam em todos os lados brigando, e a polícia ficou no meio disso tudo aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao local das operações, a gente respondeu pela manhã para a Relatora: quem fez ou definiu os locais foram os chefes de delegacias e os chefes de operações dos estados. É assim que funciona em todas as operações da PRF. Inclusive, a planilha utilizada nessa operação é auditável. Um perito pode pegar e vai verificar que quem colocou lá foram os chefes locais. A gente não define aqui em Brasília onde é que vai ser o local – isso até pra descartar uma eventual ligação com documentos que foram descobertos em celular, de planilha, enfim. Isso é auditável. Tudo o que eu estou falando aqui é verdade, eu jamais faria alguma afirmação que não fosse. Então, não partiu de nenhuma pessoa o local das operações. Partiu, sim, dos nossos chefes de delegacias e porque havia a necessidade.

Se partiu de alguma autoridade fazer qualquer procedimento errado na integração: também não aconteceu. Eu recebi uma ligação do Presidente na segunda-feira. Eu recebi, não; ele me escreveu: "Me liga". E eu liguei. Eu liguei para ele, e ele me falou: "Vasques, tem que abrir as rodovias. Agora, tome cuidado para não machucar as pessoas". Isso também vinha na decisão dos juízes locais e tal. Então, foi essa a determinação. E eu mandei mensagem pra ele e pedi pra ele fazer uma mensagem; e ele fez a mensagem na quarta-feira, e quase 90% das rodovias foram abertas, só ficaram aqueles locais mais difíceis.

Então, não estou... Pelo contrário, todo mundo ajudou: o STF ajudou, o Ministério Público, os políticos de direita, de esquerda, todos se manifestando pela abertura. Todos ajudaram.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Dr. Silvinei.

Passamos agora ao segundo bloco.

Com a palavra, o Deputado Duarte, pelo tempo de dez minutos.

O SR. DUARTE (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, destacar que, ao ouvir o depoimento do Sr. Silvinei, nós identificamos que, por várias vezes, ele faltou com a verdade, ou seja, mentiu, durante o questionamento, por exemplo, da nossa Relatora. Faltou com a verdade, alegando que não tem nenhum processo. E todos nós sabemos, é público: existem processos contra o Sr. Silvinei. Em alguns, ele não foi condenado em razão da prescrição. Processo por espancamento, processo por propina, ameaça de morte. Inclusive, tem ciência desses processos e sabe que um deles tramita no TRF da 4ª Região, onde foi condenado a pagar uma indenização ao frentista que foi agredido por ele. A indenização está no valor atualizado de R\$99 mil.

Ou seja, Sr. Presidente, se falta com a verdade, se mente, de acordo com o art. 342, ocorre o crime de falso testemunho, que é uma pena de reclusão que pode chegar a até quatro anos e multa.

Então, qual será o posicionamento dessa Presidência diante de um depoimento falso, diante de um falso testemunho do Dr. Silvinei? Essa é a nossa primeira questão, antes de questionar o Dr. Silvinei: como vai ser o posicionamento da Presidência? Porque ele faltou com a verdade, ele mentiu durante o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimento enquanto testemunha; alegou que, no Nordeste, houve uma menor fiscalização. Os dados são públicos: foram 49,5% das fiscalizações da PRF no Nordeste, na Região Nordeste – isso não se justifica, Sr. Presidente.

Além disso, eu quero aqui dizer que ele mentiu também quando afirmou...

Sr. Presidente, eu queria pedir ao Senador Flávio que...

(Soa a campainha.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele está realmente conversando aqui, mas não houve nenhuma interferência, nem do Senador Rogério Carvalho nem do Senador Flávio Bolsonaro.

Por favor, o senhor continue com a sua fala.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, mais uma vez ele faltou com a verdade quando disse que a sua gestão à frente da PRF foi a gestão que reconstruiu os direitos humanos. Mentira. Mais uma mentira. Todos nós sabemos que ele ditou uma portaria revogando o funcionamento e as competências da Comissão de Direitos Humanos da PRF, e foi condenado, mais uma vez, pela 6ª Vara Federal, a fazer uma portaria revogando a portaria que revogava a Comissão de Direitos Humanos, ou seja, mente, falta com a verdade.

Sr. Presidente, quero aqui, antes dos meus questionamentos, manifestar minha solidariedade, meus sentimentos à família do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, um homem que sofria com esquizofrenia, de 38 anos, e morreu asfixiado no dia 27 de maio do ano passado, vítima de uma ação da PRF durante a gestão do Silvinei Vasques.

Quero também, Sr. Presidente, aqui sublinhar algo que é de extrema importância: nós não estamos aqui interrogando a PRF, mas o a gestão do Silvinei. Em seu depoimento, ele fez uma fala em defesa da PRF. Nós aqui admiramos a PRF, e a sua presença aqui é exatamente para diferenciar o joio do trigo, os bons policiais dos maus policiais. Aqueles que descumprem a lei, que agem de forma imoral, de forma contrária à impessoalidade, cometendo atos de corrupção no exercício de uma função pública, esses precisam ser investigados, precisam ser condenados – como o senhor já foi condenado, e o senhor sabe bem disso.

Quero aqui, Sr. Presidente, destacar os números, esses números que, infelizmente, estão sendo suprimidos. No primeiro turno das eleições, foram realizadas 1.378 inspeções, fiscalizações, operações da PRF. Já no segundo turno, foram 2.842 fiscalizações. Por qual razão houve mais que o dobro de operações no segundo turno do que no primeiro turno? Qual foi o medo? Qual foi o receio?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. aqui já deixou clara a sua posição ideológica, política, quem é o seu presidente, em quem você votou – isso é um direito seu, é um direito seu enquanto cidadão –, mas não pode usar o poder que tem, enquanto Diretor-Geral da PRF, para tentar proibir que as pessoas exerçam o seu direito de voto de manifestação.

Fica aqui esse questionamento: por qual razão, no primeiro turno, foram apenas 1.378 fiscalizações e, no segundo turno, foram 2.842 fiscalizações? E não venha me dizer que esses dados estão errados, porque são dados do Ministério da Justiça, do Boletim referente às eleições de 2022.

Quero também aqui, Sr. Presidente, fazer outro questionamento. Qual é a posição que o Silvinei tem sobre a empresa Cognite? Essa empresa que foi contratada pelo valor de R\$5 milhões e auxiliava nas atividades de inteligência, de coleta de dados em aplicativos como Telegram e WhatsApp?

Essa empresa foi paga por mais de R\$5 milhões com essa finalidade. E como era a execução desse contrato? De que forma a execução desse contrato auxiliava a sua gestão? Por que não foi utilizada a inteligência para coibir atos, como o do dia 24 de outubro, quando V. Exa. teve ciência de que estavam planejando o bloqueio das rodovias e nada fez?

Por que, diferentemente do que aconteceu no segundo turno, em especial na região Nordeste, que nós já aprovamos aqui, nada foi feito pela sua gestão para proibir o bloqueio das avenidas? Direito de manifestação é diferente de liberdade para proibir o direito de ir e vir do cidadão brasileiro. Pessoas, consumidores, perderam voos, pessoas foram prejudicadas pela omissão da sua gestão. Fica esse questionamento: Por que não usou a inteligência da PRF para proibir o bloqueio nas rodovias?

Questiono, ainda, por que nada foi feito para impedir os atos do dia 12 de dezembro aqui em Brasília, onde pessoas saíram de vários pontos do país, dos seus estados, das suas cidades, para Brasília, quando todos sabem, através de mensagens do Telegram e do WhatsApp, que o objetivo do dia 8 de janeiro não era para fazer um piquenique, para caminhar no gramado na Praça dos Três Poderes, mas era para atentar contra a democracia, uma tentativa de golpe, uma tentativa, por vezes consumada, de depredação do patrimônio público – o Palácio Planalto, esta Casa, o Senado Federal, a Câmara de Deputados, o Supremo Tribunal Federal. O que V. Exa. fez para proibir?

Nada fez, nada fez, estou lhe dando aqui a oportunidade de se explicar, de dizer o que foi feito.

Quero aqui também sublinhar que eu venho do Nordeste, eu venho do Maranhão, eu venho de São Luís, e lá, diferentemente do que o senhor falou, sim, nós temos provas, tem vídeos de pessoas que foram proibidas, foram prejudicadas no seu direito de votar.

V. Exa. não teve capacidade, foi incompetente até para poder realizar esses atos, porque se as pessoas, com muito sacrifício, conseguiram chegar ao seu colégio eleitoral, foi porque a sua operação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não deu certo e o Supremo, em alguns momentos, se manifestou contrário a essas operações imorais e ilegais.

Quero também aqui, Sr. Presidente, nesses dois minutos que me restam, destacar que o papel desta CPMI é para investigar, e nós não aceitaremos mentiras aqui neste Plenário. Não pode um depoente vir aqui a esta Casa para faltar com a verdade, querer subestimar a nossa inteligência, querer subestimar o tempo do povo brasileiro. Cada Deputado, cada Senador, aqui, sai da sua cidade, deixa família, deixa filhos, deixa uma série de obrigações para vir aqui a esta Casa defender aquilo que é justo, defender aquilo que é necessário, e não para ficar ouvindo depoimentos mentirosos.

V. Exa. tem a oportunidade aqui de escrever o seu nome na história, mas sair pela porta da frente, não pela porta dos fundos. Honre o seu diploma ou será que está tentando colocar em prática aquilo que deve ter aprendido com o Senador Marcos do Val, lá na Swat, uma tentativa de persuasão?

Só pode ser isso, porque não é o que nós queremos aqui nesta CPMI. Nós queremos um trabalho sério, nós queremos um depoimento correto e nós queremos a verdade.

Tudo que eu trago aqui nesses dez minutos, Sr. Presidente, são dados. Eu preciso de resposta com base em dados.

E aqui, neste um minuto que me resta, eu faço questão de ratificar, para que ele não possa esquecer: foram apenas 1.378 operações no primeiro turno; no segundo turno, foram 2.842 operações. Por qual razão...

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – ... esse aumento? Por que não há uma compatibilidade? Por que essa discriminação com o Nordeste? Por que priorizar a Região Nordeste – porque 49, quase 50% das operações foram na Região Nordeste? Por qual razão a mesma atuação não foi feita pra impedir outros atos como o do dia 12 de dezembro aqui em Brasília?

É esse o nosso questionamento.

Esperamos a verdade e não aceitaremos mentira e falso testemunho nesta CPMI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Aluisio Mendes. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado Aluisio Mendes, que passa agora para o final da fila, com a palavra, a nobre Deputada Jandira Feghali.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Presidente, me coloque...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. é o próximo agora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente e Dr. Silvinei, aqui, o que está em questão nessa CPMI e nessa inquirição é tentar investigar se a sua gestão deslocou o papel de estado da Polícia Rodoviária Federal para uma ação de governo e para uma ação antidemocrática, ou seja, avaliar se a sua gestão fez da Polícia Rodoviária Federal um instrumento de fraude nas eleições e um instrumento de facilitação de uma ação golpista em relação à democracia brasileira. Esse é o sentido dessa inquirição e o seu papel nesse processo.

Obviamente que a inquirição da Relatora tentou buscar no processo da sua gestão uma certa caracterização do seu comportamento como gestor, e isso foi correto fazer, até porque, no processo da sua gestão, algumas coisas aconteceram e foram diferentes em relação ao comportamento anterior da Polícia Rodoviária Federal.

E aqui é importante nós realçarmos nesse processo que a Polícia Rodoviária Federal, mediante portaria do então Ministro da Justiça, e eu lamento muito essa portaria, a Polícia Rodoviária Federal, ao adquirir os blindados e ao adquirir uma função autorizada, acabou agindo em ações que não eram do seu escopo constitucional, porque o escopo constitucional da Polícia Rodoviária Federal é o policiamento ostensivo nas rodovias federais pra salvar vidas, obviamente, e, neste território, se estender à prevenção de outros crimes, mas neste território.

E eu, como sou uma Parlamentar do Estado do Rio de Janeiro, lamento muito que, nas operações conjuntas com outras polícias, tenha tido, por exemplo, uma das maiores chacinas na Vila Cruzeiro, matando civis, como foi com a cabeleireira Gabrielle Ferreira da Cunha, de 41 anos; como foi com o Douglas Costa Inácio Donato, ex-militar da Marinha, de 23 anos; como foi com Ricardo José Cruz, um vendedor ambulante mototaxista de 27 anos, que deixou três filhas; como foi com João Carlos Arruda Ferreira, o estudante do sexto ano do ensino fundamental, de 16 anos; e como foi – estou dando exemplos aqui – com a morte do Genivaldo na câmara de gás, na mala do carro da Polícia Rodoviária Federal, e em outras ações em que não era do escopo da Polícia Rodoviária Federal intervir em comunidades. Então, é lamentável que a Polícia Rodoviária Federal tenha participado dessas ações. E o carro blindado serviu a isso infelizmente.

Eu até falo aqui com muita propriedade, porque a principal dirigente da Frente Parlamentar em Defesa da Polícia Rodoviária Federal é da nossa bancada, a Deputada Alice Portugal. Então, nós sempre defendemos a Polícia Rodoviária Federal com muito respeito e com muito carinho. Por isso não vai aqui uma crítica generalizada; nós estamos aqui avaliando a sua gestão e o seu comportamento.

Aqui muitas questões foram levantadas, e, dentre elas, eu vou aqui tentar colocar contradições no seu depoimento, inclusive nos dados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é verdade que V. Exa. se apresentou espontaneamente ao Tribunal Superior Eleitoral. Ao ser questionado nas ações do segundo turno particularmente, em uma operação objetivamente direcionada à abstenção do voto no Nordeste... Isso ficou muito, porque 2.185 fiscalizações no Nordeste comparativamente a 571 no Sudeste no segundo turno das eleições, com 48 ônibus retidos no Nordeste e 9 apenas no Sudeste, mostram objetivamente um foco onde o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva tinha tido mais votos. E, quando o Ministro Alexandre de Moraes, Presidente do TSE, decide, provocado pelo então Deputado Paulo Teixeira – e estão aqui as duas representações Deputado Paulo Teixeira –, proibir as operações da Polícia Rodoviária Federal, V. Exa. decidiu não cumprir, inclusive encaminhando um ofício que eu tenho em mãos aqui aos Superintendentes, reinterpretando a decisão do Ministro Alexandre de Moraes e mandando manter as ações, ou seja, o senhor oficia superintendências mandando manter as ações. O Ministro Alexandre o intima no Tribunal Superior Eleitoral. V. Exa. não foi lá espontaneamente, como aqui disse respondendo à Relatora. E, ao intimá-lo – e V. Exa. foi lá armado, com a sua *entourage* armada –, o Ministro Alexandre inclusive disse: "Ou faz ou V. Exa. pode ser preso". E aí, então, V. Exa. não consegue a abstenção almejada.

O senhor pode ou não negar. Eu estou colocando a questão pro senhor confirmar ou negar. Eu estou afirmando, mas pode ir em forma de pergunta também. Então, V. Exa. não foi espontaneamente. V. Exa. foi intimado ao Tribunal Superior Eleitoral. O senhor pode confirmar ou negar. Essa pode ir em forma de pergunta.

Essa questão é muito grave, ela é muito séria, porque é um comportamento do Diretor de uma estrutura de Estado que se comporta diante do Tribunal Superior Eleitoral, onde no Código Eleitoral é impedido que qualquer pessoa deixe de votar... E a abstenção não se faz apenas porque eu fiscalizei na rua; muita gente não sai nem de casa quando observa que há uma concentração policial na sua região. Ela nem vai, porque o carro está irregular ou porque está sem um retrovisor ou sem um para-choque ou sem um documento; então ela nem vai. Então, muitas vezes, a abstenção se dá porque a pessoa sequer sai de casa. Mas a operação não deu certo, porque, de fato, a abstenção não cresceu, porque o número de pessoas querendo votar foi maior do que em outras eleições. Então, a abstenção não cresceu.

Mas que o que nos parece – e é isto que nós estamos investigando aqui – é que houve uma ação deliberada a partir da sua gestão, seja na reunião do dia 19, onde a orientação foi explícita – e há testemunhas dizendo isso –, sob sua orientação de que devia atuar para dificultar a votação no Nordeste para eleger o então candidato Jair Bolsonaro. Isso foi dito na reunião, a partir de testemunhas, sob sua orientação.

E uma coisa que chama a atenção – e aí também já foi colocado isto aqui, mas eu quero registrar a contradição – é a de que esse esforço imenso de atuação de um efetivo que, mais uma vez o seu dado não corresponde... O senhor diz assim: o maior efetivo da Polícia Rodoviária Federal está no Nordeste. Eu pedi esses dados à Polícia Rodoviária Federal. Não é verdade, Dr. Silvinei. O seu maior efetivo está no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sudeste. Eu peguei o quadro aqui, eu mesma somei aqui. Seu efetivo está maior no Sudeste, não está no Nordeste. Isso não é verdade. O quadro está aqui, eu posso lhe repassar. O seu efetivo, somando os quatro estados do Sudeste, é maior do que o dos nove estados no Nordeste. Portanto, os seus dados não são verdadeiros, colocados aqui nesta CPMI. Mais uma vez, o senhor dá um dado errado à CPMI. Eu mesma somei aqui – peguei aqui a máquina de calcular – dado, estado por estado, e o seu efetivo no Sudeste é maior do que o seu efetivo no Nordeste.

Da mesma forma, há também aqui dados que serão colocados: a apreensão de drogas e de armas não é maior também no Nordeste como o senhor afirmou à Relatora, aqui no início desta CPMI. Então, chama a atenção, porque é...

E nós ficamos aqui com estradas bloqueadas não foi um dia, não foram dois dias, não foram três dias. Nós ficamos com estradas bloqueadas quase vinte dias depois da eleição. Por que é mesmo que, com todos os blindados, com todo o efetivo, com todas as ações, a gente não conseguiu desbloquear as estradas após a eleição? Por que essa ação não foi tão efetiva? – como o senhor aqui disse. Era só porque não podia um policial ou dois enfrentarem as dificuldades?

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Uma torcida de futebol conseguiu retirar os bloqueios de uma estrada – isso foi mostrado amplamente pela mídia. A Polícia Rodoviária Federal, armada com blindados, com armamento, não consegue retirar um bloqueio de uma estrada? Então, realmente, é algo que chama a nossa atenção.

Então, houve uma deliberada ação na eleição de não permitir que o eleitor chegasse às urnas no Nordeste. Houve depois uma deliberada ação de não desbloqueio das estradas, para provocar uma ação, um caos no país, para uma possível chamada à GLO ou chamado ao "Poder Moderador" das Forças Armadas.

E, por fim, eu queria deixar uma pergunta: se o senhor conhece pessoalmente o Daniel Beck e o Maurício Junot, da empresa Combat; e se o senhor tem conhecimento de que eles financiaram as ações do 8 de janeiro.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Com a palavra, o Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Rogério...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, desculpe-me. Agora, não é... Eu falei errado. Estava aqui... Eu confundi, eu confundi. Agora é o Deputado... É que está aqui Rogério Correia e Rogério Carvalho. O próximo orador inscrito, que é o oitavo, é o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Rogério Carvalho é o décimo primeiro. Me perdoe, eu falei errado para V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Por que a gente não faz uma alternância entre Senador e Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, isso a gente não combinou. Isso, a gente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Podemos até trazer isso no nosso acordo de procedimento.

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia, pelo prazo de dez minutos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Estão me confundindo muito com Senador. Não sei se isso é algum sinal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso é um bom presságio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Presidente, eu vou fazer minhas perguntas ao Sr. Silvinei Vasques, que começam no seguinte sentido: eu queria, primeiro, colocar pingos nos “is” para as coisas ficarem claras, porque o nosso depoente fez muita tergiversação. Por exemplo, ele é réu na Justiça Federal no Rio de Janeiro, é réu – não estou dizendo que é culpado, mas é réu, essa é a palavra correta. Foi solicitado pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro... O Ministério Público entrou com ação e essa ação foi acatada pela Justiça Federal. Então, ele é réu exatamente pela atuação que teve de pedir votos e também sobre a questão do segundo turno, onde não obedeceu às ordens no sentido de fazer paralisar o processo que a Polícia Rodoviária Federal fazia, bloqueando eleitores. Então, ele é réu nesse processo.

Segundo, existe, sim, processo administrativo e está em fase final. Isto é dado, que não é sigiloso, da própria Polícia Rodoviária Federal, da PRF. E, se V. Exa. sabe, poderá até perder a aposentadoria se, ao final das contas, for culpado. Então, é réu e tem processo administrativo. Ele não respondeu corretamente à Senadora Eliziane. Nesse sentido, ele ficou tergiversando. Por isso, ela insistiu na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pergunta. Mas botemos os pingos nos “is”: é réu na Justiça Federal e tem processo administrativo em fase final na Polícia Rodoviária Federal.

Terceira questão: em relação às ações de bloqueio no Nordeste, foram 2.185 ônibus no Nordeste, dados do Ministério da Justiça, contra 571 no Sudeste – 2.185 ônibus no Nordeste contra 571 no Sudeste. Portanto, houve um direcionamento claro – os números dizem isso – em relação às ações de bloqueio. E é óbvio: era no Nordeste que tinha a concentração maior de eleitores do Presidente Lula. Então, essa denúncia está embasada em dados reais.

Quarta questão importante: ah, nós não tínhamos pessoal para retirar das invasões das estradas que os bolsonaristas fizeram, porque eram bolsonaristas que fizeram as invasões na estrada, logo após as eleições, inclusive inflados por redes sociais e por sites bolsonaristas que pediram que eles fossem para lá para impedir que fosse proclamado o resultado eleitoral. E começaram as ocupações no dia seguinte às eleições, aliás, na mesma noite em que se declararam as eleições do Presidente Lula, como V. Exa. aqui, Silvinei, já colocou. Agora, dizer que não tinha contingente... O senhor conhece a Galoucura? A Galoucura é a torcida organizada do Clube Atlético Mineiro, a maior de Minas. A Galoucura saiu de Belo Horizonte, foi até São Paulo com ônibus, não trocou um tapa e retirou de lá pneus e retirou... Pessoas nem tinham, não trocaram um tapa. O que tinha lá era pneus e fingimento do que estava na estrada, e a Polícia Rodoviária Federal não tinha condições de tirar de lá. A Galoucura foi assistir ao jogo. Infelizmente, o Galo perdeu e voltou. Então, não é possível que uma torcida consiga fazer isso, e a Polícia Rodoviária não consiga, na BR Fernão Dias, na 381, que liga Belo Horizonte a São Paulo.

Então, sinceramente, não cola essa de que vocês fizeram os esforços para retirar quem estava lá, pelo contrário. Assim como o Exército não quis retirar quem estava em frente aos quartéis. Eu falo isso porque lá na Raja Gabágli... E é bom que vocês entendam que uma coisa tem relação com a outra. Lá em Belo Horizonte, na Raja Gabágli, sabe como eles foram tirados? Um dia, o Prefeito resolveu e pediu que a guarda municipal retirasse da Raja Gabágli, em frente ao quartel. Foram lá e tiraram. Eram poucas pessoas, muito barulho, muito banheiro químico. A farra danada de bolsonarista. E o Exército permitia e o Governador do Estado permitia. O Prefeito foi lá e mandou tirar. A guarda municipal foi lá e tirou. Parabéns à guarda municipal!

Dizer que a Polícia Rodoviária Federal... Onde estavam os blindados? Onde estavam os "caveirões", que não foram utilizados? É uma boa pergunta.

Agora eu entro na questão da Combat Armor, presta atenção nisso. É importante. Essa era uma empresa aqui no Brasil ainda de publicidade. Ela passou a ser de segurança e, dois meses depois, o senhor fez um contrato com ela. No final das contas, já eram 37 milhões de contratos só com a Polícia Rodoviária Federal. Eles cresceram muito: 1.244% cresceu essa empresa. E, portanto, teve um crescimento meteórico.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é dizer quem apresentou ao senhor essa empresa? O senhor disse que só conheceu esse Beck um dia em que tinham lá 5 mil pessoas. E outro, o Junot, o senhor conheceu como? É bom dizer a verdade, porque nós já temos a verdade.

Portanto, foram feitos com essas empresas esses contratos. Viraram, Presidente, contratos milionários. Eu pergunto ao senhor. Disse que depois que o senhor saiu da polícia, aposentado.... o senhor disse que foi lá e pediu um emprego e que eles não aceitaram. Mas o senhor foi morar em Indaiatuba. O senhor morou lá em Indaiatuba. Morou lá dois meses.

Se eu estiver mentindo, o senhor pode dizer que não é verdade a minha informação, que eu tenho. Pode dizer: "Ó, Deputado, o senhor está com a informação errada, está falseando". Mas o senhor morou em Indaiatuba por dois meses. Moraram lá também o Sr. Antonio Ramirez Lorenzo, o Sr. Tatiano Lopes, além do senhor. Esses também foram diretores desta empresa Combat Armor, e o senhor chegou a ser vice-presidente da empresa por dois meses. É a informação que eu tenho.

E estava com o senhor também o Bruno Correia, que foi morar em Indaiatuba. Vocês moraram num apartamento, tinha história de um cachorro que estava lá, o pessoal ia lá, da própria Combat Armor, dar alimento pro cachorro e assim em diante. Tem várias histórias em relação a isso.

E o senhor disse que apenas pediu um emprego, mas, pelo que nós sabemos, houve, sim, quebra... houve, sim, conflito de interesses. O senhor acabou morando lá.

Eu peço até que coloquem aí, porque eu quero fazer uma pergunta pro senhor: essa arte que estava no *e-mail*, que o senhor contratou para o *e-mail*, essa arte é *fake* ou, de fato, o senhor tomou conhecimento, solicitou que fosse feita essa arte, porque o senhor seria já contratado pela Combat Armor?

Ele vai colocar; o senhor vai ver que tem aí um desenho já com o senhor como vice-presidente. Eu quero saber se isso é *fake*, o que me mandaram, ou se isso realmente o senhor encomendou e já seria utilizado, ou se chegou a utilizar.

Por fim, faltam ainda 2 minutos e 42 segundos. Isso é importante, porque precisamos saber se o senhor chegou a pelo menos ser, vamos dizer, consultado, se não foi convidado, se chegou a ser vice-presidente. É *fake* ou é fato? Isto é importante: saber o que que significa isso. Porque me disseram que foi o senhor que solicitou e que iria para o *e-mail* de V. Sa.

Portanto, o senhor não diz a verdade, pelo menos não parece que diz a verdade. As verdades vão aparecendo e eu quero dizer algumas verdades pro senhor também em relação à Polícia Rodoviária Federal, que todos nós estimamos muito e que, de repente, ela começou a virar peça do Governo Bolsonaro, em vez de ser polícia de Estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí o senhor diz "fala da Polícia Rodoviária Federal", vamos falar dela agora? Para o senhor ter uma ideia, agora, em 21 de abril, feriado de Tiradentes lá de Minas Gerais – nosso grande Tiradentes, nossa grande Inconfidência Mineira –, nós tivemos 71% a menos de morte no trânsito nas rodovias federais; nós tivemos no Carnaval agora 32% a menos de morte no trânsito – no Carnaval agora –; e tivemos 35% de morte a menos no Corpus Christi, que são funções da Polícia Rodoviária Federal, que está, portanto, cumprindo e muito bem a história dela.

E mais do que isso: teve uma apreensão de cocaína que foi a maior da história, foi 1,86 tonelada de cocaína que foi também confiscada lá em Sidrolândia, um caminhão-tanque estava também na estrada. Portanto, a Polícia Rodoviária Federal cumpria isso ao invés de ficar indo ao Nordeste no segundo turno das eleições...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... fazendo batida, fingindo que estava vendo um caminhão careca, pneu de caminhão, pneu de ônibus careca. Por que isso não era olhado todo o tempo e apenas nesses dias foram olhar pneu careca de transporte coletivo?

E agora recentemente, na BR-487, 322kg de maconha foram apreendidos num caminhão JS Pescados, de Jorge Seif, Jorge Seif Pescados, inclusive é uma empresa – a gente não sabe se isso foi fruto de roubo anterior – de um Senador que é também aqui da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então tem muitos dados que não foram contados e que o senhor teve chance de contar. Então, quando a Relatora faz as perguntas, ela tem elementos. Por isso, ela fez as perguntas e o senhor ficou tergiversando, para não dizer que o senhor mentiu. Mas eu queria saber as respostas do senhor de maneira concreta.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito bem. Muito obrigado.

Cumprimento o Sr. Presidente, a Mesa e o...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputado. É porque o Deputado Aluisio Mendes não estava presente. Então falaram nesse bloco...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade. É verdade. Então foi uma falha aqui da nossa Mesa.

Então, Deputado Ramagem, V. Exa. fica para o próximo bloco.

Eu passo a palavra agora, pelo prazo de dez minutos, para que o Dr. Silvinei responda aos questionamentos, pedindo ao senhor que se atenha ao tempo para que a gente possa dar a oportunidade a todos de usarem a palavra.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – A primeira pergunta é do Deputado Duarte, não é? Pela manhã, o que eu entendi é que a eminente Relatora me questionou se eu tinha conhecimento dos novos processos. Eu nunca fui informado. Eu não tenho qualquer documento, qualquer assinatura nos novos processos. É natural que os antigos eu saiba porque já passou. Eu acho que os senhores e a Relatora estão falando dos atuais processos que devem ter na PRF. Então eu reitero: dos processos, se existem processos abertos, eu nunca tomei ciência até o presente, formalmente. Os processos antigos, se a pergunta era essa, é natural que eu responda e que eu tenha ciência. Talvez eu não tenha entendido, mas acredito que eu consegui deixar claro agora.

Com relação à fiscalização no Nordeste, nós temos aqui esse estudo, Deputado, que eu teria que pegar muito tempo para pode passar planilha por planilha, mas eu queria deixar consignado aqui que nós vamos fazer a entrega, e eu reitero o que eu falei pela manhã, então eu reitero o que eu falei pela manhã. Tá? E o problema que talvez tido alguma dificuldade são as terminologias, não é? Os senhores falaram: "Ah, teve 1,3 mil operações". Para nós, teve uma operação. Então, talvez as 1,3 mil que o senhor falou sejam 1,3 mil fiscalizações. Essa dificuldade... Às vezes, a gente acaba, na resposta aqui, tendo uma certa dificuldade, mas aquilo que eu falei pela manhã aqui na apresentação eu reitero, porque a gente tem aqui os dados que foram retirados do sistema da PRF, e a gente tem como comprovar isso.

Depois, o senhor falou de 8 de janeiro, não é? Por que a gente não tomou providência? Eu já não estava mais na...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Sim, o senhor falou 8 de janeiro em algum momento.

O SR. DUARTE (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Não, eu falei dia 12 de dezembro, não falei 8 de janeiro. Falei 12 de dezembro. Eu perguntei sobre o dia 12 de dezembro e depois...

O SR. SILVINEI VASQUES – Tá, e o senhor me pergunta por que a gente não evitou a vinda do pessoal pra cá?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Na diplomação. No dia 12 de dezembro, foi a diplomação.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, ele está me fazendo uma pergunta, e eu, obviamente, tenho que responder.

Eu perguntei: por que dois pesos duas medidas? Por que a mesma força que você utilizou, através da sua gestão na PRF, no segundo turno não foi utilizada no primeiro turno? Primeiro questionamento.

Segundo questionamento: por que...

O SR. SILVINEI VASQUES – Tá.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – ... operação semelhante, fiscalização semelhante, por que atuação semelhante não foi feita, por exemplo, para coibir os atos do dia 12 de dezembro, haja vista V. Exa. ter contratado uma empresa de inteligência para saber o que está se passando pelo WhatsApp, pelo Telegram, quais são as informações que poderão colocar em risco a segurança nacional, colocar em risco o direito de outras pessoas? Foi esse o questionamento.

O SR. SILVINEI VASQUES – No dia 12 de dezembro, a gente teve atuação em conjunto também na posse...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, só pra ajustar o tempo do depoente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele vai ter o tempo necessário.

Pois não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Não foi na posse, foi na diplomação.

O SR. SILVINEI VASQUES – É, eu estou só citando o que também aconteceu.

A gente teve trabalho em conjunto com todas as instituições, tanto no dia 12, que era a data da diplomação, 12 ou 13, como também já no ano-novo. Eu não estava, mas ficou encaminhado que seria no dia 1º a posse do Presidente Lula. Então, a gente trabalhou em conjunto em todos os dois momentos, e é natural virem manifestantes pra Brasília. Sempre tem. E, no dia 12, não houve nada tão grande, porque aí foi aquela questão aqui interna, e não tem nada a ver com a PRF aquilo ali.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Deputado, ele está respondendo aqui...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele me perguntou...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele perguntou...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele me perguntou, e eu vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e V. Exa. já respondeu. Agora, ele está respondendo.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele perguntou se foi dia 8... Eu perguntei... Eu preciso ratificar minha a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está perguntando alguma coisa ao Deputado ou não?

O SR. SILVINEI VASQUES – Ele já respondeu.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele já respondeu, Deputado, por favor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não, ele...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele está dizendo que já respondeu, Deputado.

Prossiga, por favor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Então, responda à minha pergunta, porque eu me refiro ao dia 30 de outubro e ao dia 24 de outubro, de que V. Exa. teve ciência e nada fez.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Só para me lembrar... É que faz oito meses. No dia 8, foi quando... No dia 12 de dezembro, foi quando aquele pessoal invadiu a Polícia Federal?

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Dia 12 de dezembro.

O SR. SILVINEI VASQUES – Aquilo não tem anda a ver com a PRF. Foi aqui na Esplanada.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não, e dia 24 de outubro? O bloqueio das rodovias não tem nada a ver com o seu trabalho?

O SR. SILVINEI VASQUES – Tem tudo a ver!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Então, o que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Duarte, eu vou pedir à V. Exa. que não dá pra V. Exa...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele me perguntou, eu tenho que responder...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele já perguntou...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Então, mande-o responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e V. Exa. já respondeu.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Não, ele não respondeu. Ele falou do dia 8, eu perguntei do dia 24.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, V. Exa. já colocou o que tinha que colocar, e eu peço que V. Exa. se atenha a ouvir, como todos os demais estão fazendo.

Por favor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Tem que ser do dia 24 de outubro.

O SR. SILVINEI VASQUES – Nas primeiras 24 horas...

Eu vou falar para o senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Estou aguardando sua resposta.

O SR. SILVINEI VASQUES – Nas primeiras 24 horas, antes da decisão do Ministro Alexandre, nós aplicamos 900 multas no Brasil. E o total das multas foi de 10 mil – 20 milhões de multas aplicadas. As lideranças foram identificadas nas primeiras 24 horas. Cinco pessoas de um total de 50 já tinham sido presas nas primeiras 24 horas.

Nas primeiras 24 horas, foram 151 locais desinterditados, de 1,3 mil, porque abria um, fechava outro; fechava aqui e ia pra lá. Era muita coisa ao mesmo tempo.

E, nas primeiras 24 horas – aqui tem o nome da cidade, que eu não lembrei naquela hora –, a gente já abriu Luziânia e Cristalina, aqui em Goiás, com a força de choque. Foram as duas primeiras que foram abertas de tantas outras pelo Brasil afora, porque a gente foi saindo e foi abrindo.

E a gente também solicitou o interdito proibitório já no primeiro dia, para as 27 AGUs estaduais. Foi esse trabalho que a gente fez no dia 24.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, assim não dá, Sr. Presidente... O depoente não...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Duarte...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele está conduzindo o trabalho ou é V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou respondendo aqui ao Deputado Izalci...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele me fez uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. está falando várias vezes, Deputado...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não desrespeite o Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir a V. Exa...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Ele me perguntou... Foi ele quem me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ele perguntou há dez minutos, vou pedir a V. Exa. para manter a sua condição, como os outros estão mantendo, por favor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – A Comissão está conduzindo os trabalhos ou o Deputado Nikolas?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Respeite o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Dr. Silvinei, continue a sua fala.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Depois, a Deputada Jandira Feghali falou sobre a Vila Cruzeiro, não é? Ocorreu a morte lá de pessoas em confronto com a polícia. Ela discordou da situação. Era uma operação em conjunto com a Polícia Militar do Rio de Janeiro, em apoio, até porque eles não têm esses equipamentos que a gente tem ainda – têm os maiores, não têm os menores. Isso aí a gente faz no Brasil todo, com todos os órgãos de segurança, de receita, de vigilância sanitária, de meio ambiente, enfim, os mais... de trabalho escravo. E a portaria continua em vigor, ela não foi revogada. É a mesma portaria. Então, eu não sei.

Aquilo ali é o princípio do Sistema Único de Segurança Pública, porque para o cidadão não interessa a cor do uniforme; o que interessa é que ele está sendo atendido. Eu não estou entrando no mérito do resultado da operação. Só estou dizendo para a senhora que, se tem a necessidade, eu acho que qualquer instituição pode atuar, não é? Eu acho... Não deveria nem estar achando, que nisso aqui eu sou testemunha, não é? Mas... Não estou entrando no mérito do resultado que aconteceu lá, nada disso, mas essas operações a gente faz tanto na rodovia como fora da rodovia. Elas continuam, por exemplo... Faz agora 30 dias, em apoio ao Ibama lá, no meio da selva amazônica, em Roraima, que a PRF



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entrou em confronto com criminosos. Agora, faz 30 dias, e morreram quatro criminosos que covardemente atiraram em nossos policiais, nos fiscais do Ibama. E eu não lembro mais quais órgãos estavam lá em Roraima, há mais de 100km, 50km da rodovia. O colega estava lá ajudando um outro colega que é servidor público, não é? E acho que não tem nada errado, mas eu estou achando isso, não é? Eu só estou fazendo responder o que a senhora me perguntou.

Depois a senhora falou sobre os ônibus do Nordeste no dia 19/10. É da reunião, é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – É a reunião do dia 19/10. A gente teve uma reunião do Conselho Superior de Polícia, que acho que foi pra tratar da questão da educação física na polícia e fizemos cinco informes. Com relação às testemunhas, talvez era importante elas virem aqui ser ouvidas, porque isso que a senhora falou não foi dito na reunião. Eu lhe garanto, totalmente certo que isso não aconteceu. Tá? E eu fiquei do início ao final.

Depois, a senhora disse que a gente não cumpriu a decisão do Ministro. O que tem aqui é a decisão que a gente está copiando, a decisão, e depois o parecer da AGU que a gente já explicou pela manhã. E eu falo aqui no item 3: "Neste norte, com vista a estabelecer o fluxo adequado e incontroverso das informações e ações a serem implementadas por este órgão, determino o fiel cumprimento da aludida decisão". Está aqui. Às 2h da manhã, depois de 2h30, eu determinei que era para cumprir o que... Uma situação: sem passar na AGU ainda, porque estava em cima da hora. Não podia esperar. Eu poderia ter mandado para a AGU. Não o fiz em respeito ao Ministro e já encaminhei para a frente. Isso aqui chegou às 2h da manhã. A eleição iniciou às 8 em todas as superintendências e delegacias do Brasil, na madrugada ainda. A gente foi muito rápido na decisão. E aí, mais: estendia ainda a outra informação, a outra decisão que era para a Polícia Federal, para não divulgar dados. Eu disse: mesmo que não fosse dirigido à PRF – está aqui, ó –, "determino que também seja estendido à PRF"...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Só uma pergunta: qual é o número desse ofício, Presidente? Só para saber...

O SR. SILVINEI VASQUES – Quatorze, item 3.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, é porque aqui o senhor usa mais a ADPF do Barroso do que a determinação do Alexandre de Moraes e determina que sejam mantidas as ações da Polícia Rodoviária Federal, que era a fiscalização que estava sendo mantida no Nordeste.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, é que a gente não faz só isso.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, o acordo de procedimento era...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, eu estou só perguntando qual o número do ofício, se é o mesmo. É correto que eu pergunte isso. Senão, eu não vou saber se ele está falando do mesmo ofício que eu. Porque as operações foram mantidas, não é? Então, não se cumpriu a decisão do TSE, não é? Não se cumpriu.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Inclusive, preciso de mais de cinco minutos que ainda não foram recompostos ali.

O SR. SILVINEI VASQUES – Deputado, eu vou acelerar aqui pra dar o teu...

Rogério Carvalho...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, faltou uma resposta só, Presidente, a da intimação. Faltou uma pergunta. Faltou uma resposta sobre a intimação do Ministro Alexandre se o senhor foi intimado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Espere aí, espere aí. A Deputada Jandira Feghali fez uma pergunta muito objetiva. Se o depoente não quiser responder, ele tem todo o direito, mas que ele diga que não quer responder. Só isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, não estou atrapalhando. Ele ia passar pro outro Deputado e eu pedi para ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu só perguntei se ele confirma que foi intimado pelo Ministro Alexandre, só isso.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Não, pelo Ministro Alexandre, não. A gente conversou desde a manhã com o Secretário-Executivo, que é o Dr. Levi, que é AGU, e eu falei pra ele: o senhor tem como nos receber aí? "Vamos receber." Fui até lá e ele nos recebeu. Aí falei: tem como falar com o Ministro pra gente tentar esclarecer o que está acontecendo? O Ministro gentilmente veio até a sala e, gentilmente, nós conversamos, ele passou orientações e tudo que ele falou foi feito. E, dali pra frente, a gente ficou, inclusive, com o Dr. Levi orientando, a gente pedindo apoio. Aí saíram as novas decisões pra Polícia Militar ajudar, o Ministério Público ajudar, os Governadores... Então, foi uma parceria muito grande nas desobstruções das rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode prosseguir.

O SR. SILVINEI VASQUES – Deputado Rogério Carvalho...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Correia.

O SR. SILVINEI VASQUES – Desculpa... O senhor desculpe o erro.

Aí eu vou reiterar para o senhor. Dos processos que eu já respondi é natural que eu tenha conhecimento. Se existem processos novos lá, até a data de hoje, neste momento aqui, eu nunca fui citado acerca disso, tá? Pode ser que tenha, só que a imprensa fala e tal, mas eu não fui citado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, pode ter vários. Não posso dizer pro senhor que eu não sei. Inclusive, está aqui o nosso advogado. Nós já reiteramos um pedido perguntando quais processos tem instaurado ou autuado contra a minha pessoa e, até o presente, não me informaram nada, tá? Então, pode ter, mas eu não sei dizer pro senhor, porque eu não fui citado.

Sobre a torcida organizada, eu não vou fazer comentário pro senhor porque eu não entendo dessa área, como eles conseguiram abrir, se tiveram êxito... Até agradeço pelo apoio que fizeram pra polícia, mas, assim, não cabe à nossa polícia estar utilizando torcida organizada pra liberar rodovia, ainda mais com esse monte de briga que tem por aí de torcida organizada. Então, o senhor me desculpe, mas... E lembro também que a gente levou muito tiro lá em Novo Progresso, no Pará, não é? Muito tiro. Então, assim, não estava tão tranquilo como os senhores estão falando. Era muito acirrado, tá? Muito acirrado. Teve confronto em vários locais.

Aí o senhor me perguntou se eu conheci o Maurício Junot. Ele participou do processo licitatório e esteve lá na Superintendência, no Rio de Janeiro, se apresentando, é natural, como o empresário que ganhou a licitação, assim como outras empresas já ganharam os outros itens, tá? Então, eu o conheci, sim.

Depois o senhor perguntou da empresa. Eu estive lá em Indaiatuba, tá? E, naquilo ali, eu não conheço quem que fez aquele material ali. Eu estou, inclusive, em processo, ainda procurando e, se lá me chamar, eu não vejo nenhum problema, estou à disposição pra trabalhar, tá? Então, estou à disposição lá ou em outra grande empresa, mas eu não iniciei o meu trabalho na empresa, não ocorreu. Estive em Indaiatuba, sim; não só em Indaiatuba, como em várias cidades da região.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, passando agora ao próximo orador inscrito...

O SR. DUARTE (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Não foi respondido, Sr. Presidente, o questionamento sobre a empresa Cognite. Ele não respondeu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Relatora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu pediria a V. Ex^a que solicitasse à Taquigrafia da Casa sobre a minha pergunta ao depoente. Eu não citei o nome "novos processos", eu fiz uma pergunta clara sobre o processo. Então, eu pediria à V. Ex^a que pedisse à Taquigrafia as informações, para que a gente, de fato, compatibilizasse, porque se, de fato – e eu tenho consciência de que eu não citei o nome "novos" –, ele mentiu a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

Então, solicito à Taquigrafia que recupere essa fala da Deputada Eliziane Gama.

O SR. DUARTE (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu fiz um questionamento sobre a empresa Cognite.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sr. Presidente, eu vou apresentar um requerimento; só pergunto à V. Ex^a se tem que ser agora ou eu posso apresentar depois. Eu vou pedir a quebra dessa empresa...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Quebra de empresa?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... do sigilo da empresa, sigilo da empresa. Como é que chama?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Não precisa anunciar requerimento, Presidente. É desnecessário.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Como é que chama? Eu esqueci o nome da empresa...
Combat Armor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Ex^a oficializa isso. Sem problema, Deputado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – A diferença está muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra agora o próximo orador inscrito, o Deputado Delegado Ramagem, agora, sim, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. DUARTE (PSB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem, antes do Delegado.

Eu fiz um questionamento sobre a empresa Cognite. Tem total relação. Ele ignorou totalmente. Eu quero saber por que foi contratada essa empresa no valor de R\$5 milhões. A empresa serve para fins



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência da PRF. Por que não foi usado esse contrato para descobrir as ações preventivas da PRF para coibir os atos atentatórios à democracia? Ele não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor quer responder essa pergunta?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Aproveita e responde sobre o Antônio Lourenço, a Tatiana Lopes e o Bruno Correia...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Virou bagunça.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que V. Exa. não me respondeu se estavam com senhor em Indaiatuba.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, é meia hora de perguntas, ele tem dez minutos para responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quer responder?

O SR. DUARTE (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Da Cognite, ele não respondeu.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, três pessoas falam durante dez minutos. Deixa responder tudo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, vejam só. Vejam só. Espera aí. Espera aí.

Não há prejuízo nenhum de o depoente poder falar mais. Não há nenhum prejuízo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mas não sou investigado por usar auxílio-moradia de forma errada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só não está combinado, nessa reunião, que haja réplica de quem perguntou. Insistir na pergunta, não é nada demais. A palavra está com o depoente para que ele possa responder.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – O Sr. falou que a gente tem um sistema da Cognite, não é?

O nome da empresa, eu não vou lhe falar se é Cognite...

(Soa a campainha.)

O SR. SILVINEI VASQUES – ... porque eu não lembro agora, nunca utilizei o sistema. Tem vários sistemas lá na polícia, na área de inteligência, não é? Agora, eu posso lhe garantir que a nossa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inteligência é muito eficiente. Em todas as ações, eu tenho certeza de que eles se esforçaram ao máximo para levantar informações e evitar.

O SR. DUARTE (PSB - MA. *Fora do microfone.*) – Só sobre o dia 24. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, Deputado. V. Exa. não tem direito à palavra. V. Exa. não tem direito à palavra.

Tem mais alguma coisa para responder?

Pronto.

Então, com a palavra agora, o Deputado Delegado Ramagem.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimentar a Mesa e os demais Parlamentares, cumprimentar o Sr. Silvinei Vasques, PRF, com quem eu tive a honra de trabalhar. Conheço sua retidão, seu trabalho, seu esforço pelo melhor da instituição PRF e do nosso Brasil.

Nós estamos aqui desde 9h da manhã – mais do que isso: desde às 8h, por aí –, e só o que se vê é falarem, perquirirem, inquirirem o Sr. Vasques sobre vida pregressa, processos arquivados, depoimentos de 2020, falaram até de bafômetro, surgiu até o nome do Trump aqui. Em nenhum momento, houve qualquer vinculação, nada, de atos do Sr. Vasques com o 8 de janeiro.

Então, vamos tentar ao contrário? Vamos tentar verificar efetivamente a vinculação do Sr. Vasques com o 8 de janeiro.

O senhor afirmou, Sr. Vasques, que o senhor foi exonerado em dezembro de 2022 e se aposentou do serviço público em 2022. Então, o senhor não estava nos quadros da PRF, nem era Diretor-Geral, nem estava como servidor da PRF em janeiro? *(Pausa.)*

Não.

O senhor, então, tem algum conhecimento de elaboração de relatórios de inteligência pela PRF ou recebimento de relatórios de inteligência sobre as ameaças dias 2, 3, 4, 5, 6, 7 até 8 de janeiro, sobre a possibilidade de invasão, tumulto dos prédios públicos? Com certeza, não.

O senhor, então, por algum motivo, estava responsável, por lei ou por algum contrato, pelos três principais prédios públicos da República: o Palácio do Planalto, a estrutura do STF e o Congresso Nacional? Não.

O senhor, então, estava aqui na Esplanada? O senhor invadiu algum prédio público, depredou, causou dano a patrimônio público de alguma forma? Tenho certeza que não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor foi preso no 8 de janeiro? Com certeza, não.

O senhor participou de alguma prisão de cidadão manifestante, que há notícias que nem chegaram perto desses prédios públicos, mas foram presos, inclusive em flagrante, com imputação de diversos tipos penais, crimes – art. 163, art. 286, art. 288, art. 359-L, art. 359-M, todos do Código Penal, e ainda quatro artigos da Lei de Terrorismo –, inclusive idosos foram imputados no flagrante. O senhor participou dessa prisão dessas pessoas? Eu tenho certeza que não.

E sabe por que isso tudo, Sr. Vasques? Porque o Presidente Lula tem ensinado muito bem. Tem ensinado que o que se deve fazer é criar narrativas. Ensinou, inclusive, em público ao narcoditador Maduro que, para se defender, ele tem que criar narrativas. E é isso que estão querendo fazer aqui, e não há qualquer vinculação do senhor, da sua conduta; pelo contrário, o senhor teve uma atuação escorreita e de excelência na sua atuação até sua exoneração.

Então, vamos às suas operações como PRF: eleições e Rescaldo. O Presidente do TSE, o Ministro do STF Alexandre de Moraes, logo em seguida ao pleito eleitoral do segundo turno, afirmou que, apesar da polarização do pleito presidencial, a eleição ocorreu de forma pacífica: "Tanto no primeiro quanto no segundo turno tivemos uma eleição pacífica, tranquila e com segurança", palavras do Ministro Alexandre de Moraes. "O eleitor se dirigiu à sua sessão eleitoral, votou tranquilamente e retornou à sua casa sem maiores problemas", disse o Ministro Presidente do TSE.

Então, eu venho com um dado aqui, mostrando que logo em seguida teve a Operação Rescaldo, porque havia uma mobilização para tentar a paralisação das rodovias federais. E o senhor, a sua atuação... Nós podemos fazer um comparativo com 2018, antes do Governo Bolsonaro, quando houve aquela pane, aquele apagão, aquela paralisação logística de abastecimento de todo o Brasil, que causou dano a todos, ao nosso PIB. Foi empregado, em 2018, um efetivo de 2.548 policiais; na Operação Rescaldo, sob a supervisão e a direção do PRF Vasques, o efetivo empregado foi de 3.162, para que nada daquela forma acontecesse novamente – um efetivo superior de 600 policiais foi empregado a mais do que em 2018. Mais do que isso: as atuações em interdições em 2018 foram de 155 atuações da PRF; na Operação Rescaldo, de 2022 – final do pleito –, a atuação foi de 497, ou seja, com um ligeiro aumento do efetivo, eles atuaram de forma eficiente, com um trabalho de excelência, três vezes maior do que em 2018. Isso ainda tendo o agravante do fluxo de circulação de veículos após a decisão do Ministro Barroso de liberação da gratuidade de serviços públicos, que aumentou o fluxo nas nossas rodovias.

Então, minhas perguntas ao Sr. Vasques são as seguintes: como eu citei o narcoditador, eu gostaria de uma exposição do senhor, do seu combate, na sua gestão, ao tráfico de drogas da PRF – como foi na sua gestão.

Em segundo lugar, como é que foi o trabalho, de forma bem genérica – para o senhor ter mais uma possibilidade de apresentação –, na Operação Eleições e na Operação Rescaldo? E, mais ainda: que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o senhor nos diga, com dados, com apreensões e com o efetivo empregado, se o trabalho da Polícia Rodoviária Federal impediu ou deu maior segurança ao pleito eleitoral e a que todas as pessoas chegassem com segurança aos seus locais de votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Delegado Ramagem.

Com a palavra o Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, hoje foi a primeira amostra de por que o Governo foi e continua sendo contra as investigações desta CPMI, porque o ora depoente, Silvinei Vasques, destruiu qualquer argumentação que o Governo tenta ainda, de forma açodada e atropelada, empurrar goela abaixo a toda a sociedade.

Eu quero aqui começar dizendo que nós precisamos lembrar que aprovamos o Plano de Trabalho da Relatora, em que a investigação se dá por ordem cronológica, mas essa ordem cronológica não envolve fatos desde, praticamente, o nascimento do depoente, porque nós ficamos a manhã inteira debatendo e ouvindo a Relatora fazer perguntas que não tinham absolutamente nada a ver com o objeto, com o escopo desta CPMI.

Depois, ela passou apenas de 15 a 20 minutos fazendo perguntas relativas ao escopo do requerimento de convocação, o que nos mostra justamente que o Governo está tentando alimentar narrativas falaciosas em um consórcio criminoso com parcela da imprensa. E é isso que eu vou querer demonstrar ao final da minha fala.

O depoente está aqui como testemunha, mas me parece, ou pelo menos deveria, que as perguntas nos mostram que ele seria, em tese, um investigado e que restariam a ele duas acusações: a primeira, uma suposta violência política na operação de segundo turno, ao supostamente obstar eleitores de votarem; e a segunda acusação, uma suposta prevaricação, por omissão, na desobstrução das rodovias pós-eleição. Mas os históricos dos fatos demonstram que essas duas acusações são falsas. E aqui eu quero, rapidamente, fazer esse histórico.

No dia 29 de setembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADPF 1.013, em que, no item 16 da decisão do Ministro Luís Roberto Barroso ele diz o seguinte: "Além das determinações feitas acima, recomendo a todos os Municípios que tiverem condições de fazê-lo que ofereçam o transporte público urbano coletivo de passageiros gratuitamente aos seus eleitores [...]".

A decisão do Supremo foi clara: a decisão fala em transporte público urbano. A decisão não permite que particulares contratem ônibus para levar eleitores aos locais de votação, o que continua sendo crime previsto no Código Eleitoral. A decisão do Supremo é clara. Portanto, a PRF, ao acatar na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Íntegra a decisão do Supremo, ainda faz a observação de que continua a fiscalização de ônibus privados, particulares, que levam irregularmente eleitores aos locais de votação.

Ato contínuo a essa ADPF, foi feito o Ofício Circular 3, de 2022, em cumprimento, justamente, a essa ADPF.

No dia 29 de outubro de 2022, o Deputado Paulo Teixeira, hoje Ministro, peticiona no Supremo Tribunal Federal – veja só, dia 29 de outubro, um dia antes das eleições. E o que ele junta na petição ao Supremo Tribunal Federal? Um tuíte da Gleisi Hoffmann, Presidente Nacional do PT, dizendo que o PT recebeu informações de que a PRF estava aparelhada e de que obstruiria a votação de eleitores.

Ele junta também, na petição ao Supremo, *links* da imprensa. Este *link* aqui: "PT recebe informação de nova operação da PF contra aliados de Lula"; "MPF apura indícios de utilização eleitoral da PRF" – tudo decorrente do tuíte que a Gleisi Hoffmann havia feito. E junta outros *links* da imprensa repercutindo esse tuíte da Gleisi Hoffmann. Mas ele junta também: "[...] [Supremo Tribunal Federal] aponta parcialidade de Moro e exclui delação de Palocci de ação contra Lula" – está lá, juntado pelo Deputado Paulo Teixeira, na petição ao Supremo Tribunal Federal –; "Tentativa de adiar eleições foi discutida com ministro da Justiça", diz Senador; "Moraes rejeita ação de Bolsonaro sobre rádios".

Esses *links*, o atual Ministro Paulo Teixeira junta, no Supremo Tribunal Federal, fazendo com que, no mesmo dia, às 16h41, o Ministro Alexandre de Moraes proferisse, então, uma decisão solicitando informações por parte da PF e da PRF.

No dia 30 de outubro, o dia do segundo turno, nós temos aqui o Ofício Circular 14, de 2022 – que os Deputados que fizeram uso antes de mim parece que não leram esse ofício, ou fingem que não leram, porque esse ofício é claro. Ele dá cumprimento à decisão do Ministro Alexandre de Moraes de proibir qualquer operação da PRF no sentido de obstar eleitores de votarem, uma vez que – repito – a decisão era clara, relativa ao transporte público e não ao transporte privado de eleitores. E aqui diz o seguinte: "com vista a estabelecer um fluxo adequado e incontroverso das informações e ações a serem implementadas [...], determino o fiel cumprimento da aludida decisão". Está aqui! O Silvinei Vasques mandou para todos os superintendentes da Polícia Rodoviária Federal.

E aí nós tivemos, então, a operação da PRF, no segundo turno, que, segundo a imprensa, arrecadou, ou então, apreendeu, melhor dizendo, R\$4,5 milhões, em 12 ocorrências. Parece que a esquerda simplesmente esquece que houve essas apreensões.

Eu fiz questão aqui, Sr. Presidente, de imprimir R\$100 mil em notas – em notas – pra ficar claro. Estão aqui R\$100 mil. Então, foram apreendidos – foram apreendidos – 45 blocos desse de dinheiro; R\$4,5 milhões apreendidos pela Polícia Rodoviária Federal, e é importante que a gente não esqueça que, de fato, isso ocorreu. Crimes foram, simplesmente, impedidos de acontecer por ação da Polícia Rodoviária Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois disso, Sr. Presidente, é importante que a gente diga o seguinte... A narrativa da esquerda: "Ah, mas fizeram mais operações no Nordeste". Vamos para os números.

O efetivo da Polícia Rodoviária Federal no Nordeste é mais alto do que em qualquer outra região do Brasil – gostaria até de que a Relatora estivesse aqui, porque ela vai fazer o relatório e não pode fazer o relatório só com base nos dados falsos que ela trouxe para a gente.

Aqui o número de malha viária, das rodovias: no Nordeste, a malha viária é infinitamente maior do que a das outras regiões.

Dado do próprio TSE. Compra e venda de votos nas eleições de 2014 – é antigo, mas é o último dado que nós achamos no *site* do TSE –: os estados do Nordeste dominam as denúncias de compra de voto. Agora, a denúncia... Números mais recentes que nós achamos lá no *site* do TSE: a região que mais tem compra de votos, Nordeste.

Mas nós temos aqui os dados públicos: a média de veículos que foram fiscalizados na operação do segundo turno foi a mesma em todas as regiões – a média dos veículos que foram fiscalizados em todas as regiões foi a mesma! Então, mesmo que nós partíssemos da premissa equivocada de que teve mais fiscalização no Nordeste – nós teríamos justificativa mais do que plausível –, mas os números da própria operação, números esses que são públicos, Deputada Jandira – e eu te forneço uma dessas, não adianta fazer cara feia para o número, porque número é número –, o número desmente qualquer narrativa falaciosa do Governo

O SR. DUARTE (PSB - MA) – A Deputada Jandira foi citada, viu, Sr. Presidente?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. tem mais um minuto.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Obrigado, Presidente.

Então, os números desmentem a narrativa falaciosa do Governo, dos Deputados e Senadores governistas, porque nós tivemos o mesmo número médio de veículos fiscalizados em todas – em absolutamente todas – as regiões do Brasil. Portanto, a primeira suposta acusação é facilmente desmentida.

A segunda acusação, que restaria ainda, é uma suposta prevaricação, por omissão, na operação de desobstrução das rodovias, mas aqui nós temos as notícias, que foram veiculadas amplamente pela imprensa e que foram já ditas aqui pelo depoente, de que a Polícia Rodoviária Federal suspende folgas e determina a aplicação de máximo efetivo policial para desbloquear estradas. Então, essa segunda suposta acusação ao depoente também é facilmente desmontada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que nos resta, Presidente, e o que sobra para nós é o motivo pelo qual o Governo sempre agiu contra esta CPI. O Governo precisa continuar alimentando a sua narrativa falaciosa de que houve uma tentativa de golpe no dia 8. O Governo precisa para isso que os inquéritos continuem sob sigilo. Porque é a primeira oportunidade que o depoente tem de falar para o Brasil – até agora só tinha prestado depoimento, e prestou depoimento inclusive em novembro do ano passado... Minha pergunta é se, até agora, houve denúncia ou se não houve andamento nesse processo, Silvinei, porque o Governo precisa, então – Sr. Presidente, infelizmente a Relatora não se faz presente; deveria ficar aqui pra ouvir os questionamentos inclusive –, o Governo precisa...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... alimentar a sua narrativa falaciosa, precisa dos inquéritos sigilosos pra continuar com esse consórcio criminoso com parcela da imprensa que ainda insiste na tese mentirosa de que houve uma suposta tentativa de golpe e que isso e que aquilo e tudo o que nós estamos ouvindo aqui ao longo desses últimos dias.

Eu gostaria de fazer essa pergunta ao depoente, Sr. Presidente, bem como o valor que foi apreendido nas operações, onde o dinheiro foi apreendido, o nome das cidades, o nome das pessoas que estavam em posse do dinheiro, se foram fiscalizados também transportes privados de passageiros, identificação desses ônibus, quais foram as empresas, quem pagava por essas empresas e, por fim, quais foram os agentes da PRF que pediram voto pro Lula e agora ganharam um cargo em comissão.

Esses são os meus questionamentos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Pela ordem, Presidente. Questão de ordem... Com base no art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não eram só dois por sessão, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. A Deputada vai fazer uma questão de ordem, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – É que ela falou o artigo. Eu sei qual é.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Porque, quando há citação de dados, Presidente, como eu vi que ele estava demonstrando ali no cartaz, eu olhei para traz para ver o cartaz. Independente se ele me acha feia ou bonita, eu não fiz cara feia; eu olhei para ver os dados.

E é importante que se mostre a fonte dos dados. Porque é muito ruim quando você olha pra um colega que está falando e é atacada dessa forma, não é? Então, como eu fui citada assim, acho importante que a gente respeite o colega; e, quando citar um dado, a gente pelo menos diga qual é a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fonte pra informar de onde vieram os dados, porque os dados que eu apresentei aqui são dados que eu tirei do *site* da Polícia Rodoviária Federal, não é? Então, quando a gente aponta um dado aqui, é importante citar a fonte, antes de atacar com desrespeito uma colega dessa forma, como foi feito aqui agora, de que eu olhei com cara feia. Eu não olhei com cara feia; eu olhei pra observar os dados, na medida em que levantou nota e levantou um cartaz com números... Porque a gente, quando apresenta um dado aqui...

Eu apresentei com base num *site* oficial da Polícia Rodoviária Federal, mostrando o número do efetivo, mostrando o número de fiscalizações. Eu trouxe aqui dados oficiais. Então, se o deputado trouxe dados oficiais, então nós precisamos trazer aqui, então, formalmente os dados, porque não pode ter dois dados oficiais. Não pode! Então, ele repetiu os dados do depoente. Então, a gente está aqui pra investigar; não é pra defender um depoente. Se a gente está aqui pra investigar, não é pra ficar repetindo dado pra defender depoente. Então, eu queria que o Deputado respeitasse a colega que está aqui na CPMI ao invés de ficar fazendo juízo da minha expressão. Eu não fiz isso. O fato de ele me achar feia ou bonita pouco me importa, mas eu queria respeito do colega quando eu observo os dados dele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está feito o registro.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, de fato, esse é um questionamento que a Deputada Jandira traz e que eu já fiz aqui e conversei ao lado com alguns Parlamentares: os números de operação no Nordeste mencionados pelo depoente são diferentes dos apresentados pela eminente Relatora, diferentes dos apresentados pela Deputada Jandira, e obviamente um dos dois dados está equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu pediria a V. Exa. que convertesse em diligência para que nós possamos verificar os números...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O.k. A Relatora terá condição de compilar tudo isso. E obviamente que aqueles também que discordarem poderão apresentar votos em separado. Não cabe a esta Presidência fazer aqui essa apuração.

Passamos a palavra – agora, sim –, pedindo desculpa pelo nosso engano atrasado, Senador...

Com a palavra, o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa. e a toda a Mesa; ao Senador Magno Malta, Segundo-Vice-Presidente; ao Primeiro-Vice-Presidente, Senador Cid Gomes; à nossa Relatora, Eliziane Gama; e ao depoente, Sr. Silvinei Vasques.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro é importante – e eu fico um pouco incomodado, porque estamos numa Casa que é o Congresso Nacional... Esta Casa existe porque existe democracia. Esta Casa só existe porque as instituições, de alguma forma, funcionam e funcionaram. Porque, Sras. e Srs. Parlamentares, não foi no dia 8 de janeiro que tivemos um incidente grave: tivemos talvez um dos últimos incidentes de uma marcha que foi orquestrada desde antes da eleição e que foi concebida desde antes da eleição do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, quando um dos seus disse que bastava um jipe, um cabo e dois soldados para fechar o STF; quando, todos os finais de semana, nós tínhamos crises porque o Presidente agredia ou o Presidente da Câmara, ou a Câmara dos Deputados, ou o Senado Federal, ou o Presidente do Senado Federal, ou o STF; quando colocou os tanques nas ruas no dia 7 de setembro de 2021; quando nesse período inteiro – inteiro! – escondeu, a seu *modus* operacional, colocando sob sigilo, questões banais ou tentando esconder práticas não republicanas.

Então, este momento me entristece porque eu vejo jovens recém-chegados à política defendendo o indefensável numa democracia: defendendo o direito de orquestrar, de transformar instituições de Estado em aparelhos para dar o golpe de Estado, para dar o golpe na democracia e nas instituições democráticas. É muito triste. É deprimente ver que nós temos essa qualidade de pessoas representando parte da sociedade brasileira, porque essas pessoas não estão aqui pelo princípio maior, que é o da representação e o do respeito à democracia. Elas estão aqui para defender um projeto autoritário, discriminatório, como a gente viu o Presidente tratar os nossos homens e mulheres, principalmente em alguns momentos, tratar seres humanos como se fossem animais, chamando e perguntando quantas arrobas tinha um homem negro, questionando. Ou seja, toda uma construção fascista – fascista! –, com fake news, com destruição de imagens. Tudo isso foi feito, e tudo isso foi sendo produzido, produzido, produzido.

Criaram, Sr. Presidente, um decreto para autorizar a distribuição de armas; tiraram do Exército Brasileiro o rastreamento dessas armas, Senador Cid Gomes, para armar a população civil...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... mais de 6 mil munições por indivíduo. Qual a finalidade, se bastava um jipe, um cabo e dois soldados? Mas a intenção era outra, a intenção era pegar todos os aparelhos e colocar a serviço de algo nefasto, que era, caso perdesse a eleição, tomar o poder. E assim se reuniram generais, coronéis, assessores, ministros, com o Presidente e sem o Presidente, o ex-Presidente, para tratar da tomada do poder. Questionaram as urnas eletrônicas, urnas essas em que esse mesmo Presidente foi votado cinco ou seis vezes.

E a Polícia Rodoviária Federal passou a reproduzir a crueldade do seu maior dirigente, esse que está aqui sendo o depoente hoje, que agrediu um frentista, servia de exemplo para matar, assassinar Genivaldo dos Santos, lá em Umbaúba, torturado, morto a sangue frio, imprensado no fundo de um camburão, com gás, cruel, um inofensivo, um transeunte, fora da sua jurisdição, fora da rodovia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que foi que a Polícia Rodoviária Federal fez? Se não há pressão, teria escondido o caso. Foi dolo eventual, sem intenção de matar. Como, se você coloca uma pessoa no fundo de um carro, tranca, com gás, e vê a pessoa agonizando, morrendo? Talvez esse seja o *modus operandi* a que a Polícia Rodoviária Federal foi submetida pela sua direção, porque era um aparelho, sim, porque, no dia da eleição, eu, como candidato, tive que pedir ajuda e auxílio do Ministério Público Eleitoral para desobstruir as rodovias porque os eleitores não conseguiam chegar a seus locais de votação – não conseguiam! E não foi num ponto só, não; foram em vários pontos das BRs, que não são muitas no nosso estado, são duas BRs que cortam o nosso estado. Em vários pontos dessas duas BRs tinha blitz para obstruir a entrada nos principais colégios eleitorais.

Então, essa conversa não está batendo. É importante, sim, fazer uma auditoria para ver qual é o dado verdadeiro, Sr. Presidente, porque dado, quando a gente apresenta, a gente tem que dizer a fonte, porque a base da honestidade de quem usa dado é dizer qual é a fonte, porque, se não diz qual é a fonte, é narrativa vazia, é mentira, é desrespeito ao telespectador que está nos assistindo, é desrespeito com os seus pares que aqui estão. Isto não é uma Casa de brincadeira, isto é uma Casa que representa a democracia, que eles, de forma vil, tentaram destruir ao longo de quatro anos.

E sabe por que esse golpe não aconteceu? Porque partidos, imprensa, a sociedade civil, todos que defendem a democracia se uniram, e nós, numa força maior, construímos um acordo político de defesa da democracia e das instituições democráticas. E assim a gente impediu, e assim a gente barrou a tentativa de golpe ou a tentativa armada de um golpe. A gente barrou porque tinha milhares de pessoas armadas, com muita munição, sem o Exército saber onde elas estavam, mais armadas até do que as nossas Forças Armadas. Para que isso? Para quê? Qual a finalidade?

Então, é importante a gente dizer que o 8 de janeiro, que eles tentam passar a ideia de que foi negligência, foi negligência não; era uma marcha que estava em curso, que se frustrou porque a democracia, a defesa da democracia foi mais forte; porque...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... nós mudamos a data da diplomação para o dia 12, porque, se fosse no dia 18, o quebra-quebra seria maior; porque, no dia 1º, todo mundo teve a precaução, porque ali poderia ter um evento grande, mas, no dia 8, a gente já achava, todo mundo já achava que a gente tinha passado essa página, mas aí vem, e aí, com todo respeito ao meu amigo Magno Malta, aquilo foi pior do que um ataque à democracia, aquilo foi um ato terrorista sem proporções na história do Brasil, que destruiu, que agrediu a imagem desta Casa, a imagem da Justiça, a imagem do Executivo, a imagem da República Federativa do Brasil. E nós não temos a hombridade de chegar aqui e dizer: vai ter que pagar quem agrediu a democracia e as instituições democráticas porque esse país ainda é uma democracia. E vamos deixar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para concluir, Sr. Presidente, eu quero dizer o seguinte: nós precisamos saber de que lado nós estamos, se somos fascistas ou se somos democratas, e vamos separar na sociedade brasileira fascistas de um lado, democratas do outro, para ficar claro para a sociedade. E fascista é aquele que discrimina, é aquele que persegue, é aquele que mata, é aquele que não aguenta a diferença. É isso.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. *Fora do microfone.*) – Maduro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – É como vocês: Maduro. O Maduro que está aqui são vocês.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o depoente.

Deputado... Deputado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Opa! Opa! Vamos com calma, Presidente! Vamos com calma!

O Maduro são vocês quem? Pois é, eu quero saber quem são os Maduros. Isso aqui virou tribunal de acusação. Eu quero saber.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Segue. Segue.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Quem vestir a carapuça é Maduro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Olha, é sua.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – E o senhor me respeite, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Ela é toda sua.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – O senhor me respeite. O senhor está me desrespeitado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Você não pode ficar fazendo acusações a esmo.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou pedir...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu nunca fiz isso com você.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu não estou fazendo acusação a esmo, não estou fazendo acusação a esmo. O senhor não pode acusar as pessoas...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele foi interrompido.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – Eu fui interrompido várias vezes pelo senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Eu fiz uma pergunta: *(Fora do microfone.)*

você quem?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Esperidião Amin, Senador Rogério Carvalho...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Cabe a ele responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Esperidião Amin e Senador Rogério Carvalho, vejam bem: não cabe aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, não vou dar a palavra para ninguém para tratar desse assunto. Vamos dar prosseguimento aqui aos nossos trabalhos.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Silvinei Vasques, na forma em que nós estamos trabalhando, para que possa responder...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Presidente, só uma questão de ordem, que as pessoas, quando outras estiverem falando, não fiquem fazendo gracinha, assoviando, fazendo palhaçada, porque isso não é uma casa de palhaços.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Já tinha acabado o tempo. Já tinha acabado o tempo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o Sr. Silvinei, para fazer as suas respostas, pelo prazo de dez minutos.

O SR. SILVINEI VASQUES – A primeira resposta é acerca do...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o Dr. Silvinei. Por favor.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – As primeiras respostas são do Deputado Ramagem. Deputado, eu fui...

(Tumulto no recinto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode continuar. Pode continuar. Prossiga.

O SR. SILVINEI VASQUES – Resposta ao Deputado Ramagem: eu fui exonerado no dia 21 de dezembro e fui aposentado no 24 de dezembro, depois de 35 anos de serviço. Se eu tinha conhecimento de relatórios de inteligência sobre o 8 de janeiro, eu não cheguei a ter conhecimento porque eu já estava aposentado. Também não tinha responsabilidade sobre os imóveis, sobre o dano ao patrimônio público, de quem foi preso, não prendi ninguém.

E, sobre o tráfico de drogas, nos últimos quatro anos a PRF apreendeu 2,2 mil toneladas de drogas, alçando a nossa instituição à instituição policial que mais apreende droga no mundo. Na nossa gestão, a gente conseguiu aumentar tanto a apreensão de cocaína como de maconha, e foi uma crescente até dezembro, principalmente com as inovações da criação dos comandos de operações especiais, todos os investimentos em equipamentos de segurança individual do nosso policial, que deu mais condição de ele poder enfrentar esses criminosos, verdadeiros bandos armados que andam pelas rodovias federais, em comboios, tanto os criminosos que participam do "novo cangaço" como também os criminosos, os narcoterroristas que a gente encontra lá no Rio de Janeiro e os narcomilicianos, que têm tido muito combate com a PRF.

O senhor pediu para falar também sobre a Operação Eleições e a Operação Rescaldo. A Operação Eleições, tanto de primeiro turno como de segundo, já existe na PRF no Brasil há mais de 50 anos. Todo mundo sabe que nos dias do primeiro turno e do segundo turno tem reforço de policiamento. O reforço da PRF é o mesmo reforço, por exemplo, de uma sexta-feira de Carnaval, é o mesmo reforço das férias escolares, é o mesmo reforço no Corpus Christi, enfim. A quantidade de policial que a gente colocou de reforço no primeiro e no segundo turno é a que a gente sempre colocou na história da PRF, não há qualquer tipo de alteração. Nós consideramos que a operação foi um sucesso, tendo em vista que não há registro de eleitores que deixaram de votar, tendo em vista a redução significativa do número de mortes, tendo em vista a apreensão de mais de R\$10 milhões – R\$10 milhões – no primeiro e segundo turno, considerando também que não há registro de pessoas que passaram pelas operações da PRF através das suas rondas e conseguiram fazer uso de arma em áreas eleitorais. Então, Deputado Ramagem, a questão da operação... A visão da gestão da PRF até 31 de dezembro, é de que a operação foi um sucesso.

Com relação à Operação Rescaldo, a saber ainda se essa não foi a maior quantidade de obstruções em rodovias no mundo, porque foram mais de 1,3 mil obstruções, nós entendemos que foi um grande sucesso o trabalho da PRF, porque conseguimos, num prazo menor que o das outras operações, inclusive operações que utilizaram de GLO, abrir todas as rodovias, e, apesar de sermos atacados principalmente lá no norte do Mato Grosso e no sudoeste do Pará, não há registro de qualquer pessoa vitimada por ação da Polícia Rodoviária Federal. Nenhum meio público, hospitais, ferrovias, parte elétrica ou de água deixou de funcionar, porque a gente conseguiu conduzir caminhões durante os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bloqueios e deixar que todo o serviço público de prestação de serviços e concessionárias ficassem operando no Brasil.

Então, acreditamos também que a gente agiu com eficiência dentro desse pequeno efetivo que a gente tem, que é menos de 2% do efetivo policial no Brasil, Deputado. Acreditamos que a gente conseguiu cumprir a missão. Nossos policiais trabalharam cinco, seis, sete, oito dias sem descansar. Isso não existe no serviço público, mas eles estavam lá, abnegados, longe de casa, trabalhando muito, cuidando da paz social e restabelecendo a normalidade no Brasil.

O Deputado Filipe Barros perguntou se existe denúncia no processo. Lá na PRF foi feita uma investigação preliminar, e, segundo a imprensa – ela não foi desarquivada, porque tinha sido arquivada –, já existe a nomeação de uma nova comissão. Então, até o presente, eu sequer fui notificado, reitero aqui.

Com relação ao inquérito policial que trata da denúncia do Ministério Público Federal do Distrito Federal, que centralizou as informações, tendo em vista a sede da instituição ser aqui em Brasília, eu prestei depoimento à Polícia Federal no dia 24 de novembro de 2022. Eu me coloquei à disposição para informar, estar lá para levar qualquer documento, em qualquer situação, e prestar novos esclarecimentos. Estaremos entregando, assim como, se permitido aqui nesta Comissão, para a Polícia Federal, nos próximos dias, esses memoriais aqui, tanto da operação de segundo turno e primeiro turno, como também da Operação Rescaldo, que foi aquela que tratou das obstruções das rodovias federais. Entendemos que estes documentos aqui são suficientes para que o inquérito, as informações ou as eventuais dúvidas sejam sanadas.

O senhor me falou também sobre os policiais que pediram voto para o Presidente Lula. São dezenas ou centenas. Eu teria que levantar e encaminhar para cá. Então, existe também uma quantidade muito grande... *(Pausa.)*

Isso, inclusive de uniforme e tudo.

Depois, o Senador Rogério Carvalho questionou a fonte dos dados. Senador, é o sistema Siger da Polícia Rodoviária Federal, o sistema que compila todos os dados operacionais da instituição e que é utilizado como meio e fonte de estatística e de georreferenciamento. *(Pausa.)*

Sim, Sr. Presidente, em princípio, tudo respondido.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, rapidamente, como o depoente se comprometeu a encaminhar para esta Comissão os dados que eu havia solicitado, só para que V. Exa., depois, junto com a Secretaria da Comissão, formalize isso para que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quem tem que formalizar é o depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode encaminhar para esta Presidência...

Passamos agora a um novo bloco.

Com a palavra, pelo tempo de dez minutos, o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu vou aproveitar esses dez minutos, já que, inscrito antes, eu não fiz nenhum pedido pela ordem, para solicitar publicamente a V. Exa. notícia sobre como serão geridos os documentos disponibilizados pela CCAI a esta Comissão e que podem, portanto, desde sexta-feira passada, ser compulsados por todos os 32 membros da CPI.

Quero apenas identificar que se trata do Relatório nº 1, datado de 20 de janeiro, encaminhado pelo GSI, a retificação deste relatório encaminhado pela Abin, que, à época, 9 de maio, estava vinculada à Casa Civil. Mesmo na primeira data já estava vinculada à Casa Civil, porque a medida provisória que redirecionou a Abin para a Casa Civil é de 1º de janeiro, a 1.154, e agora a Abin voltou para o GSI. Então, há uma mudança, digamos, de vinculação da Abin.

E, finalmente, o último documento é de 29 de maio, que informa quais são os *messengers*, ou seja, o gestor da caixa postal de cada uma das agências que recebeu informação apenas no período de 2 a 8 de janeiro, e os seus respectivos gestores também apenas até 8 de janeiro.

Então, eu acho que isto vai abrir possibilidade de que todos nós, os que consultarem, estaremos na mesma página em matéria de informação quanto às mensagens, e os que quiserem se aprofundar, me permita acrescentar, perceberão que o Relatório nº 1 – e a meu ver, aí é a minha interpretação –, a sua retificação e o seu complemento não têm nenhum sigilo decretado pela Abin.

Haverá contradições de destinatário da mensagem, omissão de mensagem e destinatário e, o que é mais importante, um despacho do Ministro Alexandre de Moraes, no dia 5 de setembro, a pedido feito pela Procuradoria-Geral da República, recorrendo de uma negativa da Abin à Procuradoria da República no Distrito Federal de envio do tal Relatório 1, que é o relatório que tem as omissões.

No pedido da Procuradoria-Geral da República e no despacho do Ministro Alexandre de Moraes consta um parágrafo inteiro destinado a classificar aquelas informações como apenas históricas. São mensagens trocadas para evitar que acontecesse o 8 de janeiro que aconteceu. Portanto, elas não têm mais nenhum sentido de sigilo. Pelo contrário, acobertá-las é beneficiar omissões.

Acho que é do meu dever deixar isso claro, já que não pude fazer, e pedir a V. Exa. que trate de como disponibilizar isso para os que não leram esses documentos. Eu li, na condição de, primeiro, Presidente do ano e, segundo, como membro da CCAI, o seu requerimento, se não me engano, a pedido da Senadora Eliziane Gama, de disponibilidade desses documentos. Fui atendido pela CCI na sexta-feira passada, razão pela qual eu acho que tem que haver alguma regra para este acesso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao inquirido, o Sr. Silvinei Vasques, a minha pergunta já está satisfeita. Eu também desejaria saber quais são as fontes dos seus dados. O senhor respondeu e eu aqui estou pegando carona na pergunta do Senador Rogério Carvalho. Portanto, não acrescento nada.

O senhor apresentou dados e informações. Eu acho que deveria ser permitida a exposição com o recurso visual, não o áudio, mas eu acho que deveria. É um recurso didático. Se houver qualquer incongruência, o senhor manda tirar. Não é censura. Mas eu acho que, na exposição, certamente, deve ter a fonte. Eu duvido que alguém apresente um quadro estatístico ou de ocorrência sem botar a fonte embaixo. E, se apresentar, a gente deve arguir na hora: qual é a sua fonte? Então, a minha pergunta é essa.

Todas as informações que o senhor prestou, a meu ver, impressionantes pela atuação da Polícia Rodoviária Federal, que eu respeito muito em todos os sentidos, até como motorista, que agora tenho que revalidar minha carteira num período, num lapso de tempo mais reduzido, não é? Me submeti a novo exame agora, no dia 4 de junho, e, daqui a três anos, vou ter que voltar. Quer dizer, presto contas à Polícia Rodoviária Federal com uma frequência irritante, mas cumprindo com o meu dever.

Então, eu quero saber as fontes das informações que o senhor disponibilizou, posto que o senhor disponibilizou todas as fontes à Comissão.

Muito obrigado a V. Exa.

E quero lhe dizer que continuo tendo dificuldades com o Senador Otto Alencar por causa daquele projeto político ainda não realizado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu quero, a respeito da disponibilização desses documentos que estão em sigilo de Justiça, dizer que eles já estão no cofre-forte daqui do Senado, conforme já é do conhecimento de todos. Foi o primeiro documento sigiloso que nós recebemos. Nós, amanhã, teremos uma reunião para estabelecer qual será o modo de acesso dos Srs. Parlamentares a esse requerimento, mas posso adiantar que pretendo seguir a praxe adotada em outras CPIs, CPMIs.

Agora, com relação a esse documento especificamente a que V. Exa. faz referência, que é esse relatório apresentado pela Abin e que foi direcionado pra CCAI, esse primeiro relatório, o primeiro, veio com um documento sigiloso para a CCAI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Pelo GSI.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pelo GSI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Não pela Abin.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Abin, posteriormente, disse que o documento não era sigiloso – posteriormente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – No dia 1º de junho.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso. Mas depois a Advocacia do Senado deu um parecer dizendo que, como esse documento constava de um inquérito sigiloso que está tramitando no Supremo Tribunal Federal, que esse documento seria sigiloso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Mas ele não é uma diligência, ele é apenas um documento histórico.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – De qualquer maneira... de qualquer maneira, como nós temos que deliberar sobre esse assunto, nós vamos ouvir mais uma vez a Advocacia do Senado e vamos deliberar se esse documento é sigiloso ou não. Aqui, dentro desse âmbito, do âmbito da nossa CPMI, eu posso dizer o seguinte: o inquérito que está acontecendo no Supremo Tribunal Federal pode ter o seu sigilo decretado pelo Presidente. Agora, um documento que não é sigiloso, não cumpre a essa CPI a obrigação de tê-lo como tal.

Então, amanhã – eu me comprometo com todos os membros do Colegiado –, nós estabeleceremos as regras para o acesso dos Srs. e Sras. Parlamentares a esses documentos que estão no cofre-forte daqui da nossa CPMI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Pela ordem.*) – ... reiterar que parte do que eu falei eu falo também em nome do Deputado Carlos Sampaio, que está acometido de uma amidalite pesada, apesar de já ter tirado as amígdalas. Ele é do tempo do Otto Alencar, então ele já retirou as amígdalas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, a Senadora Soraya Thronicke, que já nos informou que vai compartilhar o tempo dela com o Senador Otto Alencar. Quem sabe, Senador Esperidião Amin, nesse tempo que ele vai usar, ele fale sobre esse projeto que ele tem lá para a nossa Ipirá, na Bahia.

Pois não, Senadora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Por enquanto está sob sigilo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. *Para interpelar.*) – Sr. Presidente, faço questão de dividir meu tempo com o Senador Otto Alencar. Ele pode contribuir muito com essa investigação.

Bom, sem delongas, quero cumprimentar V. Exas.; cumprimentar V. Exa. pela direção no comando aqui da nossa CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo direto ao assunto, eu gostaria de iniciar lamentando a problemática dos dados neste país, mas isso não me causa espanto, porque foi assim que nós identificamos algo absurdo, que é a falta de dados fidedignos dos órgãos oficiais deste país. Isso foi possível identificar na CPI da Pandemia, em que, graças a Deus, o consórcio de imprensa nos municiou, porque naquela época nem doença de notificação compulsória era possível a gente saber.

Então não sei quem alimenta... Porque eu acredito que seja a PRF que alimente o Ministério da Justiça. Então, tem alguma coisa errada nessa história. Lamento profundamente, mas, de acordo com o que o senhor disse, o senhor teceu comentários no início da sua fala acerca das estatísticas, dizendo que no Nordeste... O Nordeste, que tem a maior malha viária, ali tem também o maior número de acidentes, o maior número de apreensão de armas, entre outras estatísticas que o senhor nos colocou aqui.

Mas, por mais incrível que pareça, o senhor tomou uma atitude contraditória posteriormente, porque o senhor disse o seguinte: "mas, no dia da eleição, o Nordeste ficou em quarto lugar de fiscalização", segundo a sua fala sob a sua gestão. Então, se tudo acontece no Nordeste, se o Nordeste é a maior malha viária, se o Nordeste tem o maior número de acidentes, o maior número de apreensão, por que o senhor colocou – na sua fala... Nós sabemos que, de acordo com os dados que nós temos, que ainda estão contraditórios, o Nordeste foi o que recebeu a maior fiscalização, mas, na sua fala, o Nordeste ficou em quarto lugar. Estranhíssimo. Gostaria que o senhor esclarecesse.

E agora vou fazer perguntas muito objetivas.

A PF descobriu um boletim de inteligência que teria sido produzido, em outubro de 2022, pela então diretoria de inteligência do Ministério da Justiça... pela então Diretora – perdão – Marília Alencar, com detalhes sobre as intenções de votos de eleitores no Nordeste. Este documento foi apagado pela Sra. Marília Alencar e, depois, recuperado pela Polícia Federal. A pergunta: sim ou não, o senhor teve acesso a este boletim? Apenas "sim" ou "não". Se sim, quem lhe enviou? Somente isso.

Segunda pergunta. O Ministro Alexandre de Moraes ordenou que não fossem feitas operações no dia 30/10, mas o senhor não respeitou a decisão do Ministro Alexandre de Moraes. A pergunta, que não foi respondida até este momento: por que é que o senhor não respeitou a medida determinada judicialmente pelo Ministro Alexandre de Moraes? Ponto.

Terceira pergunta. O senhor disse que distribuiu currículo em diversas empresas, entre elas a Combat Armor Defense. Quero saber: para quantas empresas mais o senhor distribuiu currículo? E quais empresas? Nominando-as, por favor.

Próxima pergunta, que não foi respondida – uma pergunta que eu vou repetir aqui –, da Deputada Jandira Feghali: o senhor conhece Daniel Beck e o Sr. Maurício Junot? Sim ou não? Sabe se eles financiaram o golpe? Eu vou dizer "o golpe" porque, pra mim, foi um fato consumado, o que eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

expliquei na outra, hoje não dá tempo de explicar. Mas esta é a pergunta: sabe se eles financiaram ou estão sendo investigados por financiamento do golpe no Brasil do dia 08/01?

Outra questão, que não é... Outra pergunta: por que o senhor não conseguiu combater os bloqueios nas rodovias brasileiras após o segundo turno das eleições? Gostaria de saber: por que não? Por que não? Em se comparando com aquela torcida já citada aqui.

Por fim, no dia 26/09/2022, na Semana Nacional do Trânsito, o senhor, Diretor-Geral da PRF no nosso país, presenteou o então Ministro da Justiça Anderson Torres com uma camiseta, camiseta com o número 22, fazendo campanha, claramente fazendo campanha, usando todo o aparato do Estado num evento oficial da PRF. O senhor concorda com isso? Isso está correto ou não? Gostaria que o senhor comentasse a sua atitude, pela qual o senhor já responde judicialmente.

E, por fim, eu gostaria de parabenizar – pra passar a palavra pro Senador Otto –, quero parabenizar a atual cúpula da PRF, que desarquivou a investigação sobre os atos da PRF no dia do segundo turno das eleições, dia 30/10/2022. Parabenizar por quê? Porque o então Corregedor, o antigo Corregedor da PRF, o Sr. Wendel Benevides, arquivou este inquérito, e a atual cúpula desarquivou-o e prossegue nas investigações. Quero dizer à PRF que tem total apoio nosso, porque nós queremos, sim, apurar os fatos. Parabéns pelo desarquivamento, e nós estamos aqui torcendo para que vocês nos entreguem uma resposta sobre as atitudes e as contradições apuradas por V. Exa.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passo a palavra para o nosso amigo Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interperlar.) – Agradeço à Senadora Soraya.

Sr. Presidente, Arthur Maia; Relatora, Eliziane Gama; Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais, na verdade, eu faço um testemunho. Eu sou do interior da Bahia, da cidade de Ruy Barbosa, voto na minha cidade, vou de automóvel e volto de automóvel também, com meu motorista e um segurança. E, entrando na cidade de Feira de Santana, o meu carro tinha um adesivo do Presidente Lula, número 13, no capô, e eu fui parado pelo policial federal. À minha frente, tinham outros carros com o número 13. E, do lado, passava uma carreta enorme do candidato Jair Bolsonaro, que foi completamente ignorada pelo policial. A fila era do 13, tinha que parar. Eu parei meu carro, esperei um pouco, o policial me identificou, claro, mandou-me esperar, e eu esperei. Não sou afeito, Sr. Presidente, a carteiradas; eu aguardei, fiquei ouvindo o noticiário. De repente, ele voltou, pediu a identidade do motorista, a carteira, que foi dada, e depois fomos liberados. Mas a carreta do Bolsonaro passava livremente pelo lado. Só os carros com o número 13 foram parados.

Isso aconteceu no meu Estado inteiro, que é o Estado também de V. Exa. Por exemplo, o Município de Jacobina. Tenho aqui o depoimento do Prefeito Tiago Dias. O Prefeito Tiago Dias, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jacobina... A entrada da cidade foi totalmente tomada na BR-324 pela Polícia Rodoviária Federal. O que é que o Prefeito fez? Ele mobilizou a guarda municipal e foi desobstruir. Por sorte – por sorte –, os policiais rodoviários federais não continuaram porque ia ter derramamento de sangue, porque ele levou a guarda municipal dele armada.

Está aqui o depoimento do Tiago.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, não há como deixar de se acreditar que a Polícia Rodoviária Federal não estava a serviço – não todo o colegiado, claro, mas, no Governo Bolsonaro, muitos que assumiam um cargo de confiança, como o Anderson Torres, como o próprio Silvinei Vasques, assumiam com a missão de obstruir, de ajudar o Presidente da República a ser eleito. E a Polícia Rodoviária Federal estava a serviço.

Depois que aconteceu isso – que eu fui barrado, mas gravei um vídeo –, o próprio diretor da Polícia Rodoviária Federal do meu Estado me procurou; ligou várias vezes para prestar satisfação. Eu não o recebi, até porque não receberia alguém que, a serviço do Estado para proteger o cidadão...

(Soa a campainha.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... faz o serviço para proteger quem o indicou. Isso aconteceu várias vezes, não só agora, na eleição de 30 de outubro.

Eu me lembro, inclusive, dos que vieram aqui na CPI da Pandemia: o próprio General Pazuello – dava pena –, quando eu perguntei a ele o que é que ele entendia da doença, da Covid, ele disse que não sabia nada. Eu tenho aqui gravado: "Eu estou a serviço: um manda e outro obedece". E foi com essa religião, com esse interesse de servir ao Presidente Bolsonaro, que ele, que está aí sentado, fez isso; como o Anderson Torres fez, como muitos fizeram, até porque não encarnam aquilo que deveriam encarnar como servidor público: defender o cidadão na sua integridade.

No meu estado, a Polícia Rodoviária Federal, não todo o colegiado, estava a serviço do Presidente da República para tentar eleger o Presidente da República. E quem comanda, quem ordena, é culpado, como ele, sentado aí, é culpado por todos esses atos que foram feitos. Quem quer desmentir isso está se abraçando com a mentira e negando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar.

Com a palavra a Deputada Erika Hilton.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde aos colegas!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Sr. Silvinei e agradecer por vir a esta CPMI prestar importantes declarações e responder aos questionamentos dos Deputados e Senadores, que buscam, nada mais, nada menos, nessa oitiva, tentar esclarecer o que foi o pandemônio que ocorreu neste país no segundo turno das eleições e, como eu já disse nos trabalhos desta CPMI, anteriormente também, porque o que estava em curso no Brasil, e isso é comprovado por uma cronologia, era, de fato, uma tentativa de golpe à democracia.

No depoimento do senhor, no depoimento inicial, o senhor veio aqui e deu um depoimento que mais parecia que o senhor estava trazendo declarações e esclarecimentos do que é o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, quando, na verdade, V. Exa. não está aqui para dar declarações sobre o trabalho da PRF, mas como testemunha de atentados contra a Justiça Eleitoral e contra a democracia. Pediria a V. Exa. que respeitasse a nossa inteligência, que não subestimasse a nossa capacidade de análise dos fatos que ocorreram no Brasil e da interferência que a PRF prestou no segundo turno das eleições, na tentativa de impedir que eleitores de determinadas regiões do país chegassem até as urnas.

O senhor, na sua fala, em determinado momento, disse que não tem conhecimento de possíveis eleitores que não chegaram até as urnas. Numa busca rápida na internet, aqui na imprensa, nós, por exemplo, temos matérias que afirmam que, no Xingu, 600 indígenas foram impedidos de votar. Eu não sei se V. Exa. tem conhecimento disso, mas eu sei que a gestão que V. Exa. defendia tratou os povos indígenas como não gente no Brasil, como cidadãos e cidadãos de segunda classe, e é preciso olhar para esses números.

O senhor também falou, em determinado momento, que fez a retirada das postagens de apoio ao ex-Presidente Bolsonaro por uma questão de ética, mas é sabido que também outros PRFs que fizeram postagens em apoio ao Presidente Lula foram perseguidos e tiveram atos administrativos abertos contra si. Eu gostaria que o senhor também pudesse falar sobre isso e dizer que ética seletiva é essa, quando nem mesmo V. Exa. e nem outros PRFs que postaram declarações de apoio ao Presidente Bolsonaro sofreram nenhum tipo de retaliação, perseguição ou atos administrativos por parte da corporação.

De fato, é um escárnio o que ocorreu no Brasil, e é claro que há indícios fortíssimos de que houve, sim, interferência.

Em outras buscas rápidas pela internet, por exemplo, nós encontramos manchetes que dizem: "*Blitz* eleitoral: PRF pagou mais agentes de folga em sedes onde Lula venceu"; "Operação da PRF foi definida em reunião no Palácio do Alvorada"; "Dados mostram *blitze* 'atípicas' da PRF durante o segundo turno das eleições, diz o Ministro".

Aqui também há uma ordem de serviço, nº 160, do dia 17/10/2022, Operação Transporte Seguro, e aí tem os descritivos, que mostram que o período global dessa ordem de serviço seria do dia 21/10/2022 a 27/10/2022, com locais muito específicos, como, por exemplo – vou citar apenas alguns



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui –, Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, entre outros, que também estão localizados em determinadas regiões específicas do país, impedindo que tinha ali dados que apontavam que, no primeiro turno, o Presidente Lula havia sido mais bem votado nesses lugares.

Dito isso, numa tentativa de contextualizar o povo brasileiro, para que não se caia nas mentiras que são trazidas a esta CPMI, o Governo não tem a pretensão de tentar trazer a pancha de que houve uma tentativa de golpe no Brasil. O que ocorreu foi, de fato, uma tentativa de golpe no Brasil com cada vez mais indícios claríssimos. Contra fatos não há argumentos.

Nada do que V. Exa. disser aqui poderá contradizer os fatos que foram narrados, presenciados, documentados, tramitam em inquéritos dentro do Supremo Tribunal Federal, mas a presença de V. Exa. aqui tem o papel de esclarecer alguns pontos que serão indagados e que já foram indagados. E aqui aproveito, então, para fazer algumas dessas questões.

Durante as controversas ações da PRF, ocorria a eleição presidencial mais polarizada da história, que deu a vitória ao Presidente Lula no segundo turno, com mais 60 milhões de votos válidos. O bolsonarismo radical reagiu à derrota nas urnas com rodovias federais sendo bloqueadas por caminhoneiros simpáticos ao Presidente do Brasil afora, com tais atos tendo início no domingo das eleições. Até por volta das 21h40 de segunda-feira, 31, eram 338 pontos de protestos.

Na semana que antecedeu o segundo turno eleitoral, já circulavam nas redes sociais chamadas e convocações para bloqueios nas estradas brasileiras. Considerando que a área de inteligência da PRF já havia identificado tais movimentações, quais foram as medidas preparatórias tomadas pela corporação para enfrentar os bloqueios? Até porque, se todos tínhamos ciência destes fatos e a PRF foi omissa quanto a isso, demonstra claro o indício de coparticipação no terrorismo que ocorreu no Brasil.

Por que não houve planejamento prévio para manter o efetivo da PRF reforçado após o segundo turno, especialmente na manhã do dia 31 de outubro, com uma quantidade de plantões extras, ao menos parecida com a do dia da eleição?

Quantos bloqueios e interdições foram mapeados pela PRF a partir do dia 30 de outubro?

Agentes da Polícia Rodoviária Federal ficaram feridos durante intervenções violentas de manifestantes que fecharam rodovias nos Estados do Pará e Santa Catarina ou em outros estados. Após a conclusão do segundo turno das eleições presidenciais de 2022, quantas investigações foram instauradas pela Corregedoria-Geral e Controle Interno da PRF para tratar de irregularidades, omissões ou apoio de servidores da PRF em relação aos entraves e bloqueios nas estradas?

Considerando que a PRF tem empregado, ao todo, cerca de R\$31.665.960 para o pagamento de IFR no ano de 2022, uma média de R\$86.591 por dia; considerando que, no primeiro turno das eleições, a PRF utilizou R\$3.763.260, uma média de R\$752,625 por dia, e, no segundo turno, R\$3.941.160, uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

média de R\$1.313 por dia, como é possível justificar um aumento de ao menos 74% no valor utilizado com o IFR durante o segundo turno?

Bom, essas são algumas das questões que trago ao senhor, inclusive repetindo outras questões que já foram tratadas, para ver se nós conseguimos, a partir do depoimento de V. Exa., avançar naquilo que é, de fato, o objeto desta CPMI: investigar e dar resposta ao povo brasileiro sobre a atuação da PRF e também do ex-Governo na tentativa de desmonte da democracia, na tentativa de descredibilidade das urnas e desse trabalho horroroso que ocorreu e foi claramente comprovado por argumentos, por parte de intervenções da PRF.

Esses são os meus questionamentos, a minha indagação. Reafirmo aqui e peço para que o senhor não subestime a nossa inteligência e para que a Oposição não tente criar esses factoides na tentativa de distrair a atenção daquilo que, de fato, é o objeto desta reunião e dos trabalhos desta CPMI.

O senhor é testemunha importante na tentativa de solução daquilo que foi um terrorismo que ocorreu no nosso país, e não há uma narrativa que está sendo construída. Os fatos são claros, os fatos apontam que houve invasão às instituições; que houve, sim, tentativa de bloqueios de rodovia, impedindo determinados eleitores de chegarem até as urnas; houve, sim, eleitores que foram prejudicados pela ação da PRF, e nós precisamos que o senhor atue com a verdade, de forma clara, objetiva, e respeitando os Parlamentares desse Colegiado, dando as devidas respostas aos questionamentos, para que a nobre Senadora possa, ao final no seu relatório... A quem me solidarizo mais uma vez porque toda reunião nós precisaremos reincidir a solidariedade à Senadora, que sofre tentativas de descredibilidade, é interrompida, é tratada com menos respeito do que deveria... Então, fica aqui mais uma vez, Senadora, os registros da nossa solidariedade...

(Soa a campanha.)

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – ... para que ela possa, então, fazer um relatório conciso com os depoimentos e as respostas que o senhor apresentar a esta CPMI.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputada.

Eu vou pedir para que mais um orador fale, porque, como são... Cada um fala em bloco de três, mas o Senador Esperidião Amin não fez nenhuma pergunta. Então, para adiantar o nosso trabalho, eu passo a palavra ao Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Infelizmente, a Polícia Rodoviária Federal foi a instituição que mais sucumbiu ao bolsonarismo. Isso ficou marcado especialmente pelas ações do dia do segundo turno da eleição e pelas omissões que aconteceram a partir da segunda-feira após a proclamação do resultado.

Polícia Rodoviária Federal essa liderada pelo Sr. Silvinei Vasques, orientado pelo Ministro da Justiça Sr. Anderson Torres. Tanto é assim, que, no dia 26 de setembro, o Diretor Silvinei entrega de presente para o Anderson Torres uma camisa do Flamengo. Não foi como ele disse antes: "Ah, eu me manifestei numa rede social no sábado em casa". Não! A gente está falando de um ato oficial, que era o lançamento do aplicativo PRF Brasil, no encerramento da Semana Nacional do Trânsito, no Centro de Convenções da Polícia Rodoviária Federal.

A camisa do Flamengo sendo entregue com um número. Qual é o número? Vinte e dois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Pelo menos a escolha do clube foi de bom gosto.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu peço um minuto, já que eu fui interrompido com uma *fake news*...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Fora do microfone.) – Aí não. (*Risos.*)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, detalhe: alguém pode dizer: "Não, o número 22 é o aniversário do Anderson Torres". Não é! O aniversário dele é 25. Eu fui por curiosidade investigar o número 22.

Alguém pode dizer: "Não, é o jogador do Flamengo que vestia a 22 que era muito bom". Em 2022, quem vestia o número 22 era o goleiro Santos!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – E não era, não era uma camisa de goleiro.

Faltavam seis dias para a eleição. Seis dias.

Isso é abuso de poder político ou não, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores?

E mais do que isso! Sabe o que aconteceu depois? É herança de ser leal ao bolsonarismo: ação de improbidade para o Silvinei, ação de improbidade no MPF, investigação no TCU, investigação no Ministério Público Eleitoral, constrangimento perante o Supremo Tribunal Federal. Essa foi a herança com que o Silvinei teve que arcar após essas manifestações.

Mas sigamos.

No dia 18 de outubro, há uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo sobre a gratuidade no transporte para a eleição. No dia 18! No dia 19, uma reunião da cúpula da Polícia Rodoviária Federal



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi feita de forma secreta, sem celulares – e não era assim habitualmente –, e mais: com custo altíssimo, convocando todos os superintendentes regionais para virem participar de uma reunião presencial. O que tinha mudado, no dia 18, foi justamente a liberação do transporte gratuito. No dia 19, reunião da cúpula da Polícia Rodoviária Federal. E daí para frente, meus amigos, tudo mudou! Infelizmente! O que nós vimos foi um segundo turno absolutamente diferente do primeiro por parte da Polícia Rodoviária Federal.

Eu sou do Estado do Maranhão. Recebi inúmeras denúncias de constrangimento, um verdadeiro terrorismo psicológico, para coibir que o eleitor humilde do Nordeste fosse votar livremente e decidir quem deveria ser o Presidente do país. Houve um aumento claro no custo das diárias da IFR. Se compararmos o que foi gasto em cinco dias do primeiro turno, por dia, é bem menos do que o que foi gasto em três dias do segundo turno. O número de pontos fixos, no Nordeste, da Polícia Rodoviária Federal foi mais alto que o normal. Há um desvio padrão.

E não para por aí!

Na véspera da eleição, já havia um empresário lá do Ceará dizendo, numa reunião com vários policiais, o que iria acontecer! E aconteceu no dia seguinte, porque havia sido premeditado, planejado, orquestrado e executado.

O número de multas é impressionante. Quando a gente pega os dias que tiveram mais multas em 2022, pega o *ranking* dos dez dias que tiveram mais multas, sete aconteceram entre o dia 21 e o dia 29 de outubro, depois da reunião do dia 19, depois da liberação do transporte no dia 18. De dez datas, sete aconteceram justamente na semana que antecede o segundo turno.

Mas não foi apenas de multas na véspera. A Ordem de Serviço nº 160 prevê uma fiscalização com foco nos ônibus, no transporte coletivo do nosso país, sendo que os acidentes por ônibus é apenas 1% do total. E o que é que acontece? Era o foco da Polícia Rodoviária Federal, conforme os itens 1.3, 1.5 e 2.2 da Ordem de Serviço 160.

Isso aqui, Sras. e Srs. Congressistas, são fatos.

E ainda que o eminente ex-Diretor da Polícia Rodoviária Federal tenha dito "ah, mas interferir nisso seria um crime impossível. Como eu posso controlar 13 mil Policiais Rodoviários Federais?", na argumentação do depoente, lembro o art. 359-P, do Código Penal, que diz o seguinte: o tipo penal não é prejudicar, não é impedir um eleitor de votar. O tipo é restringir, impedir ou dificultar o exercício dos direitos políticos a qualquer pessoa. Dificultou, já está aqui na pena.

E ainda que o nobre depoente dissesse "ah, mas eu não tinha conhecimento dessa lei", vejam como é a ironia do destino: a Lei 14.197, que alterou o Código Penal, é do Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro, de 2021, do ano que antecede a eleição. Com tudo isso, ainda perderam a eleição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí vem o que é mais grave, que é o que nos traz aqui. A partir da derrota, houve, nas palavras do eminente ex-Diretor, talvez o maior fechamento de estradas do mundo, mais de 1,3 mil. Essa palavra não é minha. Aspas do Sr. Silvinei. Ele disse: "Parte disso, Sras. e Srs. Parlamentares, causada até porque o ex-Presidente sequer reconhecia o resultado da derrota".

Ali se iniciou o golpe do dia 8 de janeiro. Ali era para ter sido cortado o mal pela raiz. Ali era para ter feita a desobstrução de todas as BRs e coibido esse movimento antidemocrático. Não foi feito. E causou o que causou.

Chegaram a dizer: "Não, foram pacíficos esses fechamentos de estradas". Não foram. Pelo contrário: teve corpo mole por parte da Polícia Rodoviária Federal, infelizmente.

Teve caso de policial rodoviário federal cortando a cerca do Aeroporto de Guarulhos! Ou não teve?

E, aí, nós queremos saber exatamente o que é que foi feito, quem foi preso, quem foi apurado, quem foi aposentado, quem foi demitido.

Vou além. Alguns desses atos foram anunciados pelas redes sociais, e vejam o paralelo que é com o dia 8 de janeiro, com a argumentação da oposição.

Os órgãos de inteligência não perceberam? Houve prevaricação?

Colocaram até alguns PRFs para apanhar de alguns manifestantes. Isso é desumano! Alguns PRFs apanharam na hora de tentar desobstruir algumas rodovias federais, do jeito que fizeram aqui, que bateram em alguns policiais militares da polícia do DF. Nós não podemos compactuar com isso!

Não teve medida preventiva para aquilo que foi o maior fechamento de rodovias quicá do mundo, segundo as palavras do Sr. Silvinei. E ele disse uma frase bem curiosa: "Olha, nós tivemos a ajuda do Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes. Ele nos ajudou em algumas desobstruções, determinando que a Polícia Militar fizesse as desobstruções".

Onde a Polícia Militar agiu, foi corrigido; onde a Polícia militar foi omissa, aconteceu quebradeira. Foi o caso inclusive daqui, da Praça dos Três Poderes, do ato do dia 8, onde houve uma omissão clara por parte da Polícia Militar do Distrito Federal.

Mas, para concluir, sem extrapolar o tempo, Sr. Presidente, queria registrar um assunto que tem que ser mencionado, que é a situação dos blindados, e eu não vou mencionar isso apenas porque saiu agora uma denúncia no Fantástico, no Jornal Nacional ou algo parecido, mas é porque diz respeito a essa investigação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A empresa Combat Armor, nome bonito, empresa estrangeira, com muita atuação nos Estados Unidos, que é de propriedade de um senhor chamado Daniel Beck. Sabe onde o Daniel Beck busca inspiração? Lá no Capitólio! No dia da invasão do Capitólio, Sr. Presidente, quem está lá? Daniel Beck. Estava lá, no Capitólio, infelizmente, que serviu de inspiração para os atos do dia 8 aqui, com uma oposição vira-lata com mania de copiar tudo que acontecia lá nos Estados Unidos.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Para concluir, Sr. Presidente.

E mais do que isso: essa empresa teve seu primeiro contato com o Governo Federal na Superintendência do Rio de Janeiro, quando o Sr. Silvinei era Superintendente do Rio de Janeiro. Quando ele vira diretor-geral, essa empresa amplia os contratos no Governo Federal, e bastante.

A nobre Relatora já anunciou quanto aumentou o capital social da empresa, trabalhando para cá e para os outros, mas o primeiro contrato foi lá na Superintendência do Rio de Janeiro, e depois ampliaram, quando ele foi promovido a diretor-geral, e isso tem que ser investigado, para saber qual o grau de financiamento do Daniel Beck nos atos do dia 8 de janeiro.

Quem participa do ato no Capitólio ganha contrato suspeito aqui. Os tanques blindados que não são usados até hoje, infelizmente, nós queremos saber como isso veio parar nos atos do dia 8 de janeiro, da tentativa de golpe.

Por sorte, graças a Deus, o golpe foi fracassado, mas a investigação vai até o final.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Sras. e Srs. Parlamentares, antes de passar a palavra ao inquirido, como eu havia anunciado aqui, antes da nossa interrupção do meio-dia, eu havia perguntado ao Presidente Rodrigo Pacheco se seria possível continuarmos nossos trabalhos durante a Ordem do Dia do Senado. O Senador disse que não gostaria que isso fosse feito. Eu me comprometo com o Colegiado a ter uma conversa amanhã com ele para tentarmos evitar e tentarmos fazer um acordo aqui para que, mesmo estando na Ordem do Dia, a gente possa continuar o nosso trabalho. Entretanto, isso não será possível hoje, dada a posição que ele tomou.

Foi iniciada agora a Ordem do Dia no Senado. Então, nós temos duas alternativas: nós podemos encerrar aqui o depoimento ou podemos – para mim, não há nenhuma dificuldade – voltar ao nosso trabalho tão logo se encerre a Ordem do Dia. São duas possibilidades que estão aí colocadas. E ainda temos aqui cerca de oito membros titulares para fazer uso da palavra e mais treze outros Deputados. Então, nós temos ainda cerca de 20 Parlamentares – mais de 20 Parlamentares – que se inscreveram. Eu entendo que é frustrante estarem aqui, terem feito a sua inscrição, aguardarem o dia inteiro e não terem oportunidade de falar. Então, a gente tem que tomar uma decisão: ou nós encerramos aqui o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimento ou, então, aguardamos o final da Ordem do Dia do Senado para que a gente retome o nosso trabalho.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, posso fazer uma consideração para V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou... Fala um Deputado pela oposição e um Deputado pelo Governo. E, a partir daí, nós tomamos uma deliberação.

Então, pela oposição, Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, numa rápida conversa aqui com os colegas que estão no meu entorno, tanto do Governo quanto da oposição, me parece que existe um consenso em nós continuarmos, inclusive no transcorrer da Ordem do Dia, porque...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, isso eu não posso fazer, Deputado. Eu lamento. Eu não posso fazer, porque o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente do Senado, é o Senador Rodrigo Pacheco, uma pessoa extremamente elegante, que me solicitou que nós interrompêssemos o trabalho durante a Ordem do Dia, e eu não pretendo desobedecer. Eu sou Deputado, estou aqui na Casa dele, ele tem sido extremamente atencioso com o nosso trabalho. Eu...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Eu compreendo a posição de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... posso até conversar com o Presidente para que a gente possa, em uma outra ocasião, se repetindo essa circunstância...

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Eu compreendo a posição de V. Exa. Então, tendo em vista essa sua fala, me parece que seja mais razoável que a gente, então, suspenda os trabalhos e retornemos após o término da Ordem do Dia, mas eu já gostaria, inclusive, de questionar a Secretaria da Mesa bem como a Relatora – que fez parte da CPI da Covid – como que se davam essas reuniões durante a CPI da Covid, porque na CPI da Covid as reuniões funcionavam, só não era deliberado, não podia haver deliberação, mas oitivas de testemunhas e de investigados ocorriam normalmente durante a Ordem do Dia do Senado Federal. Então, pau que dá em Chico dá em Francisco. A gente não pode ter tido uma regra no passado e agora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – ... simplesmente mudar essa regra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu concordo com V. Exa.

Pelo Governo, vamos ouvir aqui a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pela maioria, pela maioria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Não, Presidente. É apenas alertar o seguinte: que haverá Ordem do Dia na Câmara também, então...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Haverá o quê?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ordem do Dia na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ordem do Dia na Câmara, sim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, voltar depois também é um problema para quem é Deputado. Nós temos que votar lá, eu sou Líder de bancada e também tenho que orientar as coisas lá, então precisa ver...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Diante desse impasse...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu acho que o mais... Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu diria o seguinte: aqui, a Mesa me passou...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu não posso pedir a ninguém que deixe de falar, mas, objetivamente, está difícil de continuar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Secretaria da Mesa, aqui da Comissão, coloca o seguinte: a norma contida no parágrafo do art. 107 do Regimento do Senado tem sido interpretada, com certa flexibilidade, para as Comissões Parlamentares de Inquérito, relativamente à tomada de depoimentos.

Em diversas oportunidades, as CPIs funcionaram para reuniões de oitiva durante o funcionamento da Ordem do Dia, tanto da Câmara quanto do Senado, exceto para deliberações de requerimentos, em especial, diante do que estabelece o art. 148, parágrafo único, que autoriza a tomar depoimentos, apenas dois Parlamentares presentes, Presidente e Relator.

As CPIs têm prazo determinado. Esta Comissão lida com temas urgentes. Já aprovou diversas convocações e, para cumpri-las, necessita ter o seu funcionamento assegurado sem a suspensão do depoimento para continuidade no futuro.

Para além disso, a continuidade de depoimento alinha-se com a celeridade processual e eficiência que são esperadas do presente inquérito parlamentar.

Então, eu, se for do consenso de todos, faria o seguinte: eu me proponho a suspender a sessão, por dez minutos, e irmos eu e a Relatora Eliziane falar com o Presidente Rodrigo Pacheco, voltar aqui à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão e dar uma resposta final, para ver se o Presidente, em comum acordo, aceita que nós continuemos com o nosso trabalho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, eu queria só, nessa linha, Presidente, eu acho que a posição de V. Exa. é uma posição muito adequada, e o Presidente Rodrigo Pacheco tem sido muito solícito em relação a esta Comissão, mas eu queria, antes que a gente fosse até o Presidente, deixar aqui registrada uma informação, para até mesmo, nesse período, V. Exa. poder tomar uma medida.

Nesta Comissão, assim como em qualquer outra Comissão Parlamentar de Inquérito, a gente prima muito pela seriedade dos trabalhos e por um princípio fundamental que é falar a verdade. Isso ocorre, inclusive, no início dos depoimentos, quando V. Exa. submete o depoente ao juramento desse dispositivo.

Nós vimos aqui, claramente, ao longo desta sessão, o depoente faltar com a verdade. Em algumas situações, ele pediu desculpas, como foi no caso dos dados em relação à Região Nordeste, e em outros não, não é? O caso, por exemplo, em relação a ser oficiado pelo TSE – eu tenho, inclusive, a documentação aqui do TSE nesse sentido. Mas tem um outro, que eu queria centrar aqui, fundamentalmente, que é acerca dos processos administrativos da Polícia Rodoviária Federal. Ele falou, agora, já na segunda rodada, que a resposta dele à minha pergunta teria sido da negativa da inexistência, portanto, dos processos administrativos, porque eu teria falado acerca de novos processos.

Eu, na minha recordação, não lembrava, de fato, que tinha falado e estava convicta. E, realmente, a minha convicção e a minha lembrança estavam corretas. Eu pedia à Taquigrafia e – em nenhum momento – eu citei o nome "novos processos".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, eu falei claramente, eu falei dos processos por improbidade e processos administrativos.

Então, eu quero passar a V. Exa., como Presidente desta Comissão, que há a materialidade de um fato e V. Exa., como Presidente, nestes dez minutos em que vamos suspender, poderá tomar, a melhor juízo, a decisão referente a este ponto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esperem aí! Para resolvermos essa questão, eu vou fazer uma pergunta muito objetiva a V. Exa., para tentar sanar esse problema.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parece que houve aí uma falha de comunicação. V. Exa. entendeu que a Relatora havia perguntado se existem novos processos administrativos contra V. Sa. Ela está aqui comprovando, mediante as notas taquigráficas, que não, que ela fez uma pergunta objetiva, querendo saber se há processos administrativos contra V. Exa. em qualquer fase da sua vida como funcionário público.

Então, eu vou dar oportunidade para que V. Exa. responda agora, de uma maneira muito clara, se há ou não processos administrativos contra o senhor.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Presidente, os processos que já estão encerrados, naturalmente, eu respondi.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Certo.

O SR. SILVINEI VASQUES – Então, eu tenho ciência de que eu respondi o processo. No entendimento que eu tinha, a Relatora estava me perguntando sobre os novos processos que a imprensa tem divulgado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeito.

Então, ele está retificando a resposta dele, dizendo que ele tem, sim, conhecimento de outros processos administrativos, mas que já foram encerrados, e que não há nenhum processo novo.

O SR. SILVINEI VASQUES – Pode ter, mas eu nunca fui notificado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se há algum processo novo, ele não tem conhecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Não, Presidente, não, mas ele, então... Veja bem: ele está pedindo desculpas à Comissão, porque eu não falei de novos processos.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. *Fora do microfone.*) – Eu entendi isso que ele falou aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não, não, não...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos entender...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos dizer: o Presidente está abrindo uma concessão.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Não, não está, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Está, Presidente. Está, Senador.

Eu não perguntei novos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, eu não estou na defesa de prender ninguém. Eu estou fazendo uma defesa de levar a sério esta Comissão. Agora, não dá para as pessoas virem à Comissão, mentirem e acharem que vai ficar assim.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Mas ele não mentiu, Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tem a taquigrafia, Flávio! Tem a taquigrafia!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Olha a resposta dele na taquigrafia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu não perguntei, eu não fiz a pergunta de novos processos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu posso passar a palavra depois para outros Parlamentares.

Vamos ouvir a Relatora, para que ela coloque o ponto de vista dela.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu só quero deixar claro que eu não perguntei sobre novos processos. Eu estou dizendo, e está aqui na taquigrafia.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu repeti quatro vezes a mesma pergunta e, em nenhum momento, eu citei o nome "novos". A taquigrafia está nas mãos do Presidente. Todos vocês podem buscar aqui, na Comissão. Agora, o Presidente poderá tomar medida em relação a ele.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, eu quero dizer a V. Exa. que, realmente, é lamentável a forma como o senhor respondeu. Eu estava aqui na Presidência, e esse foi até um momento mais tenso aqui do questionamento que ela fez, e, de fato, ela reiterou essa pergunta durante quatro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Várias vezes. Várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Várias vezes. Várias vezes.

Então, é lamentável que o senhor tenha dado uma resposta diferente do que, objetivamente, ela perguntou. De qualquer maneira, o senhor está retificando a sua resposta agora.

Eu quero dizer que esta Comissão, de fato, não pode tolerar repetição de fatos como esse, mas, como até já se superou o tempo de um eventual flagrante, nós não vamos agir de uma forma mais repressiva para tomar nenhuma medida mais de força com quem quer que seja. Mas é lamentável, Dr. Silvinei, que o senhor tenha respondido dessa forma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele negou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Flagrante, 24 horas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Entretanto...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – De 24 horas o flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Entretanto, nós vamos... Ele retificou a resposta dele, e eu entenderei essa retificação como tendo ele sanado a sua falha.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Independentemente da questão, seria interessante, para que não percamos o raciocínio, que ele respondesse às perguntas que foram feitas pelo nosso bloco para que, depois, V. Exa. suspendesse a nossa reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Porque, senão, vai ficar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Já começou a Ordem do Dia, não é, Presidente?

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Tudo bem. Vai começar a Ordem do Dia, mas, se continuarmos nessa discussão...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tudo bem. Tudo bem.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Senão, nós vamos perder o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Só para deixar claro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então eu vou dar aqui mais dez minutos...

Eu vou fazer o seguinte. Para que as coisas andem com mais brevidade... Não tem nenhum Vice-Presidente aqui presente, eu vou lá falar com o Presidente...

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Enquanto ele responde, o senhor vai até o Presidente Pacheco.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Aqui, quem é que tem mais mandato?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então eu vou pedir à Deputada Jandira Feghali que fique aqui na Presidência enquanto o depoente faz as suas respostas.

Por favor, Deputada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E peço à Deputada que, passados os dez minutos, ela suspenda a sessão; quando ele acabar a fala dele, V. Exa. suspenda a sessão até a nossa chegada.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Presidente, o senhor me concede uma questão de ordem com base no art. 28 da Lei 13.869, de 2019?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós, na legislatura passada, aprovamos a Lei 13.869, de 2019, que é conhecida como lei de abuso de autoridade, que, no seu art. 38, diz o seguinte: "Art. 38. Antecipar o responsável pelas investigações, por meio de comunicação, inclusive rede social, atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação [...]". E, nos primeiros artigos da lei, fica claro que ela se aplica, no art. 2º, aos membros do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

Eu gostaria que V. Exa. também tivesse sempre como norte que a posição da Relatora tem que ser uma posição imparcial. No momento em que eu estava falando, ela não estava presente aqui, estava dando entrevista para a Globonews ali fora. Na entrevista da GloboNews ali fora, ela dizia que o ora depoente estava mentindo deliberadamente e fez uma série de acusações sem antes sequer ter terminado o depoimento do depoente. Nós temos vários Deputados e Senadores aqui ainda para fazer os questionamentos.

Então que fique claro que a lei de abuso de autoridade também se aplica a CPIs e pode ser aplicada, inclusive, no caso de a própria Relatora, reiteradamente, estar atribuindo culpa sem antes terminar o julgamento; neste caso específico, sem sequer ter terminado a oitiva do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Filipe Barros, com todo respeito a V. Exa., mas qualquer Parlamentar, quaisquer de nós, Deputados e Senadores, somos invioláveis por nossas palavras, votos e opiniões. A Relatora emitiu a opinião dela e, obviamente, a de V. Exa. também poderá ser dada, como a de qualquer outro Parlamentar desta Casa.

Então vou passar a Presidência à Deputada Jandira Feghali, vou com a Relatora falar com o Presidente e retornarei em dez minutos. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – Eu pediria que se começasse a marcar o tempo.

V. Sa. tem dez minutos para responder o último bloco de perguntas, por favor.

O SR. SILVINEI VASQUES – O Senador Esperidião Amin...

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – E a forma de se dirigir ao depoente é V. Sa., não V. Exa., no caso.

Por favor.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – O Senador Esperidião Amin questionou sobre as fontes. Então, temos o sistema Siger, que é da PRF; temos o banco de dados aberto da Senatran; e o banco de dados aberto do TSE.

Em seguida, a Senadora Soraya Thronicke. A primeira pergunta eu anotei, mas deve ter faltado alguma palavra. Por que falei...

A senhora lembra a primeira pergunta?

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sim, só vou...

Se o senhor recebeu boletim de inteligência produzido pela então Diretora de Inteligência do Ministério da Justiça, Marília Alencar. Se o senhor tinha conhecimento desse relatório de inteligência e se o senhor o recebeu. Se sim, de quem recebeu?

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Não tinha conhecimento, nunca recebi. Tomei conhecimento pela imprensa.

Depois a senhora falou que a gente não adotou providência, não é? É uma nova situação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – A segunda pergunta: por que o senhor não respeitou a determinação judicial do Ministro Alexandre de Moraes para não ter operações no dia seguinte?

O SR. SILVINEI VASQUES – Art. 3º do ofício... Inciso III do Ofício 014...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor pode responder? Por que o senhor não respeitou a decisão judicial?

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu tomei a decisão...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Se deixar ele falar ele responde.

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu falei para a senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Ele está mandando eu ler...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – Gente, tem Mesa aqui, por favor, tem Mesa aqui. Ele vai responder.

O SR. SILVINEI VASQUES – "Neste norte, com vista a estabelecer um fluxo adequado e incontestado das informações e ações a serem implementadas por este Órgão, determino o fiel cumprimento da aludida decisão".

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor determinou o fiel cumprimento, e por que os seus subordinados não cumpriram?

O SR. SILVINEI VASQUES – Olha, Senadora, são 13 mil policiais. Se tiver algum policial, a gente tem que saber...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Belo comando, parabéns!

Pode passar para a próxima, por favor.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Sr. Presidente, respeita a fala do depoente.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – Espera aí, por favor. Por favor, por favor, por favor. É porque ele está dialogando com ela, então, eu pediria, por favor, que o senhor respondesse sem questionar a Senadora. Por favor, responda diretamente.

O SR. SILVINEI VASQUES – A senhora perguntou se eu conheço Maurício e Beck. Conheci eles em eventos e Maurício numa reunião. Se eles financiaram o golpe de 8 de janeiro, eu não tenho conhecimento. Talvez aqui nas investigações vai se chegar a essa informação.

A senhora disse também que a gente não combateu a questão relacionada aos... Não, aqui foi a desobstrução das rodovias, não é? Nós fizemos todo o esforço possível, dentro das limitações que a instituição tem. Muito trabalho, inclusive lá no seu estado a gente teve muita dificuldade, agimos com muito rigor lá, e a gente conseguiu desobstruir as rodovias, lá no Mato Grosso do Sul.

Depois a senhora falou também da camisa do Flamengo, não é? Isso aqui, o evento já tinha terminado, não tinha ninguém com celular lá. Por quê? Porque era o lançamento da Operação Fronteira, que é filmada lá no Mato Grosso do Sul, e a Discovery não aceitava que ninguém estivesse com celular porque era um lançamento para os policiais. O evento já tinha terminado, ficou quem quis lá, o evento, isso aqui não era nada obrigatório, o evento da Discovery, era convidado, e o pessoal saiu. Falamos com a assessoria do ministro antes, secretário-executivo: "Vamos lá para a sala cantar parabéns para ele, que é o aniversário dele". E aí ele disse o seguinte: "Não, não dá, a agenda está apertada". Então, pessoal, só quem era gestor que estava ali. Entregamos a camisa para ele, porque o nome do jogador é Rodinei, não sabia, eu sou Fluminense, não sou Flamengo, fez o gol lá, e é o jogador de que ele gosta. Não fui eu que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mandei fazer a camisa, a camisa foi entregue, não tinha divulgação, não tinha câmera, não tinha filmagem e não tinha ninguém com celular lá para estar pegando e fazendo exposição disso, então não tinha interesse nenhum de estar fazendo difusão. Se fosse para fazer difusão, estava sendo transmitido pela internet.

Senador Otto Alencar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Perdão, está na internet, eu tenho foto disso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Presidente, para uma questão de ordem. Eu não falei...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – E é só uma pergunta sobre o seu currículo, eu estou satisfeita.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Virou um debate.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Não é debate, é só para dizer, para informar à população que essas imagens estão na imprensa, na mídia, enfim, nas redes sociais, do senhor entregando para ele, as imagens estão lá. Então, tinha gente sim.

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – Senadora, Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Outra coisa, por fim, a distribuição de currículo.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ) – Já deu o tempo, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – Senadora, ele vai responder a sua pergunta.

Por favor, responda o restante.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Não é distribuição de currículo. Eu faço visitas, tinha convite para o Governo do Estado de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis, muita gente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu falei que estava atrás de serviço, e eu falei para... Eu falei para a senhora agora. O Governo do Estado de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, é esse aí, o que vale é o que tem. Eu já lhe falei...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – Senadora Soraya, ele está tentando responder, deixe-o responder.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Jandira Feghali. PCdoB - RJ) – Respondeu? Mas tem os outros que fizeram pergunta, não?

O SR. SILVINEI VASQUES – Senador Otto Alencar. Senador, toda abordagem é cadastrada. Se alguém lá, em Feira de Santana, cometeu alguma irregularidade e estava usando de fins não lícitos, a gente pode descobrir. Acho que era importante até investigar – nossa Relatora não está presente –, investigar qual era o policial que fez isso, porque tem como a gente saber quais veículos foram abordados, inclusive se o veículo do Senador e outros que estavam juntos, porque é tudo cadastrado, tem câmeras, então fica fácil. E, se algum policial errou, o policial tem que responder. Não chegou ao nosso conhecimento, pelo menos não enquanto eu estava na condição de Diretor-Geral.

Depois, a Deputada Erika Hilton: "No Xingu, 600 pessoas não votaram". Deputada, eu não sei se é verdade, mas aqui a gente acabou de verificar e está dizendo que é *fake news* essa informação. Não posso dizer se é verdade também, porque é *fake news* para todo lado. Então, está aqui dizendo que é mentira essa informação. Não sei se é verdade que é mentira também. Então, tem que checar. Eu acho que é muito grave e eu não sei qual seria essa sede do Xingu, dessa etnia, se tem rodovia federal ou não, se é responsabilidade nossa, mas, para conhecimento da senhora, está aqui: é boato, é *fake*. Então, pode ser que seja verdade, tem que investigar, porque é muito grave isso.

Aí a senhora falou sobre autuação de processo. O Diretor-Geral não autua o processo. Ou é o Corregedor-Geral, ou os 27 Corregedores nos estados.

Depois a publicação no jornal. A publicação de jornal prova a publicação em si, eu não sei se é verdade. Tem que pegar cada caso e avaliar. A senhora falou sobre publicações nos jornais. A publicação no jornal é a prova em si, a prova da publicação. Agora tem que pegar cada fato, é o fato, para ver se é verdade aquilo ali. É muita matéria. A senhora citou várias aí. Se isso aí aconteceu, tem que ser apurado, porque é muito grave.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP. *Fora do microfone.*) – O senhor não tem conhecimento de nenhum dos fatos que eu aponte. O senhor não sabe dizer de nada disso que foi...

O SR. SILVINEI VASQUES – É, naquele dia, só para a senhora ter uma ideia, no dia 30, após a eleição, foi dia 1º ou 31? Primeiro, não é? No dia seguinte, foram mais de 1,6 mil matérias que citavam a palavra Polícia Rodoviária Federal.

A senhora falou do relatório de inteligência. Eu acho que era importante – uma sugestão, Presidente, me desculpe sugerir, mas é muito importante esse questionamento da Deputada –,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantíssimo que todas as agências de inteligência do Brasil informem se havia relatórios de inteligência que informavam de obstruções de rodovias. O que sabemos até agora, Deputada, é que não existe nenhum órgão de inteligência que conseguiu detectar, tanto de órgão federal como estadual. Então, eu acho que é importante que eles prestem esclarecimento. Posso lhe informar que, na PRF, a gente não tinha essa informação.

A senhora falou também de uma disparidade da utilização de recursos entre o primeiro e o segundo turno. No primeiro turno, foram gastos R\$3,5 milhões, e, no segundo turno, R\$3,6 milhões. Acredito que seja um valor muito aproximado.

Em seguida, o Deputado Rubens, novamente, falou da camisa do Flamengo. Eu expliquei aqui agora o que aconteceu, que era a pergunta da Senadora Soraya Thronicke.

Sobre a reunião também a gente já falou, do dia 19, se o senhor quiser, eu posso repetir agora aqui novamente.

Depois, o senhor falou sobre denúncias de várias irregularidades. Eu acho que é importante a gente descobrir quem cometeu essas irregularidades lá no Maranhão e encaminhar isso, não só para a Corregedoria, como aqui para a própria a CPI, para a Polícia Federal, enfim, o Ministério Público Federal, para que seja apurado. Tudo que chegou à Corregedoria, no nosso período, foi apurado. Não posso lhe dizer, no âmbito do Maranhão, que tem uma Corregedoria local...

(Soa a campanha.)

O SR. SILVINEI VASQUES – ... porque de cabeça... Pode ser que tenha ocorrido. São 27 Corregedorias.

Depois, os recursos também, a mesma pergunta do senhor é a mesma que eu respondi no item 5, da Deputada Erika Hilton.

E sobre a aplicação de multas, Deputado, a gente também tem que verificar, porque se um policial aplicou uma multa irregularmente, isso é abuso de autoridade. Então, a gente tem que pegar pelo menos algumas testemunhas que tiveram essas multas aí, e levar pra apuração. Não era orientação nossa, nunca foi, de penalizar um cidadão que não esteja errado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores e Senhoras, Deputados, Senadores, Deputadas, Senadoras, eu estive com a Deputada... com a Senadora, ela, que foi a minha colega, eu conheci como Deputada, fico toda hora a rebaixando, chamando de Deputada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estive com a Senadora Eliziane Gama, conversamos com o Presidente Rodrigo Pacheco, que, como nós já dissemos aqui, tem sido uma pessoa extremamente colaborativa e tem atendido a todos os nossos pedidos aqui para o funcionamento da CPMI. Ele me disse que durante a CPI da covid, as vezes em que houve a continuação foram sem autorização dele, que isso inclusive gerava um certo conflito e que, portanto, ele fazia um apelo pra que nós suspendêssemos os nossos trabalhos durante a Ordem do Dia.

Entretanto, ele estima que às 18h estará encerrada a Ordem do Dia do Senado, portanto, daqui a aproximadamente meia hora, então, nós vamos suspender o nosso trabalho.

Vou solicitar a V. Exa. que permaneça aqui no Senado pra que nós, tão logo se encerrem os trabalhos de Ordem do Dia do Senado, retomemos o trabalho aqui da nossa CPMI.

Em relação à Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, nós não estamos submetidos à suspensão porque nós estamos aqui no âmbito do Senado Federal. Portanto, mesmo que tenha Ordem do Dia do Senado, os Deputados poderão ir à Câmara fazer a sua marcação de presença e depois votar pelo aplicativo do Infoleg.

Pois não, Deputado Nikolas.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é somente a título de justiça com o nosso depoente e também de esclarecimentos.

Eu solicitei também aqui as notas taquigráficas da conversa da Sra. Eliziane e o Silvinei e a pergunta foi a seguinte: "O senhor pode me confirmar acerca da existência desse processo?". E o Sr. Silvinei respondeu: "Não tenho ciência. Até acharia importante porque a imprensa fica falando também essas *fake news*". A Sra. Eliziane continuou perguntando: "O senhor não tem nenhum processo administrativo...". Ele respondeu: "Contra a minha pessoa, não fui notificado de nenhum processo".

A título de justiça e esclarecimento, é claro que a existência é diferente de se já teve processo, porque, obviamente, se já teve processos, a pessoa foi notificada e tem conhecimento.

Portanto, a conclusão a que o depoente chegou é correta, de que ele compreendeu que somente seriam os novos, e não os passados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Nikolas, eu sou uma pessoa que, por índole, tenho sempre a tendência e a boa-fé de acreditar na verdade que as pessoas falam. Então, eu também estou interpretando desse jeito, não há problema.

Mas vamos agora suspender a sessão e, às 18h ou então na hora em que terminar a Ordem do Dia do Senado, nós retomaremos aqui o nosso trabalho e estarei aqui para dar prosseguimento às oitivas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 17 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 48 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já tendo findada a Ordem do Dia do Senado, continuamos aqui com as nossas oitivas.

Próximo orador inscrito, Senador Veneziano Vital. *(Pausa.)*

Na ausência do Senador Veneziano, passamos à próxima oradora inscrita, a nobre Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente. Pena que meus colegas não estão aqui para ouvir o que eu tenho para falar, mas acho que o Brasil vai assistir a este vídeo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC. *Fora do microfone.*) – Mas eu estou aqui.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu também.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Oh! Bom, tenho três aqui.

O que quero fazer aqui? Eu vou fazer uma pergunta, mas eu não posso, por uma questão de justiça, deixar passar o que eu senti aqui hoje, Inspetor Vasques. Não acharam nada contra o senhor, no sentido de ter armado um golpe no Brasil, mas querem, aqui na Comissão, dizer que o senhor mentiu. Então têm que encontrar alguma coisa, mas isso é muito ruim, porque o que eu estou vendo aqui hoje é uma desconstrução de imagem. É uma desconstrução da imagem de um servidor brilhante, brilhante. Mas não está dando o efeito que eles queriam, não, porque eu estava dando uma olhadinha nas redes sociais, e o Brasil está te aplaudindo. O Brasil está te aplaudindo mesmo.

Quem foi o Diretor Vasques? Deixe-me falar, eu estive do lado de lá contigo, Diretor. Estive lá. Quando você falou, de manhã, sobre direitos humanos, nós, sim, eu era Ministra de Direitos Humanos, e nós trabalhamos para trazer a PRF para o sistema de garantia de direitos, não apenas no sistema de segurança pública, mas no sistema de garantia de direitos. Por quê? Porque é o que vocês fazem. É o que a PRF faz, a garantia de direitos humanos no Brasil. O primeiro de todos os direitos humanos é o direito à vida, e é o que a PRF faz.

E que Diretor eu encontrei do lado de lá? Um Diretor sensível, comprometido com a vida humana, protegendo a vida humana. Hoje eu vi alguns Parlamentares aqui falarem que a PRF se desviou de suas finalidades. Que finalidades? Proteger a vida não é finalidade? Sim, a PRF foi para a rua, colegas. Foi para a rua proteger idosos.

A primeira operação integrada do mundo de proteção dos idosos foi feita quando o senhor estava lá sendo Diretor, a Operação Vetus. Mais de 14 mil idosos, vítimas de violência do cárcere privado,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

idosos torturados, foi a PRF que nos ajudou a buscar todos eles nas estradas, nas áreas rurais, nas rodovias. Foi a PRF.

E as imagens que tenho de ti, Diretor, é daquele Diretor sensível, chorando quando via, na sala de controle da operação, os seus policiais carregando idosos no colo. Essa é a PRF de que eu preciso falar hoje.

Não podemos sair desta reunião aqui com essa imagem de um Diretor corrupto, e não apontam e não têm nada para falar. Não vi ninguém dizer onde está o dinheiro na meia, o dinheiro no bolso, nenhuma acusação de corrupção.

"Ah, mas ele responde a um processo na Justiça Federal." Um processo porque fez um *post*?! É dessa forma que você é réu?! Mas não lembram o número de pedófilos que o senhor, Diretor, colocou na cadeia – Operação Luz na Infância – e as outras operações de proteção da infância no Brasil. Os pedófilos o odeiam, o odeiam, mas os traficantes também o odeiam muito, Diretor, os agressores de mulheres, porque a Operação Maria da Penha e a Operação Acalento também foram da Polícia Federal. Isso é desvio de finalidade?!

Eu precisava dar este testemunho, Diretor, porque o que eu vi aqui hoje foi uma desconstrução de imagem, mas você foi um grande gestor da pasta, você trouxe para a Polícia Rodoviária Federal o que outros diretores não tinham trazido ainda: essa proteção e a garantia de direitos humanos. O Brasil precisa saber quem é o Inspetor Vasques. E esta sessão aqui não vai desconstruir a sua imagem.

Eu me dou por satisfeita com os relatórios que o senhor trouxe, os números. Esta CPI – por um momento, eu estava ali atrás, eu fico quietinha lá atrás, observando tudo – me parecia mais uma CPI de calculadora. Estavam discutindo aqui se o senhor mentiu ou não no número de efetivos no Nordeste. Aí a minha calculadora, lá do gabinete, somou. Realmente, tem mais efetivo no Nordeste de que em outros lugares. É esse é seu grande erro? Dizer o número de efetivos que tem no Nordeste, que tem no Sudeste?

O que vi aqui hoje? Quererem desconstruir a imagem de uma testemunha, inclusive com anúncios: "Você é testemunha hoje, mas pode virar investigado". Eu tenho que lhe pedir desculpa, Diretor, desculpa pelo que aconteceu aqui hoje.

Parabéns pelo trabalho que você fez na Polícia Rodoviária Federal. As crianças do Brasil agradecem, os idosos do Brasil agradecem. Ser patrulheiro não é só ficar lá na estrada anotando placa de carro, é fazer a proteção da vida. Que o Brasil saiba o Diretor que nós tivemos na Polícia Rodoviária Federal!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E os documentos que o senhor trouxe? Questionaram as fontes. Os documentos vão ficar à disposição. Vamos ver as fontes, gente, depois, vamos ler os documentos, porque o que estou vendo aqui é discurso, ninguém está querendo ler documentos, não!

Parabéns, Inspetor Vasques! Parabéns, Polícia Rodoviária Federal, essa polícia que, para mim, é a mais incrível polícia que nós temos no continente! Parabéns por tudo o que o senhor fez.

Eu precisava deixar esse registro.

E a minha única pergunta é: o Ministro Alexandre de Moraes, no dia 30, deu uma entrevista dizendo – ele mesmo disse – que, com as suas explicações, ele entendia que nenhum eleitor foi impedido de votar. Pode ter tido atraso em um ou outro, quando vocês pararam um ou outro ônibus, mas o próprio Ministro Alexandre disse que entendeu que nenhum eleitor deixou de votar. A minha pergunta é: nessa conversa que o senhor teve com ele, isso ficou esclarecido para o Ministro Alexandre? Porque eu me dou por satisfeita com a fala dele também. Se ele não viu que nenhum eleitor foi impedido, não há que se falar, nesta Comissão, que o senhor organizou um golpe para impedir que eleitores votassem em um ou em outro candidato.

E os números que o senhor apresentou aí eu acho que eles, por si sós, falam tudo.

Parabéns, Inspetor Vasques, pelo trabalho que o senhor fez na Polícia Rodoviária Federal.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Damares.

O próximo orador inscrito é o Deputado Paulo Magalhães. *(Pausa.)*

Na ausência do Deputado Paulo Magalhães, a próxima oradora inscrita é a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Boa noite, colegas, companheiros, companheiras.

Primeiro, publicizar todo o meu respeito à Polícia Rodoviária Federal, uma instituição fundamental para o país e para a democracia brasileira, mas, também, reconhecer a tristeza de ver que, nos últimos anos, essa instituição acabou sendo aparelhada, do ponto de vista político-ideológico, pela gestão Bolsonaro. E a PRF, que deveria ser uma polícia de Estado, foi quase rebaixada a uma milícia de Governo. Repito: a Polícia Rodoviária Federal, que foi pensada e tem um papel fundamental para ser uma polícia de Estado, foi quase reduzida a uma milícia de Governo, que tentou influenciar no resultado das eleições e que foi omissa num contexto de esvaziamento da democracia brasileira, que foi um dia após as eleições em que tivemos mais de 400 bloqueios em rodovias brasileiras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que, após ouvir a fala do Sr. Silvinei, eu fiquei me questionando, porque toda essa construção, essa arquitetura do golpe, que se materializa a partir do dia das eleições... O senhor, ao explicar ou tentar explicar esse processo, se coloca como vítima, culpabilizando a mídia, que é chamada de irresponsável, Prefeitos e grupos de WhatsApp de esquerda. É uma visão, além de reducionista, que é, sobretudo, uma visão negacionista, porque nega a realidade, o que mostra, na minha opinião, um alinhamento do ex-Diretor da Polícia Rodoviária Federal com a tática e a estratégia não só do Jair Bolsonaro, mas do bolsonarismo de negar completamente a realidade!

E dizer também que é triste ver a Polícia Rodoviária Federal sendo reduzida a braço armado do golpismo, braço armado do fascismo e do terrorismo, que tinha como objetivo um golpe de Estado orquestrado aqui no país e que tenho certeza de que esta Comissão vai conseguir elucidar a partir de uma investigação séria. E o que aconteceu na Polícia Rodoviária Federal é um exemplo da bolsonarização das Forças Armadas do Brasil na última gestão, o que é trágico e um ataque à democracia brasileira.

E eu gostaria, Sr. Silvinei, de trazer três questionamentos que julgo importantes para a gente poder começar a elucidar o processo de golpe no Brasil.

Primeiro, o senhor apresentou o seu currículo. É notória a experiência que o senhor tem, a *expertise* na segurança pública. Isso é irrefutável. E aí, aproveitando dessa experiência, a pergunta que lhe faço é: se o ex-Presidente Jair Bolsonaro tivesse reconhecido publicamente a derrota logo após o resultado, o senhor, pela sua *expertise*, acha que seria mais fácil desmobilizar os bloqueios das rodovias? E eu pergunto isso, porque, logo após o Jair Bolsonaro pedir para desmobilizarem os bloqueios, rapidamente aconteceu. Então, eu gostaria que o senhor respondesse se, se o Jair Bolsonaro tivesse feito o que era esperado de um Chefe de Estado, reconhecendo a derrota, teríamos outro cenário no que se refere às interdições das rodovias do país.

A outra pergunta que trago é... Nós tivemos as eleições no dia 30, e, no dia 31, mais de 400 bloqueios em rodovias brasileiras, mas, pelo que me consta – e me corrija, por favor, se eu estiver errada –, somente na noite do dia 1º de novembro de 2022, o senhor encaminhou ofícios para as superintendências pedindo que adotassem medidas necessárias para o desbloqueio de rodovias. Se as rodovias são bloqueadas no dia 31 – todos nós acordamos com aquela iminência de golpe –, por que só no outro dia, no fim do outro dia, o senhor encaminhou ofício para a superintendência para que tomassem medidas necessárias para o desbloqueio? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta que gostaria de fazer é que... Houve um policial rodoviário federal cujo nome é Adalberto Alfredo, que é lotado aqui em Brasília, que postou em um grupo de WhatsApp formado por colegas de trabalho uma *selfie* dele próprio, sorrindo, com a seguinte legenda: "Ó a cara de alguém que está preocupado com a determinação do ministro... só cumprindo o cartão programa e correndo atrás



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de eleitores do Lula [...]". Aí a pergunta que lhe faço é: quantas sindicâncias foram abertas para apurar esse caso?

E como funciona a comunicação entre a Direção-Geral da PRF e a superintendência no estado quando se trata de operações desse porte?

E a última pergunta, para poder encerrar: gostaria de saber se o senhor teve alguma conversa com o Presidente Jair Bolsonaro logo após o resultado das eleições. E, se houve essa conversa, qual seria o conteúdo dela?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Passamos ao próximo orador inscrito, o Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou ser bem breve, bem rápido nas minhas perguntas, até porque a tendência de uma CPMI não é ficar aqui o dia todo criando narrativa. A gente está aqui para inquirir, perguntar, e ele responde.

Sou do Nordeste também. Aqui, a Relatora falou: "Meu Nordeste". E fui eu que a corrigi: "Nosso Nordeste". Confesso que, diferente do que foi relatado aqui, eu particularmente, lá em Fortaleza, não vi essa atuação da PRF parando e abusando de pessoas ou carros que tinham adesivos específicos do candidato do 13, o Lula. Não vi isso. E olhem que rodo muito. Eu não recebi denúncia, não recebi aviso. Pelo menos lá em Fortaleza, isso não rodou; lá no Ceará, isso não rodou. Então, eu estou vindo do Nordeste, do meu Nordeste, com propriedade para dizer que, pelo menos lá, na circunferência ali, isso não aconteceu.

Mas muito foi falado aqui que houve mais pontos de atuação da PRF no Nordeste. A gente sabe que o Nordeste é uma região que tem mais estados. E aí eu gostaria que V. Sa. nos dissesse por qual motivo... Primeiro, se procede, se no Nordeste houve essa disparidade. Se sim, por qual motivo? Se pegando de forma proporcional por cada estado, houve realmente essa disparidade, comparando a Região Nordeste com outras regiões, o Sul, o Sudeste?

Eu também gostaria de... E aqui já é a minha segunda pergunta, bem objetiva. Eu queria saber, no seu ponto de vista... O que o senhor acha que pode ter... Aliás, o que fez para ocorrer que houvesse tantas matérias negativas no dia 30 de outubro, seguindo até a sua saída? O que que o senhor acha que acarretou esse acontecimento? O senhor acredita que houve grupos dentro da instituição – ou fora dessa instituição – que fizeram isso durante a transição e contribuíram para vazamentos de documentos, vazamentos de dados descontextualizados e tendenciosos durante essa transição? O



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor acha que tinha gente querendo se beneficiar disso ou assumir até mesmo o seu posto? A equipe de transição buscou entender como se deram as últimas operações da PRF?

E, diante de tantas acusações, para finalizar – e eu não vou nem usar todo o meu tempo –, como é que o senhor avalia a sua gestão? E aí é bem pessoal: o que a gestão Vasques deixou de legado para a PRF?

Essas são minhas perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

E, como a Senadora Damares não fez nenhuma pergunta que vai demandar mais tempo do depoente, nós já podemos passar para mais um orador.

Eu vou chamar o Senador Marcos do Val. *(Pausa.)*

Na ausência do Senador Marcos do Val, o próximo orador inscrito é o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Presidente, Relatora, Srs. Deputados, Deputadas, nosso depoente, deixe eu olhar um tiquinho para ele aqui... *(Pausa.)*

Obrigado.

Nosso amigo, eu quero cumprimentá-lo. Experimentado e velho de CPIs, quero elogiar a sua postura segura, convicta. Não titubeou em nenhum momento, nem se negou a fazer qualquer tipo de resposta, embora se buscassem coisas do arco-da-velha para que você pudesse responder. Tive medo em alguns momentos de que pedissem a certidão de nascimento da sua avó.

Mas V. Sa., que comandou a PRF, há que se lembrar nesses quatro anos de quão efetiva ela foi.

Eu estou vindo agora da instalação da Frente Parlamentar de Combate às Drogas, presidi quando aqui estava, Senador Flávio. E agora ela é reinstalada. Eu fiquei muito impressionado, até porque, Sr. Presidente, nunca, em instalação de uma frente parlamentar, você conta com muita gente, é tipo sessão solene. Mas lá, Senadora Eliziane, tinha mais de 300 pessoas que convivem – e lá estavam o Senador Marcos Rogério, o Senador Girão – com essa angústia e esse sofrimento, com lágrimas sofridas.

Aliás, a PRF, orgulho nacional no combate ao enfrentamento ao tráfico de armas, que não é para cidadãos de bem... As armas são exatamente para as organizações criminosas, que hoje mandam no país. De forma muito livre, eles mandam no país.

Eu vi, essa semana, um poster de um indivíduo que falava como um emissário do PCC, mandando um recado àqueles que querem sexualizar as nossas crianças e levá-las, expor os nossos filhos numa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentativa de matar a infância. Eu quero elogiar, até porque a apreensão... E eu tenho 43 anos que tiro drogados da rua. As minhas filhas nasceram, e eu já tinha drogado em casa, eu e a mãe. Sei exatamente o que é a lágrima, a dor e o sofrimento de uma mãe que tem um filho drogado, quando são mortas as perspectivas, num Estado difícil como o do Brasil, onde as narrativas já vieram à superfície, saíram debaixo da camada e vieram para a superfície, à luz do dia, e se estabeleceram.

A ciência diz que lágrima é H₂O mais cloreto de sódio. Ou seja, lágrima é água e sal. A ciência não sabe nada de lágrima. Quem sabe muito de lágrima é uma mãe que chora, porque tem filho drogado, sem perspectiva.

Daqueles que já foram...

Fernando Henrique Cardoso, quando criou a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), ele a criou com duas perspectivas: uma era o enfrentamento; a segunda era fazer políticas públicas. Mas ele fez diferente. Foi embora, deixou a Senad com R\$60 e se tornou o megafone da legalização das drogas, Deputado Marco Feliciano. Virou o megafone de George Soros no Brasil.

Por que eu estou falando isso? Porque eu continuo nessa lida e vi, durante esses quatro anos, que ninguém fala, ninguém exalta... Pelo contrário: na sua tranquilidade, na sua lucidez, nas suas respostas... E olha que eu não sou psicólogo, não sou parapsicólogo, não sou terapeuta... Aliás, não sou doutor em nada, absolutamente nada, mas a sua expressão facial, as suas respostas, mesmo as narrativas onde não há pergunta, há sempre a acusação, a sua maneira serena de se manter...

É verdade que tentam fazer de atos de vandalismo... E houve vandalismo, é claro que houve, mas nunca um ato de terrorismo. Ato de terrorismo pratica o MST.

Alguém disse aqui: nós estamos entre democratas e nazistas, fascistas... Fascistas! Ou você é democrata ou você é fascista. O que é fascista? Aí alguém gritou lá atrás: "Maduro!".

Eu disse: "Vocês são Maduro!". Mas a lógica é fácil: a esquerda considera Maduro um democrata. Se nós somos Maduro, nós somos democratas. Pronto. Conta fácil de fazer.

Eu, na verdade, quero o esclarecimento da verdade.

Eu estou aqui com uma entrevista do Ministro José Mucio – é Ministro do Governo. O Ministro José Mucio diz o seguinte... "José Mucio afirmou, nesta segunda-feira, que ato golpista não tem um grande líder por trás, diferente do discurso do Governo".

Não sou eu que estou falando, quem está falando é o Ministro da Defesa.

Ora, eu fiz um convite – e quero ver se aprovam aqui –, em que eu gostaria de trazer a Irmã Ilda aqui, para que a Irmã Ilda se sente aqui e conte como foram aquelas noites de oração, porque ela iria



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assumir, em havendo um golpe, ela seria a Presidente do Brasil. E eu gostaria muito que ela viesse aqui a esta Comissão, até em respeito à Comissão e a ela – à Irmã Ilda.

"Ah, houve vandalismo". Claro que houve. "Vândalo paga?". Paga, claro que vândalo paga. Quem praticou vandalismo tem que pagar, tem que responder. Mas e os inocentes? Não já há um inquérito? Não há coisas sob segredo de Justiça?

Aliás, refuto veementemente... Quem conhece CPI, há que se dar confiança àqueles que pertencem a uma CPI. Digo: quem está sob segredo está sob segredo, para que não se vaze para a Justiça, que não se vaze aquilo que está sob segredo, não se vaze nem para a mão daqueles que estão inquirindo no Plenário, e que se confie naqueles que vão – é preciso confiar, porque foram indicados pelos partidos para estarem aqui, é preciso confiar – entrar em contato com aquilo que está sob segredo de Justiça. E não há nada sob segredo de Justiça... E eu tenho experiência de CPIs vitoriosas, não é CPI de brincadeira, até porque as pessoas usam "linguagem de circo", e não se pode ofender a comunidade circense, que é arte – que é arte.

Toda e qualquer investigação pode ser compartilhada com a CPI sim! É uma Comissão Parlamentar de Inquérito! Ora, se uma Comissão Parlamentar de Inquérito não tem acesso àquilo que está sendo investigado, ela não tem razão para existir, Senador Marcos Rogério. É uma quebra de confiança que não está na lei.

Neste momento, o Deputado Arthur Maia é juiz. É polícia. A Senadora Eliziane é juíza. E a polícia não pode ensinar ilegalidade. Nós temos que ter equilíbrio no que falamos, naquilo que verbalizamos, porque senão vai ficar igual...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... à CPI do Bingo, de que eu fui o autor, eu escrevi o fato determinado, e eles não me deixaram nem ser membro naquela CPI do fim do mundo, que existiu, uma CPI que botava todo mundo no bolo.

Aliás, naquilo ali, tudo foi judicializado e nada aconteceu, porque aquilo ali era uma tentativa do velho PFL de fazer um enfrentamento ao Governo Lula, quando Waldomiro, assessor de Zé Dirceu, foi preso. E, eu, na verdade, me sentei lá, porque eu não era nem membro; eu era o último que falava e era dono do fato determinado. Não era nem membro!

E eu perguntava às pessoas que estavam depondo: "Você veio fazer o que aqui?". "Não, eu fui convocado." "Mas o senhor está fora do fato determinado". Eu era repreendido pelo Presidente: "Mas o fato é conexo". "Que fato conexo? O fato aqui é contravenção", eu dizia. "O senhor está fora do fato determinado. Mande o seu advogado judicializar, porque está errado!".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é uma matéria da qual que eu tenho um pouco de compreensão. Sr. Presidente, qualquer investigação em andamento, ainda que esteja sob segredo de Justiça, pode ser comparada com o Juiz Arthur Maia, com a Juíza Eliziane Gama, com o Juiz Cid Gomes, com o Juiz Magno Malta, e nós podemos ter acesso, sim, a Comissão pode ter acesso, sim... *(Pausa.)*

O que foi, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. *Fora do microfone.*) – Mais um minuto. Ele interrompeu aqui, Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Mas ele mandou ele concluir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas ele já está fora do tempo dele.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Rogério, ele mandou você concluir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, V. Exa. conclua, Deputado Magno Malta.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Você falou Deputado, aí eu pensei...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Ah, então são dois minutos... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. já falou mais do que isso, mas V. Exa. tem toda a boa vontade da Mesa.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Muito obrigado, Rogério. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone.)

Está bem, está bem.

Ele, realmente, falou que não ia tocar campainha na minha fala, não. *(Risos.)*

Brincadeira, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Mas estou encerrando, Rogério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, nós podemos compartilhar, sim, uma CPI do Congresso Nacional, é CPI do Congresso Nacional! Não há privilegiado nessa questão, nem mesmo o Judiciário. Esse nível sobe. E não há que o Ministro Alexandre de Moraes tenha mais poder que V. Exa.! Nem ele, nem o Ministro Barroso, nem ninguém! Nenhum Ministro, nem a Presidente da Corte!

V. Exa. tem acesso, legalmente, àquilo que está sob investigação! Então, essa é a minha palavra. Não tenho nenhuma palavra para dirigir, até pela segurança, e qualquer pergunta da minha parte seria chover no molhado. Eu não vou chover no molhado.

Quero parabenizá-lo pela tranquilidade com que respondeu ao que devia responder e àquilo que também não deveria ter respondido, mas respondeu assim mesmo. Não se calou, em nenhum momento, valendo-se de um direito constitucional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Magno Malta.

Como também não houve nenhuma pergunta da parte do Senador Magno Malta, vamos fechar esse bloco de três oradores, passando a palavra ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente Arthur Maia. Parabéns pela sua condução!

Sr. Silvinei Marques... Vasques. Seja muito bem-vindo aqui a esta Comissão.

Eu procurei, desde o início, acompanhar esta sessão. Foi um dia atribuladíssimo aqui, várias coisas acontecendo ao mesmo tempo, como eu nunca tinha visto, em quatro anos e meio, mas fiquei sempre ouvindo, acompanhando, e eu quero fazer um apelo a todos os colegas, sejam de diversas posições ideológicas, situação, oposição... A gente tem o dever moral, Sr. Presidente, de elevar o nível deste debate aqui. A gente não pode fazer o que aconteceu hoje.

O exemplo tem que vir de cima. Já não basta, hoje, a sociedade dividida em que a gente está, polarizada ainda, depois de uma eleição?

Eu fico estarrecido em ver hoje, aqui... A oito horas estamos chegando de inquirições, de oitiva, e a gente vê esse tempo, oito horas de falácia, de narrativa e até de *fake news*... Ataques pessoais, de colegas contra colegas, rapaz! Onde é que nós vamos parar com isso, pelo amor de Deus? É do lado um dizendo que vai dar um tapa no outro, é o outro falando de colega que nem aqui está, de Swat, não sei o quê... É outro que vai às redes sociais, acusar, dizer que tem que ver preso, que um fugiu do Brasil e que o outro, que é colega nosso aqui, vai ser preso, quer ver preso... Que sanha é essa, rapaz? Pelo amor de Deus! Esses são os democratas do Brasil que querem pacificar esta nação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cadê o Adriano Machado? Vou perguntar todo dia aqui. Vou usar o tempo para perguntar, porque nós não vamos escapar disso. Se a gente quer entregar a verdade para a população, é de todos os lados.

Cadê o fotógrafo que estava lá no dia 8 de janeiro?

O requerimento desta CPMI, que o Governo – a gente tem que repetir isto –, o Governo não queria de jeito nenhum, o Governo Lula. O tempo inteiro sabotou, boicotou. E eu vi um colega Parlamentar de sete mandatos – com todo o respeito a quem pensa diferente – começando a sessão dizendo o seguinte, acredite se quiser: "Olha, o Governo tem que fazer acontecer mesmo, tem que botar para votar, ganhar no voto... É a maioria que manda".

Ora bolas! Foi sequestrada esta CPMI, rapaz! É um instrumento da oposição, da minoria, histórico. Todo mundo sabe disso. É como a gente diz lá no Nordeste: além da queda, o coice. Quer atropelar? Não vai chamar o Adriano Machado? Nós vamos colocar para votar. Não é possível que queiram encobrir as imagens do Ministério da Justiça, gente! O que é que tem de tão secreto nessas imagens que ninguém pode revelar – do Ministério da Justiça? A população quer saber isso, o dia 8!

Olha, eu quero dizer, Sr. Presidente, que eu participei de uma CPI aqui, que o Brasil todo parou no começo, acreditando que seria uma CPI séria. A gente não pode desgastar esse instrumento da democracia com narrativa, guerra de narrativa, o tempo todo.

Eu presenciei a CPI da Pandemia e estou vendo uma CPI da Pandemia 2! É isso que a gente quer? Não ir para lugar nenhum? Este é o questionamento que eu queria fazer, de coração, para todos aqui.

Vamos nos respeitar! A regra da boa convivência é o respeito. Nós podemos ser adversários, sim, no campo das ideias. É um discordando do outro, querendo ganhar no argumento, nos... Mas jamais inimigos, rapaz! Nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus!

Então, Sr. Presidente, eu queria fazer aqui colocações com relação... Perguntas ao Sr. Silvinei, que veio aqui de forma serena, tranquila, firme, respondeu a tudo, no meu modo de entender, trouxe dados, veio aqui... É uma pessoa capacitada; pelo currículo dele, dá para a gente ver.

O senhor foi criticado, Sr. Silvinei, por muitos apoiadores do Presidente Lula por ser uma pessoa próxima ao ex-Presidente Bolsonaro. De posse desse argumento, a esquerda brasileira construiu várias narrativas levantando suspeitas sobre as suas decisões quando estava à frente da PRF, uma das entidades mais respeitadas pela sociedade brasileira. Contudo, o atual Diretor da PRF, escolhido pelo Ministro Flávio Dino, é o Inspetor Antônio Fernando Oliveira, que é cria política do referido Ministro, com quem trabalhou no seu mandato de Deputado Federal e, posteriormente, Governador, na Assessoria de Planejamento do Detran do Maranhão. Ao todo, o Inspetor Antônio ficou afastado da PRF por mais de sete anos. Também circulam fotos do Diretor da PRF posando como se fosse o ditador Fidel Castro – ô povo para gostar de ditador! –, com charuto entre os dedos e com trajes semelhantes aos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

utilizados pelo cubano. O fato é que, pelo Inspetor Antônio ter se afastado por tantos anos da PRF, os policiais rodoviários o veem como uma pessoa defasada de conhecimento sobre a instituição e sua missão.

Pergunta 1. Uma pessoa com esse perfil ideológico pode dividir ainda mais a PRF, causando irreparáveis prejuízos à população brasileira, politizando uma instituição tão importante para a segurança pública do Brasil? O que o senhor pensa sobre isso?

2. A aproximação e a influência do atual Diretor da PRF junto ao Ministro Flávio Dino nos assuntos relacionados às obrigações da PRF podem ter influenciado nas omissões do Ministro? E é isso que a gente precisa ver, essas eventuais omissões do Governo Federal em não cadastrar e acompanhar ônibus com manifestantes que chegaram em Brasília nos dias 6, 7 e 8 de janeiro, tendo isso acarretado os atos violentos e deploráveis daquele fatídico dia.

Outra pergunta. O Grupo de Resposta Rápida é a unidade de pronto emprego em operações especiais da PRF, criado para atender a necessidade de contar com uma divisão altamente treinada para lidar com situações de alta complexidade. A base de operações dessa unidade está localizada em Brasília, de onde se pode deslocar rapidamente para qualquer estado do país. Estima-se que esse grupo pode estar presente para operar em qualquer unidade da Federação dentro de três horas.

Sabemos que a PRF é uma instituição policial ostensiva federal subordinada ao Ministério da Justiça, que tem como Ministro Flávio Dino. Se esse grupo especial leva até três horas para chegar em qualquer local do Brasil, caso fosse acionado administrativamente pelo Ministro Dino para apoiar as forças de segurança que estavam com os efetivos defasados no dia 8 de janeiro – e ninguém sabe onde é que estavam –, poderia ter ocorrido o avanço da turba em direção aos prédios dos Três Poderes e evitado as depredações? Na sua opinião...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... houve o acionamento dessa tropa por parte do Ministro? Peço que justifique a resposta.

Diante dos fatos e como eles ocorreram, pelo que o senhor tem conhecimento, o Diretor-Geral da PRF, nesse dia 8 de janeiro, poderia ter sido acusado de praticar crimes de prevaricação, de ter contribuído com os atos de vandalismo?

E a última pergunta. Em toda a sua longa carreira profissional, o senhor vivenciou inúmeras eleições. Assim, o senhor deve conhecer o que diz o Código Eleitoral quando aponta que é vedado aos candidatos, órgãos partidários ou qualquer pessoa o fornecimento de transporte ou refeições aos eleitores da zona urbana, inclusive sob pena de estar incurso em crime eleitoral. 1. Caso o senhor não tivesse abordado os ônibus naquela ocasião, quais seriam as medidas administrativas e criminais a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

serem impostas ao senhor e seus comandados? 2. O senhor estaria prevaricando? 3. Há outra forma de combater esse tipo de crime sem abordagem aos veículos?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Girão.

Eu passo agora a palavra ao Sr. Silvinei Vasques, para que faça a sua resposta.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Presidente, vou procurar ser breve.

Apesar de a Senadora Damares e o Senador Magno Malta não terem feito nenhuma pergunta, eu até me emocionei aqui porque só quem carregou o caixão de um colega sabe como é difícil. E ver essa polícia, que enfrentou criminosos que a gente nem sabe quem é, 2,2 mil toneladas de droga, e eu saí por esse Brasil carregando caixão, mas a gente não parou. Na covid todo mundo parou, não tinha onde o caminhoneiro tomar um banho: estava lá no nosso posto, ninguém parou, a gente seguiu. E, quando tu chegas no final da carreira, depois de 29 anos, depois de ter passado por dez tentativas de homicídio, duas estão no YouTube, mais de 30 tiros de fuzil eu levei na frente da Granfino, na Dutra, lá em Nova Iguaçu, e mais de 50 tiros de fuzil lá no Largo do Bicão, na cidade do Rio de Janeiro, onde tentaram me matar, os dois estão gravados aí, está na internet, a luta que a gente enfrentou, que a senhora citava, aqui das crianças, Senador Magno Malta, a luta que foi, a resistência, as denúncias contra a gente... Inclusive eu fui denunciado porque chamei os criminosos, os pedófilos de criminosos, e teria que tê-los chamado de doentes. Esse é o processo a que eu respondi. Mas a gente nunca abaixou a cabeça e seguiu.

E estou aqui hoje, estou respondendo, vou responder a quantas forem necessárias, vou voltar aqui, vou responder a tudo que eu tiver que responder, mas a nossa instituição é uma instituição que luta, que lutou todo dia, que não tem lado, está trabalhando agora também. Não existe isso. Tenham certeza, os senhores que representam a esquerda, de que a PRF não tem lado, a PRF é das pessoas, é do povo brasileiro, são policiais de bem, gente honesta, gente comprometida, gente ética que jamais iria entrar numa loucura querendo mudar resultado de operação. A PRF iria conseguir mudar resultado de operação, 160 milhões de eleitores? Isso é um crime impossível, tenho certeza disso. Levem consigo essa reflexão, por favor. Saibam disto: essa instituição é muito honesta. Olha a quantidade de ouro que a gente apreendeu, os crimes ambientais, que a gente bateu recorde ano passado, os crimes fiscais. Enfim, tudo que foi feito de bom.

Levem esta reflexão: são homens e mulheres honrados, que eu tive orgulho. E, quando você estava falando que eu estava me emocionando, é porque a gente sabe como é difícil trabalhar 14, 15 horas e do nada um grupo descontente, que queria tomar o poder da polícia? Não precisava mais. Eu falei no dia da eleição à noite: "Acabou, agora é transição, para que ficar destruindo a instituição porque queriam cargos?". Alguns conseguiram, outros estão de canto aí e já estão descendo o pau no Governo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saibam disso, por favor, quando chegarem aos seus gabinetes tentem filtrar, ver o que é verdade, o que não é, procura, porque foi muito difícil ser humilhado. Hoje eu não sou mais da ativa, então é difícil porque eu tenho que me cuidar.

De quem eram essas 2,2 mil toneladas de drogas? Das duas grandes facções do Brasil, uma que está dominando toda a América do Sul e parte da Europa já. E quem vai me proteger agora com essa exposição que fizeram comigo? Quem vai me proteger? Eu estava quase pedindo ao advogado que fizesse uma requisição, aqui na Comissão, que me desse segurança daqui para frente, porque eu estou sendo exposto a partir de hoje para as grandes quadrilhas internacionais, porque estive à frente e comandeí com muita coragem. Talvez faltou um pouco de experiência de saber, porque a gente não mensurou quem a gente estava enfrentando. Quem é o dono dessas 2,2 mil toneladas de droga? Com quem esse pessoal convive? Quem são esses bandidos? Uma volta no centro de São Paulo, na Cracolândia, no Rio de Janeiro ou na pequena cidade, dá uma olhadinha lá nas mães que estão procurando os seus filhos e aí vão saber a tristeza que é.

E eu fico feliz que, na nossa gestão, ano passado, nós tivemos uma redução significativa do número de homicídios no Brasil. Eu sei que as polícias civis e militares trabalharam muito, a Guarda Municipal, o pessoal da saúde e assistência social, mas tenho certeza de que a polícia que mais aprendeu droga no mundo colaborou com a redução dos homicídios no Brasil. Então, são policiais honrados.

Continuarei aqui sempre à disposição de vocês. Se eu errei, eu vou pagar. Eu tenho certeza, estou com a consciência tranquila, não fiz nada errado, por isso que eu respondi tudo e volto quantas vezes for preciso.

Estou aqui à disposição para fazer acareação com quem for necessário, mas, por favor, entendam que essa instituição é uma instituição honrada que tem sempre como pressuposto a defesa da vida.

Obrigado, Senadora Damares e Senador Magno, por lembrar um pouco desses homens, dessas mulheres, que estão aí na chuva, no sol, no Carnaval, lá no Nordeste, no Sul, na fronteira, nas grandes cidades, lá no Rio de Janeiro. Na semana passada, colegas foram metralhados lá no Rio de Janeiro, perderam movimento da mão, o dedo está lá... E essa é a polícia! E é por isso que ela tem que ter equipamento, capacete blindado, escudo; por isso que ela tem que ter veículo blindado para se proteger. Então, desculpem, porque eu estava me emocionando aqui, porque só quem carregou 13 caixões em dois anos sabe como é difícil, mas vamos seguir aqui.

Obrigado, Senadora Damares e Senador Magno, por terem lembrado desses colegas aí tão valorosos no Brasil.

Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Deputada Duda Salabert me perguntou... A primeira pergunta é sobre se o Presidente tivesse reconhecido...

Infelizmente, por estar considerado aqui na condição de testemunha, o art. 213, já comunicado aqui na própria mesa, me proíbe de fazer qualquer tipo de juízo de valor. Na condição de testemunha, eu não posso fazer, então, infelizmente, eu não vou poder responder para a senhora essa pergunta.

A senhora também disse que a gente não adotou providências. A gente já tinha comunicado aqui no início, antes do Ministro Alexandre, que foi muito importante aquela decisão dele, porque fez os outros órgãos e os outros Poderes também se mexerem e nos ajudarem naquele momento muito difícil, mas eu já tinha afirmado aqui e posso confirmar com a senhora, porque as nossas videoconferências também, os sistemas são todos auditados. Às 9h da manhã, na segunda-feira, que era o dia 31 de outubro, o nosso diretor de operações reuniu com todos os superintendentes e chefes de operações, às 9h da manhã, praticamente 14 horas após o final da eleição. E eu, na condição de Diretor-Geral, reuni todo o Conselho Superior de Polícia, às 14h da segunda-feira, no dia 31, determinando o imediato uso da força legal do Estado, o uso da força legal, porque só o Estado pode usar da violência legal, quando tem pressuposto, para fazer imediatamente as aberturas. Então nós tomamos as providências, sim, para que tudo rapidamente fosse controlado.

Mas como já falei aqui, são 1,3 mil pontos. Isso não existe na história do Brasil. E a verdade é o seguinte: os outros órgãos ficaram com muita dificuldade, porque os Governadores não autorizavam. Aí nós fizemos um movimento para os Governadores pedirem apoio para a Força Nacional, e somente o Governador de Rondônia assinou ofício para acionar a Força Nacional. Nenhum outro Governador, principalmente nos estados com dificuldade, por exemplo, o Mato Grosso e o Pará, fizeram o ofício pedindo a Força Nacional. Então a gente passou alguns dias com muita dificuldade.

Na quarta-feira, pedimos para o Dr. Aras uma reunião com todos os procuradores regionais, os 27 do Ministério Público Federal. E a gente pediu ajuda a eles, que também usassem toda a força do Ministério Público Federal, para que todos os órgãos viessem nos ajudar. Em alguns estados, nós abrimos primeiro do que as forças estaduais, tá? Em estados que têm polícias militares com grande efetivo.

Depois a senhora disse também sobre um policial aqui do Distrito Federal que tinha feito manifestações, não é? O processo dele foi aberto. Eu só não posso dizer agora qual o andamento do processo, ou se já se findou, se o colega já foi punido ou não. Mas eu acredito que um pedido aqui da CPMI poderia ter essa informação. Como disse o Senador Malta, apesar de ser sigiloso, mas a CPMI pode fazer esse pedido aí com relação a esse vídeo que o colega postou.

Aí a senhora me perguntou se eu falei com o Presidente naquela noite, após as eleições. O Presidente, na segunda-feira, talvez 9h da manhã, pode ser 10 ou pode ser 8, mandou uma mensagem:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Me liga." Aí eu liguei para ele, e ele disse o seguinte: "Atenção, é ordem, é para abrir, mas cuidado para não machucar as pessoas. Abra!". E a mesma recomendação dele foi a recomendação que veio de todos os Poderes Judiciários aqui, dos tribunais superiores, dos juízes estaduais, que foram dando interdito proibitório, que era para abrir, mas com o devido cuidado e o respeito aos direitos humanos. Então eu conversei com ele, sim, na segunda-feira pela manhã, 9, 10 da manhã, talvez 11, não sei.

Depois o Deputado André Fernandes falou para eu falar sobre a fiscalização lá no Nordeste, não é? Eu até separei aqui as questões. Sobre a questão do Nordeste, da Bahia em específico, nesse documento, nós temos mais ou menos uns 40 estudos distintos, de eslaides, com número de eleitor, com quilômetro, com número de posto, com número de ponto, por número fiscalizado, por número de ônibus fiscalizado, para que a gente possa trazer segurança para vocês nessa afirmação. Eu peguei aqui e separei, bem rápido aqui, para não atrasar, porque eu estou correndo lá, por causa do horário, mas, no Nordeste, nós tivemos 228 pontos. Quando eu falo ponto, é uma unidade operacional...

(Soa a campanha.)

O SR. SILVINEI VASQUES – ... conhecida como posto, e também uma viatura que estava em ronda, com dois ou três policiais. Dos nove estados, eram 228 pontos. Então nós tivemos, em média, 25 locais de fiscalização da PRF ou de ronda por estado. Quando a gente faz essa comparação, o Sudeste teve 40 locais por estado; o Sul, 35; o Centro-Oeste, 29; o Nordeste, 25; e o Norte teve 11 locais por estado.

Ainda sobre o Nordeste, sobre os recursos financeiros, foram encaminhados ao Nordeste R\$1.119.600, uma média de 124,4 mil por superintendência, são nove superintendências, colocando o Nordeste em terceira posição em descentralização de recursos, atrás do Centro-Oeste, com 168 mil, e atrás do Sul, com 130 mil. Aí, muito próximo do Nordeste, estão o Norte e o Sudeste.

Depois, o senhor perguntou sobre matérias negativas que contribuíram... se ocorreu o vazamento.

Um mês antes, já estava havendo muitos vazamentos, tanto que aquela reunião do dia 19 foi feita... Pedi para o pessoal tirar o celular, estava criando uma instabilidade muito grande com o efetivo. Nós estávamos num momento em que o pessoal estava tentando uma reestruturação da carreira, o pessoal todo agitado.

Havia vazamento, sim, até o dia da eleição, que é um pessoal que eu acredito que não era ligado ou que tinha, como pessoa física, alguma ligação com o atual Presidente da época, mas o que se entendeu é que, depois da eleição, já estava definido.

O Presidente ganhou a eleição, o Presidente Lula. Por que continuaram fazendo essa covardia? Esse é o termo, covardia, porque quem cospe no prato em que come faz covardia, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E foi isso que alguns colegas fizeram, e o primeiro... A primeira colega – a primeira colega – deu entrevista para um blogue ou uma TV, eu não conheço, Poder 247, e lá assume publicamente que, na manhã do domingo, procura grupos policiais não fascistas, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Antifascistas, procura o grupo de colegas que são vinculados a alguns partidos de esquerda, procura colegas que tenham vinculação com autoridades do Parlamento, tanto Senadores como Deputados Federais. E ela, a colega, conta – quebrou o sigilo funcional inclusive, conta – como deveriam ser feitos os procedimentos, ela contou.

Então, dali começa. Vocês imaginam um dia daquele quente. É natural. Eu, sendo um Parlamentar de esquerda, se eu recebo de um policial rodoviário federal com uma informação de que a PRF está agindo de forma errada, o que eu tinha que fazer? Eu tinha obrigação... E, se os políticos de esquerda fizeram, fizeram certo – eu já falei isso em uma *live* do dia 19 de dezembro, quando me despedi. Fizeram certo, porque estão defendendo o seu partido, a sua agremiação, a sua categoria.

Quem errou é esse pessoal, tá? Porque eu tenho processado um a um, todos. E vão ter que provar criminalmente aquilo que falaram.

Quem é... Então, a gente tem... Eu já falei aqui várias vezes, não vou repetir porque já deu o tempo lá. Então, ocorreu, sim, Deputado André, infelizmente.

Isso ocorre em todo órgão, mas a PRF é um órgão ainda um pouco novo, e já falei aos colegas, a gente tem que fazer uma reflexão. Problema tem em todo lugar, tem ser humano, tem poder, tem a vontade de ser chefe. Agora, não podem estar jogando o nome da instituição e criando tudo que criaram aí, não é?

Depois, você me perguntou como eu avaliava a minha gestão. Eu vou ter um cuidado no que eu vou falar aqui, mas eu vou falar da gestão dos últimos dois anos desses 13 mil policiais e mais 9 mil colegas que são inativos.

Eu acho que foi uma família. Nós cuidamos muito dos nossos policiais, cuidamos das crianças do Brasil, cuidamos das mães que estão aí na rua, atrás dos seus filhos drogados, prendemos muita munição e droga. Infelizmente, em alguns momentos, eu sei que é difícil, mas a gente teve que fazer a defesa do policial no sentido de se defender, e aí houve disparo de arma, algum criminoso acabou morrendo, mas tenham certeza de que essa não era a nossa ideia, a nossa ideia sempre foi de defesa da vida. Essa é a essência, e os nossos policiais têm um coração muito bem formado. Aqueles aqui, Parlamentares, que conhecem algum PRF podem conversar. É uma polícia do bem, pode ter certeza quanto a isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a gente... Das 14, 15 horas em que eu trabalhava por dia, eu procurei sempre fazer o certo, ser honesto e fazer o bem.

Por fim, o Senador Girão. *(Pausa.)*

A primeira pergunta do Senador Girão era... Eu acabei, não anotei bem aqui... A primeira pergunta se o senhor puder repetir, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente, autoriza, Presidente? Posso, Presidente? Rapidamente...

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu anotei, e não estou entendendo a pergunta que ele fez.

Eu posso tocar para a segunda, se o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, então passa para a segunda.

O SR. SILVINEI VASQUES – Aí o senhor perguntou se a PRF poderia fazer alguma coisa nos dias 6, 7 e 8.

Eu não sei existe relatório de inteligência, não é? Se, por exemplo, tivesse uma decisão judicial, "os ônibus podem ser apreendidos", já ficariam no caminho e não chegariam aqui. Mas eu não posso falar, eu estava aposentado. Inclusive, no dia 8 de janeiro, véspera do meu aniversário, eu estava comemorando – que era um domingo –, só soube dos fatos à noite e realmente não sei dizer para o senhor se os colegas fizeram alguma coisa.

Depois o senhor falou sobre o GRR. O GRR é uma unidade. Nós criamos mais cinco unidades regionais – lá no Nordeste, na sua região, era em Recife o GRR, era o COE regional que tinha o GRR –, e os cinco COEs regionais, para dar uma resposta mais rápida, foram extintos agora em janeiro. Então, a gente só tem o GRR, agora, em Brasília, mas é uma força de elite.

Inclusive, quando fui questionado hoje, pela manhã, pela compra dos blindados pesados – que é o "caveirão", no senso comum o "caveirão" –, eu, naquela folga ali, peguei e fui olhar: o GRR usou os "caveirões", aqui, em apoio às demais forças, no dia 8 de janeiro.

Aí o senhor falou sobre os ônibus retidos... É, também eu não entendi essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Ah, se aqueles ônibus não fossem recolhidos... O senhor imagina, um ônibus daquele e o cara sem carteira. Passa no posto da PRF, chega à frente e se envolve num acidente. Então, os policiais que estivessem iam responder por prevaricação, porque poderiam ter evitado, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tinha motorista sem carteira, tinha ônibus sem para-choque, tinha ônibus sem retrovisor. Imagina um negócio desses, levando gente e não enxergar nada na lateral.

Então, não tinha como o policial deixar de fazer. E, no Nordeste todo, no dia 30 – alguns Parlamentares colocaram uma quantidade maior; no dia 30, eu tive o cuidado, aqui, no intervalo, de ligar novamente e perguntar, os colegas acessaram –, foram cinco veículos. E, quando falo ônibus, é ônibus e micro-ônibus – aquele veículo menor, que leva de oito a dez pessoas, é um micro-ônibus.

Então, calculando esse... E, de todos os cinco ônibus, um deles estava vazio, porque era de uma empreiteira que fazia obra na região, não estava levando ninguém. E, nos demais, foi feito o transbordo das pessoas, e seguiram para fazer a votação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – A primeira pergunta, Sr. Presidente, rapidamente aqui, é a questão de que o senhor foi acusado, Silvinei, de ser – por apoiadores do Presidente Lula – alguém próximo ao Presidente Bolsonaro.

Só que agora, na posse do Presidente Lula, é escolhido, aí, pelo Ministro Flávio Dino, o Inspetor Antônio Fernando Oliveira, que foi cria política do referido Ministro, quando trabalhou ainda como Deputado Federal.

Então, a pergunta que eu lhe faço é a seguinte: é se...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... esse perfil ideológico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Fora do microfone.) – Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... divide mais ainda a PRF hoje. É uma questão de contradição...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Essa é uma outra fala já.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fora do microfone.) – Ele está fazendo uma pergunta, Deputado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... só isso.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não é uma pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Só isso, é só para esclarecer a opinião sua sobre a questão. Do que o senhor foi acusado, hoje, existe uma situação bem próxima – até mais –, que é do Ministro da Justiça. É só isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado... Senador Girão, o depoente não pode emitir juízo de valor, ele já falou isso. Isso é uma análise política que não é pertinente para o depoimento dele.

Pode continuar, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já concluiu.

Passamos, agora, ao próximo bloco, que é agora entre aqueles que são suplentes da Comissão.

Primeiro orador inscrito, Deputado Gervásio Maia.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB. Para interpelar.) – Presidente, dizer que o Brasil passou quatro anos na iminência de uma ruptura democrática.

Tivemos ataques ao Supremo Tribunal Federal, quando filhos do Presidente da República, do então Presidente, atacavam e diziam que bastava um cabo e um soldado para fechar o Supremo Tribunal Federal. Depois, a tentativa de destruir o nosso modelo seguro de urnas eletrônicas para tentar estabelecer, numa derrota, um terceiro turno.

Tivemos movimentos em cidades com figuras carimbadas o tempo todo, com camisas do Presidente da República pedindo o fim do regime democrático. Isso acontecendo nas cidades, nas motocicletas, na porta de quartéis. Todo mundo assistiu a isso.

Tivemos no segundo turno, Sr. Presidente... E aí foi algo que eu não digo que manchou a Polícia Rodoviária Federal, porque nós temos um orgulho danado, Silvinei, da Polícia Rodoviária Federal. São servidores concursados, qualificadíssimos. Um orgulho para o Brasil. Agora, o seu comportamento enquanto ex-Diretor foi uma vergonha para o Brasil. E digo isso porque havia uma decisão do TSE dizendo que as operações não poderiam acontecer no dia da eleição. O senhor interferiu, sim, no resultado da eleição no Nordeste. O senhor interferiu, sim, no resultado da eleição do meu estado, o Estado da Paraíba. O senhor não teve a condição sequer de dizer o nome da cidade, do Prefeito, que gravou um vídeo no instante em que as operações estavam acontecendo.

São números. O Nordeste representa mais ou menos 30% da população brasileira. E foi no Nordeste que o senhor determinou quase 50% das operações que aconteceram no Brasil no dia da eleição. São 150 milhões de brasileiros contra metade das operações. Então, foi algo planejado, foi algo premeditado para interferir no resultado das eleições.

O senhor disse que o Prefeito de Cuité, o Município é Cuité, na Paraíba, Curimataú, o Prefeito se chama Charles Camaraense, Prefeito respeitado por toda a Paraíba... E, quando ele foi acusar o senhor do movimento que estava sendo feito, ele gravou vídeos. O senhor disse que ele está sendo processado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele acabou de gravar um outro vídeo de que o senhor também não vai gostar, porque ele está chamando o senhor de mentiroso. Ele, inclusive, já emitiu uma certidão da Justiça para comprovar que não tem nenhum processo contra ele. Gravou um vídeo. É bom o senhor responder depois.

Quero dizer ao senhor que eu conheço diversas pessoas que, intimidadas pela força que tem o aparato policial, deixaram de sair de casa para votar. Não saíram de casa para votar, Sr. Presidente. E foram muitos. Bastaria um eleitor deixar de votar por atitude do senhor, que feriu, inclusive, uma decisão judicial, para que o senhor merecesse uma grave punição. Mas foram muitos eleitores que saíram, que deixaram de votar.

Quero dizer, Sr. Presidente, que foram 272 operações, segundo a TV Globo, num apurado que fez. Isso foi divulgado num blogue da *UOL*, ainda naqueles dias em que o escândalo tomava conta da decisão tomada pelo Sr. Silvinei, que prorrogou ao máximo o fim das operações para ganhar tempo e tentar prejudicar o resultado das eleições, interferir no resultado das eleições no Nordeste.

Quero dizer mais, Sr. Presidente, que foram muitas etapas. É fato. O Brasil inteiro acompanhou. O Brasil inteiro estava assustado com a tentativa desse grupo de pôr fim a tantas lutas que nós tivemos para que a democracia pudesse existir como existe hoje em nosso país. Pessoas morreram. Foi um período de muito sangue, de muita dor.

Passada a eleição, Sr. Presidente – e esta CPMI vai apurar, se Deus quiser –, nós tivemos um outro episódio, dos mesmos grupos; outros silvineis da vida atuando, seguindo seu chefe, o ex-Presidente da República. Quem não lembra do dia 12 de dezembro, aqui em Brasília? Baderna generalizada, comércios depredados, veículos incendiados, tentativa de invasão à Polícia Federal. Ninguém foi preso. Quem era o Governador? Mais um dos silvineis da vida, que estava no mesmo projeto de pôr fim à nossa democracia.

E aí a machadada final, que foi o outro episódio pós-diplomação do Presidente Lula e do Vice-Presidente Alckmin, que foi o 8 de janeiro. As mesmas figuras, as mesmas roupas, os mesmos trajes. Duvido que ali tenha uma única foto de alguém ligado à esquerda. Eram os mesmos movimentos que estavam postos. E ali foi o movimento mais ousado de todos. Pensavam que, a partir daquele dia, 8 de janeiro, a nossa democracia iria ruir, mas o plano deu errado. O plano deu errado, Sr. Presidente, e aqui estamos nós com a responsabilidade de dar uma contribuição a um trabalho que já vem sendo feito pela Polícia Federal, pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público. E eu espero que esta Comissão possa agir com imparcialidade, para dar o resultado que nós precisamos: punição, cadeia.

O senhor, de repente, Silvinei, se preocupou e correu atrás da sua aposentadoria. Certamente o senhor não estava conseguindo dormir de noite, porque o senhor sabe o que foi feito. O senhor sabe o que aconteceu naquele dia da eleição. O senhor sabe a força que tem a Polícia Rodoviária Federal quando trafega nas ruas, nas BRs, melhor dizendo, nas nossas rodovias federais, na região do Semiárido,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma região que já sofreu muito com a falta d'água e que teve que substituir, com o passar dos tempos, o animal por um pequeno veículo. E posso lhe garantir que, com a Polícia Rodoviária Federal em campo naquele dia, tomando conta das ruas, colocando ali 50% das operações do Brasil inteiro para 30% da população do país, muita gente deixou de ir votar, porque basta uma lâmpada queimada, basta um pneu numa condição mais ou menos duvidosa para que a Polícia Rodoviária Federal possa lhe aplicar uma infração. E foi exatamente por isso, conhecendo a realidade do Nordeste do Brasil, que o Poder Judiciário disse não a qualquer operação no dia 30. O senhor interferiu no resultado da eleição. E não venha com essa história de dizer, Sr. Presidente, que pelos números, pelo histórico da eleição não houve abstenção. Houve, sim. Esse é um número que não dá para bater. Nós tivemos muitas cidades do Nordeste em que 90% do eleitorado disse sim ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não dá para chegar a essa conta exata, Sr. Presidente. Não dá para quantificar. O que dá para ter certeza é que, com a carteira do Sr. Silvinei, nós tivemos, sim, uma interferência direta no resultado da eleição no dia 30 no Nordeste do Brasil.

E aí eu escutei aqui, Sr. Presidente, muitas falas, falas enfeitadas; o Silvinei querendo dizer aquilo que o Brasil inteiro sabe, querendo se vitimizar perante a PRF. Não, Sr. Silvinei, o seu histórico de prestação de serviços à Polícia Rodoviária Federal não está sendo questionado, o valor que tem a Polícia Rodoviária Federal não está sendo questionado neste momento. O que está sendo questionado é o seu comportamento enquanto Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, quando feriu, afrontou o Poder Judiciário, o que era um costume do seu grupo, numa decisão assinada por um ministro no dia 29, e o senhor interferiu.

Eu quero, Sr. Presidente, que ele responda por toda movimentação irresponsável, equivocada, adotada sobretudo na região em que vivo, que é o Nordeste do Brasil. Afirmo a V. Exa., com toda convicção, que esse cidadão, que pode ter sido o melhor servidor público ou um dos melhores da Polícia Rodoviária Federal, prestou um desserviço ao Brasil e atrapalhou o dia da eleição, que era um dia para que nós tivéssemos as forças policiais – PRF, Polícia Militar...

(Soa a campanha.)

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) – ... Polícia Federal – atuando para ajudar na organização do dia da eleição, na tranquilidade, para que as pessoas pudessem sair de casa e votar, chegar ali na sua urna, no seu local de votação, e depositar o seu voto consciente. Mas eles sabiam que a eleição seria apertada, e atacar o Nordeste foi um plano perfeito. O plano só não foi melhor porque Luiz Inácio Lula da Silva venceu as eleições.

E olha, Sr. Presidente, olha, Silvinei, não dá para contestar fatos. Tudo isso aconteceu. O senhor pode dizer o que o senhor quiser, mas, se o senhor der uma voltinha lá em Picuí, na terra do Prefeito Charles Camaraense, nos municípios em que as operações ocorreram, converse com as pessoas,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

converse com aqueles que moram no campo, e o senhor vai ver que o senhor deixou muita gente em casa sem votar, e o senhor precisa responder por isso.

Eu espero, Sr. Presidente, que esta Comissão aja com toda determinação, inclusive montando uma Comissão para visitar a Região Nordeste, para ouvir pessoas, para saber que o que nós estamos aqui dizendo... Aliás, todos sabem disso, é fato, Sr. Presidente, e não dá para a gente combater aquilo que aconteceu.

Portanto, deixo aqui o meu reconhecimento, Sr. Presidente, o respeito e a admiração que nós temos à Polícia Rodoviária Federal, aos grandes servidores que tem a Polícia Rodoviária Federal, mas nada disso pode ser misturado ao comportamento daquele que exercia um cargo de confiança do então Presidente da República daquele instante, que, graças a Deus, não ocupa mais o Planalto, e hoje nós estamos vivendo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) – ... um novo tempo, um novo momento no nosso país, para a alegria de todas e de todos.

Sr. Presidente, este homem...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) – ... tem que pagar pelo que fez.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Mesa da Presidência, Sr. Silvinei, o senhor é muito bem-vindo à Casa do povo!

Depois de 12 horas e 8 minutos aguardando – e fiquei aqui de propósito, porque esta foi a primeira oitiva da CPMI –, confesso que vim para cá meio atribulado, atormentado, com medo, mas, depois que eu vi a sua postura aqui nesta Comissão, a sua tranquilidade, o seu testemunho de alguém que já enfrentou balas de fuzil... Enfrentar aqui meia dúzia de bravatas e narrativas? O senhor se saiu muito bem.

Sr. Silvinei, o senhor, para mim, é um herói. O senhor é um herói, é um patriota, é um brasileiro, tem o meu respeito e – acredito – o respeito da maioria dos brasileiros, que, depois desta oitiva, sabe que o senhor sai maior daqui do que quando chegou, porque, quando o senhor chegou, o senhor mesmo disse que não teve oportunidade de fala. E nós o ouvimos falar aqui por 12 horas a fio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Logo no início da nossa sessão, um Deputado aqui falou erroneamente a palavra "inquisição", e eu lembro que o Senador Amin ainda levantou e disse: "Inquisição, não; inquirição". E eu comecei a me lembrar dos áureos anos de teologia, e sabe do que eu me lembrei, Senadora Damares? Que inquirição e inquisição são muito parecidos. A diferença é que a inquisição é usada para condenar hereges, e o que é um herege? É aquele que não crê naquilo que o inquiridor ou inquisidor crê.

Então, como o senhor chegou aqui na qualidade de convidado e foi tratado como um convocado, logo de início, foram duas horas de sabatina feita pela Relatora. Uma hora e vinte e oito minutos, eu marquei aqui, apenas sobre assuntos extras que não estavam na temática do requerimento. Alguém pode até dizer que talvez ela estivesse tentando traçar o seu perfil psicológico, e eu não acredito nisso – talvez, nem sei se há cognição por parte da pessoa para tratar isso. Todavia, por uma hora e vinte e oito minutos, apontaram para o senhor todos os calibres possíveis. E, depois, vinte e oito minutos apenas para falar sobre a temática. Poderíamos ter encerrado essa sessão uma hora atrás, e o senhor se saiu muito bem.

Eu quero aqui, então, lhe dar os parabéns em nome de toda a população brasileira. O senhor respondeu a todas as perguntas. Eu tinha aqui quase 20 perguntas para fazer, e não vou fazer nenhuma. Vou usar aqui apenas o meu tempo para dizer que aquele povo que no dia 8 de janeiro foi maltratado, e entre eles, é claro, tivemos os vândalos, todos eles tinham um motivo. O mesmo motivo deles foi o motivo que levou as pessoas a fazerem as barricadas pelo nosso país, e eu não concordo com o que foi feito. Mas o motivo se resume a uma palavra: medo.

O medo é um dos piores sentimentos que um ser humano pode ter na vida. Eu sou um assíduo leitor da Bíblia, e tem dois fatos na Bíblia, duas histórias sobre o medo que me deixam apavorado. Uma é quando Moisés enviou para uma certa terra 12 espias para observarem a terra e trazerem a notícia para o povo. Dez espias voltaram contando que lá naquela terra tinham homens que eram tão grandes, tão altos, que eles se sentiam como um gafanhoto perto deles. O maior gafanhoto encontrado na história tem 25cm. Então, eu imagino que um gafanhoto, perto daqueles homens, era do tamanho da palma da mão de um homem adulto, mas o medo deles os fez enxergar como se os homens daquela terra fossem sete, oito vezes maiores de altura do que eles.

Lembro-me de Jesus, que lá, no Jardim do Getsêmani, quando percebeu a morte, percebeu a dor e a agonia, o seu lado humano ali transpareceu, e ele, num ato de agonia, olhou aos céus e falou com o Pai, dizendo: "Se for possível, passa de mim este cálice". Então, o medo é uma arma muito grande. Tentaram usar isso aqui com o senhor, logo que o senhor chegou. O senhor aqui sofreu a ameaça velada de sair daqui preso. É essa a forma com que as pessoas agem, mas o senhor não esmoreceu, o senhor mostrou coragem.

Mas o medo que eu estou falando são daquelas pessoas que, como eu disse, estavam acompanhando uma eleição e, simplesmente, quando olhavam o seu candidato sair nas ruas, eram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milhões de pessoas atrás desse candidato. E o outro candidato não podia sair na rua porque, quando saía, era vaiado. E, para fazer qualquer tipo de comício, tinha que ser no carro fechado com os números dados.

Aí esse mesmo povo que viu milhões de pessoas saírem pela rua começou a perceber que, durante a campanha, o seu candidato começou a ser boicotado. Foi boicotado, por exemplo, quando ele não pôde mais falar sobre ditadores da Nicarágua serem amigos do candidato que estava... E aí vem o Judiciário e interfere. De repente, ele não pôde também falar que o candidato opositor foi preso, não pôde citar isso porque ele também sofreu sanções do Judiciário.

Aí, o Exército, que havia recebido uma incumbência de analisar as urnas, emite uma nota dizendo que não conseguiu chegar a uma conclusão por causa da falta do código-fonte. Depois, milhares de inserções de rádio do Presidente Jair Bolsonaro, que era candidato, não foram veiculadas. Aí, de repente, no dia 18 de outubro, o Ministro Barroso, do STF, liberou prefeituras e empresas concessionárias para oferecerem voluntariamente o serviço de transporte público de forma gratuita. E, aí, de repente – olha que interessante! –, em 2014, o PT teve, no Norte e no Nordeste, 24,5 milhões de votos; em 2018, 24,2 milhões de votos; e, em 2022, 26,3 milhões de votos, 2 milhões a mais. E, aí, vêm aqui as pessoas dizer que o senhor atrapalhou a eleição deles lá pra cima?

Essas pessoas que fizeram essas barricadas estavam com medo de o nosso país virar uma Venezuela, porque nós vimos as histórias, e não apenas histórias, testemunhos. Eu estive lá em Roraima. Eu ouvi venezuelanos falarem que o cachorrinho que eles tinham na casa tiveram que assar, cozinhar o cachorro pra dar para os filhos comerem, pessoas adultas, que perderam 20, 30, 40 quilos num regime ditador.

O Brasil inteiro acompanhando essas coisas, essas histórias pela internet e, de repente, eles veem o candidato deles, que tinha essa multidão de pessoas que o acompanhavam pelas ruas, ser perseguido politicamente e não poder exercer o seu direito de fazer uma campanha extremamente transparente, porque não foi. Então, esse povo, com medo, no dia 8 de janeiro, veio aqui pra frente da Esplanada.

Alguns foram vândalos, sim, mas nunca foram terroristas. Nem os vândalos eu chamo de terroristas. São vândalos, têm que ser tratado como vândalos. A outra grande maioria são os golpistas: golpistas sem arma, golpistas sem tanque de guerra, golpistas sem apoio de nenhuma instituição internacional, golpistas com Bíblia na mão, golpistas com orações nos lábios, golpistas que cantavam o Hino Nacional, vestindo roupa verde e amarela, esses são os golpistas.

É lastimável chegar aqui nesta CPI e ver tudo isso. Eu espero que o Brasil esteja acompanhando; em especial, que o Estado do Maranhão esteja acompanhando pra ver como é que as coisas estão sendo tratadas aqui. E essa foi só a primeira oitiva. Eu imagino o que vem pela frente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu termino aqui a minha fala só dizendo ao senhor, como eu comecei, Sr. Silvinei: o senhor é pra mim um herói. E eu vou deixar aqui para o senhor uma pergunta apenas: o senhor se sente como alguém que está sendo perseguido politicamente? E uma segunda pergunta que, se o senhor quiser responder, fique à vontade: o senhor acredita que, em 8 de janeiro, houve uma tentativa de golpe de Estado no Brasil com 5 mil pessoas que estavam aqui na Esplanada? Digo isso porque, em 2017, colocaram 35 mil pessoas aqui, Senador Magno Malta, incendiaram o Itamaraty, e 35 mil pessoas não conseguiram chegar perto do Palácio do Planalto. Em 2013, 30 mil pessoas não conseguiram chegar perto do Palácio do Planalto, mas, em 8 de janeiro, assim, como num passe de mágica, 5 mil pessoas conseguiram entrar no Palácio do Planalto, na Câmara dos Deputados, no Senado, no STF. Que façanha tinha esse povo! Mirabolante isso!

Esta CPI era pra isso, era pra tratar desses assuntos, e não pra ter pessoas como o senhor aqui, que só fizeram o seu serviço. Mais uma vez, obrigado por o senhor ser brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Para interpelar.) – Boa noite, Sr. Presidente, boa noite, Sr. Silvinei Vasques.

Eu quero dar aqui hoje também os parabéns, Sr. Vasques. Hoje o senhor derrubou a primeira narrativa da extrema esquerda nesta CPMI, a de que a PRF pudesse ter sido usada com fins eleitorais, porque o senhor veio com um discurso firme, com dados, dizendo quais são as suas fontes, sendo acusado de dar uma camisa do Flamengo para um ministro, sendo acusado de ter feito uma postagem em rede social, sendo acusado de estar buscando um emprego após a sua aposentadoria. São acusações gravíssimas!

E, a partir daí, a gente vê como o seu depoimento foi conciso, foi sólido, porque não tem como refutar. E ainda chegam alguns Parlamentares aqui, de paraquedas, depois de várias horas de depoimento do senhor, e que, obviamente, não estavam ouvindo o que o senhor falou, acusá-lo de não cumprir decisão do STF.

O senhor leu 500 vezes a sua determinação de cumprimento de decisões do STF, do TSE. O senhor cansou de dar dados técnicos, com fontes públicas, de que não houve nenhuma tentativa de dificultar votação de ninguém, em especial no Nordeste. O senhor cansou de falar que não tem um registro de ocorrência, no Brasil inteiro, de alguém que não tenha conseguido votar por causa da atuação da PRF. Só que ignoram completamente isso, porque o que vale é a narrativa, e o senhor, hoje, desmontou a primeira narrativa, e eu quero dar os parabéns por isso, porque a própria narrativa de golpe é *fake* em si, porque é o crime impossível, é o crime impossível o golpe da forma como a narrativa tenta fazer com que parte da população creia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém em sã consciência acredita, Senador Magno Malta, que vai ter algumas dezenas de pessoas que vão invadir o Palácio do Planalto, o Supremo e o Congresso, vão sentar na cadeira de Presidente, vão dar ordem no Brasil inteiro e vai todo mundo cumprir? Esse é o golpe! Esse é o golpe! Ou o golpe do zap-zap – não é? –, porque, no dia 8 de janeiro, o Presidente não era mais Bolsonaro.

A realidade se impõe às narrativas. Se houvesse tentativa de golpe, teria sido consumado com o Presidente Bolsonaro na cadeira. No entanto, ele já estava fora do Brasil.

E digo mais: a extrema esquerda gosta de usar outra narrativa, a de que os acampamentos na frente de quartéis foram os embriões do golpe. Espera aí: se tinha pessoas lá de alta periculosidade, pessoas armadas, por que é que no dia 1º de janeiro... Dia 1º de janeiro não, porque foi o dia da posse... Por que é que no dia 2 de janeiro os acampamentos não foram desmobilizados? Por que é que no dia 3 de janeiro os acampamentos não foram desmobilizados? Por que é que no dia 4 de janeiro os acampamentos não foram desmobilizados? Por que é que no dia 5 de janeiro os acampamentos não foram desmobilizados? Por que é que no dia 6 de janeiro os acampamentos não foram desmobilizados? Por que é que no dia 7 de janeiro os acampamentos não foram desmobilizados? E como é que chega um grupo de pessoas desarmadas e invade, como invadiu, o Palácio do Planalto, que tem um batalhão específico para proteger aquele patrimônio público?

Eu tenho 20 anos de vida pública e já vi diversas manifestações violentas da extrema esquerda, com Black Blocs, no Rio de Janeiro, em que os batalhões de choque – e essa gravata aqui é uma homenagem a todos os batalhões de choque do nosso Brasil – conseguiam reprimir e evitar a depredação de patrimônio público de grupos muito menores. Mas essa omissão, Presidente Arthur Maia, nós vamos, sim, fazer questão de ir atrás aqui nesta Comissão.

E esses vazamentos seletivos que acontecem... É porque, quando é vazamento que ajuda a narrativa, está tudo o.k., ninguém investiga, não se instaura inquérito para investigar nada; agora, quando há o vazamento, por exemplo, do G. Dias tratando os invasores com aguinha gelada, com parcimônia e muita educação, aí é vazamento: "Vamos investigar quem foi que vazou".

Chega ao cúmulo a extrema-esquerda defender que esse cidadão não seja convocado aqui! E quero dar os parabéns ao Presidente da Comissão por ter conseguido retomar o bom senso da base governista de extrema-esquerda nesta Comissão de ceder – tem que ceder – para ouvir aquele que foi o maior pivô e, na prática, foi o que colocou esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para funcionar.

Querem ver outro vazamento seletivo? Agora, está aí o vazamento que, se não me engano, foi na revista *Veja*. Por que se vazou o material apreendido no celular do Tenente-Coronel Cid? Uma parte dele. Passo a passo para o golpe ou algo do tipo... Passo a passo para o golpe! Aí você vai ver o Prof. Ives Gandra dando, fazendo manifestações públicas de que se tratava de uma resposta dele aos alunos da Eceme, do Exército Brasileiro, sobre a aplicação do art. 142, quer dizer, golpe de Estado com base na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal?! Golpe de Estado, ataque à democracia, se questionando qual é a aplicação do art. 142 da Constituição Federal?! E por que, nesse vazamento dessas mensagens, não aparecem os considerandos, até porque, se há uma minuta de golpe, tem lá qual a fundamentação jurídica, a sua execução e os considerandos? Por isso, a minha curiosidade, Presidente, de ter acesso a essa informação, porque estou curioso para ver que considerandos são esses, quais eram os ataques à democracia que poderiam estar fundamentando uma minuta dessas, repito, de 2017, portanto, nada a ver com o Governo Bolsonaro. É curioso por que não se vazou essa parte também, já que é um material que, em tese, era para estar junto.

Eu vou, com muita tranquilidade aqui, Presidente, se isso não foi requerido, requerer a V. Exa. que seja votado aqui, nesta Comissão.

E, por fim, o Senador Magno Malta tratou de um assunto aqui e faltou falar de outra parte, porque há lampejos de lucidez neste Governo – há lampejos de lucidez. E é indefensável... E aí não é o Flávio Bolsonaro, não é a direita golpista que está falando... Foi essa entrevista publicada hoje do Ministro José Múcio, Ministro de Estado da Defesa do Governo Lula! É importante ressaltar de novo aqui, opinião dele, aspas dele: "Ato golpista não tem grande líder por trás". Ato golpista não tem grande líder por trás! Diferente do discurso do Governo. E há outra fala marcante aqui: as pessoas que vieram para a Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro não saíram dos acampamentos de Brasília, foi gente de fora, estimulada por irresponsáveis baderneiros. Que maluquice de golpe é esse? Golpe virtual? A narrativa de golpe é *fake* por ela mesma por ser um crime impossível.

E nós vamos, sim, buscar a real omissão do atual Governo. Se tivesse colocado o aparato compatível, minimamente compatível com as informações que todos os órgãos de inteligência, de segurança já tinham previamente, pelo menos desde dois dias antes do dia 8 de janeiro, certamente nada disso teria acontecido. Meia dúzia de bombas de gás lacrimogênio tinha resolvido o problema, Silvinei Vasques, e não foi o que nós vimos. Daí a importância de nós termos acesso, por exemplo, às imagens do Palácio do Planalto pra saber se, antes do grosso dos manifestantes chegarem lá, já não tinha gente lá dentro infiltrada.

Palavras do Ministro de Estado da Defesa do Lula: "Foi gente de fora estimulada por irresponsáveis, baderneiros..."

Nós vamos chegar lá com os trabalhos desta CPMI se Deus quiser.

Eram essas palavras sem perguntas ao senhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Mesa está compreendendo que as últimas falas estão muito mais colocando um contexto político do que fazendo inquirições. Então, vamos prosseguir. Todos os Parlamentares estão aí falando... Vamos prosseguir sem precisar devolver agora a palavra ao depoente.

Então, passo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou aproveitar o meu tempo já pra fazer algumas questões que seriam questão de ordem mesmo, de funcionamento da CPMI, até porque participei de várias, inclusive como Relator de uma CPI.

Todos nós aqui, como Parlamentares, Senadores e Deputados, podemos, de fato, contribuir muito com a investigação. Então, quando você tem... Eu não quero aqui, evidentemente, diminuir tempo de ninguém, mas quando você tem a relatoria com duas horas, com mais de duas horas de... Inclusive, nesse caso específico, ele foi como testemunha e aqui a atitude foi como se ele fosse investigado. Então, precisamos ter essa diferença daqueles que são convidados pra serem testemunhas e outros que são investigados. Então, começa já com essa questão de ordem, que eu acho que precisamos ter esse cuidado com os próximos convidados.

Segundo, Presidente, eu acho que são tantos dados que são colocados aqui que eu acho que temos que ter realmente, quando informado qualquer dado, a fonte. Não dá pra todo mundo falar em dados aqui, inclusive a relatoria, sem informar a fonte dos dados, porque com isso a própria população que está assistindo fica perdida, porque um fala uma coisa e outro fala outra referente às mesmas informações.

Eu, pela primeira vez aqui, vejo uma comemoração de requerimentos que foram rejeitados. Eu nunca vi isso. Em uma CPI que precisa investigar a verdade, os principais foram rejeitados e houve uma comemoração. Então, significa que não querem a verdade. Eu parablenizo V. Exa., como Presidente, por ter colocado em votação hoje a questão do G. Dias. Não é possível que alguém acha desnecessário ouvir aqui o Comandante do GSI na época.

Segundo, a proteção. Realmente, Presidente, ex-servidores... Nós que vivemos a vida pública há anos, é inadmissível a gente prestar um serviço pro país, como foi colocado aqui, e depois ficar vulnerável a qualquer... Nós já aprovamos inclusive, em outras ocasiões, a proteção a testemunha; a Senadora Damares lembrou bem aqui, não é? Nós tivemos no caso da covid mesmo. Ao irmão do ex-Deputado Luis Miranda, foi dada a ele toda a proteção como testemunha que ele foi e que precisa realmente de ter esses cuidados para não ficar vulnerável, sujeito aí. Nós sabemos de ex-policiais de um modo geral, sejam da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar: eles são evidentemente, quando aposentados e depois de um fato como este, de uma CPI, de fato perseguidos, e a gente tem que ter o cuidado de poder realmente dar a eles proteção. Se for necessário um requerimento, nós faremos, para que haja uma proteção, para que ele tenha realmente essa questão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu sei que V. Sa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Vou desbloquear o iPhone.

Eu sei que V. Sa. já tinha saído das suas atribuições antes do dia 8, mas, pela experiência, pela vivência, pelo profissional que V. Sa. é com relação à Polícia Rodoviária, eu vou fazer aqui algumas perguntas. As primeiras são só "sim" ou "não".

Bem, primeiro, à época em que V. Exa. comandou a PRF, a Diretoria de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal o assessorava constantemente? Correto isso? Só "sim" ou "não".

As informações... Essa é a primeira.

Segunda: as informações coletadas pelos focais da Polícia Rodoviária Federal eram repassadas à Diretoria de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal para tratamento e difusão aos tomadores de decisão da Polícia Rodoviária Federal, correto?

Terceira: a Diretoria de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal também promovia intercâmbio de informações sensíveis com outros órgãos de inteligência, correto?

Quarta: por sua vez, a Diretoria de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública tem por atribuição inclusive promover a integração das atividades de inteligência e de segurança pública, em consonância com os órgãos de inteligência federais, estaduais, municipais e distritais, que compõem o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, correto?

Quinta: de modo semelhante, à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da sua Diretoria de Inteligência, compete assessorar o Ministro de Estado nas atividades de inteligência, correto?

Sexta: portanto, diante do arcabouço normativo hoje vigente, toda e qualquer informação de inteligência que porventura chegasse à Diretoria de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal ou à Diretoria de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça seria tratada e repassada aos tomadores de decisão? Correta essa informação?

E aí eu pergunto, pela experiência de V. Exa.: eu sei que V. Sa. não estava mais lá, mas, entre o dia 2 e o início da invasão, no dia 8 de janeiro de 2023, chegaram pelo menos 20 informes de inteligência para a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública e seis informes de inteligência da Diretoria de Inteligência, pública, da Polícia Rodoviária Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entendimento de V. Sa. e pela experiência de V. Sa., por que razão não houve um posicionamento mais efetivo e tempestivo por parte dos tomadores de decisão desses órgãos que citei, uma vez que as informações já estavam disponíveis nas áreas de inteligência do Ministério da Justiça e Segurança Pública e também da Polícia Rodoviária Federal?

E por último, na avaliação de V. Exa., pela experiência que V. Exa. tem, poderia ter havido omissão deliberada por parte dos tomadores de decisão, uma vez que as áreas de inteligência trataram e difundiram as informações regularmente?

Essas seriam as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador.

Passamos ao próximo orador inscrito, o Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado. Boa noite a todos e a todas.

Vamos lá, independente das provocações.

Sr. Silvinei, em primeiro lugar, queria dizer que não considero qualquer fato declarar voto às vésperas da eleição, sendo Diretor da Polícia Rodoviária Federal. Queria saber se realmente o senhor acha isso responsável, razoável: num clima difícilíssimo e tenso no Brasil, o Diretor da PRF se pronuncia publicamente.

Sobre a tal camisa do Flamengo, achei até curioso, porque a gente passa a banalizar algumas coisas que são sinais: número 22, número do Bolsonaro. Quando estava passando por aí, o seu assessor falou "É do Rodinei, que fez o gol do título do Flamengo na Copa do Brasil". E eu sou muito flamenguista. O problema é que o Flamengo foi campeão dia 12 de outubro, isso aconteceu no final de setembro. Nem nisso V. Sa. está falando a verdade – e no fundo, se há caráter, sabe disso. Como lida com a própria mentira é outra coisa, aí é sobre sentido de vida, cada um dá o seu.

Mas seguindo, vamos ao dia 30 de outubro. Alguns fatos importantes. Primeiro fato: 48 ônibus retidos no Nordeste, 26 ônibus em todas as outras regiões do Brasil. Esse fato o senhor reconhece como verdadeiro? Sim ou não? Se é verdadeiro, por que tamanha incidência sobre a Região Nordeste? Isso foi do dia 28 ao dia 30 de outubro. Dia 30 de outubro, 324 ônibus paralisados no Nordeste, 46% dos veículos abordados em todo o Brasil. A única explicação é que no Nordeste tem um efetivo maior? O senhor reconhece esse dado? E sendo esse dado verdadeiro, por que essa incidência no Nordeste? A Região Nordeste tem 27% da população brasileira, mas concentrou quase metade das abordagens policiais da Polícia Rodoviária Federal no dia do segundo turno. O senhor reconhece isso? Se é verdade, por quê? Lembrando que não é ameaça, é lei. O senhor está como testemunha, e uma vez mentindo, a prisão em flagrante é uma legalidade, não é uma ameaça, em hipótese alguma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quarto fato, queria chamar muito a atenção para isso, peço a atenção de todos e todas. Segundo dados da Polícia Federal – olha isso –, o número, Rubens Júnior, de fiscalizações da PRF no primeiro turno em todos os estados da Região Nordeste, nós somamos: 13.044 fiscalizações da PRF na Região Nordeste no primeiro turno. Vamos ao segundo turno: 17.133 fiscalizações da PRF na Região Nordeste, quase 4 mil de acréscimo.

Silvinei Vasques, o senhor reconhece esse aumento, esses dados informados pela própria Polícia Federal? Por que esse aumento significativo, do primeiro para o segundo turno de fiscalizações na Região Nordeste? Uma pergunta é: reconhece ou não reconhece o dado? Se não, vamos às fontes, à minha Polícia Rodoviária Federal. Se sim, qual a razão técnica para isso?

Mas tem um outro fato, Sr. Presidente, para nós abordarmos. Olha isso, Laura: pagamento de hora extra, indenização por flexibilização voluntária do repouso remunerado, ou seja, pagar hora extra para que o policial possa ir para a rua. Vamos lá: Ordem de Serviço nº 121. No primeiro turno foram gastos R\$313.200,00. Ordem de Serviço 121. Primeiro turno: gasto com compra dessas horas extras para colocar policiais nas ruas R\$313 mil.

Vamos ao segundo turno: Ordem de Serviço 163. Sabe qual valor foi gasto? Foram R\$3.566.700. O Deputado Rubens Júnior chegou a fazer uma questão quando falou assim: "Como é que se mobiliza para criar um obstáculo?". Veja, está mudando o número de fiscalizações do primeiro para o segundo turno, significativamente, está mudando o número de valor pago para colocar mais policiais na rua, do primeiro para o segundo turno. Num contexto crítico de um Presidente que governou durante quatro anos desafiando a própria democracia. E nós vamos tratar esses dados como irrelevantes? Não consigo tratar como dados irrelevantes.

Daí vem o dia 31 de outubro. Bolsonaro perde a eleição. Mimado ou covarde, não age como Chefe de Estado e não consegue reconhecer a própria derrota. É como se dissesse: a bola é minha, não vou entregar para ninguém. Na minha opinião, isso influencia, inflama as pessoas.

Por que, Silvinei Vasques, no dia 30 de outubro tinham 4,3 mil agentes da PRF atuando no segundo turno e no dia 31 de outubro, diante – segundo as suas próprias palavras –, de um dos maiores impedimentos de estradas do mundo, diminuiu o número de agentes para 2,8 mil? No dia 31 de outubro, diminuiu o número de agentes da PRF, diante do caos instalado nas estradas e do silêncio covarde do ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Sr. Silvinei, o senhor começou aqui reivindicando a PRF, que é uma tática dizer que o senhor defende a instituição. Eu queria poder dizer, respeitosamente, o contrário. O senhor fez parte, essa é a tese que eu defendo, de um aparelhamento ideológico, de uma "bolsonarização" da Polícia Rodoviária Federal, que precisa ser respeitada como instituição de Estado e seus trabalhadores também devem ser respeitados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou dar aqui um contexto. De 2007 até 2018, foram cinco pessoas mortas pela PRF. De 2019 a 2022, foram 58 mortes operadas pela PRF sozinha, fora a participação de outras ações, inclusive de chacina no Rio de Janeiro. Muita gente carregando caixão e chorando também, inclusive a família do Genivaldo. A mesma PRF, que nas estradas diminui a fiscalização porque o Presidente queria tirar radar, o número de abordagens sobre a questão do álcool no trânsito diminuiu, mas o número de letalidade da PRF aumentou.

Nesse mesmo contexto, Silvinei Vasques decidiu extinguir Comissão Nacional – e regionais – de Direitos Humanos. Isso gerou – está aqui na minha mão – ação civil pública do Ministério Público Federal. Por que acabar com Comissão Nacional – e regionais – de Direitos Humanos? Mas o Silvinei não respondeu, não se importou.

Daí depois veio um parecer de força executória obrigando: "Precisa voltar com a temática dos direitos humanos na Polícia Rodoviária Federal para a formação dos seus agentes". Ao mesmo tempo em que a letalidade aumenta e que mais caixões são produzidos pela PRF, com ações inclusive inconsequentes, fora da margem da lei, para-se de debater direitos humanos. Vamos lá, coragem para assumir o que pensa de fato e defender o que pensa de fato. Melhor alguns Deputados lá da Comissão de Segurança Pública, que começam a falar coisas assim, insanas, desumanas: "tem que morrer, morrer mesmo, é isso aí".

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Vai nessa linha que fica mais íntegro, mais sincero, mais honesto. Bancar o que pensa. É a minha singela e sincera opinião.

Mas a despeito disso tudo, conseguiram uma proeza: Bolsonaro foi o primeiro Presidente da Nova República que não conseguiu se reeleger. Impressionante! Porque, além de tudo, foi incompetente. Não conseguiu, na margem da ilegalidade, se reeleger.

E nesses 30 segundos, a inflamação da minha fala – quero deixar isso bem evidente – não é desejando mal nenhum aos meus adversários, nem ao Sr. Silvinei, a quem eu desejo proteção, vida plena, vida boa, porque é um ser humano digno, como qualquer ser humano, porque para mim, se tem vida, tem dignidade. Então, não é por revanche, não é por vingança, é porque o que está para se decidir agora e para concluir esse raciocínio, Sr. Presidente, é se este país vai ser o país do Coronel Brilhante Ustra, o torturador, ou do Frei Tito de Alencar Lima, o torturado. É se este país vai ser dos colonizadores, dos escravocratas, dos desmatadores, ou se vai ser o país das "Marias, Mahins, Marielles, Malês".

Para concluir, esse vai ser o país de quem quebra a placa da Marielle no meio, rindo da morte de uma pessoa, ou esse vai ser o país da Marielle?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada contra o Silvinei. Esta CPI para mim não é por vingança ou por revanche, é para não anistiar o autoritarismo no Brasil. É para lembrar a maldade que aconteceu, para que não volte nunca mais a acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Olha, tem ainda aqui seis Deputados inscritos. Dos seis Deputados, parece-me que apenas quatro estão presentes – quatro ou três estão presentes.

Então, eu gostaria de propor, dado o adiantado da hora, já tem quase 12 horas que nós iniciamos os nossos trabalhos, que nós pudéssemos ouvir esses três Parlamentares que restam e, depois, nem que seja necessário passar um tempo maior para o depoente falar, aí ouviríamos os três e encerraríamos a nossa reunião de hoje, o.k.?

Então, passamos agora ao próximo orador inscrito, Deputado Mauricio Marcon. *(Pausa.)*

Não está presente.

Então, o próximo orador inscrito, Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa noite!

Primeiramente, parabenizar o senhor pela condução. É desgastante, mas é também gratificante. Queria parabenizar o Sr. Vasques pela tranquilidade, postura ao responder todas as perguntas.

Sr. Vasques, eu vou fazer, primeiro, aqui três perguntas que são bem objetivas – e acredito que uma inquirição deva ser feita dessa forma. Tenha a liberdade de responder, após a minha pergunta, "sim" ou "não". São perguntas bastante objetivas, que acredito também que não irão atrapalhar aqui o andar

Sr. Silvinei, no dia 8 de janeiro, quando ocorreram os atos da Praça dos Três Poderes, nessa data específica, o senhor ocupava algum cargo público?

Pode responder, por gentileza, Silvinei, pode responder ao mesmo tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – No microfone, só para... Isso!

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Não ocupava.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito!

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu estou aposentado e era véspera do meu aniversário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor consegue nos informar, Sr. Silvinei, quando o senhor foi exonerado do último cargo público ocupado.

O SR. SILVINEI VASQUES – No dia 21 de dezembro de 2022.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

Até a data da sua exoneração, a PRF, por meio de sua inteligência ou por outros órgãos, recebeu alguma mensagem informando a possibilidade de ocorrências de manifestações de grandes proporções na Praça dos Três Poderes?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, não recebemos.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O senhor fez parte do planejamento, execução ou de qualquer diretriz de alguma manifestação ocorrida pós-eleições de 2022?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não. A última reunião de que eu participei foi acerca da segurança do Presidente Lula. Dali para frente, meu substituto, por nove dias, é que tocou essa operação. E no dia 1º já foi nomeado o atual diretor.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

E por fim, o senhor, como gestor público há quase 30 anos, como pessoa física, cidadão, possuía conhecimento de alguma manifestação de grande proporção pós-eleições de 2022 em Brasília?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não, nunca tomei conhecimento. Tem a do dia 8. Vi pela televisão, não é?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Perfeito.

Sr. Vasques, somente com essas perguntas a gente sepulta toda a narrativa de que o senhor fez parte de um plano inicial de um possível golpe factóide com relação ao dia 8. Inclusive, a sua vinda aqui nada mais foi do que uma tentativa frustrada daqueles que gostariam de levantar uma narrativa para poder colar isso. Só que realmente o tiro saiu completamente pela culatra.

Inclusive, esta CPMI tem ferido a nossa Constituição, art. 58, §3º, que diz respeito a apurar fatos determinados. E, portanto, quando nós vemos aqui questionamentos de foco... que fogem do escopo da investigação. Isto precisa ser colocado aqui em xeque: que a Constituição Federal brasileira não está sendo cumprida, porque os questionamentos aqui, Sr. Vasques, por exemplo, foram no seguinte sentido: por que o senhor tinha foto com o Bolsonaro; se o senhor tinha conhecimentos de que a empresa era apoiada por Trump; qual foram as compras de veículos da PRF; o número de mortes em estrada; sobre o espião Pegasus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora, com toda a sua imparcialidade, teve a coragem de perguntar se o senhor conhecia, a respeito da granada bailarina. Foi colocado aqui um questionamento se a camisa 22 era ou não do Rodinei, do Flamengo. Isso chega a ser vexatório para um Governo, numa tentativa de elencar uma narrativa, fazer essas perguntas para o senhor.

Quando nós olhamos aqui... Os outros Senadores, anteriormente, colocaram a respeito aqui de outros demais temas, como, por exemplo, a escolha do PRF, do diretor, e a sua imparcialidade, e a sua proximidade ou não com o Presidente Bolsonaro... Eu gostaria – este aqui é um momento especial –, eu gostaria, por gentileza, de solicitar à mesa que colocasse a foto do então imparcial novo diretor da PRF, com seu charuto e boné cubano.

Pode passar, por gentileza, para a próxima foto, que todos gostariam de ver onde ele está, com sua toda imparcialidade, com a foto do atual Ministro da Justiça. Ou seja, os questionamentos que foram colocados aqui, e agradeço pela exposição, na verdade, devem ser questionados ao novo diretor da PRF. Afinal de contas, ele era o diretor daquela data. Portanto...

Ouvi aqui também os Senadores dizendo a respeito de "onde estava a PRF, Sr. Vasques, quando, por exemplo, o Bolsonaro andava sem capacete na moto?". Aí eu te pergunto... Olha só que presente a nova ministra do Lula nos deu hoje. Ela andando de moto sem capacete. Aí eu pergunto, Sr. Diretor da PRF: "onde está o senhor quando uma ministra, inclusive, ali na Maré, está andando sem capacete na moto?". E, a título de curiosidade, sabe qual foi a resposta do ministério a respeito de o porquê ela estava sem capacete? Porque eram regras determinadas do local. Aí eu te pergunto: é razoável que um ministério e uma ministra fiquem subordinados a determinações de criminosos? É só a título mesmo de esclarecimento.

Eu ouvi aqui também dizer, com relação a questionamentos superfocados no dia 8, se o senhor utilizava ou não celular em reuniões, sendo que o Lula... A gente sabe – o senhor eu não sei – que o Lula não usa em seus churrascos, isso eu sei.

Quando a gente olha a questão aqui de acusações feitas ao senhor, como se o tom fosse, além de acusatório, fosse de sentença... Infelizmente, nós temos a Relatora, que, em seu primeiro dia de CPMI, disse que foram atos golpistas. Eu acredito que uma juíza não pode dar uma sentença sem a finalização dos autos.

E olha só que curioso! Eles utilizam o Lula como inocente, sendo que foi um condenado por três instâncias em corrupção passiva e lavagem de dinheiro e só foi inocentado – inocentado, não; descondenado – por conta de amizades de togados. Mas chegam aqui para o senhor e apontam o dedo, quebrando a presunção da inocência, em que a pessoa não pode ser culpada até que haja transitado em julgado.

Então, é a título de justiça com o senhor que eu faço isto aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, um Senador que é de Minas Gerais, mas que, pelo visto, não conhece Belo Horizonte, questionou o senhor por que a PRF não interveio na Avenida Raja Gabaglia, onde estavam diversas pessoas de verde e amarelo, de forma pacífica, em frente ao quartel. Ele não sabe que ali é uma rodovia, uma avenida municipal. Portanto, a PRF não tem competência para tal. Ou seja, basicamente, o senhor veio aqui e respondeu a questionamentos a respeito da sua gestão e vida pregressa, o que foge totalmente do escopo desta CPMI.

E, por fim, um Deputado aqui, anteriormente, disse que pessoas – e isto aqui é muito grave; e vocês vão entender por que é grave... Ele disse que pessoas deixaram de votar por conta da PRF. Contudo, nós temos aqui uma notícia em que o Ministro Alexandre de Moraes diz que operações da PRF não impediram eleitores de votar.

O Sr. Deputado já foi embora, mas o Sr. Deputado está dizendo que o Ministro Alexandre de Moraes é um mentiroso?

Isso é complicado. Isso é muito grave.

Por fim, Presidente, no começo aqui foi feita uma questão de ordem para poder retirar dois membros desta CPMI, André Fernandes e Senador Marcos do Val. Eu gostaria aqui de perguntar à Senadora Eliziane: a senhora assinou a abertura da CPMI? Não. Senador Randolfe, o senhor também assinou? Não. Jandira Feghali também assinou? Não.

Pessoas que não assinaram a abertura desta CPMI e que, inclusive, trabalharam contra a abertura desta CPMI estão requerendo a retirada de Deputados e Senadores que fizeram de tudo para que fosse investigado. Tomem vergonha na cara! Assim, com todo o respeito, tomem vergonha, até mesmo porque foram levantadas aqui narrativas, por Deputados e Senadores, dizendo que foi uma conspiração para poder virar os resultados das eleições! Oras, com 20 e 30 ônibus vai se mudar eleição presidencial? Quem cai nisso? Ou seja, esta CPMI, se não tiver o escopo, a Constituição Federal como norte...

(Soa a campainha.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – ... a gente, realmente, não tem por que investigar. Afinal de contas, eu posso chamar aqui um depoente e perguntar a respeito se ele conhece granada bailarina.

Essas são as minhas considerações.

Por fim, parabéns pela postura! Parabéns por esclarecer e deixar bem claro que, hoje, não se passou de nada mais do que narrativas frustradas da esquerda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – O Senador Sergio Moro não está. A Senadora Laura Carneiro não vai falar, porque aqui não é a CPI do Narcotráfico... *(Risos.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o nosso querido Deputado Carlos Veras.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os colegas Deputados e Deputadas. A Sra. Relatora cumprimento pelo trabalho prestado à frente desta Comissão.

Sr. Vasques, a primeira coisa; quero lhe dar uma dica: não confie na defesa de alguns colegas aqui de V. Exa., porque eles não o estão defendendo, não. Eles estão defendendo o próprio couro do espinhaço, eles estão se defendendo, porque esse foi o intuito deles o tempo todo, ao tentar, através desta CPI, se livrar dos processos de investigação, de participação ou de possível participação em todo esse processo de tentativa de golpe ao Estado democrático de direito, à democracia.

É por isso que eles fazem pergunta ao senhor sobre o dia 8. Porque é público e notório que o senhor não estava no exercício da função no dia 8 de janeiro e nem foi para isto que o senhor veio aqui: responder, diretamente, sobre as ações do dia 8, mas o que antecedeu o dia 8, porque essa tentativa de golpe não começou, simplesmente, no dia 8.

Quero aproveitar que, na fala do senhor, o senhor trouxe um tema, falando, inclusive, da importância da Polícia Rodoviária Federal, falando da criminosa reforma da previdência, que pegou diretamente os policiais brasileiros, seja da Polícia Civil, Militar, Federal, policial rodoviário federal. Isso é fato! Ela prejudicou, e muito, esses servidores e servidoras, inclusive com voto favorável de muitos que, no Plenário ali, ficavam fazendo arminha, dizendo que defendem essa categoria, mas, na hora em que eles mais precisaram, que foi na hora da reforma da previdência, votaram contra eles. Na época, inclusive, se falava em 40 milhões de emendas extras, inclusive pra votarem favoravelmente. Isso era o que dava nos noticiários. Então, foi importante, e eu quero dizer que, nesse tema da criminosa reforma da previdência, a gente tem convergência.

Quero perguntar ao senhor sobre os acampamentos antidemocráticos em frente aos quartéis e sobre quando interditaram, inclusive, diversas BRs. Por que da demora na deliberação dessas BRs? Porque a gente vê, quando os professores, quando as categorias do serviço público, da agricultura familiar estão em protesto, reivindicando uma pauta de reivindicação por direitos, por salário, é num estalar de dedos que a polícia chega, sem nenhum trato, e já exige, de imediato, a desobstrução das vias. Não foi esse o tratamento dado àqueles que ali, de forma antidemocrática, pediam intervenção militar, pediam atentado à democracia. E eu gostaria de saber o porquê da demora, inclusive, dessas liberações, tanto da frente dos quartéis quanto das BRs. E se o senhor dialogava, tinha algum relacionamento, conversava sobre essas questões, que são questões nacionais, de relevância nacional, com o ex-Presidente Bolsonaro, se ele chamou alguma vez o senhor pra tratar, com algum grau de preocupação, sobre esses atos, e também com o Sr. Mauro Cid, que era o seu braço direito, o seu faz-tudo, até pra resolver problema de joias que entraram de forma ilegal no país... Então, ele era o faz-



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo. Até o cartão de vacina ele chegou a fazer. Então, se o senhor teve algum contato, alguma conversa com ele nesse sentido, se chegaram a analisar esse processo, se era dialogado com o senhor sobre essas possibilidades de retirada, inclusive, daqueles atos antidemocráticos...

Na ação da PRF no Nordeste, não dá pra o senhor colocar como justificativa o fato de o Presidente Lula ter sido majoritário no Nordeste, como justificativa de não ter tido uma tentativa de interferir no processo eleitoral e uma tentativa de dificultar o acesso de eleitores às urnas eletrônicas pra poderem fazer o seu ato democrático do exercício do voto, porque exatamente por ser uma região majoritariamente de votos ao Presidente Lula que uma operação como essa, se o intuito era este, de interferir ou dificultar o processo eleitoral, se justificaria exatamente a quantidade de operações lá. Então, queria dizer pra o senhor que isso não serve como justificativa.

Outra coisa: os colegas da oposição tentam mudar a narrativa do golpe, querendo responsabilizar o Governo que tinha oito dias que tinha assumido o Governo, com a seguinte tese: que teve omissão do Governo, que o Governo não agiu como tinha que agir.

Eu lhe faço uma pergunta, que é mais ou menos a tese deles. Se você, que é dono de casa, sai da sua casa e, porventura, você esqueceu a porta aberta, não fechou, não passou a tranca, não fechou direito, chegou o bandido, roubou a sua casa, quebrou tudo. E a culpa não é dos bandidos, a culpa é sua, que não tomou todas as precauções, todas as medidas possíveis de serem tomadas e que precisariam ser tomadas.

Então, eu pergunto: a culpa é do senhor, que, possivelmente, teria saído da sua residência e não tinha ali tomado todas as medidas possíveis, ou é dos bandidos, que entraram na sua casa, que violaram, que quebraram as portas, porque a sua fechadura não era a melhor possível, porque a sua segurança não era a melhor possível? E eles entram ali e quebram tudo.

É isto que eles querem alegar: que a segurança não era suficiente, que todas as medidas... Como se pudesse prever que aquilo iria acontecer, a culpa é de um e não daqueles que fizeram aquela barbárie toda que fizeram ali, todo aquele ato que aterrorizou a população inteira, o mundo inteiro.

Inclusive, acredito que o senhor não concorda com aquela quebra-deira que teve nesta Casa, no Senado, no ministério, inclusive, no Supremo Tribunal Federal. Acredito que o senhor não concorde com isso, como alguns colegas tratam como se fossem os coitadinhos que estavam ali e que saíram, no dia 8, de casa pra dar uma passeada, pra fazer uma caminhada. E, daqui a pouco, aconteceu toda aquela quebra-deira, como se não tivesse sido algo muito bem-planejado.

E é o que esta Comissão tem como missão: procurar pra responsabilizar não só quem cometeu o crime, o ato, mas quem financiou. Quando eu falo de quem financiou, eu não estou falando do motorista do ônibus, que dirigiu o ônibus, não, mas de quem pagou o motorista, quem pagou o ônibus, quem contratou, qual foi a empresa. Não estou falando de um ônibus. Estou falando de frotas. Então,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa se investigar quem financiou, quem planejou, organizou, arquitetou todo esse processo que chegou ao dia 8 de janeiro...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) – ... que chegou na situação que chegou e que é fruto, inclusive, de a gente estar aqui fazendo este debate, este processo de investigação, inclusive, com a presença de investigados, que terão o tempo, inclusive, de responder e provar a sua inocência, ou de serem condenados por terem sido culpados por participarem, planejarem e organizarem tudo isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

Espero que possa responder para contribuir com o nosso debate e com a investigação nesta CPMI.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Presidente, minhas perguntas vão ser bem rapidinhas.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Qual a sua questão de ordem, Senadora Laura?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não é questão de ordem, não. V. Exa., se me permite só duas perguntinhas, nada de grave, mas daquela forma que fez o Deputado Nikolas...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Se fosse grave, eu permitiria também.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu sei. Como fez o Deputado Nikolas, eu pergunto e ele responde. Porque senão, inquirir... Eu perco o raciocínio.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu estou esperando as minhas respostas faz tempo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu não sei fazer retórica, mas também não sei inquirir sem...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Não, você sabe tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sei não, mas vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Se não fosse você, na CPI do narcotráfico não tinha acontecido nada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Obrigada a V. Exa. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Você é filha do saudoso, grande Nelson Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Baiano, como V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Símbolo... Baiano arretado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. tem a palavra, além da minha admiração, acima de tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interpelar.) – Obrigada.

São muito rápidas, e eu não vou fazer retórica nem discurso.

Primeiro, Sr. Presidente, Dr. Silvinei, nosso depoente de hoje, a minha pergunta é simples. No dia 26 de setembro de 2022, às 10h da manhã, houve uma solenidade na PRF. Estou certa? O senhor pode ir respondendo, "sim" ou "não".

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Eu não lembro se foi 26... Se a senhora puder...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Foi dia 26 de setembro, às 10h da manhã, o lançamento do aplicativo PRF Brasil e o encerramento da SNT. Foi isso? Aconteceu essa cerimônia?

O SR. SILVINEI VASQUES – Ocorreu essa cerimônia. Não lembro o dia agora, mas era por aí.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Dia 26. Bom, segunda pergunta. Então, ela ocorreu. A pergunta é: como foi a organização? O senhor convidou ou convocou os servidores e diretores da PRF a participarem? Foi nessa ocasião a tal história da camisa do Flamengo com o número 22.

O SR. SILVINEI VASQUES – Ah, lembrei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Lembrou.

O SR. SILVINEI VASQUES – Nesse dia, foi o encerramento da operação da Semana Nacional do Trânsito...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sim.

O SR. SILVINEI VASQUES – ... e também o lançamento do aplicativo PRF Brasil. Foi o primeiro evento.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Isso.

O SR. SILVINEI VASQUES – Neste evento, os policiais foram convocados – primeiro evento. Depois, nós temos um segundo evento, que é lançamento, pela Discovery, do programa Operação Fronteira, 80 capítulos que a gente filmou. Nesse segundo evento, ficava quem quisesse, não era obrigado. Por que ficava? Porque não podia ficar com celular. Por que não podia ficar? Porque era o primeiro capítulo que ia sair em 30 dias. Então, o que a Discovery...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Entendi. Foi nesse momento a camiseta?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não. O que a Discovery disse? "Olha, não pode filmar, não pode fazer foto, porque vai estragar o lançamento." Então, eles fizeram uma homenagem aos policiais ali e nesse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento a gente não tinha... Ninguém lá estava com celular ou com telefone. Depois eu vou chegar para explicar pra senhora... Eu sei aonde a senhora vai chegar. Então, foi o segundo evento do dia. Quando terminou esse evento, o cerimonialista falou: "Está encerrado o evento", aquele negócio todo, tal, tal, tal, tal. Nesse ínterim, a gente já tinha pedido ao Secretário-Executivo, Brigadeiro Lorenzo, do Ministério da Justiça, se a gente podia levar o ministro até a minha sala – a minha, não, a sala do Diretor-Geral – pra que a gente fizesse uma homenagem pra ele, que era cantar o parabéns, entregar o bolo e entregar a camisa. O que disse o Secretário-Executivo? "Cara, atrasou muito, não tem como." "Ah, então a gente canta o parabéns aqui pra ele rapidinho."

Nesse segundo evento da Discovery, já não estavam todos, porque os policiais já tinham ido embora. E, aí, depois que acabou, o pessoal foi embora. Já eram 12h40, e aí ficaram poucas pessoas lá. Eu falei: "Ó, vamos fazer aqui uma... Vamos cantar os parabéns ao Ministro?". O pessoal ficou ali. Ninguém foi obrigado a ficar, não tinha nenhum tipo de obrigação. Cantamos os parabéns para ele. Os colegas tinham comprado um presente pra ele, que era uma camisa do Flamengo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Entendi.

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu nem sei o nome do jogador, Pastor, porque eu sou Fluminense. Então, não sei lá quem que joga no...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Que tristeza, pois eu sou Flamengo. (*Risos.*)

O SR. SILVINEI VASQUES – E ele recebeu a camisa. Depois, o colega que estava com o celular escondido...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES – Pois é.

E me perguntaram: "Ah, tinha alguém vazando coisa?". Esse colega estava com o celular – porque o tratado com a Discovery era que não era para estar fazendo foto – e ele fez essas fotos.

Quando que apareceu esse número 22? Foi quando ele encaminhou essas fotos aí pra...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Pra a mídia, pra a mídia dele, claro.

O SR. SILVINEI VASQUES – Pra a mídia. Saiu lá. Isso!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas, então, o senhor concorda que o senhor havia convocado – e tem aqui os dois ofícios, por acaso, de convocação. O senhor convoca? Só para o senhor saber o que o senhor vai responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Eu não sei se fui eu. Acho que foi o Diretor Executivo, não é? Não lembro se fui eu que assinei, acho que foi ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Pode ter sido o Superintendente...

O SR. SILVINEI VASQUES – Territo? Veja se é Marco Territo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Leonardo Alves e o outro, Carlos Eduardo Dutra.

O SR. SILVINEI VASQUES – Ah, tá! Então, vou explicar pra senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Seus subordinados. Não é isso?

O SR. SILVINEI VASQUES – Sim. Vamos lá!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Só terminar...

O SR. SILVINEI VASQUES – Ah, desculpa!

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Só terminar a pergunta pro senhor saber o que o senhor vai falar.

Então, o senhor diz assim... O senhor não, o seu encarregado, o Dr. Leonardo: "Convoco todo o efetivo lotado na sede – convoco; não é convido, é convoco – lotado na sede da SPRF a comparecer à referida cerimônia. Ressalto que mesmo os servidores – prestem atenção – sob regime de trabalho remoto deverão participar de aludido evento, estando dispensados apenas os que apresentarem algum impedimento legal, como atestado, férias ou licença".

Senador Magno, V. Exa. sabe do que eu estou dizendo. Então, essas pessoas, querendo ou não querendo, até o cara que estava em trabalho... Senadora Damares, o cara que estava em remoto...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Sobre o quê? O gol de Rodinei?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – ... tinha que participar dessa...

Não! O senhor conhece.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Ah, tá, tá! Eu fiquei alegre também com o gol de Rodinei.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É isso! Foram obrigados a participar, porque estavam convocados.

V. Sa., melhor do que eu, conhece o trabalho da PRF, a importância, pra polícia, da hierarquia, enfim, pras polícias, da hierarquia e da determinação do seu chefe superior.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria era ter certeza de que essas pessoas foram convocadas. E, se eu entendi o que V. Sa. disse, imediatamente após esse evento, para o qual foram convocadas pessoas, foi feita a comemoração do aniversário. É só essa pergunta: é isso?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não é isso?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não foi no mesmo...

O SR. SILVINEI VASQUES – Não foi. Deixe-me explicar pra senhora. São três eventos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Então, tá bom. Vamos lá.

O SR. SILVINEI VASQUES – Três eventos não, três situações distintas. Leonardo Rodrigues é... Quando fala SR, é a Superintendência do Distrito Federal. Então, são os policiais...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas foi todo mundo para o mesmo evento.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não foi. São os policiais que trabalham na Superintendência do Distrito Federal.

O Carlos Eduardo é o Chefe de Gabinete do Departamento Nacional.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Todos os dois... São dois ofícios em setores diferentes pro mesmo evento.

O SR. SILVINEI VASQUES – Sim, porque são servidores lotados em áreas distintas. Uma é a Superintendência do Distrito Federal e o outro é o Departamento Nacional.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Todos lá.

O SR. SILVINEI VASQUES – Isso. Todos lá para a Semana Nacional de Trânsito, que é um dos eventos mais importantes da polícia. Então, o encerramento da Semana Nacional...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E do aplicativo.

O SR. SILVINEI VASQUES – ... e a primeira vez que a gente tem um aplicativo, na história, pra atender o cidadão no Brasil todo. Era de trânsito. Acabou esse evento.

Para o lançamento da Discovery, poderia ficar com a seguinte condição: "Olhe, não pode filmar e fotografar, porque isso aqui vai demorar, sei lá..."

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Já entendi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILVINEI VASQUES – Aí esse pessoal ficou. Nesse ínterim do filme, aquele que passa todo sábado lá, sábado à noite, aqueles 80 capítulos são tudo da nossa época, o pessoal lá é fera, o Secretário-Executivo fala o seguinte: "Ó, ao meio-dia e quarenta, não tem como o Ministro ir pra sua sala, pra sala do Diretor-Geral, desculpa. Então, vamos cantar os parabéns pra ele aqui mesmo? Aí, depois, o pessoal estava saindo já, porque todo mundo com fome, aí a gente cantou os parabéns para ele.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu entendi. Eu só queria confirmar.

V. Sa. confirmou o que eu disse: logo após o evento, no mesmo recinto para o qual foram convocados aqueles servidores pelos dois diretores, ocorreu a entrega da camisa.

O SR. SILVINEI VASQUES – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não foi no mesmo recinto?

O SR. SILVINEI VASQUES – Não.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Foi no mesmo recinto?

O SR. SILVINEI VASQUES – Foi, querida, mas olha só...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É isso que eu queria saber.

Muito obrigado ao depoente.

O SR. SILVINEI VASQUES – Tá bom.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, uma questão de ordem.

Eu fiz a V. Exa. algumas questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E eu sou muito disciplinado. Inclusive, fiz uso da palavra por sete minutos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Exato. É verdade.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Porque eu preciso, depois, saber. Se ele não respondeu, eu tenho que perguntar. A gente está esperando. Aí tem uns que respondem na hora; outros, não. A gente precisava...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou retomando agora a Presidência, V. Exa. vai concluir o seu depoimento, e nós vamos encerrar a reunião, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Sr. Presidente, só pela ordem, depois, se V. Exa. me permitir, só pra entender.

Estão sendo desmarcadas as sessões presenciais da Câmara de quarta e quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos tratar desse assunto quando terminar este depoimento, Deputado.

Por favor.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – A primeira resposta ao Marco Feliciano. A primeira pergunta é se eu me sinto perseguido. Eu me sinto muito perseguido, muito, muito. Muito difícil. Tem que ter muita força pra não pensar em coisas ruins, porque é muito difícil a gente sair na rua, familiares sendo xingados na rua, recebendo ameaças. O Instagram, eu tirei do ar. Eu recebi milhares e milhares de ameaças. Meu nome foi colocado em grupos de *hackers* mundiais, nome, CPF, telefone, endereço, *e-mail*, tudo, grupos de Portugal, da Romênia, da Bulgária. E ficam me ameaçando em várias línguas, inclusive. Então, é muito difícil.

Eu já tive serviço de empresas que eu pedi pra fazer na minha casa, e se negaram a fazer: "Na sua casa, eu não faço, porque você é...". Essas palavras que usam aí: golpista, fascista. Pessoas que eu até conhecia.

Então, tem sido muito difícil, inclusive, pra minha família, as ameaças que as pessoas... Eu não saio de casa mais, desarmado. Eu não ando em nenhum local. Eu tenho que estar sempre preocupado, porque eu estou com medo realmente de ser assassinado ou pelo PCC ou pelo Comando Vermelho em razão de tudo isso que passou aí.

Eu fui exposto. É muito difícil o que eu tenho passado no dia a dia.

Na condição de aposentado, a gente perde diversas prerrogativas, diversas.

Então, eu tenho passado uma dificuldade muito grande. Nunca tomei um remédio na minha vida pra questão psiquiátrica. Estou tomando remédio. A minha pressão, semana passada, foi lá em cima, porque a gente vai num local, é xingado.

Então, é difícil o que a gente tem passado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só um instante, Dr. Silvinei.

A Deputada Julia Zanatta já falou?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas era para terem sido ouvidos todos os Parlamentares.

Então, eu vou interromper aqui a fala, porque a Deputada era a última inscrita. Ela estava na outra folha aqui, por isso não foi chamada. E é uma injustiça deixar que a Deputada, que está aqui desde a manhã, não fale. Ela vai fazer aqui a sua fala, para que a gente possa concluir o nosso trabalho.

Pois não, Deputada.

Eu vou voltar, em seguida, para o Dr. Silvinei concluir a fala dele.

Pois não.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente, pela gentileza, e pela gentileza dos colegas, inclusive de esquerda, que permitirão a minha fala.

Eu só queria, para finalizar, dado o adiantado da hora, parabenizar as perguntas da Senadora Eliziane Gama, que nos fez conhecer aqui um currículo exemplar, que é o seu, Silvinei Vasques, mostrando que no Governo Bolsonaro só tinha gente competente, técnica, e não militantes, como a gente viu aqui o Deputado Nikolas Ferreira mostrar, com o boné de Cuba.

Parece que seu crime é ter dado uma camiseta aí, que tinha o 22, que era do Flamengo. Também acho muito ruim o senhor ter dado uma camiseta do Flamengo. Deveria ser do Criciúma Esporte Clube, ou de algum time catarinense. E 22, logo no ano 2022! Mas que crime horroroso! Que crime horroroso o do senhor, Sr. Silvinei. Mas parabéns por vir aqui esclarecer todos os fatos. Acabou com a narrativa de que teve operação lá no Nordeste para impedir pessoas de votar, porque o senhor demonstrou aqui que outras regiões tiveram mais efetivo, mais operações, certo?

Mas eu queria finalizar lembrando a esta Comissão, Presidente, que existem até hoje pessoas que continuam presas sem o direito ao devido processo legal, e que as pessoas estão esperando desta Comissão, da qual eu não sou membro – estou esperando o dia inteiro para poder falar – as pessoas estão esperando de fato uma investigação, e não uma enrolação dos fatos, tentativa de esconder. O Brasil quer saber o que aconteceu no dia 8 de janeiro. Falam tanto em golpe, golpe dia 8 de janeiro, quando Lula já era Presidente, meus amigos. Agora, eu quero saber do senhor, o senhor, que já foi chefe da PRF: se o Ministro da Justiça tivesse conhecimento dos fatos, ele poderia ter pedido para o chefe da PRF, aquele ali que estava com o boné ali do Che Guevara, o Ministro da Justiça podia ter mandado ele fazer, solicitado a ele que fizesse uma blitz nos ônibus que estavam vindo para cá, aqui para Brasília? Porque a gente precisa lembrar – eu sei que é repetitivo, mas a gente precisa lembrar – que o senhor, dia 8 de janeiro, já não era mais o chefe da Polícia Rodoviária Federal. Parece que alguns aqui nesta Comissão... como eu ouvi colegas falarem: "Nossa, mas a gente tinha acabado de assumir o poder". Não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são inexperientes! Esse mesmo grupo político já comandou o país várias outras vezes. Não são pessoas inexperientes, já estavam no comando, e me parece que comemoraram o dia 8 de janeiro para poder enfiar goela abaixo todo tipo de autoritarismo.

A opinião pública está vendo, meus amigos. Cabe a nós aqui darmos o exemplo e investigarmos. A gente precisa trazer aqui pessoas que possam de fato esclarecer o que aconteceu no dia 8 de janeiro, doa a quem doer. Quem vandalizou? Vandalismo. Veja bem: vandalismo, porque eu nunca vi terrorista sem arma. Quem vandalizou deve ser punido.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Só o Cesare Battisti, não é? Ele estava sem arma.

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Obrigada, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Mais um minuto. *(Risos.)*

A SRA. JULIA ZANATTA (PL - SC) – Então, quem vandalizou deve ser punido, e aos inocentes seja dada a liberdade.

Eu vim aqui fazer um pedido. Eu estive na Colmeia duas vezes. Quinta-feira, pretendo ir à Papuda novamente, porque existem famílias reclamando da falta de transparência nesses processos. Por favor, nós precisamos investigar! Que imagem que nós vamos passar desta CPMI se nós ficarmos falando de outras coisas desconexas?

Muito obrigada, Silvinei! Gostaria... Se o senhor pudesse responder, o senhor acha que o Ministro da Justiça, se tivesse conhecimento dos fatos, deveria ou poderia ter mandado o chefe da PRF fazer uma *blitz* nos ônibus?

E mais uma coisa, só para ficar aqui bem claro: o senhor tem conhecimento de alguém, no Nordeste, que foi impedido de votar? Porque, da forma como os colegas aqui falam, os apoiadores do atual governo, parece que alguém foi impedido de votar. E por que falam tanto lá no Nordeste? Será que eles estão querendo afirmar que lá, no Nordeste, há abuso de poder econômico, há abuso de poder político, há compra de votos na época da eleição? Porque parece que é isso que eles estão dizendo. Não nós! Parece que eles estão afirmando isso e que essas operações da PRF interceptaram ou descobriram essa tentativa, que não sou eu que estou falando, são eles, com as afirmações deles!

Então, vêm falar aqui em golpe na democracia. A nossa democracia tem sido golpeada todos os dias, e eu não vejo uma revolta. Querem ver um exemplo? Sabem o que é golpe na democracia? É este Parlamento decidir arquivar um projeto de lei sobre aborto e o Supremo Tribunal Federal querer legislar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no nosso lugar, sendo que nós não nos omitimos. Este Parlamento se posicionou. Isso é golpe na democracia! E o povo está vendo: a democracia tem sido golpeada todos os dias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito bem.

Então, havíamos tido aqui essa dificuldade. Agora, sim, o Sr. Silvinei vai concluir a fala dele, para que a gente possa encerrar os nossos trabalhos, meu caro Pastor, na noite de hoje.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Depois, o Presidente vai dar as orientações...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Do Pastor Marcos Feliciano, a gente respondeu a primeira questão. A segunda, em razão da advertência que eu levei pela manhã aqui, na condição de testemunha, eu não posso falar porque eu vou estar produzindo algum comentário pessoal e, aí, eu posso estar correndo o risco de sair testemunha e passar para acusado. Então, eu não posso responder a segunda questão.

Senador Flávio, obrigado pelas colocações. O senhor não fez perguntas.

Senador Izalci, se eu tiver alguma falha aqui, foram várias perguntas, o senhor me ajude, por favor.

Na primeira, o senhor perguntou se, à época da PRF, a Diretoria de Inteligência me assessorava. Ela me assessorava em todas as questões. Tínhamos reuniões quase diárias – a Dint, Diretoria de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só com relação a isso, Presidente, por isso eu deixei um tempo. Nós temos um documento da Câmara Legislativa. Já houve depoimento na CPI da Câmara Legislativa com a Marília, que era do Ministério da Justiça, e foi aqui para a Secretaria de Segurança. Ela diz, claramente, que foi avisado por diversas vezes...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, pelo amor de Deus, olha só: está todo mundo aqui, exaurido de cansaço. Nós já falamos quem vai falar aqui. Todos os Deputados e Senadores já falaram. Eu tenho sido muito rigoroso nisso. Agora, vamos deixar...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ele poderia responder.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas não pode, Senador, me desculpe. Peço a sua compreensão.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Só para concluir e dizer o seguinte: a Marília, que é da Polícia Federal, recebeu e informou que havia realmente vários ônibus com essa intenção de invadir, de quebrar prédio público. Tinha essas informações. Por isso nós perguntamos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O.k. Obrigado.

Por favor.

O SR. SILVINEI VASQUES (Para depor.) – Na segunda questão, o senhor perguntou se as nossas unidades descentralizadas nas delegacias e nas superintendências repassam a Brasília. A gente tem um sistema: todo policial que recebe uma informação tem que colocar lá, e isso fica agrupado e difundido em nível de Brasil. Essa é a diretoria da PRF.

Daqui a pouco eu chego na pergunta próxima.

Aí o senhor perguntou se a Dint do Ministério da Justiça promovia intercâmbio de informações. Sim, porque ela participa do Sisbin, assim como a PRF.

Então, um órgão recebeu, ele tem a obrigação de difundir para toda rede de inteligência.

Aliás, a questão três é da Dint da PRF. Ela faz, sim, intercâmbio de informações.

Depois, na questão quatro, o senhor perguntou se a Dint do Ministério da Justiça, que é a Diretoria de Inteligência do Ministério da Justiça, tem competência para difundir informações de inteligência. Tem, sim. Ela recebe a informação, trabalha essa informação e difunde para os órgãos de Sistema Integrado de Inteligência.

Depois, o senhor perguntou se a Dint do MJ tem competência de assessorar o Ministro da Justiça sobre inteligência. Pelo organograma, até 31 de dezembro, quando eu tinha acesso, ela tinha essa obrigação. Eu não posso falar a partir de janeiro, porque houve uma mudança dentro dos Ministérios, das estruturas. Então, eu vou falar com o senhor com essa resposta a partir de 1º de janeiro.

Se informações que chegavam na Dint do MJ... Sim, repassavam para a PRF e vice-versa. A PRF passava também para a Dint do MJ. Então, as trocas de informações são muito rápidas.

O senhor perguntou, depois, na sete – que está prejudicada –, se, entre 1º a 7 de janeiro, chegou o informe sobre o dia 8 e o que poderia ser feito. Eu não estava mais, então, eu não tenho acesso a essas informações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Se tivesse essas informações, poderia ter tomado qualquer atitude com relação a isso. Como é testemunha, também não quero comprometer V. Sa.

O SR. SILVINEI VASQUES – O senhor perguntou também se poderia ocorrer omissão dos tomadores de decisão acerca de providências. O servidor público, se ele tem ciência de um fato, ele tem que adotar providência. Então, se não tomou, prevaricação.

Acho que eu consegui responder a todas do senhor.

Depois o Deputado Pastor Henrique Vieira, do Rio de Janeiro – desculpa, eu não estava vendo o senhor aí. Eu tenho todos os dados aqui e eu posso ficar com o compromisso, assim que eu entregar para a Comissão, de mandar, porque o senhor perguntou bastantes situações.

Para resumir, se o senhor não ficar contente, Presidente...

No dia 30/05, o senhor falou dos três dias, não é? – eu estou procurando aqui –, o senhor falou 28, 29 e 30, eu lembro. Aqui eu já encontrei do dia 30. Em 30/05, foram cinco veículos no Nordeste. O senhor falou um número bem maior, 40 e alguma coisa nos três dias. Então, eu não posso lhe confirmar, porque realmente eu não encontrei aqui ainda, são mais de cem laudas. Eu vou ficar lhe devendo, mas eu fico no compromisso de, o quanto antes, a gente mandar toda essa documentação para cá com as devidas fontes de onde que a gente extraiu isso.

Depois o senhor falou da diferença de recursos no primeiro e segundo turno. O Nordeste, no primeiro turno, recebeu R\$999 mil. No segundo turno, recebeu R\$1.119.042, dá uma diferença de R\$120 mil do primeiro para o segundo turno, no Nordeste. A eleição, no primeiro turno, foi 3,5 milhões e, no segundo turno, 3,6 milhões, no Brasil.

Depois o senhor disse da extinção das comissões estaduais. As comissões estaduais existiam porque a gente não tinha uma caixinha, dentro do organograma da polícia, que cuidava da área de direitos humanos. Como foi criada a Divisão Nacional de Direitos Humanos, aquelas Comissões ficaram sem função, porque já tinham uma estrutura, não deixou outros colegas continuarem trabalhando. Existe um grupo nacional que trabalha em operações, que dá aula na academia, e não mexemos em nada nessa estrutura. O que a gente fez foi colocar na estrutura do MJ, que mudou lá e criou a divisão, o que nem foi na minha gestão. Essa divisão foi criada já na gestão anterior, não sei se foi com o Diretor Aggio ou com o Diretor Furtado. E essa questão das comissões estava ali parada para se resolver. Se eu não tivesse feito nada, continuaria aquela portaria lá. Quando a gente não tem a caixinha, a gente tem que criar uma estrutura, entre aspas, virtual, porque não existe, é uma comissão, porque eu não tenho a estrutura para nomear uma pessoa, para colocar ela dentro do organograma do Ministério da Justiça e, por consequência, da PRF. Mas não houve qualquer tipo de prejuízo, ocorreu a decisão judicial, a gente não conseguiu, em tempo, ir lá falar com o juiz e com o Ministério Público Federal e a gente, no dia seguinte, cumpriu, rigorosamente, conforme estava decidido lá. Não deixamos de cumprir e nem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedimos força executória da AGU, simplesmente cumprimos. Então, foi feito isso mesmo como o senhor falou.

Eu acho que o senhor tinha mais uma questão e eu não consegui anotar aqui. Não sei se o senhor lembra.

Depois, o Deputado Nikolas também não fez questionamento.

O Deputado Carlos Veras. O senhor falou sobre os acampamentos antidemocratas e a interdição nas rodovias. Os acampamentos que o senhor citou, eu não vou lhe dizer a quantidade, mas é um número muito pequeno em frente de quartel que pega a rodovia federal, mas é pequeno. Eu acho que em Recife, se não me engano em Rio Branco; são dois ou três. Então, essa realmente poderia ser uma competência da PRF. Eu não sei lhe dizer quantos são, mas é bem pequeno. A maioria é dentro da cidade.

Com relação à interdição das BRs, o senhor viu como é difícil. Aqui, com todas as informações que o pessoal recebeu, não conseguiu até o dia 8 fazer. Outro exemplo – eu não vou nem entrar nessa discussão agora aqui, porque eu nem estava, estava aposentado –: lá em Natal, agora, a PRF foi e fez... O nosso pessoal, inclusive, o colega que está aí agora, como diretor, tenho certeza de que fez todo o esforço. Eles demoraram cinco dias para chegar a Natal. Estavam matando as pessoas lá, estavam tirando o pobre de casa, tacando fogo em ônibus, fecharam tudo. Mas não é que o colega foi omissivo, é porque é difícil. Tem que pegar o avião emprestado. Às vezes, o nosso avião é pequeno, não dá. O avião de linha comercial, às vezes, não tem o horário. Para Natal tem que passar em Recife antes. Então, é complicado. Tem que chamar pessoal, tem que ser gente especializada. E eles demoraram cinco dias para chegar a um ponto; nós, em um dia de 24 horas, abrimos em 130. Então, foi bem difícil. "Mas tinha um pessoal, um efetivo, um pouco menor na segunda-feira", mas, na terça, aumentou, na quarta, na quinta. Para o senhor ter uma ideia, quando eu era o Superintendente de Santa Catarina – Deputada Zanatta é de Santa Catarina, o Senador Esperidião Amin saiu, não lembro mais quem é de Santa Catarina –, no décimo segundo dia, não tinha mais oxigênio no hospital de Chapecó, lá no oeste de Santa Catarina, e eu, na condição de Superintendente, recebi a determinação do Ministro da Justiça, pessoalmente: "Vá lá e abra". E eu abri.

Foram mais ou menos uns 15 dias de capa de jornal e, no final da história, quase que eu fui exonerado, porque era para abrir e depois "por que é que abriu?". Para abrir tem que usar da força legal. E, aí, muitas vezes o pessoal não entende, é difícil.

Então, o senhor pode ter certeza. Teve três colegas que fizeram vídeo ali, são profissionais – vamos ver, antes do vídeo –, são extremamente profissionais, pessoas comprometidas. Um teve problema psicológico, pastor, e se aposentou, um cara fantástico. Só que ele estava ali e a pessoa fica



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com medo, nem todo mundo tem uma reação igual. Fica na frente de mil pessoas ali, e o pessoal realmente em alguns locais estava nervoso. O pessoal ficou ali, fazia churrasco. Tinha lugar que bebiam.

Então, realmente estava difícil para a gente. Aí vinha com a criança no colo: "Vai me tirar?" Vai fazer o que com a mulher com uma criança? Então, assim, é triste, é difícil, muito difícil.

Lá em São Paulo, pegaram os caminhões e cortaram o ar dos caminhões. Nem a concessionária, que tem toda uma estrutura privada, conseguiu resolver. E, aí, o caminhão não anda, fazer o quê? O caminhão é eletrônico, tem que ter a chave, senão ele não anda. São modernas as carretas hoje.

Então, assim, é difícil, foi muito difícil. Os prefeitos tiraram o time fora: "Eu não vou me envolver com isso aí, botar a máquina da prefeitura para eu depois estar..." E a gente ficou: "E aí, faz o quê?". E eu estou falando de onde não tem concessionária, nos cantos aí do Brasil. Foi difícil. Foi difícil.

Depois o senhor falou também se eu dialogava com o Presidente sobre atos. Nunca conversei com ele sobre isso. Nunca. Nunca eu toquei nesse assunto. Até porque eu chegava perto dele e ele, por ser o Presidente da República, até eu levar a mão para ele é só se ele levasse a mão para mim. Então, ele nunca entrou em nada nesse sentido. As nossas conversas foram sobre a reestruturação da polícia, foram sobre o orçamento que eu pedi e ele atendeu, porque precisava um pouco mais. A gente não entrou... E, às vezes, ele pedia para cuidar dos caminhoneiros: "Ó, em tal ponto estão roubando lá os caminhoneiros, ou em tal ponto está difícil lá para eles. Tem de botar um posto lá porque está faltando segurança". Era isso, mais nada. A gente nunca entrou em nenhum assunto nesse sentido.

Não concordo com nenhum tipo de vandalismo, nem com danos ao patrimônio.

Então, o senhor fez esse questionamento, e eu acho que atendi o senhor, não é?

Depois a Deputada Julia Zanatta, lá de Criciúma, Santa Catarina, falou sobre o tigre né?

Poderiam ser fiscalizados os ônibus. Antes do dia 8/01, como é que a gente faz? O que aconteceu quando obstruíram a rodovia? A PRF tinha informação, a gente vai até a AGU, leva as informações, e a AGU entra com o interdito proibitório. Então, o juiz dava uma multa lá: além da multa da PRF, dava a multa, tem que abrir. Nesse caso aí, se tinha a informação, alguma autoridade tinha que comunicar o MPF ou procurar a AGU, e pedir uma decisão judicial. Para quê? Para que a PRF tivesse o poder para segurar os ônibus e os prenderem antes de chegarem em Brasília. Esse procedimento já aconteceu várias vezes. Nós já recebemos a informação: "Não deixe tal ônibus chegar aqui. Não deixe tal caminhão chegar aqui." Então, a gente evitava o problema. Agora, eu realmente... Eu estava aposentado, não sei o que chegou de informação lá na PRF, mas o procedimento é este: sempre que chega uma informação, procurar ou a AGU ou o MPF para que, em juízo, solicite e o juiz determina. E, aí, sim, se tivesse uma decisão, a PRF seguraria esses ônibus todos no caminho e não chegariam aqui em Brasília.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado ao Sr. Silvinei Vasques pelo depoimento.

Nós já estamos aqui completando mais de 12 horas de trabalho.

Agora, eu gostaria de fazer aqui alguns encaminhamentos.

Em primeiro lugar, coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos...

Não, antes, não.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Antes de encerrar, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Esperem aí, me desculpem. Eu segui aqui a leitura e deveria tê-la freado...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e, portanto, prosseguir.

Espere aí.

Na quinta-feira, está marcado o depoimento de outros investigados e de testemunhas que trazem aí a posição dos peritos que desarmaram essa bomba que foi montada no aeroporto de Brasília.

Há uma questão aqui que eu queria compartilhar com os Srs. e Sras. Parlamentares.

Na semana que vem, não haverá reuniões presenciais aqui no Congresso Nacional, nem no Senado nem na Câmara dos Deputados. Eu combinei com o Presidente Rodrigo Pacheco que nós não faríamos reuniões virtuais da CPMI, porque, de fato, fica muito ruim. A natureza da CPMI exige que sejam feitas sessões presenciais. Entretanto, há uma disposição desta Presidência e até a opinião desta Presidência de que deveríamos estar aqui na semana que vem, dada a exiguidade do tempo, para fazer o nosso trabalho.

Entretanto, eu pergunto aos Srs. Deputados qual é a opinião para que a gente tome...

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Pela ordem.) – Presidente, é um período excepcional. Falo aqui não com a procuração, mas sabendo que isso afeta muitos Deputados da bancada do Nordeste, e hoje foi tão comentada a questão do Nordeste.

Por que não tem reuniões ordinárias na próxima semana nem na Câmara nem no Senado? Justamente por ser o encerramento das festividades juninas. Nós não estaremos em festa, nós não estaremos em casa, descansando. Nós vamos estar, em muitas das vezes, nas nossas bases. Nós vamos estar acompanhando os festejos juninos. O festejo do Maranhão, inclusive, é um dos maiores do país – já aproveito para fazer o convite –, e é por esse motivo, excepcionalmente, que não tem sessões ordinárias nem na Câmara nem no Senado.

Por isso que eu faço um apelo a V. Exa. para que a CPMI acompanhe também, excepcionalmente, e que, na próxima semana, nós não tenhamos essa reunião presencial, concordando com V. Exa. que, neste caso, a reunião virtual seria prejudicial para o andamento da investigação.

Então, é melhor a gente suspender, eventualmente, as oitivas por uma semana apenas, retomando-as logo na semana subsequente, do que fazê-las estando com uma Comissão esvaziada, porque, ainda que V. Exa. convoque, muitos Deputados, especialmente os do Nordeste, não estarão presentes, Deputados e Senadores.

Então, esse é o apelo que faço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu faria aqui antes...

Eu vou ouvir a todos. Não há nenhuma... Vou ouvir a todos.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou passar a palavra a V. Exa.

Eu só queria, antes, colocar como uma possibilidade, para que a gente pudesse atender os dois lados – fazer a reunião e preservar a condição dos Deputados do Nordeste, que é o meu caso, inclusive – : se não seria possível fazermos as reuniões na segunda e na terça-feira. Faríamos as oitivas uma na segunda e outra na terça.

É uma proposta que eu queria colocar aqui para avaliação dos colegas.

Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com todo o respeito, eu discordo. Acho que a sociedade não tem tempo para esperar.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Senador Malta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma questão de ordem para V. Exa. – o Vasques está saindo – com relação à proteção. Na CPI passada, nós oferecemos e foi determinado o apoio com relação à segurança de testemunha. Foi dado isso na CPI passada. E eu fiz uma questão de ordem, perguntando se haveria a necessidade de um requerimento ou se V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se ele mandar o requerimento, nós vamos conversar sobre esse assunto com o...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – A gente mesmo pode fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pode fazer o requerimento e eu vou submeter isso ao Presidente do Senado, o.k.?

Muito obrigado. (*Pausa.*)

Então, com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu discordo, Sr. Presidente, porque a sociedade não entenderá essa especificidade por conta dos festejos de São João. Eu acho que urge o tempo. Os requerimentos foram votados com quórum qualificado. Não tem mais o que votar. Está votado! Quem puder vir que venha e quem não puder vir... Até porque não vai se votar nada com quórum qualificado. O quórum qualificado já existiu, já se votou, o requerimento existe, já se sabe quem são as pessoas. Com todo respeito...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senhores, eu queria prestar atenção aqui no Senador Magno Malta, para que a gente pudesse concluir os nossos trabalhos.

Eu vou ouvir a todos que queiram falar.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, da minha parte, eu não concordo. É verdade que uma CPI... Eu não concordo com sessão virtual nem quando se tem um debate, até porque não acontece. Você está lá no celular, você fala e fica ali... E, normalmente, o sujeito fala e sai dali, não é? E em uma CPI, então, o povo não vai entender este momento especial de festejo.

Com todo respeito a todos, o São João realmente é uma festa do Brasil, não só do Nordeste, mas no Nordeste é muito mais forte, mas pode vir aqui e voltar ou, se não quiser, não venha, porque não tem votação, não há necessidade de quórum qualificado. Aqueles que vão vir já foram aprovados. Então, eles deverão estar aqui.

Da minha parte, se V. Exa. abriu para que cada um coloque o que pensa, a sociedade certamente não entenderá mais esse adiamento, que não interessa a ninguém, a não ser a quem não queira, de fato, chegar à verdade dos fatos, porque o tempo já é pequeno, já é muito curto... Estamos tendo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucas sessões, quando nós havíamos pedido três sessões por semana – e espero que isso aconteça após o recesso. Assim que passar essa semana, já começa o recesso! E, depois, só vem depois do recesso. Para tanto, a sociedade não entenderá, Senador Flávio. E, Presidente, a minha palavra e o meu posicionamento é de que nós devamos manter as reuniões da Comissão.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou ouvir o Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Pela ordem.) – Só colocando aqui publicamente a nossa opinião: é muito doloroso – eu fico imaginando – para os familiares daquelas pessoas que estão presas e para os presos, seja na Papuda ou na Colmeia, fiquem cientes, através dos seus advogados, de que esta CPMI não vai acontecer na próxima semana por causa de São João – pessoas presas desde janeiro, Sr. Presidente!

Então, assim, eu iria até além. Somos 32 titulares e 32 suplentes. Os partidos indicaram. Acredito que os partidos têm, sim, como, de forma organizada, indicar quem pode participar, até porque vai ter um acordo de procedimentos, e acredito que não vai ser desta maneira: 20 Parlamentares da Oposição falando, depois mais 50 da base falando. Talvez, a gente escolha cinco de um lado, cinco de outro para fazerem uma inquirição. Então, que os partidos indiquem cinco da Oposição e cinco da base para que venham participar.

Então, assim, daqui a pouco vai ter o recesso parlamentar. É de se pensar até que esta CPMI continue funcionando durante o recesso parlamentar. Eu estou falando... O Sr. Presidente está aqui em todas, o Magno Malta pode presidir uma vez, o Senador Cid Gomes outra vez; eu posso vir numa semana, na outra semana pode vir o Filipe Barros e outros Parlamentares. Agora, temos urgência e o povo não pode esperar.

Essa é a nossa opinião, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PL - RJ. Pela ordem.) – Sendo bastante objetivo, eu acho que a proposta de V. Exa. é um bom meio termo: vamos ter as duas audiências na semana que vem, segunda e terça-feira. Acho que está atendida a quantidade e atende aqueles Parlamentares que querem priorizar a CPI e vão estar aqui na segunda e na terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se todos concordarem, porque não vai haver acordo para que não tenha audiência...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz esta proposta, o Senador Flávio também concorda: a gente faria uma oitiva na segunda-feira, outra na terça-feira. E os Deputados e Senadores podem ir embora a partir da terça-feira à noite e aí só retornarão no dia 4, que é a data que o Presidente da Câmara e do Senado, que os Presidentes estão remarcando as novas sessões.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Pela ordem.) – A de quinta desta semana permanece ou não, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – A de quinta desta semana permanece?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A de quinta está mantida.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Inclusive, os depoentes já estão convocados.

Então, não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos e convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 22 de junho de 2023, às 9h da manhã.

Muito obrigado.

(Iniciada às 09 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 21 horas e 37 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Deputado Arthur Oliveira Maia, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023 com a presença dos Parlamentares Soraya Thronicke, Davi Alcolumbre, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato, Zenaide Maia, Augusta Brito, Eduardo Girão, Jorge Seif, Esperidião Amin, Damares Alves, Cleitinho, Duarte Jr., Carlos Sampaio, Duda Salabert, Rafael Brito, Aluisio Mendes, Laura Carneiro, Roberto Duarte, Mauricio Marcon, André Fernandes, Delegado Ramagem, Pr. Marco Feliciano, Nikolas Ferreira, Eduardo Bolsonaro, Rubens Pereira Júnior, Rogério Correia, Jandira Feghali, Erika Hilton e Pastor Henrique Vieira, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Parlamentares Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Cid Gomes, Eliziane Gama, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Magno Malta, Amanda Gentil, Paulo Magalhães, Rodrigo Gambale e Filipe Barros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em quatro partes: 1ª Parte - Oitiva de Valdir Pires Dantas Filho. Finalidade: Depoimento de Valdir Pires Dantas Filho. Oitiva do Valdir Pires Dantas Filho, em atendimento ao requerimento 863/2023. Resultado: Oitiva realizada. 2ª Parte - Oitiva de Renato Martins Carrijo. Finalidade: Depoimento de Renato Martins Carrijo. Oitiva do Renato Martins Carrijo, em atendimento ao requerimento 946/2023. Resultado: Oitiva realizada. 3ª Parte - Oitiva de Leonardo de Castro. Finalidade: Depoimento de Leonardo de Castro. Oitiva do Leonardo de Castro, Diretor de Combate à Corrupção e Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal, em atendimento ao requerimento 853/2023. Resultado: Oitiva realizada. 4ª Parte - Oitiva de George Washington de Oliveira Sousa. Finalidade: Depoimento de George Washington de Oliveira Sousa. Oitiva do George Washington de Oliveira Sousa, em atendimento ao requerimento 844/2023. Resultado: Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 1, de 2023, para investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023 nas sedes dos três Poderes da República, em Brasília.

A presente reunião destina-se aos depoimentos dos Srs. Valdir Pires Dantas Filho, Renato Martins Carrijo, Leonardo de Castro e George Washington de Oliveira Sousa, todos convocados na condição de testemunhas.

Esclarecimentos.

Ontem, nós fizemos uma reunião com Parlamentares do Governo, da oposição, naturalmente com a minha presença, da Relatora, do Vice-Presidente, para redefinirmos essa questão das normas de procedimento, que foram muito questionadas aqui na última reunião, e a grande queixa dos Parlamentares diz respeito justamente à impossibilidade, pelo modelo que foi feito na última reunião, de se proceder a uma inquirição, que corresponde a você fazer uma pergunta, ter direito a uma resposta, para prosseguir com a sua pergunta, de sorte que nós resolvemos modificar o modelo passado.

Combinei com os meus pares que estavam na reunião que hoje estaremos fazendo essa modelagem e utilizando esse expediente de uma forma provisória, para que, ao final, nós possamos avaliar se realmente foi melhor para o objeto que nós perseguimos, que é justamente cada Parlamentar falar por dez minutos, mantendo o tempo igual para suplentes e titulares, mas, durante os dez minutos, o Parlamentar terá direito, aparando a sua fala, a perguntar ao depoente o que ele quiser, sendo que o tempo do depoente conta no tempo do Parlamentar, e o Parlamentar, por sua vez, tem direito de interromper o depoente na hora em que ele quiser. Ele pode interromper e dizer: "Estou satisfeito". O tempo é do depoente, e ele interrompe... Perdão, o tempo é do Parlamentar, e ele interrompe o depoente na hora em que ele quiser, porque o depoente, de qualquer maneira, vai ter o seu tempo próprio, antes dos Parlamentares, para fazer a sua exposição. Ele terá 15 minutos no início dos trabalhos, antes de os Parlamentares falarem, e terá mais 5 minutos, se assim o desejar, ao final da sessão, para que ele possa manifestar algum ponto que ele não o tenha feito.

Então, fica o seguinte acordo de procedimento.

Outra coisa que eu quero destacar aqui – e aí eu quero pedir a contribuição de todo mundo, porque confesso aos senhores que tenho o coração muito mole para pedidos de colegas –: eu não gosto de negar quando um colega me pede coisas que são, vamos dizer, até fáceis de resolver. Mas, para o bem dos trabalhos, eu quero contar com o apoio dos senhores todos, porque a gente estabeleceu aqui que as inscrições se encerram uma hora pós o início dos nossos trabalhos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, esta reunião se iniciou às 9h33. Então, os Parlamentares poderão se inscrever até às 10h33. As inscrições não serão feitas na mesa, não serão feitas com o Presidente e nem com a Relatora, serão feitas aqui na mesa ao lado. E já determino aos companheiros que estão fazendo esse trabalho que façam essas inscrições apenas até às 9h33... *(Pausa.)*

Às 10h33. Muito obrigado.

O depoente responde às perguntas dentro do tempo do Parlamentar, ou seja, não teremos mais aqueles dez minutos para a resposta do depoente. O tempo será o mesmo – dez minutos – para titulares e suplentes. O Parlamentar administra esse tempo da maneira como melhor lhe convier e pode só se manifestar ou só fazer perguntas, fica a critério do Parlamentar.

Esta Presidência intercalará a lista, passando a palavra para quatro titulares seguidos e, depois, um suplente; depois, mais quatro titulares e um suplente, e, assim, sucessivamente.

A palavra, como Líder, será permitida somente duas vezes: uma para o lado da oposição, uma para o lado do Governo, por cinco minutos, apenas uma vez, não mais do que uma vez.

Além disso, o Líder e o indicado para falar deverão ser membro da Comissão; não podem ser não membro, podem ser titular ou suplente. Mas aquele que vai usar o tempo de Líder, seja Líder ou não, tem que ser membro da oposição.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – Da Comissão.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Da Comissão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós, por uma questão de prática aqui, até pelo pouco conhecimento que eu imagino que os Parlamentares... É o meu caso: eu só entendo de bomba de São João, mesmo assim pra, nessas festas juninas, a gente soltar. Então, nós entendemos que o melhor encaminhamento é ouvir primeiro os peritos para que nos tragam algum conteúdo, alguma contribuição técnica...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e, em seguida, ouvir o depoente.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Questão de ordem com base no artigo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Um instante, Deputado. Estou ainda na questão aqui dos procedimentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a nossa ideia... Nós temos aqui dois peritos e um delegado. Os três falarão, e depois nós passaremos a palavra para os Parlamentares. O Parlamentar que estiver usando os seus dez minutos pode dirigir uma pergunta para cada um dos três, sem nenhuma dificuldade. Estabelece para cada um dos três a pergunta que quiser feita. Então, nós vamos chamar os três e, depois que acabar a fala dos três, nós vamos ouvir o depoimento do Sr. George Washington, que está preso, está vindo pra esta Comissão mediante escolta policial e que posteriormente será ouvido.

Eu pediria a todos os Parlamentares, que realmente me parece que o depoimento mais importante é o segundo depoimento, é do cidadão que está sendo acusado de ter colocado essa bomba, eu sugeriria que apenas se inscrevesse quem, de fato, tiver alguma dúvida objetiva a respeito da explanação deles, porque é um depoimento meramente técnico. Então, eles vão falar, cada um vai falar pelo tempo de 15 minutos, são três depoimentos; depois, a Relatora, que já fez aqui seus questionamentos, são questionamentos técnicos. E aí, se alguém ainda tiver alguma dúvida objetiva, se inscreve e fala; se não, eu gostaria que passássemos imediatamente ao depoimento que, de fato, nos interessa, que tem uma conexão com a nossa investigação.

Questão de ordem do Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, só pra saber, V. Exa. não falou sobre os autores do requerimento. Eles terão um tempo especial, têm alguma prioridade?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro, os autores do requerimento, dentro daquela ordem... A ordem nós não mudamos: falará, em primeiro lugar, a Relatora; depois os autores do requerimento; e depois os titulares, dentro daquela ordem, quatro titulares e um suplente. Isso está garantido, Senador.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Presidente, Deputado Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou até ler aqui os autores dos requerimentos. Os autores dos requerimentos são: o Senador Izalci Lucas...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. *Fora do microfone.*) – De quem?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Do George Washington.

Os autores são o Senador Izalci Lucas, o Deputado Rubens Pereira Júnior, a Senadora Ana Paula Lobato, o Deputado Duarte, o Deputado Delegado Ramagem e o Senador Jorge Kajuru. São esses os autores do requerimento do George Washington.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, acho que tem um erro. Eu já tinha inclusive olhado com a Mesa, eu também sou autor. Acho que ele...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, verifique a Mesa, e, se for, incluirei, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Acho que ele passou a lista errada para V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Secretaria da Mesa me informa que o segundo subscritor não é considerado autor. Para efeito de requerimento, considera-se apenas o primeiro. Entretanto, V. Exa. é o primeiro inscrito, de sorte que não terá nenhum prejuízo na sua fala.

Questão de ordem agora...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Deputado Duarte.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, ainda sobre o acordo de procedimentos, só para que eu possa entender de fato, as inscrições vão ser abertas às 8h30? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – As inscrições da fala.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou dizendo: as inscrições já foram abertas às 8h30.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Não, a partir de...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou dizendo que, às 9h33, nós vamos encerrar as inscrições.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Às 10h33, nós vamos encerrar as inscrições. Só isso.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente, a minha pergunta é: a que horas vai ser aberta a lista de inscrição para que a gente possa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já está aberta desde as 8h30, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Não, mas eu estou falando de todas as sessões.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu vou explicar o porquê.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na semana passada, disseram que era às 8h30. Aí nós chegamos aqui, eu cheguei aqui às 7h30 da manhã. De repente se fez uma fila aqui. Então, eu cheguei primeiro, porque eu queria me inscrever primeiro, e acabei sendo o último.

Hoje aconteceu...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não posso...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sr. Presidente, deixe-me só terminar a minha...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Permita-me só terminar a minha reclamação.

Hoje aconteceu a mesma coisa. Aí, quando foram 8h08 da manhã, abriram a inscrição, e a gente não estava aqui, e acabei ficando de novo por último.

Eu quero saber qual é o horário em que vai ser aberta a inscrição para a gente estar aqui e colocar o nome. É isso que eu quero saber, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

As inscrições, de acordo com o Regimento, devem ser abertas às 8h30 da manhã. Se não foram abertas às 8h30, houve algum erro, que eu garanto a V. Exa. que não se repetirá na próxima reunião, e determino à Secretaria da Mesa...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Presidente, eu penso que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... que as inscrições sejam abertas pontualmente às 8h30 da manhã.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Com a palavra agora, o Deputado Duarte para uma questão de ordem.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Presidente, eu penso que está sendo aberta até antes, está sendo aberta às 8h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Daqui a pouco V. Exa. fala.

Deputado Duarte.

O SR. DUARTE (PSB - MA. Para questão de ordem.) – Art. 131 do Regimento Comum, art. 151 do Regimento Comum, art. 148 do Regimento do Senado, art. 36, inciso II, do Regimento da Câmara dos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, art. 153 do Regimento do Senado, art. 36 do Regimento da Câmara dos Deputados e art. 5º da Constituição Federal de 1988.

Sr. Presidente, eu levanto essa questão de ordem e destaco aquilo que foi combinado nas reuniões anteriores. O artigo precede a questão de ordem. Nenhuma das questões de ordem que foram levantadas nesta reunião de hoje afirmou artigo anterior à questão que não foi questão de ordem. Eu destaco isso para o bom andamento dos trabalhos.

E a questão de ordem que aqui eu levanto é sobre a prisão em flagrante, é sobre o falso testemunho. Nós sabemos que constitui crime "fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito". O que destaca é o art. 4º, inciso II, da Lei 1.579, que é a Lei da CPI.

É importante a gente sublinhar aqui, Sr. Presidente, que o Código Penal brasileiro, no art. 301 – na verdade é o art. 301 do Código de Processo Penal brasileiro –, diz que qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem em flagrante for encontrado cometendo crime, cometendo delito.

Sr. Presidente, o que nós percebemos aqui é que os depoentes... o depoente que aqui veio faltou com a verdade dezenas de vezes. Então, nós precisamos... E aqui eu falo quanto ao método, para o bom andamento dos trabalhos, para que esta CPMI não dê em pizza, para que a gente possa manter e resgatar a credibilidade das pessoas que não acreditam na política, não acreditam nos políticos, não acreditam que esta CPI vai chegar a algum resultado. Não pode um depoente vir a esta Casa, faltar com a verdade, sorrir, sair daqui e achar que foi vitorioso. Quem mente, quem falta com a verdade em um depoimento comete um crime.

E a nossa questão de ordem aqui, Sr. Presidente, é para que a gente possa estabelecer um método.

Apesar de o Código de Processo Penal estabelecer que qualquer do povo poderá dar voz de prisão diante do flagrante, como é que vai ser o procedimento aqui nesta Casa? Qualquer Deputado, qualquer Senador, diante do flagrante, poderão dar voz de prisão? Será a Relatora? Será o Primeiro-Vice-Presidente? Será o Segundo-Vice-Presidente? Será V. Exa., enquanto Presidente desta CPMI, que irá dar voz de prisão e utilizar a Polícia Legislativa para conduzir aquele que em flagrante for encontrado?

Então, essa questão de ordem aqui eu levanto para que nós possamos ter um bom encaminhamento.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Vale para abuso de autoridade também, Presidente?

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, estou no meio de uma questão de ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. tem mais um minuto, Deputado.

Eu já falei que eu não vou admitir, em hipótese alguma, que interrompa um orador. Não é possível que a gente a toda hora tenha que dar um minuto a mais para quem está falando porque tem colegas que insistem com essa prática!

V. Exa. tem um minuto a mais, Deputado.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu agradeço, Sr. Presidente, por essa condução, porque, já no início da reunião de hoje, V. Exa. trouxe uma série de regras quanto aos questionamentos, momentos de fala, momentos em que nós vamos ouvir a resposta daquele que está sendo inquirido. As regras do jogo, quando combinadas, não ficam injustas para ninguém, o combinado não sai caro.

Agora, o que não pode é não ter regras, não ter procedimento, não ter forma. O que não pode é aqueles que descumprem a lei lá fora, que atentam contra a democracia lá fora, que aqui, dentro desta Casa, tentaram e depredaram o patrimônio público venham aqui brincar com o Regimento desta Casa, brincar com a nossa cara, brincar com a esperança das pessoas. Nós estamos aqui em defesa da democracia.

O ato que foi realizado no dia 8 foi uma tentativa de golpe.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, V. Exa. concluiu a sua questão de ordem? Porque V. Exa. agora está fazendo um discurso político.

V. Exa. alegou, no começo, como vantagem para si próprio, o fato de que estava trazendo uma série de elementos para justificar a sua...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu tentei...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... mas o tempo de V. Exa. é para fazer uma questão de ordem.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. agora está fazendo um depoimento político e eu não vou permitir!

V. Exa., por favor, conclua a sua questão de ordem.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, todos aqui são políticos como V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu sei, mas na questão de ordem não é hora de fazer discurso político, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O discurso político é natural desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, mas este momento não é o momento de V. Exa. fazer.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu tenho cinco minutos e foi cassada a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, conclua a sua questão de ordem, por favor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Eu estou dentro do meu tempo.

V. Exa. nunca interrompeu ninguém aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu estou exigindo que V. Exa. conclua porque esse foi o acerto de procedimentos, ninguém vai usar esse tempo para fazer discurso político.

O fato de V. Exa. iniciar o seu discurso elencando pontos dos Regimentos para justificar uma questão de ordem e depois enveredar pela questão política desmoraliza a posição desta Casa.

Eu não vou permitir que V. Exa. faça isso.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Tenho dois minutos.

Então, para concluir a minha questão de ordem, V. Exa. vai ser duro dessa forma com quem mentir aqui? Vai dar voz de prisão em flagrante? Ou vai ficar como ficou na reunião passada?

Se V. Exa. for duro...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – ... é essa a postura que eu quero, porque eu estou como Parlamentar levantando uma questão de ordem, e o que eu espero de V. Exa. é a mesma dureza com quem mente, com quem atenta contra a lei e possa ser preso em flagrante.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Respeita o Presidente.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – É V. Exa. ou eu que vou ter que levantar aqui a prisão em flagrante?

Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Desrespeitoso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – Obviamente que a questão de ordem, em qualquer momento, primeiro tem que ser fundamentada, mas não será permitido em função de um Deputado ou de um Senador elencar os pontos que estão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocando para fundamentar sua questão de ordem que o faça num primeiro momento e, em seguida, enverede por um discurso político, porque vai acontecer exatamente aquilo que aconteceu na primeira sessão e tivemos aqui uma manhã inteira com cada um dos Parlamentares se dizendo autores de questões de ordem e fazendo discursos políticos.

Quanto à questão de ordem levantada por V. Exa., eu quero dizer que, em se tratando de falso testemunho, é uma posição extremamente possível, absolutamente sujeita, admitida, em qualquer instante, que aquela pessoa que fez uma colocação possa se retratar, e foi o que aconteceu.

O depoente fez uma fala, houve uma questão semântica, porque a Relatora, embora não tenha falado o que ele disse, que eram novos, mas ele perguntou dos processos existentes, e o processo que ele alegava inexistente realmente já estava arquivado e, portanto, era inexistente. Portanto, a compreensão desta Mesa foi nesse sentido. E, por isso, nós não fizemos aqui a prisão em flagrante de ninguém, até porque, Deputado, não é do meu feitio utilizar de espetáculo circense para poder chamar a atenção, não é da minha prática. Esta Presidência não fará isso. Esta Presidência não será o palco de um circo em momento nenhum, enquanto eu estiver Presidente. Eu não vou prender ninguém aqui pra chamar a atenção da mídia. Não preciso disso. Não preciso disso. E quero dizer a V. Exa. que, na medida em que fizer no meu juízo de valor o entendimento de que uma pessoa fez um falso testemunho, nós tomaremos as medidas necessárias. Obviamente também quem determina a prisão em flagrante de delito, em flagrante por falso testemunho é a Presidência.

Questão de ordem agora, Deputado...

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Há contradita, Presidente? Há contradita?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, já está decidido, Deputado.

Obrigado.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Pastor Henrique.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para questão de ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com base no art. 58, §3º, que fala que as Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes de investigação próprios de autoridades judiciais; com base no art. 2º da Lei 1.579, que é a lei das CPIs, que fala que as CPIs podem inquirir testemunhas sob compromisso; com base no art. 4º, desta mesma lei, que afirma que constitui crime fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; essa é a base regimental.

Agora o mérito da questão de ordem e o encaminhamento à Mesa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui o primeiro encaminhamento a entregar formalmente à Relatora: uma resposta a um requerimento de informação feito pela Bancada do PSOL, Deputada Sâmia, ano passado. A resposta é do dia 30 de dezembro. Portanto, o Ministério da Justiça do Governo anterior foi questionado sobre o número de fiscalizações.

Eu queria pedir atenção porque é o mérito da questão de ordem para o devido encaminhamento posterior.

Esta resposta, Senadora Eliziane...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe, Deputado. Volte aí 30 segundos da sua fala porque eu não ouvi.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Está bom. Por favor, tranquilamente.

Bem, primeiro, eu embasei. E agora: qual é a questão? Está em minha mão a resposta do Ministério da Justiça ao requerimento de informação feito pela Bancada do PSOL, ano passado, resposta do ano passado, sobre o número de fiscalizações da Polícia Rodoviária Federal no Brasil. Nós pegamos esta resposta e comparamos com aquilo que foi dito, terça-feira, por Silvinei Vasques. Este é o mérito: resposta do Ministério da Justiça, números, soma e resposta de Silvinei Vasques sobre o número de fiscalizações na Região Nordeste.

Qual é a conclusão que eu quero apresentar e o encaminhamento? Ele mentiu ou ele forjou dados de acordo com a resposta do próprio Ministério da Justiça. Não tem nada a ver com a questão de processo. Tem a ver com o número de fiscalizações da Polícia Rodoviária Federal na Região Nordeste. Está aqui na minha mão.

Quais os encaminhamentos? Encaminhamento nº 1: quero entregar formalmente à Senadora Eliziane, a Relatora, a resposta do Ministério da Justiça para comparar com o que foi dito pelo Silvinei e, assim, comprovar que ele mentiu. Encaminhamento nº 2: eu queria solicitar ao Presidente que determine que o depoente, de forma imediata – eu queria frisar o "imediata" –, envie para a Comissão a fonte dos dados que ele utilizou antes de ontem. Encaminhamento nº 3: diante desse dado comprovado, eu queria solicitar que a nossa Comissão ofereça notícia-crime contra Silvinei Vasques.

Ele terá o direito, no regime democrático, ao contraditório e a se defender.

Eu queria pedir a atenção...

Reconheço que é legítimo. Não quero atrapalhar, faz parte...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Não, só para concluir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, desculpe. Pois não.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Eu estou me mantendo muito no mérito, não tem a ver – só para ser bastante didático –, não tem a ver com aquela questão dos processos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Estou ouvindo, Deputado, claro.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... tem a ver com... O que ele disse sobre o número de fiscalizações da Polícia Rodoviária Federal na Região Nordeste não se compatibiliza, e está provado, com a resposta do próprio Ministério da Justiça a respeito disso.

O resumo é: ele mentiu, e o número de fiscalizações na Região Nordeste...

(Soa a campainha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... foi 50% a mais do que na Região Sudeste. Eu tenho aqui a taquigrafia, tenho o que ele disse textualmente e tenho a resposta do Ministério da Justiça.

Eu só estou querendo encaminhar formalmente à Relatora, solicitar que o depoente envie imediatamente os dados e, por fim, notícia-crime. Já passaram 24 horas. A prisão em flagrante não é mais cabível do ponto de vista jurídico. Eu não quero ser exorbitante, eu não quero agir para fora da margem da lei. Agora, oferecimento de notícia-crime para que ele possa se defender diante da Procuradoria-Geral da República eu acho que é a Comissão se respeitar diante da mentira que está aqui comprovada.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. Para responder questão de ordem.) – Obrigado, Sr. Deputado.

Em primeiro lugar, em relação à sua solicitação do segundo item, que é requerer ao depoente da sessão passada que encaminhe a esta Comissão qual é a fonte que ele se valeu para trazer essas informações, eu já determino à Secretaria da Mesa que o faça para que nós possamos tomar conhecimento.

Quanto à segunda solicitação de V. Exa., que diz respeito à notícia-crime, eu quero dizer que o Código de Processo Penal, do qual nós podemos tomar emprestado a sua posição para nos balizarmos, diz, no seu art. 211: "Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a instauração de inquérito".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu passo essa solicitação de V. Exa. para a Relatora, para que, ao final, na hora que ela apresentar o seu relatório, ela faça menção a essa decisão dela, de acordo com a resposta que nos chegará.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Eu queria só, Presidente, reforçar que, na verdade, na proposta que o Pastor Henrique coloca, ele faz uma solicitação que haja, na verdade, o encaminhamento de uma notícia-crime, não é isso, Pastor Henrique?

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. *Fora do microfone.*) – Exatamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós vamos, na verdade, primeiramente, consignar no nosso relatório final.

Agora, eu acredito também que esta Mesa poderá, de ofício, remeter ao Ministério Público, que tem, na verdade, a competência de fazer esses encaminhamentos, considerando que nós perdemos, na verdade, o flagrante. Então, eu acredito que seria um encaminhamento por parte da Mesa de fazer, de oficiar ao Ministério Público a recomendação feita pelo Pastor Henrique.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Sr. Presidente, eu posso fazer a contradita da questão de ordem? Um minuto eu finalizo a contradita.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para contraditar a questão de ordem, Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Presidente, se a todo momento...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Pedi a palavra antes dele.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP. Para contraditar.) – É que na outra já me foi negado, Carlos. Se me permite, Carlos, na próxima eu abro mão. Eu agradeço a gentileza. Desculpa.

Presidente, só para falar aqui que essas questões de ordem, na verdade, estão trazendo méritos da reunião passada, não é? O Silvinei Vasques ficou aqui à disposição. Agora, o colega do PSOL está trazendo aqui um requerimento que no passado já foi respondido. Então caberia ao Parlamentar se preparar melhor para a reunião e trazer esse requerimento no momento oportuno, qual seja, o da oitiva dos depoentes. Não pode chegar agora e falar: "Ah, você viu aqui um requerimento do PSOL do ano passado, etc., tal, tal, tal...".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa: muito está se falando aqui em prisão em flagrante, concordo com V. Exa., tem que tomar muito cuidado com isso, até porque as irregularidades podem conduzir a um abuso de autoridade por parte desses Parlamentares, e dizer que qualquer do povo pode fazer a prisão em flagrante, não necessita de autorização minha, nem de ninguém aqui, não. Se somos bravos mesmo para colocar o cara preso, então vai lá e prende ele na unha.

Enfim, só para deixar isso aqui claro, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Carlos Bolsonaro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Carlos Sampaio.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Para questão de ordem.) – Art. 181, do Regimento Interno, combinado com o art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Sr. Presidente, sobre essa questão da prisão em flagrante, eu procurei na primeira sessão que nós tivemos aqui desta CPMI alertar sobre a confusão que pode haver tratarmos investigados como testemunhas. O investigado tem o direito de calar-se, o investigado tem o direito de sequer dar qualquer resposta que possa autoincriminá-lo – é o que prevê o art. 5º, LXIII, da Constituição Federal. Quando a pessoa está sendo investigada e nós a chamamos como testemunha, abre essa perspectiva que a Senadora Eliziane tentou de formular o flagrante, de fazer a prisão em flagrante, quando na verdade ela não pode fazer, porque ele não está aqui na condição de testemunha, ele está aqui na condição de investigado. E isso tem todos os precedentes – todos os precedentes – jurisprudenciais.

Eu só pediria, Sr. Presidente, para concluir. Depois, quem quiser contraditar fique totalmente à vontade – totalmente à vontade. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos agora...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Posso concluir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Desculpe.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Parei de falar na hora em que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Para dizer que investigado não pode ser confundido com testemunha. Cada vez que convocarmos aqui a testemunha fulano de tal que tem uma investigação



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra ela, ela terá aqui o direito de não se incriminar e de se calar. E, portanto, não cabe a prisão em flagrante.

No HC 171.438, o Ministro Gilmar Mendes e depois outros que o sucederam disseram claramente: quem é investigado sequer tem o dever de comparecer a esta CPMI. Então muito cuidado mesmo temos que ter com essa questão de prender em flagrante quem é investigado.

Faço esse registro novamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu preciso...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Ele fez uma questão à Mesa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Espere aí. Quem tem que responder...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – É uma questão de informação, Presidente. Ele fez referência à relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Minha cara Relatora, deixe eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Só a título até de esclarecimento, para que a gente poupasse aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. Faça o esclarecimento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Veja, primeiro, para começar, o depoente negou inclusive processos nos quais ele foi inclusive o condenado e outros que estão em curso – é bom lembrar isso –, que são processos administrativos. Ele negou. Aliás, essa foi a razão pela qual surgiu e foi o elemento para o questionamento acerca da sua prisão. Neste caso específico da CPI, ele estava na condição de testemunha. Isso aí estava muito claro. Ele foi qualificado desta forma. Então não cabe, por exemplo, a justificativa de que para ele não teria, na verdade, elementos para pedir uma prisão em flagrante.

A justificativa apresentada pelo Presidente, que compreendeu que seria uma questão semântica ou coisa parecida, é um argumento que se pode colocar, não o argumento de que ele, por exemplo, era investigado. Não era investigado, nem na condição de CPI... Ele próprio, inclusive, negou, que não tinha nenhuma...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Senadora, só para concluir. O investigado é aquele que ainda não foi processado, que ainda não foi condenado. É um investigado! Veja, se houver um inquérito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas ele veio na condição de testemunha, Sr. Deputado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Não pode... Senadora...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Pelo amor de Deus, Deputado! Pelo amor de Deus!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – O investigado... Se tem um inquérito contra ele...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não tem o menor sentido!

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Senadora, é uma questão...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós estamos num...

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – A questão não é de semântica, é sobre o que ele é. Quem está sendo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. está enquadrando um depoente em uma condição que não é real...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou permitir esse debate aqui paralelo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não é real! Não é real...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou retomar aqui a palavra, Deputado Carlos Sampaio, Senadora Eliziane.

Com a palavra, para uma questão de ordem, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Uma questão de ordem aqui, Excelência.

Eu acho que o Presidente colocou muito bem a questão. Isso tem que ser tratado no relatório – quem mentiu, quem eventualmente não mentiu –, porque, senão, a gente vai começar aqui a querer impor a nossa posição individual à Comissão. Então, se for a conclusão de que algum depoente aqui chamado mentiu...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Qual o artigo da questão de ordem, Presidente?

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... durante o depoimento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Qual o artigo da questão de ordem? Se não for questão de ordem, todos vão se inscrever, Presidente...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – É questão de ordem que nós estamos debatendo aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Não! A questão de ordem foi levantada pelo...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Se for para fazer discurso político, todos vão se inscrever...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Cadê o artigo?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já compreendi a...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – O art. 403, então, do Regimento Comum da Casa...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – Olhem, tenho sido parcimonioso aqui nas minhas manifestações.

O que nós temos que ver é o seguinte: uma coisa é a...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, assim, não...

O SR. SERGIO MORO (UNIÃO - PR) – ... a posição de cada indivíduo, outra coisa é a posição da Comissão. Que seja tratado no relatório quem mentiu e quem não mentiu. Se se concluir que mentiu e for aprovado o relatório, que se encaminhe à polícia para investigação por falso testemunho. E aí vão ser consideradas as questões colocadas com muita propriedade pelo Carlos Sampaio, se está aqui como investigado, se está aqui como testemunha. O que não é dá é nós querermos, no curso incidental dos depoimentos, fazer conclusões de um indivíduo membro da Comissão como se fosse da própria Comissão. Se fosse, por exemplo, decretar uma prisão em flagrante aqui, então, teria que colocar em votação, com risco de passarmos aí um vexame, muitas vezes, de fazer um espetáculo circense. Então, vamos deixar essas questões – e aí a minha sugestão, Presidente, e é uma questão de ordem – para decidir no relatório. Aí quem entender que houve falso testemunho que vote nesse sentido, e se encaminhe; quem entender que não é, então, vote o contrário.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós vamos encerrar agora as questões de ordem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, me dê um minuto só...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu me comprometo com todos os Parlamentares, com os senhores e as senhoras: essa questão de observar nos requerimentos se o cidadão vem aqui falar como testemunha ou investigado será olhada com mais acuidade. Nós sabemos que... Por exemplo, com o último depoente ou o primeiro depoente que esteve aqui, o Silvinei, sobre ele pesava objetivamente – todos que estamos aqui sabemos disto – uma acusação, a acusação de haver agido com o propósito de impedir o trânsito dos eleitores no segundo turno das eleições. Não é verdade? Alguém aqui tem dúvida de que sobre ele pesava essa acusação? Não, ninguém tem dúvida! Portanto, ele não poderia ter vindo aqui na condição de testemunha, ele estava sendo investigado. Então, dentro dessa linha, eu vou pedir o bom senso. Nada funciona sem bom senso.

A gente está vendo aqui que essa colocação, por exemplo, de que sobre ele pesava uma acusação, é uma acusação que independentemente de ser do Governo ou da oposição, todo mundo tem que concordar, e que, com esse bom senso, a gente possa fazer o mesmo juízo de valor sobre os próximos interrogados.

Então, dando prosseguimento...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Presidente, uma colaboração, trinta segundos...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Presidente, art. 131, §2º.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... para colaborar com a sua palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Inscreve a mim também, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, é melhor a gente parar, então, o depoimento, e cada um fazer o seu depoimento, porque todo mundo...

Eu não vou conceder mais a ninguém.

O Senador Magno Malta vai falar, em seguida...

Eu não vou conceder mais a ninguém, Deputado. Eu não vou conceder.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então não conceda a ele, Presidente. Você tem dois pesos e duas medidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Do Pastor, vou falar da questão de ordem dele, porque conversei com ele...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A minha questão de ordem é questão de procedimento, 131, §2º, Presidente.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Respeite o Vice-Presidente, por gentileza.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Senador Magno, a minha foi resolvida.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não, não, mas é dentro...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Magno Malta, V. Exa. tem um minuto, conforme me pediu, para fazer a sua fala.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – É só...

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... em termos de colaboração desse tipo de operação que ocorre dentro da CPI.

Quando o sujeito é investigado, ou ele está aqui como investigado, Sr. Presidente... Quando você tem, já na sua mão, o inquérito dele, a pergunta é feita, o indivíduo mente, e você diz: "Você reconhece esse documento, você acabou de dizer que não existe?", essa é uma mentira, e ele pode ser preso de em flagrante, pois ele está mentindo à CPI com um documento existente.

Quando ele não existe, e ele está mentindo, e eu estou falando isso com experiência de CPI – está ali a Deputada Laura –, você, no mesmo momento, faz juntada dessa documentação, fundamentada, ao Ministério Público, e o juiz de plantão ordena a prisão. E manda-se ao Presidente da CPI, e ele, para não prevaricar, efetua a prisão em flagrante no momento, que é um outro tipo de prisão.

Então, é só operacionalmente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... cooperando, para que não haja dúvida neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Solicito que o senhor Valdir Pires Dantas, Renato Martins Carrijo e Leonardo de Castro sejam conduzidos à mesa. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir deste momento, V. Sas. estão sujeitos ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenham conhecimento na qualidade de testemunhas nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Nessa oportunidade, esclareço que o art. 4º, inciso I, da Lei nº 1.579, de 1952, estabelece que fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito, constitui crime punível com pena de reclusão de dois a quatro anos e multa.

Dirijo, inicialmente, a palavra ao Sr. George Washington...V. Sa. promete, quanto...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perdão, perdão, perdão.

Eu vou, agora, solicitar a cada um, individualmente. Vou fazer a leitura e cada um se compromete na sua promessa.

V. Sas. prometem, quanto aos fatos de que tenham conhecimento, na qualidade de testemunhas, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade no que souberem e lhes for perguntado?

Por favor, no microfone.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Sim, eu prometo.

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO – Prometo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois bem, dando prosseguimento aos nossos trabalhos, nós estabelecemos, aqui, que cada um dos senhores terá até 15 minutos para falar sobre o tema, que é justamente o laudo pericial dessa bomba que foi encontrada nos arredores do aeroporto de Brasília, do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek.

Depois da fala de cada um, os Srs. Parlamentares poderão falar por dez minutos interpellando os senhores a respeito do que foi dito. Obviamente, inclusive, cobrando, porque V. Exas., quando quiserem, quando estiverem satisfeitos com a resposta, interrompam, porque nos dez minutos estará incluída a resposta de V. Sas.

Ao final da fala de todos os Parlamentares, os senhores terão direito a mais cinco minutos, se quiserem fazer algum acréscimo ao que aqui for trazido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, inicialmente, eu passo a palavra ao Dr. Leonardo de Castro, por até 15 minutos, para que faça a sua explanação sobre o acontecido.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para expor.) – Bom dia a todos! Deputado Arthur Maia, Senadora Eliziane, Senadores e Deputados presentes, demais presentes, bom dia!

Eu acho importante, de início, eu expor uma... fazer uma síntese dos fatos, de forma cronológica. Eu, atualmente, sou o Diretor do Departamento de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do DF. Estive na coordenação das investigações tanto dos atos do dia 12 quanto dos atos do dia 24. Eu sei que o foco de hoje, ao que me parece, são os fatos ocorridos no dia 24, porém há uma conexão com o dia 12, então eu acho importante, pelo menos, citar essa conexão com os atos ocorridos no dia 12.

Após o dia 12, houve uma tentativa de invasão ao prédio da Polícia Federal, ataques a bens públicos, a ônibus, a uma delegacia de polícia. Foram registradas 34 ocorrências policiais, nas delegacias do DF, sobre esses fatos. No dia seguinte, no dia 13, a Polícia Civil foi convocada para uma reunião na Secretaria de Segurança Pública onde estavam o Comandante-Geral da Polícia Militar e mais alguns policiais militares, o Secretário de Segurança Pública, Dr. Júlio, outros representantes da SSP, o Superintendente da Polícia Federal do DF, mais alguns delegados federais e alguns representantes da Polícia Civil. Essa reunião foi realizada na tarde da terça-feira, dia 13, e ali ficou acertado que a parte dos crimes que não seriam de atribuição da Polícia Federal, no caso a tentativa de invasão do prédio da Polícia Federal, ficaria a cargo do Decor, que é o departamento do qual estou à frente. Essa reunião terminou no fim da tarde.

Na manhã do dia 14, na quarta-feira, foi feita uma reunião com os policiais da 5ª Delegacia, que haviam iniciado as investigações, quando eles passaram todas as informações para os policiais do Decor. Nós instauramos o Inquérito 148, de 2022, e iniciamos as investigações, já com o objetivo de dar uma resposta ágil, imparcial e técnica sobre os fatos ocorridos no dia 12.

Diante disso, eu convoquei a...

Nós temos, dentro do Departamento, três delegacias: Delegacia de Crime Organizado, Delegacia de Repressão à Corrupção e Delegacia de Ordem Tributária. Eu convoquei todos os policiais da Draco, agentes e delegados. São 25 policiais. Coloquei todos imbuídos nessa investigação, priorizamos essa investigação, assim como pedi apoio a outras delegacias, com alguns policiais.

Com isso, nós começamos as diligências. Os policiais foram a campo, coletaram imagens, analisaram. O trabalho foi feito de forma ininterrupta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já na madrugada da quinta-feira, às 6h da manhã, nós estávamos protocolando uma representação, com o pedido de duas prisões temporárias. Então, em menos de dois dias, nós identificamos nove pessoas que estavam na manifestação e solicitamos duas prisões.

Esse pedido foi feito junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal. No mesmo dia, houve o declínio de competência para o STF, o gabinete do Ministro Alexandre de Moraes.

Nós continuamos as investigações, isso, na sexta-feira. Já na segunda-feira, nós já estávamos com mais 18 identificados. Elaboramos uma representação, solicitando mais mandados de busca e mais nove prisões.

Eu digo que o trabalho foi técnico. E nós objetivamos uma resposta eficiente, porque, entre os identificados, foram 28, nós procuramos, pelo menos numa análise perfunctória, identificar as condutas, individualizar as condutas e chegamos a este número de 11 indivíduos, de quem nós conseguimos delinear, pelo menos preliminarmente, a conduta, para que fosse feito o pedido de prisão temporária.

Ocorre que, com o declínio da competência, o Ministro Alexandre de Moraes passou a fazer contato com a Polícia Federal, com o CINQ da Polícia Federal, para que eles continuassem as investigações.

Foi feito contato conosco, do Decor. E, em trato com os delegados do CINQ, nós terminamos essa parte da identificação e repassamos essa representação, com o relatório, ao CINQ. E eles, então, encaminharam ao STF essa representação.

Daí, então, nós cessamos nossa atuação sobre o dia 12.

Continuamos tratando com a Polícia Federal no sentido de apoiar no cumprimento dessas medidas, caso fossem deferidas, o que ocorreu, no dia 29 de dezembro, com a deflagração da Operação Nero.

Eu, agora, fazendo a conexão com os atos do dia 24, esse inquérito e essas representações que nós fizemos, com o declínio de competência, estavam sob sigilo judicial no TJDF e foram com sigilo para o STF. E eu não sei como está hoje a questão do sigilo.

O que eu posso dizer, porque isso já é público, é que dois dos indivíduos, dois dos representados para os quais foi determinada a prisão estavam envolvidos nos atos do dia 24 de outubro, que seriam o Alan Diego e Wellington Macedo.

Esses dois foram alvo da investigação do dia 12 e foram alvo da representação da Polícia Civil. Porém, os mandados foram expedidos somente após os atos do dia 24.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direcionando agora para o ocorrido no dia 24, a Polícia Civil atuou assim que foi acionada. Os policiais da 10ª DP do Lago Sul se dirigiram ao local. Já havia, no local, alguns policiais militares e a Polícia Federal. Foi feito um acordo ali. A Polícia Federal alegou que, como não estava dentro do aeroporto, a área era da Polícia Civil. A Polícia Civil assumiu as investigações que culminaram, já na noite da véspera de Natal, na prisão do Sr. George Washington, em um apartamento no Sudoeste.

Os policiais foram a campo, conseguiram chegar ao motorista do ônibus... do caminhão onde estava a bomba. Receberam informações anônimas de que um indivíduo havia feito comentários sobre a colocação de bomba em um prédio no Sudoeste, foram até o local e identificaram, através das câmeras, esse indivíduo. Aguardaram que ele saísse do apartamento e o abordaram.

No momento da abordagem, ele já confessou que teria armas e explosivos e confessou a colocação da bomba, na noite anterior, em um caminhão, nas proximidades do aeroporto.

Feita a prisão em flagrante, a prisão foi convertida em preventiva, na audiência de custódia, já na manhã da segunda-feira. Isso foi no sábado à noite; a audiência de custódia, no domingo, dia 25.

Já na manhã do dia 26, eu fui contactado, no sentido de assumir as investigações do Decor, devido à complexidade do fato e aos indícios, que apontavam para participação de mais pessoas, inclusive um deles havia sido citado, pelo próprio George Washington, no interrogatório.

De imediato, iniciamos as investigações, já coletando imagens do local do caminhão, e observamos que um veículo Creta, de cor branca, possivelmente, teria sido o veículo usado pelos autores da colocação do artefato explosivo. Chegamos à placa do veículo, identificamos que a proprietária era uma senhora chamada Andressa e que o marido dela seria Wellington Macedo, um indivíduo que havia sido preso, no ano anterior, e estava com tornozeleira eletrônica, estava sendo monitorado por tornozeleira eletrônica.

A partir disso, fizemos uma representação para acesso a esses dados de geolocalização, que foi deferida, e fizemos esse pedido para a Seape, o sistema penitenciário do DF, e eles informaram o roteiro de Wellington e, inclusive, nós já havíamos detectado uma ocorrência do rompimento desse dispositivo eletrônico, na Ceilândia, no domingo à noite.

Inclusive, eu trouxe as imagens que foram para o relatório policial, que mostra o roteiro do Wellington. Ele circulou no centro de Brasília, naquela madrugada. Passou, três ou quatro vezes, no local onde estava estacionado o caminhão. E em uma dessas situações, o carro passou, de forma bastante devagar, ao lado do caminhão, momento em que foi colocada uma caixa, no eixo traseiro, em cima do para-lama do caminhão.

Então, dessa forma, nós conseguimos colocar o Wellington, a princípio nós sabíamos do carro, mas poderia ser a esposa, mas com isso conseguimos colocar o Wellington no local do crime.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Alan, ele foi citado pelo George Washington no interrogatório. Disso, nós já passamos a tentar também arrecadar outras provas da participação do mesmo. Foram detectados fragmentos da digital do Alan na caminhonete apreendida do Washington, o que corrobora o interrogatório, em que o Washington falou que entregou a caixa com o artefato na noite do dia 23 para o Alan, dentro do seu veículo, então, foram encontrados fragmentos tanto na parte interna quanto na parte externa da caminhonete.

Através de análise do celular do George Washington, se detectaram contatos feitos entre Alan e George Washington. O primeiro contato feito, pelo menos registrado no celular, foi feito no dia 12, no momento dos atos do dia 12. Posteriormente, no dia 24, após a polícia ter encontrado o artefato e terem saído as notícias, o Alan fez algumas ligações não atendidas pelo George Washington e também mandou uma foto do artefato explosivo, bem como encaminhou o *link* da matéria jornalística que falava sobre o caso. Com isso, mais um indício que reforçava a presença do Alan no local de crime. Essas investigações foram iniciadas no dia 26 pelo Decor, através do Inquérito 149, de 2022.

Na semana seguinte, uma semana depois, nós estávamos representando pela prisão desses dois indivíduos, foi deferida pela Judiciária do DF a prisão, o inquérito foi concluído no prazo de dez dias, vez que um dos réus já se encontrava preso, e, considerando os depoimentos, o depoimento do George Washington, isso apontava também para que havia participação de mais algumas pessoas nesse crime. Diante disso e da necessidade do prazo legal, de cumprir o prazo legal de conclusão desse inquérito em dez dias, foi instaurado, posteriormente, um novo inquérito policial para apuração da participação de outras pessoas.

Ao final desse inquérito do dia 24, a promotora do caso ofereceu denúncia, e eu não sei se isso já é de conhecimento: essa ação penal, inclusive, já foi finalizada em primeira instância, houve a condenação do Alan Diego e do George Washington. O George Washington pegou um pouco mais de nove anos de prisão, e o Alan Diego, se eu não me engano, cinco anos e alguma coisa. O processo com relação ao Wellington mais cedo foi desmembrado, vez que ele continua foragido.

Bem, essas são as considerações a princípio. Eu fico aí à disposição de perguntas.

Eu passaria a palavra agora para o perito Renato Carrijo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Eu passo.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Ah, sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Nós temos o vídeo para...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim, nós temos os vídeos mostrando as imagens do caminhão, do momento em que o veículo se aproxima do caminhão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Solicito que o pessoal da Secretaria... Já está pronto o vídeo para passar? (*Pausa.*)

Olha, já está se encerrando o tempo do Dr. Leonardo de Castro, entretanto, eu penso que nós perderíamos aí mais alguns minutos, mas isso naturalmente será economizado, porque os Parlamentares estarão com esclarecimento. Então, eu vou pedir que seja...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só enquanto... Um minuto, Sr. Presidente, só queria pedir o laudo, para o senhor disponibilizar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente, V. Exa. será oportunamente atendido.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Aí é o local onde o motorista do caminhão... Ele fez uma checagem, esse é o procedimento padrão da empresa... Sempre, antes de se recolher para o pernoite, ele faz uma checagem em volta do caminhão e, depois, no momento antes de sair, na manhã do dia seguinte, ele encontrou a bomba e colocou no chão.

Eu vou pedir para que seja colocado no minuto... Três horas e quinze minutos.

Essa câmera... O caminhão tem uma câmera que mostra a parte traseira e outra câmera que mostra a parte frontal, apontava para a parte frontal. Essa é a que aponta para a parte traseira.

Então, às 3h15min...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Lá em cima, ao lado do dia 24.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso. O veículo se aproxima, encosta ao lado do caminhão, e – pelo reflexo ali da luz, não dava para enxergar – ele coloca essa caixa, e logo o veículo já sai do local.

Agora o próximo vídeo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Sr. Presidente, eu não consegui visualizar. Se puder repetir... Tem como desacelerar o vídeo, só para a gente ver um pouquinho devagar isso, aquele momento?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É possível? É possível?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – O objetivo aqui... São três vídeos que mostram, por três ângulos diferentes, esse veículo se aproximando...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Nesse só se vê o carro chegando, gente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É que ele falou que deixou uma caixa... Eu não consegui visualizar...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, pelo vídeo a gente não consegue observar a caixa sendo colocada. Em nenhum dos ângulos.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Ah, então é importante deixar isso claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu peço a V. Exa. que se mantenha calado, porque nós estamos aqui ouvindo os peritos.

V. Exa., oportunamente, na sua fala, poderá falar o que quiser. Mas, por enquanto, quem está com a palavra é a testemunha. Eu peço a V. Exa. que mantenha o silêncio.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Mas, Presidente, é só para não induzir o erro, Presidente. Só para não induzir o erro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não está induzindo em erro nenhum, Deputado.

(Intervenções fora do microfone.)

Vamos lá. Por favor.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Esse é o segundo vídeo.

Nesse vídeo, só dá para ver o farol do carro...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Nesse vídeo só é mostrado o farol do carro se aproximando, parando e depois saindo.

É às 3h15min15.

(Intervenções fora do microfone.)

Sim?

(Intervenções fora do microfone.)

Aí: esse é o momento em que o carro sai. Dá para ver que é um Creta. *(Pausa.)*

E o outro vídeo é o vídeo de uma loja de veículos, em que o caminhão estava parado em frente. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Os vídeos ficarão à disposição dos Srs. e Sras. Parlamentares aqui na CPMI.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – A questão foi... Eu posso já complementar, com a indagação do nobre Deputado: não foi possível, através dos vídeos, visualizar a colocação da caixa, mas todos os elementos coletados corroboram para que essa caixa tenha sido colocada, inclusive o depoimento dos dois indivíduos que já estão presos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passo a palavra agora ao Dr. Renato Martins Carrijo, Perito da Polícia Civil do Distrito Federal, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Eu cumprimento V. Exa. na Presidência e estendo o cumprimento a todos.

Antes de começar o tempo, se V. Exa. permitir, eu fiz uma pequena apresentação – são apenas cinco eslaides. Como eterno professor, eu não consigo falar sem eslaides. Até minha esposa comentou: "Você vai dar aula de Química e Física para o pessoal?", mas não, é que eu acho que vai ajudar bastante V. Exas. e elucidar muito bem, porque eu vou contar um roteiro.

O Dr. Leonardo fala mais da parte da investigação, e eu quero esclarecer aos senhores que a perícia criminal... (*Pausa.*)

... que o perito tem a função técnica e objetiva na materialização. Então, a nossa análise é uma análise bem mais técnica, uma análise voltada a esclarecer o que aconteceu no dia 24.

Este é o nosso eslaide.

Pode passar para o primeiro.

O nosso objetivo aqui vai ser apresentar uma breve descrição dos exames periciais relacionados ao artefato explosivo encontrado nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília e seus consequentes desdobramentos, para subsidiar os trabalhos desta ilustre Comissão.

E aí eu já peço para os senhores, por favor, se quiserem me interromper um pouquinho, só para falar assim: "Fale devagar"...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Não, é só para se identificar. Eu só queria identificar quem está falando, Sr. Presidente.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Ah, tá! Eu sou Renato Martins Carrijo, sou perito criminal da Polícia Civil do Distrito Federal, lotado na Seção de Incêndio e Explosão do Instituto de Criminalística...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, se V. Exa. tivesse chegado no horário em que começou a sessão, V. Exa. não precisaria ter feito essa pergunta, porque...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Mas, Presidente, ele falou que, se alguém quisesse interromper para perguntar, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... essa pergunta foi feita, isso foi colocado aqui no começo da sessão, como também o nome do depoente está escrito ali.

Eu vou pedir pela terceira vez a V. Exa. – pela terceira vez – que V. Exa. se mantenha calado, como todos os seus pares estão fazendo nesta Comissão.

Por favor, Doutor.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – O próximo eslaide, por gentileza.

Senhores, o que aconteceu é que esse local se divide em três partes, do ponto de vista pericial. Ali vocês verão o local 1, que está relacionado à Estrada Parque Aeroporto. O local 2 está relacionado à Cristalina, de Goiás, e eu vou explicar para os senhores porque daqui a pouco. E o local 3 está relacionado aos exames no veículo que estava na garagem da residência que o Sr. George Washington ocupava no dia 24.

Próximo eslaide, por favor.

Então, eu vou falar primeiro do local 1.

Eu era o perito criminal de plantão no dia na Seção de Incêndio e Explosão. Eu fui acionado como perito junto à Operação Petardo, porque há uma portaria aqui do Distrito Federal que fala sobre ações envolvendo artefatos ou misturas explosivas e que delimita a função de atuação de cada órgão de segurança pública. Então, o Bope vai fazer a inativação com o Esquadrão de Bombas, o perito criminal vai atuar junto com o pessoal do Bope para tomar a melhor decisão possível nessa inativação, na tentativa de preservar o máximo possível os vestígios, para que eles possam subsidiar a investigação e as autoridades públicas.

Quando nós chegamos ao local, nós verificamos que havia um artefato, um objeto suspeito no leito da via. Ele foi pego com a ajuda de um robô. A partir dessa ajuda do robô, nós fizemos imagens de raio-X, constatamos que se tratava de uma massa, que a gente ainda não sabia o que era, e que nessa massa havia um tipo de circuito eletrônico ligado a ela.

Eu sugeri ao Comandante do Esquadrão de Bombas no dia, que era o Sargento de Moraes, que fizesse uma inativação por canhão disruptor, que é um canhão com pressão de água para que se poupassem, da melhor forma possível, os vestígios.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após isso ser feito, o esquadrão passou o material inativado ao meu comando – eu fiquei à frente da situação –, e aí eu comecei a fazer os exames periciais.

O próximo eslaide, por favor.

Esse era o artefato que estava lá no dia. Se vocês puderem reparar na imagem à direita... Essas imagens foram cedidas através de WhatsApp. Então, por isso que têm uma qualidade muito ruim, porque isso foi antes de a equipe pericial chegar ao local. E aí são imagens feitas com o celular, porque só quem pode se aproximar de um objeto suspeito é o integrante do Esquadrão de Bombas que vai estar com traje antibombas. Então, não seria seguro e prudente que eu fosse tão próximo.

Essa imagem à direita mostra o artefato. E aí eu já vou começar fazendo uma descrição um pouco deles pra elucidar pros senhores. Aquela caixinha preta onde tem o número 01 é um acionador de artefatos pirotécnicos, normalmente conhecido como ativador ou caixa de fogo de fogos de artifício. Então, ela é utilizada ali de forma eletromagnética. Então, você tem um sinal, e esse aqui é o receptor. Ele recebe o sinal, faz um sinal elétrico pro fósforo elétrico. Vocês estão vendo que sai um fio preto dele e vai até a uma cabecinha verde? Isso se chama *skib*, é uma espécie de fósforo elétrico. Funciona como? A partir do momento que você passa uma carga elétrica nos condutores, ela chega até a resistência que tem ali, que tem uma carga inflamável, e, a partir do efeito Joule, essa carga é acesa e aí tem a dispersão de chamas e calor. Com essa dispersão de chamas e calor, ele estava ligado a um estopim hidráulico do tipo mantitor, que é o famoso pavio. Acho que todo mundo aqui já viu o pessoal falando "acende o pavio". Então, havia esse pavio e esse pavio fazia conexão direta com essa carga branca. Vocês conseguem ver ali que tem uma massa branca plástica dobrada ao meio e tem alguns símbolos laranja ali do lado. Não sei se vocês conseguem perceber. Esses símbolos são símbolos de obrigação de produtos industriais pra designar tratar-se de produto perigoso.

Aí eu fiz a análise desse material, coletei amostras, enviei para o nosso laboratório. Foram realizados exames com espectroscopia de infravermelho que detectaram nitrato de amônio e uma cadeia complexa de hidrocarbonetos com aspecto gráxico. Essa combinação é normalmente a combinação encontrada nos explosivos do tipo emulsão explosiva, que é um explosivo industrial que normalmente é utilizado em pedreiras pra rompimento de rochas. Também é utilizado na construção civil. Em alguns casos é utilizado também pra fazer túneis e coisas do gênero. O resto do material que não foi afetado pela inativação eu coletei, fiz um novo artefato improvisado e fiz o acionamento desse artefato. Aí eu vou falar sobre esses resultados um pouco mais à frente.

Essas fitas prateadas, junto com o papiloscopista policial que compunha a minha equipe, foram levadas para o laboratório do Instituto de Identificação e foram feitos exames pra tentar identificar ali fragmentos de impressão papiloscópica.

Pode passar o próximo por favor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí nesse dia, era o dia 24, eu estava de plantão e aí, no momento em que estava acontecendo essa primeira operação que eu falei pros senhores, o pessoal perguntou "Cadê o caminhão?". E parece que o motorista do caminhão identificou a caixa, tirou, colocou no chão, fez o que ele tinha, terminou o trabalho e foi embora. E aí o Delegado Marcelo, que tinha chegado no dia e gerenciou a operação, falou: "Cadê o motorista do caminhão?" Ele falou: "Não vamos atrás do motorista. A gente tem que entender o que aconteceu aqui". E aí ele fez contato telefônico, o motorista falou que já estava chegando em Cristalina, apresentou umas problemáticas pra voltar, porque... alguns problemas, e o Dr. Marcelo falou: "Não tem problema, fique parado onde você está que eu vou até você". Ele veio até mim e falou: "Carrijo, eu preciso de uma equipe de perícia pra me acompanhar até Cristalina, porque eu quero avaliar esse caminhão pra ver se existe mais alguma coisa ali". Eu falei: "Doutor, sem problemas. Eu posso acompanhar o senhor assim que eu terminar os trabalhos periciais aqui". Ele falou: "Você acha que vai demorar quanto tempo?". Eu falei: "Devido à complexidade, eu imagino que eu vou demorar aqui mais umas quatro ou cinco horas". Ele falou: "Não. Não tem como. Eu preciso de outra equipe. Eu vou passar no IC e vou tentar chamar algum perito". Eu falei: "Doutor, eu aconselho o senhor a chamar um perito que seja da Sinex, que seja técnico explosivista, porque, se nós estamos tratando de uma situação em que há a possibilidade de um artefato exclusivo ter sido colocado no caminhão, podem haver outros. Então, é interessante que um profissional especializado em explosivos vá até lá".

Então, eu fiz a ligação para um colega que estava de folga no dia, que é o Dr. Valdir, que está aqui comigo. Perguntei para ele: "Tudo bem, meu colega?". Mais ou menos próximo do meio-dia. "Está fazendo o quê?". "Estou almoçando com a família". Falei: "Eu tenho uma boa e uma má notícia para você". E aí eu o convoquei, ele prontamente veio e eu falei que ele ia coordenar uma equipe até Cristalina, onde esse caminhão estava estacionado. O colega coordenou uma equipe composta por um agente e um papiloscopista, chegou até o local 2.

Pode passar a próxima imagem, por favor.

Esse caminhão estava estacionado lá, que era o caminhão que estava no aeroporto. Ele conduziu os exames nesse caminhão, numa busca de novos artefatos ou objetos suspeitos, onde ele não encontrou nada. Um papiloscopista policial fez alguns exames também no caminhão e não logrou êxito em encontrar qualquer fragmento de impressão papiloscópica.

Você pode passar o próximo, por favor.

Aí só a gente ilustrou bem que o caminhão estava bem identificado. Ele era um caminhão de transporte de combustível, com um tanque de aproximadamente 60 mil litros. Essa designação 1863 é a designação para transporte de combustível para aeronave com turbina, segundo a regra, a norma. E ali o número 3 é a categoria de materiais perigosos para líquidos inflamáveis.

Pode passar o eslaide, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – O nível três... Não, é porque é só uma questão de número: o número 1 se trata de explosivo, o número 2 se trata de gases, o número 3 se trata de líquidos inflamáveis.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Querosene de aviação.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – É, no líquido inflamável vai entrar tudo isto: vai entrar o querosene de aviação, a gasolina, o álcool, esses combustíveis. Isso está nos manuais de carregamento de produtos perigosos.

O local 3, a quadra, salvo engano – espero não cometer erro –, acho que é a quadra 5 do Sudoeste, o Edifício Saint Tropez.

O que acontece? Só para que vocês fiquem com a análise cronológica boa e fechem bem, eu terminei essa perícia lá no aeroporto mais ou menos às 18h, enquanto o colega já tinha se deslocado para fazer essa perícia em Cristalina. Às 20h, para minha surpresa, o Delegado Marcelo me ligou e falou assim: "Carrijo, preciso de você. Vem para cá de novo, porque eu prendi o cara que colocou a bomba". Aí eu falei assim: "Não, Doutor, mas o senhor não tinha falado que conversou com o caminhoneiro e que não parecia ser ele". Ele falou: "Não, achei o cara que prendeu". Aí eu fiquei meio perplexo. Eu falei: "Como assim o senhor prendeu o cara em 6 horas?". Ele falou: "Está na mão, só que eu preciso que você venha me dar um apoio aqui no Sudoeste, porque a gente acredita que há mais material explosivo na casa dele". Com essa ameaça, eu me desloquei até o local – pode colocar o próximo eslaide, por favor –, e os exames foram concentrados nesse veículo. Eu verifiquei que havia um objeto suspeito no banco anterior esquerdo do veículo, que é o banco do motorista. Solicitei novamente o acionamento da Operação Petardo, para que a equipe do Esquadrão de Bombas me prestasse o apoio.

Pode passar o próximo eslaide, por favor.

Era esse o objeto que estava ali à frente. Nós fizemos novamente o trabalho de intervenção, só que, após as imagens de raio-X, nós verificamos que se tratava de uma massa, mas que não havia nenhum sistema de acionamento: nem do tipo eletrônico nem do tipo incendiário. Então, a gente sabia que estava seguro.

A próxima foto, por favor.

No interior dessa sacola preta, havia uma sacola azul, e, nessa sacola azul, em seu interior, havia cinco emulsões explosivas. É um tipo de autoexplosivo secundário, que é o que eu expliquei para os senhores, que é usado normalmente em pedreiras e desmonte de rochas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu coletei amostras desse material e repeti aquele processo que eu fiz antes. Mandeí uma amostra para o laboratório. Os resultados do laboratório foram os mesmos, encontraram traços de nitrato de amônio em uma cadeia complexa de hidrocarbonetos, como também foi o mesmo tipo de exame, foi espectroscopia por infravermelho. E, em uma dessas cargas explosivas, eu fiz o acionamento para testar a eficiência, para ver se, além de ter a comprovação química, eu também tinha comprovação da eficácia para causar explosão.

Ele era eficaz pra causar a explosão quando devidamente acionado. Ele foi acionado, causou a explosão, só que ele teve um efeito de baixa ordem, que é quando o explosivo está um pouco degradado e acaba não tendo todo o seu potencial.

Pode ir pro próximo, por favor?

E aí, a partir disso, eu elaborei os seguintes documentos.

Eu fiz o Laudo 408, que é o exame do local. Ele engloba esses três.

Eu também fiz o Laudo 290, que foi uma resposta a quesitos que os delegados me pediram no dia, alguns dias depois, pra tentar entender, porque, como o art. 251 do Código Penal, salvo engano, fala sobre a questão do crime de explosivo, pro Ministério Público, além da autoria, além dos indícios de autoria, eu tenho que ter a comprovação da materialidade. Então, se essa massa que estivesse ali não fosse, de fato, um explosivo, não teria um crime, não é? Ele poderia ter colocado massa, gel ou outra coisa, e ficaria só na questão da ameaça, mudaria o tipo penal. Então, nós fizemos esses exames preliminares e, antes de confeccionar o Laudo 408, eu fiz o Laudo 290.

Eu também fiz o Laudo 165 e o Laudo 166, que foram exames complementares sobre materiais apreendidos. Salvo engano, o Laudo 165 é das... Quando foi apreendido com o Sr. George Washington, apreenderam algumas outras caixinhas daquela preta, que é a caixa do receptor pra acionamento de artifício pirotécnico. E o 166, com os rolos de estopim do tipo mantitor impermeável, que ele também tinha.

E aí, com isso, a gente concluiu os trabalhos, finalizou a perícia e encaminhou o nosso laudo tanto pra autoridade policial, que depois remeteu ao Ministério Público e aos membros do Judiciário.

E eu acho que... Próximo eslaide. Eu acho que esse é o último, não é?

Então, eu consegui concluir nos 15 minutos. Peço desculpas aos senhores se eu fui um pouco acelerado, mas não dava pra falar tudo sem acelerar assim.

Qualquer dúvida estou à disposição.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu pergunto ao Dr. Valdir Pires Dantas Filho se ele tem mais algum elemento novo a colocar sobre esse episódio?

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO (Para depor.) – Não, não, a minha participação foi subsidiária. Basicamente, eu fui ao local onde estava o suposto veículo...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO – ... onde eu fiz um exame, um pente fino pra ver se havia mais algum artefato no local – não encontramos nada –, e onde eu recolhi o cartão de memória que tinha as imagens do circuito fechado de TV da carreta, não é? E aí essas imagens a gente encaminhou pra Decor, onde eles fizeram as apurações.

Essa foi a minha participação minoritária.

Só pra complementar, o colega falou, no dia, que tinha uma boa e uma má notícia. A má notícia foi que eu tive que me deslocar pra Cristalina, e a boa eu ainda estou aguardando do colega. *(Risos.)*

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – A boa é que ele prestou um excepcional serviço à sociedade de Brasília e à Polícia Civil.

Eu peço só um adendo, porque eu ainda tenho 21 segundos. Talvez eu fale uma besteira agora, mas houve, depois, algumas perguntas pra gente, como peritos criminais, as pessoas ficam: "Ah, mas era bomba, não era? Não era? E se, se, se, se...". Tem muitos "ses". A única certeza que a gente de fato tem é que, graças ao excelente trabalho que foi prestado pela Polícia Civil do Distrito Federal, houve uma prisão muito rápida, e a gente analisa agora só os "ses", e não o "Ah, por que isso aconteceu?".

Então, eu agradeço pela palavra e estou à disposição pra responder. *(Palmas.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Sr. Presidente, eu falei com...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Pela ordem.) – Eu falei com a Senadora Eliziane se nós poderíamos justamente dispensar esses 15 minutos do Sr. Valdir, porque ele apenas iria referendar, e ela concordou, e ele continuaria à disposição, caso houvesse alguma dúvida dos colegas Deputados e Senadores.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro, claro.

Ele vai ficar aqui. Nós já ouvimos aqui a fala dos três policiais que estão aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós vamos agora iniciar a fala dos Parlamentares, começando, naturalmente, pela Relatora.

Então, eu passo a palavra à Senadora Eliziane Gama.

Agora, eu gostaria que, conforme a gente disse no começo, como a palavra dos senhores peritos, delegado e peritos, é informativa, técnica, eu gostaria que se inscrevessem apenas aqueles que tivessem, em seguida à fala da Senadora, apenas questões que não foram açambarcadas pelo seu questionamento.

E vou pedir depois, com a licença dos senhores... Eu vou convidar os três policiais pra que fiquem conosco aqui no plenário, para que algum Parlamentar, na hora em que for inquirir o Sr. George Washington e queira fazer alguma pergunta, queira se aconselhar ou se assessorar com eles, possa usar do conhecimento deles. Se os senhores puderem, depois que terminar a fala, ficar aqui a nosso convite nesta sessão, serão muito bem-vindos.

Então, eu passo agora a palavra à Senadora Eliziane Gama.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Presidente, só disponibilize o laudo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como é, Deputado?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. *Fora do microfone.*) – Disponibilize o laudo...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O laudo será encaminhado a esta Comissão, Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Só lembrando que o inquérito é público. Então, o Parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, o inquérito não é público. O laudo está sob sigilo, Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O laudo, ele está solicitando os laudos.

Este processo...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, só pra gente formular as perguntas, se a gente puder visualizar agora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Deputado, V. Exa. tem uma boa assessoria. A assessoria pode levantar essas informações. O inquérito não é mais público.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – É que, Relatora, não está público, e ele falou que está na mesa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não; está, está. Já não tem mais sigilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

Presidente, eu pediria aqui que assegurasse a minha fala.

Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero reafirmar mais uma vez...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O laudo já foi entregue à Comissão. Qualquer Deputado que tenha interesse em tomar conhecimento... O laudo, como não é sigiloso, não tem problema o acesso a não membros; está aqui à disposição na Secretaria da Mesa.

Com a palavra, a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Srs. e Sras. Parlamentares, reafirmo, mais uma vez, que esta CPI cumprirá o seu dever com a sociedade brasileira pra revelar a verdade sobre os fatos graves ocorridos, recentemente, em nosso país. E um deles é o foco da sessão que estamos realizando hoje, quando estamos abordando eventos de conteúdo absolutamente terrorista que afrontaram a nossa história.

Ora, já é de amplo conhecimento público que a sociedade brasileira viveu momentos delicados quando falas e ações permearam o Brasil, sobretudo Brasília, criando um cenário de tumulto, de confusão, de desacertos institucionais e também, que é o caso que estamos a acompanhar no dia de hoje, de terrorismo, objetivando a destruição da nossa democracia. No fundo dessas ações desastradas, mas – mais uma vez, digo – também terroristas, há a ideia de gerar caos social e político generalizado na expectativa de que alguém de plantão pudesse recorrer a medidas excepcionais, como o estado de sítio ou a garantia da lei e da ordem (GLO), com agressões diretas a instituições e aos Poderes da República, notadamente da Justiça.

Nesse rol de ações, insere-se o nome de George Washington, condenado por expor a perigo a vida, a integridade física e o patrimônio do outro, mediante guarda em imóveis residenciais e circulação pela cidade com dezenas de armas de fogo, munições e explosivos de grande letalidade; mais grave ainda, a colocação de dinamite ou de substância de efeito análogo em um caminhão-tanque carregado de combustível, à véspera do Natal, no dia 24, nas imediações do Aeroporto de Brasília, ato por si só desumano, que é independente do nível de supostas tragédias.

Em relação ao fato, cumpre-se afirmar à sociedade brasileira que nos parecem insuficientes, à primeira vista... E aí, portanto, é um ponto específico que estaremos a tratar, no âmbito da delegacia, portanto, aqui do Distrito Federal, com o delegado aqui presente. Embora reconheçamos o mérito da conclusão célere do processo, algumas questões ficaram pendentes de esclarecimento. Não se sabe, por exemplo, sobre o financiamento desses atos, tampouco se tem ideia clara dos demais participantes de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma atividade criminosa, que não foi, como alguém pode pretender, obra de duas ou três pessoas desorientadas.

Como afirmamos na sessão de anteontem, o falseamento da realidade, as mentiras, as lacunas, informações erradas eventualmente anunciadas nesta Comissão serão objeto de uma cuidadosa avaliação crítica, e não apenas constarão no seu relatório final, como poderão subsidiar novas convocações ou reconvoções eventualmente necessárias.

Presidente, até mesmo pra economia de tempo – a gente sabe que tem vários Parlamentares que também farão questionamentos –, eu farei questionamento ao perito e farei apenas alguns, só a título de a gente ter mais esclarecimento, e, na sequência, eu seguirei, então, pro delegado.

Então, eu vou perguntar ao Carrijo, e aí, naturalmente, o outro colega, como já foi colocado, o Valdir, poderá contribuir, se for necessário, mas eu acho que o Carrijo deverá nos dar de fato mais detalhes.

Carrijo, você fez a exposição aí técnica – não é? – desse artefato. Colocou, inclusive, a riqueza de detalhes, na sua linguagem técnica, mas nós, que somos leigos no assunto, conseguimos, na verdade, compreender.

Durante o depoimento do Sr. George Washington, ele faz referência, por exemplo, a ter acompanhado vídeos – não é? – em *sites*, nas redes sociais, para ter informações acerca da confecção desse artefato.

Pelo seu conhecimento técnico e pelo que você apurou nesse artefato, uma pessoa leiga, sem um conhecimento especializado, apenas com orientações retiradas, por exemplo, de redes sociais, ela conseguiria fabricar de fato esse artefato que foi colocado nesse caminhão?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para expor.) – Respondendo à ilustre Senadora, o trabalho da perícia tem um viés muito objetivo. Então, a pergunta que a senhora me faz tem um viés um pouco subjetivo – não é? –, porque eu teria que entender sobre a psique de cada um. Não desviando da pergunta, mas tentando esclarecer da melhor forma possível, eu acredito que eu não tenho elementos materiais para dar uma resposta contundente à senhora. No entanto, hoje existem vários vídeos, no YouTube principalmente, na internet, ensinando a montar alguns artefatos, só que esses artefatos não são criminosos; no geral, são ensinando o trabalho no desmonte de pedreiras. Aí eu não consigo dizer à senhora se um indivíduo sozinho, se ele estudar muito esses vídeos que ensinam o trabalho técnico para o qual o explosivo é destinado, se ele conseguiria, a partir daí, fazer uma montagem. Infelizmente, eu não tenho elementos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O acesso, por exemplo, a esses produtos... Você faz a referência, inclusive, a que são produtos utilizados, por exemplo, em pedreiras. A gente tem uma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação própria hoje no Brasil, mas é claro que há uma fuga, digamos assim, desse processo de legislação. Você teria alguma até contribuição a esta Comissão? Porque do relatório final nós faremos encaminhamentos em relação ao aprimoramento da legislação e até mesmo a processos de fiscalização mais rigorosos. Você tem informação sobre se esse acesso hoje é mais facilitado ou não?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Eu não tenho a informação técnica que precisa sobre controle, mas eu conheço da legislação. Os produtos perigosos, principalmente os explosivos, são de uso controlado. Quem controla é o Exército. Então...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Parte.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Parte dele, exatamente. Parte dos produtos. É porque eu estou me referindo exatamente à emulsão, que foi o que eu encontrei ali. Então os produtos, como as emulsões utilizadas em pedreira, são controlados pelo Exército e são distribuídos apenas – se eu não estiver muito enganado – para CNPJs, então apenas para empresas que trabalhem diretamente com o fim do uso explosivo. Então não é um indivíduo qualquer que pode chegar ao local e adquirir esse tipo de explosivo. Até onde eu conheço, nenhuma pessoa, nenhum CPF diretamente pode comprar explosivo para outra atividade que não seja atividade industrial. No caso, a emulsão normalmente é utilizada em pedreiras para o rompimento de rochas.

Em relação a desvio, tecnicamente eu não saberia dizer se haveria uma forma melhor de fiscalização. Talvez aumentar, não é? Por se tratar de um elemento que é muito utilizado em quantidades muito grandes, talvez as pernas do Exército não consigam alcançar tão fácil, porque é um trabalho muito difícil e meticuloso de ser conferido dia a dia.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Carrijo, você colocou o horário. Inclusive, no vídeo, a gente percebe que ele colocou o artefato por volta de 3h da manhã aproximadamente. Na verdade, foi o delegado que colocou. Ele chegou mais ou menos ali por volta de 3h da manhã. Eu tive o acompanhamento, inclusive em algumas matérias, com entrevista dos senhores, em que fala que ele teve o acionamento. Vocês conseguem detectar esse tempo, o momento, digamos assim, em que houve esse acionamento?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Eu especifico isso no laudo. Com a juntada dos elementos materiais que eu observei no local, eu consigo estabelecer que houve um acionamento daquele sistema que ali existia, mas que era um sistema ineficaz para aquele tipo de carga explosiva. Esse acionamento foi feito antes do início dos trabalhos periciais. Agora, com os vestígios materiais que eu tinha ali, não há formas de estabelecer o exato momento em que ele foi acionado. Então eu não consigo dizer se ele foi acionado antes da colocação ou após a colocação. O que eu posso garantir é que houve o acionamento do sistema, e aí eu ressalto que aquele sistema era um sistema eficaz para o acionamento, mas não era eficaz porque ele não possuía energia de ativação suficiente para aquela carga explosiva. Então ele,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo sendo acionado, não explodiria aquela carga, mas ele foi acionado antes do início dos meus trabalhos periciais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu estive ontem conversando, Carrijo, com algumas pessoas que trabalham no aeroporto, inclusive com profissionais técnicos. E as informações são absolutamente preocupantes do que isso poderia ter ocorrido se houvesse o êxito. Graças a Deus, não houve o êxito no acionamento desse artefato.

Veja bem, dentro do aeroporto, a área onde há concentração de tanques de reservatório de combustível, o volume de lá é algo em torno de 3 milhões de litros de combustível. O veículo que recebeu o artefato tinha uma capacidade – foi colocado inclusive – de 60 mil litros. E daí, na verdade, é a razão da minha pergunta. Quer dizer, o artefato estava em um caminhão, e esse caminhão depois tem acesso a essa área do aeroporto, ou seja, ele leva para fazer, digamos, a entrega do combustível nesses tanques de reservatório, e esse caminhão chega até lá. Se você tinha um acionamento a distância, e aí você me disse que não consegue detectar em qual horário se acionou esse artefato, presume-se ou pode-se imaginar que esse acionamento poderia ocorrer no momento da entrada do caminhão na área. É apenas uma suposição, ou seja, se ela é acionada lá, dentro da área do aeroporto, ela estaria exatamente nessa área de grandes reservatórios, que é da ordem de 3 milhões, de combustível.

E um outro detalhe: esse reservatório, a área mais próxima, por exemplo, de táxi aéreo, ainda segundo o profissional que me passou, era algo em torno de apenas 40m, ou seja, muito próximo dessa área.

Não há... Pelo elemento que vocês têm, pela tecnologia que vocês têm, não tem nenhum outro mecanismo que a gente pudesse buscar, por exemplo, este horário exato de acionamento? Porque o caminhão está lá, o motorista retira o artefato e, depois, ele faz a atividade dele normal. Ele leva, traz o equipamento... Ou melhor: faz a entrega do combustível e depois, de fato, retorna.

Se você... Se há esse horário exato, a gente poderia ter uma precisão até do impacto que isso poderia ocorrer, do ponto de vista de tragédia.

E, aí, há mais um outro detalhe – a Soraya inclusive está aqui... –: no Aeroporto de Brasília, meus colegas Parlamentares, hoje a frequência é de 30 mil... A média é de 30 mil passageiros por dia. E aquele dia... 30 mil a 1 milhão... São 13 milhões. Eu peguei dados da Anac e da Infraero – constam aqui conosco. Aquele dia era o dia 24 de janeiro, e o dia onde há...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Fora do microfone.) – Dezembro...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perdão: 24 de dezembro.

É onde a presença, inclusive, de passageiros é muito maior. Não tenho exatamente, Deputada Jandira, a quantidade de pessoas do dia 24. E aí eu fiz referência à Soraya porque, naquele dia, o filho da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Soraya desembarcava em Brasília, e ela, depois, na sua fala, vai expor melhor o pânico de uma mãe desesperada com o que, eventualmente, de fato, poderia ocorrer.

Mais uma vez, só para finalizar, Carrijo: na tecnologia que vocês têm não é suficiente para a gente precisar, então, o momento exato desse acionamento?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – É, com os conhecimentos atuais que eu possuo e até onde eu conheço sobre tecnologias desse tipo de detecção, em razão do tipo de material que foi utilizado, principalmente porque parte dele é um material inflamável que sofre um processo de oxidorredução que não deixa vestígios claros sobre o tipo de acionamento... E o acionador elétrico era um acionador – desculpem-me o termo – "xing-ling", que você adquire no AliExpress, ele não deixa um rastro para que eu diga exatamente o momento.

Se eu pudesse afirmar uma distância temporal, por exemplo, de alguns dias, talvez eu conseguisse lhe dizer: "Ah, não, possivelmente ele foi acionado entre o dia tal e o dia tal", porque aí eu conseguiria notar sinais de envelhecimento sobre aqueles vestígios. Mas do ponto exato e do horário exato eu não disponho, e desconheço tecnologia para aquele tipo de material utilizado que pudesse dar essa informação, infelizmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mais uma pergunta, Carrijo: a dinamite – você tem essa informação para nos passar... A comercialização desse tipo de produto tem alguma ordem de série?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – A emulsão que estava ali, e isso consta no laudo também... No geral, algumas emulsões possuem um sinal de identificação. Isso é uma cobrança que tem sido feita a cada dia mais, para que cada material ali utilizado tenha um sistema de identificação, para que você possa rastrear. Nesse material que foi apreendido, infelizmente nós não identificamos.

Eu e o colega fizemos exames laboratoriais, nós utilizamos luzes forenses em vários espectros de frequência, nós abrimos inclusive uma das emulsões para fazer análises na embalagem na parte anterior, porque poderia estar gravado ali, nós fizemos exames de microscopia sobre todas as embalagens e sobre as superfícies, e, infelizmente, nós não encontramos nenhum sinal identificador.

E aí eu ressalto que, em alguns casos, o sinal identificador de alguns explosivos é suprimido pelas pessoas que desviam, mas eu não sei dizer se foi esse caso, porque não havia sequer esse tipo de sinal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Tenho apenas mais duas perguntas para a gente seguir para o Delegado, Carrijo.

Você tem... Eu vi, inclusive, isto também numa matéria, onde a gente tem ali uma área de letalidade. Digamos... Passamos do pressuposto de que aquele caminhão tivesse explodido naquele momento. A área de letalidade, o raio de letalidade, você tem? Quantos metros, por exemplo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Só para introduzir a fala a que o meu colega vai chegar, quando nós fazemos um trabalho pericial, é muito importante esclarecer aos senhores que a perícia é um exame que retrocede ao passado. Então, eu chego a um local em que o evento já aconteceu e eu tenho que tentar retroceder e responder o Heptâmetro de Quintiliano, que é: por que aconteceu e como aconteceu? Só que o trabalho do perito criminal não se resume a resolver aquela situação. Ele é um pesquisador nato, e é por isso que a maioria, inclusive, tem a formação na área de ciências exatas. Por que eu estou falando isso? Porque, a partir disso, nós começamos a fazer estudos e algumas prospecções, em alguns casos, que subsidiem exatamente trabalhos como esse e nossos trabalhos futuros.

Então, apesar de não ter tido explosão – e aquele sistema, eu enfatizo, era ineficaz para ativar aquela carga explosiva –, nós fizemos alguns estudos, e isso não consta no laudo. Por quê? Porque trata-se apenas de estudos preliminares que nós estamos fazendo para entender o que poderia ter acontecido. E aí até quem está estudando muito isso, é o meu colega Valdir, que vai acrescentar um pouco sobre isso.

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO (Para depor.) – No caso específico, o estudo que a gente fez, como a nobre Senadora já falou, é um caso hipotético. Só para deixar bem claro, não é o que ocorreria, pela ineficácia do artefato.

Então, o que a gente avaliou? Nós percebemos que teria três cenários possíveis caso a carga fosse eficiente. Um primeiro seria o artefato explodir e não romper o casco do reservatório, pela espessura, pela curvatura que tem – esse seria o cenário mais provável; um segundo cenário seria romper esse casco e gerar um incêndio, que é o que geralmente ocorre em um acidente rodoviário com esse tipo de veículo: ele consome o veículo pelo incêndio, mas não ocorre explosão; e o caso mais extremo é que esse incêndio gerasse um superaquecimento de uns reservatórios até que ele superasse os limites de segurança, de alívio de pressão e causasse uma explosão. Esse é o cenário que a gente estudou que seria o mais crítico e, apesar de ser o mais improvável, seria o que teria as consequências mais danosas. Nesse caso, teria, em algumas dezenas de metros, os efeitos primários da explosão, que seriam as chamas, o calor, a onda de pressão, a onda de choque. E a gente estimou também de 200m a 300m o raio de distância em que poderiam cair fragmentos, que, atingindo a pessoa, poderia ter um risco letal.

Então, quando a gente apresenta aquela zona lá, é uma zona de risco letal, não significa que seria uma zona letal, entendeu? É uma zona em que, se uma pessoa fosse atingida por um fragmento, um estilhaço, no caso de uma eventual explosão, ou dos efeitos primários da explosão, da onda de choque, do fogo, do calor, da radiação térmica que é gerada no incêndio, ela teria um risco potencial à sua integridade física e à vida. O.k.?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu queria pedir, Presidente – a gente tem um vídeo, e, inclusive, os peritos falam nesse vídeo –, que o Emerson o soltasse aqui pra gente. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aumenta só um pouquinho. Sem som.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O vídeo é um pouco longo.

Cadê o vídeo? Pode soltar. *(Pausa.)*

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, não quer pôr o vídeo todo porque fala que não tem nada a ver com o dia 8? É por isso que não quer pôr o vídeo todo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você quer ouvir todo?

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Não tem nada a ver. Esse fato é no dia 24 de dezembro. Não tem nada a ver com o dia 8. Põe o vídeo todo.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu peço que V. Exa. se mantenha calmo. Estamos aqui trabalhando.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – Esse Deputado vem toda reunião atrapalhar os trabalhos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós estamos aqui trabalhando.

V. Exa. está certa, Deputada Erika.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL - SP) – É impressionante.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quero que V. Exa. se mantenha calmo. Todos aqui estão mantendo a ordem. A Relatora quer passar um vídeo que ela considera importante, e assim será feito. Então, peço a V. Exa. que mantenha a calma.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, só pra gente pegar o contexto, é interessante ver o vídeo completo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Deputado, eu não tenho nenhum problema de soltar o vídeo...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu estou falando com o Presidente, Sra. Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – São dez minutos. O problema é questão de...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, só pra gente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, vamos continuar aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A palavra não está franqueada. Eu vou depois passar a palavra...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Eu estou pedindo, é uma solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... para todos os oradores inscritos. Todos os oradores inscritos vão falar.

Aliás, eu quero comunicar que a lista de inscrições já está fechada. Nós temos, além da Relatora, 25 Parlamentares inscritos. E, conforme foi ajustado aqui no começo, não há espaço pra ninguém mais se inscrever.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PSD - MA) – Aumenta o volume.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero só fechar, Carrijo, em relação ainda à questão das bombas.

Você teve conhecimento? Participou da equipe? Tinha alguma coisa referente também a acionamentos? Porque nós tivemos, logo na sequência, no dia 25 – daqui a pouquinho, até quero que o delegado também possa nos trazer se havia relação por exemplo com atos políticos... Mas foram encontrados, nos arredores ali do Gama, numa área de matagal, inclusive, 40kg de explosivos. Você chegou a ter conhecimento? Foi acionado nesse caso específico? Havia nele também algum dispositivo próximo para acionamento ou coisa parecida?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Aí eu continuo naquela linha cronológica.

Eu fui acionado às 9h da manhã do dia 24 e terminei às 18h nesse local, que a gente chamou de local um. Às 8h da noite, eu fui para o veículo do George Washington. Fui acionado às 8h da noite e terminei às 7h da manhã do outro dia. E, no dia 25 em si, essa ocorrência que a senhora está falando calhou, eu fui acionado de novo.

Então, o que aconteceu foi uma ocorrência no Gama, em que foi encontrada, parece que por um policial de folga, uma quantidade de material explosivo e alguns coletes. Novamente nós fomos acionados, seguimos com o pessoal do Esquadrão de Bombas e, nesse local, foram identificados explosivos, emulsões explosivas, que são do mesmo tipo que foi encontrado, mas nesse local nós também encontramos tetranitrato de nitropenta, que é o tetranitrato de pentaeritrina, também conhecido como nitropenta ou conhecido popularmente como NP. Então, nós encontramos esses dois explosivos, que também são explosivos comumente utilizados em pedreiras, só que a característica desses explosivos que estavam lá não batiam muito com os explosivos que a gente tinha visto antes. E,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

junto desse local, nós também encontramos coletes balísticos, nós encontramos, salvo engano, nove placas balísticas e inclusive duas munições. Eu não trouxe esse laudo, mas, se não me engano, eram munições de 762, que tinham, salvo engano, procedência russa. Então é munição de um calibre restrito, e isso foi o que aconteceu lá.

Eu não fiz nenhum laudo de inteligência pericial, mas eu acredito que não havia ligação desse local do Gama com esse outro local. Isso eu estou falando baseado nas análises visuais que eu fiz e no tipo de explosivo, porque, no local em que o George Washington estava, não havia o NP, a nitropenta, e nesse local havia nitropenta.

E aí, respondendo à pergunta da senhora fechadinha, nesse local só encontrei cargas explosivas. Nesse eu não encontrei sistemas de acionamento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Você não conseguiu identificar se havia também algum número de série?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Nesse local, como se tratava de uma quantidade de explosivo muito grande e alguns haviam sido retirados da embalagem original e colocados em embalagens improvisadas, outros estavam envoltos na nitropenta, então ele se torna um explosivo muito mais perigoso. A condição do ambiente era no meio do mato, numa ladeira, então o técnico operador do Esquadrão de Bombas vai ter uma dificuldade maior, porque o traje pesa 42kg e no ambiente ainda estava chovendo no dia. Então, isso impossibilita o uso de algumas ferramentas de inativação. Então, a gente não conseguiu utilizar nem raios X nem o robô antibombas. Então, todo o material, que a gente estima passar um pouco dos 30kg de explosivo, teve que ser inativado passo a passo, com o operador se expondo ao risco vez por vez.

Então, nesse material eu consegui fazer coleta de pequena parte para exames laboratoriais, onde eu encontrei os resultados que me disseram que tratava-se de emulsão explosiva, só que ele foi todo destruído no local. Aí o que nós ainda conseguimos salvar pra tentar periciar foram alguns fragmentos de material plástico transparente, tipo aquele filme de enrolar pra comida, que o papiloscopista policial apreendeu e levou pra exames no instituto de identificação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada, muito obrigada mesmo pelas suas contribuições.

Presidente, agora eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vou passar agora a palavra aos Srs. Parlamentares.

Eu queria fazer uma pergunta...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu queria... Eu acho que até ajuda...

O certo não seria a gente esgotar com o delegado e com os peritos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas é isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, certo, mas eu ainda não perguntei para o delegado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Ah, pensei que a senhora tivesse encerrado as suas perguntas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Não, não, eu não falei com o delegado.

Porque eu acho que isso ajuda.

Muito obrigada, então, aos peritos.

Vou, então, seguir agora o questionamento ao Delegado, Dr. Leonardo.

Dr. Leonardo, a pergunta inicial minha... Na verdade, o perito foi... já colocou que seria exatamente o horário de fato de ter retirado, na verdade, a bomba e ter também dados técnicos acerca do seu acionamento, mas vou, então, seguir apenas ao inquérito, Dr. Leonardo.

Eu queria que o senhor nos colocasse... A gente sabe que ele é um réu confesso, os senhores fizeram, na verdade, uma avaliação precisa, levantaram provas, mas do ponto de vista, de forma resumida, quais as provas que o senhor considera, assim, mais materializadas e que, ao final, evidenciaram aí, que culminaram com a condenação do Sr. George Washington?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Em primeiro lugar, o interrogatório em que houve a confissão já nos deu um direcionamento razoável pra linha de investigação. A partir disso, nós examinamos preliminarmente o aparelho celular, após a extração, e ali ficou comprovado, através das mensagens trocadas entre ele e o Alan, sobre a bomba, que corroboravam com o seu interrogatório.

Além disso, como o Perito Carrijo citou, foram coletados fragmentos das fitas que compõem o artefato explosivo, que foi encontrado nas proximidades do aeroporto, após a detonação, e os peritos papiloscopistas da Polícia Civil encontraram ali fragmentos, na fita do explosivo, do George Washington. Isso comprova que realmente ele esteve em contato com aquele artefato explosivo, como ele próprio confessou que o fabricou.

Além disso, o depoimento do Alan Diego narra o histórico ali dos últimos dois dias e informa que o George Washington teria sido o responsável pela produção do artefato, e que o entregou no dia anterior à noite.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além disso, o fato de terem sido encontrados outros explosivos similares na residência ocupada pelo George Washington.

Então, em breve síntese, seriam essas as provas com relação ao George Washington.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No processo de investigação e também acerca desse levantamento de provas, o senhor sabe me informar se houve, por exemplo, a investigação acerca do registro desse arsenal que ele tinha?

Daqui a pouco a gente vai expor, com a presença dele aqui, o volume de armas, na verdade, que ele tinha de calibre pesado.

Vocês chegaram a fazer o levantamento desses registros?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim, as armas dele eram todas registradas. Porém, ele não poderia se locomover com essas armas, elas estavam fora do local registrado.

Então, ele era CAC, ele tinha registro de CAC, tinha registro das armas e tinha comprado de forma regular. Porém, ele não poderia ter transportado essas armas da cidade de moradia dele, que, se não me engano, era Xinguara, no Estado do Pará, para o Distrito Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

Os senhores chegaram a fazer a investigação. De uma forma mais direta, quais os sigilos que efetivamente, dele, foram quebrados? E aí eu pergunto de uma forma muito mais direta: o sigilo bancário, o sigilo fiscal dele, especificamente, foram quebrados?

Digo isso em relação a um ponto específico: o volume financeiro, ou seja, o que ele recebia de investimento mensal, do fruto do seu trabalho, chego a dizer que era algo em torno de R\$5 mil, mas o armamento dele era algo em torno de quase R\$200 mil. Então, parece-me que não há uma compatibilidade entre a renda dele e a aquisição desse volume, de fato, de armamento.

O senhor chegou a trabalhar, fez esse pedido, de fato, de quebra dos sigilos bancário e fiscal dele?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Como eu disse anteriormente, nós tínhamos a necessidade legal de conclusão desse inquérito no prazo de dez dias em razão da prisão e, por isso, foi instaurado um segundo inquérito policial para apurar a participação de outras pessoas. Isso incluiria, inclusive, o financiamento da compra desses explosivos e do armamento.

Esse inquérito foi instaurado um pouco depois da conclusão do primeiro inquérito. Esse inquérito está ainda em tramitação e está em sigilo. Existem diligências em andamento, nós fizemos uma primeira operação com o cumprimento de mandados de busca e apreensão no Estado do Pará, no mês de abril, a chamada Operação Artificium.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós chegamos a alguns suspeitos com base na análise dos aparelhos de celular do George Washington, porém eu não posso dar mais detalhes porque esse inquérito está em sigilo judicial, e eu não tenho a possibilidade de passar essas informações.

Quanto à questão do sigilo bancário, isso está sendo investigado nesse inquérito. Ainda não foi solicitada a quebra de sigilo bancário, foram detectadas algumas movimentações financeiras através de informações coletadas no aparelho celular do George Washington.

Com relação à operação realizada no mês de abril, em que foram cumpridos mais seis mandados de busca no Estado do Pará, foram coletados e apreendidos alguns aparelhos de telefone celular desses suspeitos de envolvimento nesse ato da bomba, e o conteúdo desses aparelhos de telefone celular ainda estão sendo analisados pela seção de investigação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – No depoimento dele, no inquérito, ele faz referência a um suposto general, ele faz uma crítica e tal de que haveria, por exemplo, infiltrados no acampamento, e ele faz referência que teria, na verdade, denunciado um general. Os senhores conseguiram ter uma informação mais precisa de quem seria esse general?

E aí já junto com duas perguntas. Ele também faz referência à pessoa que entregou para ele parte da estrutura para a montagem, ele faz referência, por exemplo, ao controle remoto para o acionamento da bomba. Dessa pessoa, também, vocês conseguiram ter alguma identificação?

E a terceira pessoa é a pessoa exatamente que o acompanha em relação à entrega da dinamite, que foi algo de R\$600. Ele disse que ele recebeu de alguém do Pará, de uma pessoa do Pará, de um homem do Pará. O senhor consegue também identificar?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Esse é o objeto desse novo inquérito. Os indícios são de que tenham participado ali mais algumas pessoas com as condutas de fornecimento, transporte desses explosivos, do Estado do Pará para o Distrito Federal, fornecimento desse equipamento de detonação, que nos dizeres do... Eu não tenho a mesma técnica do Carrijo para falar, mas, nos dizeres do George Washington, seriam um controle remoto e um detonador. E outras pessoas que também planejaram esse atentado. Ele cita uma mulher e mais alguns indivíduos. Ele narra, também, que nos dois ou três dias que antecederam o fato houve reuniões para tratar desse possível atentado. E, por isso, foi instaurado esse novo inquérito, que se encontra em sigilo. O objetivo desse inquérito é justamente chegar a essas pessoas que cometeram esses outros fatos que seriam, então, partícipes ou coautores nesse crime.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu sei que está em sigilo, mas há algo em torno de militares, de investigação de militares?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, até o momento não se chegou a militares.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quanto à primeira pergunta, Senadora, isso aí foi uma narração do George Washington, mas que não tem relação com o fato em si que nós investigamos, no dia 24. Ele fala de outra situação ocorrida no acampamento, porque ele narra desde o dia que ele chegou ao acampamento até o dia em que foi preso. Mas esse fato em si de que ele teria se comunicado com o General sobre ambulantes no local não está relacionado ao fato que nós investigamos. Nós somos acionados para investigar um fato e provar a autoria e baseamos, então, nesse fato, nesse inquérito. Até porque essas outras situações, esses outros acontecimentos com relação ao quartel general e a outros acontecimentos anteriores, são investigados em outras instâncias. Nós não temos atribuição para investigar esses atos ocorridos no quartel general.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Dr. Leonardo, vou já para finalizar os meus questionamentos.

Os senhores chegaram a apurar uma matéria, que foi inclusive divulgada na imprensa nacional, que afirma que ele teria feito, por exemplo, algumas ligações, ainda inclusive na prisão, já na prisão, e que, dentre elas, teria ligado a um pré-candidato, digamos assim, a Vice-Governador do Estado Pará, um senhor chamado Ricardo Cunha? E que teria, inclusive, recebido orientações acerca de buscar apoio no Proarmas? O senhor teve conhecimento dessa divulgação na imprensa nacional? E, ao mesmo tempo, vocês fizeram alguma apuração nesse sentido?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Senadora, eu não tenho conhecimento dessa matéria, dessas ligações eventualmente feitas pelo George Washington após a prisão. E o único momento em que é citado o Proarmas, no inquérito, é no próprio interrogatório de George Washington em que ele explica que transportou as armas do Distrito Federal sabendo que estava incorrendo ali em um crime. Porém, caso fosse abordado durante o transporte, o plano dele era fazer um contato com o Proarmas para que fosse liberado através de uma simulação de um evento esportivo de tiro, que seria o objetivo dele vindo para o Distrito Federal.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Para finalizar, minha última pergunta.

Sobre o fato específico, Dr. Leonardo, do material explosivo, dos 40 quilos de material explosivo que foram encontrados ali no Gama, juntamente, inclusive, com coletes à prova de bala, o senhor consegue nos dar a informação sobre se havia alguma relação específica deste caso com manifestações políticas?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Nós também assumimos e instauramos o inquérito no Decor para apurar esse segundo fato relacionado a artefato explosivo ocorrido no dia 25. Porém não foram coletados, até pela chuva que ocorria no dia, não foi possível coletar fragmentos papiloscópicos.

Então, considerando também que os explosivos não eram semelhantes aos apreendidos no dia anterior, nós não conseguimos, ainda nesse inquérito, delinear a autoria nem estabelecer alguma conexão com os fatos do dia 24 ou com outra manifestação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada.

Presidente Arthur Maia, inclusive eu queria fazer o encaminhamento, Presidente, acerca do compartilhamento de parte do inquérito, desse novo instaurado, que está em caráter sigiloso, aquela que não poderá atrapalhar as diligências, de forma que pudesse, na verdade, contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Eliziane Gama.

Passamos, agora, à fala dos Parlamentares.

Eu reitero a todos, como o depoimento que mais interessa para os propósitos desta Comissão, para os fatos que estamos investigando, é o depoimento do outro depoente, eu pediria que usassem da palavra apenas aqueles Deputados e Senadores que tenham, de fato, algum questionamento novo, para poderem fazê-lo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, só...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, pelo prazo de 10 minutos, nós vamos permitir a inquirição.

Aqueles que não quiserem declinam.

E, pelo prazo de três minutos, para os não membros.

Com a palavra, o Deputado...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente, o senhor ficou de mandar o laudo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, eu não vou lhe dar aparte. V. Exa. está aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como é, Deputado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O laudo foi entregue agora à Comissão. Esta Presidência vai decidir o que vai estar sob sigilo e o que não vai estar sob sigilo.

V. Exa., como não membro, não tem direito de ver laudo enquanto estiver sob sigilo. No caso, ainda está sob sigilo, até que esta Presidência tome uma decisão diferente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interperlar.) – Presidente, primeiro, eu queria parabenizar o Dr. Leonardo, o Dr. Renato, o Dr. Valdir pelo trabalho, agradecê-los também pelo trabalho, porque isso, com certeza, foi fundamental para clarear o assunto e fazer a luta pela democracia no nosso país.

Parece-me óbvio que a tentativa de golpe foi um processo. E esse atentado estava no interior desse processo, tanto que, nos depoimentos, o próprio George, que vai ser ouvido daqui a pouco, dizia que a intenção era criar um caos para que, a partir desse caos, viesse uma possível intervenção militar que anulasse o processo eleitoral.

Então, eu quero agradecê-los e parabenizar tanto pelo trabalho quanto pela exposição.

Eu tenho, Presidente, um vídeo que eu pediria para passar, porque ele vai embasar três perguntas. É um vídeo de dois minutos e vinte segundos. Se puder colocá-lo já, eu estou com nove minutos, esperaria o vídeo e faria as perguntas.

Peço que pare o tempo, porque, antes de passar o vídeo, eu perco o meu tempo todo.

Para o meu tempo lá no nove, viu?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PL - SP) – Tem uma *fake news* aí, porque a audiência não foi do General, a audiência é do Senador Girão.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, eu sei que dói as imagens, porque elas mostram...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Ah, Presidente! Questão de ordem, Presidente! O que é isso, Presidente?! Ele não pode fazer em tom afirmativo!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, V. Exa. tem mais um minuto e, cada vez que alguém falar, V. Exa. terá mais um minuto!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Então, Presidente, mas vai permitir *fake news*...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mais um minuto para o Deputado Rogério Correia!

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Você vai permitir *fake news*?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mais outro minuto!

Deputado, eu vou encaminhar o nome de V. Exa. para o Conselho de Ética. *(Palmas.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não vou permitir que V. Exa. fique tumultuando este trabalho aqui na CPMI! V. Exa. não vai conseguir isso! Eu afirmo a V. Exa. que V. Exa. não vai conseguir tumultuar este trabalho. Se V. Exa. insistir com esse seu papel, eu vou fazer uma representação desta Presidência contra V. Exa. no Conselho de Ética! Não vou aceitar isso!

Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu fiz questão de passar o vídeo, porque, evidentemente, eu tenho aqui as minhas razões e as minhas convicções sobre o que aconteceu e o vídeo faz evidentes ligações de todo esse procedimento. Não há nada de falso e nada de *fake* no vídeo. Ele tem ali algumas questões importantes a serem consideradas.

A primeira, eu deixo a indagação para o Dr. Leonardo. O Dr. Leonardo, sabidamente, colocou que eles, no dia 12, já participaram daquela quebradeira, em frente à Polícia Federal, ônibus queimados, carros, etc., tanto o Alan quanto o George estavam, no dia 12. Mas o que a gente vê, ao passar o filme, é o próprio – o próprio – George, dizendo que combinou, na reunião que houve, aqui no Senado, estas ações, com o próprio Alan, que se conheceram aqui na reunião. Aliás, foi neste plenário. Isso é muito grave. Isso precisa estar no inquérito da polícia. Eles não se conheceram apenas no dia 12, mas ele próprio faz a declaração de que, aqui – no Senado –, eles combinaram e passaram a combinar, inclusive, o ato do dia 24, que seria a explosão da bomba.

Isso dá a importância da investigação nossa sobre a reunião que aconteceu aqui. Eu vou falar dela mais à frente, com o próprio George, mas fica, Dr. Leonardo, este alerta: desde o dia em que eles tiveram essa reunião, que eu chamo da reunião de planejamento, agitação e propaganda do golpe, que os dois se encontraram e combinaram isso aqui, naquela reunião. Isso é grave e é o primeiro ponto que eu queria levantar para o Dr. Leonardo.

O segundo seria para o Dr. Valdir. O Dr. Valdir colocou ali área vermelha e laranja. Por isso, eu pedi também que o vídeo colocasse. A nossa Senadora Eliziane corretamente fez a pergunta para o Dr. Renato do que significaria essa área, mas parece que o Dr. Valdir poderia nos dar também maiores detalhes do que seria atingido na área vermelha, que é colocada ali também no vídeo, e de qual o risco. É preciso que a gente coloque também o "se". Felizmente, disse certo o Dr. Renato que nós só conversamos agora do "se", mas poderia ter sido realmente nós aqui discutindo tragédia e mortes, inclusive. Havia esse risco? É a pergunta que eu faço para o Valdir. Nessa área vermelha, houvesse aquela explosão, o que aconteceria do ponto de vista da análise técnica de vocês?

E a terceira questão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. *Fora do microfone.*) – Deputado Rogério, pode ter a inquirição, pode perguntar, e os caras...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim, mas eu passaria a terceira questão para o seguinte ponto: seria a questão do armamento. Vocês viram ali que absurdo que foi o conteúdo, o conjunto de armas que estava naquele vídeo? Era muita arma que estava ali que nós vimos... Eu pediria, inclusive, que, enquanto eu falasse, passassem as fotos, porque são fotos também que recolocam essa questão das armas. Essas armas são descritas, posteriormente, pelo laudo também, se não me engano, do inquérito feito pelos policiais, mas ali tinha... Além da camionete, havia ali fuzis, luneta, tripé, calibre 762, espingarda calibre 12, 14 caixas de munição, contendo 20 munições em cada caixa, 1 caixa de munição 308, contendo 50 munições intactas, 1 caixa de munição 308, 5 caixas de munição CBC calibre 308, 114 munições CBC 308, 15 caixas de munição CBC Sniper 308 e assim vai... Armas de fogo, acessórios, munição de uso restrito, explosivos... Eu queria, depois, que vocês pudessem detalhar, então. Também disse o George que aquilo seria para ser distribuído no acampamento para quem fosse CAC. É impressionante, ele disse isto: que distribuiria essas armas para quem fosse CAC no momento oportuno. O momento oportuno seria o momento em que se anunciaria, então, o momento do golpe. Então, ele faz esta afirmação de que distribuiria essas armas lá.

Agora, imaginem, Presidente, Relatora, Deputados, Senadores e Senadoras, se ele não é preso naquele dia, se isso explode e se ele passa a colocar essas armas nas mãos de CACs dentro do acampamento do quartel! Esse era o desenho. Por isso, é importante o vídeo.

Eu passo o resto do meu tempo, então, para que eles possam responder essas três ou quatro indagações que eu fiz a eles, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Quem... O Delegado Leonardo.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Na verdade, pra mim, eu acho que foi mais um alerta, e não uma pergunta, não é? Eu não entendi, Senador.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Em relação às armas... O alerta, sim, do dia 9, da reunião que eles fizeram no dia 30 de novembro, é um alerta, porque dali ele disse que já se conheceram e combinaram. Mas sobre as armas e essa quantidade de armas, se você tem a precisão do que significaria isso, esse conjunto de armas achadas na caminhonete dele ou na casa.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – O que eu posso afirmar é que realmente era um arsenal com um grande poder de fogo, mas eu não posso aqui fazer previsões ou ilações, eu tenho que falar do que foi acostado aos autos, não é? O que eu tenho a dizer sobre isso é o que o George Washington narrou no seu interrogatório. Realmente, consta que – e isso vocês podem indagar a ele também, posteriormente – o objetivo dele, ao trazer essas armas para o Distrito Federal, seria compartilhar com outros CACs que estariam também no acampamento em um certo momento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro fato relacionado às armas que está nos autos, que ainda não foi mencionado aqui, é com relação à tentativa de buscar instrução para a utilização daquelas armas com um instrutor de tiro. Isso realmente aconteceu. Está nos autos o depoimento de um policial militar do Estado de São Paulo que é instrutor de tiro, e é até bastante conhecido nesse meio. Ele estava trabalhando em Brasília na época, foi indicado por alguém ao George Washington. O George Washington fez esse contato com ele no sentido de tentar marcar algumas instruções para utilizar o seu armamento. Nessa conversa, segundo o Sibinelli, que é esse policial militar, o George Washington teria falado dos armamentos que possuía, mas, segundo ele, isso não foi adiante porque ele viu que o George Washington não tinha ligação com força de segurança pública, e ele não dá instrução para pessoas que não compõem o Sistema de Segurança Pública. Ele procurou espontaneamente o Decor no dia 27, no dia seguinte, três dias depois do fato da bomba, ele identificou que aquele ali provavelmente era a pessoa que tinha feito contato com ele, procurou espontaneamente e prestou depoimento no Decor, que está juntado aos autos.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ainda bem que ele não foi dar instrução para os CACs lá no acampamento.

Passaria aí para o Valdir, por favor.

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO (Para depor.) – Em relação ao gráfico que a gente fez (*Fora do microfone.*) é só ressaltar que novamente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Aproxima o microfone, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Em relação à zona vermelha...

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO – Isso, as estimativas que nós fizemos, é só deixar bem claro que isso ali é uma situação hipotética – certo? –, dada a situação em que o artefato estava ineficiente no momento dos exames. Quando a gente verificou, ele não tinha o potencial de ser acionado e causar explosão. Então, a gente apresentou, na reportagem lá, três cenários possíveis de acontecer na situação hipotética...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Sim.

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO – ... em que o artefato fosse efetivo. O primeiro cenário, que seria o que tinha maior probabilidade, seria o não rompimento do casco do caminhão-tanque. O segundo seria o rompimento do casco com o vazamento do combustível e o surgimento do incêndio. E o terceiro, que seria o mais improvável, mas é o que teria as consequências mais danosas, seria acontecer um tipo muito específico de explosão que a gente chama de BLEVE, que seria o sobreaquecimento de um dos reservatórios. Como vocês viram nas imagens, ele tinha dois reservatórios independentes, então, um vazando e gerando incêndio, ele tinha a capacidade de aquecer o outro e, se ele superasse o sistema de segurança dele, ele poderia causar uma explosão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quais as consequências dessa última situação, desse terceiro cenário? Ele ia causar uma explosão gerando uma grande bola de fogo, gerando uma onda de pressão e de choque por um entorno ali na nossa estimativa de algumas dezenas de metros e teria o risco de projetar fragmentos a grandes distâncias...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO – ... distância de cerca de 200, 300m, que a depender de pegar numa pessoa, das condições físicas dela, seja um idoso, uma criança, algo do tipo, ela tem um potencial letal muito grande, então ela pode causar um ferimento fatal. Eu quero ressaltar também que o simples incêndio já traz esse risco à integridade física e à vida das pessoas por conta da eventual inalação da fumaça.

Então a zona vermelha era um risco potencial de causar óbitos; a zona laranja teria um risco de causar ferimentos, lesões, um risco à integridade física; e a zona amarela já seria uma zona mais segura, seria uma zona onde não teria um risco à integridade física das pessoas.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Dr. Valdir Pires.

Antes de passar para a próxima oradora...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente, só para terminar. Eu tinha tempo que me foi cedido...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Não tem tempo nenhum. O tempo de V. Exa. já acabou, Deputado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Está bom. Agradeço então...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar a palavra à Deputada Jandira Feghali, que é a próxima oradora inscrita, eu reitero o pedido que eu fiz de que nós deixemos o debate político para um outro momento, que a gente se atenha, no questionamento ao Delegado Leonardo, aos técnicos, Dr. Renato e Dr. Valdir, a questionamentos de ordem policial, estritamente policial, e que não tenham ainda sido incluídos nos questionamentos que foram bastante profícuos da Relatora. Então faço esse apelo a todos para que a gente possa adiantar e chegar ao segundo depoimento, que eu penso que é o que realmente interessa mais aos propósitos desta CPI.

Lembro ainda que os policiais já se dispuseram a ficar aqui, a nosso convite, para serem questionados, até para subsidiar os Parlamentares na hora de fazer a inquirição do outro investigado.

Por favor, Deputada Jandira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Cumprimento os depoentes. Eu quero ser bem objetiva também, Presidente.

Primeiro, eu quero falar diretamente ao Delegado Dr. Leonardo. Primeiro, achei importante a vinculação do 12 com o 24. E a primeira pergunta bem objetiva, Dr. Leonardo, é a seguinte: V. Sa. disse que houve um declínio de competência em relação à investigação do dia 12, e eu pergunto qual foi a razão do declínio de competência, para passar a investigação à Polícia Federal?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – A razão foi exposta pelo juiz da causa, não é?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Ele entendeu que aquele fato não seria de atribuição da Justiça distrital, não é? Então, num despacho simples, ele já declinou a competência para o STF.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas não há um argumento conhecido, só isso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, considerando a natureza da situação, que seriam fatos relacionados às manifestações que ocorriam naquele momento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim. E a Polícia Federal, quer dizer, no caso como não houve nenhuma prisão, a Polícia Federal então é que não afetou nenhuma prisão?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu não entendi.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Porque não houve nenhuma prisão no dia 12. Então a não efetuação de nenhuma prisão foi a não prisão pela Polícia Federal. É isso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não. Não, tem relação com isso, Senadora. É simplesmente que nós instauramos o inquérito para apurar a participação de algumas pessoas, o máximo de pessoas possíveis naquele evento, fizemos essa primeira peça processual, que seria uma representação com pedido de prisão de duas pessoas envolvidas naqueles atos, não é? E o juiz entendeu que aquilo ali não seria atribuição da Justiça distrital, encaminhando para o STF.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, eu sei. Eu estou dizendo é que não houve nenhuma prisão a partir do dia 12. Naquele momento, não houve prisão de ninguém.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Até o momento da nossa representação, não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso culminou em prisões no dia 29, com a deflagração da Operação Nero.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, eu sei. O que eu estou dizendo é que, naquele momento, não houve nenhuma prisão.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, até o momento não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E ficou na atribuição da Polícia Federal de então. É isso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim, esse inquérito foi passado pra Polícia Federal.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está bem.

A segunda questão: nós não tivemos acesso ao inquérito, tivemos acesso apenas à sentença do dia 24 e me chama a atenção que, na sentença, apenas há condenação no caso, há decisão, há sentença de condenação em relação aos dois artigos do Código, 251 e 250, que se relacionam à questão de exposição da integridade física ou de patrimônio e em relação a incêndio ou a explosão.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não sei, no inquérito, se foi indicada uma outra tipificação, mas eu pergunto, se é que V. Sa. pode responder: por que eles não foram acusados de crime de associação criminosa na medida em que havia três pessoas envolvidas nesse crime ou por abolição violenta do Estado democrático de direito?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Primeiro, com relação aos indiciamentos iniciais do inquérito, isso foi apresentado pelos policiais da 10ª DP à 1ª DP, que era a central de flagrante do dia. Naquela análise preliminar e de momento, o delegado de plantão fez o indiciamento no porte e posse de armas de fogo e explosivos e também no crime de terrorismo. Se eu não me engano, foram só esses dois. Não lembro... Como não fomos nós que fizemos, não lembro, no momento, se também já teve o crime de explosão.

Com o decorrer das investigações e a conclusão do inquérito, o delegado do caso, o delegado do Decor – eu coordenei, mas eu não presidi o inquérito em si – entendeu que... Ele manteve o indiciamento por terrorismo, indiciou na associação criminosa também, considerando a participação dos três, no delito de explosão, do art. 251, e também no art. 16, da lei de armas. Porém, a juíza ou o juiz do caso entendeu que os fatos relacionados a terrorismo e associação criminosa deveriam ser analisados em outra instância. Então, encaminhou cópia desse processo para o gabinete do Ministro Alexandre de Moraes e julgou os indiciados só com relação aos demais crimes.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, houve, por parte da polícia, esse indiciamento.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Foi na Justiça que isso saiu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou só pedir que seja mais objetivo por causa do tempo.

Delegado, uma outra questão: esse Sr. George Washington diz que ganha R\$5 mil de salário, mas veio numa Mitsubishi que, pela caracterização, custa em torno de R\$326 mil pela Tabela Fipe. Ele é o proprietário dessa Mitsubishi? Vocês apuraram isso? Sim ou não?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Ainda não. Isso ficou pro outro inquérito. A gente precisava terminar esse inquérito em dez dias. O que se apurou até o momento foi que ele era gerente. Ele se declarou gerente e realmente era gerente de quatro postos da família, o proprietário seria um tio dele, e ele fazia a movimentação financeira desses postos, não é?

Então, assim, eu acredito que, a partir daí, segundo ele, ele teria tido acesso aos valores pra aquisição dessas armas e aquisição da caminhonete. A caminhonete, segundo ele e pelo que consta da investigação, realmente foi comprada à vista.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – À vista, por R\$300 mil.

Outra coisa: Wellington, que está foragido, tem notícia? Tem alguma...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, nós continuamos...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Ele era assessor da Senadora Damares, até onde a gente sabe, mas não sabemos nada mais sobre o paradeiro. Ele rompeu, parece, a tornozeleira, sumiu. Tem alguma informação sobre isso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, nos dias seguintes à investigação, nós até fizemos várias diligências, fizemos viagens, com o apoio também da Polícia Federal, apoiando a Polícia Federal, inclusive. Hoje... Depois disso, depois de um tempo, nós não o encontramos. Fizemos até representação, no juízo do Distrito Federal, do caso, solicitando a inclusão dele em alerta vermelho da Interpol, não é? Isso foi deferido, encaminhado para a Polícia Federal, e hoje ele consta em alerta vermelho da Interpol, mas continua foragido, sem informações.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Bom, obrigada, Dr. Leonardo.

Aos peritos agora.

Em relação ao acionamento da bomba, Dr. Renato, Dr. Valdir, a que distância esse acionamento poderia ser feito pelo aparelho que lá estava?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Nós fizemos alguns levantamentos sobre aquele tipo de equipamento e, segundo o fabricante, aquele equipamento pode funcionar entre 100m e 150m, a depender das barreiras físicas que ele encontre.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Já se pode dizer... Porque esse aparelho parece que foi encontrado na caminhonete – não é? –, esse acionador, caminhonete do George Washington.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Então, tinha um... Não, havia um receptor... É porque é um equipamento, é um controle e o receptor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Eu só tive acesso aos receptores. Foi o que foi encontrado e encaminhado pra mim. Um dos receptores estava no próprio artefato e havia mais três receptores que foram apreendidos com ele, mas não fui eu que fiz a...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas o acionador vocês não acharam?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Nós não tivemos acesso a nenhum dos acionadores. Então...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não dá para saber, então, quem acionou? Até agora não se sabe isso?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – É, não existem elementos materiais que possam indicar de fato quem colocou o dedo e acionou.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas foi acionado?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Mas isso... Que foi acionado aquele sistema, como eu expliquei pra vocês, que tinha um *skib*, que é um fósforo elétrico, e um pavio, que era um estopim do tipo mantitor...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Sim.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – ... esse foi acionado, antes dos exames periciais.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tá.

E uma última questão a vocês da perícia: dentro daquela área onde ele poderia – e talvez o Valdir –, dentro da hipótese de ter explodido, você diz: "Há uma área letal e que poderia ser entre 200 e 300m". Dentro dessa área, pelo que a gente pôde ver onde estava o caminhão, ali me parece que tem loja, tem hotel. Eu pergunto se, nesses 300m, alcançaria o aeroporto.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Não. Segundo o raio do posicionamento do local em que o artefato foi encontrado, entre os vestígios que nós examinamos, não chegaria até o aeroporto de Brasília. Ali do lado existiam, como a senhora bem falou, algumas lojas – não vou falar o nome pra não fazer propaganda gratuita...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Claro. E tem o hotel também, não é?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Tinha um hotel ali do lado. Do outro lado, tem o sistema de abastecimento e aí...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tinha um posto, um posto de gasolina.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – É, um posto de gasolina privado. E, do ponto onde o artefato foi examinado até a área de embarque – eu fiz algumas medições –, dava em torno de 1,5 quilômetro, 1,5 mil metros.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Certo, está bom.

E, por fim, só, Dr. Leonardo, porque eu esqueci aqui uma pergunta ao senhor, em relação...

(Soa a campanha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... para fechar em um minuto –, em relação ao acampamento, vocês conseguiram identificar que outras pessoas do acampamento participaram dessa... Porque ele disse que montou a bomba no acampamento. Vocês conseguiram identificar as pessoas envolvidas no acampamento com o explosivo ou quem forneceu o explosivo para o George Washington? Porque ele disse que teve coisa que ele trouxe do Pará e a montagem foi feita no acampamento.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Se eu não me engano, Senadora, ele disse que a bomba foi montada por ele...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Deputada, no caso, não sou Senadora.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para expor.) – Deputada. Desculpa.

Ele disse que montou a bomba, mas ele não especificou se ele montou no acampamento ou no apartamento que ele tinha alugado.

Com relação às pessoas que teriam fornecido ou trazido, isso é objeto do outro inquérito policial que está em sigilo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Está bom. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar a palavra...

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Só para ajudar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Claro.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – ... no andamento desta reunião.

Duas vezes meu nome foi citado nesta Comissão alegando que o jornalista Wellington era meu assessor.

Eu gostaria que esse documento fosse colocado na mesa. O jornalista Wellington nunca foi meu assessor e vamos acabar, já, com essa narrativa.

Esse jornalista trabalhou em uma secretaria ligada ao ministério, mas vamos acabar com a narrativa porque está ficando feio. Se é para a gente investigar, vamos trabalhar em cima de verdades nesta CPMI.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Está feito o registro, Senadora. (*Palmas.*)

Muito obrigado.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Antes de passar...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... só um segundo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Espere, Deputado, um instante.

Antes de passar a palavra para o próximo orador inscrito, eu quero informar aqui às nossas testemunhas – obviamente os senhores não têm a obrigação de saber disso porque não são Parlamentares – que, quando toca aquela sineta é porque falta um minuto, e quem quiser controlar o tempo, aquele cronômetro, lá atrás, destaca exatamente do que se trata, para saber o limite do tempo.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só por um minutinho, porque eu vou ter que me retirar para ir ao médico e vou retornar.

Mas, enquanto eu fui ali dentro, eu soube que foram exibidas imagens e que colocaram uma imagem minha com um dos cidadãos que estavam nesta reunião aberta aqui.

Eu não sei quem são, não conheço, tenho foto com tudo que é ordem de bandidos, se existe bandido no Brasil, inclusive alguns que estão de gravata, alguns que estão com mandato, alguns que estão no Governo – com todo tipo de bandido eu tenho foto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, tem 43 anos que tiro bandido da rua, devo ter foto com todos eles. Não nego foto a ninguém, mas eu acabo de assinar o pedido que esta CPI pode... Embora o outro esteja sob sigilo, o da investigação da polícia, o sigilo do senhor Alan, o sigilo telefônico, telemático, assinado por mim, e do Sr. George Washington, para nós sabermos com quem essa gente falou, quem essa gente conhece, quem orientou. Porque, da minha parte, na reunião, o Senador Girão tem os convidados que se assentaram à mesa e tirei foto com todo mundo que estava aqui. Assim como acontece quando saio da reunião com os transeuntes que estão nos corredores.

Assim como, de forma maldosa, eu peço a quebra do sigilo deles para saber com quem eles falaram, quem os orientou, quem deu dinheiro para eles, para que não fique essa narrativa.

E outra coisa que eu quero dizer: é a quinta vez que falam sobre o nome da Senadora Damares. Eu quero dizer que, quando a Senadora Gleisi, Presidente do PT, era ministra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Só um minutinho, garoto.

Não, não. Eu estou falando dentro disso até para resguardar a todos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu vou poder falar ou não?

O senhor é o presidente? Você é o Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Deputado... O Senador Magno Malta não foi citado, mas expuseram um vídeo que, sem dúvida, traz uma menção pejorativa ao nome dele...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – E eu já sabia disso. Um deles mesmo já tinha me avisado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... então, por analogia, nós estamos deixando que ele use a palavra, como é de praxe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Então, veja, e a maldade em cima do Senador Girão – até erraram o nome, botaram o cara como general –, porque eles são tão invocados com esse negócio de Exército, com o negócio de general... As Forças Armadas para mim, hoje, são só a banda, por causa das músicas, porque eu sou músico.

A Senadora Damares...Quando a Ministra Gleisi era Ministra da Casa Civil, colega minha aqui, Senadora, e que cooperou muito com quem eu tenho amizade, com o Senador Lindbergh, com o Senador Humberto Costa, com todo mundo, não tenho inimizade com ninguém, em absoluto. Ela foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra da Casa Civil, Sr. Deputado, e o chefe de gabinete dela foi preso por crime de pedofilia. Agora eu lhe pergunto: qual é a culpa que Gleisi tem nisso? O que é que ela tem a ver com os erros desse cara? Nenhuma. Ainda que ele tivesse sido assessor da Senadora Damares ela não tem bola de cristal para adivinhar quem é bandido ou quem não é.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador. Está feito o registro.

Com a palavra, o Deputado Duarte.

O SR. DUARTE (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria prestar aqui uma justa e necessária homenagem à Polícia Civil do Distrito Federal, nas pessoas dos Drs. Leonardo de Castro, Renato Martins Carrijo e Valdir Pires Dantas Filho, porque há uma grande diferença entre discurso e garantir resultados, garantir direitos, garantir respeito, em falar que respeita as Forças Armadas, os policiais, aqueles que defendem a lei, que defendem a vida, a segurança das pessoas, para que, quando podem, garantam todas essas características, todos esses direitos na prática.

Eu, ao tempo em que presto essa homenagem, digo que V. Sas. são os verdadeiros heróis que lutaram com aquilo que tinham e, com muito amor, muito carinho, muito respeito, muita empatia, honraram o juramento de V. Sas. Naquela oportunidade, protegeram milhares de vidas, de pessoas que vocês não conhecem e que, talvez, nunca irão conhecer.

De acordo com dados da Inframérica, por dia, é uma média de 40 mil pessoas que passam pelo aeroporto de Brasília. Todos que aqui estão, em algum momento, por vezes, duas, três, quatro vezes por semana, passam pelo aeroporto de Brasília. Nossas famílias, nossas esposas, filhos, passam por esse aeroporto. Nas proximidades do aeroporto existem hotéis, para se chegar até o aeroporto, passa-se por aquela localidade. Nessa oportunidade, Sr. Presidente, de forma muito humilde, eu compartilho aqui essa reflexão antes dos meus questionamentos inéditos. A gente precisa tratar esta CPMI com muita seriedade, muito além do que direita, esquerda, do que paixões. A gente precisa lembrar que aqui nós estamos representando o interesse público, aqueles que nesta CPMI, pelo menos até o momento, eu não estou vendo serem lembrados. Graças a Deus e ao trabalho de V. Sas., vidas não foram perdidas. Eu aqui me orgulho pelo trabalho de V. Sas.

A sua esposa, Carrijo, falou que V. Sa. veio aqui pensando em dar aula. Tem que dar aula, tem que explicar. Parabéns! V. Sa. passou num concurso público, tem conhecimento técnico, colocou em prática tudo aquilo que aprendeu e protegeu a nossa democracia contra tentativas de trazer de volta a ditadura, que não voltará e que não pode ter perdão, não pode ter anistia, porque aquele que descumpre a lei tem que ser punido.

E eu abro aqui, dentro desses meus dez minutos, para que V. Sas., caso queiram, possam compartilhar o que está dentro do coração de vocês, como pessoas, porque, atrás desse distintivo, atrás



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da farda, tem um sentimento de quem testemunhou de perto e viu os riscos a vida e segurança dessas pessoas.

Caso V. Sas. queiram, fiquem à vontade para trazer aqui o que está dentro do coração de V. Sas.

Nós precisamos ouvir os policiais que estavam lá para proteger as pessoas, e, até o momento, não foram ouvidos. Até o momento, não tiveram voz.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, veja bem, eu faria um apelo aqui às testemunhas que se atenham ao que eles testemunharam. E estão aqui nesta condição de testemunhas justamente para responder ao que eles testemunharam.

Aqui, não cabe à testemunha fazer ilações subjetivas sobre o que está no coração de cada um.

Eu gostaria, inclusive, de reiterar o pedido que eu fiz ao Plenário para que, neste depoimento, nos ativésemos às questões técnicas, o que os senhores policiais, aliás, com muita competência, têm feito até agora.

Então, pediria a sua compreensão.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Presidente, V. Exa. está coberto de razão.

No entanto, eu queria, apenas dentro da parte que me cabe, como prerrogativa de Parlamentar e membro titular desta Comissão, trazer essa reflexão, porque, muito além dos vídeos, das planilhas, da letra fria desses relatórios, tem a experiência desses profissionais.

Em apenas um minuto, eu gostaria de ouvir a experiência deles, dentro daquilo que eles tiveram.

Se V. Exa., como Presidente, não entender, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não vou interferir no tempo de V. Exa., porque outros Deputados já agiram exatamente igual V. Exa. está agindo. Então, não vou fazer aqui com dois pesos e duas medidas.

Mas eu reitero, inclusive, o pedido às testemunhas que se atenham apenas às questões técnicas que eles vieram aqui responder.

Apenas isso.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Até porque eu acho que é merecimento de V. Sas. exercerem isso, caso entendam. Não se sintam, em nenhum momento, coagidos. Mas, caso queiram; se não quiserem, tudo bem. Eu só preciso ouvir a negativa ou não.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Bem brevemente, só agradeço os elogios.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Polícia Civil do Distrito Federal está à disposição. Eu estou certo para dizer que nós temos policiais bastante preparados, mas o que a gente tem que enaltecer é, principalmente, a atuação dos policiais no dia 24. São policiais que estavam de folga, era véspera de Natal, esses policiais foram acionados, saíram de casa. Passaram, inclusive, a noite de Natal trabalhando.

Se não fosse esse primeiro momento, essa investigação posteriormente realizada pelo Decor não teria chegado a uma solução.

Então, a gente tem que enaltecer o trabalho do Carrijo, da perícia, dos policiais da 10ª DP.

A investigação, depois, é uma investigação normal, como é feita sempre pelo Decor, em cima da técnica, com agilidade, mas nada mais do que nossa obrigação.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Dr. Carrijo, Dr. Valdir, caso queiram.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Eu estendo os agradecimentos ao Deputado Duarte.

Até para que haja uma certa isonomia, eu acho que o Dr. Leonardo falou bem sobre tudo o que podia.

E eu vou seguir a recomendação também do Presidente, para que haja um bom andamento e um equilíbrio entre os senhores.

Agradeço.

A Polícia Civil está sempre à disposição para trabalhar de forma técnica, neutra e imparcial.

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO (Para depor.) – Deixo aqui o meu agradecimento a V. Exa. e faço minhas também as palavras dos colegas.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Muito obrigado.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer essa reflexão.

Aqui, de forma muito objetiva, dois questionamentos inéditos.

Uma pessoa leiga, que nunca montou um artefato, que nunca montou um explosivo, teria condições de manusear, montar uma bomba da forma como aquela que vocês encontraram?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Como eu havia explicado, um pouco, para a Senadora Eliziane, isso entra, um pouco, no viés subjetivo. É difícil eu responder para o senhor o quanto essa pessoa seria leiga ou qual acesso que ela tem a informação.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – É possível aprender, hoje...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Com os mecanismos que nós temos, com a internet e o nível de divulgação, principalmente em se tratando de *deep web* e outras formas de acesso, existe conhecimento lá. Agora, quanto à capacidade de cada indivíduo, aí teria que fazer uma análise do indivíduo em si, individualizá-lo, para, a partir de outras técnicas, talvez, técnicas até de psiquiatria, saber se ele é capaz ou não, nesse sentido.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Então, nesse caso, é correto afirmar que, através de um EAD, do ensino à distância, através do YouTube, canais gratuitos na internet, a gente pode até aprender a montar essa bomba, mas, talvez, não consiga explodir o artefato, por falta de perícia, por falta de conhecimento técnico?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Como eu estou explicando para o senhor, essa é uma questão muito subjetiva e eu não tenho elementos materiais suficientes, para que eu pudesse afirmar, categoricamente, para o senhor se seria possível ou não.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Dentro do conhecimento técnico, o que foi encontrado? Qual o nível de técnica? Qual o nível de perícia do artefato que V. Sa. encontrou?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – O artefato possuía um sistema de iniciamento, só que era um sistema de iniciamento inadequado para aquele tipo de carga explosiva, um sistema de iniciamento mais adequado para artifícios pirotécnicos. No geral, eles são usados para fogos de artifício. A emulsão explosiva encartuchada, que é o que nós avaliamos como carga explosiva, tem necessidade, por se tratar de um alto explosivo secundário, de um alto explosivo primário para ser acionada, o que teria aí, talvez, um estifnato de chumbo ou um fulminato de mercúrio.

(Soa a campainha.)

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos, agora, para uma permuta que foi feita entre o Deputado Carlos Sampaio e o Deputado André Fernandes.

Pois não? Rapidamente, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para explicação pessoal.) – É porque, como foi mostrado aqui, eu fico preocupado com esse tipo de situação, sabe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode criminalizar a política. Os próprios colegas, eu não sei com que objetivo, se é desespero, se é algum tipo de revanchismo que está acontecendo aqui... Porque a gente tem visto, nesta sessão, uma caçada implacável a certas pessoas.

E pegam uma audiência pública aprovada por eles mesmos! O próprio PT autorizou, aprovou, por unanimidade, aqui, na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, uma audiência pública, requerida por mim. Passaram aqui quase 500 pessoas, com depoimento aqui de 30 Parlamentares, Senadores, Deputados, dezenas de palestrantes, técnicos, juristas...

E audiência pública é aberta! Ou não é mais a Casa do Povo aqui? Quantas audiências públicas são feitas diariamente nesta Casa? Na Câmara dos Deputados?

E você não tem como saber! Eu perguntei à Polícia Legislativa aqui, por exemplo, para saber a conexão, quem foi que autorizou a entrada desse cidadão... Pela exposição feita aqui, eu quero parabenizar, eu tenho perguntas a fazer, mas quero deixar, desde já, os parabéns pelo trabalho dos policiais envolvidos, porque era uma tragédia, um atentado sem precedentes na história do país! Violência jamais é solução para nada.

Agora, não pode imaginar quem veio... Eu pedi à Polícia Legislativa, ela já informou que não foi o nosso gabinete que autorizou. E a entrada... É uma Casa pública! Então, eu quero deixar muito claro, Sr. Presidente, que a gente precisa ter cuidado, elevar o nível, o exemplo tem que vir de cima. Nós somos eleitos diretamente pela população e precisamos dar o exemplo, porque, senão, vira uma zorra. Onde é que nós vamos parar com isso, do jeito que nós estamos já polarizados, o Brasil dividido?! É isto que a gente quer: dividir mais ainda? Ou a gente quer pacificar?

A verdade nós queremos buscar! Eu já autorizei a nossa equipe... Conversei com o Senador Magno Malta, pedindo a quebra de sigilo também, para saber quem esse senhor contactou, quem eventualmente é financiador. Nós estamos todos aqui repudiando esse ato absurdo.

Agora, não podemos criminalizar a política, pelo amor de Deus! É o nosso trabalho. Essa audiência pública é uma audiência pública de altíssimo nível, foram 11 horas e 30 minutos. Quando teve gente – eu lembro aqui – chamando "Lula ladrão, seu lugar é na prisão", eu mandei parar imediatamente! Não aceito esse tipo de coisa! Eu estava aí sentado, como o senhor está, na Presidência. Conduzi, não com a sua classe, com a sua elegância, pois o senhor tem uma história aqui, mas, com todas as minhas limitações e imperfeições, de primeiro mandato, eu tentei fazer um trabalho correto. Audiência era sobre... Era um assunto que estava repercutindo muito, porque foi o escândalo que aconteceu sobre as inserções de propaganda eleitoral, que teve Ministro das Comunicações dando coletiva, teve auditoria de partido... E eu quis saber! Chamei os dois lados para a gente ouvir, chamei Ministro do Supremo, chamei juristas, técnicos... Então, a gente precisa, Sr. Presidente, elevar o nível com relação ao que está acontecendo aqui. A audiência conseguiu o objetivo do que se fez, do que se debateu aqui. E foi claro,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi claro que a gente precisa... Inclusive, chamamos o assessor que foi exonerado sumariamente pelo TSE na época, quando foi revelado isso. Nós temos que buscar a verdade! Ou não? Deixar debaixo do tapete?! Então, nós fizemos nosso trabalho, concluiu a audiência, e não tem porquê esse tipo de situação.

Peço respeito! Peço respeito, porque, embora... Como o Senador Magno Malta falou que tem engravatados bandidos... E tem! E a Justiça já chegou a condenar, a prender...

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Estão com mandato! Estão com mandato!

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – E prender! É importante a gente saber isso. Mensalão, petrolão, tudo isso foi demonstrado.

A gente não pode ficar agora jogando isso, porque a uma audiência pública chega uma pessoa que senta, ficar colocando coisas, rótulos em quem quer que seja!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Girão da mesma forma que o Senador Magno Malta foram mencionados no vídeo que foi aqui apresentado pelo Deputado Rogério Correia. Foram mencionados. E o art. 14 do Regimento determina que, quando a pessoa é mencionada – e claro que foi de maneira pejorativa –, tem direito a usar até cinco minutos do tempo para responder a essa manifestação.

Então, concedi o tempo ao Senador Magno Malta, que inclusive não usou os cinco minutos, depois ao Senador Girão. A partir de agora, também de acordo com o Regimento, a Presidência não pode mais conceder os cinco minutos se alguém for citado. É apenas por duas vezes. Mas eu faria um apelo a todos os Srs. e Sras. Parlamentares para que nos atenhamos aos fatos sem fazer a citação do nome de ninguém, porque, afinal de contas, não é esse o propósito da CPI. Vamos dar prosseguimento, mas eu faço um apelo para que a gente mantenha a ordem sem citar o nome de nenhum Parlamentar, a não ser que, objetivamente, esteja disposto a fazer uma acusação objetiva, direta, porque ninguém aqui está imune e não pode ser acusado se, de fato, cometeu alguma coisa errada. Dentro dessa linha, vamos dar prosseguimento.

O Deputado Carlos Sampaio permutou a sua ordem de inscrição com o Deputado André Fernandes, a quem eu passo a palavra agora, pelo tempo de dez minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, inicio minha fala cumprimentando, de fato, o Dr. Leonardo, os peritos Renato e Valdir. Sou do Ministério Público há 36 anos e sempre vi na perícia, nos delegados de polícia, grandes parceiros, sempre nos vi no mesmo time, lutando e combatendo a corrupção e os bandidos, mas a excelência e a agilidade desse trabalho de vocês surpreenderam a todos, e muito positivamente. Como disse o colega Duarte, vocês permitiram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vidas fossem salvas e que pessoas, que criminosos fossem presos. Eu vou fazer apenas reflexões com o depoente... perdoe-me, com o nosso Delegado, o Dr. Leonardo, que são reflexões em que eu queria apenas que houvesse ou não a sua concordância, e jamais pediria que emitisse um juízo de valor. É apenas para ver se a minha linha de raciocínio está correta.

Primeiro, uma pergunta: em 2013, V. Sa. era Delegado de Polícia do Distrito Federal? Sim. Pergunto isso porque em 2013 nós tivemos uma movimentação, junto aos Poderes, de pessoas aqui muito maior que a do dia 8 de janeiro, e neste momento nenhum prédio público foi invadido. Eu estou correto ao concluir que o planejamento das forças de segurança do Distrito Federal, do Palácio do Governo – e vejam, palácio em que à época estava a Presidente Dilma –, foi uma composição eficiente e que ajudou a evitar essa invasão dos prédios públicos? Eu estou correto em fazer uma análise de que essa comunhão de esforços foi importante para o êxito do dia 13 que ocorreu em 2013, quando ocorreu a manifestação, e não houvesse invasão de prédios públicos?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Deputado, eu acho que não é uma pergunta que me convém responder, eu não analisei esses fatos do ano de 2013 nessa ótica. Não sei a intenção dos manifestantes, se na época tinha a intenção de invasão de prédios públicos. Eu acho que, com esses elementos, não cabe a mim responder essa pergunta.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Perfeito.

V. Exa., com base nas perícias e nos estudos que foram feitos pelos peritos que aqui estão, V. Exa... V. Sa. concorda que as condutas dos acusados, alguns já condenados, como no episódio da bomba, são condutas gravíssimas e que estão sendo consideradas na cadeia de investigação da polícia?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. Exa. concorda que a explosão planejada, caso tivesse ocorrido, com morte de pessoas, é mais um fato gravíssimo que também está sendo estudado pela polícia?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. Sa. também considera gravíssima, como fez referência aqui hoje, a invasão do prédio da Polícia Federal no dia 12 de dezembro de 2022?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – A tentativa de invasão, não é?

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Tentativa, me perdoe.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não só a tentativa de invasão, como também os demais atos praticados, não é? Há incêndios em veículos...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... ataques a uma delegacia de polícia... São atos graves, na minha opinião.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – V. Sa. considera, na cadeia de investigação que está sendo feita, que todos esses fatos têm alguma conexão e está evidenciada, como disse, finalizando, a gravidade desses fatos que antecederam o dia 8?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Quanto à conexão, a conexão que nós observamos foi a participação desses três indivíduos que são autores, comprovadamente autores, dos fatos relacionados ao dia 24 e que também estavam presentes nos atos do dia 12 de dezembro. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Inclusive, estavam com tornozeleira eletrônica, em face da gravidade do ocorrido no dia 12.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Então, Sr. Presidente, eu aqui encerro as minhas perguntas e vou para uma conclusão de cunho pessoal, reconheço.

Nós tivemos o ataque ao prédio da Polícia Federal; nós tivemos o episódio do atentado à bomba, que poderia ter levado ao óbito centenas de pessoas; nós tivemos o episódio referido aqui, com muita veemência, do dia 25, quando novos explosivos foram encontrados, mas que, graças a Deus, não tinham seus detonadores; e descobrimos aqui, há pouco tempo, que o General G. Dias, indicado pelo Presidente Lula, foi informado – e de fato foi – pela Abin dois dias antes da gravidade dos eventos, e não tomou nenhuma medida e, ao que sabemos depois, ainda suprimiu essas informações do Congresso Nacional e da Procuradoria-Geral da República.

Veja, tudo isso eu estou dizendo para dizer e perguntar a mim mesmo: será mesmo que o Presidente Lula tinha toda a tranquilidade para, no dia 8 de janeiro, estar numa inauguração em Araraquara? É a pergunta que me faço. Se fosse inauguração, evento político ou evento administrativo, eu pergunto: era possível um Presidente da República com esses antecedentes e sabendo que, no episódio ocorrido à época da Presidente Dilma, em 2013, nenhuma invasão de prédio público houve, ele estar tranquilamente, como disse numa entrevista que deu? "Se eu tivesse noção do que fosse ocorrer, eu estaria lá, para defender o Palácio". Nem o general indicado por ele defendeu o Palácio. Nem o general indicado por ele defendeu vidas humanas. E ele disse: "Eu estaria lá para defender vidas humanas".

Sr. Presidente, a que ponto chegamos? Será que é possível reconhecer que não houve omissão deste Governo nos atos praticados no dia 8? E me permito concluir inclusive que pode ser uma omissão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberada, com finalidade política! É a conclusão a que chego, diante de tudo que ouvi aqui hoje de relatos que vêm desde o dia 12, 12 de dezembro, reputados aqui pelo delegado como gravíssimos.

A tentativa de explosão: gravíssima! Os artefatos encontrados no dia 25: gravíssimos!

E tudo isso, levado em consideração juntamente com a informação que temos, que é verídica, de que o general teve informação dois dias antes, o general indicado pelo Presidente Lula... E eu tenho que concluir que o Presidente Lula tinha que estar, de fato, tranquilo no dia 8? Que omissão foi essa?

O país tem o direito de saber. Quero saber quem invadiu, e acho que a investigação está sendo muito bem conduzida. Quero saber quem financiou, e está sendo muito bem conduzida. Mas quero saber quais são os órgãos de segurança que se omitiram, ligados ao Palácio do Planalto, e qual a intenção desta omissão.

A gravidade dos fatos narrados aqui hoje é inegável. São criminosos de quinta categoria tentando tirar a vida de pessoas inocentes.

Sr. Presidente, como posso eu imaginar que todos esses fatos não foram considerados pelo Presidente da República no dia 8? Será mesmo que nenhum agente da Polícia Federal, ninguém ligado ao Ministério da Justiça, nenhum general de Exército, ninguém falou assim: "Presidente Lula..."?

Sr. Presidente, eu estou sendo interrompido, eu pediria que fosse recomposto o meu tempo, porque eu tenho meus dez minutos.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Fora do microfone.) – Um minuto a mais.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) – Muito obrigado.

Será mesmo que ele não tinha nenhum elemento para poder imaginar que dia 8 poderia ser um dia de graves ataques à democracia brasileira?

Enfim, não quero questionar o óbvio. Esses fatos foram gravíssimos, os criminosos têm que ser presos e responder pelos seus atos, mas a omissão do poder público vai ter que vir à luz, seja ela fruto de culpa, seja ela fruto de dolo.

Mas eu quero saber por que todos esses fatos graves sequer sugestionaram o Presidente da República de estar aqui defendendo o Palácio e as vidas humanas, aqui em Brasília, e estava num compromisso político em Araraquara.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

Seguindo a regra que foi estabelecida, de falarem quatro titulares e um suplente, agora falará um suplente, que é o Deputado Pastor Henrique Vieira, pelo prazo de dez minutos.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Presidente, só para esclarecer, vai ter intervalo para...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, bem lembrado, Deputado.

Eu até vou colocar isso aqui em apreciação. Para a mesa, a gente topa uma coisa ou outra; tanto podemos combinar aqui... Agora, o problema é que as testemunhas têm que almoçar. Nós até poderíamos nos intercalar, mas as testemunhas têm que ficar permanentemente aqui.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – Uma horinha.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então não dá para...

Eu vou fazer o seguinte, se todos toparem, se todos concordarem, nós reduziríamos o tempo de almoço para 40 minutos.

Então, agora são 12h26. Às 13h, nós suspenderemos o trabalho por 40 minutos para que todos possamos almoçar e retomamos em seguida.

Por favor, Pastor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só para registrar que a última fala não tinha relação com inquirição. Importante registrar isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pastor, esta Presidência busca ser o mais equilibrada e justa.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – V. Exa. veja que também o outro Parlamentar que falou antes fez até questões de natureza sentimental para os depoentes...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – E foi questionado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... e nem por isso eu pude interromper a fala de ninguém.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu já fiz vários apelos para que os Parlamentares se atenham às questões. Agora, cada um tem dez minutos.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu não posso... Na hora em que se está fazendo uma questão de ordem – veja bem –, na hora em que se está fazendo uma questão de ordem, em que não se pode fazer um discurso político, aí a Mesa se sente no direito de interferir na fala do Parlamentar. Agora, nos dez minutos que ele tem para inquirir, realmente eu fico de mãos atadas.

Então, eu peço que se recomponha o tempo do...

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... do Pastor, para que ele possa fazer a sua fala.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Então, numa medida de bom senso, de equilíbrio, vou gastar um minuto e meio para fazer o contraponto e vou desenvolver quatro perguntas aos policiais, já os parabenizando pelo trabalho deles.

Olha, é o curioso e tragicômico caso de uma extrema direita que articula um golpe e depois busca responsabilizar um Governo eleito por ser omissos diante do golpe que ela mesma tentou fazer. Eu acho isso bizarro, porque toda a fala anterior reconheceu conexões: 12 de dezembro com 24 de dezembro e, evoluindo no espírito golpista, 8 de janeiro, ou seja, a fala anterior reconhece um contexto cronológico evolutivo de golpe. E se coloca mais peso de responsabilidade numa eventual omissão da vítima do que na incompetência do algoz. Isso é tragicômico e bizarro. A extrema direita, no mundo, é o absurdo tentando se tornar normal.

Eu só queria registrar que, no dia 8 de janeiro, teve uma tragédia socioambiental em Araraquara onde o Presidente Lula, ao invés de andar de Jet Ski, diante do sofrimento do povo, foi prestar solidariedade. Curioso é o Secretário de Segurança Pública, Anderson Torres, que pela Constituição... A segurança pública do Distrito Federal é responsabilidade dessa secretaria. Enquanto Lula estava prestando solidariedade às vítimas, Anderson Torres, seis dias depois de tomar posse, estava, teoricamente, de férias nos Estados Unidos.

É o curioso, tragicômico, bizarro caso da extrema direita que não consegue executar um golpe e depois tenta responsabilizar o Governo por uma eventual omissão, que eu também quero investigar porque creio que não existiu. Essa é a minha resposta: a extrema direita, globalmente, é o bizarro tentando se passar por comum e normal, tipo "não existia vírus", tipo "a vacina não funciona", tipo "a terra é plana", tipo "um Governo democraticamente eleito tentou dar um autogolpe para, então, por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio de omissão, responsabilizar quem perdeu a eleição". Bizarro, tragicômico, o absurdo tentando se tornar normal.

Ridículo, só que não é amador. No mundo isso produz violência, no mundo isso produz ódio, no mundo isso produz negacionismo, no mundo isso produz desinformação, no mundo isso não é brincadeira, isso produz carro-bomba. O efeito final do bolsonarismo é um carro-bomba prestes a explodir. Se fosse só discurso já seria grave, porque eu acho bizarro. Mas não é só discurso; influencia famílias, comportamentos, manipula sentimentos religiosos e leva pessoas ao auge do fanatismo, ao mundo paralelo, dispostas a montar um carro-bomba e a explodir um aeroporto; e leva ao dia 8 de janeiro.

Foi feita uma fala anterior reconhecendo a conexão do que nós estamos falando há muito tempo. É ótimo um Deputado da Oposição dizer: "12 de dezembro tem a ver com o 24 de dezembro, que tem conexão"... Achei excelente! Quando chegou à conclusão, aí vem a estrema direita. Bizarro, tosco, mas não é amador, reconheço. Reconheço que não é amador e que não é ingênuo; tem força para manipular pessoas e produzir violência.

Senhores policiais: quatro perguntas objetivamente. Parabéns pelo trabalho, parabéns pela exposição hoje!

Fabricantes e importadores devem marcar unitariamente os explosivos com Identificação Individual Seriada (IIS). Daí uma pergunta: se havia marcação e qual a rastreabilidade demonstrada com relação às bombas encontradas.

Posso fazer as quatro? Porque são objetivas. *(Pausa.)*

A segunda – eu queria saber se entendi bem –: é verdade que o Wellington, que estava com a bomba, circulou várias vezes na área do desembarque do aeroporto de Brasília? É uma pergunta porque eu não sei se eu entendi corretamente. Se foi isso, me parece que a área de desembarque era um destino provável e possível para aquele carro-bomba e de outros explosivos. Então, eu queria saber se ele circulou muito ali e se isso comprova uma tese: poderia ter sido ali na cara do aeroporto.

Isso leva a uma terceira pergunta.

Foi feito um estudo de raio de impacto, considerando o local onde o caminhão estava? É uma pergunta. Foi feito, em termos de hipótese... Acredito até que não, porque eu estou entendendo que V. Sas. ficam mais restritas ao fato, mas interessa à sociedade brasileira, e peço que entendam a minha pergunta. Se é verdade que circulou ali ao redor do aeroporto, me interessa um estudo de impacto, de verdade. Se não fosse o estacionamento onde o caminhão estava, se fosse onde o Wellington circulou muitas vezes, dando a entender que poderia ser ali, foi feito algum estudo de impacto do raio se o explosivo fosse no desembarque do aeroporto de Brasília? Não sei se em termos de um inquérito, mas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em termos de democracia e sociedade, se era uma hipótese, me interessa saber qual seria o resultado provável e possível.

E a última pergunta é sobre o arsenal armado encontrado com o George Washington, porque eu quero fazer este debate na CPMI e com a sociedade também. Ele estava dentro da legalidade em termos de porte, posse e deslocamento? De deslocamento, acredito que não, mas, em termos de porte e posse, o que estava com George Washington que era já legalizado? Por que essa pergunta? Qual é o pano de fundo dela e o fundamento? Deliberadamente, muitas vezes, o ex-Presidente, derrotado democraticamente nas urnas, Jair Bolsonaro falou que estava flexibilizando a legislação de acesso a armas para armar o povo brasileiro, porque "povo armado não será escravizado". Então, houve, no decorrer do Governo Bolsonaro, flexibilização, com um discurso da autoridade máxima do país dizendo que, em caso de defesa de um Governo, é para pegar em armas mesmo. É óbvio que George Washington não vem do nada.

Então, a minha pergunta técnica é: o que do arsenal de George Washington estava previsto e amparado pela própria legislação que foi flexibilizada ao longo do Governo Bolsonaro?

E agora eu termino.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Eu acho, que pela ordem das questões, a primeira questão está mais ao alcance da perícia, em que o senhor pergunta sobre a marcação dos artefatos.

Como eu havia dito, nós não identificamos nenhuma marcação nesses artefatos, e eu levantei a hipótese de que é possível que, se houvesse essa marcação, ela tenha sido suprimida, até porque, por se tratar de um material que é controlado, se ele é desviado de alguma forma ilegal, é possível que quem o desviou a suprima exatamente para dificultar essa investigação. Mas nós procuramos e não identificamos nenhum.

Aí, a segunda pergunta – o senhor perguntou sobre a circulação do Wellington – eu acho que o delegado é mais apropriado pra responder.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para expor.) – Consta no inquérito policial todo o roteiro realizado pelo Wellington e o veículo naquele dia. É Relatório Técnico nº 1, de 2023. Ele está nos autos e foi disponibilizado hoje pra essa Comissão.

Ele passou três ou quatro vezes na área de embarque do aeroporto, isso porque, no roteiro em que ele passava ao lado do caminhão – e a gente acredita que pra estudar o ambiente e um local adequado pra colocar a bomba...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... não tinha outra forma de ele não passar pela área de embarque, não é? Pelo roteiro, automaticamente, após passar pelo caminhão, ele teria que passar pela área de embarque do aeroporto pra fazer o retorno e voltar pro centro de Brasília.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Dando seguimento, e pra tentar responder dentro do tempo, a terceira questão é o estudo sobre raio de impacto em outros pontos.

Nós fizemos esse estudo – aí já é uma questão mais técnica voltada para a evolução da perícia – apenas no ponto em que foi encontrado. Por quê? Porque, no geral, até pra que a perícia mantenha o seu cunho de neutralidade e imparcialidade, nós nos atemos àquele fato no local. Aí, se houvesse quesitos, tanto da autoridade judiciária quanto da autoridade policial, por entenderem que outro local seria necessário, nós faríamos, mas aí nós iríamos fazer um levantamento e novos exames do local.

E aí fica a quarta pergunta, sobre as armas, pro delegado.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – De acordo com os nossos levantamentos, todas as armas estavam legalizadas para posse no local onde estava registrado, que seria a residência do George Washington no Pará. Quanto ao deslocamento, aí sim ele cometeu o crime.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Então, legalidade quanto à posse no local, ilegalidade quanto ao deslocamento.

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passando agora a palavra ao próximo orador inscrito, que é o Deputado Delegado Ramagem, por dez minutos.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar a mesa, os demais Parlamentares, também o delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e os peritos da Polícia Civil do Distrito Federal, essa nobre instituição. Quero me congratular pelo trabalho realizado, pelo trabalho técnico, pela condução de demonstrar autoria e materialidade, o que se confirmou na sentença condenatória.

Foram mencionados dois procedimentos aqui: um procedimento do Inquérito 148, que é dos eventos do dia 12 de dezembro; e o do Inquérito 243, de 24/12, relacionado ao artefato explosivo da bomba.

A minha primeira pergunta é: em que juízo está tramitando o Inquérito 243, que é o tema da CPMI de hoje?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Bom dia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só corrigindo, o primeiro inquérito, do dia 12, é 148, e o segundo, 149, de 2023.

Eu acho importante... Foi muito... Eu falei muito aqui sobre o sigilo de alguns desses procedimentos. E eu acho importante esclarecer, até pro desenvolvimento dessa CPMI, que o único inquérito que não está mais sob sigilo é o Inquérito 149, sobre os fatos relacionados ao dia 24 de dezembro.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Eu vou pedir vênias aqui.

Por favor, o juízo que condenou, com base no relatório da Polícia Civil, qual o juízo que foi? Apenas essa informação.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu vou ter que consultar...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Eu acredito que seja a 8ª Vara Criminal de Brasília.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim, 8ª Vara Criminal de Brasília.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Foi a 8ª Vara Criminal de Brasília.

Portanto, o que eu quero demonstrar é o seguinte: o Inquérito 148, de 12/12, foi totalmente, completamente declinado ao STF, por várias razões. Houve um atentado à sede do prédio da Polícia Federal, que é um prédio da União, assim como aos prédios dos três Poderes. Há possibilidade, há indicação de um indígena.

E mais ainda: os baderneiros, os vândalos que estavam causando danos ao patrimônio público podem ser infiltrados. Com toda certeza, eles estavam dissociados de toda e qualquer conduta, nesta década ou mais, das manifestações de direita – familiares, ordeiras, democráticas e pacíficas.

Esse inquérito está totalmente com o STF.

O inquérito, agora, dos artefatos explosivos, esteve com a Polícia Civil do Distrito Federal e tramita no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em primeira instância, já com condenação.

Portanto, não houve declínio ao STF.

Portanto, por entendimento do próprio STF, não há vinculação aos inquéritos do 8 de janeiro.

Uma próxima pergunta ao senhor delegado, por favor: nas imputações de crime, no momento do flagrante e do relatório policial, houve alguma interferência, influência de um modelo de tipos penais e crimes que deveriam ser adotados pela Direção-Geral da Polícia Civil ou pelo próprio STF ou por algum tribunal superior?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Quanto à análise do momento da prisão em flagrante, eu não consigo responder ao senhor, porque eu não estava presente no momento. Eu assumi as investigações só a partir do dia 26.

E eu aqui, assevero, com a mais absoluta certeza, que, com relação ao indiciamento final, não houve nenhuma interferência.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Perfeito.

E, se houvesse uma interferência, isso seria de uma total ilegalidade contra a autonomia e a independência da autoridade policial?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Se houvesse interferência, não seria acatada.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Perfeito. Eu digo isso...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... porque essa interferência não...

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Desculpe, delegado.

Eu digo isso porque há notícias de que, no 8 de janeiro, todos os flagrantes foram feitos já com um modelo que expunha todos os tipos penais que deveriam ser adotados não pelas autoridades policiais que fizeram o flagrante, mas vindos de outras instâncias, da Direção-Geral ou do STF. Há essas notícias. E nós queremos perquirir nesta CPMI.

Quais foram os crimes pelos quais os presos dessa gravidade de crimes, atentados à bomba, quais foram os crimes em que eles foram condenados?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Está na sentença.

Com relação ao George Washington, arts. 12 e 16... Na verdade, crime único – o juiz considerou crime único –, que era o do art. 16, da Lei de Armas; e crime de explosão, do art. 151, com o agravante do art. 252.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – Perfeito.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Com relação aos demais crimes, o juiz encaminhou o processo para o STF ou para a Justiça Federal.

O SR. DELEGADO RAMAGEM (PL - RJ) – O que a gente tem notícia é do 251, de explosão; do 250, de incêndio; e ainda do Estatuto do Desarmamento, da Lei de Armas, art. 16.

Isso, pessoas que estavam com atentado à bomba, com artefato explosivo, com a tentativa de um crime de homicídio de diversas pessoas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu vou citar o rol. Foram três tipos penais de condenação desses delinquentes dos explosivos de bomba.

Agora eu vou citar o rol de crimes que foram imputados no 8 de janeiro. A pessoas idosas, pessoas com enfermidade, pessoas que estavam com crianças, pessoas que nem chegaram perto dos prédios públicos, a elas foi imputada uma dezena de crimes: art. 62, art. 163, art. 286, art. 288, art. 359-L, art. 359-M e quatro artigos da Lei de Terrorismo.

Há uma completa discrepância e arbitrariedade no que aconteceu no 8 de janeiro.

A sentença de primeiro grau que resultou da investigação de excelência dos senhores não os colocou – esses artefatos explosivos – nos crimes de terrorismo, porque não se adéqua à Lei de Terrorismo pátria, muito menos o 8 de janeiro.

Então, senhores o que eu prezo e rogo é que o trabalho de excelência que os senhores fizeram seja confirmado nas diversas instâncias, demonstrando a materialidade, a autoria, e que não venha qualquer eventualidade de uma anulação, descondenando esses criminosos. Que sejam preservados o conjunto probatório, a legalidade e a segurança jurídica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Rubens Pereira Júnior.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nas fases do processo penal, a primeira fase é o inquérito policial, justamente conduzido, neste caso, pela Polícia Civil, pelo Delegado Leonardo e pelos peritos. E, no inquérito policial, há alguns objetivos, especialmente definir as circunstâncias e os motivos do crime. Isso é necessário, até porque, no momento da fixação da pena, que está lá no art. 59 do Código Penal, o juiz tem que levar em consideração os motivos do crime. As circunstâncias foram faladas aqui exaustivamente. Era uma bomba colocada em um caminhão de combustível próximo do aeroporto na véspera do Natal. As circunstâncias dos fatos estão aí, mas, ao meu modo de ver, nós passamos muito rapidamente, até porque a exposição era de apenas 15 minutos, nos motivos que levaram a essas circunstâncias. E é justamente aí que serão minhas perguntas nesse primeiro momento para o nosso Delegado Leonardo de Castro.

O George Washington é do Pará, e ele veio para Brasília, e consta no inquérito, e consta na sentença. V. Exa. pode afirmar o que o motivou a sair do Pará para Brasília?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Como eu disse, todas as minhas manifestações são com relação ao que está nos autos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Então, de acordo com o que ele informou, ele veio para Brasília em novembro – se eu não me engano, no dia 12 de novembro –, segundo as suas colocações, para participar da manifestação contra o resultado das eleições.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito. Eu vou até citar trecho do depoimento dele: "A minha ida até Brasília tinha como propósito participar dos protestos que ocorriam em frente ao QG [...] e aguardar o acionamento das Forças Armadas para pegar em armas e derrubar o comunismo", fecho aspas. Mas anteriormente ele tinha um arsenal de armas, e no inquérito também ele diz qual é o motivo de ele ter tantas armas. V. Exa. consegue se lembrar do motivo que ele disse para ter tantas armas? Senão, eu posso inverter, eu posso ler e V. Exa. confirma a veracidade.

E ele diz: "O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do Presidente Bolsonaro, que sempre enfatizava a importância do armamento civil, dizendo o seguinte, um povo armado jamais será escravizado".

V. Exa. confirma?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso está nos autos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Pra dar prosseguimento, Sr. Presidente, a gente, então, já sabe os motivos do George Washington. E eu prefiro perguntar a V. Exa., que é testemunha, que é investigador, do que perguntar daqui a pouco pro investigado, que pode inclusive mentir, pode omitir, pode ficar em silêncio. V. Exa. vem pra ajudar a investigação.

Então, a gente já sabe por que o George Washington tinha tanta arma, a gente já sabe por que ele veio pra Brasília.

E aí ele prossegue, e aí eu peço pra V. Exa. confirmar depois: "Porém, ultrapassado quase um mês que ele já estava em Brasília, nada aconteceu. E, então, eu resolvi elaborar um plano com os manifestantes do QG do Exército para provocar a intervenção das Forças Armadas e a decretação do estado de sítio para impedir a instauração do comunismo no Brasil".

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso está nos autos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Senhores, aqui fica claro o que o motivou a colocar uma bomba no Aeroporto de Brasília. O desejo era ter um caos social, um caos político, para ter a intervenção das Forças Armadas, para ter a decretação do estado de sítio para impedir a instauração do comunismo.

Como o plano dele foi fracassado, ele deve pensar que o comunismo foi implantado e que o que nós estamos vivendo hoje é esse regime, ao custo de dezenas, centenas de vidas. Afinal de contas, uma bomba num caminhão de combustível?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que foi escolhido um caminhão de combustível? Porque o George Washington é diretor de posto de combustível. Ele sabe o grau de explosividade, ele sabe o quanto é inflamável, colocando no aeroporto, na véspera de Natal, um período que é muito movimentado no Aeroporto de Brasília, pelas características da capital federal.

Mas isso não é suficiente e eu quero avançar um pouco mais.

V. Exa. confirma que encontrou uma carta no celular do Sr. George Washington, escrita nos rascunhos, destinada ao ex-Presidente Jair Bolsonaro? Confirma?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Então, passemos a essa carta, já que o inquérito não é mais sigiloso.

E a carta, senhoras e senhores, eu pediria pra V. Exa. confirmar, se esses trechos estão na carta ou não.

"Nós temos que nos defender e, em quase todos os seus pronunciamentos o senhor falou, Presidente, o povo armado jamais será escravizado. Só saio daqui com a minha família em pé com a vitória. Não me tire essa honra, senhor".

E aí ele prossegue, George Washington: "Eu estou preparado, pronto para cumprir as minhas funções da melhor forma possível".

Aquelas circunstâncias que eu falei há pouco, bomba, aeroporto, véspera de Natal, caminhão de combustível, ele diz: "Estou pronto para cumprir minhas funções da melhor forma possível. Eu estou focado apenas no essencial, alheio a todo o resto, só vou tomar decisões pragmáticas. Senhor Presidente, não me tire essa honra de servir e defender a nossa pátria amada. Senhor Presidente, prometo e me comprometo ao sigilo absoluto dessas palavras escritas".

Isso constava na carta que foi apreendida no celular do George Washington?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – A gente percebe, então, qual era o motivo da tentativa de golpe, da tentativa de colocar uma bomba no Aeroporto de Brasília, inspirado pelo ex-Presidente Bolsonaro, querendo criar o caos social e político no nosso país para dar um golpe de Estado para impedir que o Presidente Lula assumisse no dia primeiro.

Esses são os motivos desse crime!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso tudo consta nos autos e isso tudo é confirmado pelo Delegado que procedeu a essa investigação.

Faltam apenas mais duas considerações, Sr. Presidente.

Sr. Leonardo de Castro, o senhor confirma que há um *link* entre os atos do dia 12 de dezembro, do dia 24 de dezembro e dos acampamentos?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu me atenho aos fatos dos autos. A conexão que existe, o *link* que existe é o fato de que os três indivíduos envolvidos no dia 24 também estavam no dia 12.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Perfeito.

Os três elementos estavam envolvidos no dia 12, estavam no dia 24 e usavam o acampamento. Lá eles combinaram de receber parte dos explosivos, lá eles planejaram o golpe, por mais que V. Exa. não possa falar tudo. De lá eles partiram, de lá eles decidiram que não ia ser no aeroporto. Eles iam fazer isso lá na rede elétrica de Taguatinga talvez pra explosão ser ainda maior. Então, de alguma forma, estão relacionados o dia 12, o dia 24 e os acampamentos. Não estou dizendo, em nenhuma hipótese, que todo mundo no acampamento está envolvido, não é isso. Eu só estou dizendo que os atos dos dias 12, 24 e o acampamento estão relacionados, tanto é assim que partiu de lá parte do explosivo, partiu de lá o planejamento de toda essa tentativa de atentado.

E, por sorte, eles foram absolutamente incompetentes, o que não transforma o crime em impossível, porque, no simples crime, no art. 251, basta que a pessoa prepare, se desloque, coloque material explosivo podendo gerar risco. Não é um crime de resultado, não precisa ter explodido pra ser um crime, não é um crime tentado, tanto é assim que a condenação foi completa, não foi por tentativa. Ficam claros, então, os motivos do crime.

Eu queria encerrar parabenizando V. Exas., Dr. Leonardo, Renato e Valdir, mas eu queria também registrar mais uma pessoa que merece os parabéns do Congresso Nacional. É o Sr. Jeferson Henrique Ribeiro Silveira. Sabe quem é ele? Um trabalhador também, o motorista do caminhão – a gente, às vezes, esquece o pequeno trabalhador –, que foi quem encontrou a bomba de madrugada, pegando no seu serviço, mas, de forma diligente, foi vistoriar o seu caminhão. Se não fosse a atuação do Jeferson, talvez a bomba tivesse explodido. E aí, às vezes, passa ao largo e, como é um trabalhador, como é pequeno, a gente esquece, e está errado. Então, o Jeferson Henrique Ribeiro Silveira teve um trabalho relevantíssimo ao cumprir as suas diligências, ao vistoriar o seu caminhão, encontrando algo inimaginável, um dispositivo de explosivo num caminhão de combustível de 60 mil litros. E, a partir dali, ele aciona a polícia, que depois também teve informações anônimas, porque mais informações anônimas se encontram no inquérito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles dizem: "O objetivo era ter uma bomba, e a gente ligar dizendo que tinham outras, porque o que nós queríamos era o terrorismo, o que nós queríamos era o caos". Como se apenas a bomba já não fosse o terrorismo e o caos. Por sorte, Jeferson Henrique encontrou...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... e a Polícia Civil do Distrito Federal atuou diligentemente. E fico ainda mais feliz que foi a Polícia Civil que fez isso para que não haja nenhum tipo de suspeição ou interferência, e ainda mais satisfeito de que V. Exa. confirma os motivos do crime, que foi justamente uma orquestração de cunho político que tinha o interesse de impedir a posse do Presidente Lula no dia 1º de janeiro de 2023.

Agradeço a presença dos senhores por ajudar tanto na investigação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, que seria o Senador Eduardo Girão, mas que fez uma permuta com a Senadora Soraya Thronicke, a quem eu passo a palavra.

Ao final dos dez minutos da fala da Senadora Soraya, nós vamos suspender por 40 minutos os nossos trabalhos e retornaremos em seguida.

Senadora Soraya.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, V. Exa., por bondade... Deputado Henrique Vieira...

Eu gostaria, por bondade, que V. Exa. só me permitisse uma observação muito pertinente, Presidente, que o Deputado fez uma intervenção acerca da motivação e de onde, possivelmente, haveria a instalação das bombas.

Na sentença, especificamente na p. 23, tanto o juiz quanto o promotor, o Ministério Público faz referência de que o Alan teria feito menção, ao dizer que implantaria uma bomba verdadeira no estacionamento do aeroporto e algumas bombas falsas na área do embarque. Ou seja, bate com a preocupação de V. Exa. sobre, de fato, onde estaria a bomba verdadeira, e com a preocupação do Deputado Rubens, que era a sensação, de fato, que eles queriam colocar do caos na cidade.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Com a palavra a nobre Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas, todos os que nos assistem, e as testemunhas que hoje aqui estão, obrigada pela presença de V. Exas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de iniciar parabenizando-os pela postura institucional e imparcial, muito diferente do que ocorreu com o ex-Diretor...

Poderia a senhora...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Vou pedir que permitam o máximo de silêncio para que a Senadora possa fazer a sua intervenção. Obrigada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Eu faço silêncio, então...

A forma institucional da atitude de V. Sas. aqui é muito diferente daquela do ex-Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal.

Vou destacar mais uma mentira. Quero agradecer ao *Camarote da República*. Eu ainda vou respondê-los. Eu acabei de ver. Eles colocaram... Havia fotos, sim. Ele disse que, no dia em que utilizaram todo o aparato para a Semana do Trânsito, fizeram campanha política, sim, no dia em que entregaram uma camiseta para o então Ministro Anderson Torres. Mas, enfim, mais uma mentira. É um rol de mentiras.

Bom, perguntas pragmáticas aqui. Eu gostaria de saber de V. Sas. se vocês têm ou conseguem estimar qual seria o potencial de destruição, a potência letal desses artefatos que foram implantados por esses três senhores, ao que nós sabemos até o momento. Qual o potencial letal?

E se haveria, também, caso de explosão simultânea dos dois tanques naquele bitrem? Se poderia acontecer ao mesmo tempo.

Em qualquer dos casos, as labaredas ou chamas oriundas da explosão poderiam alcançar que distância dos caminhões-tanque?

Outra pergunta. Qual o horário em que o artefato foi ativado e por quem ele foi ativado? Qual dos três?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – A senhora preferiria que ele fosse respondendo, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Só mais uma pergunta, então, e aí eu entrego, para depois concluir.

Qual a participação, Delegado, individualizada, a conduta individualizada de cada um dos três? Isso não ficou claro para mim.

Por favor, obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Vou começar pela última pergunta, porque as demais acho que os peritos devem responder.

Com relação à individualização da conduta dos três, pelo que foi apurado, o George Washington teria participado de uma reunião, nos dias anteriores, no acampamento. Ele já estava com esses explosivos que tinham vindo do Estado do Pará. Então, ele solicitou aos demais participantes dessa reunião mais alguns dispositivos, que eles seriam necessários para a fabricação do artefato. Recebendo isso – isso segundo os relatos dele –, recebendo isso na manhã do dia 23, ele fabricou esse artefato e, na noite do dia 23, teria entregue esse artefato ao Alan, dentro de sua caminhonete, nas proximidades do acampamento.

Então, o Alan teria acionado, feito contato com o Wellington para que o auxiliasse na colocação desse artefato, porque o Wellington tinha o veículo da esposa – não é? – pra locomover. O Wellington, então, atendeu a essa solicitação, teria se encontrado com o Alan. Eles circularam pela região central de Brasília, principalmente próximo aos hotéis, ao setor hoteleiro, onde o Wellington estava hospedado com a esposa. Foram até a área do aeroporto e voltaram para o centro de Brasília pelo menos três vezes, entre a meia-noite e as 5h, 5h50 da manhã. Em um desses trajetos feitos à região do aeroporto, o Wellington estaria dirigindo o veículo, e o Alan, no banco do passageiro. Ele estaria com uma caixa com o artefato. Ele teria aproximado, e o Alan teria colocado esse artefato no para-lama do caminhão, não é? Retornando, eles pararam e abasteceram num posto de combustível próximo do aeroporto e retornaram.

Depois disso – não foi mencionado aqui ainda –, o Alan teria feito duas ligações para o Ciob, uma para os bombeiros e outra para a Polícia Militar. Segundo ele, ele invocou isto depois, segundo ele, para se defender, para alegar aí um arrependimento eficaz, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Tentou um arrependimento eficaz?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso. Porém...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Logo depois?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Porém, nós solicitamos os áudios dessas ligações e foram juntados aos autos, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – E tem horário, Delegado, para nos fornecer?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Tem, está nos autos. Eu não sei o horário. Ele teria feito a primeira ligação um pouco depois, teria saído do local, circulado novamente, ido novamente até o aeroporto...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Delegado, o meu tempo está quase acabando. Se o senhor conseguir...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... e retornou e teria feito a outra ligação já mais tarde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Está certo. Muito obrigada.

O senhor sabe quem exatamente apertou o botão naquela tentativa? Qual dos três apertou o botão?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não. Isso nós não... Até porque nós não chegamos ao dispositivo de acionamento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Porque o dispositivo falhou, o acionamento.

Muito obrigada, Delegado.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Complementando as perguntas, eu vou responder essa, que foi o horário e quem. Nós não temos elementos materiais suficientes, como eu havia explicado antes, até porque nós não tivemos acesso ao controle...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Nenhum deles confessou que foi quem apertou.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – É.

E aí o meu colega vai ajudar a elucidar as outras duas questões que a senhora levantou, que são a possibilidade e o potencial.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Obrigada.

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO (Para depor.) – Quanto ao risco do incêndio, o quão longe as chamas poderiam alcançar, a gente está falando de um veículo que tinha 60 mil litros de combustível, então seria dificilmente combatido, não desmerecendo a equipe de bombeiros, que, com certeza, atuaria perfeitamente, mas é um incêndio de difícil combate, pelo grande volume e a coluna de fumaça poderia ser propagada de acordo com o vento – não é? – para as proximidades.

Fora isso, há possibilidade de explosão dos dois contenedores da carreta, não é? É mais difícil de acontecer. O cenário mais provável é que um rompesse e gerasse um incêndio para causar a explosão no outro, porque, uma vez que um está rompido, é difícil ele causar o aumento da pressão interna.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Entendi. Muito obrigado.

Mas a capacidade letal é muito grande.

O SR. VALDIR PIRES DANTAS FILHO – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – E para o Delegado, voltando só para finalizar, eu gostaria de saber do senhor por que é que não houve prisão em flagrante no dia 12 de dezembro? Nós vimos centenas de pessoas nas ruas, centenas. Acompanhamos essas pessoas incendiando carros, tentando adentrar no prédio da Polícia Federal. O senhor sabe me dizer por que ninguém foi preso em flagrante?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Eu estava no trabalho, tive a notícia de que isso estava acontecendo e passei a acompanhar por notícias, pela mídia. Na nossa delegacia, não chegou nenhum conduzido. E eventual atuação da Polícia Militar, que é quem tem atribuição primária...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sim.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... para executar essas prisões, são responsabilidade da Corregedoria da Polícia Militar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Porque é realmente muito estranho. Nós vemos crimes simples aí com prisões em flagrante, e, naquele dia, nenhuma prisão em flagrante. Isso dá cheiro de intervenção. Isso me cheira à intervenção política dentro da Polícia Militar. Pode ser que isso aconteça. O meu faro vai nesse sentido.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Com relação à atuação da Polícia Militar, nos autos a única coisa que consta é um trecho do depoimento do George, ele pode ser questionado posteriormente sobre isso, quando ele afirma que, no momento dos atos de depredação, ele teria conversado com o policial militar e o policial militar teria falado que eles não atuariam caso não fossem agredidos – os policiais.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Muito estranho. Muito estranho.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Mas é o depoimento do George Washington, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sim.

Bom para finalizar...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – ... lembro aqui do potencial letal desse armamento. Só que eu não vejo aqui Parlamentares reclamando ou preocupados com o potencial de destruição dessa bomba, mas estão preocupados com pessoas que cometeram crimes no dia 8.

Eu quero dizer para você que está aí na cadeia, eu tenho parente preso: quem incitou, a cúpula que incitou, a cúpula que financiou está solta; a massa de manobra, presa. E, realmente, a corda arrebenta sempre para o lado mais fraco. Essas pessoas foram usadas – foram usadas! – e foram para a linha de frente. E a cúpula que incitou se acovardou, uns fugiram para o exterior. Eles abandonaram o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

time raso. Então, revoltam-se contra eles – revoltam-se contra eles. E cobrem deles também – só para terminar – que banquem os advogados. Estão reclamando da nossa Defensoria Pública, que está agindo mal e tal, mas também não vi ninguém aqui...

Gostaria de saber de V. Exa. se alguém colocado como infiltrado foi chamado aqui, porque só falam que há infiltrados, mas não vi ninguém apontar quem é infiltrado. Será que eles infiltraram essas pessoas? Interessante.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Obrigada, Senadora, pelo uso do seu tempo.

Conforme já explanado pelo Deputado Arthur Maia, a sessão está suspensa.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Volta que horas?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Às 13h40.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não. Às 13h50?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ) – Está bom, 13h50.

(Suspensa às 13 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 22 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos agora, retomando aqui os nossos trabalhos, com bastante atraso, diga-se de passagem, a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero pedir só para que todos aqui presentes prestassem atenção...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – É apenas, me permitindo o Deputado André, que a temperatura está bem fria. Para a gente que está com terno, está fria; e, para as mulheres que, às vezes, estão com a roupa um pouco mais leve, sofrem um pouco... Se puder...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Peço ao pessoal que está cuidando do ar-condicionado para aumentar um pouco a temperatura do ar-condicionado.

Pois não, Deputado André Fernandes. Pode continuar.

Peço que comecem a contar o tempo do Deputado André Fernandes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado, Sr. Presidente.

Se puder colocar já 11 minutos... É que eu fui interrompido aqui, aí tenho um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Vamos embora, Deputado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Ah, não? Está bom.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero parabenizar aqui...

Sr. Presidente, com essa zoadá, esse barulho, fica difícil até de concentrar!

(Soa a campainha.)

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – São 12 minutos agora.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu quero parabenizar aqui o trabalho do Delegado, dos policiais que aqui estão presentes, Sr. Valdir Pires Dantas Filho, Renato Martins Carrijo e Dr. Leonardo de Castro, parabenizar pelo trabalho em, com certeza, evitar uma tragédia, uma tragédia que poderia acontecer naquele fatídico dia 24 de dezembro. De antemão, deixamos claro que para nós... Eu, de direita, conservador, que sou, fui eleitor de Jair Bolsonaro, sempre concordei e concordo que alguém que tem uma atitude dessas não passa de um bandido, e bandido merece ser preso. Então, parabenizo por essa atuação.

Eu tenho aqui algumas perguntas pertinentes a esses fatos.

Dr. Leonardo de Castro, aqui, hoje, foi falado sobre três inquéritos. Eu queria que o senhor me confirmasse: o inquérito do dia 12 de dezembro, outro inquérito do dia 24 de dezembro e um terceiro inquérito que foi aberto este ano para investigar ligações de George Washington com outras pessoas, que, inclusive, está sigiloso. O senhor confirma isso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Sim, confirmo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Nas investigações, os senhores conseguiram encontrar as informações da data da compra do armamento do Sr. George Washington?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu acredito que essa informação tenha, que a gente tenha passado por essa informação, mas ela não consta dos autos. A gente só conferiu a regularidade do armamento.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem.

As informações que temos é que foram há pelo menos um ano, o que nos mostra que não foram adquiridas posteriormente aos resultados das urnas eletrônicas, posteriormente às eleições de 2022.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, eu tenho umas perguntas aqui para fazer, inclusive gostaria até que o Deputado Abílio Brunini também prestasse atenção.

Doutor, aqui há pouco falou o Deputado Rubens, fazendo algumas perguntas, como por exemplo: "Consta que George Washington falou que fez a compra do armamento porque Jair Bolsonaro disse que o povo armado jamais será escravizado", e o senhor respondeu: "Consta nos autos".

Esse "consta nos autos" é o depoimento do flagrante dele, do dia 24?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Certo.

Então esse foi o depoimento do próprio George Washington do dia 24 de dezembro, correto?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Correto.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor acredita que podemos levar em consideração as falas do Sr. George Washington, do depoimento do flagrante, como verdades absolutas? Sim ou não?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu não tenho...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, não.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Aí é opinião subjetiva e não vou entrar nessa seara...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Um depoimento de um investigado pode ser considerado como verdade absoluta?

Sim ou não?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O.k.

Foi falado aqui que, dentro das investigações, foi encontrado o rascunho de uma carta que seria direcionada ao então Presidente Jair Bolsonaro. O senhor confirma isso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor confirma que esse tal rascunho chegou a ser, de fato, redigido como uma carta e foi, de fato, enviado a Jair Bolsonaro?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Pelo que consta nos autos, não foi enviado.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não foi enviado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então também não confirma o recebimento de Jair Bolsonaro, já que não foi enviado?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O.k.

Passados 30 dias, então, sobre esse suposto rascunho, então nada aconteceu, Jair Bolsonaro não tomou conhecimento, não fez nada, ou seja, totalmente contrário ao que o George Washington queria.

Agora há pouco, o senhor também falou aqui, e aí eu abro aspas... Aliás, quando a Relatora fez algumas perguntas pertinentes a algo anterior à data da bomba, o senhor respondeu: "Não está relacionado aos fatos que nós investigamos, nós fomos acionados para investigar um fato e provar a autoria". Em seguida, concluiu que os demais fatos estão sendo investigados em outras instâncias e que não tinha atribuição para investigar esses outros fatos, correto?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Correto.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Baseado na informação de que as investigações de V. Sa. foram para investigar o fato e autoria, e que também concorda que o que o depoente falou não pode ser levado como verdade absoluta... Agora há pouco também passou um vídeo em que o senhor fala que nos resta ter um clima de paz e defesa da democracia.

Algo o levou a achar que aquilo foi um atentado à democracia?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Aquelas considerações que foram colocadas durante a reportagem ocorreram após o dia 8. Então, eu acho que o papel das instituições...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então o senhor...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Deixa eu terminar, ou então o senhor fala e depois eu falo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, é porque foi acordado que a gente poderia inquirir dessa maneira, certo, Presidente?

Então, o vídeo é referente aos atos do dia 8?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, é isso que eu ia explicar.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Ali eu me referi a todos os atos, desde o dia 12, atos de depredação, atos de violência, colocação de uma bomba... Eu acho que todos esses atos não podem prosperar em uma democracia, esse foi o sentido da minha colocação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tá, o.k. A Polícia Civil então... O senhor fez um elo entre os três casos, 12 de dezembro, 24 de dezembro e 8 de janeiro, correto?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu falei do papel das forças de segurança no geral e não só da Polícia Civil.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem, então que bom.

A Polícia Civil do Distrito Federal atuou no inquérito dos ataques do dia 12?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor falou, agora há pouco, que a Polícia Civil identificou 28 envolvidos e individualizou as condutas de 11. Correto?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sim?

O senhor confirma que, por ordem do STF, o inquérito foi interrompido e remetido para a Polícia Federal?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sim.

O senhor tem conhecimento de que alguém foi preso, relacionado ao dia 12 de dezembro?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Tenho conhecimento de que alguns mandados de prisão expedidos, relacionados ao dia 12, foram cumpridos.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mas tem a confirmação de que alguém foi preso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Foram... Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Existe alguma relação, alguma relação comprovada, nessas investigações, entre George Washington e Jair Bolsonaro?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não? O.K. É interessante, né? Porque isso o público precisa saber.

George Washington estava preso no dia 8 de janeiro?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – George Washington, de dentro da cadeia, teve algum contato com algum dos manifestantes na véspera ou no próprio dia 8 de janeiro?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Essa não posso responder porque eu não tenho essa informação.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Provavelmente não, até porque seria uma falha de segurança. Correto?

Existe alguma relação ou algum elo entre George Washington e os atos do dia 8 de janeiro, sem ser o simples fato de que os presos do dia 8 provavelmente também estiveram no mesmo local onde George Washington esteve?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não, nenhuma outra relação.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Nos atos não consta.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Perfeito.

Nas investigações...

Nós estamos aqui para investigar, Sr. Presidente. Estamos sendo interrompidos aqui.

Nas investigações, lá em 24, 25 de janeiro, em algum momento, George Washington afirmou que manifestantes que estavam em frente aos QGs tentariam invadir a sede dos três Poderes?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Não. Perfeito.

Assim como consta nos autos, também, o depoimento de flagrante dele, do dia 24, tivemos acesso à audiência de custódia dele do dia 25. Consta nos autos também essa audiência?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Nos autos da ação penal sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Da ação penal.

O senhor teve acesso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor teve... O senhor sabe informar se... A informação que o George Washington fala de que estava sendo interrogado, de que no depoimento de flagrante dele tinha um delegado da Polícia Civil e que, no meio do depoimento, houve uma troca por um delegado da Polícia Federal?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, não tenho essa informação.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mas sabe afirmar se isso não aconteceu?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não sei afirmar. Realmente, não fiquei sabendo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Tudo bem. Mas consta nos autos isso, porque ele falou isso na audiência de custódia.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu assisti à audiência de custódia no dia seguinte, na segunda-feira, e depois não a assisti novamente. Então, não me recordo muito bem, exatamente, o que ele falou.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Na audiência, ele fala que pediu para o delegado, que estava em um clima de paz com o delegado da Polícia Civil, e entrou o delegado da Polícia Federal. Ele pediu para retirar o termo "Jair Bolsonaro" do depoimento dele, e o delegado não retirou. Isso consta nos autos?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Acredito que sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Acredita que sim.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não me recordo.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, é um depoimento dele, assim como os depoimentos em que, agora há pouco, o Rubens falou, era apenas uma fala do George Washington?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sim. Perfeito.

Então, consta nos autos, também, que o delegado... Quando ele pediu para ler, o delegado não permitiu, gritou, e fez com que ele assinasse.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu não me lembro.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Consta nos autos a audiência de custódia?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim, a audiência de custódia está nos autos.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, isso está no mesmo nível de verdade...

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – ... das palavras e das frases que Rubens, agora há pouco, acabou de falar sobre "o povo armado jamais será escravizado", que foram faladas pelo mesmo depoente.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Tudo isso faz parte do depoimento, dos depoimentos, do George Washington.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Perfeito, então.

Sinto-me contemplado, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. Bloco/UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado André Fernandes.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, só pra constar que, a Relatora, era muito importante que estivesse aqui presente para ouvir isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. Bloco/UNIÃO - BA) – Ela está a caminho, Deputado, ela está a caminho.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco/PSDB - DF. Para interpellar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro eu quero, sem querer desmerecer os outros estados... Apesar de a gente estar em 20º lugar na remuneração dos policiais, nós temos os melhores policiais do Brasil. Então, parabênizo aqui os nossos policiais.

Presidente, eu vou ser mais sintético porque praticamente muita coisa foi falada aqui.

Eu só quero levar ao conhecimento de que nós temos a Lei 13.260, de 2016, que trata da lei antiterrorismo. Essa lei coloca as suas razões, a finalidade, o que caracteriza, de fato, terrorismo. O art. 2º, § 2º, da lei estabelece que os atos terroristas ali citados não seriam aplicados à conduta individual, coletiva e tal. Isso está na lei.

Na sentença condenatória, em momento algum, fez-se alusão a crime de terrorismo, mas, sim crime de explosão, crime de perigo.

Portanto, o encontro foi...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso específico, a própria sentença diz que os acusados se conheceram por ocasião das manifestações quando resolveram praticar o ato criminoso. Portanto, o encontro foi por acaso e não premeditado.

Ademais, a sentença demonstrou incontestemente a imperícia do George para montar o artefato. Inclusive, ele fez essas pesquisas que foram citadas aqui, na internet.

E a referida montagem foi de última hora.

Então, eu pergunto ao nosso delegado e aos nossos policiais: o ato do dia 24 de dezembro seria classificado como um ato de terrorismo, segundo os dispositivos legais citados aqui, no entendimento de V. Sa.?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – De acordo com a lei, não. Há um dispositivo que excetua essa situação, de manifestações, § 2º, que tipifica o terrorismo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sas. têm o entendimento de que o ato do dia 24 mais se assemelha a uma ação isolada praticada por alguns extremistas aloprados?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V. Sa. tem alguma evidência de que o artefato explosivo foi fabricado no acampamento localizado no QG do Exército?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não foi?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não tem essa evidência.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim. Eu até pediria...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Nesse ponto, a gente não conseguiu chegar...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Naquele momento em que você diz que estava próximo ao QG, porque o Sudoeste, o apartamento que foi citado, a quadra 5 é muito próxima do... É só atravessar o eixo, ali.

Exatamente quando vocês identificaram a localização foi do lado do Sudoeste ou foi do lado do QG?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – A localização dos artefatos que estavam no poder do George Washington, as cargas explosivas, depois, estavam no Sudoeste, dentro do veículo que estava estacionado na garagem do Edifício Saint Tropez, que fica no Sudoeste.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – A par disso, Deputado, através dos dados de geolocalização do George Washington, nós conseguimos comprovar que ele estava no acampamento no dia 23 até por volta da meia-noite.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Mas, na prática, a montagem do artefato não foi exatamente no QG?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não se chegou a essa informação.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Entendi.

Havia algum grau de sofisticação no artefato explosivo ou mais se aproxima de uma fabricação caseira? Acho que ficou claro aqui. Até, pelo fato de não ter acontecido nada, foi exatamente improvisado, de última hora. E ele também não sabia exatamente, não era profissional. Não é isso?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Se o senhor me permite uns 30 segundos, para esclarecer bem para o senhor, existem duas categorias nos artefatos, que são os artefatos industriais e os artefatos improvisados, que são os chamados de caseiro ou homemade. Esse artefato dele tinha essa característica de ser um artefato caseiro.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Entendi.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Não surtiu o efeito que ele esperava.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Obrigado.

No dia 19 de dezembro de 2022, a própria Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, em razão dos atos do dia 12, recomendou à Superintendência da Polícia Federal, aqui no Distrito Federal, ao Comando Militar do Planalto, à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal, adoção de providências, para "planejar conjuntamente a atuação mais adequada em face das manifestações políticas que ocorreram no acampamento instalado (...) no QG do Exército e adjacências".

Veja que "(...) as medidas de disciplinamento que se mostrem necessárias para prevenir ou combater atos criminosos eventualmente flagrados naquele local, principalmente, o porte ilegal de armamentos, de explosivos e de outros artefatos (...)".

Eu estou com a cópia aqui das respostas encaminhadas, entre os dias 21 e 23 de dezembro de 2022. Em nenhuma delas, constou qualquer menção acerca da existência de artefatos explosivos no acampamento. Inclusive, em uma segunda manifestação da Superintendência da Polícia Federal, foi informado que, no bojo do IPL 2022 091308, cujo objetivo era a apuração de tentativa de invasão de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prédios da Polícia Federal no dia 12, houve, como ação de viés preventivo, representar diligência de busca e apreensão, nas barracas do acampamento.

Por fim, no depoimento aqui da Câmara Legislativa, o General Gustavo Dutra fala várias coisas aqui. Diz, inclusive: "Eu citei mais cedo que houve uma tentativa de mandado de prisão de pessoa que está presa, hoje, pela tentativa de atentado no aeroporto de Brasília. Essa pessoa foi presa em um apartamento, no Sudoeste, usando tornozeleira eletrônica e com arsenal bélico, junto com ela, muito superior ao que teria usado na tentativa".

Eu pergunto aqui se, no entendimento de V. Sas., o acampamento situado no QG serviu de apoio para prática de atos terroristas. Todas as forças de segurança – Polícia Federal, PM, Polícia Civil, Comando Militar do Planalto, Secretaria de Segurança Pública – falharam ao não detectar tais atos ou essa tentativa de explosão foi um ato isolado praticado por um grupo de alopados e dissociado das manifestações que ocorreram no acampamento?

V. Sas. sabem, como disse aqui, na prática, são alguns alopados que foram encontrados, de uma forma isolada. Até há pouco, o nosso Deputado disse que esse armamento todo já tinha mais de um ano de aquisição.

Mas eu só queria a confirmação, se, no entendimento, se esse grupo... Vou, daqui a pouco, até fortalecer, já posso até fazer, para o Delegado Leonardo, porque, na CPI da Câmara, também houve uma... O próprio Delegado Leonardo afirmou que os investigados, de alguma forma, frequentaram o espaço do QG, mas que não há indícios, até o momento, de um planejamento prévio dos atos.

Quanto ao planejamento do dia 12, o que se apurou, até o momento, não havia um planejamento prévio. O que ficou comprovado, na investigação, é que as pessoas que participaram daquele movimento que acabou combinando os atos de vandalismo eram pessoas que, de alguma forma, frequentavam o movimento que está instalado no QG.

Na CPI da Câmara Legislativa, vários depoimentos foram colocados de que havia dois grupos distintos de pessoas envolvidas nas manifestações, inclusive que teriam se hospedado na rede hoteleira de Brasília... Seriam responsáveis por orquestrar os atos de vandalismo. E tudo indica que financiaram a permanência de alguns dos seus membros no acampamento; ou seja, quem financiava ficava no hotel e quem era pago ficava nos acampamentos. Eu até pergunto aqui: as investigações conseguiram identificar os membros desse grupo que teria se hospedado nos hotéis de Brasília? As investigações conseguiram identificar como esse grupo que ficava hospedado nos hotéis de Brasília financiava a permanência de alguns dos seus membros do acampamento em frente ao QG? Chegaram a identificar esse pessoal que ficou no hotel ou não?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Como eu disse, as investigações dos atos do dia 12 foram iniciadas no dia 14 pelo Decor, e já no dia 16 houve o declínio. Então, o material que nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tínhamos nós encaminhamos para a Polícia Federal, e daí pra frente eu não sei o rumo que tomaram as investigações.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tem conhecimento de se eles foram presos.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – O que eu posso afirmar é que, durante o período entre o dia 12 até a deflagração da operação no dia 29, o Wellington, que é um dos alvos, tanto da investigação do dia 12 quanto da investigação do dia 24, estava hospedado na área hoteleira de Brasília.

(Soa a campainha.)

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Vários que estavam hospedados desapareceram, inclusive ele.

As investigações conseguiram identificar os membros desse grupo que ficou hospedado nos hotéis?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Já vou perguntar logo por causa do meu tempo. As investigações conseguiram identificar se os membros desse grupo que ficou hospedado nos hotéis de Brasília foram recrutados por alguém? E se as investigações conseguiram identificar como esse grupo que ficou hospedado nos hotéis de Brasília se locomovia na cidade, porque, de fato, muitas pessoas desapareceram, não foram identificadas. Eu não sei se, posteriormente, V. Sa. disse que não, na Polícia Civil, mas a Polícia Federal ficou de fazer esse levantamento.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim, a investigação nossa foi bastante preliminar, durou cinco dias, com o objetivo inicial de identificar pessoas que tinham participado dos atos depredatórios do dia 12. Conseguimos identificar 28 e individualizar preliminarmente a conduta de 11 pessoas e, nesse ponto, cessou a nossa investigação.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Izalci.

Com a palavra, o próximo orador inscrito, o Deputado Rafael Brito.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Presidente, eu já me sinto bastante contemplado pelas perguntas, inclusive pela oitiva da Relatora, mas eu queria só perguntar algumas dúvidas aqui, Dr. Leonardo. O carro que ele guardou na garagem do apartamento e em que foi encontrado o resto dos artefatos que não foram usados, ele é um carro caro, como já disse aqui a Deputada Jandira. Esse carro está em nome de quem? Está em nome dele? Está em nome de um terceiro? Está em nome de alguém que está sendo indiciado em algum outro inquérito? O senhor sabe responder?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Eu não tenho certeza absoluta, mas pelo que eu me recordo, o carro está registrado no nome dele e foi adquirido à vista alguns meses antes do fato.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tá, porque eu fico aqui pensando, eu estava conversando antes: como é que uma pessoa que declara receber R\$5 mil de salário tem um carro que custa R\$300 mil e tem a condição de gastar R\$160 mil com armamentos? Então, essa é uma pergunta muito grande, mas já vi aqui que outros colegas também já assinaram pedido de quebra de sigilo, quebra de sigilo fiscal. Acho importante que a gente veja isso e trate sobre esse assunto aqui na CPMI, porque não tem como um trabalhador no Brasil ganhar R\$5 mil, que, aliás, para a grande maioria do povo brasileiro, infelizmente, já é um grande salário, mas a gente sabe que na prática não é, e ter como gastar quase R\$0,5 milhão em armamentos e um carro de luxo.

Eu acho que era só isso, Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rafael Brito, e oxalá que o seu exemplo seja seguido pelos que o sequeciam.

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou tentar ser bem objetivo, porque a gente está na expectativa de ouvir aqui também o depoente George Washington.

Eu queria, primeiramente, parabenizar. É importante parabenizar o trabalho de vocês, uma demonstração aqui muito firme, equilibrada, serena, e a gente fica feliz de ver agentes públicos com esse compromisso. Um inquérito eficiente, rápido, diferente do que a gente tem visto por aí, e a gente aprende, numa situação dessa, que é uma coisa quase que de filme "hollywoodiano", é preocupante isso acontecer no Brasil, mas nós percebemos que a intenção está muito clara. A intenção era explodir mesmo. Ainda bem, graças a Deus, que faltou competência. Foi essa a dedução que eu fiz aqui, que graças a Deus isso não aconteceu.

Mas eu quero fazer aqui umas considerações importantes, porque não é de hoje – e que isso sirva de alerta, Senador Marcos Rogério –, não é de hoje que isso tem acontecido no nosso país, que está tomado pelo crime organizado, que, além do tráfico de drogas, assaltos, assassinatos, também está investindo contra a população em atos terroristas. Sim, terroristas!

Em dezembro de 2018 – dezembro de 2018 –, uma facção criminosa planejava implantar o terror em Brasília, com ataques a ônibus e assassinatos de agentes prisionais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu estado, o Ceará, durante quase todo o mês de janeiro de 2019, o crime organizado aterrorizou mais de 50 cidades. Nesse período, foram colocados explosivos em pontes, viadutos, ônibus foram incendiados, prédios públicos, agentes de segurança foram atacados.

Na sua vivência como policial, certamente, Dr. Leonardo de Castro, Delegado, o senhor deve ter vivido inúmeras experiências que poderiam ser definidas como terrorismo. Eu lhe pergunto: diante da pluralidade do material, armas e artefatos explosivos apreendidos com o Sr. George Washington, que demonstrou uma estratégia bem definida, o senhor encaixaria esse ato como uma ação de profissionais?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Como já foi respondido, no sentido legal, esse ato não se enquadra como terrorismo. E, pelo que foi apurado, a gente observa – até pela ineficiência do artefato – que não foram atos cometidos por profissionais.

Agora, o que a gente não pode excluir é que são fatos gravíssimos e que realmente, se tivessem sido concretizados, a gente estaria hoje falando aqui, provavelmente, de mortes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

Pegando essa analogia, com a sua experiência, eu lhe pergunto: quanto à invasão – deplorável, sim – que houve aqui nos prédios públicos na Praça dos Três Poderes, no dia 8 de janeiro, o senhor definiria isso como ato terrorista? Se sim, eu peço ao senhor que explique.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Com a devida vênia, Excelência, eu não estou aqui para emitir a minha opinião, estou aqui para relatar fatos, para depor sobre fatos investigados. Então, eu prefiro me abster de responder a essa pergunta e de dar minha opinião pessoal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito, mas, com relação ao ataque da bomba, o senhor não o enquadra como ato terrorista, como o senhor colocou aí, segundo a legislação?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Embora seja algo que, para mim, é um atentado.

Eu lhe pergunto: o artefato explosivo apreendido, bem como o detonador, eram de fabricação nacional ou estrangeira?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – A análise desse material que a gente pegou... O material em si era dividido em algumas partes. Então, ele tinha um sistema de acionamento, que, na foto, era aquela caixinha preta que a gente mostrou, que era por onde ele recebia o sinal eletromagnético para mandar um sinal elétrico e, a partir daí, iniciar a carga explosiva. Desse material, eu não encontrei nenhum fabricante no Brasil. Não estou dizendo que não o façam aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Entendi.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Mas, na pesquisa que eu fiz, eu encontrei *links* de um *site*, de que vou fazer a propaganda aqui, me desculpem, que é o AliExpress, que manda esse material de fora.

E, quanto à carga explosiva, que é a emulsão, nós temos várias empresas no país que fabricam esse material e temos empresas internacionais também.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito, perfeito.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Então, poderia ser das duas formas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.

A via pública, na qual o caminhão estava estacionado – a gente viu aqui o material – e onde a bomba foi colocada, é constantemente monitorada por câmeras do sistema de segurança público de trânsito, até por ser uma área de segurança próxima ao aeroporto de Brasília. O senhor entende que os autores do atentado – repito, atentado – desconsideraram essa situação ou estavam confiantes da impunidade?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Considerando que não são profissionais do crime, como eu acabei de afirmar, eu acho que eles desconsideraram a possibilidade de que fossem flagrados ali por câmeras de segurança. O exemplo maior disso é o fato de um dos indivíduos ter cometido o crime, sendo monitorado por uma tornozeleira eletrônica.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.

Foi montada, após a prisão do criminoso George Washington, uma linha do tempo, desde a sua chegada a Brasília, ou mesmo desde a sua saída do Pará – eu não sei se teve esse acordo com a polícia daquele estado –, até o momento da sua prisão? Houve isso? Se sim, qual foi a conclusão a que a Polícia Civil do Distrito Federal chegou com essa linha do tempo?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não foi feita essa linha do tempo, porque não era importante para a investigação daquele fato em si. Algo nesse sentido vem sendo feito agora nesse novo inquérito que foi instaurado...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... porque ele apura, além do fato em si, as conexões do George Washington com outras pessoas também do Estado do Pará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Dr. Renato Martins e para o Dr. Valdir, eu queria também lembrar que em dezembro de 2018, na madrugada do Natal – olha a coincidência! –, dias antes da posse presidencial de 2019, a Polícia do Distrito Federal desativou um artefato explosivo encontrado ao lado da Igreja do Santuário Menino Jesus, em Brazlândia, cidade do Distrito Federal.

O grupo autointitulado Maldição Ancestral reivindicou a colocação do artefato explosivo e ameaçou realizar um atentado na posse do Presidente eleito naquele ano.

Coincidências à parte, no dia 24 de dezembro de 2022, a Polícia do Distrito Federal desativou também o artefato, como a gente está vendo aqui.

Eu faço aqui uma pergunta bem rápida pra não estourar o tempo. Segundo sua experiência – um de vocês dois poderia me –, o senhor entende que o armazenamento da bomba demandava algum cuidado especial? Se sim, há possibilidade dessa bomba ter sido armada no mesmo dia do atentado?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Só para esclarecer um pouco. Eu não entendi bem a linha.

O senhor está se referindo à bomba da igreja em Brazlândia?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não. Estou me referindo à daqui, à do Natal, na véspera da posse do Presidente. Fiz uma conexão.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Ah, tá! Entendi. É a do dia 24.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Isso.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Só repete o finalzinho da pergunta de novo, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

Segundo sua experiência, o senhor entende que o armazenamento da bomba demandava algum cuidado especial? Se sim, há possibilidade de que essa tenha sido armada no mesmo dia do atentado?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Não necessitava de nenhum tipo especial de armazenamento. Ela poderia ficar guardada de qualquer forma e ter sido armada tanto antes quanto depois.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Tá.

O senhor falou em seu depoimento que ficou surpreso que o delegado comunicou que em seis horas prendeu o autor da tentativa de explosão do caminhão-tanque.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu pergunto: o delegado comentou como foi feita essa prisão, em quais circunstâncias, como chegou ao autor, se foi através de algum tipo de denúncia anônima ou não? Falo isso porque em um país onde 10% dos crimes são solucionados resolver um crime em tão pouco tempo me parece bem estranho.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Eu falei isso na... Eu expliquei isso antes, não é? Mas a única informação que eu tive foi essa e eu questioneei porque foi muito rápido, não é? E, graças a essa ação, ainda enfatizo que nós conseguimos interceptar as outras cinco emulsões explosivas que estavam em posse de George Washington.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Perfeito.

Nos 19 segundos que me faltam: o artefato explosivo desativado em 2018 e o artefato desativado em 2022 possuem as mesmas características? O senhor sabe dizer?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Não. O senhor quer que eu explique um pouco sobre os dois?

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Se o Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos passar agora para a próxima oradora inscrita, que é a Deputada Duda Salabert.

Muito obrigado, Senador Girão.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Muito obrigada, Presidente.

Primeiro, quero parabenizar V. Sas. pelo trabalho e pela explicação muito técnica, muito clara e equilibrada.

E dizer, Presidente, que eu já me sinto contemplada com as perguntas que foram feitas e respostas mais do que nunca, porque eu estou sentindo que há uma redundância tanto nas perguntas como nas respostas. Por isso eu peço sensibilidade para os nobres pares pra que a gente encerre essa oitiva, que já foi muito transparente, muito clara, e que nós passemos para o nosso novo passo, que é ouvir o Sr. George Washington, que é o grande interesse e pode contribuir muito na investigação.

Então, se o senhor puder consultar os nobres pares em relação a essa proposta, eu acho que seria propositiva pra investigação.

Muito obrigada.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Presidente, foi convocado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputada, primeiro eu quero dizer que a Mesa concorda com V. Exa., mas eu vou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos concordam?

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Não. Quero falar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. Passamos então... Obrigado, Deputada Duda.

Passamos para o próximo inscrito, que é o Senador Fabiano Contarato.

Como ele não está presente, passamos para o próximo inscrito, que é o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, uma boa tarde pro senhor, pra nossa Relatora, Eliziane Gama, pro Dr. Leonardo, pro Dr. Renato e pro Dr. Valdir.

Senhores, eu, na verdade, quero também parabenizá-los e quero até alertá-los: os senhores não são meninos, são experimentados, entendem, conhecem contexto de política e de partidos no Brasil.

Essa conversa de: "Ah, dê aqui o seu depoimento, eu vou te dar aqui, abrir o microfone para o senhor abrir o seu coraçãozinho"... Partidos de esquerda no Brasil, o partido inclusive que lhe ofereceu a palavra, são os que querem desmilitarizar nossa polícia, que cantam hinos, junto com as suas militâncias, para desmoralizar, são aqueles que entram na Justiça impedindo as polícias do nosso Brasil de entrar em complexos, em favelas. Então, os senhores não se iludam, porque quem defende a polícia é a direita brasileira e aqueles que a representam, que querem os senhores bem armados, que querem os senhores bem remunerados.

Então, dito isso, para que a gente não tenha nenhuma dúvida sobre posicionamentos aqui dentro, eu queria perguntar ao senhor, Dr. Leonardo: os celulares que os senhores acessaram, seja do George Washington ou em alguma outra investigação que tenha o mesmo bojo, que esteja dentro do mesmo inquérito, eles traziam alguma conexão desses investigados e hoje custodiados pelo Estado brasileiro com o Presidente Bolsonaro, um dos membros dos ministérios ou algum Deputado considerado de direita bolsonarista?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Foram apreendidos três celulares em posse do George Washington: um deles já estava parado há muito tempo, tinha muito pouco conteúdo; um ainda estava lacrado, sem uso; e o outro ele estava utilizando. O conteúdo extraído desses celulares não mostra nenhum contato do George Washington com alguma autoridade política.

Com relação a esse novo inquérito, eu adianto que foram apreendidos cerca de seis ou sete telefones celulares de outros suspeitos de envolvimento no caso e a extração e a análise desses dados ainda estão em andamento lá na nossa unidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Mas podemos dizer, então, com essas informações preliminares do senhor, que, pelo que já foi investigado, considerando o que ainda será investigado, não existe nenhum contato político seja com membros do Executivo – no caso, do ex-Presidente Bolsonaro – nem com sua equipe, tampouco com Parlamentares.

A segunda pergunta: então, posso afirmar, Dr. Leonardo, que o custodiado não recebeu nenhuma orientação e tampouco determinação do Senhor Presidente Jair Bolsonaro, dos membros do seu Governo – no caso, Executivo – e tampouco do Legislativo? É uma pergunta que leva a outra. Então, se não houve contato, o senhor não percebeu, nessas suas investigações, que houve contato ou orientação por parte do Presidente Bolsonaro ou de sua equipe?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não consta no conteúdo do celular do George Washington ou em outro documento na investigação algum contato que tenha sido feito entre o George Washington e alguma autoridade do Executivo ou do Congresso Nacional.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Eu queria lhe perguntar algo mais, se o senhor me permitir: é fato noticiado pela grande imprensa nacional que, no dia 31 de outubro de 2022, em presídios, cadeias, delegacias com custodiados, assim que o TSE exibiu resultado com a eleição do atual Presidente, a bandidagem, sequestradores, traficantes, pedófilos, assassinos, essa galera, esse pessoal comemorou efusivamente dentro desses complexos penitenciários.

O senhor teve acesso a essa informação, ainda que fosse na mídia ou na imprensa? O senhor teve essa informação ou só eu que tive?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, eu tive acesso porque isso circulou em grupos de WhatsApp, mas eu não sei a veracidade dessa informação.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Maravilha, tudo bem, o.k.

É, o senhor é um delegado, provavelmente pode ter inclusive presenciado.

Eu vou além: significa que esses custodiados, com todas essas características criminosas, votaram no Lula porque comemoraram a sua vitória, mas, de alguma forma, um cara que é assassino, que é pedófilo, que é traficante, isso liga ou significa que o Presidente Lula cometa algum desses crimes como seus eleitores? Qual é a opinião do senhor?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Como eu já disse, Deputado...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Senador, por favor.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Senador, eu não vim aqui pra emitir a minha opinião hoje.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor falou que talvez eu tenha presenciado isso, então eu já adianto também que não presenciei.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sim.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – No momento do resultado das eleições, eu me lembro que eu tinha descido de casa pra comprar uma cerveja e, como o senhor falou de comemoração em presídio, eu ouvi nos prédios em volta – moro em volta de prédios – comemoração, e não sabia qual era o resultado.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Certo.

Mas o que eu quero perguntar para o senhor...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso para o senhor ver o tanto que sou ligado na política.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – ... enquanto delegado que, uma pessoa que vota num candidato "x" ou "y" ou em Lula ou em Bolsonaro, as ações daquela pessoa não significam que o candidato cometa os crimes ou cometa os mesmos atos que aquela pessoa, o senhor concorda?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não. Concorde.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Maravilha.

Aonde eu quero chegar? Nós não temos – nem o senhor, nem eu, nem Bolsonaro, tampouco o Lula – culpa se pessoas se aproveitam de palavras que nós dizemos, palavras de incentivo, Deus, pátria, família, liberdade, Brasil acima de tudo, Deus acima de todos, povo armado jamais será escravizado. Nós não temos culpa se essas palavras levam pessoas a cometerem atos criminosos, não é a intenção.

Até porque eu, que tenho a minha religião, entendo o seguinte, se eu falo de Deus, eu não vou contribuir ou incentivar ninguém a matar ninguém, porque dentro dos dez mandamentos e do mandamento de Jesus Cristo que diz amar ao próximo como a ti mesmo, está excluído completamente atacar os outros, jogar bomba, atirar. Certo?

Então, o que eu quero dizer para o senhor é que assim como muito do público do Presidente Bolsonaro são policiais, são CACs, são agricultores, são pessoas de família, são religiosos, e eleitores do Presidente Lula, além desse público também, em menor número, mas também pessoas que cometem crimes e que estão presos, não significa que esses dois candidatos desejem ou incentivem que esses mesmos cometam crimes.

Logo, o que eu quero aqui, Sr. Presidente, já finalizando, é mostrar que a associação que infelizmente foi feita aqui por outros Parlamentares, dizendo que porque o cara é CAC, que o Bolsonaro é que deu o golpe, o cara tinha um rascunho no celular, e já foi considerado que era uma carta enviada pro Presidente Bolsonaro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa, pra finalizar, Sr. Presidente: uma vez que no depoimento está dito pelo George Washington: "Olha, quando eu vi que não ia acontecer nada...". Ou seja, não houve golpe, não houve ação do Presidente Bolsonaro nem da sua equipe, não houve ação do Presidente Bolsonaro nem da sua equipe, não houve ação das Forças Armadas. Ele, por conta própria e sem incentivo e sem ligação com nenhum membro do Poder Executivo, do ex-Presidente, tampouco dos Parlamentares, decidiu, por livre e espontânea vontade, agir por conta. Então, isso, mais uma vez, demonstra que aqui nós temos... Me parece, Sr. Presidente, que nós temos aqui videntes, bolas de cristais, tarólogos, leitores de carta...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Não sei se o senhor já viu um filme de Tom Cruise, que é o Minority Report, ou seja, eles veem o futuro. Ou seja: "Não, esses caras iam fazer isso". Eles já preveem o futuro: a bomba ia explodir e acabar com Brasília, aí ia cair a luz, aí o Bolsonaro ia sentar... Então, é só pra acabar com essa narrativa mentirosa de que houve golpe de Estado. E, no depoimento, já nos demonstra isto, Sr. Presidente: uma vez que não aconteceu nada por parte das Forças Armadas, tampouco por parte do Presidente Bolsonaro, o Sr. George Washington cometeu seus atos criminosos e condenados por cada um de nós aqui dentro, seja de direita, seja de esquerda, e agiu por conta própria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu quero cumprimentar o Delegado Dr. Leonardo e também os peritos que aqui comparecem, Dr. Renato e Dr. Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É pra marcar o tempo do Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Desde logo, quero cumprimentá-los pelo trabalho primoroso que realizaram à frente dessa investigação – e deve ser por todos nós reconhecido esse trabalho.

Faço um registro de agradecimento também ao Senador Marcos do Val, que me fez o convite para estar nesta CPI e aqui cumprir a tarefa de auxiliar nesse processo de investigação, de esclarecimento – ele, que se afasta do mandato de Senador da República para tratar da sua saúde. Desejo a ele uma restauração plena para que volte em plenas condições para desempenhar o seu mandato de Senador da República.

Eu queria, Sr. Presidente, antes de fazer algumas breves perguntas, questionamentos às testemunhas, porque muito já foi falado aqui, praticamente esgotadas as muitas dúvidas, fazer aqui



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas ponderações. Entre os muitos princípios que regem o direito penal, está o da individualização da conduta. Não basta imaginar que alguém tenha contribuído para um determinado ato ilícito sem provar que tenha havido efetiva e consciente participação. Os fatos criminosos imputados a alguém precisam ser individualizados, com a precisa indicação das ações ilegais.

No caso dos episódios do dia 8 de janeiro, de invasão e depredação das sedes dos três Poderes, somente podem ser responsabilizados os que praticaram efetivamente tais atos, os que contribuíram direta e conscientemente para a prática. Estar acampado, até no dia 8 de janeiro, participar das manifestações pelas ruas de Brasília, naquela data ou em qualquer outro ato pacífico, digo, diverso da invasão do Planalto, do Congresso Nacional, das Casas do Congresso Nacional, e do Supremo Tribunal Federal, não é fato típico penal, não é crime.

A ideia de qualquer fato antecedente que, pela lógica fática e temporal, esteja ligado a um crime torna infundável o processo de responsabilização penal. Seria como responsabilizar um taxista por haver transportado um cliente qualquer até um banco e, dentro da instituição financeira, este cliente, que, na verdade, era um assaltante, anuncia a prática de um assalto. Se esse tipo de ilação puder ser feito, até quem levou comida ou água mineral para o acampamento montado em Brasília, em qualquer tempo, ou quem simplesmente alugou um ônibus para a viagem dos manifestantes será responsável pelos atos violentos do dia 8 de janeiro. Quem vendeu camisetas, bandeiras do Brasil para os manifestantes, quem abasteceu os seus veículos, as operadoras de telefonia celular, que permitiram que eles se comunicassem no dia 8 de janeiro e até divulgassem os atos de invasão... Não há tipicidade, inexistente fato típico e, conseqüentemente, não há crime. É preciso estabelecer com clareza a individualização de condutas e determinar o enquadramento penal.

Engana-se quem pensa que a minha atuação no âmbito desta CPI vai ser no sentido de garantir blindagem a quem quer que seja. Meu intuito aqui é investigar, é esclarecer os fatos, é apresentar a verdade, esteja ela onde estiver, mas narrativas não combinam.

Há um depoimento previsto para o dia de hoje de alguém que é confessadamente criminoso e que, portanto, já foi enquadrado, processado, condenado e está a cumprir pena. E todos quantos cometeram crimes devem responder pelos crimes que cometeram. Agora, é preciso separar joio de trigo, é preciso separar quem é criminoso de quem não é. Não se podem colocar na vala comum todos, porque nem todos são iguais. Muitos daqueles que foram constrangidos com prisões não são criminosos, são pessoas decentes, pessoas de família, pessoas que acreditam no Brasil e que lutavam por um ideal, e o fato de estarem numa manifestação pacífica não os torna criminosos. É a Constituição Federal que garante esse direito.

Então, nós precisamos estabelecer aqui diferenças entre quem cometeu crime e quem não cometeu. Quem invadiu as Casas do Congresso, STF, Planalto, depredou, quebrou é criminoso. Não vai



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter meu apoio, não vai ter minha defesa. Não espere de mim defesa! Não faço, não vim para defendê-los. Agora, é preciso estabelecer conexão direta com os fatos e com a verdade.

Então, essa investigação evoluiu, houve identificação de autores e, pelo que vi até agora, a individualização das condutas, denúncia oferecida e condenação proferida.

Pergunto ao Delegado Dr. Leonardo: é possível afirmar que fabricação, instalação e detonação do artefato – ou a preparação para – era parte de um plano coletivo daqueles que estavam no acampamento ou era uma ação isolada desses que foram identificados?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – O que já está comprovado é a participação desses três indivíduos. E os indícios indicam, apontam para a participação de mais alguns, pelo menos cinco outros indivíduos. Isso desde o início, e para isso foi instaurado um novo inquérito. Agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Agradeço a V. Exa...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... de acordo com os depoimentos dos presos, dos dois presos, isso vinha sendo falado e articulado há alguns dias, antes do dia 24.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Vou repetir a pergunta: é possível afirmar que quem estava no QG tinha conhecimento do plano de ataque à bomba, participou dele direta ou indiretamente, ou isso é fruto de uma combinação desses envolvidos que a polícia já identificou? Eu estou repetindo isso, porque a manifestação, o ambiente era composto por muita gente. Eu estou perguntando se isso era algo que quem estava naquele movimento tinha participação e contribuiu para esse resultado.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Como eu já disse, nós investigamos fatos. Os fatos que foram apresentados para o Decor pra investigação nós investigamos, que foi a colocação da bomba. E nisso foram acostados aos autos algumas informações com relação ao planejamento, que nós estamos apurando, mas não foi alvo de investigação do Decor o acampamento ou qualquer planejamento de outro ato...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então vou além na pergunta nesse ponto: quantas pessoas foram ouvidas nesta investigação, sendo elas daquelas que estavam no acampamento?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Apenas os dois presos foram ouvidos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Apenas os dois presos?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim. Nessa primeira investigação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Então o que tem aqui é apenas a versão desse cidadão condenado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Com relação à oitiva, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não houve...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Outros elementos indicam a participação de outras pessoas, o que está sendo apurado no novo inquérito. Como eu disse, pelo menos cinco pessoas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Há algum indiciado a mais, dos que estavam no acampamento, em razão desse ato?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Até o momento, não. Até porque aquele primeiro do inquérito foi concluído.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, estou perguntando, fazendo essas perguntas – com relação aos demais pontos da investigação, eu acho que os esclarecimentos trazidos aqui já na apresentação inicial foram absolutamente esclarecedores; não há que se questionar – porque a todo tempo tentam deslegitimar movimentos, que são movimentos legítimos, pinçando situações pontuais.

No passado, nós tivemos situações análogas. O *impeachment* de Dilma aconteceu depois de manifestações que começaram no Rio Grande do Sul, com o Vem Pra Rua. E nós tivemos, no meio desses atos, uma parcela chamada de Black Blocs, que era do quebra-tudo. Mas deslegitimou o ato dos demais que faziam manifestações pacíficas? Não. O que nós precisamos separar aqui é quem é criminoso de quem não é.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, quero agradecer aos nossos amigos, o Dr. Leonardo, o doutor... Leiam os outros nomes para mim, porque daqui está meio...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Renato e Valdir.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Dr. Renato e doutor...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Valdir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Valdir.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Valdir. Dr. Valdir – Waldir Pires... Está com saudade...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA. *Fora do microfone.*) – Eu não o esqueço. Governador da minha terra.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nessa mesma linha do Senador Marcos Rogério – seja bem-vindo –, que brilhantemente expõe o que pensa, é o que penso. Todos nós deveríamos estar aqui no mesmo espírito: o espírito de que queremos que a verdade seja revelada a fim de que se estabeleça a justiça.

Nós estamos ouvindo esses peritos. Em seguida, ouviremos alguém que já está preso e com uma sentença.

O grande problema de tudo isso é que existe uma narrativa... E esta palavra "narrativa" é maligna, malvista e criminoso quando dita por nós, mas, numa afirmação do Presidente da República a Maduro de que "você precisa melhorar, manter sua narrativa, melhorar sua narrativa", isso é absolutamente democrático e bonito, Deputado Marco Feliciano. Não é com narrativas que nós responderemos à sociedade brasileira. O que nós vimos hoje aqui é uma obra de meter inveja a Steven Spielberg, uma obra futurística de uma montagem a fim de chegar a um personagem, a dois personagens ou a três personagens. Que cheguem a dez, que cheguem a cem, mas que haja a revelação da verdade, sem querer incriminar pessoas de forma açodada por conta do seu raciocínio pessoal, de uma interpretação pessoal!

O que nós vimos aqui, senhores peritos – e os senhores tiveram a oportunidade de ouvir e nada têm a dizer, nem devem, sobre o que ouviram, a não ser aquilo que lhes foi perguntado –, a partir de uma reunião, audiência pública votada por esta Casa, com convidados específicos... Eu tinha acabado de vencer a eleição, que foi muito difícil, porque torciam para que eu não fosse diplomado. A grande luta era para que eu não tomasse posse. E fui desaconselhado a vir para esta reunião aqui, para esta audiência pública, porque certamente ia complicar a minha diplomação, mas, entendendo que eu não posso fugir do meu dever... E dizia o Senador Jorge Seif, quando eu entrei aqui... Não é porque palavras de ordem dentro da nossa crença, do que acreditamos: Deus, pátria, família e liberdade...

Eu tenho uma luta, uma história tirando gente da rua... Ou a minha luta contra as drogas e contra o aborto é coisa nova? Não é coisa nova, é coisa muito antiga. A minha luta de combate ao abuso de criança é coisa nova, Senadora Eliziane? Não, é coisa antiga.

As leis que o país tem hoje e que operam, as grandes operações contra pedófilos caíram do céu ontem? Não, são de 2007, da CPI da Pedofilia. Eu fui lá no seu estado, Deputado, com a Deputada Eliziane Gama, Deputada Estadual.

Todo mundo conhece. Agora, aquilo que eu falo, aquilo que eu prego, o fato de eu ser armamentista, quer dizer que o fato de eu ser implica que outras pessoas cometam crime de forma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isolada, saindo da regra para a exceção, e essa exceção violenta, criminosa, que nós condenamos... Não somos uma fábrica de criminosos.

Dentro de casa, você cria seus filhos bem-criados, de repente você descobre que um deles está envolvido com um crime. Tem culpa esse pai? Não. Tem culpa essa mãe? Não. Você cria um filho bem-criado, daí a pouco você descobre que ele está roubando. Isso acontece dentro de uma família. Está usando drogas. Entrou para o mundo do crime.

Ora, a minha palavra... E eu, Sr. Presidente, protocolei antes de encerrarmos, antes de V. Exa. suspender para o almoço, assinado por mim, pelo Senador Girão... Eu estava aqui naquela audiência pública, tirei foto não tão somente com George Washington, que eu vim saber o nome depois. Todo mundo que me pediu para tirar foto... Aliás, eu estou vindo da rua, e graças a Deus eu posso andar na rua, e todo mundo pede para tirar foto.

Vim aqui no corredor, tirei foto com todo mundo: "Eu sou Vereador do Acre, eu sou Vereador de Rondônia, eu sou Vereador do Rio, eu sou não sei o quê, quero tirar uma foto com você". Vamos tirar. Eu vou lá escolher e pedir carteira de identidade para saber quem é bandido, quem não é bandido, Deputada Laura?

Nós estivemos no Acre, só lá que o povo não tirou foto com a gente, porque estava todo mundo com medo, trancado dentro de casa, com medo de Hildebrando Pascoal. E hoje... A Deputada Jandira também estava naquela época de Hildebrando, uma época de terror, em que Jorge Viana vivia escondido com a família – escondido, subterraneamente, porque a morte dele com a família estava estabelecida –, e eu fui lá atender à Marina Silva e ao Tião Viana, que foi ao gabinete da CPI pedir: "Pelo amor de Deus, socorre o Acre!". Eu fui para lá sacrificar a minha vida, foram cinco dias, Polícia Federal até nas esquinas. E descobri o cemitério clandestino do cidadão que cerrava gente.

Eu tenho um papel cumprido com este país. Eu estou pedindo aqui a quebra do sigilo do George Washington, Senador, e do outro, como é o nome do outro, lá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Do Alan, do Wellington. Me encontrem, me encontrem nessa quebra, encontrem a Senadora Damares, encontrem Girão combinando alguma coisa com esse cidadão, que eu não sei nem quem é.

Me encontrem, porque aí ninguém vai precisar me colocar na Comissão de Ética, não, porque eu renuncio em praça pública.

Eu tenho uma história para zelar, e admiro todo mundo que defende o que crê. Eu só não tolero desrespeito, eu só não tolero ofensas pessoais, porque o homem é aquilo que ele acredita, e, se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acredita, de fato, merece respeito. Mas eu não sou obrigado a engolir o politicamente correto. E se eu não engulo o politicamente correto, eu sou errado, eu sou criminoso, eu sou bolsonarista.

O cara botou a bomba lá, tem a ver conosco... Pode ser um maluco desse? Pode. Quem o incentivou? Quem pagou? Quem mandou? Com quem ele combinou? Com quem ele se reuniu, Senador Izalci? Encontrem. Vamos encontrar. E, se encontrar mais, que pague; se encontrar mais, que pague.

Por isso...

Assumi a Presidência?

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Era para você sentar.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Presidente Laura Carneiro, eu acabei de protocolar. Assim como há uma quebra de sigilo que está no inquérito sob segredo de Justiça, nada impede uma CPI de pedir quebra de sigilo.

(Soa a campainha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – No ordenamento da CPI, ela pode tudo. Aliás, ela pode tudo, tanto o compartilhamento de dados como ela mesma pedir, Deputado Marco Feliciano.

Então, imputar isso a um grupo de pessoas... E eu falo isso como alguém que visita toda semana a Papuda, como alguém que visita toda semana a Colmeia. Eu convido os senhores, que têm um coração tão humano, que falam tanto em direitos humanos, para que visitem a Papuda. Por que não, Deputada Laura? Por que não, nobre Relatora? Conhecer a realidade de quem nada fez, de nada participou, que não tem qualquer ligação com nada disso, a não ser os seus anseios. Eles têm que ser criminalizados pelo que acreditam? Pelo que pregam? Pelo que sonham? Não. Até quem pensa diferente de mim tem o meu respeito.

Eu estive 4 anos naquela Casa lá e estou há 16 anos nesta aqui. O meu relacionamento com a esquerda sempre foi respeitoso. E, da parte deles, muito colaborativo, com as pautas que eu discutia aqui nesta Casa, porque eu só era um. Como é que eu ia aprovar ou impedir algumas coisas com um voto só, Deputado? Não tinha como.

Aos senhores, eu quero, no encerramento do meu tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Laura Carneiro. PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – Já encerrou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – ... nesses 30 segundos, porque já encerrou, parabenizar pelo trabalho, pela clareza e a dignidade com que colocam as coisas. Toda vez que tentam colocar alguma coisa na boca de vocês, vocês percebem. E trataram, durante o tempo inteiro, com lisura e verdade, o passo a passo daquilo que os senhores fizeram. Por isso, muito obrigado pela participação.

Quero dizer a V. Exa. que ponha o meu requerimento na próxima sessão. São 48 horas depois – deve ser na segunda-feira ou na terça-feira – para que ele seja votado.

Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Presidente Magno Malta, nós deliberamos que nas duas próximas reuniões não teremos reuniões deliberativas, porque estamos com receio do quórum. Portanto, nós não vamos fazer sessões, nem segunda nem terça, na forma deliberativa. Mas eu garanto ao senhor que, na primeira sessão deliberativa, o seu requerimento será apreciado.

Passamos, agora, à próxima oradora escrita, a Senadora Damares Alves.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, no caso, não vai haver deliberação, mas vai ter as oitivas, segunda e terça?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos ter as oitivas, sem deliberação.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Justamente para não ter a exigência de quórum e garantir a oitiva das pessoas que estão convocadas.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Presidente, eu vou ser muito rápida.

Eu preciso fazer coro, aqui, com alguns colegas para elogiar a nossa PCDF. Eu só discordo do Senador Izalci quando ele diz que a PCDF é a melhor do Brasil. Ela é a melhor do mundo – eu preciso deixar isso registrado.

Inclusive, Senadores e Deputados da Comissão, quando acabarmos todos este nosso trabalho aqui, seria interessante conhecer a nossa PCDF. O nosso Instituto de Identificação é, para mim, um dos melhores do mundo.

Por exemplo, só para vocês lembrarem, o acidente da TAM. Uns corpos foram trazidos para cá. Foi aqui que eles foram identificados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquela grande questão que ainda não está totalmente pacificada no Brasil, mortos e desaparecidos do regime militar, é aqui. O maior perito do Brasil está aqui na PCDF. Os nossos peritos são os melhores do mundo. E os nossos delegados, também.

Parabéns, delegado, pelo trabalho, pela forma como vocês conduziram a investigação, pegaram o acusado, sentenciado já! Parabéns à nossa PCDF!

Eu vou fazer duas perguntas muito rápidas, porque eu sei o que é terrorismo – eu sei o que é terrorismo.

No episódio da bomba de 2018, aquele artefato que foi encontrado em Brazlândia, não era só Bolsonaro o alvo. Era Damares também. A imprensa divulgou muito isso.

No dia 29 de dezembro, senhores, eu fui tirada da minha casa e fui trancada em um hotel em Brasília por muito tempo.

Se vocês pegarem a imagem da minha posse como Ministra, a primeira Ministra da Família do Brasil, a minha filha não estava na minha posse. A minha filha foi tirada de Brasília, porque havia uma ameaça concreta contra a minha vida, a vida do Presidente Bolsonaro.

Eu sei o que é terrorismo.

Mas havia o risco? Claro. Terrorista tentou matar, meses antes, o meu Presidente!

Nós sabemos o que é terrorismo. Nós temos medo também do terrorismo. E nós queremos enfrentar terrorismo.

Então, eu sei muito bem o que é uma bomba.

Esse episódio em Brasília aconteceu duas vezes. Nós temos que identificar quem colocou a bomba, quem esteve por trás, quem foi financiador. Por quê? Porque esses homens usaram o povo pacífico que estava na manifestação.

E o nosso alvo aqui é mostrar que pessoas inocentes foram presas, pessoas inocentes estão presas ainda, acusadas de terroristas. Eram manifestantes pacíficos. E alguns elementos infiltrados estavam lá dentro e usaram, inclusive, a fé do nosso povo.

Nesse sentido, doutor e peritos, eu quero fazer duas perguntas.

Nós já vimos imagens de pessoas sendo expulsas do acampamento pelos manifestantes. Por exemplo, tem um jornalista, cadeirante, que foi expulso do acampamento pelos próprios manifestantes. Nós já ouvimos falar também que, lá dentro, pessoas se infiltravam para roubar manifestantes. Havia pequenos furtos. Houve até assédio de mulheres.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente tem que lembrar que era um acampamento aberto e que pessoas chegavam e ficavam nas barracas, com os manifestantes pacíficos.

A minha pergunta é ao nosso Delegado ou se um dos Peritos, um dos policiais sabem: existem registros? Os senhores sabem de pessoas que, dentro do acampamento, foram expulsas antes e que pessoas, dentro do acampamento, foram acusadas de furto, assédio, outros crimes? A PCDF tem conhecimento?

Porque, aí, a gente prova que o povo pacífico também foi vítima de alguns elementos que não tinham a intenção da paz e nem de manifestar pacificamente.

Essas são as minhas perguntas.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Senadora, essa informação, a informação estatística, pode ser coletada na nossa Divisão de Estatística. Esses casos são registrados nas delegacias de área. Ali, provavelmente, na 5ª Delega de Polícia, teria sido feito esse registro. Isso não chega ao meu conhecimento, então, eu não consigo responder.

Agora, aproveitando que a senhora levantou a bola, eu vou chutar. Como eu sou amante do futebol, não poderia deixar de fazer essa comparação. Foi citado, anteriormente aqui, que as polícias civis têm um índice de solução de crimes próximo a 10%. Aproveitando que falamos da PCDF, eu queria citar aqui que a PCDF vem mantendo, já há décadas, o índice de resolução de homicídio acima de 90%. Nossos índices de resolução geral de crimes são comparados aos índices daquelas consideradas as melhores polícias do mundo.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Falei do universo. Foi um equívoco.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Foi citada aqui também a atuação de facções criminosas no Ceará e em outros estados. Disso eu tenho algum conhecimento para comentar, pois é o Decor a unidade responsável pelo combate a essas facções criminosas aqui no Distrito Federal.

Então, a Polícia Civil vem fazendo o monitoramento, o acompanhamento e o combate a essas facções, já há quase dez anos, desde o início da tentativa de instalação dessas facções aqui no Distrito Federal. Temos feito duas ou três operações anuais, com relação a essas facções de outros estados que têm tentado se instalar aqui e nunca conseguiram, unicamente pela atuação da Polícia Civil do Distrito Federal.

Cito aqui mais um dado. Uma das duas maiores facções do Brasil vem tentando se instalar, aqui no Distrito Federal, já há mais de dez anos. Em seu regimento, tem um dispositivo que trata sobre um pagamento mensal dos seus componentes para a organização. Aqui no Distrito Federal, eles tentaram, no início, fazer essa cobrança. Essa cobrança é chamada de cebola. Depois, viram que, pela atuação da Polícia Civil do Distrito Federal, isso não seria possível, porque os criminosos daqui eram tão poucos e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinham medo de compor essa facção, justamente pela atuação da polícia, que eles pararam de cobrar, isentaram qualquer indivíduo que entrasse, nessa facção, dessa mensalidade chamada cebola.

Então, a Polícia Civil vem atuando, com relação às facções criminosas, já há mais de dez anos, e continuaremos assim. Eu agradeço todos os elogios direcionados à Polícia Civil.

A SRA. DAMARES ALVES (REPUBLICANOS - DF) – Eu estou no meu tempo ainda.

Eu só quero trazer uma informação para a Comissão. A bomba encontrada, em Brazlândia, por um grupo terrorista que se dizia "Sociedade Silvestre", coincidentemente, agora, recentemente, a nossa PCDF desbaratina, em Brazlândia, um núcleo, uma célula do crime organizado. Parabéns, PCDF! É possível que essas coisas estejam ligadas. Um grupo que dá "salve geral" no Brasil. É possível que essas coisas estejam ligadas.

Aqui eu também preciso fazer justiça, Senador Girão, à nossa Polícia Legislativa do Senado. É a melhor do mundo! E as pessoas que entraram aqui, naquela audiência que aconteceu, passaram pela Polícia Legislativa e, de certo, foram autorizadas a entrar, porque elas não eram condenadas terroristas. Então, a Polícia Legislativa do Senado é responsável, é uma grande polícia, nós temos aqui um efetivo extraordinário. Eu precisava fazer justiça também à nossa polícia legislativa!

E parabéns, PCDF!

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES. *Fora do microfone.*) – Com a palavra...

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Consegue nos passar a lista, como está, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – O próximo é o Deputado Marco Feliciano; depois, Deputado Nikolas; depois, Mauricio Marcon, V. Exa.; Deputada Laura; Eduardo Bolsonaro; e Deputado Abílio.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aos nossos convidados para estarem aqui prestando esses esclarecimentos para nós, Dr. Valdir, Dr. Renato, Dr. Leonardo, boa tarde, bem-vindos à Casa do Povo.

Eu inicio a minha fala dando graças a Deus que não aconteceu uma tragédia. Eu tenho fé, sou pastor evangélico, e nós oramos em todos os cultos – e por que não dizer todas as noites? – para que Deus dê à nação brasileira tempos de paz e de alegria. E quando a imprensa noticiou esse ato, que para mim é terrorista... E eu fico aqui pasmo agora em saber que não foi considerado como um ato terrorista



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– e eu não sou jurista, sou apenas pastor –, porque quando se diz que alguém com uma bomba não provoca um ato terrorista, mas diz que pessoas sem bomba, sem armamento pesado, vestindo verde e amarelo, tentam entrar na Praça dos Três Poderes e eles são terroristas, aí dá um nó na minha cabeça, e eu imagino que na cabeça de quem está assistindo agora à TV Senado. Mas não é esse aqui o foco da minha palavra. Então, eu dou graças a Deus que esse ato não foi concluído, por Ele ter protegido as pessoas, por ter de alguma forma usado o seu anjo da guarda para que isso pudesse... Hoje está sendo aqui falado de outra forma, apontando para um futuro, quem sabe, ilações, mas graças a Deus não aconteceu.

Eu tenho profundo respeito pelas polícias, seja de qualquer área, desde a minha infância eu fui ensinado a respeitar. Eu me lembro do meu avô, devoto de Nossa Senhora, indo até Aparecida do Norte e trazendo para mim de presente dois revólveres, que a gente colocava na cintura e brincava de bandido e mocinho. Nenhum dos meus amigos queria ser o bandido, todo mundo queria ser o mocinho, porque o mocinho se espelhava no policial fardado que estava na rua.

Mas, sobre os assuntos de hoje, eu queria aqui fazer perguntas simples e diretas ao Sr. Renato, a princípio. Sr. Renato, houve qualquer movimento dos autores da tentativa de explosão da bomba, através do estudo que o senhor fez, para que eles pudessem de alguma forma desarmar o explosivo e consequentemente impedir a explosão? Houve algum momento, houve algum indício de que isso tenha acontecido? Teriam deixado algum tipo de vestígio de que eles quisessem desarmar a bomba? Houve isso ou não?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Não, eu não encontrei nenhum vestígio que indicasse nesse sentido.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É lamentável, então, mostra que não houve nenhum tipo de arrependimento da parte deles.

Segunda pergunta: o senhor teve algum contato com as pessoas que foram acusadas, George Washington, o Alan? Houve contato físico do senhor com eles?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Não, não, senhor.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Não.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Só para esclarecer, essa parte da investigação e das prisões é coordenada e feita pelo delegado de polícia, e a nossa parte pericial fica com os vestígios materiais. E nesse caso especificamente eu não tive contato direto com nenhum dos acusados.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Tá. Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao Sr. Leonardo. Sr. Leonardo, eu vou fazer perguntas, e algumas delas o senhor já até respondeu, mas gostaria que respondesse de novo para que ficasse bem registrado e gravado na memória de todos. O senhor inquiriu algum desses indivíduos que cometeram esses atos, o Sr. Washington, o Alan, o senhor os inquiriu pessoalmente?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Quanto ao Washington, não. Ele estava preso, ele foi até requisitado e foi transportado até o Decor para uma reinquirição, só que ele foi acompanhado de advogado e preferiu permanecer em silêncio.

Quanto ao Alan, eu não fui o autor do interrogatório, porém eu acompanhei.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor o inquiriu também ou não? Só o acompanhou?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, acompanhei. Outro delegado fez o interrogatório.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Tá.

Porque eu ia fazer algumas perguntas que, infelizmente, então, o senhor não pode me responder. Eu ia perguntar, por exemplo, se, em algum momento, algum dos dois disse que tinha algum tipo de intimidade com o Presidente Bolsonaro ou com alguma autoridade constituída, mas, como o senhor não os inquiriu, o senhor não tem como responder a essas perguntas.

Em algum momento, e aqui eu busco o depoimento no flagrante, porque o senhor citou aqui, sobre esse depoimento... No depoimento dele, ele cita duas pessoas, e eu gostaria de saber se o senhor tem conhecimento se essas pessoas foram encontradas. Uma foi uma mulher desconhecida, que sugeriu aos manifestantes do QG que fosse instalada uma bomba na subestação de energia de Taguatinga. O senhor sabe se essa mulher foi encontrada?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso é alvo de uma nova investigação nesse inquérito e se encontra em sigilo. Essa seria uma das pessoas as quais a gente tem tentado identificar.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Tá.

A segunda pergunta deve ter a mesma resposta: o manifestante, desconhecido, que estava no QG e que entregou um controle remoto e quatro acionadores.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Também.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – É a mesma coisa, né?

Pois bem.

Essas eram as minhas perguntas, e eu queria aqui agora só concluir, deixando umas palavras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma máquina de destruição de reputações no nosso país, e ela começa, talvez, por conta da política.

Todos nós sabemos que o *impeachment* ou uma CPI são instrumentos constitucionais, mas a natureza deles é política, e associar pessoas a políticos, para destruir as suas imagens, chega a ser até cruel.

Se não me falha a memória – e eu apelo aqui ao meu querido irmão Marcos Rogério, que é o nosso intelectual de plantão –, se não me falha a memória, foi Clausewitz que disse que a política é a continuação da guerra, por outros meios.

Antigamente, as pessoas, quando brigavam, as nações brigavam, as aldeias brigavam, iam até o derramamento de sangue, às vias de fato. Então, o homem civilizado moderno criou a política. Então, Clausewitz disse que a política é a continuação da guerra por outros meios.

Não é justo você sofrer por uma coisa que você não fez. Tudo que eu vejo aqui até este momento é ação de lobos solitários, lobos solitários que já estão sendo punidos, graças a Deus.

Bandido tem que ficar atrás das grades. Pessoas que colocam a população em risco – crianças, mulheres, a estabilidade de uma cidade, de um país todo – têm que ficar atrás das grades. O que não pode ser feito é a injustiça de tentar associar essa pessoa ao Presidente Bolsonaro, por exemplo.

Eu já sofri na pele tal injustiça, eu e alguns amigos que estamos aqui.

O país ficou paralisado, ano passado, com uma Deputada que matou o marido, e aí a imprensa toda – inclusive já existem filmes sobre isso... E fazem questão, os cineastas, a grande imprensa e aqueles que são nossos algozes, de colocar a nossa imagem ao lado da pessoa, como se nós tivéssemos culpa de, em algum momento da vida, termos estado ao lado da pessoa.

Eu preguei num evento, lá no Rio de Janeiro, por 11 anos, que era liderado pela Flordelis e pelo Anderson. Eu frequentava a casa dos dois. Eram amigos! Pegou todo mundo de surpresa. Mas a imprensa e os nossos inimigos pegam a imagem assim: "Olha de quem era o amigo".

Eu sou pastor de igreja, e igreja trabalha com recuperação de pessoas.

Um belo dia, eu estou na minha cidade, e sai no jornal da cidade: "Membro da igreja do Pastor Feliciano matou o pai e a mãe".

Que culpa tenho eu que o membro matou o pai e a mãe?

O que foi que eu fiz? Estender a mão para essas pessoas? Mas a notícia falada e a forma como se é exposto é para destruir a imagem daqueles que as pessoas não amam. Isso, então, é injusto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que está sendo feito nesse momento é traçar um paralelo que não existe. Para mim, não existe aqui a cronologia do golpe. Existe a coincidência maldita desses fatos e uma pessoa que, infelizmente, deve ser desequilibrada, uma pessoa que, infelizmente, deve ter assistido a filmes demais, e não conseguiram, até este momento, provar nada sobre ela.

Há uma carta que o Sr. Leonardo encontrou no celular dele. Eu já ouvi o senhor aqui falar e termino aqui fazendo esta pergunta: o esboço daquela carta que é endereçada ao Presidente Bolsonaro foi entregue ao Presidente Bolsonaro quando foi feito... Quando vasculharam e fizeram os apontamentos, esse esboço foi encaminhado para o celular do Presidente Bolsonaro?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Pelo menos esse esboço que estava no celular, não. Não sei se de outra forma isso pode ter sido entregue, mas o que consta nos autos é que não foi entregue.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Então, eu faço outra pergunta: dentro desse celular que vocês pegaram, alguma mensagem foi encaminhada ao Presidente Bolsonaro?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Não. Alguma mensagem foi encaminhada a alguma autoridade próxima ao Presidente Bolsonaro?

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Na extração do celular dele, constam ainda mais duas manifestações mais ou menos nesse sentido, que ele teria enviado para o perfil de Instagram do Exército e de outras duas autoridades.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Mas celulares particulares, não?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, ele enviou para perfil de Instagram, aquela mensagem que a gente manda para...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O Instagram é público.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – É público.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu tenho 3 milhões de seguidores e recebo mensagens...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – E não consta também no celular dele alguma resposta dessas autoridades a essas manifestações.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Então, eu termino aqui dizendo que o meu pensamento ainda é este: não houve tentativa de golpe, houve essa coincidência maldita, e nós não podemos aqui praticar uma injustiça para tentar curar outra injustiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Pr. Marco Feliciano.

Com a palavra, o próximo orador escrito, o Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, caros colegas, Deputados e Senadores.

Quero parabenizar, primeiro, o Renato Martins, Leonardo de Castro, o Valdir. Obrigado, Delegado e peritos, pelo seu trabalho exemplar realmente de impedir um desastre ali naquele aeroporto. Antes de qualquer manifestação ou pergunta, eu deixo clara aqui a nossa grata satisfação pelos trabalhos prestados.

Eu quero fazer breves perguntas, Sr. Delegado, com relação ao Sr. George.

Segundo os depoimentos do Sr. George, ele disse que no dia 12/11/2023 – 2022, perdão –, saiu da cidade de Xinguara, no Estado do Pará, e veio até Brasília em sua caminhonete, correto?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Correto.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Correto.

Conforme a conclusão do inquérito policial, em que data o Sr. George chegou de sua viagem do Pará a Brasília?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso não foi apurado.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ainda não foi apurado?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – O momento de chegada dele, não, até porque isso é irrelevante para a apuração do fato que nós estávamos investigando.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – O.k.

Preciso saber com exatidão em qual data o George deixou a bomba com o Sr. Alan Diego e em qual data eles desejavam que a bomba explodisse. O senhor tem essa informação?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Todas as provas coletadas nos autos corroboram para que ele tenha entregue essa bomba para o Alan Diego na noite do dia 23.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Vinte e três.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – No dia 8 de janeiro, dia em que ocorreram os atos na Praça dos Três Poderes, onde o Sr. George se encontrava?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Preso.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (PL - MG) – Ou seja, com algumas perguntas, mais uma vez, a gente sepulta narrativas aqui infelizmente levantadas de que há uma ligação entre esse criminoso com os atos do dia oito. Até mesmo estou aqui com o depoimento que ele deu aqui pra Polícia Civil do Distrito Federal e há um trecho em que ele diz que: "Porém, ultrapassados quase um mês, nada aconteceu. Então, eu resolvi elaborar um plano". Ou seja, não restam dúvidas de que este criminoso agiu de forma solitária.

E a gente percebe que outra narrativa aqui elencada era de que ele era um desorientado, não é? – ele não era um desorientado – pra tentar emplacar uma certa ligação com ele de outras pessoas que poderiam ter orientado, que poderiam ter ali municiado ele, até mesmo intelectualmente, pra que fosse feito isso.

Contudo, eu estou aqui também com o Relatório nº 806, de 2022, que mostra que o George Washington fez pesquisas sobre dinamites no *site* da Shopee e que ele, inclusive, pesquisou sobre "dinamite pavio curto". Isso foi exatamente o que ele pesquisou através da quebra de dados telemáticos. Ou seja, não resta nenhuma dúvida, na verdade, de que foi um criminoso amador de forma solitária que quis realmente fazer com que uma tragédia acontecesse, mas graças a Deus isso não aconteceu.

E, muito embora nós estejamos aqui pra poder questioná-los com questões técnicas, não posso deixar de quebrar também outra narrativa aqui elencada, a título de justiça, uma vez que foram perguntados pros senhores vários "ses", como se os senhores fossem futurologistas, fazendo juízo de valor, se sim, se era correto ou não. Isso não é o papel dos senhores.

E, deixando aqui bem claro, porque acredito que o povo brasileiro está atento ao que está acontecendo aqui, que isso foi nada mais do que uma tentativa de colocar como, se tivesse acontecido aquela tragédia, isso seria colocado na conta de Bolsonaro, até mesmo porque hoje praticamente tudo que acontece no mundo, até mesmo um submarino afundado no mar, é colocado na conta do ex-Presidente Bolsonaro. Então, isso não é técnico. Isso, pelo contrário, é um juízo de valor, e eu fico... É triste saber que pessoas daqui, Deputados e Senadores, tiveram a ousadia de utilizar da sua *expertise*, delegados e peritos, pra poder tentar criar uma falsa narrativa como já estão criando nas redes sociais.

Então, quero inclusive parabenizar o Pr. Marco Feliciano, que fez uma pergunta muito assertiva pro Delegado quanto à possível ligação entre mensagens deste criminoso com o ex-Presidente Bolsonaro – e o senhor afirmou que não houve nenhuma mensagem, somente mensagens enviadas no *direct* do Instagram do Exército, onde qualquer pessoa possa fazer isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui encerro a minha fala, dizendo que não somente hoje, mas que em nenhum outro momento, Sr. Presidente, o corpo de *expertise* de qualquer instituição seja utilizado pra poder criar narrativas falaciosas em uma CPI tão importante como esta.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Nikolas.

Com a palavra, o Deputado Mauricio Marcon.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, fazer coro aos colegas que já parabenizaram o trabalho dos policiais. É gratificante ver que pessoas como vocês evitaram uma tragédia. No segundo momento, eu queria mais uma vez fazer uma crítica construtiva à esquerda. Aqui aprovamos o requerimento deles, Senador Girão, pra que os policiais estivessem e, há poucos momentos, estavam querendo mais uma vez tolher o nosso direito de fala, como já foi tentado inclusive tirar o direito de fala outro dia. Então, se apresentam o requerimento, que tenham paciência de ouvir. Se já estão satisfeitos com as respostas, talvez os colegas não estejam. Então, vale a pena sempre ter esse ponto de equilíbrio e ter paciência e ouvir os colegas.

Queria fazer algumas perguntas diretas ao Delegado Leonardo, que não precisa se estender na resposta; eu só precisaria de "sim" ou de "não", se for possível.

Existe algo que ligue o Presidente da República, o ex-Presidente, nos inquéritos ao ataque à bomba, qualquer coisa? Existe alguma ligação nos inquéritos que ligue Bolsonaro a esse maníaco, que queria estourar uma bomba aqui em Brasília?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Como eu já respondi, não consta nos autos nenhum contato entre o ex-Presidente Bolsonaro e os autores do fato ocorrido no dia 24.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Está o.k. Então, não existe nada. Para quem está querendo construir narrativa, não existe nada. Se ele precisar responder mais 14 vezes, ele pode responder.

Vamos lá.

Existe algo que ligue outros integrantes do acampamento ao ataque à bomba?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Outros integrantes do acampamento não foram alvos de investigação, não é? Outros cinco integrantes estão sendo investigados neste momento em outro inquérito, e ainda não é possível afirmar ou negar esse contato. As apurações estão em andamento.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Está o.k.

É verdade que o autor da bomba – isso está nos inquéritos – nunca dormiu no acampamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Nós não apuramos isso, e aí também vai de acordo com o depoimento dele. Ele informa no interrogatório que a princípio dormiu num hotel; ele frequentava o acampamento, mas voltava para dormir no hotel ou num apartamento posteriormente alugado nas proximidades do acampamento, que é no Setor Sudoeste.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Isso. Durante o próprio... Se eu estiver errado, o senhor me corrige, por favor. No próprio depoimento dele, ele afirma que ele dormia em Airbnb ou em hotel.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Sim.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS) – Então, essa ligação caluniosa que alguns tentam fazer de colocar todos os cidadãos que estavam lá, brasileiros, exercendo o seu direito, Senador Girão, de protestar e de se manifestar pacificamente não combina com o que realmente é a realidade. Eles estavam lá pacificamente se manifestando. Não há nenhuma ligação do Presidente Bolsonaro com a bomba. Não há ligação nenhuma dos manifestantes que lá estavam com a bomba. O que a gente tem aqui, colegas? É uma tentativa de criar uma narrativa falsa de que o Presidente teria feito algum contato com esse marginal, com esse maníaco, para ele, duma forma via Shein, via *site* da China, comprar um artefato explosivo para explodir uma bomba em Brasília, porque isso caracterizaria, então, uma GLO. Olha onde chega a imaginação da esquerda!

É impressionante como a gente perde tempo nesta CPMI, enquanto isso, caros colegas, está lá o G. Dias, que era Ministro do Lula, dizendo que a Abin falsificou relatórios para esconder que foi avisado de que haveria, então, indícios de balbúrdia aqui em Brasília. Aliás, nosso Vice-Presidente Magno Malta, eu acho que esta CPMI poderia fazer uma acareação entre G. Dias e Saulo da Abin, para nós investigarmos o que realmente importa. Vamos propor, porque, senão, a gente está aqui vendo que existe uma defesa, uma tentativa de criar uma narrativa de que eles defendem a democracia, toda aquela coisa que a gente já conhece. Sabe onde é que está o Presidente deles agora? Está lá reunido com o ditador de Cuba, se reuniu com o ditador da Venezuela, que passa trator em cima de manifestantes. Essa é a democracia que vocês apoiam. Tinha um Deputado antes aqui falando de amor, da esquerda, de amor. Deve ser muito lindo e amoroso passar com um trator em cima de manifestantes. Isso, sim, é muito lindo o que vocês fazem. Então, são umas narrativas que vocês tentam construir que os fatos não corroboram.

Então, vamos tentar, nesta CPMI, peço à Relatora, que a gente sabe também que está aqui pra fazer o seu serviço, muito próxima a Dino, mas os acontecimentos vão se avolumando...

Hoje, o G. Dias deixou claro que ele contactou Dino no dia. Está ali agora, botei no nosso grupo. E são essas coisas que a gente tem que investigar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui na bomba já está claro, já fizeram o serviço deles. O cidadão já está preso, já está comprovado que não tem absolutamente nenhuma ligação. Aliás, se tem alguma ligação, deveria ter alertado mais ainda as autoridades que assumiram no dia 1º pra que não ocorresse o que aconteceu. Isso só corrobora que houve omissão.

Então, caros colegas que estão ansiosos pra ouvir o maluco que quis botar uma bomba, quero dizer pra vocês que vocês melhorem as narrativas, principalmente de defesa da democracia, porque o Lula está abraçadinho lá com o ditador de Cuba. Não, ele está em Cuba agora, não está com o Papa, está com... Abre o jornal aí que tu vais ler, Duda, e tu vais ver que ele está com o ditador de Cuba. Talvez essas informações de contato com ditadores vocês tentam esconder, mas a verdade é que ele está com um ditador que mata as pessoas de fome, inclusive, no seu país. Então não me venham pregar de democráticos.

E, Vice-Presidente, vamos o quanto antes fazer essa oitiva de G. Dias, de Saulo, porque a população está cansada de enrolação aqui. A gente precisa saber se houve mesmo omissão para que os omissos que fizeram isso, provavelmente de propósito, sejam punidos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, muito obrigado, Deputado Mauricio Marcon.

Com a palavra a nobre Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interperlar.) – Sr. Presidente, só pra lembrar, com muita tranquilidade, que o Presidente Lula está na Europa, não está na América Central.

Agora, se existem outros presidentes numa reunião na França, de que ele participa hoje, é absolutamente natural. E, ontem, ele estava com o Papa, que eu saiba, amor.

O SR. MAURICIO MARCON (PODEMOS - RS. *Fora do microfone.*) – É ditador, não é Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas eu não vou perder o meu tempo, porque são mais importantes as perguntas.

Sr. Presidente, eu queria, primeira pergunta...

Bom, primeiro, claro, parabenizar o trabalho feito pelo Dr. Leonardo, pelos dois peritos Valdir e Renato, pela eficiência e velocidade, imagino que não deve ter sido fácil na noite de Natal. Então, eu acho que o agradecimento desta Casa, o agradecimento de todos nós, pela eficácia do trabalho e velocidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria perguntar ao perito Renato, se é comum que um CAC – como se diz, não sei se ele deve responder ou o Leonardo, vocês decidem aí –, se é comum um CAC comprar, pra colecionar, emulsões de detonar rochas?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (*Fora do microfone.*) – Sim, pode ser.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É comum?

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Não é comum e não é legal.

Um CAC não tem permissão pra comprar explosivos e, sim, armamentos. Então, se ele adquirir, adquiriu de forma clandestina.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E o senhor teria noção de qual é o preço dessa... de cada um dos tubinhos de emulsão no câmbio negro? Em câmbio negro, não é? Porque, nessa altura, só pode ser no câmbio negro.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Hoje nós não temos elementos materiais suficientes pra trazer isso pra senhora, por se tratar de um câmbio negro, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu sei, é só uma ideia.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Então, assim...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – No câmbio comum? No oficial? Quanto é que custa?

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – No oficial, isso vai depender muito do tipo de explosivo e da quantidade, porque o explosivo em si, em pequenas quantidades, não é tão caro, tanto que as empresas entram em licitações pra vender grandes quantidades. Então, no geral, quando se trata de desmonte de rocha e trabalhos com emulsão, a senhora trabalha com toneladas, não é? E, no crime organizado, o que a gente tem visto em perícias é que o pessoal adquire uma pequena quantidade. Então, quanto ao valor, vai depender muito...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Do câmbio negro.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – ... do pessoal do câmbio negro. (*Risos.*)

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Obrigada, Dr. Renato.

Dr. Leonardo, durante o depoimento, o George Washington diz o seguinte: "Eu não possuía a guia de transporte das armas e, caso fosse parado pela polícia na estrada, a minha ideia era acionar o Proarmas para justificar a minha participação em alguma competição de tiro". Essa é a fala dele no depoimento, esse é o depoimento dele.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Minha pergunta: várias matérias de jornal falaram sobre um senhor de nome Ricardo Cunha. Ele foi citado no inquérito?

Vou dizer quem é para o senhor se lembrar: Ricardo Cunha presidiu o PSL do Pará, Sr. Presidente, está no PROS, seria candidato a Vice-Governador e acabou não sendo candidato, mas ele fala sobre o tema.

Eu quero saber, durante o inquérito, se foi ouvido ou se foi citado o Sr. Ricardo Cunha.

O SR. LEONARDO DE CASTRO (Para depor.) – Durante as apurações desse inquérito que foi concluído dez dias depois do dia 24, não foi mencionado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Mas ele foi mencionado em algum outro, porque ele está sendo...

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Foi mencionado um suspeito, um suposto envolvido com o nome de Ricardo, que seria do Pará, não é?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Esse, ele mesmo.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Mas isso está em investigação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ou seja, está sendo investigado. Mas, de qualquer jeito, pelas matérias, eu vou ler a fala do Ricardo.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu não sei se esse Ricardo que está sendo investigado seria esse Ricardo Cunha.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Eu vou dizer o que as matérias da época disseram. O Ricardo Cunha estava sendo investigado como um dos supostos...

Presidente, eu não estou ouvindo nada. Eu acho que a Relatora devia ouvir.

O Ricardo Cunha está sendo investigado como um dos supostos financiadores do George. E o Ricardo diz que, na noite que ele estava no acampamento, do dia 12 ao dia 23... Que, no dia 23, ele sai do acampamento e vai pra uma cidade chamada Redenção, no Pará. E lá ele, de madrugada, logo depois da prisão do George, recebe um telefonema do George. Aí ele diz: "... George ligou da delegacia pedindo [isso está entre aspas na matéria] que eu procurasse uma pessoa chamada Pollon [entre parênteses: Marcos – e não sei pronunciar o segundo nome – Pollon], do Proarmas. Que avisasse pra mulher dele que ele estava preso, mas estava bem". E aí continua falando sobre o Cunha a matéria, o que não interessa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me interessa é isto: o Ricardo Cunha, então, estaria sendo investigado num segundo, num outro inquérito. Que inquérito, Delegado?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Eu tenho o número do inquérito. Foi passada essa informação, através de um ofício, hoje pra Comissão e foi informado o número desse inquérito e a instância em que ele tramita pra que seja solicitada eventual cópia desse inquérito, mas já adianto que ele tem diligências em andamento. E não consigo afirmar aqui se esse Ricardo que está sendo investigado...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É o mesmo Ricardo Cunha.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... e inclusive foi um dos alvos das buscas realizadas na operação no dia 7 de abril seria esse Ricardo Cunha a quem a senhora...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Me referi.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... faz menção.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Agora, pra terminar o assunto e terminar as perguntas, senão o Presidente me enforca

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Jamais, Deputada, jamais.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Da delegacia, foi feito... Bom, é direito do indiciado, quando chega à delegacia, fazer telefonemas. Provavelmente, pelo que eu entendi aqui, ele liga pra, de alguma maneira, avisar a esposa que ele está bem, aproveita e faz exatamente o que disse no depoimento. Ele disse: "Olha, vê se você consegue falar aí com o Pollon, que é do Proarmas, pra ver se ele me dá uma solução pra eu não ser preso".

O senhor chegou... No interrogatório, em algum momento, além do advogado, ele usou o telefone, ligou para alguém da delegacia?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Não, todo preso tem direito a fazer uma ligação...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Claro.

O SR. LEONARDO DE CASTRO – ... e ele, provavelmente, nesse momento, aproveitou pra falar do Ricardo. Isso não ocorreu na minha unidade. Isso ocorreu na unidade de plantão...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – É isso, foi na outra. O senhor só pegou o processo no dia 27, não é isso?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Isso. Então não sei como essa dinâmica ocorreu na noite da prisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – E, na noite da prisão, em que delegacia? Quem era o delegado?

O SR. LEONARDO DE CASTRO – Foi na 1ª Delegacia de Polícia, da Asa Sul, e, se eu não me engano, o delegado que lavrou o flagrante é o Dr. Isac.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – O Dr. Isac é quem lavrou o flagrante.

Talvez o Dr. Isac é que tivesse que estar aqui também, para auxiliar o Dr. Leonardo.

Muito obrigada pelo trabalho de vocês.

Obrigada, Presidente, pela possibilidade de fazer essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A sua fala é sempre muito bem-vinda, minha cara Deputada Laura Carneiro.

Passamos agora ao último orador inscrito, que, na condição de não membro, pode falar por três minutos, o Deputado Abilio Brunini.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. *Fora do microfone.*) – A cereja do bolo.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Para interpelar.) – Pois é, Sr. Presidente, pois é.

Bom, primeiramente, eu gostaria de posicionar que solicitar questão de ordem nunca foi e nunca será motivo de mandar alguém para a Comissão de Ética, ainda que alguém pense que questão de ordem venha a tumultuar qualquer sentido, mas uma questão de ordem numa sessão tumultuada, onde apresentava um vídeo *fake news*, onde um dos Deputados aqui presentes apresentava, sem provas, uma acusação contra o Presidente Bolsonaro, é o mesmo que qualquer Deputado apresentar um vídeo aqui acusando Lula de "a cara da corrupção" ou, então, apresentar o Lula com a foto dele junto com o ditador de Cuba e falar "Lula, a cara da ditadura", na CPMI do dia 8. O que que isso contribui com a CPMI, ainda que seja verdade qualquer acusação, apesar de que o vídeo do Deputado petista não tem nada a ver com a verdade?

Fato 2: o pessoal da polícia não apresentou sequer uma prova que correlacione o fato do dia 24 de dezembro com o dia 8 de janeiro – uma prova! Não tem sequer um motivo para vocês estarem aqui hoje – não tem um motivo! Não tem uma justificativa para vocês terem passado o dia aqui.

Como o senhor mesmo disse, qualquer pessoa que for presa lá, em seu depoimento, fala o que quer. O que ele quiser falar lá no depoimento não garante que seja verdade. Se o senhor assumir que o que ele disse no depoimento sobre uma prisão no dia 24, de uma tentativa frustrada de qualquer explosão de bomba, que não tinha nada a ver com o dia 8, se o senhor falar que isso é verdade, aí,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

infelizmente, a afirmação da Senadora Damares de que a polícia é a melhor do mundo eu vou ter que discordar, porque não parece.

(Soa a campainha.)

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Porque, para ser uma boa polícia, tem que não ser política.

Por mais que o senhor tenha gostado de aparecer no Fantástico ou de fazer qualquer entrevista – espero que não –, não tem fato real entre o dia 24 com o dia 8, não tem provas. A sua presença aqui não tem necessidade, não se correlaciona com o dia 8. E qualquer pessoa que tenha cometido um ato irregular, do qual nós discordamos e que repudiamos, não tem respaldo de nenhum grupo conservador ou grupo de direita. Ninguém concorda com esse tipo de atitude terrorista – ninguém concorda.

E, por fim, existem delegados corruptos, e nós não vamos generalizar chamando todos de corruptos, assim como o senhor também não é. Não generalize, não tem nada a ver com o dia 8 de janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado.

Não havendo mais nenhum orador inscrito...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Presidente, só para alertar que quem está aqui veio como convocado...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Veio porque a CPI chamou. Foi a CPI que chamou.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Tem que pedir desculpa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tem que pedir desculpa. Tem que pedir desculpa aos convidados.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós não temos que fazer... Cada um aqui, Deputado Izalci, responde pela sua fala e pela medida que dá ao seu depoimento, ao seu pronunciamento.

Eu queria pedir aqui aos senhores policiais... Primeiro, em nome da nossa Comissão, nós queremos agradecer não só a presença dos senhores, que vieram aqui como testemunhas depois de prestar um grande serviço à sociedade, tendo elucidado e tendo prendido esse criminoso que tentava colocar uma bomba nos arredores do aeroporto de Brasília, e também se dispõem nesse momento a mais do que fazer a tarefa policial dos senhores, vêm aqui para prestar uma grande contribuição ao Brasil. Então, em nome desta CPMI, eu quero agradecer penhoradamente aos senhores e dizer que realmente eu, como brasileiro, me sinto representado pelos senhores, e temos muito orgulho de termos policiais da categoria dos senhores.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero informar que o grupo Pró-Armas fez chegar às minhas mãos uma nota em que repudia toda e qualquer prática criminosa que envolva armas de fogo, munições ou acessórios, além dos desvios de finalidade dos produtos controlados e adquiridos legitimamente nos termos da lei, e coloca-se à disposição para qualquer outro esclarecimento.

Dito isso, quero informar que o próximo depoente que, como todos sabem, está preso, está sendo conduzido para esta sala. Eu autorizei que ele viesse sem algemas, porque não há nenhuma necessidade de que ele venha algemado.

E vou pedir, antes de dispensar aqui as nossas testemunhas, vou pedir que, se os senhores puderem ficar aqui até o final do depoimento, seria importante até para que os Deputados possam eventualmente tirar alguma dúvida.

Então estão dispensadas as testemunhas, depois desse longo depoimento e dessa longa contribuição.

Muito obrigado a todos aqui pela presença.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Queria só agradecer também, Presidente, aos dois peritos e ao delegado e desejar realmente muito sucesso no trabalho de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Podem tomar assento aqui na nossa...

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO – Se o Presidente me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (Para depor.) – Falo em nome da Polícia Civil do Distrito Federal. Eu gostaria de agradecer o tratamento muito cordial que todos – ou pelo menos quase todos – cederam a nós. É uma satisfação para um policial colaborar. A Polícia Civil do Distrito Federal não tem partido, não tem lado, não tem nenhum tipo de viés político. O único viés que a Polícia Civil do Distrito Federal tem e que eu aprendi, desde o primeiro dia que eu entrei nessa instituição, foi defender o Estado democrático de direito. É isso que eu aprendi, do mais antigo até o mais moderno, que possivelmente sou eu, dentro da Polícia Civil do Distrito Federal. Então agradeço, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na condição de Vice-Presidente, eu quero agradecer a ele a até fazer uma reverência. Meu respeito, porque foram muitas horas, e, em nenhum momento, os senhores foram contraditórios, nem quando provocados. E a provocação vale dentro da pergunta que um Deputado ou um Senador está fazendo; ele, na verdade, está inquirindo, quer extrair o máximo possível e, muitas vezes, parece provocação ou tentar lhe dar uma palavra que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você não fez... E os senhores, o tempo inteiro, se mantiveram numa linha reta do trabalho profissional que fizeram, não envolvendo pessoas, não classificando pessoas, mas, de fato, com os fatos que estão nos autos. Eu quero agradecer, como Segundo-Vice-Presidente desta Comissão, o procedimento. O meu respeito à polícia.

O SR. RENATO MARTINS CARRIJO (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Podem tomar assento aqui no nosso plenário.

Senhores, eu quero informar a todos que eu e a Senadora, Relatora, Eliziane Gama avaliamos a condição em que o próximo depoente estará nesta mesa e concluímos que não é razoável que alguém que tentou explodir uma bomba e, portanto, é uma das pessoas mais envolvidas nesse fato que levou ao dia 8 de janeiro não seja trazido à nossa presença senão na condição de investigado, e não na condição de testemunha. Todas as falas têm que ter honra e mérito. Não fica nem bem para esta Comissão dizer que este elemento está vindo para cá na condição de testemunha. Não; ele está vindo aqui como investigado. Afinal de contas, ele foi condenado por um crime gravíssimo que cometeu, e é por essa razão que ele está vindo aqui prestar explicações.

Então, mesmo em prejuízo...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Indiciado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É claro que a testemunha tem que prestar o seu juramento de dizer a verdade, mas, mesmo em prejuízo dessa condição, nós entendemos que fica melhor e bem melhor posto para esta Comissão que... Portanto, vamos recebê-lo na condição de investigado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Deputada Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é uma dúvida técnica aqui.

Ele já foi condenado, já transitou em julgado por esse crime. Então, ele já foi investigado e, depois, posteriormente, ele...

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Não...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Você vai investigá-lo sobre um crime pelo qual ele já foi condenado. Então, ele não pode ser condenado novamente pelo mesmo crime.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, veja bem. Eu tenho uma posição diferente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Essa é a minha preocupação. Eu não nunca vi essa hipótese. Gostaria de entender.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... em relação a essa investigação nossa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Eu gostaria que ele fosse testemunha neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu queria que todos prestassem atenção, porque, ainda ontem, eu ouvi uma declaração muito instigante do jornalista William Waack e fiz questão de retornar, ligar para ele. Ele dizia que o grande desafio desta Comissão, particularmente meu e da Relatora, era dizer aonde nós queremos chegar, até porque muitos dizem que o Supremo Tribunal Federal já faz este mesmo trabalho que nós estamos fazendo.

Isso não corresponde aos fatos, primeiro, porque o Supremo Tribunal Federal realiza uma investigação, mas, na sua função judiciária, o Supremo tem a obrigação de individualizar condutas. O Supremo Tribunal Federal julgará todas as pessoas envolvidas e, ao final, estabelecerá uma pena, a condenação ou a absolvição, individualizada de cada um. O Supremo vai dizer: aquele sujeito que entrou no Palácio do Planalto e quebrou o relógio vai ter a pena tal; aquele outro sujeito que fez uma minuta de golpe de Estado vai ter outra penal tal... Esta é a função do Supremo Tribunal Federal: individualizar as penas. A nossa missão, enquanto Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado da República unidos, é uma missão muito maior. Nós temos que, ao final e ao cabo desta CPI, responder a uma pergunta objetiva: houve ou não houve uma tentativa de golpe de Estado? Portanto, são investigações completamente diferentes. O Supremo não vai ter de, ao final do julgamento que fizer de cada uma das pessoas envolvidas, dar a resposta ao Brasil sobre se teve ou não teve tentativa de golpe de Estado. Nós, não, Senadora; nós temos que dar claramente essa resposta, temos que fazê-lo com clareza.

E o grande mérito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, meu caro Pr. Marcos Feliciano, é que fazemos tudo isso na praça pública. Eu tenho dito muito na imprensa nos últimos dias: todo mundo sabe que o Sr. Silvinei Vasquez, que esteve aqui há dias atrás, foi ouvido no inquérito do Supremo Tribunal Federal. Ele esteve na Polícia Federal, prestou o seu depoimento. Mas algum de nós aqui conhecia o teor deste depoimento? Não. O Brasil conhecia o teor deste depoimento? Não. Porque a natureza democrática desta Casa exige que a investigação seja feita em praça pública, e esse é o grande mérito do que estamos fazendo aqui; mostrar ao Brasil cada passo do nosso trabalho, para que ao final e ao cabo possamos dizer claramente: houve, sim, de fato, uma tentativa orquestrada de várias pessoas que atentaram contra a democracia. Essa é a resposta. Não é apenas dizer que A, B, C ou D queria que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecesse um golpe. Isso não é segredo. Isso não é segredo. As pessoas estavam – criminosamente, ao meu ver –, na porta dos quartéis, pregando que as Forças Armadas brasileiras intervissem e não permitissem que aquele candidato que ganhou a eleição assumisse o poder. Então, isso não é segredo. Que havia pessoas, havia indivíduos que estavam tentando fazer isso, isso não é segredo. Agora, esta ação individual caracteriza um golpe de Estado? Eu não sei. E é por isso que estamos aqui. Essa é a grande resposta que nós temos a obrigação de dar ao Brasil, para que fique um registro histórico, um registro para que as próximas gerações possam entender o que aconteceu. Esse é o nosso papel.

Portanto, eu não quero aqui confundir, minha querida Senadora Soraya Thronicke, o que foi feito pela Justiça com o que nós estamos fazendo. Entendo também que a resposta que nós temos que dar a este fato é uma resposta coletiva, uma resposta que vale para o Brasil, uma resposta que representa a posição oficial do Congresso Nacional. Portanto, essa é a minha posição, e é assim que eu entendo o papel desta CPMI.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – É só para entender...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Presidente, tem também a questão da omissão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – É só para entender: o processo dele, pelo jeito, não houve o trânsito em julgado ainda, ele ainda...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, não...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Espere aí. Espere aí, vamos por ordem aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Senadora, V. Exa. me permite?

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – É apenas, Senadora, só a questão de como iremos tratá-lo aqui, porque cada um tem um papel.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como investigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Como investigado?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como investigado, como investigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente... Presidente, eu acho que a observação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Eu gostaria que ele prestasse juramento. Ele já confessou...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não pode, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Não, não, veja, Presidente, eu acho que a observação da Senadora Soraya é muito pertinente por uma razão: nós estamos fazendo uma investigação aqui que não é apenas da bomba; nós estamos num processo de investigação em que a gente fez, inclusive, um levantamento cronológico, que começa a partir do resultado eleitoral, passando pelo 12, passando pelo 24 e chegando no 8 de janeiro.

Eu compreendo perfeitamente e respeito a posição do Presidente, que agora há pouco, inclusive, conversou conosco sobre isto, de não tratá-lo como investigado. Só que nós também estamos fazendo uma... Perdão, não como testemunha, mas como investigado. Mas nós também estamos fazendo uma investigação acerca da coautoria em relação ao crime da bomba e, ao mesmo tempo, em relação aos financiadores.

Então, veja, nós, inclusive agora, com os requerimentos apresentados pelo Senador da quebra dos sigilos – e eu vejo que tem que ser fiscal, bancário e telefônico –, nós precisamos fazer os cruzamentos, até onde, na verdade, se deu algum tipo de negociação financeira e custeio, sobretudo para o arsenal de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Exato! Exatamente para o arsenal que ele adquiriu com R\$5 mil por mês. Tem uma caminhonete, tem, na verdade, um volume financeiro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Aí, não é a questão da caminhonete, mas de uma caminhonete comprada à vista. Mas vou já, daqui a pouquinho inclusive, tratar sobre isso.

Mas eu acho que, ao mesmo tempo também, a preocupação da Senadora Soraya, mais uma vez eu digo, é extremamente pertinente. Tem um HC, Presidente, que não foi deferido até o presente momento, mas a própria defesa do depoente faz uma referência à solicitação de que ele se mantenha, na verdade, em silêncio e não responda aquilo que venha a configurar autoincriminação.

Então, eu acho que a gente poderia dar a ele e assegurar, de fato, o direito de não falar sobre aquilo que o incrimine, mas que ele pudesse dar, de fato, essa contribuição aos trabalhos da Comissão, sob pena de a gente ter alguns prejuízos.

Aqui não é, Senador Magno Malta, solicitar a ele prisão por falso testemunho. Não é isso, até porque ele já está preso; é uma questão de a gente levantar provas para o processo que nós estamos a investigar, que vai decorrer nas próximas semanas e meses, nos próximos 180 dias.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só fazer essa ressalva, mas acho que a preocupação e até mesmo o pedido do HC já, de certa forma, nos contempla, Senadora Soraya.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vejam bem, eu quero dizer o seguinte: o fato...

Eu queria silêncio aí.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O fato de que nós já temos uma confissão desse cidadão a respeito do assunto...

Por favor, aqui, vocês três.

O fato de nós termos uma confissão a respeito do episódio da bomba e sabermos, e queremos saber mais, sobre eventuais outras participações desse cidadão em outros eventos não faz dele uma testemunha. Nós estamos investigando esse cidadão como uma figura que, eventualmente, esteve envolvido, sim, numa tentativa de golpe de estado, ponto!

Testemunha é o policial que veio aqui agora. Esse não está sendo acusado de nada, esse sim, até porque, inclusive, o outro policial que esteve aqui, o da Polícia Rodoviária Federal, também era investigado. Então, testemunha é o Dr. Valdir, é o Dr. Renato, é o Dr. Leonardo, que estiveram aqui e sobre quem não pesa absolutamente nenhuma dúvida de que eles apenas estavam combatendo a criminalidade.

Agora, nós queremos ficar usando desse expediente para forçar uma situação em que o sujeito é investigado, mas nós queremos ouvi-lo sob confissão de que vai falar a verdade, eu, pessoalmente, discordo. Então, vamos ouvi-lo na condição de investigado.

Eu solicito à Polícia Legislativa que conduza o preso depoente até esta sala. *(Pausa.)*

Estamos iniciando agora a oitiva do investigado.

Dra. Rannie Karlla, quero informar que o seu cliente está sendo ouvido na condição de investigado.

Passaremos agora a palavra à Sra. Relatora para que faça as inquirições que ela julgar pertinentes. *(Pausa.)*

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas, eu quero cumprimentar a Dra. Rannie.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Alguns Deputados estão solicitando que ele tenha direito a falar.

O seu cliente tem interesse de usar a palavra por 15 minutos?

A SRA. RANNIE KARLLA – Não, até porque, como ele está como investigado, ele vai exercer o direito constitucional dele de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Perfeitamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Mais uma vez, meus cumprimentos à Dra. Rannie, que é advogada. Cumprimento os colegas.

Sr. George Washington de Oliveira Sousa, o senhor me escuta?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Escuto perfeitamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Primeiramente, quero fazer uma reconfirmação aqui do seu nome: George Washington de Oliveira Sousa. É isso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo. Sr. George Washington, nós temos as informações, que constam do inquérito, que já está aliás em poder desta Comissão, de que o senhor chegou aqui em Brasília precisamente no dia 12 de novembro do ano passado.

O senhor chegou aqui no dia 12 ou o senhor saiu do Estado do Pará no dia 12?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu, como investigado, vou manter o direito de permanecer calado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas é muito... Não consegue responder nem se chegou ou se saiu de lá dia 12?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu permanecerei calado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Questão de ordem, Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Pela ordem.) – Apenas para dizer que ele foi aprovado por este Colegiado na sua vinda como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – É verdade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Ponto.

Então, ele já estava preso no dia 8, nós estamos investigando o dia 8, lógico, voltando lá atrás. Ele já estava preso há muito tempo, nós não estamos investigando o ato dela...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, veja bem...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O ato dele, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Nós aprovamos aqui um bloco de requerimentos que tanto o convocava na condição de investigado como o convocava na condição de testemunha.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O Senador Girão, por exemplo, no seu requerimento – que também foi aprovado –, o coloca na condição de investigado.

Eu sei que o silêncio do investigado traz uma decepção generalizada para o Brasil, que gostaria muito de saber o que é que leva uma pessoa, uma pessoa a se dirigir a um aeroporto da capital do seu país e, por uma motivação banal, por mais que seja importante o resultado de uma eleição, mas, por uma motivação banal, tenta cometer um crime hediondo contra pessoas inocentes, contra famílias, contra homens e mulheres de bem, que não são nem aquele por quem ele eventualmente diz ter um ódio direcionado. Ele não tentou algo contra o agente político que ele combate; ele tentou, covardemente, criminosamente, de maneira desumana, ceifar a vida de dezenas ou centenas de brasileiros.

E sabemos, portanto, que essa conduta odiosa que o senhor cometeu, essa conduta vil, covarde, vergonhosa para o nosso país, essa conduta o senhor realizou porque é próprio da natureza de pessoas como o senhor agir dessa maneira canhestra, escondida, falsa como justamente os vermes se escondem no esgoto.

Mas eu quero dizer ao senhor que eu sou uma pessoa que respeita o direito e sou um legalista acima de tudo. O senhor não é testemunha. Não, o senhor não é testemunha, o senhor não viria aqui como testemunha. Testemunha são os policiais que o prenderam, o prenderam porque o senhor é um criminoso, e os policiais que o prenderam, esses, sim, homens dignos, de bem, vieram aqui na condição de testemunhas.

O senhor é um criminoso e, como tal, está aqui na condição de investigado, para saber do senhor qual foi, além da bomba, a dimensão da responsabilidade do senhor nesses acontecimentos que envergonham a história do meu país, do nosso país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o senhor está aqui tendo os seus direitos porque é da natureza dos homens e mulheres que compõem esta Comissão respeitar a nossa Constituição. É por isso.

Mas, sinceramente, o senhor envergonha este país, o senhor envergonha o Brasil, o senhor envergonha a sociedade brasileira, a sua família. O senhor envergonha a todos.

E eu espero que a lei brasileira seja muito dura com criaturas como o senhor. Realmente, é essa a minha expectativa. Eu penso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, minha cara Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Pela ordem. Na verdade, eu quero fazer uma questão de ordem, Presidente.

Aliás, eu queria pedir a V. Exa. que, neste momento, solicitasse de uma forma, em caráter emergencial à Advocacia-Geral do Senado que nos respondesse, com precisão, o que nós temos de jurisprudência acerca de se assegurar o silêncio. Precisamos entender se esse é um silêncio irrestrito, inclusive, a perguntas básicas.

A pergunta que se faz, por exemplo – e aí foi a primeira pergunta que eu fiz –, acerca do dia em que chegou em Brasília ou do dia em que saiu do Pará não me parece claramente algo que possa incriminá-lo. E a decisão do Supremo Tribunal Federal é clara: é responder a perguntas que o incriminem. Aliás, é bom lembrarmos que aqui nesta Casa, no Senado Federal, nós tivemos uma CPI da pandemia, da qual a Senadora Soraya e todos os colegas Senadores participamos. E claramente os depoentes que vieram aqui assegurados, aliás, com HC pelo Supremo Tribunal Federal, com deferimento, não deixaram de responder aquilo que era elementar.

Então, Presidente, eu gostaria exatamente de pedir a V. Exa. que solicitasse à Advocacia-Geral do Senado se este depoente, de fato, tem este direito, que eu compreendo que não tem: o direito irrestrito ao silêncio.

Então, nesse sentido, peço a V. Exa. e quero dar continuidade aos meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Olha, eu, Senadora Eliziane Gama, já ouvi a Secretaria da Mesa e também, como advogado, sei perfeitamente quais são os direitos de cada um. Então, infelizmente, como eu já disse, é decepcionante para todos nós, muito embora a materialidade de tudo o que aconteceu aqui já foi sobejamente exposta pelos policiais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da minha parte, não há nenhuma dificuldade de ficar aqui para ouvir a fala de cada um dos Srs. Parlamentares. Posso passar a palavra a cada um dos senhores sem nenhum problema e ficarei aqui para ouvir a todos.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, me conceda, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas, quanto à questão do direito de ficar calado, infelizmente, nós não podemos fazer nada, a não ser que este Colegiado, em outro momento, aprove um requerimento em que o traga aqui na condição de testemunha.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Sr. Presidente, me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não. É claro, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Pela ordem.) – Eu gostaria muito de ouvir o Sr. Washington – mas muito mesmo. Já convivi com esta situação angustiante – a Deputada Laura está ali balançando a cabeça, que já conviveu, e tantos outros, de muitas CPIs – de receber alguém que está investigado com *habeas corpus*, e a gente se indignar com a Suprema Corte de estar obstruindo os trabalhos, mas usando a legislação.

Porque a fala dele para mim seria muito importante, e para todos, para o Brasil, porque desmontaria de vez esse roteiro escrito por Steven Spielberg, que põe pessoas dentro de uma situação onde elas não estão.

Eu gostaria muito, Sr. Washington, de poder ouvi-lo, de que o senhor tivesse a possibilidade, embora o senhor esteja dentro do seu direito, da sua garantia constitucional. Mas eu, como Segundo-Vice-Presidente e como alguém que já viveu isto que o Deputado Arthur Lira está vivendo neste momento, de receber um *habeas corpus* e ser obrigado a cumpri-lo, porque é a lei que diz que o indivíduo não pode construir provas contra si mesmo... Isso não me deixa feliz – isso não me deixa feliz – , porque acho que a fala dele seria absolutamente importante para este momento, Sr. Presidente. Eu acho que seria absolutamente importante.

Mas essa Constituição, a legislação... E a decisão não foi desta Casa; a decisão é do Supremo Tribunal Federal. Eu já passei pela angústia, já vivi a angústia que V. Exa. vive, mas isso não impede, mesmo com *habeas corpus*, quando ele pode até não falar, os Parlamentares de perguntarem, independentemente de que ele vá se calar, assim como reza o *habeas corpus*.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Pela ordem.) – Presidente, para encaminhamento, eu acho que a sua indignação ficou bem clara, e a ela eu me somo, porque é isto: estamos diante de um terrorista dentro da CPMI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a Senadora Eliziane levanta um encaminhamento importante, porque, de fato, a proteção ao direito de ficar calado é a fatos que não... o incriminem, mas há perguntas elementares que não têm nada a ver com incriminar ou não, que são fatos a que a CPMI pode ter acesso.

Então ela pede um socorro imediato à Advocacia do Senado. Acho que a gente poderia fazer isso, para que a gente possa dar condução aos trabalhos, o que não impede de a gente falar, perguntar, mesmo que ele fique calado. A CPMI pode dar esse encaminhamento.

Mas eu acho que esse socorro é importante.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu solicito a informação à Advocacia do Senado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. Presidente, eu posso seguir...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a questão de ser um requerimento a determinar a condição dele é a menos relevante possível. A questão é o que ele é. Ele é não só investigado, ele é investigado, processado e condenado. Então, a condição dele já está mais do que clara. Não é o fato de a Advocacia do Senado, ou quem quer que seja, vir aqui dizer o contrário.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, não é isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É o que ele é. Ele é investigado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas não é isso não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Agora, pode ser ouvido? Claro que pode.

O direito é constitucional...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Senador Marcos, não é esse o ponto específico que nós estamos debatendo.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não foi isso. É que você não estava aqui, Marcos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não, estava ouvindo lá...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nós estamos debatendo é o fato do direito irrestrito ao silêncio. Nós recebemos aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Mas isso é uma garantia constitucional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Não, Senador...

Nós recebemos aqui, V. Exa. inclusive foi Senador da CPI da Pandemia...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – É uma pena que ele não queira falar, mas isso é um direito constitucional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... em que nós recebemos o Sr. Wizard e o Sr. Wizard iniciou o depoimento, naquele momento, em que ele sequer falou o nome dele completo, e nós seguimos com vários comentários e perguntas. E ele passou, na verdade, a não responder.

Houve uma decisão, naquele momento, inclusive de uma forma muito imediata, em caráter liminar, em que ele foi obrigado a responder às perguntas.

Então, nós já temos decisão aqui nesta Casa. Nós não podemos retroceder, por exemplo, de um avanço importante que nós tivemos.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A lei é clara acerca de pontos que não incriminem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Para eu responder a todos aqui. Eu acabei de ouvir a palavra do advogado do Senado, da Advocacia do Senado, que me informa, o Dr. Eduardo, que é advogado aqui do Senado, me informa, como eu já havia dito, que o investigado foi trazido a esta Comissão, convocado, tanto como investigado, como na condição de testemunha.

Nessa dupla condição, ele tanto pode ficar calado, como pode ser obrigado a falar.

Essa é a realidade que está posta.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Uma questão de encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então nós criamos, portanto, dentro dessa ambiguidade, uma prevalência, obviamente, a favor do réu, por pior que possa ser, perante a sociedade, essa posição.

Mas, a máxima do Direito, eu sempre digo que sou um garantista, *in dubio pro reo*.

Portanto, a minha posição é essa...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, antes de definir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu vou ouvir todos os Deputados. Só pediria calma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pediria o seguinte. Veja bem, essa postura, essa decisão de que ele pode ficar calado está tomada e não há nada que nós possamos fazer do contrário.

Eu pediria...

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT) – Eu gostaria de fazer um encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Eu pediria...

Espere aí, Deputado. Eu vou conceder a palavra a V. Exa.

Eu pediria, todos aqui estão querendo falar. O Senador Izalci, o Deputado Rogério, o Deputado Brunini...

Eu vou passar a palavra a todos rapidamente e depois vamos aguardar todos os Parlamentares inscritos falarem.

Então, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, eu participei de diversas CPIs, CPMLs e, em todas elas, mesmo tendo HC, ele pode não falar, mas ele vai ouvir...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso!

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... muita coisa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso!

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – E a gente quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O senhor está certo, Senador.

Pois não, Deputado Rogério Correia.

Fale no microfone, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Como fez o Senador Izalci, Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Segue a ordem de inscrição, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Pela ordem.) – É o mesmo que Izalci, que siga a ordem de inscrição a partir de...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos fazer isso, vamos fazer isso.

Como V. Exa. quis falar, Deputado Izalci, falta o Deputado Brunini.

Com a palavra, Deputado, rapidamente.

E depois eu vou começar a falar.

O SR. ABILIO BRUNINI (PL - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, a questão de encaminhamento na condução da CPMI, eu só queria orientar que colocasse à disposição da Relatora alguém que pudesse dar um suporte jurídico a ela para que ela não cometesse equívocos.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado, a relação da Relatora é comigo. O senhor não se preocupe com isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Deputado, vá estudar melhor a jurisprudência brasileira para V. Exa. largar de falar besteira, que é o que V. Exa. está fazendo muito nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama para que faça as suas considerações.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, eu inicio... Na verdade, como diante da decisão do depoente de não falar, inclusive, acerca de assuntos elementares, como acabamos de falar, que foi a data precisa do dia em que ele chega aqui no estado, aqui em Brasília, saindo do Estado do Pará, eu queria fazer apenas, elencar algumas informações que eu acho que são muito pertinentes, inclusive, para os colegas e naturalmente para o bom andamento dos trabalhos. Veja, antes...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, chegou um fato novo aqui, extremamente relevante.

Eu peço à advogada do depoente que ouça, um fato importante. Temos aqui juristas nessa reunião, como é o caso aqui do Senador Sergio Moro, juiz. Prestem muito atenção.

É um despacho que foi dado no HC 204, que a Advocacia me traz, com a seguinte fala e eu pretendo acompanhar:

Ex positis, e firme nos precedentes desta Corte [isso aqui é um *habeas corpus* que foi impetrado perante o Supremo Tribunal Federal, perante o Supremo Tribunal Federal solicitando que o direito de um depoente ficar calado, ficar calado... A resposta é:]... *Ex positis*, e firme nos precedentes desta Corte, concedo, em parte [em parte], a liminar pretendida, a fim que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, [que o incriminem] o paciente tem o direito de: (i)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permanecer em silêncio sobre o conteúdo das perguntas formuladas; (ii) não ser obrigado a assinar termo de compromisso de dizer a verdade, uma vez que os fatos indicam que será ouvido na condição de investigado; (iii) de ser assistido por advogado, de se comunicar livremente, e em particular, com este advogado, garantindo seu direito contra a autoincriminação.

Então, que fique claro que o senhor tem direito a permanecer calado naquilo que o incriminar, mas em outros fatos o senhor é obrigado, sob pena de eu ter que determinar a sua prisão.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Ele já está preso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Mas pode ter uma prisão por outro crime, por outro crime, tem.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muitas estão presas com quatro ou cinco ordens de prisão.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. *Fora do microfone.*) – É outro crime.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Isso é outro crime.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Então, caso V. Exa. não responda devidamente aquilo que não o incrimine, o que incrimina V. Exa. não precisa responder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... mas, naquilo que não incrimine, V. Exa. não pode simplesmente desconsiderar as perguntas que estão aqui, trabalhando com seriedade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, o senhor me permite?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, eu gostaria..

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Presidente, eu acho que essa discussão é muito oportuna...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Senador! Não, não, colegas, eu quero aqui fazer um registro nesta Casa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – ... o Senado, ontem, aprovou um garantista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor, Senador, com todo o respeito que eu tenho a V. Exa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Nós estamos falando de garantias.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bem, vamos agora ouvir a Relatora. A Relatora está com a palavra e ela vai, agora, começar a fazer a sua inquirição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu quero fazer um registro aqui neste Colegiado, Presidente. Eu exijo respeito a mim nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A senhora tem todo o respeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu exijo respeito a mim nesta Casa, porque eu não admito expor as informações neste Colegiado, ser questionada e, de repente, ser aceita por um homem que vem e fala do seu lado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como é? Como...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por favor, a colocação que V. Exa. acabou de ler foi a que eu coloquei anteriormente. Nós temos decisões que já foram tomadas nesta Casa, referentes à CPI da Pandemia.

Aliás, a decisão que V. Exa. acaba de ler, assessorado pela Advocacia da Casa, foi a que eu coloquei, referente ao Wizard, que foi ouvido nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Veja só...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Então, eu gostaria, minimamente, de ter o respeito...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, V. Exa. tem todo o respeito...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... aqui, por parte deste Colegiado...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... a senhora sabe disso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... inclusive de todos os demais colegas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não, V. Exa. tem todo o respeito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu não vou admitir, eu não vou admitir aqui que as posições que são postas por esta relatoria sejam questionadas e, de repente, avalizadas porque veio por uma outra pessoa para cá.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não é porque veio por uma outra pessoa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... então fica isso... Não, eu quero deixar isso registrado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Se a senhora tivesse me trazido o texto do *habeas corpus*, eu teria tomado essa posição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Coloquei claramente, Presidente. Coloquei claramente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Agora, foi trazido aqui pela Advocacia o texto do *habeas corpus*, e isso me embasou, uma jurisprudência que já existe. Eu tomei a decisão com base numa jurisprudência, é diferente da fala, com todo o respeito que...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... eu tenho por V. Exa., da senhora.

Eu não vou mais conceder questão de ordem.

Eu vou passar a palavra para que a Relatora faça o seu trabalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Vamos seguir, então.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Por favor, Relatora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Muito obrigada, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Esperidião, vamos ouvir a Relatora, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Vou repetir, então, a pergunta anterior, que eu acabei de fazer ao Sr. George Washington de Oliveira Sousa.

Nós temos a informação de que o senhor chegou a Brasília no dia 12 de novembro do ano passado. A minha pergunta é: o senhor chegou a Brasília no dia 12 de dezembro ou o senhor saiu do Estado do Pará no dia 12 de dezembro?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Perdão, no dia 12 de novembro.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu gostaria de pedir aqui à Consultoria, Presidente, que fizesse a divulgação do verdadeiro arsenal com que o Sr. George Washington de Oliveira saiu do Pará e veio para Brasília.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam.

É uma série, na verdade, de armamentos: fuzil AR-10, espingardas calibre 12, 14 caixas de munição para *sniper*, uma caixa de munição...

Está difícil aqui.

... uma caixa de munição contendo 50 munições intactas, uma caixa de munição 308, contendo 48 munições intactas, 4 cartuchos de munições...

Está difícil, gente.

... quatro cartuchos de munição 308 deflagrações, cinco caixas de munição calibre 308, 15 caixas de munição, um estojo marca CBC calibre 308, armas de fogo, acessório e munição de uso restrito, inclusive esta sem autorização e em desacordo com determinação legal que a regulamenta.

Ou seja, o senhor veio do Estado do Pará com todo esse arsenal dentro de uma caminhonete, e em nenhum momento o senhor foi parado ao longo das rodovias?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Em nenhum momento o senhor foi interrompido desde o Estado do Pará até Brasília, e, nessa sua vinda, o senhor esteve acompanhado com alguém dentro do veículo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Essa resposta é dizer se alguém... Eu não estou perguntando o nome, eu quero saber apenas se veio alguém junto com você do Estado do Pará dentro do seu carro até Brasília.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Parece-me que isso é algo que o incrimine.

Antes de você ser preso, qual era a sua fonte de renda? Qual era o seu trabalho?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, isso não o incrimina, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, neste caso, o senhor, eu não vejo o que possa lhe incriminar. Em relação às armas, eu até posso concordar que o senhor permaneça calado, porque, de fato, fazer a condução dessas armas caracteriza algo que já seria incriminador ao senhor. Agora, o senhor não responder qual era a sua atribuição, qual era a sua função, isso realmente já o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloca em uma condição de que o senhor está se negando a dar... a não dar respostas de fatos que não o incriminam.

A SRA. RANNIE KARLLA – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

Tudo o que ele responder em desrespeito à pessoa dele aqui é de forma que vai incriminá-lo. A defesa assim o vê. Então, as respostas que não forem pessoais a ele e que não tiverem o condão de incriminá-lo ele vai responder de livre e espontânea vontade. Agora, pessoal, infelizmente, ele não vai responder.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas a fonte de renda?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A senhora me desculpe...

A SRA. RANNIE KARLLA – Mas liga ele a tudo o que está sendo discutido e incriminando ele, porque ele está como investigado. E o que foi levantado o tempo inteiro nesta CPMI foi o valor das armas, o carro dele... Então, o que quer saber, quanto ele ganha, onde ele trabalha é, sim, para trazer um condão incriminador à pessoa dele. Assim a defesa o vê. Está bem? Então, a pergunta que for pessoal a ele, que for para saber alguma coisa pregressa dele, o que ele veio fazer, isso aí ele não vai responder. Já está decidido entre a defesa e o cliente. Agora, perguntas que dizem respeito a qualquer dúvida que não esteja ligada a ele, ele está aqui para responder de livre e espontânea vontade.

Muito obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – A minha segunda pergunta: o senhor já foi empresário antes de ter a sua última atividade?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Já.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual era o nome da sua empresa?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – G W de O Sousa & Cia LTDA.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – G W de O Sousa.

O senhor também já foi proprietário da Petróleos Miramar? (*Pausa.*)

O senhor já foi proprietário dessa empresa...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – ... Petróleos Miramar?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu tenho informação de que o senhor teve essa empresa até o ano de 2018. Isto é verdade?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor, na verdade, veio para cá, e consta, por exemplo, dos autos que o senhor veio numa caminhonete L200 Triton. Essa caminhonete era de sua propriedade ou não?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu tenho a informação de que essa caminhonete era de propriedade das sócias do posto Cavalo de Aço, do qual, em tese, você era funcionário – mais precisamente gerente, como lembra minha colega –, e, portanto, essa caminhonete seria de propriedade da pessoa jurídica desta empresa, cujas sócias são as Sras. Francisca Alice de Sousa Reis e Michelle Tatianne Ribeiro de Sousa. Confere essa informação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor conhece ou já ouviu falar do Sr. Pedro Riva?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nunca. Nunca ouvi falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nunca ouviu falar?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor já ouviu falar de um senhor, empresário, chamado Bedin?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nunca ouvi falar, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor já ouviu falar e já conheceu a contadora Elielma?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Elielma foi, eu acho – se eu não me engano –, a contadora que fez, que criou a minha empresa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Que foi a Petroleos Miramar.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual foi?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – G. W. de O. Sousa, em 2010 ou 2012... 2010 ou 2011.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – A Elielma, o senhor conheceu ela no Estado do Pará? Ela é do Estado do Pará, de Santarém?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Do Estado do Pará, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Ela trabalhou para você por quanto tempo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não me recordo. Ela montou um escritório em Belém e trabalhou durante pouco tempo, não foi muito tempo, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Certo.

A sua cidade é a cidade de Xinguara – é essa a pronúncia correta, não é? –, no Estado do Pará. Na cidade, o senhor tinha relação política com alguém da cidade?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Na verdade, não. Com ninguém. Nenhum político.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas em Xinguara o senhor chegou a participar de manifestações políticas naquele período.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor tinha, por exemplo, alguém que tivesse relação com a Polícia Rodoviária Federal?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nunca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nunca teve relação.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nunca.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando o senhor chegou aqui em Brasília, o senhor não foi direto para um acampamento. O senhor, na verdade, alugou, por dois momentos, um apartamento aqui em Brasília. Mas o senhor frequentava em que nível, por exemplo, os acampamentos? O senhor ia todos os dias aos acampamentos?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Por que a decisão de não, por exemplo, dormir nos acampamentos, mas seguir para estes apartamentos?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nos acampamentos... no acampamento, precisamente, além do Alan e além do Wellington – que era um jornalista; na verdade, consta o envolvimento dos senhores três em relação à fabricação e implantação da bomba –, com quais outras pessoas no acampamento o senhor se recorda de ter algum tipo de relação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. George Washington, o senhor fez uma referência no seu depoimento dizendo que o senhor teria levado uma denúncia a um general de que havia, por exemplo, dentro dos acampamentos, infiltrados. O senhor recorda o nome desse general?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Consta nas informações que estavam no celular, inclusive, a escrita de uma carta; e que, naquele momento, na carta, havia alguns pontos fazendo um levantamento, por exemplo, inclusive, da sua formação, do seu treinamento em várias armas e em vários manuseios de arma, e que essa carta o senhor estaria enviando naquele momento ao Presidente da República. O senhor chegou, na verdade, a pedir auxílio de alguém para que essa carta chegasse às mãos do Presidente?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Mas o senhor, na verdade, escreveu essa carta. O senhor confirma?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Precisamente no dia 12 de dezembro, que foi o dia da tentativa de invasão à sede da Polícia Federal, onde o senhor estava naquele momento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu estava numa churrascaria lá no conjunto... Eu acho que é Planalto, uma coisa assim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Vila Planalto, isso mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor lembra o nome da churrascaria? Não?

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campanha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Consta da informação que o senhor havia conversado com policiais militares e também com bombeiros e que eles, na verdade, teriam afirmado ao senhor que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

iriam criar nenhum tipo de obstrução diante da destruição e do vandalismo, desde que os envolvidos não os agredissem, ou seja, não agredissem esses policiais. É verdade essa afirmação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor teria dito, na verdade, que tinha o objetivo de distribuir vários armamentos a integrantes dessas manifestações. Eu li agora há pouco, inclusive apresentamos aqui a imagem, um volume muito grande, na verdade, de armas. O senhor chegou a compartilhar essas armas com alguém do acampamento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Sr. George Washington, o senhor veio a uma audiência pública aqui no Senado Federal precisamente no dia 30 de novembro. Nessa audiência pública em que o senhor esteve aqui o senhor permaneceu nessa audiência pelo tempo de duas horas. Confere?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – As imagens são claras acerca da sua presença.

Como é que foi a sua vinda para cá? Quem o convidou a vir para cá?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor entrou, naturalmente, pelo acesso aqui ao Senado Federal. Com auxílio de mais alguém?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Dentro dos acampamentos, por exemplo, o senhor conseguia ver a presença, por exemplo, de integrantes das Forças Armadas brasileiras, de militares dentro dos acampamentos?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Na classe política... Nós estamos aqui dentro de uma casa política e, portanto, há vários Parlamentares, assim também como Senadores, e aquela audiência, precisamente do dia 30, ela teve uma concorrência muito grande, uma presença muito grande de Parlamentares. Naquele momento o senhor chegou a conversar com algum Parlamentar?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Especificamente em relação ao Proarmas – inclusive o senhor faz referência na ligação que consta de notícias que já são de conhecimento público e hoje,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possivelmente, isso consta em inquérito que ocorre em segredo de justiça –, o senhor teria buscado, ou tentado buscar, um apoio e uma proteção de representantes do Proarmas, precisamente Pollon, que é um agente político. O senhor buscou ajuda junto a ele?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Quando o senhor veio do Estado do Pará para cá, com um volume de armas muito grande no seu veículo, o senhor foi questionado, por exemplo, que, se viesse a ser interrompido ao longo da rodovia, teria que buscar, por exemplo, auxílio junto ao Proarmas. O senhor chegou a afirmar isso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Consta da informação que o senhor recebeu, solicitou treinamento, por exemplo, de policiais, e aí seria especificamente de policial federal, para ter orientação acerca de manuseio de armas. Aí eu faço um destaque especificamente que seria um *sniper* que lhe daria essas instruções. O senhor procurou?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor lembra, o senhor recorda dessa frase: "O Presidente Lula não subirá a rampa do Palácio do Planalto"?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor não se lembra de nunca ter ouvido essa frase?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Alguém, em algum momento, discutiu com o senhor ou falou com o senhor na tentativa de construir um plano para matar, atirar no Presidente Lula, precisamente no dia 1º de janeiro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, já chegando aqui na finalização dos meus questionamentos.

Essa frase "Um povo armado jamais será escravizado", o senhor repetia com frequência?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – O senhor na verdade chegou e se apresentou com um volume significativo, por exemplo, de material explosivo, e esse material é adquirido inclusive com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita restrição. Parece-me que alguns deles, e a gente conversou agora há pouco aqui com o perito, que há uma definição clara inclusive de números de série, exatamente para manter esse controle. Esse acesso a esse material explosivo o senhor conseguiu com uma relativa facilidade ou o senhor teve auxílio de mais outras pessoas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, muito obrigada. Infelizmente o depoente não respondeu a todas as perguntas, mas muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Só para fazer justiça aqui, eu informei há pouco que o requerimento que convocava o depoente na condição de investigado era de autoria do Senador Girão, mas me equivoquei, é de autoria do Senador Kajuru.

Passamos agora ao próximo orador inscrito, Senador Izalci Lucas, falando na condição de autor do requerimento.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bem, de acordo com a sentença do Juiz Osvaldo Tovani, de 11 de maio de 2023, o senhor foi condenado a nove anos e quatro meses de prisão, e o seu parceiro, o Sr. Alan Diego dos Santos Rodrigues, à pena de cinco anos e quatro meses, ambos em regime inicial fechado. O senhor e Alan foram condenados por expor a perigo a vida, a integridade física e o patrimônio de outro, mediante colocação de dinamite e de substância de efeitos análogos em um caminhão tanque carregando combustível, bem como causar incêndio em combustível inflamável.

Além disso, o senhor ainda foi condenado por porte ilegal de armas de fogo, artefato explosivo e incendiário. Aliás, a sentença, em momento algum, fez alusão a crime de terrorismo, mas, sim, ao crime de explosão e ao crime de perigo, os artigos aqui citados em lei.

Outrossim, segundo a sentença, os acusados se conheceram por ocasião das manifestações, quando resolveram praticar o ato criminoso. Portanto, o encontro foi por acaso e não premeditado.

Ademais, a sentença demonstrou incontestes, em perícia de George, para montar o artefato explosivo, indicando inclusive que ele fez consulta na internet para a referida montagem. A propósito, ainda de acordo com a sentença, a referida montagem foi realizada de última hora, na véspera da tentativa de explosão.

Em razão então desse contexto, eu pergunto, e nada que vai incriminá-lo, porque eu citei aqui a sentença que já foi promulgada: V.Sa. poderia nos dizer se a ação criminosa colocada em prática foi decorrente de uma decisão isolada, restrita a um grupo de poucas pessoas, ou estava inserida numa articulação ampla e coordenada pelas lideranças do próprio acampamento?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V.Sa. apresentou, durante esse período, algum atestado de questão de sanidade mental, alguma coisa? Só para... *(Pausa.)*

O senhor apresentou...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não apresentou?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Está em perfeito juízo? *(Pausa.)*

V.Sa., nas vezes em que esteve no acampamento, percebeu a existência de grupos com características terroristas, ou seja, movidos por razões xenofóbicas, discriminatórias, preconceituosas, com o objetivo de provocar terror social e generalizado?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V.Sa. poderia nos confirmar que só conheceu seus parceiros por ocasião das manifestações? Que não possuía familiaridade com a montagem de explosivos, tanto que fez consulta na internet e que a referida montagem ocorreu na véspera do dia 24, portanto, foi realizada de última hora?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Senhor, permanecerei calado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Isso, eu acho que não o incrimina. Isso pode salvar muitas pessoas que estão presas, estão sendo condenadas. E se V.Sa. confirmar que foi uma decisão isolada, que não foi de um grupo, nesse sentido de terrorista, isso poderia amenizar a situação de senhores que estão lá presos, sem ver família há três, quatro meses. V.Sa. continuaria negando responder isso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Ficarei calado, senhor. Não tenho conhecimento. Ficarei calado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tem conhecimento se V.Sa. mesmo praticou de forma isolada, só com esses parceiros aqui, ou V.Sa. tinha um complexo no acampamento, formulando essa prática? É só "sim" ou "não".

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – V.Sa. pode dizer quantos encontros manteve com seus parceiros entre o dia 12/11, quando chegou a Brasília, e 23/12, quando entregou o artefato explosivo?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Bem, V.Sa. sabe o que representou a atitude de V.Sa. no sentido de tentar explodir ali esse caminhão, que poderia ter matado milhares de pessoas. O senhor tem essa consciência do ato que V. Sa. fez?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, de fato, corroborando aqui com a nossa Relatora, em diversas CPIs, realmente, esse tipo de resposta ele poderia responder, até porque, na sentença e no processo de primeiro grau, ele respondeu a tudo isso.

Só para conhecimento de V. Sa., no testemunho aqui dos policiais, tudo isso que foi colocado eles confirmaram. Eu só queria, de fato... É no sentido de V. Sa. assumir, com esse grupo pequeno, porque, hoje, paira dúvida se todos os que estão presos hoje na Colmeia e também na Papuda, paira dúvida se eles também estavam nesse processo de planejamento que V. Sa. fez, porque, pelo que tudo indica e pelos testemunhos que foram dados aqui, foi uma manifestação de alguns, de V. Sa. e meia dúzia de gatos pingados, que tentaram fazer tudo isso.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Senhor, eu estou... Eu já fui condenado, estou preso e o meu caso não tem nada a ver com o caso do dia 8, que corresponde a essa CPMI.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sim, mas V. Sa. é testemunha e é isso que nós estamos dizendo.

Na realidade, o que está sendo colocado aqui pela Relatora e outros é que esses atos praticados antes do dia 8 é que provocaram tudo isso e que foram todos planejados por esse pessoal todo que está preso. Se V. Sa. disser: "Não, isso era um grupo isolado" e tal...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu permanecerei calado, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – ... você pode salvar...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

Eu já respondi que não tem nada a ver uma coisa com a outra.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ah, sim. Isso é importante dizer.

Essa questão do dia 24 não tem nada a ver com o que aconteceu dia 8?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Absolutamente.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tinha ligação nenhuma?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Absolutamente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Ótimo.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não. Absolutamente, não, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tem vinculação nenhuma?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O dia 12, o dia... Mas o senhor participou do dia 12 e do 24? Ou só foi dia 24? (Pausa.)

Não, em 24, já tinha sido preso. Dia 12 foi quando... Participou.

O senhor está dizendo que dia 12 e 24 não têm nada a ver com o dia 8? Nenhuma ligação.

Foi isso...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não, não tem nada a ver.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Não tem nenhuma ligação.

Bem, V. Sa. está preso. Evidentemente que não está dormindo, por questão de consciência. O senhor dorme tranquilo de que essas pessoas que estão lá... Pelo menos a narrativa é no sentido de que tudo que foi praticado dias 12 e 24 tinha vinculação.

Eu acho que esse depoimento é importante, porque tira essa narrativa de vinculação dos dias 12 e 24 e dia 8 de janeiro.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – O senhor pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Eu digo que essa afirmação que V. Sa. disse, que dias 12 e 24 não têm nada a ver com o dia 8, são coisas totalmente distintas, já...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – O dia 12 não tem nada a ver com o dia 24, nem o dia 24 tem a ver com o dia 12 e o dia 8.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – O.k.

Então, isso, Presidente, demonstra, realmente, tira essa narrativa de que tudo isso foi planejado lá atrás para acontecer dia 8.

E quero aqui aproveitar a minha fala, Presidente, só para reforçar a urgência do depoimento... Do depoimento do G. Dias, que, inicialmente, tinha sido rejeitado e, depois, aprovado. As mentiras que foram colocadas no depoimento nós vamos aqui, de fato, apurar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele já reconheceu que alterou realmente o relatório encaminhado aqui, realmente, para o Congresso Nacional, para a Comissão.

Sinto-me satisfeito, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Izalci Lucas.

Passo a palavra ao próximo inscrito, o Deputado Rubens Pereira Júnior, também na qualidade de autor do requerimento.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, para deixar bem claro por que o Sr. George Washington está aqui. Ele colocou uma bomba, foi quem criou uma bomba e a colocou, junto com outros dois elementos, num caminhão de combustível para explodir lá no Aeroporto de Brasília. E qual era o objetivo? Segundo o próprio George Washington – e eu vou já perguntar para ele –, era criar um caos no país, para que, a partir do caos, tivesse uma decretação de estado de sítio, uma intervenção federal, e isso impedisse a posse do Presidente Lula. Foi uma tentativa de golpe de Estado fracassada.

Quando fracassou a primeira tentativa de golpe, no dia 24 de dezembro, aconteceu a segunda tentativa de golpe, no dia 8 de janeiro. Então, dizer que um ato não está relacionado com o outro é um equívoco, e, mais do que isso, Sr. George Washington, eu tenho um entendimento.

Eu queria que o senhor falasse, porque o senhor tem a chance de se defender para o Brasil inteiro: defender-se do que o senhor fez, se o senhor tem convicção, por que o senhor fez, com quem o senhor fez. Saiba que tem outros criminosos que estão foragidos e que o senhor podia ajudar a encontrá-los, porque... Sabe o que está acontecendo? O senhor já foi abandonado. Os seus, que o senhor vivia defendendo para cima e para baixo, o abandonaram. O bolsonarismo já o abandonou, como abandonou outros: Daniel Silveira, Roberto Jefferson, Waldir Ferraz, Queiroz, e agora o senhor já foi abandonado.

Aqui o que usaram de expressão do senhor é dizendo, inclusive, que o senhor não está na sua sanidade mental, para dizer que foi um ato isolado, que não tinha motivação política e que o senhor tem que ser condenado mesmo. O senhor já foi condenado, em primeiro grau, com mais de nove anos em regime fechado, e a tendência é aumentar porque há recurso.

Repito: o que nós queremos é essa apuração. E não venha dizer: "Não, foi um ato isolado". Eu vejo o senhor, eu olho os seus depoimentos, perdoe-me a expressão – e é política, é minha opinião pessoal, e a isso eu tenho direito durante a inquirição –: o senhor tem a cara do bolsonarismo. Todos nós conhecemos várias pessoas que nem o senhor, que é muito valente e, quando chega aqui, fica caladinho, querendo fugir para não ter que responder, que usa o nome de Deus em vão. Na sua carta, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor fala que "o que Deus deseja está no coração" e, logo depois, bota uma bomba no Aeroporto de Brasília! Tem a cara também porque foi incompetente, fracassou – graças a Deus, aqui, sim, usado da forma devida –, salvando muitas vidas. É também a cara do bolsonarismo porque ia lá no acampamento articular como dar um golpe de Estado.

E aí eu tenho que lhe perguntar: qual era o seu objetivo quando o senhor fabricou uma bomba e, junto com outros dois, colocou-a num caminhão de combustível lá no Aeroporto de Brasília?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Senhor, eu vou falar uma situação, um pouco da minha carreira aqui, em minutos.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Não, não. Eu peço que o senhor responda.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Então, eu vou permanecer calado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Eu quero que o senhor responda.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu vou permanecer calado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Tudo bem, o senhor tem direito a falar antes, tem direito a falar do que quiser, mas agora eu estou lhe perguntando: qual foi o objetivo de colocar uma bomba num caminhão de combustível?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Vou permanecer calado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Tudo bem, o senhor permanece calado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Júnior, deixe-me esclarecer aqui para o depoente: o senhor poderá falar ao final. Agora, esse tempo de dez minutos é do Parlamentar. Então, o tempo dele está contando, inclusive na sua resposta. O senhor tem direito, se julgar que quer permanecer calado, de dizer que vai permanecer calado. Agora, à pergunta, objetivamente, o senhor responde ou então permanece calado.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA. Para interpelar.) – Eu agradeço, Sr. Presidente. Ele tem o direito de se manter calado, inclusive, eu sou contra a flexibilização do direito ao silêncio. Para mim, se há um precedente do Supremo, eu, pessoalmente, discordo.

À advogada quero, inclusive, parabenizar pela sua atuação profissional, que em nada se confunde com o seu cliente.

Mas ainda que o senhor não responda, Sr. George Washington, aqui tem outros momentos em que o senhor já falou: "O que me motivou a adquirir tantas armas foram as palavras do Presidente Bolsonaro, que sempre enfatizava a importância do armamento civil, dizendo o seguinte: 'um povo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

armado jamais será escravizado'. A minha ida até Brasília tinha como propósito participar dos protestos que ocorriam em frente ao QG e aguardar o acionamento das Forças Armadas para pegar em armas e derrubar o comunismo". O senhor já disse também: "Eu resolvi elaborar um plano com manifestantes do QG do Exército para provocar a intervenção das Forças Armadas e decretar o estado de sítio para impedir a instauração do comunismo no Brasil". Por mais que o senhor fique calado agora, mas o senhor já falou antes, e o Brasil todo sabe disso.

Mas vou além. Tenho uma próxima pergunta para o senhor: quem financiou a compra das armas e sua estadia em Brasília?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Diante do seu silêncio, que é constitucional, e isso não pode fazer um prejulgamento de culpa, mas isso dá a todos nós o dever até de pedir, na próxima sessão, na próxima reunião deliberativa, a quebra do sigilo bancário, a quebra do sigilo não apenas do senhor, mas das empresas também do seu tio, da empresa de postos de combustíveis das suas primas, que era justamente de onde o senhor era funcionário. Isso porque nós suspeitamos que o financiamento de todos os atos golpistas não saía das pessoas físicas.

A sua chance de responder era justamente para a gente trazer luz. Não trouxe. Tudo bem! Mas tem outros elementos à disposição da Comissão para a gente ir atrás. E eu estou informando ao senhor: por conta desse silêncio é que nós faremos a quebra do sigilo, porque nós vamos atrás dessa informação. Nós queremos saber quem financiou.

Tenho mais uma pergunta a V. Sa. e já me encaminho pro fim. Eu queria saber como foi o diálogo dentro do acampamento para poder combinar a bomba.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – Mesmo o senhor não respondendo, fica o país inteiro se perguntando como é que, num acampamento em que alguns querem fazer crer que só tinham pessoas de bem e velhinhas, havia um diálogo para colocar uma bomba e uma discussão: "Bota a bomba em Taguatinga"; "Não, bota a bomba no aeroporto"; "Ei, eu vou botar a bomba perto da entrada". E alguém diz, suspeito que foi o senhor – não tenho prova para isso –: "Não, perto da entrada, não; bora botar é perto de um caminhão de combustível". Afinal de contas, o senhor é gerente de posto de combustível, ou era, antes de se destacar e vir pra cá. E é justamente isso que eu quero entender, esse ambiente de normalidade do acampamento, onde o senhor dizia: "Eu trouxe armas para fornecer para mais pessoas que desejarem pegar em armas".

É isso que precisa ser esclarecido: qual era o papel do acampamento onde esse tipo de diálogo acontecia? Não são pessoas de bem, não podem usar o nome de Deus em vão, não podem dizer que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso é por questões da família acima de tudo, não têm como dizer que isso é questão político-partidária. Isso é tentativa de golpe de estado! Até a data em que aconteceu, dia 24 de dezembro, na véspera do Natal, acelerou porque queria que fosse antes da posse do Presidente Lula. O objetivo, no final das contas, era criar uma espécie de impedimento para que o Presidente Lula pudesse tomar posse. E é isso que nós estamos apurando.

O senhor participou, não sozinho, da primeira tentativa de golpe no dia 24 de dezembro. Eu até acho que, no dia 12, foi só um ensaio. Minha impressão. Invasão à sede da Polícia Federal, queimando ônibus, bomba em todo canto em Brasília.

Eu estava aqui no dia, que foi o dia da diplomação. Queriam criar um problema, porque a diplomação era a legitimação da eleição do Presidente Lula. Tenta depois, uma semana antes da posse, no dia 24 de dezembro, período inclusive em que era mais movimentado o aeroporto de Brasília.

A outra tentativa de golpe seria no dia 1º de janeiro, Deputada Laura. Sabe por que não foi? Porque a posse do Presidente Lula foi popular e democrática. O povo tomou as ruas e eles se intimidaram. Marcaram para o final de semana subsequente, suponho. E é isso que nós vamos investigar.

Eu queria, sinceramente, Sr. George Washington, que o senhor ajudasse, pelo menos, a gente a prender as outras pessoas que participaram desse planejamento da bomba.

O próprio delegado falou: "Tem inquérito; está tendo diligência; outras pessoas vão ser presas." Se estiverem assistindo, saibam que a polícia civil está investigando e nós também vamos investigar.

O Presidente já pediu cópia do inquérito naquilo que não atrapalha a diligência. Quem era a mulher? Quem é que forneceu a Ranger branca? Quem era que queria botar lá em Taguatinga? Quem foi que deu, o fornecedor? Quantas pessoas participavam das decisões de onde colocar a bomba? Isso tudo merece ser investigado, para que justamente atos como esse não se repitam.

Mas encerro...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBENS PEREIRA JÚNIOR (PT - MA) – ... lembrando ao senhor: muito cuidado, o senhor foi o primeiro abandonado. Tentaram aqui, inclusive, dizer: "Olha, a sua resposta pode influenciar no processo das outras pessoas".

Querem usar o senhor de bode expiatório? Querem colocar toda a culpa do mundo apenas no senhor? Dizer que foi um ato isolado?

Nós sabemos das suas relações com o Presidente Bolsonaro – políticas, não são pessoais. A gente sabe que o senhor nem teve acesso a ele, mas tentou de todas as formas. Preparou uma carta, dizia que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele era uma inspiração para o senhor. Disse que comprou arma por causa dele, e infelizmente... Perdão! E, graças a Deus, não conseguiu chegar até o final.

Mas, insisto, essa era a oportunidade de o senhor se defender perante o Brasil inteiro. Nós da CPI temos outros instrumentos e nem mesmo o seu silêncio irá atrapalhar o andamento das investigações.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, a Senadora Ana Paula Lobato.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente Arthur Maia, Senador Magno Malta, vou diretamente aqui às perguntas ao Sr. George Washington.

George Washington, informações divulgadas pela imprensa e constantes do inquérito policial e da sentença condenatória proferida pelo Juiz Osvaldo Tovani, da 8ª Vara Criminal de Brasília, dão conta de que o senhor foi preso em um apartamento localizado no bairro Sudoeste desta capital e em seu poder foi encontrado o seguinte arsenal: um fuzil AR-10; duas espingardas calibre 12; 30 cartelas de munição 357 Magnum; 39 cartelas de munição 9mm, contendo 10 munições intactas; e duas caixas contendo 50 munições de 9mm. Tal armamento foi orçado em mais de R\$160 mil.

Considerando as despesas da viagem do Pará ao Distrito Federal, o aluguel do imóvel, o valor do arsenal e os custos para aqui se manter, lhe pergunto: quanto o senhor estima ter gastado no total?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Tais valores são compatíveis com a sua renda?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Investigações demonstraram que o senhor acumula dívidas consideráveis. Novamente indago: sua renda é suficiente para arcar com estes custos que citei?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Além disso, consta que seus familiares permaneceram na sua cidade de origem.

Quem pagou ou tem pagado as despesas de sua casa?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – O senhor contou ou tem contado com ajuda financeira de empresas, em especial, transportadoras, familiares ou outras pessoas físicas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – O *site* O Antagonista confirmou que o senhor manteve uma agenda com um Parlamentar cerca de um mês antes da tentativa de explodir um caminhão com 63 mil litros de querosene de aviação no aeroporto de Brasília.

Quem é este Parlamentar e qual é foi a pauta do encontro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – O senhor mantém contato ou foi apoiado por este ou outros Parlamentares antes e depois de ser preso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – O *site* De Olho nos Ruralistas identificou que o senhor, ao ser preso, fez questão de ligar para duas pessoas. É significativo que não se tratasse de um membro familiar ou de um advogado.

Assim, lhe pergunto: quem são nomeadamente essas pessoas e qual a sua ligação com elas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Por qual motivo específico após a sua prisão em flagrante o senhor priorizou o contato com tais pessoas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Qual é o teor dessas conversas? O senhor ouviu dessas pessoas algum aconselhamento específico?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – O senhor se considera um homem de negócios bem sucedido com sua empresa de gás no Pará?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – O senhor tem uma estrutura familiar com esposa filhos, não é isso? Certo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu sou casado há 33 anos, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Tem filhos?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Tenho dois filhos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – E qual o seu propósito, qual o seu...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Posso continuar um pouco aqui?

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – À vontade.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Sou casado há 33 anos, tenho dois filhos. Um dos filhos requer cuidados especiais, requer algo de diferente; é especial.

E há 37 anos da minha vida eu trabalho dentro de empresas de caminhão-tanque de petróleo, de garagem, de transporte de combustível naval.

Então, desses 37 anos, eu me afastei muito pouco desse ramo de combustível, de inflamáveis, vamos se falar. Seria uma loucura, uma insanidade da minha cabeça colocar algo que explodisse um caminhão-tanque. Eu acabaria com toda a minha vida.

Eu tenho 55 anos. Como alguém falou aqui dentro que eu estou insano... Não estou. Não estou. Isso aí eu lhe confirmo que eu não estou.

Agora, esse é praticamente o meu currículo. Há 37 anos praticamente no mesmo ramo, eu não seria louco de colocar um artefato, um explosivo em cima de um caminhão. Jamais na minha vida.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Esse é o momento de poder esclarecer isso. Por que fez isso, então?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, continue por favor.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Pois é, e eu queria lhe perguntar se o senhor chegou a pensar no seu filho, na sua família, quando fez isso.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Senhora, naquele acampamento, existiam informações e contrainformações. E o que tinha muito ali dentro chamavam-se infiltrados – muitos, muitos, muitos, muitos mesmo. Não era pouco, não. Uns apareciam. Quando eram descobertos, saíam e apareciam outros. Tinha ônibus de infiltrados – ônibus de infiltrados. Isso o Exército detectou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Vamos respeitar a palavra do depoente. Falou-se muito aqui que ele não ia falar. Agora que ele está falando, eu peço a todos que mantenham o silêncio para ouvi-lo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou acrescentar mais um minuto para a Senadora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Obrigada, Presidente.

Continue, por gentileza.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Infiltrados são pessoas que não faziam parte daquele acampamento.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – E como o senhor conseguiu identificar esses infiltrados?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – As próprias Forças Armadas identificaram muitos, tanto que foram retirados de dentro do acampamento todos os ambulantes que estavam ali vendendo objetos.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – E as Forças Armadas estavam nesse acampamento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – As Forças Armadas estavam fora do acampamento, mas eles faziam a ordem de toda a região, de toda a área...

(Intervenção fora do microfone.)

... fazendo a segurança.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – E como eles souberam quem eram esses infiltrados?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – A Inteligência deles.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Quem participou dessa investigação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Aí eu permaneço calado, porque eu não sei quem participou disso aí.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Agora eu lhe pergunto: qual era o seu propósito, quais eram os seus interesses ao deixar a cidade, a sua cidade de Xinguara, e vir para Brasília?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Em depoimentos anteriores, o senhor declarou que as armas se destinavam a CACs.

Quanto aos explosivos, o senhor já tinha em mente produzir uma bomba ou a ideia surgiu posteriormente, quando já participava do acampamento próximo ao Comando Militar do Planalto?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – E aí eu lhe pergunto: se o senhor não tivesse sido infiltrado, o senhor tinha explodido essa bomba?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Ao alugar apartamento em Brasília, por que e por quanto tempo o senhor pretendia aqui permanecer?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Antes do episódio da bomba, qual era a sua rotina em Brasília, particularmente no acampamento próximo ao quartel do Exército?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Com quem passou a conversar no acampamento e na cidade?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – De que manifestações e atos de protestos o senhor participou nesse período?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Sobre a confecção da bomba, esclareça-nos com quem o senhor conversava, em que circunstâncias e quais foram as participações do senhor e dos demais integrantes desse grupo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Segundo consta no noticiário, o senhor teria divergido do Sr. Alan dos Santos acerca do local em que a bomba deveria ser detonada. O senhor pretendia colocar a bomba em área de distribuição elétrica da capital? Confere?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – O que eu posso falar para a senhora seria que eu nunca na minha vida colocaria uma bomba em cima de um caminhão-tanque. Ou, como alegaram, de o caminhão-tanque entrar dentro de um aeroporto e explodir dentro do aeroporto do lado de um avião.

Esse caminhão, com 62 mil litros de QAV, que é querosene de aviação, não encostaria perto de nenhum avião. Ele iria descarregar no aeroporto, eu já trabalho com isso e eu sei, e dali outros caminhões menores abasteceriam o avião. Mas jamais eu colocaria uma bomba em cima de um caminhão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa...

(Soa a campainha.)

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Esse artefato que vocês falam, que a imprensa fala, que era dinamite, até os próprios peritos falaram, na perícia deles, era nitrato de amônia, com mais alguma outra mistura.

Não tinha poder de explosão.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Mas faria isso em outro local?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Vou permanecer calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Por que, então, o artefato foi colocado num caminhão carregado de combustível, localizado nas proximidades do Aeroporto Internacional de Brasília?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Vou permanecer calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Quais as razões para não ter ocorrido a explosão da bomba? Faltou conhecimento técnico da parte de quem atuou com o senhor?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Vou permanecer calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Se não colocasse no tanque, colocaria onde?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. ANA PAULA LOBATO (PSB - MA) – Presidente, são somente essas as minhas perguntas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Passamos ao próximo orador inscrito, o Deputado Duarte.

O SR. DUARTE (PSB - MA. Para interpelar.) – Sr. George, o senhor foi condenado – condenado – a nove anos e quatro meses. O senhor tem pouco mais de nove minutos para honrar a memória da sua esposa, para honrar a memória dos seus filhos.

O senhor acabou de falar que tem um filho com necessidades especiais. Eu também tenho. E absolutamente em tudo o que eu faço na minha vida, inclusive o que estou fazendo agora, eu penso no meu filho. O que ele vai pensar sobre mim daqui a cinco ou dez anos?

O senhor tem hoje uma oportunidade, porque o senhor é réu confesso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor preparou um dispositivo explosivo, colocou próximo de um caminhão, com o tanque cheio de combustível, nas proximidades de um aeroporto, colocando em risco a vida de milhares de pessoas.

Talvez nessa oportunidade, pela paixão pelo seu mito, por aquilo em que você acredita, você se esqueceu da sua família, você se esqueceu dos seus filhos. O senhor tem nove minutos para dizer a verdade. Eu não acho justo que o senhor responda sozinho por um crime que não foi planejado individualmente.

Então, eu lhe pergunto: o senhor agiu por conta própria?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor não vai responder?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – De onde partiu a ideia, de onde partiu o planejamento? O senhor acabou de falar que dentro dos acampamentos os militares monitoravam a entrada e saída de pessoas e identificaram infiltrados? O senhor era um desses infiltrados?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor se considera um patriota?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Considero... Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Uma pergunta simples.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor se considera um patriota ou não?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Sim.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Considera-se um patriota.

A sua postura de tentar explodir uma bomba é uma postura digna de um patriota?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor defende o porte de armas, o senhor gosta de armas, utiliza armas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Sim. Armas não matam. Quem mata é o homem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DUARTE (PSB - MA) – E o senhor sabe que a sua conduta colocou em risco a vida de várias pessoas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Com armas?

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Com a bomba, com explosivo.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor tinha R\$170 mil em armas, com um salário de R\$5 mil. Quem bancou a conta?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor se hospedou em um hotel em Brasília, aqui, na zona sul. Quem pagou a conta?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Depois do hotel, contratou um aparte, alugou um apartamento com garagem. Quem financiou?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor acha que nesse momento sua família está orgulhosa da sua conduta? Estou lhe perguntando.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – O senhor acha que a sua família tem orgulho da sua conduta?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Sr. Presidente, diante desse silêncio covarde do Sr. George, porque é isso que o senhor é, covarde, medíocre, utiliza a imagem do seu filho aqui...

A SRA. RANNIE KARLLA – Pela ordem, Presidente.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – ... para tentar sensibilizar as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não está concedida a ordem.

A senhora se mantenha calada, por favor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor é covarde, medíocre, usou a imagem de uma criança com necessidades especiais para tentar sensibilizar as pessoas. Seu covarde! O senhor poderia ter matado crianças com deficiência, poderia ter matado pessoas inocentes. Por sorte, graças a Deus, você é incompetente até para a prática de um crime. E eu estou lhe dando uma oportunidade. A democracia que você atentou contra está lhe dando oportunidade de falar, de dizer quem são seus comparsas. O senhor cala porque tem rabo preso, fica calado para proteger quem lhe financiou, quem lhe financia, quem deve estar bancando a sua família. O senhor está distante do seu filho, e a sua covardia vai mantê-lo distante ainda mais tempo. O senhor não está pensando no seu filho, o senhor não está pensando nas necessidades especiais do seu filho, não está pensando na sua família, porque o senhor é covarde.

E eu lhe pergunto: o Presidente que você defende afirmava aos quatro cantos deste país que bandido bom é bandido morto. Agora, que está olhando o sol nascer quadrado lá da Papuda, o senhor continua concordando com o seu Presidente, com o seu mito ou mudou de opinião?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. DUARTE (PSB - MA) – Vai ficar calado por muito tempo na cadeia, porque é isso que o senhor merece, seu covarde, seu bandido, seu condenado.

Sr. Presidente, é o suficiente, porque é impossível tolerar a mediocridade, a covardia de um homem frouxo como esse.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Apenas um apelo que eu faria, não só a V. Exa., mas a esta Comissão, com muito respeito, pois sabe do respeito que tenho por V. Exa., do carinho que tenho por V. Exa., da admiração que tenho, da amizade, posso dizer assim.

E, no calor dos trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – isso aconteceu na CPI passada também –, às vezes, a figura do advogado é confundida com a figura de quem ele representa. E eu pediria essa cautela, porque o advogado é uma figura fundamental em qualquer processo. Então, o trato com a figura do advogado há que ser distinto do trato que se dá à figura de quem é acusado ou mesmo daqueles que estão na figura de testemunha.

Apenas esse sublinhado, sei que V. Exa. é uma pessoa absolutamente compreensível, porque, no passado, nós tivemos um ambiente absolutamente desagradável com os advogados que acompanhavam os seus constituintes aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas nesse aspecto.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (UNIÃO - BA) – Todo o respeito pelos advogados, meu caro amigo, Deputado Rogério, até porque sou advogado. Então, tenham certeza que, pela Dra. Rannie Karlla todo o nosso respeito, e, é claro que, através do respeito que tenho pela colega advogada, esse mesmo respeito vai para todos os advogados do Brasil.

Eu passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Deputado Delegado Ramagem. *(Pausa.)*

O Deputado não está presente, passo para o próximo orador inscrito, Senador Jorge Kajuru, que também não está presente.

Passamos agora à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nesse contexto aqui, de um silêncio majoritário do depoente, eu quero, primeiro, afirmar aqui algo que muitos aqui têm tentado o dia inteiro desfazer, que é a relação absolutamente clara entre o dia 12, o dia 24 e o dia 8 de janeiro, até porque todas essas datas têm um único objetivo: tentar questionar a validade da eleição, tentar criar uma possibilidade de caos no país e tentar inviabilizar a posse e o início do Governo que foi eleito democraticamente nas urnas.

E essa é a investigação e essa é a apuração que nós fazemos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O senhor é um réu confesso. Está condenado, inclusive, por isso. O senhor foi preso seis horas depois do crime cometido, nas proximidades do aeroporto de Brasília. E nós temos o seu depoimento, nós temos o seu depoimento, não adianta o senhor se calar aqui, está tudo escrito, inclusive quando o senhor diz exatamente o que já foi lido aqui, e eu faço questão de ler de novo: que o objetivo "era cometer infrações penais que pudessem causar comoção social a fim de que houvesse intervenção militar e decretação de estado de sítio".

O senhor sabe o que é um estado de sítio?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Voltando ao assunto de que a senhora falou agora há pouco, antes da pergunta: fique sabendo que eu votei, por duas vezes, no Presidente Lula.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu estou perguntando se o senhor sabe o que é um estado de sítio.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Vou permanecer calado na sua pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – A sua inspiração... é mais um infiltrado no acampamento, então. (*Risos.*)

É um infiltrado no acampamento, não é? É um infiltrado no acampamento.

E o senhor sabe o que é um estado de sítio?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Tá.

O senhor disse também que trazer as armas, distribuir os armamentos a indivíduos dispostos a usá-las...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... no cumprimento...

Eu não perguntei ainda. Eu estou lendo. O senhor pode aguardar?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Que o objetivo de trazer as armas era distribuir aos indivíduos...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... para usá-las no cumprimento do seu intuito – novamente dizendo – de fazer, garantir distúrbios sociais e evitar a propagação do que o senhor denomina como comunismo.

O senhor foi encontrado na sua caminhonete com a caminhonete cheia de armas no dia da bomba. O senhor, por acaso, queria fugir?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Foi o senhor que acionou a bomba de longe com controle remoto?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor sabe onde o Sr. Wellington, que fugiu depois do evento da bomba?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não sabe onde está o Sr. Wellington?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não. Nem conhecer o Wellington eu conheço.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E o Sr. Alan, o senhor conheceu onde?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas foi ele que... foi a ele que o senhor entregou a bomba?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor conhece quem era o Presidente do Proarmas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas não era ao Proarmas que o senhor iria pedir ajuda caso interrompessem o carro na estrada?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor sabe que o senhor é um terrorista, não sabe?
(Pausa.)

O senhor é um terrorista.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu não me vejo como terrorista, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas o senhor é.

Colocar...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não, não sou.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não, não é.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não sou.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor não se considera, mas...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não. Não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... o senhor é um terrorista. O senhor é um terrorista porque, além de estar dentro da lei do terrorismo, o senhor ia colocar em risco a vida, a integridade da vida das pessoas e o patrimônio público. O senhor ia colocar em risco a vida, provavelmente, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centenas de pessoas. O senhor é um terrorista. Além disso, o senhor cometeu vários crimes que estão no Código Penal.

O senhor não sente nenhum arrependimento do que fez?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu vou repetir a resposta. Eu já estou condenado, e não estou condenado pelo terrorismo. Não sou terrorista, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Eu sei pelo que o senhor está condenado, mas o seu processo está desmembrado, e essas outras, esses outros processos ainda são sobre o senhor e estão em outra instância. O que eu lhe pergunto é se o senhor está arrependido do que fez.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas nem do arrependimento o senhor é capaz de falar! Então, a coisa é mais grave do que eu imaginava.

Sr. George Washington, o senhor conhecer o Sr. Ricardo Pereira da Cunha? Qual é a relação que o senhor tem com ele?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – E o Sr. Bento Carlos Liebl?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Marcos Pollon.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Dentro do Congresso Nacional, o senhor já fez reunião com alguém aqui?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Não participou de nenhuma audiência pública aqui?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Tem filmagem minha numa audiência pública.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Então, não tem como negar, não é?

E quem é que fez o convite ao senhor para vir para essa audiência pública?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor também não tem como dizer, não é? É, porque, para entrar aqui para uma audiência pública, tem que ter algum tipo de possibilidade de entrar no Senado Federal para participar de uma audiência pública.

O senhor lembra se tinha mais alguém que participou desse crime dentro dessa audiência pública?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora. *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – O senhor acabou de admitir que entrava nos acampamentos, coisa em que, antes, o senhor tinha permanecido calado; agora o senhor disse. Como é que o senhor enxergou nesses acampamentos a possibilidade dos infiltrados?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Mas o senhor frequentava os acampamentos.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Cheguei a frequentar, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Frequentou. Muitas vezes?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Muitas vezes.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Muitas vezes.

Essa é uma boa resposta, inclusive. Nem esperava que ele respondesse essa, Presidente, olha... Essa é uma boa resposta, gostei.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – As mulheres têm essa capacidade de persuasão. *(Risos.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É, muitas vezes... Essa foi boa.

E, no dia 12, o senhor participou das manifestações?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Uma pergunta que não posso deixar de fazer: a carta, o senhor a escreveu de fato, a que estava no seu celular?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Até onde a gente sabe, não foi encaminhada, não é? Mas era uma carta de... era uma verdadeira declaração de amor ao Presidente Bolsonaro.

Eu pergunto: o Bolsonaro é uma referência política para o senhor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Poxa, mas... Declarou voto no Lula e não consegue declarar no Bolsonaro? Aí é um negócio incrível.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Persuasão...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – É, a minha persuasão agora acho que não valeu, não.

Outra coisa, uma pergunta: o explosivo foi feito no acampamento ou no seu apartamento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – Por fim, já que meu tempo aqui está acabando, quero dizer apenas o seguinte – já que as perguntas, certamente, as próximas, não seriam respondidas de fato –, dizer o seguinte, Sr. George Washington: o senhor participou de um dos crimes mais violentos que a gente já viu acontecer neste país, que foi colocar bomba... Se o senhor discordar, dizendo ser num caminhão de combustível, isso, a essa altura... para nós aqui o que importa é que o senhor participou de um crime hediondo aqui. Se o senhor queria botar numa torre de energia, dentro do aeroporto, num caminhão de combustível, isso aí a investigação é que vai demonstrar. O importante é que o senhor provavelmente foi quem produziu esse artefato; foi quem, não sei se num câmbio paralelo...

(Soa a campainha.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) – ... comprou esses explosivos; e foi o senhor quem articulou junto com os outros.

Agora saiba, e eu vou repetir aqui: o senhor está sozinho nesse negócio. Porque mesmo daqueles que defendem as mesmas ideias que o senhor, tudo que eu ouvi aqui hoje, o dia inteiro, foi todo mundo considerando o senhor um criminoso. O Sr. Bolsonaro já tinha fugido para os EUA, abandonou todo mundo aqui; os bolsonaristas que estão nesta Comissão também, todo mundo considerou o senhor um criminoso; o Sr. Wellington fugiu, e ninguém está com o senhor mais. Acho bom que o senhor se aprume e comece a contar as coisas, porque certamente o senhor vai pagar por isso sozinho.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada Jandira Feghali.

Passamos ao próximo orador inscrito, Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. George Washington, como é que é essa história dos infiltrados lá no acampamento? Tinha infiltrado lá?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Mas o senhor disse que tinha infiltrado.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então eu vou dizer o que o senhor disse no depoimento: "Durante o período em que frequentei o acampamento montado em frente ao QG do Exército..." – vou repetir – "durante o período em que frequentei..." – isso é o senhor dando o depoimento. Foi sob tortura o seu depoimento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois bem.

Durante o período em que frequentei o acampamento montado em frente ao QG do Exército, eu percebi que havia vários petistas infiltrados entre os ambulantes, que passaram a envenenar os alimentos vendidos aos bolsonaristas.

Mas o senhor votou no Lula. O senhor votou no Lula?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Votei, sim.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Votou?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não dessa vez.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, não dessa vez. Dessa vez o senhor votou em quem?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Ah, sim, o senhor é muito engraçado...

Eu vou dizer em quem o senhor votou: votou nesse para quem o senhor escreveu uma carta de amor político. O senhor escreveu ao Presidente Bolsonaro:

Longe de minha família, esposa e filhos e negócios, mas jamais desistirei de nossa pátria.
[Olha como o senhor era valente. Agora está esse covarde aí.]

O senhor despertou esse espírito em nós, o senhor sabe muito bem disso [Isso é o senhor dizendo ao Bolsonaro.]. Hoje sinto orgulho da nossa Bandeira, da nossa pátria amada Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha como o senhor era valente, hein? Agora o senhor está aí covarde, desse jeito, está aí mentindo.

Depois o senhor disse:

Em quase todos os seus pronunciamentos o senhor falou "o povo armado jamais será escravizado".

Só saio daqui com a minha família em pé, com a vitória, não me tire essa honra, senhor.

E o senhor pedia ao Bolsonaro para que ele solicitasse às Forças Armadas que, diante do caos, fizesse a lei de garantia da ordem e que, aí, o senhor estaria ali para, junto com ele, fazer com que Bolsonaro tomasse o poder, porque as eleições tinham sido fraudadas.

Isso o senhor escreve ao Bolsonaro, não é verdade? O senhor era tão valente! Agora, preso como um terrorista, está aí calado e mentindo! Mente para continuar protegendo o Bolsonaro. O senhor realmente é um bolsonarista convicto, fiel, mas está sozinho, porque aqui todos consideraram que o senhor é um terrorista solitário. Ninguém quer dar a mão para o senhor. O senhor está sozinho, viu? Todos aqui te abandonaram, todos os bolsonaristas, todos aqui disseram que o senhor é um solitário, falaram que o senhor é um... Eu vou lembrar o nome. Que o senhor é um tresloucado... Não foi tresloucado, esqueci a palavra que usaram.

Ah, alopado!

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Não dou questão de ordem para ninguém nem quero que me interrompam.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Ele está falando...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor é um alopado...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Ele está falando "todo mundo"...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor está dizendo que a pessoa...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – O professor está falando...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu não dou a palavra para esse sujeito aí.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Ele não ouviu, ele não ouviu isso de mim...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Eu não dou a palavra para esse sujeito!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Cale a boca aí...

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI, e art.19, inciso I, do Regimento Interno.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Ele está falando "todo mundo". Eu não sou todo mundo, e ele não ouviu isso de mim!

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Fora do microfone.*) – Cale a boca! Cale a boca! Fique calado, rapaz! Fique calado e escute!

Devolva meu tempo, Presidente, não tem condições...

(*Interrupção do som.*)

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, Senador Seif, aqui nós temos visto, de lado a lado, as pessoas se colocarem politicamente, às vezes de uma forma mais dura, às vezes mais incisiva, mas temos sempre preservado aqui o direito de cada um usar o seu tempo como quiser. Eu não enxerguei no Deputado Rogério Correia, na fala do Deputado Rogério Correia, ofensa a ninguém. Então vamos ouvir. Na hora em que V. Exa. falar, V. Exa. pode rebater ele politicamente, mas vamos manter aqui o nível dessa nossa reunião.

Eu vou dar um minuto a mais para o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Inclusive falando palavrão! Vê se pode um negócio desse! Interrompe o outro e ainda vem falar palavrão! Está aí...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Deputado Rogério Correia, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. *Para interpelar.*) – Ah, pelo amor de Deus! Interrompe os outros dessa forma...

Então eu diria ao senhor que o senhor era muito valente ao fazer essa pregação toda, mas agora o senhor está sozinho protegendo o Bolsonaro, mentindo, mas sozinho. Aqueles pressupostos que o senhor defendia, que queria a pátria... Aliás, isso aqui é do senhor, no Face, o senhor está lá: George Washington de Oliveira Sousa, "Pra frente e frontalmente com Deus à frente". E aqui tem vários elogios ao Presidente Bolsonaro, o senhor fala de pátria. O senhor disse que ia garantir que Bolsonaro ia tomar o poder, e aí o senhor armou essa questão da bomba, falou no caos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor esteve aqui no Senado, isso o senhor já confessou, o senhor esteve aqui no Senado numa audiência pública?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – O senhor tinha acabado de dizer que já esteve aqui, já vai permanecer calado. Mas é porque eu queria dizer que o senhor esteve aqui, na época e nesta mesma sala, e aqui foram várias as intervenções que foram feitas naquele momento que questionavam a eleição do Presidente Lula. Eu vou, por exemplo, ler algumas.

O Sr. Deputado Gilberto Silva, que estava aqui, por exemplo. Ele disse: "Já que o Congresso está acovardado [...], o Congresso não cumpre a sua [o]missão constitucional, o povo não acredita mais no Congresso, então tem que ser votado" – votado – "o art. 142 para garantia da lei e da ordem". Isso foi na reunião, era uma reunião pública, cada um podia dizer o que quisesse, nem todos são responsáveis pelo que os outros disseram, mas alguns vieram aqui para dizer de público isso, incentivar a votação do art. 142.

Outro, um blogueiro, Bismark Fabio Fugazza, diz: "Não vamos parar, não vamos retroceder. A tirania do Judiciário no Brasil está com dias contados. E o ladrão não sobe a rampa". Isso foi a reunião de que o senhor participou aqui. A reunião era impressionante, ela ficou o dia inteiro incentivando e dizendo, vários, que a eleição não valia, que ela tinha sido fraudada e que era preciso reagir e não permitir que as eleições, que o Presidente Lula subisse a rampa.

A blogueira Carina Belomé disse: "Povo que não tem virtude acaba por ser escravo. Nós estamos aqui para assinar a nossa carta pela alforria". "Alexandre", ela dizendo para o Alexandre de Moraes, "como eu chamo na internet, vulgo Xandoca, o senhor não pode tudo, muito menos o bandido chamado Lula".

O Deputado Rafael Lima Freire, no final, disse que "Tem valido a pena receber essa energia negativa de milhões e milhões de brasileiros, esse ódio", que ele achava que era imputado com essas palavras no povo, que ele disse que estava agora querendo que não se desse posse ao Presidente Lula.

O Ives Gandra participou também. Isso aqui foi um verdadeiro Big Brother Brasil, aliás, um "Big Golpe Brasil", porque eram tantas as falas contra o processo eleitoral, e o senhor aqui. E o senhor disse que conheceu aqui o Alan e que aqui conversou com ele. É verdade isso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois bem, nessa reunião estava de jurista, o Ives Gandra, que participou remotamente, até terrorista, que era o senhor, que estava aqui junto com o Alan. Isso foi 30 de novembro. Depois veio o dia 12, de que o senhor participou também, depois veio o dia 24, de que o senhor participou também.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está falando mal do artefato, mas foi você que montou o artefato. Não foi você que montou o artefato?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois bem. Fala mal do próprio artefato. Foi incompetência. Ainda bem que o senhor foi incompetente para montar a bomba. O perito já nos explicou aqui a falha que vocês fizeram na montagem da bomba.

Foi o próprio senhor, como terrorista, que queria lá explodir. O Alan foi que colocou a bomba.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Pois bem. Então, na verdade, este foi um acontecimento aqui na Casa. O senhor veio aqui para assistir a esta reunião. Qual era o seu objetivo de vir aqui?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Foi chamado por aqueles que protestavam contra as eleições, não é isso? O resultado.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Permanecerá calado.

Mas é isso, Presidente. O que a gente vê agora é que uma pessoa que estava tão valente, tão contundente, que disse que ia fazer e acontecer, que não ia deixar o Presidente Lula tomar posse, que iria fazer de tudo, que escreveu uma carta ao Presidente Jair Bolsonaro, dizendo que Bolsonaro ficasse tranquilo, porque você ia agir. Tudo isso, o senhor escreveu a ele, não sei se entregou, se ele chegou a receber.

Isso, nós vamos saber depois, porque quando nós formos ver o telefone também, que estava, do Mauro Cid, muita coisa vai ficar explicada lá, que vai ter relação inclusive com essas questões aí colocadas, que estão lá no telefone do Mauro Cid. Mas isso nós vamos começar a ver semana que vem, quando vão vir aqui alguns para dizer como é que era esse negócio aí de armar a garantia da lei e da ordem, o processo de golpe, a minuta de golpe na casa do Anderson Torres.

Mas o senhor disse que isso não tem nada a ver. Disse "nada, absolutamente nada." Foi realmente um fato isolado. O senhor sozinho definiu que ia colocar essa bomba por motivo algum. Qual era o motivo do senhor? Sadismo? Ver pessoas morrendo? Não tinha nenhuma motivação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Nenhuma motivação? A motivação não era política?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É melhor permanecer calado mesmo, porque quando abre a boca, é para falar mentira.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – Então, além de covarde, é mentiroso. Não quer ser chamado de terrorista, mas é como o Brasil inteiro chama o senhor. Estando no pé da lei, ou não. Mas os atos que o senhor ia cometer eram atos odiosos tanto contra as pessoas que estivessem lá, que poderiam ter, sim, pessoas mortas, inclusive deficientes, quanto também poderia fazer mal à democracia.

Mas eu vou avisar o senhor que eu estou pedindo também a quebra do sigilo, nesses 32 segundos que restam, ao Paulo Sérgio da Silva Lopes, seu tio, desculpa, ao Sebastião José de Souza, seu tio, a Francisca Alice de Souza Reis e Michelle Tatiana, sua prima, ao seu filho também, que é dono do restaurante, que é o mesmo do senhor, filho, vou pedir que eles também tenham o sigilo quebrado, porque provavelmente vieram financiar o golpe que o senhor achava que ia dar, através dos atos terroristas.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputado Rogério Correia.

Com a palavra o Deputado André Fernandes.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu estou aqui há horas ouvindo, digamos que esse segundo tempo dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu estou aqui há horas e eu confesso, eu sou autor do requerimento que pediu a abertura da CPMI do 8 de Janeiro.

E eu estou tentando aqui, eu já anotei e virei de cabeça para baixo duas vezes, puxei papelada, mandei para lá, para cá. Eu não estou entendendo o que é que isso tem a ver com o 8 de janeiro. E eu falo isso de forma franca. O depoente que aqui está falou nitidamente: o dia 12 não tem a ver com o dia 24, o dia 24 não tem a ver com o dia 8 de janeiro.

É uma sugestão, inclusive, para quem quer que seja: abra uma CPMI do dia 24 de dezembro! Abra uma CPMI do dia 12 de dezembro! Que se abrisse uma CPMI do dia 30 de outubro!

Agora, Sr. Presidente, quantas pessoas, neste momento, estão presas injustamente? Quantas acusações falsas aconteceram? Quantos abusos de autoridade aconteceram? Quem está assistindo quer saber disso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não passar batido, eu vou perguntar novamente: Existe alguma relação entre o 24 de dezembro e o 8 de janeiro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Eu já respondi essa pergunta, senhor, mas vou repetir a resposta: 12 de janeiro não tem nada a ver com o dia 24; 24 não tem nada a ver com o dia 8, ou seja, vice-versa, um dia ou outro.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Foi falado aqui pelo delegado que lhe antecedeu que foi encontrado um rascunho de uma carta que seria, então, enviado para Jair Bolsonaro. Assim... Mesmo como Deputado Estadual, eu demorei a ter o contato de Jair Bolsonaro. Era meu amigo, virou Presidente. Eu tive uma dificuldade. Obviamente, é normal, natural. Uma pessoa vira Presidente da República... Até grandes autoridades da política lá no Ceará não conseguem um contato de fácil acesso com o Presidente da República. Eu tenho certeza de que, até aqui, gente da ala do PT, da esquerda também tem uma certa dificuldade para falar com o Lula.

O senhor tinha o telefone pessoal de Jair Bolsonaro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não, senhor.

E outra coisa: essa carta, se foi escrita, se está no meu celular, não fui eu.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, entenda a minha posição. Eu estou tentando ver aqui o que é que tem a ver depoente com Jair Bolsonaro e com 8 de janeiro.

No meu requerimento, a ideia era de todos os atos de ação e todos os atos de omissão do 8 de janeiro. Eu não os estou encontrando.

Tudo bem. Então, o senhor não teve, não escreveu a carta. Não tinha o contato de Jair Bolsonaro, e isso já era esperado.

Até parece que o Brasil já sabe a resposta, mas vou perguntar mesmo assim: Jair Bolsonaro pediu para você mexer com bomba, ou seja lá o que for, alguma coisa desse tipo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não. Nunca.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Deixa eu ver aqui o que é mais que eu posso... Porque eu perguntei, também, para o delegado se havia alguma relação e o próprio delegado disse que não tinha.

Eu perguntei para o delegado que estava ali acompanhado dos dois peritos: "Tem relação?". "Não tem". A relação que ele disse ter é que George Washington, junto com o Alan, frequentaram o mesmo ambiente, por um período de tempo, que algumas pessoas que foram presas no 8 de janeiro. Nem todas estavam em frente ao QG, teve gente que chegou naquela tarde, naquela noite, foram para o QG e lá



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram presas. Não estavam, apenas chegaram na noite. E, por estarem no mesmo ambiente, fez-se todo esse elo.

Eu perguntei se havia alguma coisa além disso. Ele disse que não.

Eu estou perguntando para o George Washington. Foi preso, condenado. Eu diria até que nem tem nada a perder, Presidente. Pelo contrário, eu acho que essa seria uma boa oportunidade de ele chegar aqui e dizer assim: "Olha, fui abandonado, fui isso, fui aquilo". Não tem!

Eu lamento, profundamente, porque eu estou vendo isso aqui como uma grande perda de tempo. Hoje, ficou, de forma oficial, para o Brasil todo, que G. Dias, ex-GSI do Lula, estava fraudando documento. E nós estamos aqui ouvindo uma pessoa, que foi presa em 24 de dezembro, e ele mesmo e o delegado que o prendeu dizem que não tem nenhuma relação com o 8 de janeiro.

Eu vou tentar... Deixe-me ver aqui se... Não sei.

Sr. George Washington, eu li o seu primeiro depoimento. Eu achei, assim, uma escrita tão bem narrada do começo ao fim – e aqui eu estou falando daquele do flagrante –, mas também assisti à audiência do dia 25. Lá tinha a informação de que, no dia desse depoimento, do flagrante, do primeiro, tinha um delegado da Polícia Civil, e ele foi substituído por um delegado da Polícia Federal. O senhor confirma essa informação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – No meu depoimento do dia 24, eu estava na delegacia, na 1ª DP, se eu não me engano. Fui recebido pelo Secretário de Segurança do Distrito Federal, muito bem recebido. Dentro da sala, havia, mais ou menos, 12, talvez 18 homens da polícia – delegados e investigadores. Quando eu fui pra sala prestar o depoimento, eu estava com um delegado da Polícia Civil, e, ao começar o depoimento, chegou um delegado da Polícia Federal, que o interrompeu...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Nossa!

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – ... e pediu para o delegado da Polícia Civil se retirar da sala para conversar com ele em particular.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Hã!! E qual foi o tratamento desse delegado da Polícia Federal? O senhor, quando ele chegou, continuou de onde o delegado da Polícia Civil estava fazendo, pegando o seu depoimento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – O delegado da Polícia Civil, após conversar com esse delegado da Polícia Federal, já mudou o teor das perguntas, mudou já, houve gritos lá dentro.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Gritos contra quem? Contra o senhor?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Contra minha pessoa pra assinar, pra que eu assinasse aquele depoimento.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, esse depoimento, que a base aqui governista do PT está lendo sobre "o povo armado jamais será escravizado", que cita Jair Messias Bolsonaro e tudo, o senhor chegou a ler esse depoimento antes de assinar?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – O senhor veja bem: como eu já falei, 55 anos, nunca passei por dentro de delegacia, pela primeira vez dia 24, véspera de Natal. Estava viajando essa noite e eu sou bem claro em falar que eu entrei num estado de choque eu acho que por muitos dias, não foi só por um dia, não.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Só pra correr aqui, porque o tempo está correndo.

Na audiência também, eu assisti, o senhor falou bem mais do que consta aqui nesse depoimento. Confirma isso? No dia lá do flagrante, em frente ao delegado, o senhor falou mais coisa e que nem tudo foi parar nesse depoimento aqui que a gente tem mãos.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Inclusive, no depoimento, constava duas vezes o nome do Presidente Lula...

(Soa a campainha.)

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – ... que eu pedi para ser retirado, e constava mais de duas vezes o nome do Presidente Bolsonaro, colocado por eles. Porque eu não falei...

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor pediu para retirar esse nome?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – ... eu não falei, em momento nenhum, em Presidente Lula nem no ex-Presidente Bolsonaro.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Mas, obviamente, que o senhor...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu pedi para retirar.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – O senhor, como depoente, tem todo o direito de chegar lá e dizer assim: "Tira o nome Lula ou tira o nome do Jair Bolsonaro". O senhor pediu isso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Pedi para retirar e permaneceu o nome do ex-Presidente Bolsonaro.

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Então, o senhor pediu e continuou?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Pedi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ FERNANDES (PL - CE) – Sr. Presidente, eu estou tentando fazer uma ligação com a CPMI do 8 de janeiro. Eu vou me solidarizar. Os Parlamentares têm bem mais trabalho para fazer do que estar ouvindo alguém que não tem nenhuma relação com o 8 de janeiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado André Fernandes.

Próximo orador inscrito é o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria me dirigir ao Sr. George Washington. Olha só as coincidências que a gente tem em Brasília! Teve, em 2019, um artefato, que a gente viu hoje pela manhã, aqui, implantado, que a Senadora Damares falou que seria contra ela, contra o Presidente, na época, eleito, Bolsonaro. Tivemos, dia 24 de dezembro, essa situação extremamente violenta, e, Sr. George Washington, espero que o senhor tenha consciência da gravidade desse atentado, que, graças a Deus, não foi consumado, mas existe uma intenção clara e a gente tem que avaliar isso.

Ontem, aqui neste Senado Federal, nós sabatinamos, e foi aprovado – votei contra... Mas me solidarizei com o Sr. Zanin pela agressão que ele sofreu, nesse mesmo aeroporto, por pessoas que o xingaram, que o constrangeram. Isso já é uma grande violência, e a gente não pode tolerar a violência. Ninguém merece isso. Imaginem uma bomba, que poderia ter resultado em dezenas, centenas de mortes!

Eu queria fazer uma pergunta para o senhor. Não ficou muito clara, no seu depoimento, essa questão da audiência de custódia em relação ao que está escrito e ao que foi divulgado no inquérito. O senhor foi coagido a isso? Houve uma coação para assinar algo que não tinha falado? Eu queria entender isso.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Muitas palavras que estavam naquele depoimento não saíram da minha boca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Foram colocadas lá pelos policiais?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Ficarei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Importante a gente esclarecer isso, Sr. Presidente; importante nos aprofundarmos nisso.

E havia pessoas também que frequentavam o acampamento que estavam hospedadas em outros locais, como o senhor estava? O senhor sabe dizer se tinha pessoas em Airbnb, em outros hotéis, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estavam no acampamento também? Eu estou querendo chegar na questão dos infiltrados que o senhor mencionou há pouco tempo.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – As pessoas que estavam nos atos de vandalismo no dia 12 de dezembro eram as mesmas pessoas que estavam no acampamento em frente ao Quartel-General do Exército?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – As pessoas que participaram dos atos do dia 12 de dezembro estavam hospedadas em outros locais, como o senhor estava?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Quem eram as pessoas que estavam rezando em frente à sede da Polícia Federal?

A polícia contava com um efetivo suficiente para conter os manifestantes?

Qual foi a atuação da polícia para conter esses manifestantes, Sr. Washington?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não sei, senhor, porque eu não estava lá.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor já relatou que identificou pessoas infiltradas ao grupo que se encontrava no acampamento. O senhor pode – isso é importante para a gente –, o senhor pode descrever quem eram essas pessoas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Senhor, as próprias Forças militares, eu acho que eles perceberam as pessoas ao ponto de retirarem todas de cima do acampamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eram os chamados Black Blocs?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não sei dizer, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eram de algum partido, militantes de alguma ideologia? O senhor ouviu alguma conversa, falou com alguém nesse sentido, que demonstrou algum viés?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não sei dizer, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – As pessoas que estavam acampadas não correram risco de vida com o artefato explosivo no acampamento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Vou ficar calado, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor se sentiu traído pelo Sr. Alan Diego dos Santos por ele não ter colocado a bomba no local combinado? Porque o senhor disse aí que jamais colocaria, jamais faria algo para colocar perto de um tanque.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Onde o senhor obteve o explosivo que seria usado para detonar o caminhão?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Quem financiou esta empreitada que inclui armamento e explosivo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Quando conheceu o senhor... O senhor disse que não conheceu o Sr. Wellington Macedo, não é? Nunca viu essa pessoa?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Por que o explosivo foi colocado perto do aeroporto?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Foi analisado o risco de explosão em cadeia, uma que poderia matar centenas ou mais pessoas? O objetivo era esse mesmo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Durante o governo anterior, quantas vezes o senhor esteve em Brasília, capital federal, antes da sua vinda definitiva para o acampamento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Durante o governo, acho que por duas vezes, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Quem financiou a sua vinda e permanência em Brasília nessas duas vezes?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Nem onde se hospedou?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Só essa pergunta: ficou apenas no acampamento, no hotel, ou em algum outro Airbnb?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor esteve na audiência pública do dia 30 de novembro.

Quem permitiu a sua entrada aqui nesse recinto, nesta mesma sala?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Como o senhor tomou conhecimento dessa audiência, dessa sessão pública?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Qual foi o seu objetivo em estar presente aqui nesta audiência?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – O senhor já conhecia o Sr. Alan dos Santos?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Eu, Sr. Presidente, queria, Senador Magno Malta...

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Desculpe, eu não ouvi.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Não, eu estou apenas colocando aqui que infelizmente a gente não está tendo a oportunidade de conseguir algumas informações, o que é muito importante. Eu acho que é uma oportunidade única a que a gente tem, Sr. George Washington, até porque essa é uma audiência que está sendo vista por muitas pessoas, tem mobilizado a população brasileira, e eu acredito que o exemplo que a gente está vendo aqui, um exemplo errado, jamais pode ser repetido na história desta nação. Então, é muito importante que os próximos colegas que vão fazer perguntas, sejam do campo da direita, da esquerda, do centro, independente disso, que a gente possa compreender melhor, ter mais informações dentro...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – ... do que o senhor pode colocar para que a gente esclareça esse fato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sociedade precisa de toda verdade com relação ao que aconteceu em Brasília e em mais essa sucessiva data, em véspera de Natal.

Infelizmente, a gente tem conseguido poucas informações, mas eu agradeço a oportunidade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Agradeço ao Senador Girão.

Em seguida, é o Pastor Henrique.

Ele poderia falar primeiro para não perder o avião?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Claro, claro, claro. Fique à vontade, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Pastor Henrique tem a palavra.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ. Para interpelar.) – Sr. George Washington, o senhor fez uma afirmação que eu considerei contundente e grave. Em silêncio, muitas vezes, mas disse que o seu depoimento não corresponde ao que você falou. Eu acho importante que o senhor prove isso, porque, diante de muitas perguntas, o senhor ficou em silêncio e, nessa oportunidade, o senhor falou, deu a entender que o seu depoimento não corresponde àquilo que o senhor disse. Quero deixar registrado que isso é grave, uma afirmação grave que precisará ser provada. Esse é um ponto que eu considero fundamental.

Segundo ponto. Deputados que, diante do delegado, perguntaram: "Como acreditar na palavra de alguém que é mentiroso?", referindo-se a você, agora, dão a entender que a sua palavra tem credibilidade para não fazer a conexão entre diversos fatos. Também quero registrar o que eu considero incoerente.

Segundo esse depoimento, o senhor disse coisas como: "Passei a apoiá-lo [referindo-se a Bolsonaro] por acreditar que ele é um patriota e um homem honesto"; "O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do Presidente Bolsonaro, que sempre enfatizava a importância do armamento civil, dizendo o seguinte: 'Um povo armado jamais será escravizado'"; "Tinha como propósito participar dos protestos que corriam em frente ao QG do Exército e aguardar o acionamento das Forças Armadas para pegar em armas e derrubar o comunismo. A minha ideia era repassar parte das minhas armas e munições a outros CACs que estavam acampados no QG, assim que fosse autorizado pelas Forças Armadas". E, na suposta carta, encontrada no bloco de notas do seu celular, em uma carta direcionada ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, o senhor diz: "O senhor despertou esse espírito em nós e o senhor sabe bem disso".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma tese que é levantada aqui, Sr. George Washington – já, já vou direcionar algumas perguntas –, é que não há uma relação entre a sua atitude e aquilo que o Bolsonaro e agentes ligados a Bolsonaro promovem no país, como se fossem coisas sem nenhuma relação direta.

Vamos investigar.

Mas eu quero aqui levantar já uma hipótese. Há uma relação orgânica entre o que é Bolsonaro, o que é o bolsonarismo e a sua atitude e as suas palavras. Por exemplo, o que a sociedade brasileira acha da seguinte afirmação: "Vamos fuzilar a petralhada aqui no Acre" – Jair Bolsonaro. O que isso tem de ético, republicano, democrático, respeitoso e amoroso para quem usa inclusive sentimento religioso? "Eu quero que todo cidadão de bem possua a sua arma de fogo para resistir, se for o caso, à tentação de um ditador de plantão" – Jair Bolsonaro. "Essa é a nossa bandeira, que jamais será vermelha. Se for preciso nosso sangue, terá o nosso sangue para mantê-la verde e amarela" – Jair Bolsonaro. "O grande erro da ditadura foi torturar e não matar" – Jair Bolsonaro. "Nós facilitamos a compra de arma de fogo por parte da população brasileira" – Jair Bolsonaro. "Se tudo tivesse que depender de mim, não seria este o regime em que estaríamos vivendo" – Jair Bolsonaro. Eu vou até repetir essa: "Se tudo tivesse que depender de mim, não seria esse o regime que estaríamos vivendo" – Jair Bolsonaro. "Se nós não tivermos o voto impresso em 2022, uma maneira de auditar o voto, nós vamos ter um problema maior que os Estados Unidos" – Jair Bolsonaro.

Mas, além dos discursos, Bolsonaro junto com Valdemar e o PL entraram com uma representação no TSE questionando o resultado das urnas, especificamente no segundo turno. Mas, além dos discursos, há minuta de golpe no celular do Mauro Cid, ajudante de Bolsonaro; há minuta de golpe no celular de Anderson Torres, ministro de Bolsonaro.

Gente, como dissociar todos os sinais que Bolsonaro deu, quando um ser humano... Eu quero que pensem isso comigo. Lembram lá do golpe que muitos chamam de *impeachment*? Lembram-se do voto de Bolsonaro em que ele elogiou um torturador? Será que isso não tem efeito? Será que isso não influencia a mente das pessoas? Será que isso não influencia comportamento, sentimento, fanatismo, mito?

O senhor animou esse espírito em nós. Nós vamos investigar a materialidade, a relação objetiva, mas, evidentemente, o bolsonarismo naturaliza o ódio e a violência. E um carro-bomba não é o bolsonarismo funcionando de forma equivocada. O carro-bomba é o bolsonarismo, é o ódio, é o fanatismo, é a violência, é o atentado contra a democracia, é a exaltação da tortura e da ditadura: vamos fuzilar a petralhada!

Qualquer regime autoritário, em qualquer lugar, não conta com a minha consciência e com a minha aprovação. Nessa incoerência ou em qualquer outra, eu não caio. Sou livre para me posicionar. Mas não dá para achar que as falas de Bolsonaro, lá na ponta, não estimulam atitudes de violência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O bolsonarismo tem sangue nas mãos. Isso não é uma frase fatalista, sensacionalista ou espetacular. Tem responsabilidade. É uma cultura que se coloca.

E aí, Sr. George Washington, queria te fazer a seguinte pergunta. Uma pessoa que discorda totalmente da sua visão de mundo, do seu voto, no ano passado, com a sua família, com os seus filhos, você acha que uma pessoa que discorda de você, um comunista, Sr. George Washington, merece morrer?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Não tenho nada a declarar, senhor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Você acha que uma pessoa, que vota diferentemente de você, não tem mais o direito de expressar a sua vida, a sua opinião e ter a sua integridade física garantida?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Vale a pena matar alguém por uma causa política, por exemplo, destruindo uma família, levando uma criança à morte?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Quem é Bolsonaro para você?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhor.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – Sr. George Washington, eu quero terminar dizendo o seguinte.

De verdade, desejo, de coração, que você possa se arrepender dessa atitude, que você possa ter consciência de que não vale a pena dar a vida, ou tirar a vida, por um discurso de ódio, de fanatismo, que enxerga no outro um inimigo a ser eliminado. Eu espero que nunca aconteça com você, com nenhum dos seus, o que você desejou que acontecesse com pessoas que pensam diferentemente de você, de verdade. Todo ser humano, na minha concepção, tem o direito ao arrependimento, à mudança de posição, à mudança de pensamento e à mudança de atitude. Eu não comemoro o sofrimento de ninguém, mas é preciso quebrantamento de coração, é preciso arrependimento. Eu desejo isso.

Mas eu quero deixar evidente. A montagem de um carro-bomba, de uma bomba, de um artefato explosivo, todas essas palavras que mitificam Bolsonaro, isso não pode ser tratado de qualquer forma no Brasil.

Para mim, essa é uma função pedagógica desta CPMI, mostrar que o bolsonarismo é um ponto fora da democracia. Não se trata de um diálogo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só um minuto, gente.

Não se trata de um diálogo razoável. Não se trata de um diálogo entre posições diferentes.

Satirizar o sofrimento humano...

(Soa a campanha.)

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (PSOL - RJ) – ... não ter compaixão do sofrimento humano, glorificar a violência, exaltar a tortura, atentar contra a democracia, rir da lágrima do outro, fazer da política uma arte da violência ou da violência uma forma de fazer política e ainda usar e mobilizar sentimentos religiosos...

Eu me sinto aqui, humildemente, participando de uma tarefa histórica e nem sei qual é o resultado, mas sei que, com consciência, humildade e coragem, eu quero que esta CPMI contribua para fazer um registro histórico. A extrema direita tem sangue, produz violência, naturaliza a sua própria maldade, cria um mundo caótico, descredita da humanidade, abre mão do amor e faz do ódio uma forma de fazer política.

Sr. George Washington, tomara que o senhor se arrependa e reconstitua seus caminhos de vida. É o que desejo para ti.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. PL - ES) – Seguindo a lista de inscritos, houve algumas permutas, e, então, a Deputada Laura Carneiro tem a palavra.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, primeiro, quero agradecer à Senadora Soraya Thronicke e ao Deputado Rafael Brito, aos dois, porque de alguma maneira fizemos uma primeira permuta com a Senadora e depois o Rafael era o próximo, mas é a única chance de eu falar porque o voo vai sair.

Eu queria começar falando com o depoente que eu ouvi dele, durante o depoimento, e é um direito dele não falar, mas V. Sa., o senhor respondeu à Senadora Ana Paula e disse que foi a Inteligência das Forças Armadas que teria verificado a existência de pessoas infiltradas. Queria apenas dizer que isso não se coaduna com o seu próprio depoimento na Polícia Civil, na delegacia perante o delegado, no Governo do Distrito Federal. Ao contrário disso, neste depoimento o senhor diz que cometeu o ato, que fabricou a bomba e que, mais, foi o senhor que cobrou dos bombeiros e da PM uma atitude com os chamados infiltrados. Então, não foi a Inteligência do Exército; ao contrário, vamos aqui trazer ao bom senso e ao que o senhor disse.

Bom, ao longo das suas poucas falas, o senhor chegou a registrar como se esse depoimento perante a polícia fosse feito sob coação. Aliás, o Senador Girão perguntou sobre isso. Eu só queria entender... E aí vem a primeira pergunta: ora, se esse depoimento foi feito de alguma maneira com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algum tipo de coação ou se alguma letra, palavra ou expressão foi introduzida nesse depoimento, por que o senhor não contestou durante o processo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Por que o senhor não contestou durante a apelação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Ou seja, nem durante o processo, nem durante a apelação ele contestou qualquer tipo de modificação do depoimento, o que me faz crer que o depoimento é verdadeiro.

Bom, seu filho, George Sousa Filho, com 33 anos, disse: "Quando meu pai avisou que iria participar dessas manifestações, imaginamos que daria errado. Eu sabia que ia dar 'm'". Ele disse isso no dia 25 de dezembro.

O senhor disse aqui que o senhor tem dois filhos. O senhor se emocionou... Um desses seus filhos é especial, e o outro disse isso.

Qual é o seu sentimento neste momento?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sem problema, vamos continuar.

O senhor sabia que esse seu ato, heroico ou não na sua visão, poderia ter matado 37 mil pessoas que transitavam naquele aeroporto, no dia 24 de dezembro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Bom, o senhor disse que o senhor era um especialista em inflamáveis – o senhor até usou a expressão "inflamáveis", transporte de combustíveis inflamáveis –, que há 37 anos o senhor trabalha nesse ramo, e é verdade.

O senhor morou na Rua Uriboca Velha, 770, no Município de Marituba, no Pará?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Morou.

O senhor sabia – talvez os companheiros não saibam – que esse imóvel é de propriedade do Sr. Sebastião José de Souza, seu tio, dono de inúmeros postos de gasolina e inúmeros negócios na área de combustíveis?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, nesse transporte de combustíveis em que o senhor trabalha há tantos anos, o senhor sabe a gravidade do que é um tanque com 600 litros – não foi isso? –, 6 mil litros...

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sessenta mil litros.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sessenta mil litros de combustível.

O senhor sabe a gravidade de colocar, ao lado dele, uma bomba. O senhor só não sabia que o seu acionamento da bomba era muito vagabundo e que não ia funcionar, mas o senhor teve a intenção de explodir um ônibus de combustível, o que podia matar 37 mil pessoas.

O senhor teve a intenção, por isso é que seu filho disse que sabia que ia dar "m".

E aí eu lhe pergunto o seguinte: o senhor chegou a dizer, numa das poucas falas, que quem colocou, que a culpa de ter colocado esse combustível foi do Alan. Aí, eu fiquei mais confusa ainda. O Alan estava no carro com o senhor, no mesmo carro. Então, o Alan era seu chefe? O Alan que procedeu o 12 e também estava no 24? Então, ele era o seu chefe na atividade?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Está certo.

Eu fiquei aqui muito preocupada, porque se falou aqui do Alan, mas ninguém falou do Washington. Quem é que mandava? Era o Washington, era o Alan ou era o senhor? Ou eram os três? Ou alguém mandava nos três?

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Wellington.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Wellington, perdão. Washington não, Wellington.

Alguém mandava nos três? O senhor pode responder?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Sem problema.

Queria completar dizendo que eu... Lendo só, para o senhor lembrar, talvez a população também tenha a chance de ouvir. Já que o senhor não fala, eu leio o que o senhor falou, não é isso? O senhor disse assim:

[...] há três semanas [só corroborando o que eu já disse] eu entrei em contato com um importante general do exército e reporteí a ele [...] tudo [o que o senhor estava vendo lá no acampamento].

Quem foi esse general do Exército com quem o senhor entrou em contato?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PSD - RJ) – Está certo.

Mas isso não lhe implicaria nenhuma pena, só ao general. O general que ia responder, o senhor não – só para o senhor ficar tranquilo.

[...] os militares do exército expulsaram todos os ambulantes do acampamento. [Depois do que o senhor falou].

E aí o senhor diz:

[...] conversei com os PMs e os bombeiros responsáveis por conter os manifestantes que me disseram que não iriam coibir a destruição e o vandalismo desde que os envolvidos não agredissem os policiais.

E aí o senhor continua. Lá na frente, o senhor diz assim:

[...] eu fabriquei a bomba colocando uma banana de dinamite conectada a um acionador dentro de uma caixa de papelão que poderia ser disparada pelo controle remoto a 50 a 60 metros de distância.

Eu quero dizer para o senhor, e aí eu vou repetir o que disseram alguns Deputados: a sua atitude não foi hedionda só, foi hedionda, covarde... Nove anos é pouco. O senhor podia ter matado 37 mil pessoas. O senhor não devia dormir porque está aqui, nesta Comissão, se utilizando da deficiência do seu filho, fazendo com que a sua família esteja sofrendo neste momento, mais uma vez, simplesmente porque o senhor não está tendo a coragem de assumir o que o senhor assumiu na delegacia. E agora, como assumiu na delegacia, vem dizer, sem ter modificado a apelação e sem ter modificado no curso do processo, que esse depoimento foi mentiroso. Então, o senhor, mais uma vez, mentiu. Que pena! Eu só posso sentir pelo senhor muita pena.

Obrigada, Sra. Presidente.

Obrigada, Senadora Soraya.

Obrigada, Deputado Rafael.

A SRA. PRESIDENTE (Duda Salabert. PDT - MG) – Obrigada, Deputada.

Eu concedo a fala agora ao Deputado Rafael Brito.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. Como Relatora.) – Presidente, V. Exa...

Deputado, V. Exa. me permite?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. George Washington, eu queria apenas fazer um questionamento para o senhor.

O senhor, na verdade, já respondeu aqui várias vezes, tem colocado, inclusive, já se emocionou ao longo da sua exposição, coloca, através de suas palavras, que, possivelmente, o senhor estaria sendo, digamos, vítima de uma injustiça, e até para contribuir com os trabalhos desta Comissão, e digo isto como Relatora desta Comissão, porque, ao final, nós teremos um relatório que vamos encaminhar para o Ministério Público e para as demais autoridades. O senhor sempre fez referências, algumas vezes, na sua fala, sobre forças militares.

A minha pergunta para o senhor é a seguinte: é correto dizer que, por exemplo, nesse acampamento, havia uma responsabilidade desse acampamento, do ponto de vista da segurança e da organização, por parte das forças militares?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Presidente Duda, eu queria fazer um encaminhamento aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Qual o problema, Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Eu posso falar a qualquer tempo, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Duda Salabert. PDT - MG) – Teve um acordo de procedimento, Deputado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – V. Exa. precisa ler um pouquinho mais o Regimento Comum, em que consta isso. Eu sou a Relatora e eu tenho o direito de falar. Aliás, eu nem faço essas interrupções.

A SRA. PRESIDENTE (Duda Salabert. PDT - MG) – Houve um acordo de que a Relatora poderia falar, Deputado.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. *Fora do microfone.*) – Ela é Relatora. Pode falar a qualquer momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA) – Nesse sentido, o Sr. George Washington fez uma colocação aqui que eu julgo muito séria. Quando ele fala, por exemplo, da adulteração do depoimento em relação à Polícia Civil do Distrito Federal.

Eu não sei se o delegado Dr. Leonardo ainda está aqui. Eu acredito que já tenha saído. Já saiu. Mas eu acho que é muito pertinente, Presidente, que a gente encaminhe uma documentação ao Delegado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leonardo, que é o responsável pelo conjunto de delegados, para que possa, na verdade, nos enviar um retorno acerca dessa informação que foi apresentada hoje pelo depoente nesta Comissão.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Duda Salabert. PDT - MG) – Obrigada, Senadora.

Só dando transparência, é o acordo de procedimento: acordou-se no início da CPMI – eu sigo aqui as orientações do então Presidente – que a Senadora tem a possibilidade de falar em qualquer momento da sessão.

Eu concedo a fala ao Deputado Rafael Brito, por dez minutos.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente, Deputada Duda.

Eu queria começar, Relatora, Presidente Magno, fazendo um questionamento, para que a gente possa extrair desse momento que a gente teve durante o dia de hoje alguma coisa.

Eu estou aqui em mãos, Presidente Magno, com a sentença do Sr. George Washington. E, na sentença, ele se beneficiou de um atenuante de confissão, ou seja, ele, perante a Justiça, fez a confissão dos crimes todos que ele agora está aqui, perante esta CPMI, negando. Então, se ele nega e não confessa, no recurso que o Ministério Público vai apresentar, ele precisa solicitar ao juízo que retire o atenuante de confissão. Ele foi beneficiado aqui com seis meses e sessenta dias-multa na pena dele, porque ele confessou. Mas como é que ele confessou e agora está desconfessando? E, se ele está dizendo que o depoimento dele foi fraudado – que foi o que ele falou, que o depoimento dele foi fraudado pelos policiais que o colheram na noite do dia 24 –, é preciso ou que ele entre com ação, ou que ele coloque isso em algum local, ou que o servidor, agora sabendo dessa informação do Sr. George Washington, entre com uma ação contra essa informação. Isso é um crime, é um crime de calúnia, mais um crime que o Sr. George Washington comete, aqui, na nossa frente, no dia de hoje.

Mas vamos lá. Sr. George Washington, o senhor sente que está preso injustamente?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Enquanto participava do acampamento no QG do Exército, o senhor conta que vários acampados sugeriram a explosão da bomba. Quais eram os seus objetivos no momento que planejou a explosão dessa bomba?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Os senhores pensaram, em algum momento, em atribuir a culpa da explosão da bomba mais à frente a outra pessoa?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Ao colocar um explosivo em um caminhão com 63 mil litros de combustível, o senhor tinha, naquele momento, a dimensão do tamanho dessa explosão?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Se o senhor não tinha, eu vou lhe mostrar agora o tamanho, a dimensão.

"Caminhão-tanque explode no Paquistão e mata 153 pessoas". "Caminhão-tanque explode perto de hospital na África do Sul e mata oito pessoas". "Caminhão-tanque explode no Haiti e mata 66 pessoas". Não sei quanto era a sua contabilidade de mortos ou quantas pessoas o senhor pretendeu assassinar no momento em que planejou esse crime horrível.

Mas vamos lá, vamos continuando. Só lembrando aqui que a bomba não explodiu porque falhou. O senhor, graças à luz divina, a Deus, a uma intervenção do que quer que seja, falhou na hora de montar a bomba, e aí não conseguiu que ela fosse detonada. Porque ela foi acionada. A bomba foi acionada por um dispositivo que estava a 100m, 150m de distância, mas não foi detonada pela sua incompetência.

Mas vamos continuar.

E aí eu me lembro – sabe, Senador Magno? – de mais um caso: caso do Riocentro, 1981. Pessoas – sem nenhum juízo de valor, não vou dizer se era civil, se era militar, se era de esquerda, se era de direita, não vou entrar nessa conversa – planejaram colocar uma bomba em um *show* que estava acontecendo no Riocentro em 1981. Não sei se o senhor conhece a história, mas acho que sim. E não sei nem se essa história, em algum momento, inspirou o senhor.

Mas o que é que aconteceu? Quando foram colocar a bomba, a bomba explodiu no meio do caminho, matando a pessoa que estava segurando a bomba dentro do carro e ferindo gravemente o motorista desse carro. Logo depois se descobriu que aquilo era um atentado para que depois colocassem a culpa em outra corrente política.

O senhor tinha essa intenção no momento em que planejou colocar, detonar e explodir a bomba e assassinar centenas de pessoas?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Em seu depoimento o senhor informou que veio do Pará transportando em sua caminhonete um verdadeiro arsenal de guerra, que gastou R\$160 mil com esse arsenal. O senhor declara também que era gerente de um posto de combustível e ganhava R\$5 mil por mês. Além disso, o senhor dirigia, no momento, uma caminhonete que custa aproximadamente R\$300 mil. Como é que o senhor fez a compra da caminhonete? Como é que o senhor conseguiu, ganhando R\$5 mil por mês, gastar R\$160 mil só em armas e munição?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Fico aqui – sabe, Presidente Arthur? – pensando: como é que um cidadão sai do Pará, roda 1,1 mil quilômetros aproximadamente para chegar a Brasília com um arsenal desse e, em nenhum momento, é parado por nenhuma polícia. Talvez eu envie essa pergunta ao Sr. Silvinei para que ele, em algum momento, consiga responder como é que um cidadão não é parado em um deslocamento como esse. Se fosse no dia do segundo turno, eu saberia a resposta: estava todo mundo no Nordeste.

Mas vamos lá!

E aí... Já estou terminando, fique tranquilo, Sr. George Washington.

O senhor tem algum arrependimento do seu crime?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Essa é uma pergunta muito simples...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – ... ela até lhe ajuda!

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, é o seu direito e eu o respeito totalmente, mas, se eu fosse o senhor, eu responderia. O senhor não quer responder essa pergunta de jeito nenhum?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Eu vou lhe dizer por quê: porque o senhor não se arrepende. O senhor pode até achar que se arrepende, mas o senhor só se arrepende, acha que se arrepende, porque foi pego.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí vamos imaginar um mundo agora em que o plano do senhor, do Wellington e do Alan tivesse dado certo. Os senhores colocaram a bomba, ela explodiu, causou a comoção social que o senhor queria, não importa para o senhor se tinha matado centenas de pessoas, haveria uma GLO ou qualquer outro instrumento que permitisse um golpe de Estado. Como é que o senhor ia estar agora? Ia estar arrependido ou ia ser um herói, estaria feliz?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Mas o senhor já se colocou nesse pensamento: "Poxa, não deu certo. Já pensou se tivesse dado certo..."?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Permanecerei calado, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem.

Em seu depoimento à Polícia Federal, o senhor disse que – aliás, à Polícia Civil –, o senhor disse que veio a Brasília com o propósito... Que veio para os protestos que ocorriam em frente ao QG, montado em frente ao Quartel do Exército... Desculpe, ao acampamento montado em frente ao QG do Exército, aguardar o acionamento das Forças Armadas para derrubar o comunismo.

E aí, eu chegando no final, vou lhe fazer uma pergunta. O senhor deve estar acompanhando que, na prisão do Sr. Mauro Cid, foi feita uma perícia no celular do Sr. Mauro Cid e foram encontrados documentos que se referiam a golpes de Estado, e também, na casa do ex-Ministro Anderson Torres, foi encontrado o que ficou conhecido pela imprensa e por todo mundo como a minuta do golpe. Na hora desse acampamento do QG que o senhor frequentava, as pessoas comentavam sobre esses documentos, era assim que se daria um golpe de Estado, se, por exemplo, o seu plano tivesse dado certo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhor.

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – Tudo bem, tudo bem.

Deixa só eu concluir o meu 1min30 que falta.

O senhor mostrou quem o senhor é quando o senhor entrou aqui e, na primeira pergunta que respondeu, expôs para o Brasil todo, para que gere algum tipo de outro sentimento pelo criminoso que o senhor é, o seu filho especial. O senhor falar isso aqui, nesse momento, mostra exatamente o tipo de ser humano que o senhor é, colocar essa condição para tentar justificar ou se vitimizar da condição que o senhor tem.

(Soa a campainha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RAFAEL BRITO (MDB - AL) – A sua pena de nove anos e tantos meses é muito pouco para o seu crime. O senhor poderia ter matado várias famílias e os filhos de outras pessoas, porque, com certeza, no dia 24/12, a sua família, os seus amigos e qualquer um dos seus estavam preservados de pisar no aeroporto de Brasília. O senhor sabia e devia ter avisado a todo mundo: "No dia 24 ninguém pega avião para Brasília". "Por que?". "Não, rapaz, eu tive um sonho e vai cair um avião". Mas era a bomba que o senhor tinha implementado para assassinar centenas de pessoas.

Então, boa sorte com a sua pena, boa sorte com a sua consciência, durma o quanto puder, mas a justiça dos homens e de Deus vai ter o senhor na conta dela, o senhor pode ter certeza.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, meu caro Deputado Rafael Brito.

E passo a palavra à próxima oradora inscrita, Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Não é a Soraya Thronicke, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Houve uma troca.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Ah, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Houve uma troca, Deputado. A Deputada Soraya Thronicke trocou com a Deputada Laura Carneiro, que falou no lugar dela, depois a Laura Carneiro trocou com o Rafael Brito

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Está bom, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – E a Laura está lá na frente, a Soraya fala no lugar da Laura.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Obrigado, Presidente.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Recomponha o meu tempo, por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Como?

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Recomponha, por favor, o meu tempo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, dez minutos para a Deputada Duda.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Para interpelar.) – Obrigada, viu?

Boa noite, companheiras, companheiros.

Primeiro, Sr. George Washington, um princípio que sempre me moveu é que briguem as ideias e nunca as pessoas. O respeito tem que estar sempre no protagonismo e acredito que o senhor pense assim porque, em momento algum aqui nesta oitiva, o senhor usou uma palavra, uma atitude desrespeitosa a partir das perguntas que recebeu, mesmo tendo em alguns momentos ofensas de ordem pessoal, o senhor manteve silêncio e teve uma atitude respeitosa com os Parlamentares.

Então, o meu papel aqui, sou uma Deputada Federal, fui eleita para tal, então tenho esse compromisso de lhe fazer questionamentos e que o senhor não leve esses questionamentos para a esfera pessoal, porque aqui é um processo meramente investigativo e, mesmo sendo investigativo, é um espaço para que o senhor também possa trazer algumas narrativas que sejam importantes para o país. Como o senhor se apresenta como um nacionalista, então o senhor sabe a importância de investigar questões ligadas à nacionalidade, não é?

Uma pergunta que eu gostaria de fazer: o senhor comentou que, em alguns momentos, foi aos acampamentos, e muito se discutiu os acampamentos no Brasil, e têm se discutido muito, politicamente, os acampamentos, não é? E muitas pessoas que discutem não entraram e não participaram dos acampamentos. Por isso, a sua narrativa pode se tornar fértil, na medida de a gente ter um conhecimento interno de como se organizavam aqueles espaços. E uma curiosidade que tenho é: para o senhor, esses acampamentos se configuram mesmo, eles se configuravam como uma manifestação de fato nacionalista?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Nada a declarar, senhor.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – É só, como o senhor é nacionalista, o senhor se declarou nacionalista, isso não é uma pergunta que vai lhe imputar nenhum problema, é só na esfera antropológica mesmo, política. O senhor sempre teve interesse pela política. Se os acampamentos eram de fato nacionalistas, uma expressão do nacionalismo brasileiro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhor.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigado. E por favor, como a gente está estabelecendo a estrutura de respeito, talvez o senhor não me conheça, como eu sou uma travesti, eu peço, por favor...

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Senhora, perdão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Não, não precisa nem pedir desculpa. Eu estou me apresentando mesmo e peço, por favor, que o senhor me trate no feminino.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Perdão, perdão.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Não precisa pedir perdão, não, tá bom? É só mudar mesmo o pronome, sem problema algum, tá bom?

Uma outra pergunta que lhe tenho, além da questão dos acampamentos: eu também não participei dos acampamentos e passei em frente aos acampamentos em alguns momentos, de carro. E via cartazes nesses acampamentos, não que o senhor participou, foi no estado em que moro, que é Minas Gerais. E eu via placas, adesivos alertando sobre um possível risco do comunismo no Brasil. E o senhor participou realmente desses acampamentos, e queria saber se esse era um tema que se discutia nos acampamentos, sobre uma possibilidade de um avanço do comunismo no país.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Obrigada.

Outra questão que eu percebi também nesses acampamentos foi um debate sobre o voto impresso. E quero dizer que o debate sobre o voto impresso é um debate que cabe dentro da democracia – se ele é mais seguro ou não, se as urnas eletrônicas são seguras ou não. O senhor acredita que o voto impresso é o melhor caminho para o país?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Uma outra pergunta: na política, a gente... e o senhor tem se mostrado, pela sua trajetória, uma preocupação com a política nacional. Na política, a gente tem também as teorias políticas e teóricos que alimentam nossas atitudes, nossa forma de construir política. O senhor tem algum teórico com que o senhor tem alguma relação na formação política? Olavo de Carvalho, por exemplo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Para o senhor, a Terra é plana?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG) – Olha, como o senhor está preso, o senhor não está acompanhando as últimas informações no país e no mundo. E não sei se o senhor viu, mas hoje começou o julgamento do ex-Presidente Jair Bolsonaro, que vai se tornar inelegível. E com isso, eu quero dizer que o sonho acabou, o golpe fracassou, vocês perderam no voto e vocês perderam nas urnas e vocês perderam também juridicamente. E nisso, quem venceu foi a democracia. Como está na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição, tão desrespeitada pelos senhores, todo o poder emana do povo. E é isso que está se materializando, graças ao fracasso do bolsonarismo no Brasil. E outro ponto, como foi bem aqui dito, o senhor, sem menor sombra de dúvida, é a cara do bolsonarismo no país. O bolsonarismo, como, tantas vezes, o senhor também o é, sádico, porque, no Natal, no dia 24 de dezembro, véspera de Natal, uma data sagrada para um país que, se é nacionalista, deveria respeitar, inclusive, as tradições religiosas deste país, na véspera do Natal, uma ameaça de bomba, uma ameaça de atentado terrorista no aeroporto aqui de Brasília.

O senhor se diz nacionalista, mas é uma vergonha para o país! É uma vergonha, porque se diz patriótico, mas vai estar, de fato, nos livros de história como um dos grandes terroristas que passaram por este país, que tentou, assim como outros, no passado – isso faz parte da estrutura nacional –, romper com a democracia brasileira.

E digo que há, sim, relação entre a estrutura do golpe do dia 8 e as datas que o antecederam. E, para ser didática, porque sou professora e é muito bom ser clara e transparente para que narrativas falaciosas não vençam nesse espaço, primeiro, o golpe se inicia no dia 30 de outubro, dia das eleições, em que a Polícia Rodoviária Federal dificulta que pessoas votem no Presidente Lula. Se aprofunda a tentativa de golpe no dia 31 de outubro, em que as estradas são bloqueadas por bolsonaristas como o senhor, que não aceitam o resultado das eleições. Se aprofunda mais ainda a tentativa de golpe no dia 4 de novembro com manifestações na porta dos quartéis, de que o senhor participou, quartéis esses que são fábricas de produzir terroristas como o senhor o é e a família do senhor sabe que o senhor o é.

Golpe que se aprofunda mais ainda no dia 12/12, com queimas de ônibus aqui em Brasília, onde eu estava e vi os ônibus serem queimados, e com tentativa de invasão da sede da Polícia Federal. E o golpe se aprofunda mais ainda no dia 24/12, em que o senhor foi protagonista, tentando e orquestrando aquele que seria, caso materializado fosse, o maior ato terrorista da história do Brasil, quiçá da América Latina!

Por isso, o senhor vai estar no livro de história como um dos responsáveis por aquele que seria o maior atentado terrorista da história do país e da América Latina.

Sinta orgulho disso, já que o senhor não se arrepende, sinta orgulho, porque o senhor vai morrer e vai ficar eternizado como um terrorista!

E o golpe se materializa, completamente, não, se materializa, simbolicamente, no dia 8 de janeiro, com a depredação dos prédios públicos, porque ali o golpe triunfa, do ponto de vista simbólico, quando invadem os Poderes. Mas não só isso. Invadem também a sala do Alexandre de Moraes, depredam o Senado, esta Casa aqui, e a Câmara dos Deputados.

Então, há uma relação e o senhor é uma parte importante dessa engrenagem. Pode ficar em silêncio, pode não responder nada, mas os seus atos falam pelo senhor. Mais importante do que as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palavras são os atos, e acredito que o senhor ensinou isso para os seus filhos. Não adianta nada dizer que é inocente e vítima. Os seus atos falam por si sós e o senhor é um terrorista. O senhor é a cara do bolsonarismo que perdeu. Perderam as eleições, perderam nas urnas e perderam, também, porque o Bolsonaro vai se tornar inelegível.

Desculpe!

O sonho acabou.

Tchau para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Deputada.

Em função de uma troca de posições entre o Senador Jorge Seif e o Senador Marcos Rogério, passo, agora, a palavra ao Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero fazer alguns questionamentos ao Sr. George, primeiro, dizendo a ele que não farei coro aqui àqueles que procuraram ofendê-lo, atacá-lo de forma veemente nesta CPI; não farei isso.

V. Sa. já foi duramente atacado pelo próprio ato que praticou e confessou. V. Sa. já está... Talvez a prisão seja algo que lhe cause dor, mas talvez o que mais lhe cause dor, nesse momento, seja a impossibilidade de estar ao lado daqueles que são os mais importantes na sua vida: sua família. O que o ataca não são as vozes que V. Sa. ouve no âmbito desta CPI, é a sua consciência e as consequências daquilo que, naquele momento, em razão de alguma crença, ousou tentar fazer. Graças a Deus, que não deu certo. Não se pode mensurar aqui o que poderia ter acontecido, a extensão disso, porque nenhum de nós teríamos a capacidade de determinar, nem mesmo os peritos que aqui estiveram tiveram a condição de determinar a extensão, mas não seria algo bom pra ninguém.

Mas eu queria, a par do seu depoimento... E eu ouvi aqui colegas tentando desqualificar o papel da defesa técnica, dizendo que V. Sa. fez uma confissão e aqui parece querer desfazer aquilo que está na sua confissão, com coisa que o inquérito policial fosse a confissão mais relevante dentro de um processo, dentro do chamado devido processo legal. V. Sa. falou em juízo, V. Sa. prestou depoimento em juízo, e, certamente, todas essas circunstâncias foram levadas em consideração pelo julgador que o condenou.

Mas eu queria pinçar aqui um trecho do depoimento inicial, quando você diz: "Frequentei o acampamento montado em frente o QG do Exército e percebi que havia vários petistas infiltrados". E aí eu lhe pergunto: se V. Sa. analisar as imagens da invasão aos prédios dos Três Poderes, acredita que teria condições de verificar se alguns daqueles estariam entre esses infiltrados que V. Sa. menciona?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Permanecerei calado, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – E faço esse questionamento, Sr. George, porque V. Sa. está detido, preso, condenado por algo, por um crime que cometeu e confessou; outros estão presos simplesmente porque estavam nesse acampamento, porque estavam fazendo manifestações legítimas acobertados pela Constituição Federal. E, nesse momento, todos nós, que temos juízo, bom senso, razoabilidade, que juramos e defendemos a Constituição Federal, precisamos fazer uma separação daqueles que cometeram conduta típica, ilícita, criminosa daqueles que não a cometeram. E repito: muitos estão presos porque foram jogados lá genericamente, como se fossem parte de uma organização criminosa que preparou bomba, que atentou contra a democracia e assim por diante.

Por isso eu estou insistindo: vendo aquelas imagens, seria possível identificar algum desses infiltrados?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – Não seria possível identificar? É isso que V. Sa. está dizendo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – V. Sa. disse também que: "Ultrapassado quase um mês, nada aconteceu. Então, eu resolvi elaborar um plano". Obviamente que V. Sa. como outros, esperavam que o ex-Presidente tomasse uma medida para determinar às Forças Armadas uma operação que impedisse que aquilo que foi o resultado eleitoral se concretizasse. E, aí, V. Sa. elabora esse plano de confecção dessa bomba.

Eu pergunto: V. Sa. e os que participaram desse ato se frustraram com o ex-Presidente por não ter tomado a medida de autorizar ou de determinar às Forças Armadas uma ação?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – E pergunto isso, Sr. Presidente, porque, na verdade, ele já disse até muito mais do que ele se propôs a dizer aqui quando chegou a esta CPI. Mas eu estou dizendo isso porque é preciso afastar as narrativas, é preciso afastar as ilações que o grupo do atual governo tenta impor no âmbito desta CPI.

Vejam V. Exas., nobre Presidente, eminente Relatora, Senadora Eliziane Gama, o Sr. George vem aqui e traz algumas informações que demonstram absolutamente a desvinculação do ato do dia 24 com o ato do dia 8. O Governo vem aqui e diz: "Não, está vinculado". O Governo vem aqui e faz um teatro em cima daquilo que está saindo, por exemplo, das mensagens, das interceptações que foram colhidas do celular do Sr. Mauro Cid. E veja, senador Girão, que essas revelações que estão sendo apresentadas até agora trazem apenas uma única evidência, uma única evidência parte do celular do Sr. Mauro Cid até agora: a de que o Presidente Bolsonaro, em nenhum momento, participou, articulou ou autorizou qualquer ato atentatório à democracia do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam, a narrativa do Governo é dizer que aquilo lá revela um plano de golpe. Mas, quando você olha para o conteúdo das mensagens, o que você identifica, na verdade, é a defesa clara e cristalina do Presidente Bolsonaro. Ele nunca participou disso! Quem conhece a minha trajetória no Senado Federal sabe que estive ao lado do Presidente Bolsonaro, na defesa do seu Governo, não concordei com tudo o que foi feito no Governo dele, erros foram cometidos, falas equivocadas aconteceram, e disse isso na CPI da Pandemia, porque não tenho compromisso em fazer defesa cega e burra de ninguém. Agora, querer dizer que aquilo, Senador Jorge Seif, que parte das revelações desse celular do Mauro Cid, pois agora o Governo, os defensores de Lula e da "lulocracia" entendem que: "Não, aqui está o mapa do golpe. Aqui estão as evidências do golpe." Na verdade, para quem olha tecnicamente, para quem olha com a luz da verdade, enxerga ali justamente, Senador Magno Malta, a maior defesa do Presidente Bolsonaro.

Obviamente que pessoas que não queriam, não desejavam e que às vezes até acreditavam na possibilidade de um...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (PL - RO) – ... sistema eleitoral induzido à fraude tenham alimentado algum tipo de expectativa e tenham se manifestado nesse sentido. Mas quando você vai olhar para os fatos, para as evidências e para as provas, você não vê um único ato do ex-Presidente Bolsonaro tramando, orquestrando, auxiliando, determinando qualquer coisa dessa natureza.

Então, as revelações que estão sendo mostradas, na verdade, se traduzem na grande defesa do Presidente Bolsonaro. Lamento, lamento que pessoas inocentes continuem presas e espero que as autoridades de plantão possam ter a consciência de que é necessário, Sr. Presidente – eu acho que esse é o papel também desta CPI –, de separar culpados de inocentes.

Cumprimento V. Exa., Sr. Presidente, e vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

Passo a palavra ao próximo orador inscrito, o Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa noite, Sra. Rannie, advogada. Boa noite, Sr. George.

Eu quero dizer ao senhor que a dose da cura do remédio para o veneno... A diferença da dose da cura para a dose do veneno é a quantidade.

Muitas pessoas, Sr. George, no Brasil... Não sei se o senhor tem algum time de futebol – eu tenho, eu sou flamenguista e amo o meu time; viajava o Brasil inteiro para ver o Flamengo –, mas existem aqueles torcedores mais fanáticos, aqueles torcedores que acabam agredindo, tirando a vida, atentando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contra a vida de outros torcedores que não sejam do seu time, porque perdeu um gol, porque botou o chute para fora, etc., etc.

Por que eu lhe digo isso, Sr. George? Eu sou bolsonarista. Eu, quando leio o depoimento do senhor, eu me identifico com muitas questões que o senhor trata ali. Que o Presidente Bolsonaro, pela minha leitura, quando eu li ali hoje seu depoimento e assisti a sua audiência de custódia.. O senhor, tenho certeza, como eu, no passado, vendo uma cleptocracia, ou seja, um Governo de ladrões, dito pelo Ministro Gilmar Mendes: petrolão, mensalão, assassinato de Celso Daniel, Pasadena. Nós comprávamos refinaria com o dinheiro do povo brasileiro lá fora e tudo podre, tudo enferrujado. Uma inepta dentro da Presidência da República. Só confusão. Empreiteira roubando. E isso foi tirando a nossa esperança e inclusive tomando nojo da política no Brasil, tomando raiva, tomando rancor, não querendo... Nós não tínhamos mais orgulho da nossa bandeira. Eu não via mais jogo de futebol da seleção brasileira. Nojo! E, infelizmente, devido à cleptocracia que, como disse sabiamente o Ministro Gilmar Mendes, se instalou no Brasil.

O que que acontece, Sr. George? Eu creio em Deus. E muitos cristãos no nosso Brasil oravam e clamavam – evangélicos, católicos, espíritas –: "Senhor, muda a sorte do nosso país, nosso país não merece isso".

Nós temos água, nós temos terra, nós temos clima tropical, nós temos terras agricultáveis, nós temos peixe. Sr. George, nós tínhamos tudo para sermos um país próspero, e éramos roubados 24 horas, e nos envergonhávamos cada vez que víamos Jornal Nacional ou o que o valha, porque no Brasil era ladrão 24 horas por dia, sete dias por semana. Tudo que víamos era vergonha, para a vergonha do povo.

E Deus, Sr. George, ouviu as nossas orações, porque a eleição de Bolsonaro em 2018... Eu quero dizer para o senhor, sem dúvida, que eu creio que existe um Deus no céu. E eu creio que Bolsonaro foi resposta de oração de muitos homens e mulheres de Deus, porque um homem que não tinha..., que gastou menos de R\$1 milhão numa campanha, que tinha sete segundos, Sr. George, na TV, que não tinha nada, não tinha uma Rede Globo, não tinha dinheiro, não tinha nada, ele tinha patriotas insatisfeitos, pessoas que amam sua pátria amada, que viam nele, no discurso dele, um discurso patriótico, a esperança de um Brasil renascido, que viam nele, com uma educação militar, um homem que vociferava contra o crime, contra bandido, contra drogados – traficantes, melhor dizendo –, contra pessoas que transgrediam no Brasil, ele tinha um discurso muito forte, isso alimentou a esperança do senhor e minha também.

Eu pensava que Geraldo Alckmin e Aécio Neves eram direita, Sr. George – não ria da minha cara –, eu achava que esses caras eram direita, e hoje nós... O Presidente Bolsonaro fez uma separação no Brasil: o que é direita, o que é esquerda.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o maior de tudo que o Presidente Bolsonaro fez pelo nosso Brasil, Sr. George: ele nos mostrou quem é quem, ele nos fez despertar para a política, ele nos fez ver o que é Supremo, o que é Congresso, o que é Poder Executivo, o que cada um faz, realmente alimentou o nosso patriotismo para nós crermos de novo na política no Brasil.

E por que eu falo isso para o senhor? O senhor errou, não há dúvidas. Eu creio e confio nas Forças policiais, especialmente quando o senhor faz uma confissão – o senhor confessou um crime, que teve problema, etc. Eu já li ali, não preciso ficar jogando isso sobre o senhor, porque o senhor já está cumprindo a sua pena. E eu lamento muito porque, como bolsonarista, como patriota – que é como o senhor se declara em seu depoimento –, lamento que o senhor exagerou a dose. O senhor quis fazer justiça com as suas próprias mãos. O senhor não queria de volta aquela cleptocracia e falou: "Vamos dar um jeito! Se é para explodir caminhão, se é para derrubar poste de luz"... O senhor errou muito e, infelizmente, o senhor está sofrendo, a sua família está sofrendo. O senhor cometeu realmente crime e, por isso, está hoje preso. E eu lamento muito. É triste, é realmente um episódio lamentável. Isso não é democracia.

Eu também sofri demais quando abriram as urnas e o Presidente Bolsonaro perdeu as eleições, porque, na minha cabeça, Sr. George, eu falei: meu Deus, como é que o povo brasileiro votou num ladrão de novo? O cara é condenado em três instâncias!

E há pouco aqui, um Parlamentar falava: "Ó, vocês perderam a eleição! Perderam no voto e se tornaram inelegíveis". Eu quero falar para o senhor e para quem está nos assistindo, Sr. George, que a Dilma Rousseff, impichada, não teve os direitos políticos dela perdidos. O Lula foi condenado em três instâncias, Sr. George, e concorreu à Presidência e ganhou. E o Presidente Bolsonaro criticou as urnas eletrônicas e está para se tornar inelegível, segundo aí as expectativas.

Sabe por que eu estou falando tudo isso para o senhor? É para o senhor entender o seguinte: como o senhor, eu sou um patriota; como o senhor, eu vi no Bolsonaro uma esperança para o nosso país; e, como o senhor, eu sofri muito com a perda da Presidência da República por parte do Presidente Bolsonaro. No entanto, eu não cometi os exageros... Lembra: veneno ou cura é a dose. Eu não fui para cima de ninguém, não quis atentar contra a vida de ninguém. Então, o que nos diferencia é isso.

E eu lamento profundamente pela sua família – o senhor já falou dos seus filhos, que estão lá no Pará, e o senhor está aqui. O senhor tem nove anos em regime fechado.

Já faltando dois minutos para o meu tempo, Sr. George, eu queria lhe fazer aqui, de forma muito clara... Porque aqui, nessa CPMI, nós temos apenas dois lados. Há um lado que está falando o seguinte: "Bolsonaro queria dar um golpe de Estado, Bolsonaro atentou contra a democracia, Bolsonaro é genocida, Bolsonaro é não sei o quê, é negacionista, é terraplanista". E, do outro, há as pessoas falando: "Não, o Presidente respeitou as urnas". O Presidente não falou nada. Aliás, o Presidente, Sr. George,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem no Brasil estava; estava nos Estados Unidos. Eu imagino, dentro dele, o sentimento de perda. Ele, que não teve um crime de corrupção. E o seu Governo, um governo técnico, gente boa, gente família, gente que sabia o que fazia.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Não tinha político no Governo dele. Eram pessoas técnicas que retornaram – o nosso Brasil começou a crescer – emprego, mesmo com pandemia; reduziram impostos.

Então, eu falei isso tudo para te fazer uma só pergunta, se o senhor puder me responder.

Sr. George Washington, o Presidente Bolsonaro, algum dos seus ministros ou algum dos Deputados ditos bolsonaristas fizeram algum contato com o senhor? Pediram para o senhor cometer alguma ilegalidade, botar alguma bomba, pegar em arma para tomar a democracia? Ou seja, o Presidente Bolsonaro é culpado por algo que o senhor ou alguma das pessoas mencionadas ou aquelas pessoas com quem o senhor se relacionou dentro dos quartéis do Exército, o Presidente Bolsonaro forçou vocês, incitou vocês, pediu a vocês, orientou vocês, usou alguém para mandar recado? Ou o senhor vê que o senhor e outras pessoas queriam, com essa indignação por um ladrão estar retornando ao poder, fazer justiça com as suas próprias mãos?

Com essa pergunta, eu lhe agradeço.

Lamento muito e peço que Deus o perdoe, em primeiro lugar, e, se realmente o senhor foi forçado a assinar um depoimento, que a verdade, que a justiça alcance o senhor, que a gente consiga fazer uma acareação aqui, com o delegado, e que o senhor se livre dessa pena, caso essa pena seja injusta.

Muito obrigado, Sr. George, se o senhor puder me responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

Com a palavra, o Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Eu não sei se ele quer responder.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PSD - MA. *Fora do microfone.*) – Não, mas...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Já acabou o tempo de V. Exa., Deputado.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Mas aí ele não pode...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Não. O tempo é dez minutos, com direito, já incluída a resposta do depoente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE SEIF (PL - SC) – Obrigado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. George Washington, há um versículo na Bíblia, em Provérbios 28.13, que diz assim: aquele que confessa e deixa, alcança a misericórdia. Eu acho que o senhor já confessou aqui, através do seu depoimento, o depoimento do flagrante. E as perguntas que eu tinha a lhe fazer, o senhor já respondeu as que pôde, e, nas que não pôde, ficou em silêncio.

Só queria que o senhor confirmasse, para que ficasse registrado, se o senhor, em algum momento, teve algum contato físico com o Presidente Bolsonaro.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Não. Jamais.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor tem um telefone particular do Presidente Bolsonaro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – O senhor enviou alguma carta ao Presidente Bolsonaro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Eu me dou por satisfeito com essas perguntas, ou melhor, com essas respostas, e queria aproveitar esses momentos que me restam, Sr. Presidente, esperando aqui desde as 8 da manhã, desde as 15 para as 8 da manhã, vendo aqui a crueldade, a truculência de alguns amigos, de alguns colegas aqui nesta Comissão. Independentemente do que tenha acontecido, ou melhor, graças à Deus não aconteceu, em algum momento aqui, o Sr. George Washington chegou a dizer, ele quase falou que o que está escrito aqui não foi o que aconteceu de fato, mas eu não sou delegado para inquirir, só Deus sabe a verdade e o coração dele, mas nada justifica uma pessoa ser maltratada, até porque existem os direitos humanos que o pessoal aqui da esquerda tanto defende, direitos humanos para quem cometeu crimes, para quem cometeu atos ilícitos.

Eu ouvi aqui três Deputados que atacaram o Sr. George Washington – eu não sou advogado do Sr. George Washington, mas eu sou uma pessoa justa –, o que eu não acho justo. Pena que eles não estejam mais aqui! Um Deputado o chamou de covarde, de mentiroso. Ontem esse mesmo Deputado estava comigo num debate na CNN e, para o Brasil inteiro, ele foi covarde, porque mentiu quando disse que votou a favor do requerimento de convocação do General G. Dias, quando o requerimento era dele. Ele votou contra o próprio requerimento dele. E quando eu disse que ele mentiu, ele publicamente falou para o Brasil inteiro ver: "Não, eu votei a favor". Ele mentiu. Tenho provas. Então, chamou o senhor de mentiroso, e é um mentiroso aqui. Chamou o senhor de covarde, e é um covarde aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pessoa aqui acusou o senhor de ser alguém que tentou assassinar pessoas — e isso é errado —, mas essa mesma pessoa pertence a um partido que tem uma sigla tão pesada, que é PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Eu não sei como é que uma pessoa tem coragem de bater no peito e dizer que pertence a um partido desse, sabendo que esse partido matou, ou melhor, essa filosofia chamada comunismo matou, no mundo, mais de 110 milhões de pessoas — 13 milhões de pessoas, de fome, na União Soviética e na Ucrânia. Então, chamam o senhor de uma coisa que eles são.

Uma outra pessoa aqui, de um outro partido, falou que o senhor é um terrorista, quando o próprio delegado que estava aí antes do senhor disse que o senhor não é um terrorista. E eu chamei até a atenção para isso. Para mim, um atentado à bomba era um terrorismo. E, aí, sabe o que essa pessoa desse partido defende? Ela defende um cidadão chamado Marighella, que escreveu um manual chamado *Minimanual da Guerrilha*, que eu pensei que o senhor teria lido. À página 42, ele fala sobre execuções. Ele disse assim:

Execução é matar um espião norte-americano, um agente da ditadura, um torturador da polícia, ou uma personalidade fascista no governo que está envolvido em crimes e perseguições contra os patriotas, ou de um "dedo-duro", informante, agente policial, um provocador da polícia.

Aqueles que vão à polícia por sua própria vontade fazer denúncias e acusações, aqueles que suprem a polícia com pistas e informações [...] [devem morrer].

A execução é uma ação secreta na qual um número pequeno de pessoas da guerrilha se encontram envolvidos. Em muitos casos, a execução pode ser realizada por um francoatirador, paciente, sozinho, desconhecido, e operando absolutamente secreto e a sangue-frio.

Essas pessoas que acusaram o senhor de terrorismo defendem esse pessoal aqui, na Câmara dos Deputados, aqui do lado. Esse partido, que é um partido de extrema esquerda, passou o filme de Marighella para todo mundo assistir e aplaudir, dizendo que ele é um herói. Existem centenas de menções no próprio *site* desse partido de extrema esquerda dizendo que Marighella é um herói.

Então, a hipocrisia tem que ser rebatida.

Essa CPMI do dia 8 de janeiro é para tratar do dia 8 de janeiro. Tentaram fazer aqui uma ordem cronológica que não se encaixa. Passaram vergonha na primeira oitiva. Estão passando vergonha na segunda, porque nós ouvimos aqui da boca de V. Sa. e da boca do delegado que fez o inquirimento, ele dizendo que não há correlação alguma entre o dia 24 de dezembro e o dia 8 de janeiro. Mas a CPI tem a proposta, esta CPMI tem a proposta do dia 8 de janeiro. E o senhor já falou inúmeras, inúmeras vezes. Então, o que se ouve aqui são narrativas, são bravatas, e eu, sinceramente, sinto uma grande perda de tempo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o Brasil está assistindo e é bom que fique claro para todas as pessoas verem que o que querem aqui é um processo de cassação, de revanchismo contra o Presidente Bolsonaro, do qual eu tenho orgulho de ser amigo e de ter sido fiel e leal a ele. Servi ao seu Governo, fui Vice-Líder do Governo dele, caminhei ao lado dele. Posso também não concordar com tudo que ele fez, porque ele é um ser humano, ele não é Deus, não é um santo, mas eu ainda confio em Jair Messias Bolsonaro.

E se alguém aqui disse que o sonho acabou, eu queria deixar aqui um recado para essas pessoas que pensam que o sonho acabou. Escrevi um tuíte ontem, estava empolgado, e vou reler aqui: muito se engana o sistema se acha que, ao tornar Jair Messias Bolsonaro inelegível, irão enterrar o bolsonarismo. O movimento que nasceu lá em 2013 não surgiu por causa de Bolsonaro, mas, sim, Bolsonaro foi escolhido por esse movimento para ser o seu representante. Ao tornarem Bolsonaro inelegível ele será alçado ao posto de herói, e será imortalizado na história brasileira como a maior força política que já tivemos.

Então, o sonho não morreu. Vão torná-lo inelegível? Se fizerem isso, nós teremos um mártir. Nós teremos o maior cabo eleitoral da direita brasileira, que começa a nascer, porque nós não temos direita no Brasil oficializada, temos direitistas, estamos engatinhando, estamos aprendendo. E lutar contra a esquerda, que está aí há mais de 30 anos, não é nada fácil.

Eu termino aqui as minhas falas dizendo que eu coloco V. Sa. e a sua família em minhas orações. Eu e minha casa oramos pelo senhor. Dou graças a Deus porque não aconteceu algo pior do que o que está escrito aqui no depoimento, por essas bombas não terem explodido. Nada justifica isso aqui.

Eu sei que o desespero pode ser traduzido também por desesperança, e, no desespero, as pessoas fazem atos de loucura. O seu nome, infelizmente, vai ficar, para sempre, na história do Brasil como alguém que tentou fazer um ato como esse, ao lado de outros, que a esquerda venera.

Tivemos, aqui, no nosso Brasil, em 1966, um ataque a bombas que matou duas pessoas, um almirante e um jornalista; em 1968, 20kg de dinamite foram lançados contra um QG e mataram o soldado Mário Kozel Filho; em 1969, duas bombas foram jogadas num palanque, no dia 6 de setembro, que antecipava o 7 de setembro, lá no Recife; em 1980, uma secretária do Presidente da OAB, no Rio de Janeiro, abriu um envelope bomba e ela morreu; em 1981, tivemos aí o ataque lá no Riocentro, onde um soldado também morreu.

Se formos falar disso aqui, dissecar isso, nós vamos ver que tem terroristas da esquerda e tem terroristas da direita. Todos estão errados, e esse tipo de crime não pode, jamais, ser aceito.

Eu peço que Deus ilumine nosso país e nos dê um pouco mais de paz e esperança, e vamos conseguir aqui, nesta CPMI, mostrar que o 8 de janeiro não foi ato golpista, foram pessoas sem esperança, desesperadas, com medo de um regime como este, comunista, entrar aqui e matar o povo de fome, como está acontecendo na Venezuela. E eu nunca vou deixar de falar isso aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, que não se pratique uma injustiça para tentar curar outra.

Essas são minhas palavras, Sr. Presidente. Eu agradeço a V. Exa.

O SR. JORGE SEIF (PL - SC. *Fora do microfone.*) – Feliciano, o senhor permitiria que...

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O depoente solicita...

V. Exa. acabou?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PL - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Deputado Marco Feliciano.

O depoente solicita uma licença para ir ao toalete. Eu vou solicitar à polícia que o acompanhe.

O senhor pode ir.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Presidente, é só uma questão de procedimento, enquanto isso.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Primeiro, os requerimentos, os sigilosos já estão chegando.

Qual será, de fato, o roteiro de acesso a esses documentos? Como faremos?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Secretaria da Comissão vai estabelecer o que é secreto e o que não é secreto.

Nós, entretanto, não definimos – mas eu prometo ao senhor que, até segunda-feira, eu darei uma resposta, até porque os documentos ainda não estão disponíveis – se nós utilizaremos um programa, que existe, do Senado da República, que coloca uma marca d'água e a que todos os Parlamentares têm acesso, diretamente, do computador; ou se nós vamos estabelecer que os documentos poderão ser acessados pelos Parlamentares da Comissão – naturalmente, titulares e suplentes –, na sala-cofre, sem poderem utilizar, nesse momento, celulares, nem nenhuma máquina fotográfica, nem coisas desse tipo.

Na segunda-feira, eu me comprometo a dar uma resposta a esta Comissão sobre esse assunto.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Tá.

Presidente, foi falada aqui uma coisa muito séria, que eu gostaria de pedir a V. Exa.

Porque o depoente falou que começou a dar um depoimento na Polícia Civil e imediatamente chegou alguém da Federal e continuou o depoimento ou fez um novo depoimento. Eu precisava, pelo menos, saber quais os nomes do delegado da Polícia Federal e o da Polícia Civil que atenderam, para a gente pelo menos fazer uma pré-avaliação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Bom, neste caso, eu acho que é mais adequado V. Exa. encaminhar a solicitação a esta Comissão. A Comissão pode encaminhar esse pedido de informação à Polícia Federal e à Polícia Civil para que a gente...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Está bom, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – ... porque, certamente, o depoente não vai saber o nome desses delegados. Eu acredito que não.

A próxima oradora, a nobre Senadora Simone Thronicke, vai usar da palavra porque ela, muito gentilmente, cedeu o seu espaço, que era bem à frente...

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Soraya Thronicke

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – A Soraya Thronicke cedeu a sua vaga de fala, que era muito anterior, para viabilizar a fala da Deputada Laura Carneiro, que estava com um voo marcado e precisava se dirigir de volta ao seu estado.

Então, vamos ouvir a Senadora Soraya Thronicke e, depois, o Senador Magno Malta, e vamos encerrar este depoimento do dia de hoje.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF. Pela ordem.) – Com todo o respeito à nossa advogada, V. Exa. não teria o nome do delegado que fez o depoimento?

A SRA. RANNIE KARLLA – Vai ter no inquérito lá, quem pegou. Mas agora, aqui, no momento...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Entendi. Não, tudo bem. Era só para...

A SRA. RANNIE KARLLA – Eu poderia passar a posterior. Mas agora, eu não estou aqui...

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Se puder encaminhar para a CPMI, eu agradeço.

A SRA. RANNIE KARLLA – Está bom.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Pois não.

O depoente já está de volta, e eu passo a palavra à Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Eu gostaria de iniciar cumprimentando o depoente e a sua advogada, Dra. Rannie Karlla, minha colega de profissão.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Goerge Washington: há quanto tempo o senhor não vê sua esposa e seus filhos? (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O motivo pelo qual o senhor se emocionou no começo e se emocionou novamente. Quanto tempo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Vai fazer oito meses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Sente a falta deles? Sente saudade? (*Pausa.*)

Naquela véspera de Natal, cerca de 37 mil pessoas transitavam pelo aeroporto de Brasília. E, diante da sua confissão, o que eu imagino que seria uma grande tragédia se Deus não houvesse abandonado seus planos... Ainda bem que ali, naquele momento, não deixou acontecer, apesar de o crime ser consumado, considerado.

E eu fico muito indignada quando eu vejo que pessoas não ficam indignadas com isso. Eu fico chocada, como eu fico indignada quando pessoas não se sentiram, na pandemia, indignadas com 700 mil mortes. Então, parece que, quando não acontece na casa da gente, não acontece no mundo. Então, tentam fingir que não viram ou algo assim. No entanto, eu, como cidadã, Sr. George, e como Senadora, me sinto muito indignada. Fico apavorada com os fatos narrados pelo senhor.

Mas, pra piorar a situação, naquele dia, naquela véspera de Natal, eu não era só uma cidadã indignada com os fatos, nem só uma Senadora indignada com os fatos; eu era uma mãe. Porque o meu filho não veio nem para minha posse, por brigas políticas. Eu tomei posse há quatro anos. Aqui está o bilhete do meu filho, dia 24 de dezembro. Quando eu soube do fato, as minhas pernas bambearam. E eu não via o meu filho também há muito tempo e eu estava com muita saudade. Eu não conseguia parar de pensar como eu estaria e como as mães deste país estariam naquela véspera de Natal.

Aí eu pergunto para o senhor: por que escolheu a véspera de Natal? Pode me responder?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Mas... O.k.

E, doutora, fique tranquila, eu sei separar. A gente... A Justiça julga os fatos e os atos, não a pessoa. Então, eu sou absolutamente contra o ataque direto à pessoa. Não farei isso jamais, mesmo sendo mãe. Mesmo emocionada no dia de hoje, quando tudo me voltou à mente, eu não vou fazer isso. Aqui eu tirei a mãe de lado, eu vou falar como uma cidadã e como uma Senadora. Eu vou cumprir o meu dever.

E, dentro disso tudo, eu li toda a sentença do senhor, e o senhor...

Segundo está aqui, o propósito de todo o ocorrido era

[...] distribuir os armamentos a indivíduos dispostos a usá-los no cumprimento de seu intuito, garantir distúrbios sociais e evitar a propagação do que ele denomina como comunismo. Na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

viagem, George ainda trouxe dinamites. [...] elaboraram o plano de utilização de artefato explosivo para detonação em lugares públicos.

E aí está à disposição de todo mundo. E eu estou muito satisfeita em relação a detalhes que eu queria saber e que o senhor respondeu.

A minha pergunta aqui é: o senhor quase falou – e eu vi, eu percebi a sua advogada colocando "Fala!" –, o senhor disse que o senhor foi inquirido por um delegado da Polícia Federal. O senhor deu a entender aqui... Porque o senhor é réu confesso. Eu gostaria de saber por que é que o senhor negou tantas questões aqui. Eu gostaria de saber de V. Sa. se o senhor foi forçado a falar. O senhor falou de berros, de gritos... Quem é esse delegado? O nome, por favor. Nós vamos descobrir, não é?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não tenho nada a declarar, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor foi forçado a confessar um crime que não praticou?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor é um infiltrado?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Quem são os membros das Forças Armadas que disseram sobre os infiltrados?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Tentaram aqui, o tempo todo, dissociar o dia 24 do dia 8. Eu pergunto para o senhor: como o senhor afirma com tanta certeza – com tanta certeza – que os fatos dos dias 12 e 24 nada têm a ver com o dia 8? O que o senhor sabe sobre isso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Eu já respondi e não tenho nada a declarar, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – O senhor sabe muito, não é? E eu imagino. Por quê? Porque o senhor afirmou várias vezes que nada tem a ver, e isso me orienta para entender que tem tudo a ver!

É a mesma situação, porque eu assisti ao vivo, dentro de uma *live*, à invasão aqui dos três Poderes. Tomaram, foi um golpe consumado, mas não sustentaram. Porque usaram vocês... Eu digo "vocês"... O senhor já estava preso, mas eu digo o povo em geral: incitaram, financiaram e agora abandonaram, como o senhor está abandonado. O senhor está abandonado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor diz que é bolsonarista... Porque, olha, eu não suporto que nos misturem, não é? Eu não sou lulista, não sou bolsonarista, sou uma pessoa de direita, centro-direita, mas me misturam aí, e eu não estou misturada. Então, o senhor está abandonado por Bolsonaro, que abandona todo mundo, o senhor está sozinho.

Eu estou pedindo a quebra de sigilo bancário de toda a sua família, da sua esposa, porque, com certeza, tem alguém bancando. O senhor ganhava 5 mil por mês, o senhor agora está impedido de trabalhar, então alguma coisa acontece por aí. Eles vão... Eles vão se dar mal em algum momento. Tem alguma coisa estranha no ar. Gostaria de saber – sei que o senhor está muito bem assistido – se o senhor já pensou em delação premiada. É caso de se pensar.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Nós vamos saber quem é o delegado que o senhor falou, está tudo gravado. Eu gostaria de dar... Tenho 2 minutos e 33 segundos ainda. Eu gostaria de olhar para o senhor e perguntar: o senhor está precisando de algum tipo de proteção para poder falar a verdade? Eu vi a sua advogada dizendo para o senhor "fala, pode falar". Não sei o que era, pode ser que eu tenha entendido errado, mas foi um momento que me chamou muito a atenção. Eu vou te dar esse tempo.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Até quando o senhor vai ficar sozinho nessa? Ou o senhor está recebendo para isso? É uma pergunta.

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Tudo muito estranho... É como a questão dos infiltrados. Nas primeiras horas, no grupo de Senadores, quando nós descobrimos a invasão dos três Poderes, a tomada dos três Poderes, rapidinho já estavam printando e trazendo vídeos: "Olha os infiltrados! Olha os infiltrados! Esse é infiltrado!". Só que, até agora, não tem um infiltrado para depor nesta CPMI.

O senhor não tem contato pessoal com o Bolsonaro?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Agora o senhor afirmou: "não".

Como o senhor tem tanta certeza, então, de que Bolsonaro não tem nada a ver com isso?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nada a declarar, senhora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – Ah, gostei.

Quero dizer para a sua advogada e para o senhor que nós iremos, sim, atrás desse delegado...

(Soa a campainha.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS) – ... porque, se o senhor foi obrigado a assumir, a confessar um crime que não cometeu, isso é algo extremamente sério. Eu acho que a doutora tem que ter total... O senhor tem que ter um aparato, o senhor não pode ser abandonado no meio do caminho desse jeito. O senhor vai pagar sozinho? Vale a pena? Que paixão é essa? A troco do quê?

Eu respeito quem confessa. O senhor tem um atenuante, inclusive, de mais de seis meses na sentença.

Independentemente de o seu depoimento acabar hoje, nós estamos aqui e, muito ao contrário do que pensam, nós somos sim pelos direitos humanos. Então, estão falando dos direitos humanos, o senhor foi abandonado. Bolsonaro não está pensando em direitos humanos do senhor, abandonou. Deveria, pelo menos, estar ajudando a pagar sua advogada. E ela deve cobrar bem caro mesmo, tem que cobrar, porque não é brincadeira não tolerar.

Então estamos abertos aqui, passar bem. E que Deus... Deus, sim, esse é brasileiro, esse é pátria e família, porque protegeu as nossas famílias. Amém.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senadora Soraya Thronicke.

Passo a palavra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Presidente, se o senhor me permite... Não tem mais ninguém para falar?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Tem o Senador Magno Malta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Ah, perdão.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não sei se a TV Senado está ao vivo, aqueles que ouvem, aqueles que acompanham pelas redes sociais, Sr. George Washington, acompanhado da sua advogada, doutora, quero cumprimentá-la e dizer *a priori* que o ato cometido por V. Sa. é lamentado por todos nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu lamento profundamente. Algo que poderia não ter acontecido. De fato, não houve uma tragédia, mas o fato de ter tentado explodir uma bomba não há que ter concordância de ninguém que tenha o mínimo de sensibilidade.

Sr. George Washington, o senhor, por algumas horas, ouviu aqui Deputados, Senadores, Senadoras, ouviu de alguns ataques desnecessários e, fazendo uso de uma palavra sua para lhe dar uma lição de moral sobre misericórdia, falando que há tempo de arrependimento e disse num contexto um factóide enorme, para lá da capacidade de Steven Spielberg, de montar toda uma narrativa a partir de uma data para que chegasse a esse dia um enredo em que V. Sa. chegasse ao dia da bomba com o enredo pronto, porque esse enredo foi todo engendrado e V. Sa. executou. Percebe-se no seu depoimento, percebe-se na sua fala e na maneira como eles debocham do seu sentimento quando se refere ao Presidente Bolsonaro, e se esquecem de que a palavra "acampamento" não é criminosa, porque houve um acampamento em Curitiba por mais de ano, em frente à Polícia Federal, e isso nunca foi crime. Mas qualquer acampamento que houve em frente aos quartéis ou fora deles virou uma entidade criminosa.

Essas pessoas que falam no exercício da misericórdia e dizem "queira Deus", "ah, tomando o nome de Deus em vão"! Tomando o nome de Deus em vão? Quando fala "Deus, pátria, família e liberdade", em vão?

"Não foram as misericórdias do Senhor", diz a Bíblia, "sem elas, nós teríamos sido confundidos", diz a Bíblia. "As misericórdias do Senhor são a causa de nós não sermos consumidos". Não é isso que a Bíblia fala, Senadora Eliziane? "As misericórdias do Senhor são as causas de nós não sermos consumidos".

Quer que eu fale em nome de quem? Quer que eu fale em nome de Lúcifer? Que eu evoque espíritos imundos? Eu tenho que evocar o nome de Deus! E aí sou criminoso por causa disso, Senador Izalci? Então nós que não amamos o politicamente correto poderíamos também criar uma narrativa, porque eles são especialistas, ou um roteiro com as frases do Lula.

Eu vi aqui um Deputado dizer, um que te chamou de "covarde, covarde, covarde". São valentões de bancada, porque V.Sa. está na desvantagem, está sentado do lado de cá. Eu já presidi CPIs tremendas, e por mais crime que o sujeito tenha cometido, quando se assenta do lado de cá, ele está na desvantagem. Aí o cara, quando te chama de "valentão", ele é valentão de bancada também. De rede social.

O senhor cometeu um erro? Cometeu. Vai responder por ele? Vai. A sua família é quem mais vai sofrer? É. Mas cadê esses misericordiosos que nunca visitaram a Papuda? Lá tem pessoas dos acampamentos cheias de comorbidade. Muitos já foram soltos e soltas, mas ninguém foi lá, porque todos eles são terroristas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe quem chama as pessoas de "terroristas"? São aqueles que cultuam Cesare Battisti. Aqui tem Senadores, nesta Casa, que gritam nos microfones e estavam no Supremo no dia em que o Supremo inocentou Cesare Battisti e o fez inocente. Aí, sim, tem uma tragédia: quem cultua um homem que queimou crianças vivas, queimou a família dentro de casa, virou inocente no Brasil e foi comemorado. Senador Nery, Chico Alencar, Ivan Valente, Senador Randolfe, todos lá, festejando. Dá um Google aí, dá um Google aí. Dá um Google aí, e vocês vão ver o culto a Cesare Battisti.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Senadora, eu estou falando. Eu não disse que ele cometeu um ato correto, eu disse que ele cometeu um ato errado. Eu não estou comparando. Se a senhora quiser a palavra, pode ficar com a palavra, Sr. Presidente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (UNIÃO - MS. *Fora do microfone.*) – Ah, muito obrigada, o senhor vai me dar a palavra? Vai me dar seu tempo? É que eu fico indignada, desculpa. Estou calada (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senadora, eu vou pedir para a senhora permitir que o Senador conclua a fala.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Eu não comparei nada com nada e tenho direito à palavra e tenho direito à indignação e estou indignado. A senhora está, eu também estou indignado com o ato que ele fez. E comecei a minha fala exatamente dizendo isso. Indignado com o ato que ele cometeu. Em nenhum momento, eu vou aplaudir um ato como esse. Ou V. Exa. estava ao telefone e não ouviu o que eu falei. Foi assim que eu comecei a minha fala, senhora.

E não era só o filho da senhora que seria atingido, era toda uma população num raio enorme. E, graças a Deus, não ocorreu. Mas aqueles que vieram aqui, levantaram e chamaram-no de "bandido" cultuam bandido. "Ah, porque formou-se no Brasil uma consciência".

Antes de Jair Bolsonaro, 2013, eu já era Senador, Deputado Federal, já lutava contra o aborto, contra a legalização de drogas. Tudo isso eu já falava. "Não, mas as frases de efeito de Jair Bolsonaro foram entrando na cabeça do povo". E as frases de efeito do Lula?

"O Rio Grande do Sul é exportador de viado". "O Supremo só tem frouxo". "Ainda bem que a natureza criou o vírus". Ataca as mulheres do Supremo... Eu não vou usar a palavra aqui. Mentem no processo eleitoral: "Morreram 700 milhões de pessoas na covid no Brasil". O Brasil tem um pouco mais de 200 milhões. Então, como é que ele foi eleito se todo mundo morreu? Juntando essas narrativas, Steven Spielberg pode fazer uma coisa melhor do que o Parque dos Dinossauros.

Quem cultua Marighella, quem cultua Che Guevara, quem cultua Fidel Castro – que mata homossexuais –, o regime iraniano – que mata homossexuais, que não respeita direitos humanos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde está a Comissão de Direitos Humanos desta Casa que nunca fui à Colmeia? Onde está a Comissão de Direitos Humanos desta Casa e da outra Casa que nunca foram à Papuda? É porque consideram todo mundo terrorista. Todo mundo é terrorista.

Veja a dimensão que tomou um ato da sua parte, que todos nós condenamos e que V. Sa. confessa no seu depoimento, assume a culpa no seu depoimento! E eu não vou chover aqui no molhado, mas, no dia 30 de novembro, aqui teve uma audiência pública, convocada pelo Senador Girão com específicos convidados para palestrarem.

Eu tinha acabado de ganhar a eleição.

(Soa a campanha.)

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não tinha sido ainda diplomado, Senador Izalci, e havia um trabalho forte para eu não ser diplomado por conta das minhas falas. Sem mandato, processado no Supremo, sem mandato, quando devia ser na primeira instância. Mas, mesmo assim, eu estava aqui pelo que creio. E o que eu falei, naquele dia, que eu repito tudo, em qualquer lugar... O senhor estava aqui naquele dia 30. O Senador Girão perguntou como o senhor veio. Todos lhe perguntaram, porque, antes, eu, que aqui estava, tirei foto com todo mundo no corredor. O senhor tirou foto com todo mundo, Sr. George Washington. Mas eles exibiram aqui fotos do senhor com Senadores, com Deputados, para poder incriminar como se fosse parte da armação de um golpe.

Eu pergunto: que tipo de relacionamento o senhor tem com o Senador Girão?

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Obrigado, Senador.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Não. Eu já vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – O tempo de V. Exa. já acabou.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Que tipo de relacionamento o senhor tem comigo?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA (Para depor.) – Nenhum, senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Que tipo de relacionamento o senhor tem com o Gaia, com o Zé Trovão, com o Helio Lopes que aqui estavam?

O SR. GEORGE WASHINGTON DE OLIVEIRA SOUSA – Nenhum, senhor.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Narrativa na tentativa de desgastar as pessoas, desmoralizar as pessoas.

Eu reprovo, veementemente, mais uma vez, o ato que V. Sa. fez, mas aqueles que clamaram por misericórdia e que Deus lhes perdoe são os mesmos que cultuam esses tiranos de que falei aqui e que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não têm coragem de ir à Papuda ou à Colmeia visitar aqueles inocentes que lá estão e são tratados por terroristas, como se Jair Bolsonaro fosse o responsável pela sua situação.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, por favor, conclua a sua fala.

Todo mundo cumpriu o tempo, menos V. Exa.

O SR. MAGNO MALTA (PL - ES) – Concluí, concluí. Pode falar mais baixo que eu já concluí.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos – conforme foi dito no começo, cada uma das Lideranças de Oposição e de Governo teria cinco minutos –, para usar o tempo da Oposição, o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. Pela Liderança.) – MUITÍSSIMO obrigado, Sr. Presidente, cumprimentando-o pela condução exemplar desta audiência, que cumpre o seu papel.

Eu queria concordar com a minha colega, Senadora Soraya, sobre a questão de podermos aqui trazer presos, trazer pessoas. Aprovam o requerimento. Acho que a gente tem que buscar toda a verdade sobre isso. Quero contar com seu voto para a gente trazer o fotógrafo da Reuters, contar com seu voto para a gente trazer as imagens do Ministério da Justiça – não é a verdade que a gente está buscando? – porque tem gente inocente, Senadora Soraya... Eu estive na Colmeia, estive na Papuda também. O devido processo legal – e a senhora é também dessa área jurídica – não está sendo cumprido. E a gente não pode concordar com esse tipo de coisa, não pode concordar com esse tipo de coisa. O intuito da CPI também vai ser esse.

Agora, eu queria fazer um questionamento para o Sr. George Washington, que foi atacado aqui, e a gente nunca deve fazer isso com pessoas humanas, com pessoas que podem ter cometido o pior erro. O senhor cometeu um erro gravíssimo, mas tem a sua dignidade. Eu vi o momento em que o senhor se emocionou, entre alguns, que foi com a fala do Pr. Marco Feliciano, Deputado. Ele falou que estava e vai continuar orando pelo senhor, pela sua família. E aquilo eu notei que o emocionou. E nós temos o dever aqui...

Eu vou fazer a última pergunta – porque o senhor é muito firme, tem uma ideologia forte, tem um pensamento, uma visão muito definida –, eu queria lhe perguntar o seguinte: se o ex-Presidente tivesse reconhecido a derrota, tivesse dado uma declaração, depois das eleições, depois do segundo turno, de que as pessoas deveriam ir para a casa, o senhor continuaria – voltando no tempo, como num filme –, o senhor acredita que continuaria com esse plano com outras pessoas para fazer esse atentado? Essa é a pergunta. Dentro do contexto daquele momento polarizado, com, talvez, algumas expectativas na cabeça de algumas pessoas, eu lhe faço esse questionamento do ponto de vista humano.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Senador, não é mais dado ao depoente fazer, trazer nenhum tipo de esclarecimento. Esse tempo é, exclusivamente, para uma manifestação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Mas, se ele quiser responder.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Excelência, veja bem, a gente combinou, e o que é combinado não é caro. Nós combinamos que seriam dados, ao final, cinco minutos para a Liderança poder utilizar. V. Exa. utilizou e eu peço a V. Exa. que conclua a sua fala para a gente encerrar esta reunião.

O SR. EDUARDO GIRÃO (NOVO - CE) – Concluída, Sr. Presidente. Está concluída e eu lhe agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Arthur Oliveira Maia. UNIÃO - BA) – Muito obrigado, Senador Girão.

Antes de encerrar os trabalhos de hoje, esta Presidência gostaria de agradecer à Polícia Legislativa do Senado e aos demais policiais envolvidos na condução do depoente.

Coloco em votação a ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a realizar-se no dia 26 de junho de 23.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 05 minutos.)